Comissão da Verdade do Rio
Relatório

dezembro | 2015

Comissão da Verdade do Rio

Relatório

dezembro | 2015

GOVERNO DO Rio de Janeiro
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
COMISSÃO DA VERDADE DO RIO

© 2015 Comissão da Verdade do Rio (CEV-Rio)
Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

COMISSÃO DA VERDADE DO RIO
Álvaro Machado Caldas
Eny Raimundo Moreira
Geraldo Cândido da Silva
João Ricardo Wanderley Dornelles
Rosa Maria Cardoso da Cunha
Vera Ligia Huebra Neto Saavedra Durão

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R585r

Rio de Janeiro (Estado). Comissão da Verdade do Rio.
Relatório / Comissão da Verdade do Rio. – Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015.
456 p.

ISBN 978-85-67728-02-5

1. Ditadura militar – Rio de Janeiro 2. Violação de direitos humanos. 3. Relatório final. Título.

CDD 323.81044

Comissão da Verdade do Rio

Relatório

Comissão da Verdade do Rio
Relatório

Álvaro Machado Caldas
Eny Raimundo Moreira
Geraldo Cândido da Silva
João Ricardo Wanderley Dornelles
Rosa Maria Cardoso da Cunha
Vera Ligia Huebra Neto Saavedra Durão

dezembro | 2015

AGRADECIMENTOS

Ao longo de suas atividades, de maio de 2013 até dezembro de 2015, a Comissão da Verdade do Rio contou com a colaboração de diversas instituições, grupos e indivíduos, que auxiliaram e contribuíram na busca pela verdade. Agradecemos em especial aos atingidos pela violência de estado; familiares de mortos e desaparecidos; coletivos e comitês populares por memória, verdade e justiça; instituições de defesa e promoção de direitos humanos; sindicatos; universidades; escolas; Comissão Nacional da Verdade; comissões estaduais, municipais e setoriais da verdade; arquivos públicos; instituições legislativas, executivas e judiciárias. À Ordem dos Advogados do Brasil e à Caixa de Assistência ao Advogado do Rio de Janeiro agradecemos pelo apoio e pela estrutura fundamentais para o funcionamento da Comissão. A CEV-Rio reconhece que as parcerias firmadas foram imprescindíveis tanto para alcançar os resultados apresentados neste relatório, quanto para a promoção de um processo participativo, transparente e democrático no curso de seus trabalhos.

COMISSÃO DA VERDADE DO RIO

Expediente

Por designação do governo estadual, a Comissão da Verdade do Rio (CEV-Rio) foi integrada por sete membros. Da posse, em 8 de maio de 2013, até a apresentação deste relatório final, em 10 de dezembro de 2015, permaneceram Álvaro Machado Caldas; Eny Raimundo Moreira; Geraldo Cândido da Silva e João Ricardo Wanderley Dornelles. Designados para a composição inicial, mas desligados antes da conclusão dos trabalhos, os membros Marcello Augusto Diniz Cerqueira (exonerado em 8 de julho de 2014), Wadih Nemer Damous Filho (renunciou em 15 de maio de 2015) e Nadine Monteiro Borges (se desligou em 5 de agosto de 2015). Rosa Maria Cardoso da Cunha e Vera Ligia Huebra Neto Saavedra Durão assumiram, respectivamente, em 2 de junho de 2015 e 7 de agosto de 2015, tendo permanecido até o final. Sob a coordenação de seus membros titulares, os trabalhos da CEV-Rio foram desenvolvidos por um grupo de assessores e pesquisadores, constituído por servidores públicos nomeados para a Comissão ou cedidos de outros órgãos da administração pública. Também integraram a equipe pesquisadores contemplados pelo edital nº38/2013 do Programa "Apoio ao estudo de temas relacionados ao direito à memória, à verdade e à justiça relativas a violações de direitos humanos no período de 1946 a 1988", da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), e pesquisadores colaboradores que ampliaram o escopo das pesquisas desenvolvidas. A todos eles, a CEV-Rio expressa o reconhecimento pelo apoio dispensado. Fundamental também para o resultado dos trabalhos desenvolvidos foi a colaboração das comissões da verdade municipais e setoriais instaladas por todo o Estado, com as quais a CEV-Rio celebrou acordos de cooperação técnica. A equipe da CEV-Rio encontra-se listada a seguir:

Secretaria Executiva: Virna Virgínia Plastino

Assessoria: Ana Carolina da Cunha Borges Antão; Ana Carolina Grangeia Cardoso; Andrea Bandeira de Mello Schettini; Antonio Henrique Lago; Caroline Cunha Faria; Denise Assis; Diego Moreira Maggi; Fabio de Almeida Cascardo; Lucas Pedretti Lima; Marcelo José Cruz Auler; Natália Cindra Fonseca; Pedro Antonio Sarno Bomfim; Vítor de Lima Guimarães

Assessoria de Comunicação: Renata de Sequeira Sigarro

Assessoria Administrativa: Fernanda Pires Gonçalves Lira; Marta Regina Pinto Pinheiro

Estagiários: Ana Carolina da Silva Feliciano; Julia Araújo Ferreira da Silva; Juliano de Souza Oliveira Patiu; Rebeca Síntique Nunes da Silveira

Estagiários Voluntários: Ana Luiza Ramos Fernandes; Angelo Remedio Neto; Bárbara Rodrigues do Espírito Santo; Cairo de Souza Barbosa; Frederico Boghossian Torres; Isadora Libório de Andrade Oliveira; Maria Paula Gomes Werneck

Design Gráfico: Marcelo Santos de Oliveira

Coordenadores das pesquisas FAPERJ: Angela Moreira; Daniela Silva Fontoura de Barcellos; José María Gómez; Leonilde Servolo de Medeiros; Marcos Luiz Bretas; Ozanan Vicente Carrara; Vanessa Oliveira Batista Berner

Pesquisadores FAPERJ: Abner Sótenos; Adriana de Jesus Garcia Pinto; Adriana Ramos Costa; Alejandra Luisa Magalhães Estevez; Alexandre Bernardino Costa; Alexandre Miguel França; Aline Borghoff Maia; Aline Melo; Alline Schllarlcher; Américo Freire; Ana Carolina Antão; Ana Carolina Reginatto; Ana Claudia Diogo Tavares; Ana Lectícia Félix Angelotti; Ana Lima Kallás; Ana Luiza Ramos; Ana Maria Costa; Annagesse Feitosa; Ana Paula Poll; Ana Vasconcelos Ottoni; André Rocha Carneiro; Andrea Salameia Bruxel; Andrea Schettini; Andrea Streva; Angelo Eduardo Duarte de Oliveira; Antonio Sidekum; Ayra Guedes Garrido; Beatriz Rodrigues Neves da Costa; Bernardo de Paola Bortolotti Faria; Bethânia Assy; Bianca Casais Machado Guimarães; Carolina Arieira Rosas; Carolina Genovez Parreira; Carolina Gonçalves Alves; Caroline Proner; Christiane Itabaiana Martins Romêo; Daniel Chedier Maurell; Delma Pessanha Neves; Diana Stephan; Dulce Pandolfi; Edgard Bedê; Eduardo Neville Raposo Gameiro Torres; Eleonora Mesquita Ceia; Elisandra Galvão; Elizabeth Linhares; Ellen Mendonça; Erick Sobral Diniz; Fábio Malini de Lima; Fabrício Teló; Fernanda Cerny Lucas Corrêa; Fernanda F. Pradal; Fernanda Raquel Abreu Silva; Fernando Filipo Vinciguerra Leite da Silva; Gabriel Bastos; Gabriel Bernardo Corrêa; Gabriela Naves Freitas; Gustavo das Neves Bezerra; Iby Montenegro de Silva; Isabella Maio; Jean Sales Rodrigues; Jéssica Moreira; Jorge Luis Rocha; José Luiz Niemeyer dos Santos Filho; Juliana Neuenschwander Magalhães; Katiússia Freire Rodrigues; Larissa da Veiga Martins; Lucas de Abreu Gava; Lenilson Naveira; Letícia Ferreira; Lígia Nonato dos Santos; Lior Zalis; Lorena Lucas Regattieri; Lucas Teixeira Petitdemange; Lúcia Maria de Assis; Luciana Boiteux; Luciana Gomes; Luciana Heymann; Luciana Lombardo; Luiz Edmundo Moraes; Lusmarina Campos Garcia; Manuel Eugenio Gándara Carballido; Marco Antonio dos Santos Teixeira; Marco Aurélio Vannucchi; Maria Clara de Almeida Leal; Maria Isabel Varella; Maria Paula Miller Duarte; Mariana Graciotti; Mariana Macedo Fernandes da Silva; Mariana Trotta Delalanna Quintans; Marilda Vilela Iamamoto; Marina Caldas; Marina do Rosário Silva; Miriam Pires; Natacha Nicaise; Natália Fonseca Lopes; Natália Guindani; Natasha Gomes; Ninna de Araújo Carneiro Lima; Patrícia Sunah; Paulo Fontes; Priscila Cabral Almeida; Rafael José Abreu de Lima; Rafaela Domingos Pereira; Rafaela Rupp; Raphael Jonathas de Lima; Rayanne Medeiros; Rayssa Duarte da Silva; Ricardo Azevedo; Ricardo Braga; Roberta Maria Gomes; Rodrigo Penutt da Cruz; Rodrigo Torrero; Rogério Barros Sganzerla; Simone Cuber Araújo Pinto; Tatiana Silva Fontoura de Barcellos; Tatiane González Barbosa; Thiago da Silva Pacheco; Vanessa Matheus Cavalcante; Verena Alberti; Vicente Arruda Câmara Rodrigues; Vinicius Silva

Pesquisadores colaboradores: Demian Melo; James Green; João Areas; Juliana Oakim; Marco M. Pestana; Marcos Arruda; Pedro Henrique Pedreira Campos; Natacha Nicaise; Renan Quinalha; Thula Rafaela de Oliveira Pires

Sumário

AGRADECIMENTOS 9
Expediente 11
Apresentação 17
PARTE I
A COMISSÃO DA VERDADE DO RIO 19
Capítulo 1 - AS LUTAS SOCIAIS E OS ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA COMISSÃO DA VERDADE DO RIO 21
Capítulo 2 - O MANDATO LEGAL E AS ATIVIDADES DA COMISSÃO DA VERDADE DO RIO 36
PARTE II
O GOLPE DE 1964 E A DITADURA 53
Capítulo 3 - ANTECEDENTES E O GOLPE 54
Capítulo 4 - A DITADURA COMO IMPLEMENTAÇÃO DE UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO 64
PARTE III
VIOLÊNCIA E TERROR DO ESTADO 77
Capítulo 5 - CONFLITOS E REPRESSÃO NO CAMPO 78
Capítulo 6 - REPRESSÃO AOS TRABALHADORES NA CIDADE 98
Capítulo 7 - MILITARES PERSEGUIDOS 110
Capítulo 8 - A DITADURA NAS FAVELAS CARIOCAS 118
Capítulo 9 - COLORINDO MEMÓRIAS: DITADURA MILITAR E RACISMO 127
Capítulo 10 - MULHERES NA LUTA CONTRA A DITADURA: O TERROR DO ESTADO E A VIOLÊNCIA SEXUAL 139
Capítulo 11 - HOMOSSEXUALIDADES, REPRESSÃO E RESISTÊNCIA DURANTE A DITADURA 151
Capítulo 12 - VOZES DESPERTADAS 162
Capítulo 13 - INVENTÁRIO DE CICATRIZES 170
MÁRIO ALVES 172
JOSÉ ROBERTO SPIEGNER 179
JORGE LEAL GONÇALVES PEREIRA 182
RUBENS PAIVA 185
MARILENA VILLAS BOAS PINTO E MÁRIO DE SOUZA PRATA 193
STUART ANGEL JONES 197
RAUL AMARO NIN FERREIRA 203
HONESTINO MONTEIRO GUIMARÃES 211
FERNANDO SANTA CRUZ E EDUARDO COLLIER 215
Capítulo 14 - CHACINAS 218
Capítulo 15 - ATENTADOS À BOMBA 227
Capítulo 16 - MORTOS E DESAPARECIDOS 244
PARTE IV
A ESTRUTURA DO ESTADO DITATORIAL 261
Capítulo 17 – A CONSTRUÇÃO DA ESTRUTURA DE INFORMAÇÕES 262
Capítulo 18 - A ESTRUTURA JURÍDICA DA REPRESSÃO 277
Capítulo 19 - LOCAIS DE PRISÃO E TORTURA 286
1. DESTACAMENTO DE OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO - CENTRO DE OPERAÇÕES DE DEFESA INTERNA (DOI-CODI) 290
2. DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL (DOPS/GB) 299
3. CASA DA MORTE DE PETRÓPOLIS 305
4. 1º BATALHÃO DE INFANTARIA BLINDADA DO EXÉRCITO (BIB) 312
5. 1ª COMPANHIA DE POLÍCIA DO EXÉRCITO DA VILA MILITAR 320
6. HOSPITAL CENTRAL DO EXÉRCITO 325
7. BASE AÉREA DO GALEÃO 330
8. INSTITUTO PENAL CÂNDIDO MENDES (PRESÍDIO ILHA GRANDE) 333
9, COMPLEXO PENITENCIÁRIO FREI CANECA 337
10. INSTITUTO PENAL TALAVERA BRUCE 340
11. ESTÁDIO CAIO MARTINS 344
12. BASE NAVAL DA ILHA DAS FLORES 347
13. DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DOPS/RJ 350
14. FORTALEZA DE SANTA CRUZ 352
15. CENTRO DE ARMAMENTO DA MARINHA 355
16. NAVIOS-PRISÃO 358
17. YPIRANGA FUTEBOL CLUBE 361
18. ANTIGA DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL DE MACAÉ 363
19. INVERNADA DE OLARIA 365
20. CASA DE SÃO CONRADO 370
21. SÍTIO NÃO-IDENTIFICADO DE SÃO JOÃO DO MERITI 372
PARTE V
AUTORIA DAS GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS 377
Capítulo 20 – AUTORES DAS GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS SEGUNDO A CEV-RIO 378
Capítulo 21 - RELAÇÃO DE AUTORES DE GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS 390
PARTE VI
O QUE RESTA DA DITADURA 425
Capítulo 22 - O LEGADO DO TRAUMA NAS GERAÇÕES QUE SE SEGUIRAM 426
Capítulo 23 - A REPETIÇÃO DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS 433
Capítulo 24 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES 442
CONCLUSÕES 442
RECOMENDAÇÕES 444

Apresentação

Comissões da Verdade são instituições que garantem às vítimas de graves violações de direitos humanos, em grande parte crimes de lesa-humanidade, o direito de tornarem públicas as atrocidades que sofreram e de identificarem seus algozes. Permitem que familiares de pessoas atingidas possam saber o que ocorreu com seus entes queridos. Possibilitam à sociedade conhecer o contexto histórico e os motivos que determinaram o exercício da violência, inscrita em seu corpo social.

A satisfação destes direitos, por si só, já constituiria legitimação suficiente para a criação de mais de uma centena de Comissões da Verdade em todo o mundo, desde o início da década de 70. Mas, sobretudo, cabe a elas um papel político e educacional de grande valor para a Democracia. Benéfico não só para os que sobreviveram aos fatos, mas especialmente para as novas gerações: o papel de reescrever a história, contada até então de forma deturpada pelos que excutaram as violações. Uma história mentirosa e omissa, indigna de figurar nos livros e na memória de qualquer país. Dessa forma, a função fundamental das Comissões da Verdade excede o reconhecimento de direitos individuais e coletivos. Elas ampliam o movimento pela democratização das sociedades em que vivemos. Radicalizam este movimento pela exposição da voz e da dor das vítimas.

A pauta do que se designa como Justiça de Transição, integrada por concretizações do direito à memória, à verdade, à reparação e à justiça, na qual se inserem as Comissões da Verdade, certamente não assegura a completa democratização da sociedade. Mas as instituições da democracia representativa, como é entendida no mundo ocidental, também não as asseguram. A construção – contínua e interminável - da democracia requer diferentes implementos e variadas lutas. Exige a possibilidade de participação de todos, da coexistência de diferentes propostas e partidos, da implementação de direitos sócio econômicos, e da garantia dos direitos dos grupos oprimidos por questões étnicas, raciais religiosas e de gênero. Nesta construção, a atuação das Comissões da Verdade é extremamente relevante pois reconta a história da barbárie e violência do passado, conectando esta violência com suas formas remanescentes.

As Comissões da Verdade beneficiam a sociedade quando funcionam com outras instituições que compõem a Justiça de Transição. Isto significa que Comissões reclamam a judicialização das violações que revelam e exigem que suas verdades sejam reafirmadas como verdade judicial. Elas fazem parte de um processo onde se interpenetram os direitos à memória, à verdade, à justiça e à reparação. O caminho a seguir é memória e verdade, mais justiça e reparação.

No Brasil, após o golpe de 1964, demoramos 50 anos para criar Comissões da Verdade. Tivemos não somente uma distensão gradual da ditadura pelos militares no poder, mas também uma reconstrução gradual da Democracia pelos que fizeram a transição. As vozes das vítimas foram abafadas por um longo período para que não denunciassem, entre outras questões, a participação dos civis na ditadura, inclusive daqueles que conduziam a transição. O silenciamento dos atingidos atrasou a luta pela verdade, e, em especial, por justiça.

Em seu funcionamento, a CEV-Rio investigou questões de natureza teórica, histórica e factual, com ênfase nas graves violações de direitos humanos, na identificação de seus autores, e na exposição de seus cenários e circunstâncias. Pôs em relevo o depoimento das vítimas e as políticas repressivas impostas a um conjunto de grupos e atores sociais. Realizou suas atividades em constante relação com as vítimas e com a sociedade civil.

Apresenta-se aqui o resultado dos trabalhos da Comissão da Verdade do Rio, com a esperança de que este Relatório represente um passo relevante na construção do Nunca Mais.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2015

ÁLVARO MACHADO CALDAS
ENY RAIMUNDO MOREIRA
GERALDO CÂNDIDO DA SILVA
JOÃO RICARDO WANDERLEY DORNELLES
ROSA MARIA CARDOSO DA CUNHA
VERA LIGIA HUEBRA NETO SAAVEDRA DURÃO

PARTE I
A COMISSÃO DA VERDADE DO RIO

Foto: Bruno Marins

A Comissão da Verdade do Rio (CEV-Rio) foi criada pela lei 6.335/2012 para esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas pelo Estado, no período entre 1946 e 1988, contribuindo para efetivar o direito à memória e à verdade histórica. Iniciou seus trabalhos em 8 de maio de 2013, concluindo-os em 13 de novembro de 2015. Ao longo de dois anos e oito meses, a CEV-Rio dedicou-se ao esclarecimento de casos de prisão ilegal, tortura, morte, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver, ocorridos no estado do Rio de Janeiro, especialmente a partir do golpe de 1964, e procurou identificar as estruturas, os locais e as instituições relacionadas às sistemáticas violações de direitos humanos.

A instalação da CEV-Rio representa um importante passo no longo caminho de produção da memória e de construção da verdade sobre a ditadura militar brasileira. Este percurso tem sido trilhado com os incansáveis esforços de ex-presos e perseguidos políticos, de familiares de mortos e desaparecidos e de uma juventude militante que tomou para si a luta por memória, verdade e justiça em nosso país. A CEV-Rio é, portanto, o resultado de lutas sociais anteriores e de movimentos de resistência que, até hoje, buscam superar o legado de violência deixado pela ditadura.

O presente relatório presta homenagem aos homens e mulheres que ousaram lutar por uma sociedade mais justa e igualitária e que, por conta de seus ideais e atuações políticas, foram perseguidos, presos, torturados e mortos pelo Estado brasileiro; que arriscaram suas vidas denunciando as torturas sofridas em dependências militares e centros clandestinos de prisão; que seguem buscando os restos mortais de seus filhos, filhas, irmãos, irmãs, sobrinhos, amigos e companheiros; e que, nos últimos trinta anos, não mediram esforços para exigir do Estado brasileiro a necessária investigação, responsabilização e reparação dos crimes perpetrados no passado.

A homenagem estende-se, também, a todas as vítimas da ditadura esquecidas pela história oficial: os indígenas presos, torturados, mortos e expulsos de suas terras ancestrais; os moradores de favelas, violentamente removidos de suas casas por conta de políticas urbanas excludentes; as mulheres humilhadas, violentadas e discriminadas; gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros submetidos a forte censura e violenta repressão por forças policiais; homens e mulheres negros que, devido à cor de sua pele e às denúncias contra o racismo foram monitorados e perseguidos pelos órgãos repressivos; camponeses que tiveram suas vidas e suas terras usurpadas pelos interesses dos grandes latifundiários, apoiados pelos governos militares; e todos os trabalhadores e trabalhadoras, submetidos a arrocho salarial, flexibilização das legislações trabalhistas e mecanismos de concentração de renda, impostos pelo projeto econômico de cunho empresarial-militar, implementado com o golpe de 1964.

Este relatório procura documentar as violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura, conferindo centralidade à memória das vítimas e dos grupos sociais atingidos pela violência estatal. Denuncia ainda as continuidades de um passado que se atualiza constantemente no presente e evidencia os obstáculos para a efetivação do Nunca Mais. As recentes intervenções das Forças Armadas no espaço urbano, a implementação de políticas de segurança pública guiadas pela lógica de combater um "inimigo interno", a criminalização dos movimentos sociais e o monopólio dos grandes grupos de comunicação, entre uma série de outras questões, são apenas algumas das marcas da ditadura que persistem no nosso cotidiano. Espera-se que suas páginas possam ajudar a fortalecer as lutas políticas que, ainda hoje, enfrentam o legado autoritário do regime militar, abrindo caminho para o avanço da democracia.

Capítulo 1 - AS LUTAS SOCIAIS E OS ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA COMISSÃO DA VERDADE DO RIO

As lutas por memória, verdade e justiça no Rio de Janeiro e no Brasil começaram muito antes da criação da CEV-Rio. Os trabalhos da Comissão beneficiaram-se dos esforços anteriores em registrar e esclarecer as violações de direitos humanos perpetradas no passado recente. Destacam-se algumas iniciativas promovidas pelas vítimas, familiares e organizações de direitos humanos, e algumas ações promovidas por instâncias do Estado brasileiro que, após pressão de movimentos sociais, passaram a reconhecer torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados praticados por agentes estatais.

Da luta dos familiares às Diretas Já

A resistência à ditadura militar teve início nos primeiros dias do golpe de 1964 e assumiu, ao longo dos 21 anos do regime de exceção, as mais variadas formas. Contudo, foi somente a partir de meados da década de setenta que movimentos, grupos, associações e indivíduos passaram a se organizar em torno da luta por verdade, memória e justiça dos crimes praticados pela ditadura, objetivando esclarecer as reais circunstâncias das prisões ilegais, torturas, desaparecimentos forçados e assassinatos; apurar a responsabilidade dos agentes estatais envolvidos na prática destes crimes; e preservar a memória desses fatos para que as milhares de pessoas vitimadas não fossem esquecidas. Passados mais de 30 anos do fim do regime militar, estas lutas continuam em curso e se tornam cada vez mais necessárias para a compreensão da relação entre a violência do passado e a do presente.

A partir dos anos setenta, presos políticos, militantes exilados, familiares de mortos e desaparecidos, advogados, jornalistas, religiosos, intelectuais, artistas, sindicalistas, estudantes, camponeses, entre muitos outros brasileiros e brasileiras desafiaram a recusa do governo em admitir a prática de graves violações de direitos humanos. O cerceamento de informações e a difusão do medo não impediram que as famílias dos atingidos pelo terror de Estado se mobilizassem para denunciar os crimes praticados contra seus entes queridos. Missas, cartas endereçadas às autoridades e campanhas internacionais foram algumas das formas de resistência exercidas, fundamentais para tornar públicas as atrocidades cometidas nos centros de prisão e tortura. Foram emblemáticas as missas realizadas na Catedral da Sé, em São Paulo, organizadas em homenagem à morte de alguns militantes, como a de Luiz Eduardo da Rocha Merlino em 1971, de Alexandre Vanucchi Leme em 1973 e de Vladmir Herzog em 1975, que contaram com a presença de milhares de pessoas.

Também expressivas foram as cartas e telegramas enviados por familiares aos presidentes ditadores e às autoridades militares, cobrando informações sobre a morte ou o desaparecimento de algum parente ou companheiro. Um exemplo é a carta

endereçada a um general não identificado na qual Mariana Lanari, mãe de Raul Amaro Nin Ferreira, cobra explicações sobre a morte do filho:

> *Justamente hoje, 12 de Novembro, completam-se 3 meses da morte de meu filho mais velho, engenheiro Raul Amaro Nin Ferreira que trabalhava, a convite, junto ao gabinete do Ministro da Indústria e do Comércio. Tinha 27 anos e foi preso por acaso, numa batida da polícia na rua, ao voltar de uma festa, na madrugada de 1. de Agôsto; no dia 12 de Agôsto morreu no Hospital Central do Exército. Não morreu de morte natural, mas foi assassinado: seu corpo conservava marcas de sevícia, suas coxas formavam um hematoma inteiriço... Quem é o responsável por sua morte? (…) Quem o supliciou afinal? (…) Subscrevo-me como uma mãe brasileira, profundamente atingida, decepcionada e angustiada[1].”*

À época, algumas ações judiciais[2] foram ajuizadas na esfera cível por familiares com o intuito de responsabilizar o Estado brasileiro pelas torturas e assassinatos e obter informações sobre as circunstâncias da morte de militantes e o destino de seus corpos. A via judicial, contudo, apresentou muitas dificuldades para as famílias, frente à excessiva demora do Poder Judiciário, à falta de acesso à informação e às constantes negativas apresentadas pelo Estado, que se recusava a reconhecer os crimes de seus agentes. Duas exceções merecem destaque: a sentença, proferida pelo juiz federal Márcio José de Moraes, da 7ª Vara da Justiça Federal de São Paulo, em 27 de outubro de 1978, na vigência do governo do General Ernesto Geisel, responsabilizando a União Federal pela prisão e morte de Vladmir Herzog no interior do DOI-CODI do II Exército e a decisão do Juiz Jorge Fracquer Scartezini, da 5ª Vara da Justiça Federal paulista, proferida em 1980, culpando o Estado Brasileiro pela prisão ilegal, tortura e morte do operário Manoel Fiel Filho, na sede do DOI-CODI de São Paulo, em 1976.

Em razão da violenta repressão e da censura que caracterizaram os anos setenta, as denúncias contra a ditadura ganharam maior visibilidade quando conseguiram ultrapassar as fronteiras nacionais. Foram determinantes, nesse contexto, a atuação de militantes exilados e banidos do país. Em 1969, por exemplo, Miguel Arraes, ex-governador de Pernambuco, criou a Frente Brasileira de Informações, conhecida como “Front”, boletim mensal que circulava em vários países, denunciando as ações dos governos militares. Já em 1971 foi divulgado o documentário Brazil: a report on torture, com depoimentos de ex-presos políticos, exilados no Chile após serem libertados no sequestro do embaixador suíço no Brasil, no qual relatavam torturas sofridas, a condição de exilados e defendiam a necessidade de se dar continuidade à luta política no Brasil.

Ainda no plano internacional, destacaram-se as denúncias promovidas por entidades de direitos humanos, como a Anistia Internacional e a Comissão Interamericana de Direito Humanos (CIDH), órgão da Organização dos Estados Americanos (OEA). Desde o final dos anos 1960, a Anistia Internacional promoveu campanhas em defesa dos presos políticos e divulgou torturas e assassinatos praticados pelo regime militar e publicou em 1972 o relatório *Report on Allegations of Torture in Brazil*[3] (Acusações de Tortura no Brasil), no qual analisou as denúncias de tortura no período de dezembro de 1968 a julho de 1972.

A Comissão Interamericana de Direito Humanos, por sua vez, recebeu, entre 1969 e 1977, ao menos 77 denúncias de violações de direitos humanos contra o Brasil[4] , apesar de o país ainda não ser, à época, signatário da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (ou Pacto de São José da Costa Rica). Destas, somente 20 foram aceitas como casos concretos, dos quais apenas um não se referia à prática de tortura, desaparecimento forçado, prisão arbitrária e assassinato.[5] O primeiro caso em que a CIDH decidiu que o Estado era responsável pelas violações de direitos humanos alegadas, publicado em 1973, foi o do líder sindical Olavo Hansen, preso, torturado e assassinado no interior do DOPS de São Paulo. O governo, contudo, negou-se a investigar o crime. Em regra, a litigância jurídica exercida no plano internacional, apesar da pouca repercussão, contribuía para gerar algum nível de constrangimento moral e político para o Estado brasileiro.

A partir de meados da década de setenta, estruturou-se a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos (CFMDP), após uma série de encontros e reuniões entre familiares de vítimas da ditadura, ocorridos na Comissão Justiça e Paz, em São Paulo, e nos escritórios dos advogados dos militantes, como o de Modesto da Silveira, no Rio de Janeiro. A luta das famílias desenvolveu-se, desde o início, em torno da coleta de informações e de organização de dossiês de militantes presos, mortos ou desaparecidos. Em conjunto com advogados, políticos de oposição e presos e presas políticas, os familiares tiveram importância central na luta pela anistia, intensificada a partir de 1974, com a “distensão política” do governo do General Geisel. Em 1975, teve início, em São Paulo, o Movimento Feminino pela Anistia (MFA), idealizado por Terezinha Zerbine (esposa de um militar cassado), e posteriormente difundido por todo o país.

De início organizado por mulheres, o movimento pela anistia ganhou força em diversos setores da sociedade brasileira e passou a mobilizar grupos como movimento estudantil, Movimento Democrático Brasileiro - MDB (partido de oposição consentida ao governo militar), setores progressistas da Igreja Católica e de profissionais liberais. O ano de 1977 marcou a retomada das manifestações públicas em defesa das liberdades democráticas nas principais capitais do país. Com a palavra de ordem “Libertem nosso presos! Agora, já!”, estudantes protestavam contra a prisão e tortura de presos políticos e, com outros setores da sociedade, criaram os “Comitês Primeiro de Maio pela Anistia”, que abriram caminho para uma campanha nacional pela anistia[6].

Posteriormente, em fevereiro 1978, foi criado, no Rio de Janeiro, o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), integrado por advogados, familiares, amigos de presos e exilados políticos e ex-presos políticos recém-libertos, contando com representação em

1. Documento disponível em: FERREIRA, Felipe Nin; FERREIRA, Raul Nin; ZELIC, Marcelo. Raul Amaro Nin Ferreira: Relatório. Rio de Janeiro:Ed. PUC-Rio, 2014. p. 31-32.
2. Entre as ações judiciais ajuizadas à época, destacam-se: ação cível proposta por Elizabeth Chalupa Soares, viúva de Manoel Raimundo Soares em 1973; ação cível proposta em 1979 por Mariana Lanari Ferreira, mãe de Raul Amaro Nin Ferreira, morto após ser torturado no DOI-CODI/RJ e no HCE; ação cível proposta em 1979 por Dilma Borges Vieira, esposa de Mário Alves de Douza Vieira; ação cível proposta em 1983 por Felícia Soares, esposa de Ruy Frazão Soares, militante do PCB desaparecido em 1974. (TELES, Janaína de Almeida Teles. Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por “verdade e justiça”no Brasil. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladmir (org.). O que resta da ditadura: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 253-298).
3. ANISTIA INTERNACIONAL. Reports on allegation fo torture in Brazil. Londres: Amnesty International Publication, 1972.
4. Somente entre 1969 e 1970 foram enviadas 40 petições versando sobre violações de direitos humanos praticadas pelo Estado brasileiro. Ver: Informes anuais da CIDH. Disponíveis em: http://www.oas.org/es/cidh/informes/anuales.asp.
5. SANTOS, Cecília MecDowell. Memória na Justiça: A mobilização dos direitos humanos e a construção da memória da ditadura no Brasil. In: Revista Crítica de Ciências Sociais. n. 88, 2010.
6. ARAUJO, Maria Paula. Uma história oral da anistia no Brasil: Memória, Testemunho e Superação: In: MONTENEGRO, A.; RODEGHERO, C.; ARAUJO, M. Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil. p. 53-96.

diversos estados e em outros países. Reivindicando uma anistia ampla, geral e irrestrita, os CBAs procuraram reorganizar os movimentos sociais pela redemocratização e popularizar a bandeira de luta em torno, entre outras questões, do esclarecimento das torturas, mortes e desaparecimentos, da libertação dos presos políticos, da devolução dos restos mortais das vítimas desaparecidas, da revogação da Lei de Segurança Nacional e da responsabilização dos agentes estatais envolvidos em violações de direitos humanos[7].

A luta pela anistia foi encampada, no final da década de setenta, por presos políticos, que, de dentro dos presídios, manifestaram-se em repúdio ao projeto de anistia parcial, então defendida pelo governo militar. Representativos dessa luta foram o abaixo-assinado, conhecido como "Bagulhão", firmado por 35 presos políticos de São Paulo, enviado ao presidente do Conselho Federal da OAB, relatando violações de direitos; o "Documento sobre a Justiça Militar", no qual 26 presos políticos do Rio de Janeiro analisavam o papel da Justiça Militar na legitimação da tortura, dirigido à OAB em 1976; e o manifesto "Nosso Testemunho", com relatos individuais e coletivos de tortura, assinado por presos políticos do Complexo Frei Caneca, no Rio de Janeiro, em 1979.

As greves de fome também constituíam importantes formas de resistência. Ganhou destaque a Greve Nacional de Fome, realizada em prol da anistia, iniciada em 22 de julho de 1979, no Presídio Milton Dias Moreira, no Complexo Frei Caneca. A ação, que durou 32 dias, obteve a adesão de mais de 50 presos políticos, detidos em diferentes locais do país, e alcançou ampla repercussão nas mídias nacionais e internacionais.

No final da década de setenta, o grito pela anistia ampla, geral e irrestrita tomava as ruas, as universidades, os jornais, os sindicatos, os presídios e os movimentos sociais, que unidos exigiam a volta da democracia e a restituição dos direitos civis e políticos. Fruto da pressão social, em outubro de 1978, o AI-5 foi revogado, restituindo-se o direito ao *habeas corpus* e, em dezembro, a Lei de Segurança Nacional foi reformada, de modo a extinguir a pena de morte e de prisão perpétua, a diminuir a pena de alguns dos crimes nela previstos e a determinar o recolhimento dos presos políticos em local diverso do destinado aos presos comuns, passando a reconhecer a existência de presos políticos no Brasil. Outra



Presos políticos no pátio do Presídio Frei Caneca. Em pé: Paulo Roberto Jabur, Gilney Viana, Carlos Alberto Sales, Jesus Parede Soto, Jorge Santos Odria, Jorge Raymundo, Antonio Mattos e Perly Cipriano. Sentados: Paulo Henrique Lins, Alex Polari, Nelson Rodrigues, Manoel Henrique Pereira, José Rezende e Helio da Silva.
Crédito: Acervo Exposição Fotográfica 30 anos de luta pela anistia no Brasil da Comissão de Anistia

7. Ver: Programa Mínimo de ação do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA). Disponível em: http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/documentos/101.pdf.

importante conquista foi a revogação, em dezembro de 1978, do decreto de banimento de 126 exilados. Contudo, pessoas consideradas "indesejáveis" pelos militares, como Leonel Brizola, Miguel Arraes e Luis Carlos Prestes, não foram contempladas. Tais mudanças possibilitaram a libertação de alguns presos políticos e o retorno de militantes ao país, mas estavam longe de encerrar a luta pela anistia. Como relata Geraldo Cândido, sindicalista engajado na luta contra a ditadura:

> *"Nós fizemos muitas passeatas, era sempre nos finais da tarde. Essa época eu já estava no metrô, já tinha direito sindical, e trabalhava no centro da cidade. Ainda não estava liberado não, que ainda não tinha o sindicato. Tinha a associação, mas eu trabalhava ali no centro, na Presidente Vargas, quando saia, cinco horas, eu vinha para as manifestações pela anistia. A polícia vinha e dissolvia a manifestação pela anistia na base do cassetete e da bomba de gás. Na Cinelândia, a gente ia, às vezes saia em passeata, ia até na Assembleia Legislativa, fazia a chamada dos mortos, com a PM no nosso encalço. Você imagina só, já em 1979. Pela anistia, a nossa luta é para garantir o retorno dos companheiros, uma lei para beneficiar os que estavam no exílio, e os aqui no Brasil que foram presos, enfim.[8]"*

Em 1979, eram muitos projetos de anistia que estavam em discussão no Congresso Nacional. A principal divergência consistia na abrangência de quem tinha direito a ela. O projeto vitorioso, que selou o controle dos militares no processo de transição democrática brasileiro, previa uma anistia de caráter parcial e "recíproca": beneficiou parcialmente os opositores do regime e irrestritamente os torturadores [9]. Proposto pelo presidente, General João Batista Figueiredo, o projeto resultou na lei 6.683, sancionada em 2 de agosto de 1979, sendo "concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes".

Contrariando reivindicações dos CBAs e dos setores progressistas da sociedade, a lei excluiu da anistia todos os condenados pelos chamados "crimes de sangue" (terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal) e criou a figura do "crime conexo", compreendido como "crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados com motivação política" [10]. Isto terminou beneficiando agentes estatais perpetradores das torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados. Na interpretação conservadora da lei, crimes praticados por policiais ou militares ficaram imunes à jurisdição penal. A Lei de Anistia foi recebida como uma vitória parcial pelos movimentos sociais. Nas palavras de Suzana Lisboa, ex-integrante da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP):

> *"Desde o primeiro momento a gente denunciou que aquela lei era parcial, era restrita, que os torturadores não estavam anistiados. Porque se excetuavam dos crimes conexos aqueles que tinham sido condenados pelos chamados crimes de sangue, então os nossos, que estavam presos, condenados pelo crime de sangue, também não podiam... também teriam que ser anistiados. Eles não foram. Muitos ficaram na cadeia, saíram um ano depois, saíram em liberdade condicional, em função da reformulação da Lei de Segurança Nacional que atenuou*

8. Entrevista com Geraldo Cândido em 7 de abril de 2015. Projeto de Pesquisa: Arqueologia da reconciliação: formulação, aplicação e recepção de políticas públicas relativas à violação de direitos humanos durante a ditadura militar. CPDOC/Fundação Getúlio Vargas.

9. TELES, Janaína de Almeida. Disputas pela Interpretação da Lei de Anistia de 1979. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:yq2gjcbStvIJ:www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/viewFile/18/15+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=safari. Acesso em: 31.07.15.
10. Artigo 1º, § 1º da Lei 6.683 de 1979.

as penas; então, anistia parcial, restrita, não trouxe de volta os desaparecidos, não voltaram nem na forma de um atestado de óbito. Isso era uma frase que a gente dizia. Os desaparecidos não voltaram nem na forma de um atestado de óbito[11]*."*

A comemoração também não se estendeu às famílias dos mortos e desaparecidos políticos. Para elas, a única alternativa oferecida foi um "atestado de paradeiro ignorado" ou de "morte presumida", nos casos de vítimas desaparecidas, sem que implicasse qualquer esclarecimento por parte do Estado. Maria Amélia Teles, integrante da CFMDP, expressa a decepção vivenciada pelos familiares:

> *"E os desaparecidos? Porque todo mundo voltou. Todo mundo voltou, mas os desaparecidos... Cadê notícia? (…) Aí, nos anos 1980, quando termina a anistia, nós ficamos sozinhos e nós fomos procurar articular com a América Latina, com esses outros familiares. E esses outros familiares, principalmente da Argentina, é que nos ensinaram esse negócio de verdade e justiça nos anos 1980. (…) Então a gente foi pautado pelas duas palavrinhas, verdade e justiça. (…). Nem com atestado de óbito nós recebemos noticia dos desaparecidos. Nenhum atestado de óbito. Essa declaração de ausência era ridícula. Ridícula, uma desconsideração muito grande com os familiares e resolvia muito pouco*[12]*."*

Nos anos posteriores, a luta por verdade e justiça foi fortalecida pelos testemunhos de ex-presos e perseguidos políticos, agora em liberdade. Em agosto de 1979, foram localizados, pela primeira vez e ainda sob a vigência da ditadura militar, os restos mortais de um desaparecido político. Suzana Lisbôa conseguiu encontrar os restos mortais de seu companheiro, Luis Eurico Tejera Lisbôa, enterrado com nome falso no Cemitério Dom Bosco, em Perus, São Paulo. Por sua vez, em setembro do mesmo ano, a única sobrevivente da Casa da Morte, Inês Etienne Romeu, entregou ao Conselho Federal da OAB uma denúncia por escrito, na qual tornava pública a existência do centro clandestino de prisão e tortura, montado pelo Exército brasileiro na cidade de Petrópolis, Rio de Janeiro. Em 3 de fevereiro de 1981, Inês conseguiu identificar a casa que serviu de aparelho para a repressão.

Importante ação dos familiares, no final de 1979, foi a organização de um dossiê relatando os crimes praticados pela ditadura, apresentado no II Congresso pela Anistia, em Salvador, ampliado e editado pela Assembléia Legislativa do Rio de Grande do Sul em 1984, contemplando o caso de 339 vítimas fatais da ditadura, dos quais 144 permaneciam desaparecidas. Em 1980, familiares organizaram a primeira caravana de busca dos restos mortais dos desaparecidos da Guerrilha do Araguaia, contando com o apoio da Igreja Católica.

Frente ao silêncio e à impunidade, promovidos pela Lei de Anistia, em fevereiro de 1982, vinte e dois familiares de desaparecidos da Guerrilha do Araguaia recorreram ao Poder Judiciário a fim de localizar os restos mortais e obter informações sobre a operação realizada pelo Exército. O processo durou mais de 20 anos, tendo transitado em julgado somente em dezembro de 2007. Apesar da decisão favorável aos familiares, que determinou a abertura dos arquivos relativos à Guerrilha do Araguaia, o Estado brasileiro não localizou ou identificou os corpos dos militantes. Após a sentença, o governo chegou a instituir comissões com a finalidade de realizar buscas na região, mas não houve resultado conclusivo. As Forças Armadas continuam negando a existência de documentos sobre a Guerrilha. Nesse período, familiares conseguiram localizar em 1991 duas ossadas no Cemitério de Xambioá (TO). Uma foi identificada em 1996 como sendo de Maria Lucia Petit, militante do PCdoB, morta na guerrilha.

No início da década de 1980, a sociedade brasileira reconquistava seus espaços políticos. Às denúncias dos familiares e ex-presos somavam-se as múltiplas lutas pela redemocratização do país. Surgiam novos movimentos e se reconstruíam antigas pautas, como as organizações de favelas e de bairros, as comissões de saúde, o movimento de mulheres, de negros, contra a carestia e o movimento estudantil. Naquele contexto, contudo, o protagonismo na retomada das manifestações públicas foi assumido pelos trabalhadores. Em maio de 1978, metalúrgicos do ABC paulista iniciaram a primeira greve do país após a edição do AI-5. Entre 1979 e 1980, o movimento grevista espalhou-se pelo país. Com o fim do bipartidarismo em 1980 foi fundado o Partido dos Trabalhadores (PT), acompanhado da criação de importantes entidades sindicais. [13]

Em 1984, milhões de pessoas exigiram a volta das eleições diretas para Presidente da República na campanha "Diretas Já". Em 2 de março do ano anterior, o deputado federal Dante de Oliveira (PMDB) apresentou ao Congresso Nacional a emenda constitucional que restabeleceria o voto popular direto para Presidente na eleição do ano seguinte. Os comícios em prol da emenda levaram multidões às ruas de Curitiba, São Paulo, Belo Horizonte, Goiânia. No Rio, foi realizada manifestação em 10 de abril de 1984, quando a Av. Presidente Vargas foi tomada por um milhão de pessoas que levavam cartazes e faixas em favor das eleições diretas e do fim da ditadura.

A maior mobilização de rua não conseguiu, contudo, garantir a aprovação da emenda Dante de Oliveira no Congresso. Em 1984, foram eleitos pelo colégio eleitoral Tancredo Neves e José Sarney, para presidente e vice-presidente da República, respectivamente. A escolha marcou um processo de "negociação pelo alto para a sucessão presidencial"[14] e evidenciou a intenção dos setores militares e conservadores de manter a transição democrática sob controle. Com a morte de Tancredo Neves antes mesmo de tomar posse, José Sarney assumiu a presidência. Em 1985, foi convocada Assembléia Nacional Constituinte que, instalada em 1º de fevereiro de 1987, promulgou dia 20 de outubro de 1988 a nova Constituição Federal.

Da redemocratização à instituição da Comissão Nacional da Verdade

Com a posse de José Sarney no início de 1985, dava-se por encerrado o período da ditadura militar. Apesar do retorno à ordem constitucional democrática, o acerto de contas com o passado estava longe de se concretizar. Em 1985, foi fundado, no Rio, o Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM), integrado por ex-presos e perseguidos políticos, familiares, estudantes e militantes de direitos humanos. Desde então, o GTNM tem se destacado na luta pela investigação, responsabilização e reparação dos crimes praticados pela ditadura.

11. Entrevista com Suzana Lisboa em 15 de outubro de 2014. Projeto de Pesquisa: Arqueologia da reconciliação: formulação, aplicação e recepção de políticas públicas relativas à violação de direitos humanos durante a ditadura militar. CPDOC/Fundação Getúlio Vargas.
12. Entrevista com Maria Amélia de Almeida Teles em 28 de abril de 2015. Projeto de Pesquisa: Arqueologia da reconciliação: formulação, aplicação e recepção de políticas públicas relativas à violação de direitos humanos durante a ditadura militar. CPDOC/Fundação Getúlio Vargas.
13. SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores, sindicatos e regime militar no Brasil. In: PINHHEIRO, Silton. (org.) O que resta da transição. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2014. pp. 189-191.
14. NERY, Vanderlei. Diretas Já: mobilização de massas com direção burguesa. In: PINHHEIRO, Silton. (org.) O que resta da transição. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 260.

O ano de 1985 foi um marco na história democrática com a publicação do livro Brasil: Nunca Mais. Iniciado em 1979, e desenvolvido pelo Conselho Mundial de Igrejas e pela Arquidiocese de São Paulo, o projeto visava documentar as violações de direitos humanos praticadas durante a ditadura, tendo como fonte os processos judiciais de presos políticos que transitaram na Justiça Militar de abril de 1964 a março de 1979. Ao final, com o esforço de advogados de presos políticos, foram obtidas cópias de 707 processos completos e dezenas de outros incompletos, ultrapassando 1 milhão de páginas. O projeto tornou-se referência na agenda da Justiça de Transição brasileira, contribuindo para preservar as informações sobre graves violações de direitos humanos. Em 2011, foi lançado o Brasil: Nunca Mais digital, por meio do qual é possível acessar todo o acervo digitalizado.

Outra vitória foi conquistada no final de 1985: a aprovação da Emenda Constitucional nº 26, que expandia a anistia aos servidores civis da Administração direta e indireta, bem como a militares que haviam sido punidos por atos de exceção. A medida beneficiou 164 sindicalistas destituídos de seus mandatos, incluindo Luís Inácio Lula da Silva. As lacunas da Lei de Anistia foram posteriormente objeto de intenso debate durante a Assembléia Constituinte. Ao final, o artigo 8ª do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), único dispositivo da CF/88 a tratar da anistia, reafirmou o direito à promoção, estabelecido na Emenda Constitucional 26/85, estendendo-o a trabalhadores do setor privado. Definiu também, pela primeira vez, a possibilidade de reparação econômica ao anistiado político, ainda que restrita aos casos de aeronautas prejudicados por portarias expedidas pelo Ministério da Aeronáutica, e ampliou o alcance temporal do benefício[15].

Ao longo da década de noventa, uma pluralidade de ações foi realizada no campo da memória, verdade e justiça. Foi localizada em 1990 a vala clandestina de Perus, no Cemitério de Dom Bosco, em São Paulo, onde militantes políticos assassinados pela ditadura foram enterrados com nomes falsos. Apesar de os familiares saberem de sua existência desde 1979, a vala só foi encontrada durante uma investigação realizada pelo repórter Caco Barcellos. Logo após a descoberta, a prefeita Luiza Erundina (PT) criou a Comissão Especial de Investigação das Ossadas de Perus, composta por familiares e militantes, e a Câmara Municipal de São Paulo instaurou uma CPI para investigar as irregularidades praticadas no enterro das vítimas. Tanto a Comissão quanto a CPI estenderam seus trabalhos para os demais cemitérios da capital e cidades vizinhas. Com o final do mandato de Erundina, a partir de 1993, nenhum informe oficial sobre a investigação das ossadas foi divulgado[16].

No Rio de Janeiro, em setembro de 1991, o GTNM obteve apoio técnico para exumar 2.100 ossadas de uma vala comum, localizada no Cemitério Ricardo de Albuquerque, na qual militantes políticos haviam sido enterrados como indigentes, entre 1971 e 1974. Contudo, devido à falta de financiamento, a equipe técnica encerrou seus trabalhos dois anos depois e as ossadas foram encaminhadas para o Hospital Geral de Bonsucesso. À época, foram também localizados outros dois cemitérios (da Cacuia e de Santa Cruz) que receberam corpos de militantes mortos durante a ditadura. Mais recentemente, no dia 11 de novembro de 2011, foi inaugurado o Memorial do Cemitério Ricardo de Albuquerque, no qual constam os nomes de 14 militantes assassinados.

Em 1992, após pressões de movimentos sociais, os acervos das polícias políticas sediadas no Rio de Janeiro, até então sob guarda da Polícia Federal, foram recolhidos ao Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Nesse conjunto documental, encontrava-se o acervo das polícias políticas que atuaram no âmbito federal e estadual, tanto no Rio de Janeiro quanto no então estado da Guanabara. Houve denúncias de destruição e ocultação de documentos, especialmente daqueles relativos aos militantes desaparecidos[17].

No ano seguinte, a CFMDP fundou o Instituto de Estudo sobre a violência de Estado e em 1995 publicou o Dossiê de Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964, resultado da sistematização de pesquisas feitas nos arquivos do Instituto Médico Legal (IML) de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Pernambuco, nos arquivos das Polícias Políticas de Pernambuco, do Paraná, da Paraíba, de São Paulo e do Rio de Janeiro, nos arquivos do Instituto de Criminalística Carlos Éboli e no projeto Brasil: Nunca Mais.

Munidos desta documentação e frente aos testemunhos de ex-presos políticos, familiares apresentaram denúncias ao Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro (Cremerj), exigindo a cassação do registro de médicos que colaboraram com a ditadura emitindo laudos falsos (omitiam a prática de tortura ou a causa da morte) ou prestando assistência durante sessões de tortura. Os processos instaurados no Cremerj resultaram na cassação dos registros de Amílcar Lobo, José Lino Coutinho de França Neto (Dr. Coutinho), Rubens Pedro Macuco Janini e Ricardo Fayad[18].

Também em 1993, a CFMDP organizou um encontro com vistas à elaboração de projeto de lei que tratasse da questão dos mortos e desaparecidos políticos. O então presidente Itamar Franco não deu andamento à iniciativa. No ano seguinte, de disputa eleitoral, familiares apresentaram uma carta compromisso, assinada pelos dois principais candidatos à Presidência da República: Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva.

Diante do comprometimento firmado na carta e da forte pressão da sociedade civil, Fernando Henrique, vitorioso na eleição, aprovou, em 4 de dezembro de 1995, a lei 9.140, que deu o pontapé inicial no processo de reconhecimento pelo Estado brasileiro das graves violações de direitos humanos praticadas por seus agentes durante a ditadura. A lei criou a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), previu a possibilidade de indenização pecuniária aos familiares e apresentou uma lista de 136 nomes de desaparecidos políticos automaticamente reconhecidos pelo Estado.

No contexto de amadurecimento democrático, a CIDH realizou, pela primeira vez, em 1995, visita in loco no Brasil. Em seu relatório sobre a situação dos direitos humanos no país, identificou, dentre os principais problemas: a administração da justiça, a existência de grupos de extermínio, a discriminação

15. MEZAROBBA, Glenda. Um acerto de contas com o futuro: a anistia e suas consequências - um estudo do caso brasileiro. Dissertação apresentada ao curso de pós-graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2003, p.119.
16. BRASIL. Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. IEVE Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado; Org. Crimeia Schmidt et al..Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985). 2 ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. p. 26.
17. LOMBARDO, Luciana. Nos arquivos da polícia política: Reflexões sobre uma experiência de pesquisa do DOPS do Rio de Janeiro. In.: Revista Acervo, Rio de Janeiro. Jan-junho 2014, p. 264.
18. Os quatro nomes citados estão incluídos na listagem de autores de graves violações de direitos humanos apresentada pela CNV. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Brasília: CNV, 2014. Volumes I, p. 877, 907, 923, 926.

racial, a violência policial e sua impunidade, a prática da tortura como meio de investigação, o sistema penitenciário e a competência dos tribunais militares para julgar delitos comuns cometidos por policiais estaduais[19]. Ficava evidente que a ditadura passara, mas suas sequelas se faziam cada vez mais aparentes.

Nesse mesmo ano, cansados de esperar por uma providência do Poder Judiciário brasileiro, familiares de 22 desaparecidos da Guerrilha do Araguaia decidiram denunciar o caso à CIDH. Formulada pelo Centro pela Justiça e Direito Internacional (CEJIL) e pela *Human Rights Watch/ Americas*, e com a participação da CFMDP e do GTNM como co-peticionários, a denúncia buscava a responsabilização do Estado brasileiro frente às graves violações de direitos humanos perpetradas no contexto da guerrilha. O Brasil ratificara a Convenção Americana sobre Direitos Humanos em 1992 e reconhecera a jurisdição contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos em 1998. O caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) vs. Brasil, após trâmite perante a CIDH, foi encaminhado em 2009 à Corte Interamericana.

Em 1996, a CEMDP iniciou seus trabalhos buscando promover o reconhecimento e a reparação pecuniária de pessoas que, em razão da participação em atividades políticas, de 2 de setembro de 1961 a 16 de agosto de 1979, foram mortas ou desapareceram em dependências policiais, militares ou assemelhadas, por causas não naturais ou em situações de custódia estatal. Após pressão dos familiares em 2002 o prazo da lei foi extendido até 5 de outubro de 1988 e em 2004 ampliou-se a competência da CEMDP para casos de mortes em decorrência de repressão policial em manifestações públicas ou conflitos armados com o poder público.

No final de 2006, a CEMDP encerrou a primeira etapa de trabalho que consistiu na análise, investigação e julgamento de 480 pedidos de reparação e reconhecimento, dos quais 136 casos já constavam como reconhecidos. Em seu relatório final, intitulado *Direito à verdade e à memória*[20], publicado em 2007, a CEMDP reconheceu 362 casos de mortos e desaparecidos. Atualmente vinculada à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a CEMDP desenvolve ações de busca, localização e identificação de restos mortais de pessoas desaparecidas na Guerrilha do Araguaia, integrando o Grupo de Trabalho Araguaia, coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Ministério da Justiça e Ministério da Defesa.

É preciso destacar a importância do ano de 2001 para a implementação de políticas públicas de reparação, tanto no nível nacional quanto estadual. Em agosto foi criada a Comissão de Anistia, no âmbito do Ministério da Justiça, composta por 26 conselheiros, em maioria da sociedade civil, com a finalidade de reparar moral e economicamente pessoas que tiveram atividades profissionais e estudantis prejudicadas por motivação política, de 1946 até 1988. Até setembro de 2014, haviam sido apresentados aproximadamente 74.000 requerimentos, dos quais 62.000 foram apreciados e, destes, 35.000 foram deferidos [21]. Desde 2007, com a gestão de Paulo Abrão, a Comissão passou a promover não somente a reparação pecuniária das vítimas e de seus familiares, como também políticas públicas de memória e de educação em direitos humanos, dentre as quais: as Caravanas da Anistia, que consistem em sessões públicas itinerantes de apreciação de requerimentos de anistia política acompanhadas por atividades educativas e culturais, e o Projeto Clínicas do Testemunho, responsável pela formação de núcleos de apoio e atenção psicológica aos afetados pela violência de Estado[22].

Em dezembro de 2001, foi criada a Comissão Especial de Reparação do Rio de Janeiro, através da lei estadual 3.744, regulamentada pelo Decreto nº. 31.995/2002. A Comissão iniciou seu funcionamento somente em 2004 e teve por objetivo promover a reparação de pessoas detidas sob acusação de terem participado de atividades políticas entre 1964 e 1979 ou tenham ficado sob guarda dos órgãos públicos no Estado do Rio. Recebeu, durante o prazo de 90 dias, 1.114 pedidos de indenização de ex-presos e perseguidos políticos. Depois de intensa mobilização e pressão da sociedade civil, a Comissão finalizou seus trabalhos em abril de 2013, com a apreciação de todos os requerimentos, dos quais 917 foram deferidos, 190 indeferidos e 7 arquivados[23]. Apesar de concluída a análise dos casos, nem todos os pedidos de reparação aprovados foram pagos pelo Governo do Estado. Atualmente, grupos da sociedade civil lutam pela criação de uma nova Comissão Especial de Reparação em razão da persistência da demanda por reparação no Rio de Janeiro e da existência de pleitos que não foram apresentados no prazo de encerramento da Comissão.

Uma das principais lacunas do processo de redemocratização brasileiro consistiu na falta de acesso aos documentos produzidos pela ditadura. A manutenção do segredo sobre a repressão política foi regra nos governos democráticos instaurados após o fim da ditadura. Em 2005, por iniciativa de familiares, ex-presos e perseguidos políticos, estudantes e professores universitários foi criado, em São Paulo, o Movimento Desarquivando o Brasil. Uma série de manifestações foi realizada com o objetivo de promover o direito à verdade e de revogar a lei 1.111/2005, sancionada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva. De acordo com a referida norma, o sigilo de documentos era considerado "imprescindível à segurança da sociedade e do Estado" e a consulta pública poderia ficar indefinidamente vedada, deixando a decisão para uma comissão formada exclusivamente por membros do Poder Executivo [24].

Pressionado pelos movimentos sociais, e após recomendação feita em 2005 pelo Comitê de Direitos Humanos da ONU, segundo a qual o Brasil deveria tornar públicos todos os documentos relevantes sobre abusos de direitos humanos, o presidente Lula assinou o decreto 5.548 de 18 de novembro de 2005. No mês seguinte, a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, anunciou a transferência da documentação relativa ao período da ditadura militar, então sob poder da Agência Brasileira de Inteligência, para o Arquivo Nacional (AN). Foram transportados arquivos do Serviço Nacional de Informações, do Conselho de Segurança Nacional e da Comissão Geral de Investigações do Ministério da Justiça. De 2006 até 2012, outros 40 acervos

19. CIDH. Informe sobre a situação dos Direitos Humanos no Brasil. 1995. Disponível em: http://cidh.oas.org/countryrep/brazil-port/Introducion.htm.

20. BRASIL. COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. Direito à Memória e à Verdade. Secretaria Especial de Direitos Humanos: Brasília, 2007.

21. Arquivo CNV, 08802.007896/2014-38: Ofício nº 323/2014/CA da Comissão de Anistia/MJ, em resposta ao Ofício nº 628/2014 da CNV, p. 3.

22. SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA [coedição]. Clínicas do testemunho: reparação psíquica e construção de memórias. Porto Alegre: Criação Humana, 2014.

23. Ver: http://www.rj.gov.br/web/seasdh/exibeconteudo?article-id=1857470.

24. BRASIL. Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. IEVE Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado; Org. Crimeia Schmidt et al..Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985). 2 ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. p. 43.

foram reunidos no AN.[25]

Em dezembro de 2009, a 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos reuniu em Brasilia 1.200 delegados, convocados pela Secretaria Especial de Direitos Humanos para revisar o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), cuja primeira edição havia sido publicada em 1996 e a segunda em 2002. Aprovado, o PNDH 3 promoveu avanço ao estabelecer como um de seus sete eixos orientadores o "Direito à memória e à verdade", no qual recomendou-se a criação de uma Comissão Nacional da Verdade, com a tarefa de examinar as violações de direitos humanos praticadas por agentes estatais no contexto da repressão política da ditadura.

Em abril de 2010, o Supremo Tribunal Federal (STF) examinou a Arguição de Preceito Fundamental (ADPF) nº 153 proposta pelo Conselho Federal da OAB dois anos antes. A ação visava questionar a compatibilidade da Lei de Anistia com a Constituição Federal de 1988, de modo a invalidar a interpretação da lei que outorga anistia a agentes estatais, acusados, entre outros crimes, pela prática de tortura, homicídio, desaparecimento forçado e estupro. Por sete votos a dois, o STF posicionou-se contrariamente à revisão da Lei de Anistia, indo de encontro às demandas dos movimentos sociais e à normativa e jurisprudência internacionais em matéria de direitos humanos.

Passados oito meses da referida decisão, foi publicada a sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) vs. Brasil, cujo conteúdo contrastou frontalmente com o entendimento adotado pelo STF. A sentença internacional constituiu um marco importante. Pela primeira vez, o Brasil foi internacionalmente condenado pela prática de graves violações de direitos humanos durante a ditadura. Na sentença, a Corte Interamericana declarou que o Estado brasileiro foi responsável pelo desaparecimento forçado dos militantes da Guerrilha do Araguaia e obrigou o Brasil a localizar o paradeiro das vítimas desaparecidas, identificar seus restos mortais e conduzir investigações criminais sobre os fatos.

A Corte ainda afirmou que a Lei de Anistia de 1979 carece de efeitos jurídicos e não deve continuar representando um obstáculo para a investigação e punição dos responsáveis por graves violações. A pedido dos peticionários, a Corte considerou a necessidade de criação de uma comissão da verdade como mecanismo fundamental para a apuração dos crimes cometidos no passado [26]. Victória Grabois, integrante do GTNM e familiar de desaparecidos na Guerrilha, afirma a necessidade de que o governo cumpra a sentença:

> *"Nós já estamos em 2015, já faz cinco anos, e muito pouco dessa sentença foi cumprida (…) O Brasil assinou o Pacto de San José da Costa Rica, Fernando Henrique Cardoso assinou esse pacto em 1998. Se o Brasil pertence à OEA, ele tem que seguir o Pacto de San José da Costa Rica e acatar a decisão da Corte. O importante dessa decisão da Corte Interamericana não se refere só ao Araguaia, mas a cerca de quinhentos brasileiros que são mortos e desaparecidos políticos. E também aqueles que foram torturados têm direito, novamente, de indiciar os seus algozes.[27]"*

Considerando a sentença da Corte Interamericana, a OAB interpôs recurso, que ainda espera julgamento, no âmbito da ADPF nº 153, pleiteando que o STF se manifeste acerca da decisão internacional. Nesse mesmo sentido, em maio de 2014, o Partido Socialismo Liberdade promoveu a ADPF nº 320, com a qual pretende que o STF reconheça o efeito vinculativo da decisão da Corte Interamericana para impedir a aplicação da Lei de Anistia em casos de graves violações de direitos humanos por agentes públicos.

Em cumprimento às resoluções da Corte Interamericana foi criado em março de 2012, no Ministério Público Federal (MPF), o Grupo de Trabalho Justiça de Transição, com o objetivo de oferecer apoio jurídico e operacional aos Procuradores da República na investigação e persecução penal das graves violações de direitos humanos cometidas no período ditatorial. De 2008 até o presente, foram iniciadas treze ações penais versando sobre delitos de sequestro qualificado ou ocultação de cadáver praticados por agentes da repressão [28]. A posição do Poder Judiciário frente a essas ações tem sido, contudo, pouco satisfatória. As decisões não respeitam os preceitos do Direito Internacional dos Direitos Humanos e variam de juiz para juiz. O processo judicial impõe às vítimas e familiares ritual burocrático desgastante e pouco eficaz. Nas palavras da militante Maria Amélia Teles,

> *"O Poder Judiciário, ele exige da vítima, do sobrevivente, tudo. Ele suga tudo. Ele quer que você dê detalhes, que você dê a vírgula, que você dê o documento, que você dê a hora. Então, é muito desgastante, exaustivo. Você fica louca de tanta coisa. Então, só isso já é um preço. Um preço muito alto que você paga para ter justiça.[29]"*

As lutas dos familiares e militantes de direitos humanos, a judicialização de casos relativos ao período ditatorial, a aprovação do PNDH 3 e a publicação da sentença da Corte Interamericana possibilitaram um cenário político favorável à instituição de uma Comissão Nacional da Verdade (CNV). Por ato presidencial de 13 de janeiro de 2010, foi instituído o grupo de trabalho responsável por elaborar o anteprojeto de lei para a criação da CNV. Encaminhado ao Congresso Nacional em maio, o projeto resultou na lei 12.528, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff, em 18 de novembro de 2011.

A CNV iniciou seus trabalhos em 16 de maio de 2012, com a posse de seus membros, e os concluiu em 10 de dezembro de 2014, com a publicação de seu Relatório Final. Teve por objetivo analisar e esclarecer violações de direitos humanos praticadas pelo Estado brasileiro entre 1946 e 1988, buscando consolidar o direito à memória e à verdade histórica. A CNV representou um avanço para a consolidação da Justiça de Transição no país: ampliou o debate sobre a temática da ditadura, facilitou o acesso a documentos e pesquisas; promoveu a oitiva de centenas de vítimas e testemunhas e o depoimento de agentes públicos e reconheceu oficialmente,

25. ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo; SOUSA, Teresa. A escrita da repressão e da subversão 1964-1985. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. p.11.

26. CORTE IDH. Caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) vs. Brasil. Sentença de 24 de novembro de 2010.

27. Entrevista com Victória Grabois em 13/03/2015. Projeto de Pesquisa: Arqueologia da reconciliação: formulação, aplicação e recepção de políticas públicas relativas à violação de direitos humanos durante a ditadura militar. CPDOC/Fundação Getúlio Vargas.

28. BRASIL. Ministério Público Federal. Grupo de trabalho justiça de transição: atividades de persecução penal desenvolvidas pelo Ministério Público Federal: 2011-2013. Coordenação e organização de Raquel Elias Ferreira Dodge. Brasília: MPF/2ª CCR, 2014. Ver também: MPF. Atuação do grupo de trabalho Justiça de Transição. Disponível em: http://www.prrj.mpf.mp.br/institucional/crimes-da-ditadura/atuacao-1.

29. Entrevista com Maria Amélia Teles em 28/04/2015. Projeto de Pesquisa: Arqueologia da reconciliação: formulação, aplicação e recepção de políticas públicas relativas à violação de direitos humanos durante a ditadura militar. CPDOC/Fundação Getúlio Vargas.

pela primeira vez, 377 agentes estatais, militares e civis responsáveis pelas torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados. Além de ser a terceira comissão do mundo a indicar nominalmente os autores das graves violações, a CNV defendeu a não aplicação dos dispositivos legais de anistia aos militares responsáveis pelos crimes de lesa-humanidade e apresentou um conjunto de recomendações pertinentes à democratização das Forças Armadas e da sociedade brasileira.

Das demandas sociais à criação da Comissão da Verdade do Rio

As lutas e demandas sociais que se espalharam pelo país desde o final da ditadura militar tiveram reflexo no estado do Rio de Janeiro. Merece destaque a atuação, a partir de 2011, do Coletivo RJ Memória, Verdade e Justiça, determinante para a criação da CEV-Rio. O grupo é parte de um processo nacional mais amplo, de formação da Rede Brasil Memória, Verdade e Justiça, estimulada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e composta por comitês (ou coletivos) da sociedade civil disseminados pelos diferentes estados do país. O Coletivo RJ estruturou-se em torno de quatro objetivos centrais: a criação de uma comissão da verdade autônoma e independente, a abertura dos acervos documentais produzidos no período da ditadura militar, o cumprimento integral da sentença da Corte Interamericana e o resgate da memória e da verdade sobre a história da resistência à ditadura[30]. Também foi importante a criação em 2012 da Articulação Estadual pela Memória, Verdade e Justiça do Rio de Janeiro, composta por uma série de organizações da sociedade civil, como movimentos estudantis (Centros Acadêmicos e Diretórios de Estudantes), movimentos da juventude (como o Levante Popular da Juventude) e movimentos e organizações populares, cujo objetivo comum era fortalecer e unificar as lutas nesse campo. [31]

Ainda nesse contexto, setores da sociedade civil criaram as suas próprias comissões de verdade, dando contornos peculiares à Justiça de Transição brasileira. Comissões setoriais, sindicais e universitárias multiplicaram-se pelo país, de modo a descentralizar e potencializar a construção da verdade. Mais recentemente, em dezembro de 2014, foi lançado, no Rio de Janeiro, o Grupo Filhos e Netos por Memória, Verdade e Justiça com o propósito de debater os efeitos transgeracionais da violência de Estado e cobrar do Estado a devida reparação.

Frente à consolidação de redes de mobilização no campo da memória, verdade e justiça, chamam atenção formas de ação política direta, empreendidas por atores da sociedade civil. Representativos dessas ações foram os escrachos (ou esculachos) realizados a partir de 2012. Inspirados na experiência argentina, e realizados por grupos de jovens, os escrachos são manifestações pacíficas e simbólicas que visam denunciar e expor publicamente perpetradores das violações de direitos humanos. No Rio de Janeiro, a Articulação Estadual pela Memória, Verdade e Justiça realizou em 2012 o escracho do ex-diretor do DOI-CODI, General José Antônio Nogueira Belham, dos militares e ex-torturadores Dulene Aleixo Garcez dos Reis e Lício Augusto Ribeiro Maciel e da estátua do Marechal Castelo Branco, na praia do Leme. Victória Grabois, militante do GTNM, relata uma dessas experiências:

> *"A gente fez um escracho na frente da casa do Lício [Maciel], esse que matou o André [Grabois], meu irmão. (…) E os vizinhos de classe média alta falam assim: "Mas tem torturador no meu prédio?" Eu falei: "Tem". "Eu vou prestar atenção nele agora", ela disse. Uma mulher: "Que vergonha. Um torturador que mora no meu prédio!" Eu falei: "Pois é. No seu prédio mora um torturador". Isso é muito bom. E ele ficava atrás da janela. Disse que ele não morava mais lá. Mas ele apareceu. Nós vimos ele atrás das cortinas. Muito bom[32]."*

Também emblemática foi a Campanha "Ocupa DOPS: ocupar a memória para não esquecer a nossa história" lançada em fevereiro de 2014, que tem por objetivo transformar o prédio do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) em centro de memória vinculado a políticas de direitos humanos e de cultura. Ao longo de 2014, um conjunto de atividades políticas e culturais foi organizado em frente ao local, desde exposição de fotos, graffiti, apresentações de dança e de peças teatrais, rodas de capoeira e de samba e projeções de documentários, até a promoção de debates sobre a destinação do edifício. Apesar da intensa mobilização, as reivindicações ainda não foram atendidas pelo Governo do Estado.

As campanhas, mobilizações, escrachos e intervenções artísticas por memória, verdade e justiça contribuíram para dar forma ao atual cenário político do Rio de Janeiro composto por uma pluralidade de movimentos, grupos, entidades, partidos políticos, associações, ONGs, coletivos e sindicatos que debatem as mais diversas pautas da agenda pública, dentre elas a temática da Justiça de Transição e do legado da ditadura militar no estado.

Como resultado desta mobilização da sociedade, em 27 de setembro de 2011, foi apresentado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) o Projeto de Lei nº 889-A/11, primeiro no país a dispor sobre a criação de uma comissão da verdade em âmbito estadual. Os deputados Gilberto Palmares (PT), Graça Matos (PMDB), Luiz Paulo (PSDB) e Paulo Ramos (então PDT) apresentaram a primeira versão do texto que viria a instituir a CEV-Rio. O processo legislativo para a aprovação do projeto levou 1 ano e 20 dias para conclusão, já que uma parcela significativa dos deputados, contrária a criação de uma Comissão da Verdade, reiteradamente obstruía as votações. O projeto foi aprovado, em plenário, em 24 de outubro de 2012, dando origem a lei 6.335 que instituiu a CEV-Rio.

Em 8 de maio de 2013, os membros da CEV-Rio (Wadih Damous, Nadine Borges, Geraldo Cândido, Marcelo Cerqueira, Eny Moreira, João Ricardo Dornelles e Álvaro Caldas) tomaram posse na sede da OAB/RJ, com a presença do então governador Sérgio Cabral, da ministra de Direitos de Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Maria do Rosario, de ex-presos políticos, de familiares de mortos e desaparecidos e militantes de direitos humanos, dando início aos trabalhos da Comissão.

30. Ver: http://coletivorj.blogspot.com.br/p/sobre_27.html

31. INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO (ISER). I Relatório Semestral de Acompanhamento da Comissão Nacional da Verdade (maio a novembro de 2012). Rio de Janeiro, 2012, p. 41. Disponível em: http://www.iser.org.br/website/wp-content/uploads/2013/11/I-Relatório-Semestral-de-Acompanhamento-CNV-ISER-2012.pdf.

32. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos. Rule of law tools for pos-conflict states: truth commissions. Nova York e Genebra: 2006.

Capítulo 2 - O MANDATO LEGAL E AS ATIVIDADES DA COMISSÃO DA VERDADE DO RIO

As comissões da verdade são órgãos oficiais, temporários e sem caráter judicial, que investigam circunstâncias, causas e consequências das violações de direitos humanos ocorridas em determinado período de tempo, conferindo destaque e importância aos testemunhos das vítimas[1]. As múltiplas experiências de comissões da verdade, em diferentes países do mundo nas últimas três décadas, são fruto do reconhecimento do direito das vítimas, de seus familiares e da sociedade de conhecer a verdade sobre os padrões de violência cometidos no passado, incluindo a identificação dos perpetradores, as motivações que deram origem a tais violações, bem como o destino final de pessoas desaparecidas[2]. O direito à verdade afasta as tentativas de esquecimento e de negacionismo, evitando que violações de direitos humanos voltem a se repetir no futuro.

Estas comissões fazem parte de uma estratégia mais ampla da Justiça de Transição, conceito relativo ao conjunto de medidas judiciais e não judiciais, adotadas em um contexto de transformação política, que visam reparar os crimes perpetrados por regimes repressivos no passado[3]. São cinco os principais pilares da justiça de transição: verdade, memória, justiça, reparação e implementação de reformas institucionais[4]. Quanto mais integrados forem esses elementos, mais eficaz torna-se a atuação das comissões da verdade, cujos objetivos centrais consistem em revelar a verdade oficial dos fatos, preservar as provas sobre as violações de direitos humanos pretéritas e apresentar ao Estado recomendações de políticas públicas a fim de promover mudanças institucionais e prevenir a repetição futura de tais violações.

Dos cinco pilares mencionados, o Estado brasileiro contemplou especialmente um deles, a reparação de caráter pecuniário às pessoas atingidas pela violência de Estado, deixando os demais em segundo plano. As demandas por justiça foram particularmente sufocadas, em razão da interpretação conservadora conferida à Lei de Anistia de 1979. Mais recentemente, com a instituição da Comissão Nacional da Verdade, o país deu um importante passo para a efetivação do direito à verdade. Inserida nesse contexto, a lei estadual nº 6.335 de 24 de outubro de 2012 criou a Comissão Estadual da Verdade do Rio.

Os marcos legais de atuação da Comissão da Verdade do Rio

De acordo com a lei 6.335/12, a CEV-Rio buscou acompanhar e subsidiar a CNV nos esclarecimentos das graves violações de direitos humanos, praticadas entre 1946 e 1988. Seus principais objetivos foram: esclarecer fatos e circunstâncias dos casos de graves violações; identificar e tornar públicas as estruturas, locais, instituições e circunstâncias relacionadas à prática de violações de direitos humanos, suas eventuais ramificações nos aparelhos estatais e na sociedade; encaminhar, à CNV, toda e qualquer informação obtida que pudesse auxiliá-la a alcançar seus objetivos; colaborar com todas as instâncias do Poder Público para a apuração de violações de direitos humanos; recomendar adoção de medidas e políticas para prevenir futuras violações; promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução histórica dos casos de graves violações de direitos humanos ocorridos no passado, colaborando para a prestação de assistência às vítimas.

A legislação atribuiu à CEV-Rio a competência de receber testemunhos, informações, dados e documentos que lhe fossem encaminhados, assegurada a não identificação do detentor ou depoente; requisitar informações, dados e documentos de órgãos e entidades do Poder Público, ainda que em qualquer grau de sigilo; convocar, para entrevistas ou testemunhos, pessoas que pudessem guardar relação com fatos e circunstâncias examinados; determinar a realização de perícias e diligências para coleta ou recuperação de informações, documentos e dados; promover audiências públicas; requisitar proteção aos órgãos públicos para qualquer pessoa que se encontre em situação de ameaça em razão de colaboração com a CEV-Rio; promover parcerias com órgãos e entidades, públicos ou privados, nacionais ou internacionais, para intercâmbio de informações, dados e documentos; requisitar o auxílio de entidades e órgãos públicos; requerer ao Poder Judiciário acesso a informações dados e documentos públicos e privados, necessários para o desempenho de suas atividades. Nos moldes de outras comissões da verdade, a CEV-Rio não teve competência jurisdicional ou persecutória. Ou seja, não lhe foi atribuída a possibilidade de responsabilizar civil ou criminalmente agentes envolvidos na prática de graves violações de direitos humanos durante a ditadura.

O prazo de funcionamento da CEV-Rio foi estabelecido em dois anos para a conclusão dos trabalhos, contados a partir da instalação. Tal prazo foi prorrogado por 8 meses, mediante o decreto estadual nº 45.025, de 4 de novembro de 2014. A composição da Comissão foi definida a partir do critério da pluralidade, devendo ser integrada por sete membros, designados pelo Estado do Rio, entre brasileiros de reconhecida idoneidade e conduta ética, residentes no Rio de Janeiro, identificados com a defesa da democracia e dos direitos humanos, ficando vedada a participação de membros das Forças Armadas e Órgãos de Segurança de Estado, assim como colaboradores do regime militar nos mais diversos níveis de representação do Estado ou da sociedade.

A lei delimitou os marcos materiais, espaciais e temporais para as atividades da CEV-Rio. No marco material, a lei definiu que a CEV-Rio deveria buscar esclarecer graves violações de direitos humanos entre 1946 e 1988. Ao usar a expressão "graves violações de direitos humanos", a lei orientou a CEV-Rio a submeter seu trabalho aos imperativos do Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH). O legislador optou por utilizar conceito próprio da ordem internacional, em vez de simplesmente enumerar tipos penais ou direitos fundamentais constitucionalmente previstos. O uso do conceito de graves violações levaram a CEV-Rio a limitar suas análises às violações cometidas por agentes públicos ou por pessoas a seu serviço ou que contavam com o apoio ou interesse do Estado, restando excluída de seu mandato a apuração de condutas cometidas por particulares, sem a participação direta ou indireta do Estado.

De acordo com o DIDH, ocorrem violações de

1. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Comissão de Direitos Humanos. Uptade Set of Principies for the protection and promotor of human rights through action to combat impunity. E/CN.4/2005/102/Add.1.08.fev. 2005. Definição D. Ver também: GONZÁLEZ, Eduardo; VARNEY, Howard. Busca da verdade: elementos para a criação de uma comissão da verdade eficaz. Brasília: Comissão de Anistia, Nova York: Centro Internacional para a Justiça Transição, 2013. p. 9.
2. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos. Rule of law tools for pos-conflict states: truth commissions. Nova York e Genebra: 2006.
3. TEITEL, RUTI. Transitional Justice Genealogy. In: Harvard Human Rights Journal. Vol. 16, 2003, p.69. Ver também: INTERNATIONAL CENTER FOR TRANSITIONAL JUSTICE. What is transicional justice? Disponível em: https://www.ictj.org/about/transitional-justice.
4. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos. Rule of law tools for pos-conflict states: truth commissions. Nova York e Genebra: 2006. p. 5.

direitos humanos quando o Estado infringe normas estabelecidas nos tratados de direitos humanos, de acordo com a interpretação que lhes conferem os órgãos competentes. Tais violações podem ocorrer em virtude da atuação dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário ou do Ministério Público e em decorrência da ação de agentes públicos e pessoas a serviço de qualquer ente da federação, no nível nacional, regional ou local. Violações de direitos humanos também podem resultar da atuação de grupos que agem com o apoio ou a aquiescência do Estado, mesmo quando não se comprove um vínculo formal do agente com o poder público e ainda da atuação de particulares quando se demonstre que o poder público não empregou a devida diligência para prevenir e sancionar o ocorrido[5].

Nesse ponto, é preciso considerar uma questão enfrentada pela CEV-Rio no que se refere a conflitos por terra e repressão no campo ocorridos no estado do Rio de Janeiro. No contexto rural, a maior parte das violações de direitos humanos foram praticadas por agentes privados que contavam com a anuência, conivência ou omissão do poder público.Em razão dos critérios acima expostos, tais violações foram objeto de investigação da CEV-Rio e são consideradas como de responsabilidade do Estado brasileiro.

Os principais elementos que caracterizam uma violação de direitos humanos como grave são o caráter inderrogável dos direitos afetados e/ou a vulneração de normas imperativas do direito internacional. Dessa forma, a expressão "graves violações de direitos humanos", mesmo não sendo estática, é utilizada para designar tanto a violação a direitos considerados inderrogáveis pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos (como o direito à vida e à integridade pessoal) e, portanto, não passíveis de suspensão em situações excepcionais (como o estado de emergência, a guerra, o estado de perigo, etc.), quanto para indicar a transgressão a normas imperativas do direito internacional (normas de ius cogens), como aquelas referentes à proibição do genocídio, dos crimes de guerra e dos crimes de lesa humanidade.

Diante da inexistência de um rol taxativo de graves violações de direitos humanos em tratados internacionais ou legislação interna, tem cabido prioritariamente aos tribunais internacionais de direitos humanos a identificação de tais violações. De forma geral, pode-se dizer que hoje constituem graves violações de direitos humanos: detenções/prisões arbitrárias e ilegais; tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes; execuções sumárias, arbitrárias e extrajudiciais; desaparecimentos forçados; deslocamento forçado de populações; e a discriminação sistemática com base no gênero ou na raça[6].

Com base nessas considerações, a CEV-Rio orientou seus trabalhos para o exame e esclarecimento dos casos de prisões ilegais e arbitrárias, torturas, mortes (execuções sumárias, arbitrárias e extrajudiciais) e desaparecimentos forçados, contemplando-se nestes os casos de ocultação de cadáveres, de modo a subsidiar as pesquisas realizadas pela CNV [7]. Ainda que tenha direcionado seus esforços prioritariamente a investigações de graves violações, a CEV-Rio buscou apurar também outros tipos de violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura, como a perseguição ao movimento negro, a remoção forçada de moradores de favela, a expropriação das terras dos trabalhadores rurais, a discriminação contra mulheres e homossexuais e a restrição dos meios de subsistência e da qualidade de vida dos trabalhadores urbanos. São violações que, apesar de tradicionalmente não serem conceituadas como graves pelo arcabouço liberal do Direito Internacional dos Direitos Humanos, merecem nossa atenção, pois além de atingirem milhares de vidas, encontram-se associadas à prática sistemática de prisões ilegais, torturas, desaparecimentos forçados e execuções.

No marco espacial, coube a CEV-Rio o exame das violações de direitos humanos ocorridas no Estado do Rio de Janeiro. Suas atividades procuraram elucidar as estratégias repressivas no estado, sem que isso implicasse desconsiderar a estrutura geral do Estado ditatorial. No que se refere aos mortos e desaparecidos, a CEV-Rio considerou todos os casos de vítimas da ditadura nascidas no Rio de Janeiro e de vítimas que, apesar de nascidas em outro estado, foram mortas ou desapareceram no Rio de Janeiro.

O marco temporal das investigações foi definido pela lei 6.335/12 como aquele previsto pelo artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, datas de promulgação de duas constituições democráticas. A CEV-Rio, assim como fez a CNV, privilegiou o esclarecimento das violações praticadas a partir do golpe de Estado de 1964.

As atividades da Comissão da Verdade do Rio

A equipe de trabalho e as frentes de atuação da CEV-Rio

Na fase inicial, a CEV-Rio dedicou-se à sua estruturação administrativa. O decreto estadual nº 44.103, de 12 de março de 2013, que regulamentou a lei 6.335/12, determinou que a Comissão seria constituída por sete membros, uma secretária executiva e dez assessores.

Inicialmente, a composição do colegiado era formada por Álvaro Caldas, jornalista, ex-membro do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e ex-preso político; Eny Moreira, advogada de presos políticos, idealizadora e co-autora do Projeto Brasil Nunca Mais; Geraldo Cândido, sindicalista e ex-senador da República; João Ricardo Dornelles, advogado e professor da PUC-Rio; Marcello Cerqueira, advogado de presos políticos e vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1964; e Nadine Borges, advogada, ex-coordenadora da CEMDP, ex-Secretária Nacional de Promoção dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e assessora da CNV. A presidência da CEV-Rio ficou a cargo de Wadih Damous, advogado trabalhista, presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB e ex-presidente da Seccional do

5. ONU. Responsabilidad del Estado por hechos internacionalmente ilícitos. Resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas, 56º período de sessões, Doc. AG/RES/56/83, 28 de Janeiro de 2002. CORTE IDH. Caso Velasquéz Rodriguez vs. Honduras. Sentença de mérito de 29 de julho de 1988. Série C, Nº4, para. 169- 172; Caso Ximenes Lopes vs. Brasil. Sentença de 4 de julho de 2006. Série C Nº 149, para. 85-86; Caso Massacre de Mapiripan vs. Colombia. Sentença de 15 de setembro de 2005. Série C N.º134, para. 120-122.

6. Estas violações foram caracterizadas como graves em uma série de documentos internacionais dentre os quais destaca-se, sem pretensão de exaustão: ONU. Study concerning the right to restitution, compensation and rehabilitation for victims of gross violations of human rights and fundamental freedoms. Relatório submetido pelo Relator Especial Theo Van Boven. E/CN.4/Sub.2/1993/8, 2 de julho de 1993, para. 13. ONU. Resolução 61/153 da Assembléia Geral. "La tortura y otros tratos o penas crueles, inhumanos o degradantes" ((A/61/443/Add.1 y Corr.1). 14 de fevereiro de 2007. ONU. Resolução 61/173 da Assembléia Geral. "Execuciones extrajudiciales , sumarias o arbitrarias". (A/61/443/Add.2 y Corr.1). 1 de março de 2007. ONU. Observação Geral nº31 do Comitê de Direitos Humanos. Naturaleza de la obligación jurídica general impuesta a los Estados Partes en el Pacto. U.N. Doc. CCPR/C/21/Rev.1/Add.13, de 26 de maio de 2004, par. 18. ONU. Observação geral Nº29, Estados de emergencia. (artigo 4), CCPR/C/21/Rev.1/Add.11, 31 de agosto de 2011, para. 11. CORTE IDH. Barrios Altos vs. Peru. Sentença de 14 de março de 2001. Série C, Nº 75, para. 41. CORTE IDH. Gelman vs. Uruguai. Sentença de 24 de fevereiro de 2011. Série C, Nº 221, para. 205.

7. Para uma análise mais aprofundada desses conceitos, ver: capitulo 7 (Quadro conceitual das graves violações) do Relatório Final da CNV e o documento intitulado "Embasamento jurisprudencial internacional do quadro conceitual adotado pela CNV" (Arquivo CNV, 00092.002740/2014-11.

Rio de Janeiro da OAB por dois mandatos (2007-2009 e 2010-2012). Com a saída de Wadih Damous, Rosa Cardoso da Cunha assumiu, em junho de 2015, a presidência da Comissão da Verdade do Rio. Rosa é advogada, atuou em defesa de presos políticos e foi membro da CNV. Em 7 de agosto de 2015, Vera Ligia Huebra Neto Saavedra Durão, jornalista e ex-presa política, juntou-se à equipe.

Na etapa inicial, além da equipe de assessores, foram definidos os temas que deveriam ser investigados, as fontes de pesquisa e os meios necessários à sua realização. Foram estabelecidas cinco frentes de atuação:

I. Mortos e Desaparecidos Políticos

Esclarecer casos de morte e desaparecimento;

Identificar fatos, circunstâncias e autoria desses fatos;

Utilizar acervos arquivísticos como fontes de pesquisa (Arquivo Nacional, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, entre outros).

II. Planos e Atentados Terroristas praticados por agentes do Estado

Investigar e explicar os atentados ocorridos no Rio de Janeiro durante a ditadura, como o caso do Riocentro e da bomba que explodiu na OAB;

Esclarecer o funcionamento do Estado de exceção.

III. Financiamento, Estruturas e Institucionalidade da Repressão

Identificar a cadeia de comando das violações de direitos humanos, apontando os responsáveis e esclarecendo o modelo de funcionamento estatal bem como a institucionalidade social do regime autoritário, com ênfase nas seguintes temáticas: financiamento e apoio civil-empresarial à ditadura, atuação dos poderes Executivo, Legislativo e Judicial e a responsabilidade das Forças Armadas.

IV. Centros Clandestinos e Oficiais de Repressão e Lugares de Resistência

Identificar e tornar públicas as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionadas à prática de violações de direitos humanos;

Revelar o método de funcionamento desses locais.

V. Observatório para a Não-Repetição

Mapear os padrões de violações de direitos humanos atuais que se relacionam com a violência institucionalizada durante a ditadura militar, recomendar ao Estado a adoção de medidas e políticas públicas para evitar a repetição de tais práticas.

Grupos de Trabalho

Além das frentes de atuação da CEV-Rio, foram estruturados Grupos de Trabalho (GT) para apoiar as iniciativas que vinham sendo realizadas por órgãos do poder público ou entidades da sociedade civil. Os encontros desses grupos aconteceram periodicamente e reuniram pessoas engajadas no tema da Justiça de Transição; entidades de direitos humanos e de memória, verdade e justiça; assessores da CEV-Rio; e convidados que auxiliaram no desenvolvimento dos trabalhos. Os GTs constituídos foram:

a) GT DOPS

O GT DOPS resultou de uma antiga demanda da sociedade civil de transformar o prédio do ex-Departamento de Ordem Política e Social do então Estado da Guanabara (DOPS), na Rua da Relação, em centro de memória. Tombado em 1987 pelo Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (INEPAC), devido à sua importância histórica e arquitetônica, "principalmente pela celebração aos brasileiros que ali foram torturados pelas suas ideias e práticas políticas progressistas e populares"[8], pertence atualmente à Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

O GT, sob a coordenação da CEV-Rio, fomentou o debate e a reflexão sobre a história do prédio, promoveu a articulação política em torno da transformação do espaço em centro de memória, acompanhou as obras na fachada do prédio e organizou atividades, como seminários, diligências, audiências públicas e reuniões com as autoridades estatais. O Seminário "DOPS: Ocupar a Memória – Um Espaço em Construção", ocorrido em novembro de 2013 em frente ao edifício, contou com a participação de ex-presos e perseguidos políticos, militantes de direitos humanos e gestores de políticas públicas. A audiência pública, realizada em agosto de 2014, em conjunto a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), propôs a afetação do prédio à Secretaria Estadual de Cultura com o objetivo de garantir a execução de uma política organizada em quatro pilares: Memória e Conhecimento, Gestão Participativa, Direitos Humanos e Integração Comunitária. Outras importantes iniciativas foram as diligências no interior do prédio. Foram feitas oito diligências no local. Em algumas, os integrantes do GT estiveram acompanhados de ex-presos políticos e de agentes do INEPAC, o que permitiu o levantamento de informações acerca da conservação das características originais do espaço. Durante as visitas foi localizada, no interior do prédio, vasta documentação abandonada, em avançado estado de deterioração devido às inadequadas condições de armazenamento.



Durante diligência realizada pelo GT Dops encontrou-se documentos da repressão em avançado estado de abandono e deterioração
Foto: Bruno Marins

8. INEPAC. Processo nº E-18/300071/87. Ofício Nº16/INEPAC/87 de 11 de março de 1987.

b) GT Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical

Para que a CEV-Rio pudesse aprofundar suas investigações acerca da repressão aos trabalhadores foram mobilizados representantes de diferentes centrais sindicais, tais como Central Única dos Trabalhadores, Central Sindical e Popular – Conlutas, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, União Geral dos Trabalhadores, Intersindical e Força Sindical.

Os principais objetivos do GT foram levantar quantos e quais sindicatos sofreram invasão e intervenção a partir do Golpe de Estado de 1964; estimar quantos trabalhadores foram submetidos a violações de direitos humanos, analisar a rede de repressão aos trabalhadores, e, por fim, apontar as evidências da participação e do apoio de empresas públicas e privadas ao regime militar.

A CEV-Rio estabeleceu cinco categorias trabalhistas prioritárias, seguindo a orientação do GT Trabalhadores da CNV: bancários, metalúrgicos, portuários, petroleiros e ferroviários. A partir da demanda de outras categorias organizadas, foram acrescentados também jornalistas, operários navais e metroviários. Para contar a história da luta e resistência dos trabalhadores, o GT Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical desenvolveu análise documental, coletou depoimentos privados e realizou cinco atividades públicas que somaram 22 depoimentos.

c) GT Testemunhos

O GT Testemunhos foi concebido em parceria com o Projeto Clínicas do Testemunho, do Instituto Projetos Terapêuticos do Rio de Janeiro. O Projeto, ligado à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, oferece assistência psicológica aos afetados pela violência estatal, capacita profissionais e elabora subsídios para a construção de uma política pública de reparação voltada para os afetados pela violência do Estado ditatorial. O GT objetivou, assim, auxiliar a CEV-Rio na coleta dos depoimentos reservados e públicos, bem como reforçar o caráter pedagógico, político e reparatório dos testemunhos prestados à Comissão.

Diversas atividades foram realizadas no âmbito do GT. Destacam-se as audiências públicas sobre os efeitos transgeracionais da violência de Estado, que contaram com a participação de integrantes do Grupo Filhos e Netos por Memória, Verdade e Justiça, criado em dezembro de 2014. Também foram relevantes o ato que debateu, por meio de depoimentos de militares perseguidos e torturados, a violência sofrida por esse grupo e a audiência pública sobre o Hospital Central do Exército, na qual foram ouvidos testemunhos de ex-presos internados no local.

d) GT Casa da Morte de Petrópolis

A CEV-Rio realizou inúmeras reuniões em Petrópolis, em diálogo com atores locais interessados em debater as violações de direitos humanos ocorridas na cidade durante a ditadura. Petrópolis apresentou um cenário fértil para o trabalho da Comissão, em razão das lutas em torno da construção de um espaço de memória na antiga Casa da Morte, centro de prisão e tortura montado pelo Exército brasileiro durante a primeira metade dos anos 1970.

Uma série de ações, oficiais e não oficiais, já vinha sendo desenvolvida na cidade: a Procuradora Federal Vanessa Seguezzi conduzia investigações sobre os possíveis desaparecidos políticos da Casa da Morte; a Prefeitura, na figura do Procurador-Geral Marcos São Thiago, havia se comprometido com a desapropriação e criação de um memorial na casa; o Museu Imperial ofertava acesso aos arquivos históricos da 37ª Delegacia de Polícia de Petrópolis; o Centro de Defesa dos Direitos Humanos realizava inúmeros debates e campanhas e o Comitê Petrópolis em Luta organizava atos públicos sobre o tema.

O GT dedicou-se à investigação dos fatos relacionados à Casa da Morte e procurou contribuir para a construção de políticas de não-repetição, prestando apoio às iniciativas de criação de um memorial na cidade.

O GT se reuniu seis vezes na cidade de Petrópolis e contou com a participação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis, do Comitê Petrópolis em Luta e do Coletivo RJ Memória Verdade e Justiça, tendo realizado intervenções em conjunto com a Juventude do Partido dos Trabalhadores em Petrópolis, Levante Popular da Juventude, União da Juventude Socialista de Petrópolis, Quizomba, Partido Comunista Revolucionário, Partido Comunista do Brasil e, como observador, o Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro.

Audiências Públicas/Testemunhos da Verdade

A CEV-Rio teve como uma de suas principais atividades os Testemunhos da Verdade, uma tomada pública de depoimentos de ex-presos e perseguidos políticos e de familiares de mortos e desaparecidos. Em todos eles, foram realizadas conversas anteriores com os depoentes, valendo-se da metodologia desenvolvida pelo Projeto Clínicas do Testemunho, que visa trabalhar o cuidado, a clareza do depoimento e o caráter político do testemunho público.



O primeiro Testemunho da Verdade realizado pela CEV-Rio lotou o plenário da ALERJ para ouvir os depoimentos de Dulce Pandolfi (foto) e Lucia Murat
Foto: Fabio Cascardo

Ao dar voz aos afetados pela violência de Estado, o Testemunho da Verdade contribuiu para evidenciar os efeitos de tão longo silenciamento e permitiu que os depoentes transitassem da posição de vítima à de testemunha. A realização dos Testemunhos da Verdade, no formato de audiência pública, representou, assim, uma forma de reparação aos atingidos pela ditadura, pois ajudou a reconstruir a memória coletiva, associando a singularidade

das experiências a uma narrativa compartilhada socialmente.

Ao longo de quase três anos de trabalho foram realizadas 80 audiências pública sendo, a maioria, Testemunhos da Verdade. Somando com os depoimentos privados, a CEV-Rio ouviu mais de 200 pessoas.

Diligências

A CEV-Rio realizou visitas de reconhecimento a cinco centros de repressão da ditadura para coleta de informações, documentos e dados: Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna do 1º Exército (DOI-CODI), Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), Vila Militar, Ilha das Flores (São Gonçalo) e 1º Batalhão de Infantaria Blindada do Exército de Barra Mansa (1º BIB). A partir dessas diligências, que contou com a participação de ex-presos políticos, foi possível identificar celas destinadas à prisão e tortura de opositores e confeccionar croquis dos cômodos utilizados pela repressão e na configuração espacial da época, uma vez que os locais sofreram reformas ao longo do tempo. Para a tarefa, cabe destacar a colaboração da equipe do núcleo pericial da CNV, que elaborou laudos periciais e relatórios técnicos a partir das diligências.

Fórum de Participação

A CEV-Rio procurou atuar em sintonia com os familiares de mortos e desaparecidos, ex-presos políticos, militantes por memória, verdade e justiça e com as organizações de direitos humanos e da sociedade civil. Construiu o Fórum de Participação como um instrumento de gestão participativa e espaço institucional de divulgação das atividades realizadas e de apresentação das investigações em andamento. Realizadas mensalmente, na última sexta-feira de cada mês, ocorreram 18 edições do Fórum, com uma média de 50 participantes por encontro, reunindo mais de 70 entidades e órgão públicos, além de diversos setores governamentais das esferas municipal, estadual e federal[9].

Plenárias de Recomendações

A edição do Fórum de Participação de 10 de outubro de 2014 inaugurou uma nova atividade: as Plenárias de Recomendações. Estas Plenárias reuniram representantes da sociedade civil e especialistas em temas relacionados aos trabalhos da Comissão com o objetivo de debater publicamente a construção das recomendações que deveriam constar neste Relatório.

Entre os 18 Fóruns, cinco assumiram o formato de Plenária, em que se discutiram: a abordagem da ditadura nos espaços de ensino (10/10/2014); liberdade de expressão, liberdade de manifestação e democratização dos meios de comunicação (28/11/2014); autos de resistência (31/10/2014); desmilitarização da Justiça (29/04/2015) e resoluções da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Gomes Lund e outros ("Araguaia") vs. Brasil (12/06/2015).

9. Dentre os participantes, destacam-se: Associação Nacional dos Anistiados Políticos, Aposentados e Pensionistas; Centros Acadêmicos das universidades públicas do RJ; Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis; Coletivo RJ Memória, Verdade e Justiça; Comissão de Direitos Humanos da OAB; Conselho Regional de Psicologia; Grupo Tortura Nunca Mais; Instituto Estudos da Religião (ISER); Movimento Popular de Favelas; União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. É importante lembrar também que representantes de diversos arquivos estiveram presentes como, Arquivo Nacional, CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação da FGV), APERJ (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro), Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Centro de Documentação da CUT e Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro.

Parceria com a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Na posse da CEV-Rio, o então governador do Estado, Sergio Cabral, anunciou o compromisso em apoiar o estudo de temas relacionados à apuração de violações de direitos humanos durante o período da ditadura, colocando a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) à disposição para negociações referentes ao financiamento de projetos de pesquisas que subsidiariam os trabalhos a Comissão.

No dia 04 de outubro de 2013, a FAPERJ lançou o edital nº38/2013 Programa "Apoio ao estudo de temas relacionados ao direito à memória, à verdade e à justiça relativas a violações de direitos humanos no período de 1946 a 1988". [10] Este edital visou a seleção de projetos coordenados por pesquisadores vinculados a instituições de ensino e pesquisa sediadas no Estado do Rio de Janeiro e seguiu orientações que estruturavam o próprio ordenamento dos trabalhos da CEV-Rio. A iniciativa teve investimento total de R$ 2 milhões, distribuídos entre sete projetos contemplados, de seis universidades do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ, UFRRJ–CPDA, UFF-VR, PUC-RIO, FGV, IBMEC).

O edital resultou de uma ação inédita no que diz respeito às atividades das Comissões da Verdade instaladas no Brasil e um marco na Justiça de Transição. A parceria da CEV-Rio com os grupos de pesquisas se deu em vários âmbitos de atuação: seminários realizados nas respectivas universidades, coleta pública e privada de depoimentos, divulgação das pesquisas em jornais de grande circulação, acesso aos arquivos e digitalização de acervos.

10. Colaborou na elaboração do projeto que deu origem a este edital a pesquisadora Luciana Lombardo.

As pesquisas contempladas pelo edital da FAPERJ foram:

a) "Conflitos e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)" (CPDA/UFRRJ - Coordenado por Leonilde Medeiros)

b) "Arqueologia da reconciliação: formulação, aplicação e recepção de políticas públicas relativas à violação de direitos humanos durante a ditadura militar" (CPDOC/FGV - Coordenado por Angela Moreira Domingues da Silva)

c) "O Testemunho como Janela: O Perfil dos Atingidos e a Estrutura Repressiva do Estado Ditatorial no Rio de Janeiro a partir de Testemunhos dados à Comissão de Reparação do Estado do Rio de Janeiro" (PPGHIS/ UFRJ - Coordenado por Marcos Luiz Bretas)

d) "Justiça autoritária? Uma investigação sobre a estrutura da repressão no Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (1964-1985)" (FND/UFRJ - Coordenado por Vanessa Oliveira Batista Berner)

e) "A estrutura de atuação do Poder Judiciário no Estado do Rio de Janeiro durante o governo militar e recomendações para políticas públicas de não repetição neste âmbito" (IBMEC - Coordenado por Daniela Silva Fontoura de Barcellos)

f) "O 1° Batalhão de Infantaria Blindada do Exército e a repressão militar no Sul Fluminense" (UFF/Volta Redonda - Coordenado por Ozanan Carrara)

g) “Políticas Públicas de Memória para o Estado do Rio de Janeiro: pesquisas e ferramentas para a não-repetição” (NDH/PUC-Rio - Coordenado por José María Gómez)



Seminário “Construindo a Verdade – Pesquisas sobre a ditadura de 64 no Rio de Janeiro”, promovido pela CEV-Rio, no Arquivo Nacional, reuniu pesquisadores que subsidiaram o trabalho da CEV-Rio
Foto: Bruno Marins

Pesquisadores Colaboradores

Na discussão para a elaboração deste Relatório Final foram identificados alguns temas não contemplados pelas pesquisas em andamento e que ganharam importância nos trabalhos da Comissão, em razão de manifestação nos depoimentos colhidos ou documentos encontrados nos arquivos. A CEV-Rio convidou, então, pesquisadores externos para colaborar, ampliando as pesquisas nas seguintes frentes: empresariado, grande imprensa e a questão da dívida pública; a ditadura nas favelas cariocas; a violência contra a população negra; a perseguição a pessoas LGBT e a violência de gênero exercida pelo Estado ditatorial.

Os textos produzidos pelos colaboradores tiveram os seguintes títulos:

a) “Colorindo memórias e redefinindo olhares: ditadura militar e racismo no Rio de Janeiro” (Pesquisadora: Thula Rafaela de Oliveira Pires)

b) “A ditadura nas favelas do Rio de Janeiro” (Pesquisadores: Juliana Oakim e Marco Pestana)

c) “Ex-presas na justiça de transição brasileira: acordar as múltiplas vozes silenciadas” (Pesquisadora: Natacha Nicaise)

d) “Ditadura e homossexualidades no estado do Rio de Janeiro” (Pesquisadores: James Green e Renan Quinalha)

e) “A ditadura militar e o capitalismo brasileiro” (Pesquisador: Demián Melo)

f) “As empresas nacionais de construção e a ditadura civil-militar, 1964-1988” (Pesquisador: Pedro Henrique Pedreira Campos)

g) “Grupos midiáticos e ditadura: estudo de caso das Organizações Globo” (Pesquisador: João Braga Arêas)

h) “Quem se beneficiou da Dívida Pública durante a Ditadura” (Pesquisador: Marcos Arruda)

Os resultados das pesquisas, que subsidiam este Relatório Final, foram apresentados durante Seminário “Construindo a Verdade – Pesquisas sobre a ditadura de 64 no Rio de Janeiro”, no Arquivo Nacional. A atividade reuniu os sete projetos contemplados pelo edital da FAPERJ e os pesquisadores colaboradores que permitiram, com sua generosa cooperação, ampliar a perspectiva inicial que estruturou as atividades desta Comissão. Todas as pesquisas estarão disponíveis na versão digital deste Relatório.

Parceria com as Comissões Municipais da Verdade

A construção de uma Comissão Municipal seguiu o seguinte procedimento: a CEV-Rio fez contato com a sociedade civil organizada da cidade visando debater o tema da ditadura e das violações de direitos humanos ocorridas naquele período; em seguida, foram realizadas reuniões de trabalho para que a proposta de uma Comissão da Verdade fosse pensada coletivamente; paralelo a esse processo foi possível, em alguns municípios, envolver órgãos do poder público local que já trabalhavam com essa pauta; o pleito era proposto no formato de projeto de lei que passaria por aprovação na Câmara Municipal para ser sancionado pelo prefeito. A CEV-Rio estimulou a criação de Comissões da Verdade em nove municípios: Niterói, Macaé, Volta Redonda, Duque de Caxias, São Gonçalo, São João de Meriti, Barra Mansa, Nova Friburgo e Petrópolis[11].

As Comissões Municipais tiveram papel fundamental na identificação de indivíduos e grupos sociais atingidos pela ditadura militar, desenvolvendo pesquisas, colhendo testemunhos e mapeando os espaços de memória e locais de prisão e tortura em seus respectivos municípios. Os trabalhos das Comissões são de extrema importância, pois evidenciam que a repressão e a violência da ditadura atingiram não só a capital do Estado do Rio de Janeiro, mas também as demais regiões.

Em 26 de junho de 2015, a CEV-Rio realizou um encontro com as Comissões Municipais da Verdade, a fim de incluí-las no processo de elaboração deste Relatório Final. Durante a reunião, as comissões presentes[12] apresentaram as principais linhas de pesquisa e os resultados obtidos.

Parceria com as Comissões Estaduais da Verdade

Além de trabalhar junto com as comissões municipais instaladas no Estado do Rio de Janeiro, a CEV-Rio realizou parcerias com Comissões Estaduais da Verdade, como as de Pernambuco, Paraíba e São Paulo, e comissões municipais de outros Estados, como a de Juiz de Fora, que se deram através do intercâmbio de pesquisas e informações e na participação de eventos.

Nos dias 16 e 17 de abril de 2015, a CEV-Rio sediou

11. Cabe salientar que a Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis foi criada em julho de 2014, pela lei nº 7.207, de 23 de julho de 2014, mas até o momento ainda não foi regulamentada. Para dar continuidade a esse trâmite, foi instalado, em 18/04/2015, o grupo “Pró-Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis”, com o objetivo de regulamentar a Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis conforme os critérios da lei e propor uma concepção participativa e democrática.
12. Niterói, Macaé, Volta Redonda, Duque de Caxias, São Gonçalo, Nova Friburgo e Petrópolis.

o Encontro Nacional das Comissões Estaduais da Verdade, que tinha por objetivo promover o intercâmbio de experiências e incentivar a colaboração entre as comissões. Participaram do Encontro representantes da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo - Rubens Paiva, Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban, Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba e de Minas Gerais, além do Rio de Janeiro. Foram convidados, também, o MPF, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, a Comissão de Anistia e o Núcleo de Estrutura Temporária para a Organização do Acervo da CNV visando debater e dar prosseguimento ao que a CNV e as Comissões Estaduais apresentam como recomendações em seus relatórios.

No encontro, todas as comissões tiveram a oportunidade de apresentar as pesquisas feitas e compartilharam métodos de trabalho e linhas de pesquisas, além de relatar casos que poderiam ser investigados de forma colaborativa. Para garantir o prosseguimento dos trabalhos desenvolvidos pelas comissões, redigiu-se uma carta que foi assinada por todas as comissões presentes.

Carta das Comissões Estaduais da Verdade

Reunidos no Rio de Janeiro, nos dias 16 e 17 de abril de 2015, os signatários assumem a responsabilidade de dar continuidade ao processo de desconstrução do legado autoritário da ditadura civil-militar de 1964, pois entendem que a luta por verdade não se encerra após o término dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e a entrega do seu relatório final.

Reafirmamos nosso compromisso com a expansão das políticas de memória, verdade e reparação em curso, mas precisamos avançar no processo de transição para uma democracia mais ampla. A questão hoje colocada em nossa agenda é Justiça.

Neste momento em que a nação exige a apuração e punição para tantos crimes, como forma de evitar a sua repetição, não podemos aceitar que permaneça a impunidade dos crimes de lesa humanidade praticados pela ditadura e por aqueles que a CNV identificou, muitos já denunciados pelo Ministério Público Federal (MPF).

Por isso, decidimos:

1. Criar uma rede nacional de comissões da verdade, com uma coordenação para fazer cumprir e dar prosseguimento ao que a CNV e demais Comissões da Verdade recomendam em seus relatórios;

2. Buscar cooperação de entidades da sociedade civil comprometidas com o Estado de Direito para a continuidade deste trabalho;

3. Solicitar uma audiência pública ao Supremo Tribunal Federal para tratar do cumprimento da decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos, da aplicação da Lei de Anistia, da judicialização dos casos de crimes de lesa humanidade e do prosseguimento dos processos já existentes.

4. Solicitar ao Poder Executivo a articulação e construção de uma política nacional de espaços de memória nas cidades brasileiras, para que sejam promovidos debates permanentes, como ação fundamental que possa garantir a não repetição dos crimes ocorridos na ditadura.

5. Direcionar o esforço das Comissões da Verdade Estaduais para a busca e entrega de provas de crimes de lesa humanidade ao MPF visando a sua judicialização.

6. Intensificar a busca de informações sobre os desaparecidos políticos e apoiar a reconstituição e o trabalho da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.

7. Intensificar as políticas de reparação, principalmente no âmbito do apoio psicológico aos atingidos pela repressão e seus familiares, como se dá, por exemplo, no projeto Clínicas do Testemunho da Comissão de Anistia.

Parceria com a Secretaria Estadual de Educação

A CEV-Rio entende que homenagem a ditadores e aos responsáveis por graves violações de direitos humanos, através da nomeação de instituições ou logradouros públicos, é incompatível com a democracia. Em agosto de 2013, a Comissão, em parceria com a Superintendência de Promoção de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH) e com a Secretaria de Estado de Educação, iniciou um trabalho de sensibilização com professores e alunos do ensino médio e fundamental do Colégio Estadual Presidente Costa e Silva, em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, a fim de propor a mudança do nome da instituição. No dia 13 de dezembro do mesmo ano, o colégio passou a se chamar Abdias Nascimento, nome escolhido pela comunidade escolar.

Para tanto, contou-se com a iniciativa do quadro docente da instituição, que já desenvolvia o projeto pedagógico intitulado Saber Étnico Racial. A escolha do nome de Abdias Nascimento homenageia, portanto, uma referência na militância do movimento negro e uma figura política importante na história do Brasil, que lutou pela democracia e pela igualdade racial antes, durante e depois da ditadura. Abdias foi fundador do Teatro Experimental do Negro e o primeiro deputado federal a dedicar seu mandato à luta contra o racismo. Foi senador e, no governo de Leonel Brizola, nomeado Secretário de Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras do Estado do Rio de Janeiro.

Parceria com o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

O acesso à vasta documentação utilizada nas investigações abordadas neste Relatório resulta de importante parceria entre a CEV-Rio e o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Além de a equipe contar com a estrutura necessária ao desenvolvimento de suas pesquisas, parte dos pesquisadores teve acesso direto aos fichários do DOPS, o que dinamizou as investigações. Destaca-se, ainda, o auxílio dado pelo APERJ aos pesquisadores dos projetos contemplados pelo edital FAPERJ e pesquisadores colaboradores.

Como o APERJ é a instituição responsável pela guarda dos documentos produzidos pelas polícias políticas que atuaram no âmbito dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, a CEV-Rio solicitou ao órgão um parecer técnico sobre a documentação encontrada no prédio do DOPS. Devido ao estado de armazenamento do material, não foi possível verificar toda a documentação. No entanto, as equipes do APERJ e do Centro de Referência das Lutas Políticas - Projeto Memórias Reveladas,

vinculado ao Arquivo Nacional, detectaram a presença de documentos que poderiam auxiliar no esclarecimento da estrutura e do funcionamento do aparato repressivo do Estado durante a ditadura militar. As equipes concluíram ser necessária a higienização dos documentos encontrados para que possam ser posteriormente manuseados. Apesar de notificadas as instâncias administrativas responsáveis, o grupo flagrou a permanência do material no prédio do DOPS, nas mesmas condições de abandono. Ao retornar em nova diligência, foi possível identificar que a documentação havia sido retirada da sala e levada para local desconhecido.

Uma grande parte da documentação trabalhada pela CEV-Rio, disponível fisicamente no APERJ, foi digitalizada. Este acervo será destinado ao APERJ e nele constarão os documentos analisados, referenciados ou não ao longo deste Relatório Final, bem como as fotografias e os vídeos das atividades, os documentos internos da Comissão (como ofícios e relatórios de diligência), os testemunhos e depoimentos coletados. O objetivo é que o fundo documental possa ser público e acessível, para que se torne ferramenta de trabalho e pesquisa para os cidadãos interessados. A CEV-Rio entende que este é um passo fundamental para concretizar o modelo transparente e aberto de trabalho que pautou sua atuação.

Parceria com o Arquivo Nacional

O Arquivo Nacional (AN) contribuiu nas diversas frentes de pesquisa da CEV-Rio. A riqueza do seu acervo, o fato de ele ser digitalizado e a permissão de livre acesso deram outra dimensão ao trabalho da Comissão.

Entre as atividades realizadas de parceria, destacam-se o tratamento conferido ao acervo da Federação dos Trabalhadores em Agricultura do Rio de Janeiro (FETAG-RJ), no bairro do Fonseca, em Niterói. Em atenção ao pedido do projeto de pesquisa da FAPERJ "Conflitos e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro – 1946-1988", que trabalhou este acervo e detectou os documentos nele reunidos, funcionários da Coordenação de Preservação do Acervo do Arquivo Nacional realizaram, em 01 de agosto de 2014, visita de assistência técnica à sede da FETAG, a fim de avaliar o estado de conservação do acervo daquela instituição e prestar orientações quanto aos procedimentos e tratamentos que deveriam ser realizados.

A fim de construir uma agenda comum de pesquisa nos arquivos da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), o AN foi também um importante aliado da CEV-Rio e da Comissão da Verdade de Volta Redonda. Tal parceria foi fortalecida em reunião realizada, em 12 de fevereiro de 2015, com o procurador do Ministério Público Federal de Volta Redonda, Julio José Araújo Junior, e representantes da companhia. Pelo acordo firmado, a CSN permitiu acesso a um grupo de pesquisadores das duas comissões aos arquivos gerais da companhia, a fim de obter e verificar se há informações sobre funcionários e registros do período da ditadura, quando a companhia era estatal. Para isso, foi preciso montar uma equipe permanente capacitada pelo curso "Noções de Metodologia para a Pesquisa em Acervos Arquivísticos", promovido pelo AN e realizado em 05 de março de 2015, na Universidade Federal Fluminense (UFF) de Volta Redonda.

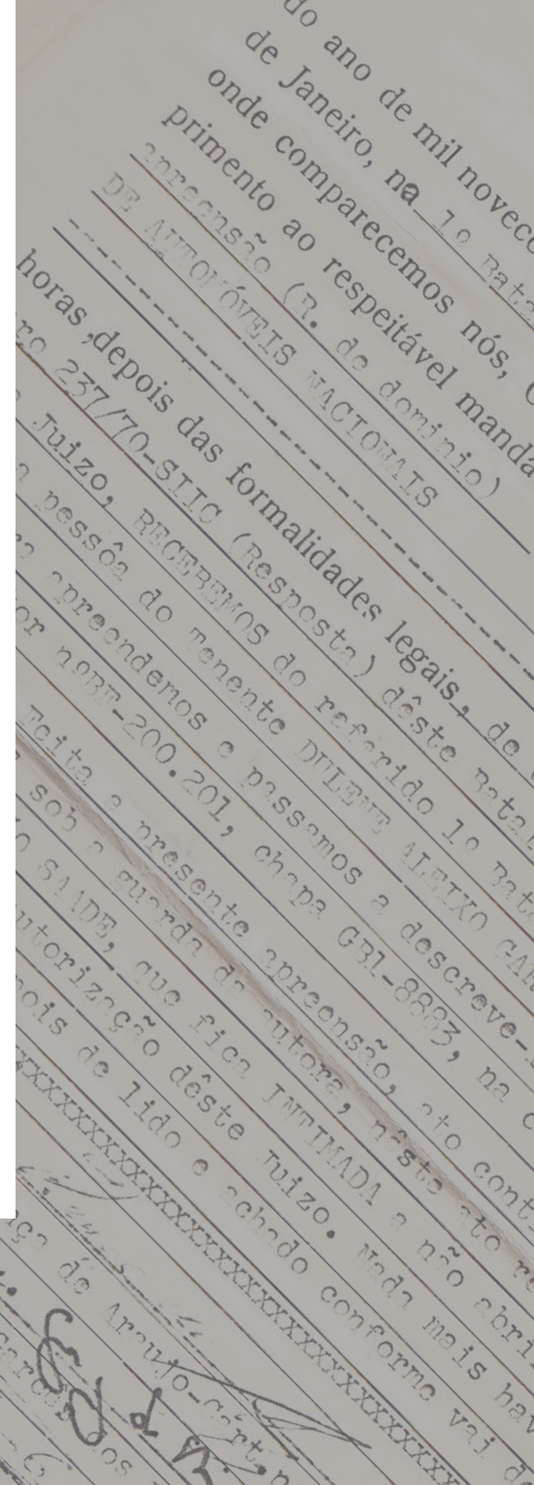
Parceria com o Ministério Público Federal

O Art. 4º da lei que instituiu a CEV-Rio determinou que era seu dever "colaborar com todas as instâncias do Poder Público para apuração de violação de direitos humanos, observadas as disposições legais". Deste modo, apesar de não possuir caráter jurisdicional ou persecutório, a CEV-Rio pode requerer, bem como fornecer, ao Ministério Público Federal (MPF) informações, dados e documentos, públicos ou privados, necessários para o desempenho de suas atividades.

O MPF foi, assim, um importante parceiro em algumas das investigações empreendidas pela CEV-Rio, como no caso de Stuart Edgard Angel Jones, de Raul Amaro Nin Ferreira, de Mario Alves, nos arquivos da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), na Casa da Morte de Petrópolis, no 1º Batalhão de Infantaria Blindada do Exército (BIB) de Barra Mansa e no DOI-CODI do 1º Exército.

A elaboração do Relatório Final

A partir de julho de 2015, as atividades da CEV-Rio passaram a ser direcionadas para a elaboração deste Relatório, no atendimento da obrigação estipulada no artigo 2º da lei 6.335/2012, segundo o qual "a Comissão deverá apresentar, ao final, relatório circunstanciado, contendo as atividades realizadas, os fatos examinados, as conclusões e recomendações".



PARTE II
O GOLPE DE 1964 E A DITADURA



Arquivo Nacional, Fundo: Correio da Manhã
BR_RJANRIO_PH_0_FOT_01996_005

Capítulo 3 - ANTECEDENTES E O GOLPE

Com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, o mundo passou a viver a chamada Guerra Fria. Este contexto foi marcado por uma disputa política, econômica e ideológica entre o modelo capitalista, representado pelos Estados Unidos da América, e o modelo socialista, liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A disputa por hegemonia entre estes dois blocos de poder resultou, em diversos momentos, em conflitos violentos que nada lembravam a ideia de frieza. Ao longo das décadas de 1960 a 1980, a América Latina se tornou um dos principais palcos desta disputa, com golpes de Estado e ditaduras militares patrocinadas e apoiadas pelos Estados Unidos da América, receosos de perderem influência no continente.

A formação de dois blocos no cenário internacional, um sob hegemonia soviética e outro sob a influência norte-americana, configurando o início da Guerra Fria, levou à criação no Brasil da Escola Superior de Guerra (ESG), em 1949, como Instituto de Altos Estudos de Política, Defesa e Estratégia, subordinada ao chefe do Estado Maior das Forças Armadas. O anteprojeto de regulamento da ESG foi feito por um grupo da cúpula militar, sob a direção do General Oswaldo Cordeiro de Farias, com a participação de militares norte-americanos, inspirado no modelo do National War College. O nascimento da ESG, no quadro da Guerra Fria, seguia os conceitos da estratégia geopolítica norte-americana, que colocava o Brasil na órbita da potência hegemônica do Ocidente, os Estados Unidos da América.

No plano nacional, após a derrota das forças nazi-fascistas em 1945, ganharam força os movimentos contra o governo Vargas. Assim, abriu-se uma nova conjuntura de democratização que teve como consequência imediata o fim da ditadura do Estado Novo mediante uma transição controlada. Com a Constituição de 1946, foi estabelecida a ordem democrática, ainda que o período tenha sido marcado por uma democracia frágil e instável, permeada por diversas tentativas de golpes de Estado.

Novos partidos políticos foram organizados: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que tinha como base os sindicatos criados no período Vargas, buscando organizar os trabalhadores por meio de concessões de direitos sociais e de luta por um desenvolvimento nacional independente do capitalismo internacional. Getúlio Vargas era o presidente de honra da nova sigla. O Partido Social-Democrático (PSD), que representava a burocracia estatal e antigas oligarquias rurais, tradicionais grupos da burguesia agrária, industriais e comerciantes e refletia uma política conservadora. A União Democrática Nacional (UDN), que nasceu em São Paulo, em 1944, como oposição ao governo Vargas, criada por intelectuais liberais e segmentos de esquerda, contando com a adesão de segmentos da burguesia industrial e financeira de viés liberal, que se opunha à intervenção do Estado na economia e a um modelo de desenvolvimento nacionalista. Defendia, ainda, uma aliança com o capital internacional. A UDN acabou sendo dominada pela corrente interna situada mais à direita e sua parte centro-esquerda fundou o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Afastado Vargas, as eleições ocorreram e foram vencidas pelo General Dutra, candidato da aliança PTB/PSD, que derrotou o Brigadeiro Eduardo Gomes, candidato da UDN.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) reorganizou-se e voltou à legalidade com a decretação da anistia, em abril de 1945, e a libertação de Luiz Carlos Prestes, que foi eleito Secretário-Geral do partido, depois de duas décadas de clandestinidade. Em 1947, porém, em pleno governo Dutra, o PCB voltaria a ser ilegal. Antes, participou ao lado do PTB da campanha "queremista" que defendia a permanência de Vargas no poder. Adotou a linha da "ordem e tranquilidade" para garantir a democracia.

Em 1949, a sucessão presidencial voltou a movimentar as forças políticas do país. Eleições foram convocadas para 1950. Em 3 de outubro daquele ano, os brasileiros deram vitória a Getúlio Vargas, do PTB. O candidato da UDN, Brigadeiro Eduardo Gomes, sofreu nova derrota. Getúlio venceu com 48% dos votos, ante 29% dos votos de Eduardo Gomes e 20% de Cristiano Machado, candidato do PSD. O resultado do pleito foi duramente questionado pela UDN, com destaque para o jornalista Carlos Lacerda.

Os três anos e meio do governo Vargas foram de grande efervescência política. O presidente eleito retomou a política desenvolvimentista de viés nacionalista de incentivo à industrialização do país, investimentos em infraestrutura e no setor energético, no campo econômico, e de aproximação com as massas populares, no campo social. O que irritou as oposições defensoras do capital internacional, que começaram a fazer dura oposição ao governo.

O golpe de Estado de 1964 começou a ser gestado no ano de 1954, no Rio de Janeiro. Em fevereiro daquele ano, 42 coronéis e 39 tenentes-coronéis do Exército divulgaram o "Manifesto dos Coronéis" com duras críticas ao governo de Getúlio Vargas, que voltara ao poder em 1950. O estopim para a publicação do manifesto foi a proposta feita por João Goulart, o Jango, então Ministro do Trabalho de Vargas, de elevar em 100% o salário mínimo, atendendo à reivindicação da Comissão Intersindical Pró-Salário mínimo dos trabalhadores da indústria.

O redator do documento foi o então coronel Golbery do Couto e Silva. Entre seus signatários estavam futuros generais que, junto com Golbery, estariam na linha de frente da conspiração e no primeiro escalão do governo do país durante a ditadura, tais como Sylvio Frota, Ednardo D'Ávila Melo, Antonio Carlos Muricy, Jurandir Bizarria Mamede, Adalberto Pereira dos Santos, Euler Bentes, Sizeno Sarmento e Amauri Kruel.

O documento teve ampla repercussão entre políticos oposicionistas liderados por radicais da UDN, partido conservador do período, e entre setores militares. A reação do governo Vargas foi imediata. Goulart foi destituído da pasta do Trabalho e Ciro do Espírito Santo, da pasta do Exército, sendo substituídos por Hugo de Faria e pelo general Zenóbio da Costa.

Contudo, Getúlio não abriu mão de efetivar a proposta feita por Jango. Em 1º de maio, durante as comemorações do Dia do Trabalho, o presidente anunciou em discurso empolgado o novo valor do mínimo de 2.400 cruzeiros. O fato acelerou a conspiração dos setores que desejavam tirar Vargas do poder. A oposição anti-Varguista ganhou um caráter golpista através de manobras institucionais.

Em junho de 1954, o líder da UDN, Afonso Arinos, encaminhou ao Congresso um pedido de impeachment do presidente, rejeitado na Câmara por 136 votos contra 35. Os grupos mais reacionários das Forças Armadas e da Cruzada Democrática lançaram uma

ofensiva contra militares nacionalistas, sob o pretexto de eliminar os comunistas. A ala mais direitista da UDN, reunida no Clube da Lanterna, cujo dirigente era Carlos Lacerda, pregava a derrubada de Vargas e a implantação de uma ditadura no país para restaurar a ordem e a moralidade na sociedade brasileira.

Na madrugada de 5 de agosto, um acontecimento inesperado acelerou a crise e o isolamento do governo. Um grupo de pistoleiros atacou Lacerda à porta de sua residência, no Rio. Lacerda sobreviveu, mas seu segurança, Major Rubens Vaz foi atingido e morto. Um grupo de oficiais conspiradores da Aeronáutica instaurou um inquérito próprio para investigar o crime, violando a competência da polícia e a hierarquia da Presidência da República. Três dias após o ocorrido, Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Getúlio, foi preso e confessou o crime. Diversos setores conservadores da sociedade e das Forças Armadas voltaram a exigir a renúncia de Vargas.

Em 24 de agosto, após reunião com seu Ministério, o presidente decidiu por um "licenciamento". Retirou-se para seu quarto e se suicidou com um tiro no peito. Sua carta-testamento causou um grande impacto na população, levando o povo às ruas, despertado por um sentimento nacionalista e anti-imperialista.

> *Mais uma vez as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e novamente se desencadeiam sobre mim. (...) Não me acusam, me insultam, não me combatem, caluniam, e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. Sigo o destino que me foi imposto. (...)*
> *Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.[1]"*

O suicídio de Vargas derrotou, momentaneamente, as pretensões golpistas dos conspiradores civis e militares. Contudo, a pressão anti-getulista não cessou com a morte do presidente. O cargo foi assumido pelo vice João Café Filho, que nomeou políticos udenistas ou próximos do partido para compor seu Ministério. As exceções foram as pastas da Justiça e da Guerra, ocupadas, respectivamente, pelo jurista Seabra Fagundes e pelo General Henrique Teixeira Lott. Eduardo Gomes, candidato da UDN, derrotado por Getúlio nas eleições de 1950, assumiu o Ministério da Aeronáutica. Na pasta da Fazenda foi empossado Eugenio Gudin, economista liberal representante de grandes corporações norte-americanas. A chefia da Casa Militar foi entregue ao General Juarez Távora.

A UDN, aproveitando o espaço aberto pelo governo Café Filho, partiu para o confronto com os getulistas do PTB. Café Filho passou a ser visto como um traidor pelos trabalhistas e foi aconselhado pelos seus novos aliados a tomar medidas drásticas contra os herdeiros do Varguismo, como a suspensão dos seus direitos políticos. Até a cassação de registro do PTB chegou a ser aventada.

Os udenistas temiam nova derrota nas eleições gerais de 1954 e na eleição presidencial de 1955. A estratégia adotada foi tentar atropelar o calendário eleitoral. Capturado pela política da UDN, Café Filho chegou a fazer um pronunciamento sobre os riscos que uma agitação eleitoral poderia representar naquele momento, numa tentativa de adiar os pleitos. Mas o adiamento não tinha base legal. Nem a justiça eleitoral, nem os generais legalistas, entre eles o General Lott, aceitavam alterar o calendário eleitoral.

O PSD decidiu lançar como candidato à presidência Juscelino Kubitschek, então governador de Minas Gerais. Para compor a chapa, a vice-presidência foi oferecida a João Goulart (PTB). Naquela época, o voto no vice não era vinculado ao voto no presidente. O Partido Social Progressista (PSP), paulista, lançou Adhemar de Barros. A UDN optou pela candidatura do General Juarez Távora.

Em 3 de outubro de 1955, Kubitschek foi eleito presidente. Mais uma vez, a UDN tentou contestar o resultado das urnas com a tese de que a Constituição determinaria que para ser declarado vitorioso no pleito, o candidato deveria ter obtido a maioria absoluta dos votos. Para garantir a posse do presidente vitorioso, o Marechal Henrique Teixeira Lott articula um contragolpe preventivo. Com a posse de Kubitschek, Lott é confirmado como Ministro da Guerra.

Apesar de ter começado sob a contestação de militares e setores civis descontentes com o resultado das urnas, o governo Juscelino acabou se fortalecendo e se estabilizando. Ainda assim, ocorreram duas tentativas frustradas de golpe durante o período em que Juscelino ocupou a Presidência da República: o Levante de Jacareacanga, em 1956, e a Revolta de Aragarças.

A rebelião de Jacareacanga aconteceu no sul do Estado do Pará, no início de 1956, um mês após a posse de Juscelino e foi uma iniciativa de oficiais da Aeronáutica inconformados com a eleição de Kubitschek. Foram 19 dias de rebelião até serem controlados pelas tropas governistas, sob o comando de Lott. Todos os envolvidos, que haviam se refugiado na Bolívia, foram posteriormente anistiados por Juscelino. Antes de terminar seu mandato, Juscelino teve de enfrentar, ainda, a Revolta de Aragarças, que explodiu em dezembro de 1959, liderada pelo então tenente-coronel João Paulo Moreira Burnier. Por falta de apoio civil e militar, o levante se limitou a Aragarças, em Goiás, e foi derrotado em 36 horas.

A carreira do tenente-coronel Burnier, líder de Aragarças, ganhou novos rumos após o golpe de 1964. Na ditadura, foi guindado a patente de Brigadeiro do Ar. No governo Médici, chefiou o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), depois de uma tentativa frustrada de explodir o Gasômetro e jogar ao mar políticos importantes, como JK, no episódio conhecido como Operação Parasar. Também comandou a tortura a presos políticos na Base Aérea do Galeão, onde foi morto Stuart Angel Jones.

A Era JK foi marcada por um intenso crescimento do país, alavancado pelo Plano de Metas. Com a entrada maciça de capital estrangeiro, se deu uma industrialização pautada no setor de bens duráveis, com destaque para a indústria automobilística e que gerou a inserção, no cotidiano das classes médias urbanas, de produtos como eletrodomésticos, produtos para higiene e limpeza do lar e peças de vestuários fabricados em massa. Houve, ainda, uma intensa urbanização do país. A maior realização do governo de Juscelino Kubitschek foi a construção, no planalto central do país, de uma nova capital: Brasília.

1. Carta Testamento de Getúlio Vargas, 23/08/1954. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/getulio-vargas/carta-testamento-de-getulio-vargas.

A concessão de facilidades fiscais e econômicas para o capital estrangeiro e a dependência de financiamento externo geraram uma herança maldita para os governos que sucederam JK: déficits constantes da balança de pagamentos com elevação da dívida externa desaguaram em problemas cambiais e crescimento da inflação. Em 1957, a taxa de inflação fechou em 7%; em 1958, subiu para 24,4%; em 1959, cravou em 39,4%.

Além disso, o governo JK cometeu um erro significativo que levou ao empobrecimento de parcelas da população e aumentou o desequilíbrio regional: o Nordeste e o Norte foram esquecidos pelo Plano de Metas. A própria industrialização que empreendeu exigiria uma reforma agrária, a modernização das relações sociais no campo, o que não ocorreu. Não à toa, durante seu governo houve a expansão das Ligas Camponesas, surgidas em 1955, no Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, Zona da Mata de Pernambuco.

A antessala do golpe

Nas eleições presidenciais de 1960, Carlos Lacerda avalizou a candidatura de Jânio Quadros e convenceu a UDN a apoiá-la. Na opinião do líder udenista, a vitória de Jânio era certa. A previsão se concretizou e Quadros se elegeu com uma votação estrondosa de 5,6 milhões de votos, ante 3,8 milhões de seu opositor, o Marechal Henrique Teixeira Lott, candidato do PSD. Para a vice-presidência, foi eleito João Goulart, lançado pelo PTB.

Jânio assumiu prometendo varrer a corrupção da administração pública, bandeira da sua campanha, que tinha como símbolo uma vassoura. Sem maioria na Câmara Federal, ele precisava costurar apoios, dadas as dificuldades econômicas que herdou do governo JK.

Em plena Guerra Fria, Jânio decidiu retomar relações com a União Soviética, o que lhe rendeu um telegrama de congratulações de Prestes, presidente do PCB. Também negociou acordos com a China Comunista. Em agosto de 1961, depois de condecorar o astronauta soviético Iuri Gagárin, primeiro homem a ir ao espaço, concedeu a mais alta comenda nacional, a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, a Ernesto Che Guevara, ministro da Economia de Cuba. A homenagem a Guevara deixou Carlos Lacerda irado.

Em 25 de agosto de 1961, sete meses após a posse, numa Brasília recém-inaugurada, o presidente eleito renunciou ao cargo e deixou o país atônito. Jânio deixou Brasília sob a alegação de que "forças terríveis levantaram-se contra ele, difamando-o". Ao contrário do que previa, porém, o povo não exigiu sua volta e o Congresso aceitou a renúncia.

O governo João Goulart

No momento da renúncia, o vice João Goulart estava fora do país, em missão oficial de visita à China. A situação de Jango era extremamente delicada. Políticos e setores das Forças Armadas eram contrários ao retorno de Goulart e sua posse como presidente, tal como previa a Constituição.

O Ministro da Guerra, Odílio Denis, informou que Jango seria preso se desembarcasse no Brasil. Os militares radicalizaram e chegaram a ordenar que fossem reprimidas manifestações a favor de Goulart. No Rio, a casa do líder comunista, Luís Carlos Prestes, foi invadida pela polícia sem ordem judicial. O Marechal Henrique Teixeira Lott, uma liderança dos setores nacionalistas das Forças Armadas, reagiu e divulgou manifesto em defesa da posse de Goulart. Mas ao contrário do que ocorreu em Jacareacanga e em Aragarças, quando teve sucesso ao abortar as tentativas de golpe, Lott foi preso e encaminhado à Fortaleza da Lage, na Baía de Guanabara.

O governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, divulgou um manifesto declarando seu apoio à posse de João Goulart, assumindo um papel decisivo durante a crise. Brizola tomou a iniciativa de resistir aos conspiradores em defesa da legalidade. A determinação do governador gaúcho levou o ministro Denis a ordenar o bombardeio ao Palácio Piratini, em Porto Alegre. O comandante militar do III Exército, General José Machado Lopes, negou-se a cumprir a ordem e optou por cerrar fileiras na campanha legalista de Brizola, que também teve adesão de vários generais, de parlamentares no Congresso e de forças populares, o que ajudou a arrefecer o ímpeto golpista.

A pressão contra Goulart permaneceu até sua chegada à capital federal. Dez oficiais da Aeronáutica tentaram impedir seu desembarque no aeroporto de Brasília. Enquanto o oficialato o golpeava, os sargentos procuravam defender a posse do presidente da República e bloquear a ação dos conspiradores.

Finalmente, no dia 2 de setembro, com considerável apoio dos deputados pessedistas e petebistas, a Câmara dos Deputados aprovou uma emenda que alterava a forma de governo no Brasil, até então presidencialista, para o parlamentarismo. A novidade garantiu, por um lado, a ida de Jango para o planalto. Por outro, impediu a posse com plenos poderes, que só lhe seriam restituídos após um plebiscito realizado em janeiro de 1963.

Com a retomada do presidencialismo, Goulart passou a trabalhar para que fossem aprovadas, no Congresso, as reformas de base. Tratavam-se de mudanças estruturais para o país, defendidas pelos grupos nacionalistas, sindicatos e organizações de esquerda. Os destaques do pacote eram a reforma política, com a garantia de voto aos analfabetos, a reforma bancária, a urbana e a mais polêmica de todas: a reforma agrária.



Mais de 150 mil pessoas estiveram no Comício da Central. Convocados pelas centrais sindicais, os trabalhadores deram seu apoio à Reforma Agrária e à nacionalização das refinarias de Petróleo anunciadas por Jango
Crédito: Arquivo Nacional, Fundo: Correio da Manhã
BR_RJANRIO_PH_0_FOT_00161_021

A luta pelas reformas aumentou o clima de radicalização que tomava conta do país. Em outubro de 1963, Lacerda acusou Jango de ser golpista e sugeriu que os Estados Unidos interviessem na política brasileira para garantir a democracia no continente. A atitude de Lacerda causou revolta

entre ministros militares, que pediram a prisão do governador da Guanabara. Jango reagiu enviando um projeto ao Congresso solicitando a decretação do Estado de Sítio, mas acabou recuando.

Isolado, Jango decidiu reforçar sua aliança com os sindicatos e com setores da esquerda. Decidiu encampar a bandeira das reformas em praça pública, no Comício de 13 de março de 1964 na Central do Brasil. Cercado por milhares de trabalhadores e forças de esquerda, o presidente anunciou o decreto da Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA), desapropriando 20 quilômetros de terras ao longo das rodovias, ferrovias e açudes do país.

Dois dias após o comício, Jango encaminhou ao Congresso a Mensagem Anual da Presidência, na qual definia a agenda das reformas e propunha uma convocação de um plebiscito para aprová-las. Em 30 de março, pouco depois da Revolta dos Marinheiros, que acabaram anistiados por seu governo, João Goulart fez um discurso no Automóvel Clube do Brasil, no Rio, em uma cerimônia promovida por três mil sargentos. Discursou a favor das reformas e invocou o apoio das Forças Armadas para realizá-las.

Os boatos cultivados nas fileiras militares e disseminados no seio da elite burguesa, massivamente difundidos pela grande imprensa eram de que Jango daria um golpe para se perpetuar no poder, com o apoio da esquerda.

O golpe civil-militar

O Rio de Janeiro foi palco privilegiado da maioria dos acontecimentos que precipitaram o Golpe civil-militar de 1964, apesar da iniciativa do golpe ter partido de Minas Gerais. Abrigou o comício da Central, a sede da temida Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), boa parte dos sindicatos que apoiavam Jango e a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE). Na ex-capital federal também estavam sediados os dois mais importantes órgãos da conspiração pela derrubada de Goulart: o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES).

O IBAD se apresentava como um órgão de estímulo à livre empresa. Na prática, funcionava como uma entidade política conservadora que combatia as ideias nacionalistas e o governo de João Goulart. O Instituto acabou sendo extinto em dezembro de 1963, por ordem judicial, pois havia financiado políticos na eleição de 1962, com cinco milhões de dólares vindos dos EUA.

Já o IPES foi criado em 1962 e funcionou por dez anos. Tinha escritórios em vários grandes centros do país, como São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte. No entanto, sua sede principal ficava no Edifício Avenida Central, no coração do Rio. O Instituto funcionava como um centro de formulação do pensamento conservador, que congregava intelectuais, militares ligados à Escola Superior de Guerra (ESG) e grandes empresários. No âmbito do IPES, preparavam-se textos para os editoriais dos jornais, cartilhas e roteiros para filmes e programas de televisão. Nas palavras do cientista político René Dreifuss, autor do mais completo estudo sobre o complexo IPES/IBAD, trava-se de uma ação das elites para "levar adiante uma campanha para dominar o sistema, tanto em termos políticos quanto ideológicos"[2]. Estas duas entidades formaram o núcleo da conspiração, exercendo pressão sobre o corpo de oficiais e estimulando um harmonioso relacionamento ideológico e político entre os militares e os empresários.

A ESG, cujo principal expoente era o general Golbery do Couto e Silva, um dos cérebros do golpe, também era sediada no bairro da Urca. O comando militar dos conspiradores, sob as ordens do chefe do estado-maior do Exército, general Humberto de Alencar Castello Branco, entrincheirava-se no Ministério da Guerra, na Presidente Vargas. O Clube Militar, ninho de conspiradores militares, tinha endereço na Avenida Rio Branco.

Carlos Lacerda, governador da Guanabara, um dos principais artífices civis do golpe, tinha seu quartel general no Palácio Guanabara. Seus grandes aliados, os jornais *O Globo* e o *Jornal do Brasil*, também trabalhavam articulados na cidade, junto com o *Correio da Manhã* e a *Tribuna da Imprensa*, do próprio Lacerda.

Na madrugada de 31 de março, as tropas do General Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar, sediada em Juiz de Fora, tomaram a iniciativa da ruptura da legalidade marchando pela estrada União/Indústria à caminho da Guanabara, sob as bênçãos de Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais. O objetivo de Mourão era ocupar o Ministério da Guerra.

Enquanto as tropas de Mourão colocavam o golpe em marcha, João Goulart avaliava a situação com seus ministros. Num primeiro momento optou por tomar medidas duras para o que considerava uma rebelião da tropa. Mas foi alertado por San Tiago Dantas, que foi seu primeiro ministro durante o parlamentarismo, sobre a possibilidade de o movimento em Minas ter o apoio do Departamento de Estado dos Estados Unidos. Dantas sabia que o governo americano apoiava a sublevação. Isto pesou na decisão do presidente de não resistir para evitar um banho de sangue. De fato, o governo americano já estava deslocando uma força tarefa para o litoral brasileiro, a 4ª Frota: era a operação *Brother Sam*.



Os tanques alinhados em frente à sede do Comando do Exército no dia do golpe apontam para um futuro de violência
Crédito: Arquivo Nacional, Fundo: Correio da Manhã
BR_RJANRIO_PH_0_FOT_05609_018

A esquerda organizada nos sindicatos, no PCB, em organizações como a POLOP, Ação Popular e a UNE aguardava nos grandes centros, com destaque para o Rio de Janeiro, uma ordem para reagir. Concomitantemente, João Goulart voava pelo país em busca de um pouso seguro, que mais uma vez foi o Rio Grande do Sul. Ainda com o presidente em território nacional, o Congresso Nacional, desrespeitando a Constituição, declarou vaga a Presidência da República, consumando o golpe de

2. DREIFUSS, René. 1964: A Conquista do Estado. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1981, p. 229.

Estado. Ranieri Mazzili assumiu o cargo sob tutela militar.

O novo regime imprimiu sua marca repressora logo nas primeiras horas. No dia 1º de abril de 1964, desarmados, os defensores da legalidade foram rapidamente esmagados pelo golpe militar. Logo veio a repressão à classe operária. A CGT e outras articulações dos trabalhadores foram invadidas, suas lideranças presas e foram nomeados interventores para ficar à frente dos sindicatos.

Em torno das duas da tarde do dia 2 de abril, os militares abriram fogo contra os manifestantes que se aglomeraram na frente do Clube Militar, na Cinelândia, centro do Rio. A multidão ameaçava invadir o Clube, enquanto carros da Polícia Militar passavam e seus ocupantes eram vaiados. Em breve intervalo de tempo, chegava o choque do Exército para dispersar a manifestação. A tropa abriu fogo, fazendo vários feridos, entre eles a dona de casa Labib Carneiro Habibude, de 65 anos, e Ari Oliveira Mendes Cunha. Ambos morreram às 22hs, na emergência do Hospital Souza Aguiar. Eram as duas primeiras vítimas do regime de terror que se instalou no país naquele momento.

Por fim, vitorioso o golpe, se a deposição do presidente João Goulart levou manifestantes para a porta do Clube Militar, também arrastou, no mesmo dia 2 de abril, à Avenida Rio Branco, o coração financeiro do Rio, centenas de pessoas portando faixas contra o comunismo, em mais uma edição da Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

Embora Ranieri Mazzili tenha sido empossado à frente do Executivo, o poder de fato ficou com o chamado "Comando Supremo da Revolução", criado pelo general Costa e Silva. O comando era composto por três membros: o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo, o vice-almirante Augusto Rademaker e o próprio Costa e Silva, como representante do Exército e homem-forte do triunvirato.

Em 09 de abril, este comando assinou o Ato Institucional nº 1, que marcou o final do período constitucional do país. O Ato continha a célebre formulação jurídica que buscou dar legitimidade ao golpe de Estado:

> *"É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução. A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação. A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. (...)[3]."*

No dia seguinte, foi divulgada a primeira lista com os indivíduos que teriam seus direitos políticos cassados. Eram 102 nomes, sendo 40 congressistas. A lista continha nomes como Leonel Brizola, Francisco Julião, Luiz Carlos Prestes, Abelardo Jurema e Rubens Paiva.

O núcleo que comandou a derrubada de Jango se concentrava nas Forças Armadas, na Escola Superior de Guerra e no IPES, e já tinha um plano esboçado para o novo país que queriam construir. Os quadros formados no IPES viriam a ocupar cargos chaves na nova administração do Estado. O alvo principal era a estrutura de planejamento governamental e de definição de política econômica, como o estabelecimento do Ministério do Planejamento e duas outras áreas consideradas estratégicas: a Casa Civil e a Casa Militar, mais o controle das atividades de coleta de informações, que desaguaria na criação do Serviço Nacional de Informações (SNI).

No melancólico balanço de fechamento do IPES feito pelo seu vice-presidente, o engenheiro Glycon de Paiva, falando sobre Golbery do Couto e Silva, escreveu: "Dinheiro dos empresários lhe não faltava"[4]. Como se pode constatar, uma prova irrefutável de que, sem o apoio empresarial, a conspiração não chegaria a lugar algum.

Com as prisões abarrotadas, os golpistas não hesitaram em criar alternativas carcerárias pouco ortodoxas e totalmente ilegais, abrindo espaços em navios, estádios e clubes, para levar os opositores. Casas e escritórios eram invadidos.

Cassados, presos e exilados os opositores, a recém-instalada ditadura iniciou a implementação de um projeto de desenvolvimento associado ao imperialismo multinacional, baseado numa altíssima concentração de renda, no aprofundamento das desigualdades, no sobreendividamento do Estado, na supressão dos direitos trabalhistas e na perseguição aos sindicatos, que durou 21 anos.

3. Ato Institucional no 1, Diário Oficial da União, em 9/4/1964.

4. ASSIS, Denise. Propaganda e Cinema a Serviço do golpe. Rio de Janeiro: MAUAD, 2001, p. 23.



Capítulo 4 - A DITADURA COMO IMPLEMENTAÇÃO DE UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO[1]

O Brasil já era plenamente capitalista na ocasião do golpe militar de 1964. Com a chegada de Vargas ao poder, em 1930, o país passou por um intenso processo de industrialização, que se aprofundou durante o mandato de Juscelino Kubitschek (1956-1960), quando foram implantadas a moderna indústria automobilística e uma indústria de bens duráveis, especialmente a partir de investimentos expressivos do capital estrangeiro. No mesmo período, intensificou-se a urbanização do país, com uma forte migração da população do campo para os grandes centros urbanos e suas respectivas regiões metropolitanas. A decisiva intervenção do Estado na modernização econômica expressou-se tanto pela criação de empresas estatais, quanto pelo investimento em infraestrutura e pelo planejamento econômico. A Companhia Siderúrgica Nacional (1941), a Companhia Mineradora Vale do Rio Doce (1942), a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (1945), a Petrobrás (1952), e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) (1952) são símbolos desse processo.

Depois de altas taxas de crescimento econômico vividas pela economia brasileira durante este período, instalou-se a partir de 1962 uma recessão econômica. Problemas no balanço de pagamentos e a alta inflacionária afetaram gravemente o quadro econômico. Este quadro, aliado ao contexto de acirramento das lutas sociais no campo e na cidade e ao temor alimentado nas classes média e alta, de que o governo do presidente João Goulart teria objetivos comunistas, foram fatores explorados pelos setores civis e militares que articularam o golpe de Estado.

O golpe de 1964, apesar de assumir a configuração de um regime militar, sinalizou para os setores conservadores civis que estes poderiam orientar decisões de seu interesse ao aparelho de Estado. Sendo uma ditadura, a colaboração de setores civis com os militares foi feita sem que fossem prestadas contas do custo social das medidas adotadas. Dessa forma, o período que se sucedeu ao golpe foi caracterizado pela formação de grandes grupos econômicos nacionais e por altas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), em especial entre os anos de 1969 e 1973, no que os ideólogos do regime chamaram de "milagre econômico".

A política econômica da ditadura favoreceu e acelerou a centralização e concentração de capitais, principalmente, por meio da política salarial restritiva e da criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que eliminou entraves de encargos trabalhistas nos processos de fusões e aquisições de empresas. Do ponto de vista social, os trabalhadores foram extremamente penalizados neste período. Em 1972, mesmo ano em que o PIB do país cresceu 11,7%, o Brasil tornou-se o campeão internacional em acidentes de trabalho[2]. Além disso, em 1974 o salário mínimo chegou ao seu patamar mais baixo, equivalendo a 54,48% do que valia em 1960 [3]. Os trabalhadores e os migrantes que vieram da zona rural para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida viram os serviços públicos deteriorarem-se, deparando-se com a inexistência de equipamentos urbanos e serviços

1. Este capítulo apresenta as pesquisas realizadas pelos integrantes do Coletivo Mais Verdade, Demian Melo, João Braga Arêas, Marcos Arruda e Pedro Henrique Pedreira Campos em colaboração com a CEV-Rio. O texto na íntegra dos pesquisadores se encontra disponível na mídia do Relatório e no site da CEV-Rio.

2. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT).
3. De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).



Médici inspeciona as obras da Ponte Rio-Niterói em agosto de 1973
Crédito: Arquivo Nacional, Fundo: Correio da Manhã
BR_RJANRIO_PH_0_FOT_18171_070

públicos que garantissem educação para seus filhos, saúde para o conjunto da família, e condições dignas de habitação.

Este capítulo apresentará diversas dimensões vinculadas aos aspectos econômicos da ditadura, a saber: a participação empresarial no golpe e na formulação das políticas da ditadura; o crescimento de empresas e setores determinados devido à sua proximidade com a cúpula do poder ditatorial, em especial as empreiteiras e a Rede Globo; a participação de empresários no financiamento da repressão política direta; e, por fim, a questão do sobre-endividamento do Estado brasileiro no período. Em razão destas vinculações da ditadura, é corrente o uso do termo ditadura empresarial-militar, no intuito de se destacar quais segmentos da sociedade se beneficiaram dos mais de vinte anos de arbítrio – e, por consequência, apontar também para aqueles que foram os alvos privilegiados da violência do regime: os trabalhadores.

O papel do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)

Como explicitado no capítulo anterior, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) foi uma entidade que congregou setores civis, notadamente os empresários, e militares oriundos da Escola Superior de Guerra (ESG), tornando-se um dos principais espaços de articulação entre os golpistas. A origem do IPES partiu do contato entre o empresário Paulo Ayres Filho (do ramo farmacêutico) com o empresário de origem americana Gilbert Huber Jr. (proprietário da Listas Telefônicas Brasileiras) no Rio de Janeiro, que por sua vez recrutou João Batista Leopoldo Figueiredo (Itaú e Scania), que acabaria se tornando líder do IPES em São Paulo. O general Golbery do Couto e Silva foi um dos principais artífices da entidade, tendo antes mesmo da ditadura elaborado um imenso banco de dados de "subversivos brasileiros". Este arquivo foi o embrião do órgão criado após o golpe, em junho de 1964, o Serviço Nacional de Informações (SNI)[4], do qual Golbery foi o primeiro chefe.

Para a construção e efetivação do seu projeto, o IPES contou com mais de 400 empresas e muitas pessoas físicas associadas, e constituiu-se em nível nacional. Para isto, após sua consolidação nos estados da Guanabara e de São Paulo, o instituto fundou outras unidades no Brasil, como o IPESul, o IPES Pernambuco, o IPES Belo Horizonte, o IPES Paraná, o IPES Manaus, o IPES Santos e o IPES Belém. Estas unidades, apesar de autônomas, eram coordenadas e reguladas pelo Comitê Nacional. Para tornar sua ação mais ampla, criou "ipesinhos" em cidades do interior, como a unidade de Nova Friburgo, no estado do Rio de Janeiro, e nas empresas, onde a orientação era a de que os "empresários levem para dentro de suas empresas as ideias democráticas do IPES"[5].

Ainda no período pré-golpe, a entidade promoveu cursos e seminários, formando os quadros que passariam a ocupar os principais postos da administração pública durante os governos ditatoriais dos generais Castelo Branco e Costa e Silva. Nesses fóruns, também foram delineadas as diretrizes econômicas e institucionais, bem como as medidas adotadas pela ditadura nos primeiros anos. Dois intelectuais do IPES que se destacam nesse contexto são Paulo Assis Ribeiro e Roberto Campos.

4. Ver capítulo 17 deste Relatório.
5. Ata do IPES Comitê Diretor de 27.11.1962, Comitê Executivo de 29.11.1962 e Roteiro básico para um programa de ação a longo prazo, de 06.06.1963. Arquivo Nacional. Fundo IPES.

Assim, a condução da política econômica entronizou grandes interesses capitalistas no novo esquema do poder.

A título de exemplificação de quadros ipesianos no governo Castelo Branco, podemos citar o Ministro da Saúde Raimundo de Moura Brito, os Ministros da Educação Flávio Suplicy de Lacerda, Pedro Aleixo e Raymundo Augusto de Castro Moniz de Aragão; os Ministros da Justiça e Negócios Interiores Milton Campos, Juracy Montenegro Magalhães e Memde Sá; o Ministro das Minas e Energias Mauro Thibau; o Ministro da Indústria e Comércio Daniel Agostinho Franco e Paulo Egídio Martins; os Ministros da Agricultura Oscar Thompson Flores, Nei Aminthas de Barros Braga e Severo Fagundes Gomes; o Ministro da Fazenda Octávio Gouvêa Bulhões; o Ministro do Planejamento Roberto de Oliveira Campos; os Ministros do Trabalho e Previdência Social Arnaldo Sussekind e Luiz Gonzaga do Nascimento e Silve.

Do ponto de vista das políticas formuladas no bojo do IPES e posteriormente encaminhadas pela ditadura, destaca-se as reformas do sistema financeiro, que será abordada mais à frente. No campo trabalhista, foi introduzida a primeira flexibilização de direitos com a Lei 5.107 de 1966, que acabou com a estabilidade por tempo de serviço dos trabalhadores da iniciativa privada, criando um fundo baseado numa poupança forçada, o FGTS. Por sua vez, o FGTS se tornaria a principal carteira do Banco Nacional de Habitação (BNH), criado em 1964 pela lei nº 4.380, com o propósito de "combater o déficit habitacional", mas que acabou tendo a maior parte dos seus recursos investidos para moradias de classe média, enriquecendo grandes firmas construtoras.

As empresas nacionais de construção

Os empreiteiros tiveram importante participação em agências que ajudaram a desestabilizar o governo João Goulart e organizar o esforço civil-militar do golpe de 1964, como o IPES[6]. Empresários como Marco Paulo Rabello, da empreiteira Rabello, e Amynthias Jacques de Moraes, da Servienge, financiaram extensamente as atividades do instituto. Uma figura central nesse processo foi Haroldo Cecil Poland, dono da empreiteira Metropolitana, presidente do Sinicon. Poland era próximo do coronel Golbery do Couto e Silva e foi um dos principais articuladores civis do golpe. Ele ajudou a levar outros empresários para a causa golpista, inclusive empreiteiros, e teve atuação política intensa nos primeiros anos do novo regime político[7].

Se antes do golpe de 1964 havia no país empresas importantes no setor de construção já com projeção nacional, ao final do regime tínhamos um quadro de grandes grupos empresariais, de diversificada atividade econômica e atuação internacional, formados a partir de firmas da construção. Esses conglomerados econômicos (como Odebrecht, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez) permanecem poderosos tanto econômica, como politicamente, até hoje. Examinar o seu desenvolvimento ao longo da ditadura parece necessário, visto que aquele foi um período central para o impulso ao setor e às empresas do ramo.

Depois de formadas, as empreiteiras brasileiras se organizaram em aparelhos da sociedade civil, que desenvolviam atuação coletiva para influenciar

6. DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981. Em particular, p. 636.
7. Mais detalhes sobre sua trajetória podem ser encontrados em CARVALHO, Luiz Maklouf. Cobras Criadas: David Nasser e O Cruzeiro. 2ª ed. São Paulo: EdSENAC-SP, 2001.

e pressionar por políticas públicas favoráveis. Elas estavam presentes em organismos como o carioca Clube de Engenharia (1880), o Instituto de Engenharia paulista (1916), em organizações próprias, como a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic, 1957) e o Sindicato Nacional da Construção Pesada (Sinicon, 1959). Também nas associações e aparelhos sindicais de projeção regional, como a Apeop (Associação Paulista de Empreiteiros de Obras Públicas), a mineira Sicepot-MG (Sindicato da Construção Pesada de Minas Gerais) e a fluminense Associações de Empreiteiros do Estado do Rio de Janeiro (Aeerj), fundada no mesmo ano da fusão do estado do Rio de Janeiro com a Guanabara, em 1975.

Essas associações tiveram na ditadura um cenário ideal para o desenvolvimento de suas atividades e de suas empresas filiadas. Nesse período, elas dispuseram de acesso direto ao poder, detendo força para pautar as políticas públicas e angariar fatias expressivas do orçamento público, direcionados para projetos de obras.

Algumas das mais poderosas entidades do setor – como o Clube de Engenharia, a Cbic e o Sinicon – tinham sede no Rio de Janeiro. E apesar de sentir a decadência de empresas de origem no estado, pareciam ter papel fundamental no mercado nacional de obras públicas, dados os importantes projetos desenvolvidos no estado no período, como a ponte Rio-Niterói, o metropolitano do Rio de Janeiro, a rodovia Rio-Santos, as usinas termonucleares de Angra I e II, dentre outros projetos.

Após o golpe de Estado, a presença dos empreiteiros no aparelho de Estado ao longo dos 21 anos de regime ditatorial foi intensa. Tornaram-se figuras de influência, especialmente em áreas específicas, como pastas ligadas às políticas de Transportes, Energia, Obras e infraestrutura em geral. Parte significativa dos recursos públicos durante o chamado "milagre brasileiro", era direcionada para investimentos estatais, na forma de obras de infraestrutura. Associado a isso, os fundos setoriais tinham grande previsão de arrecadação, o que lhes permitia contrair empréstimos internacionais, que eram fartos e baratos até 1973, conforme exposto acima. Desta forma, houve uma soma de recursos nunca antes alocada em obras públicas, gerando uma demanda sem precedentes para as empreiteiras. A manutenção das obras de grandes empreendimentos, como as usinas de Itaipu, de Angra e Tucuruí, Ponte Rio-Niterói permitiram às maiores empreiteiras a manutenção de um alto nível de atividade até o final do regime.

Esses empresários e representantes dos seus interesses agiam nas autarquias e empresas estatais, em especial nas que contratavam serviços de engenharia, como Eletrobrás e suas subsidiárias, Petrobrás e empresas do grupo, BNH, Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), Rede Ferroviária Federal (RFFSA), Portobrás, Telebrás, dentre outras agências estatais. No âmbito regional e local o poder e influência desses empresários também eram visíveis, em especial em pastas de obras públicas e empresas contratadoras de obras (Cedae, DER-RJ, Sabesp, DER-SP, etc).

Há indícios da relação de figuras-chave da ditadura com empresários do setor. Podemos citar os exemplos de Mário Andreazza, Ministro de Transportes (1967-1974) e do Interior (1979-1985), que circulava entre empreiteiros e suas organizações, sendo presença constante em atividades e congressos promovidos por entidades como Sinicon e Cbic; Antonio Delfim Netto, ministro nos governos Costa e Silva, Médici e Figueiredo, próximo do empresário Sebastião Camargo (presidente da Camargo Corrêa) e ligado a outros empresários do setor, inclusive tendo feito elogios públicos a figuras como Olacyr Francisco de Moraes (da empreiteira paulista Constran) e Murillo Mendes (da mineira Mendes Júnior); Ângelo Calmon de Sá, Ministro da Indústria no governo Geisel, além de presidente do Banco Econômico e diretor da empreiteira Odebrecht no período; e Eliseu Resende, diretor-geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), no período de 1967 a 1974, e Ministro dos Transportes (1979-1982), que tinha grande trânsito entre os empresários da construção, em particular os mineiros, tendo ocupado também o cargo de diretor da Odebrecht.

Os contatos eram diretos com agentes do aparelho de Estado e com as forças armadas durante a ditadura. Um mecanismo usado pelos empresários do setor para facilitar sua atuação junto a agências estatais era a contratação de oficiais militares para os quadros da diretoria das construtoras. Foi o que fizeram empresas como a Mendes Júnior, a Rabello e a Setal.

Outra medida favorável ao setor foi a criação de uma reserva de mercado para as empreiteiras brasileiras sobre as obras públicas realizadas no país. Após a campanha realizada durante o governo Castelo Branco (1964-1967) pelos empresários da engenharia – com a liderança do Clube de Engenharia – contra a presença de firmas estrangeiras em áreas e projetos em que havia empresas domésticas capacitadas, o governo Costa e Silva resolveu reverter a política de contratação de empresas de fora do país. Após o Ato Institucional nº 5, com o Congresso Nacional fechado, o governo federal baixou, no início de 1969, um decreto-lei que impedia empresas de engenharia não-brasileiras de realizar obras e outros serviços demandados pelo aparelho de Estado e suas agências. A medida, justificada por questões como segurança nacional e incentivo ao desenvolvimento da tecnologia doméstica, permitiu que as empreiteiras brasileiras desfrutassem, sem concorrência estrangeira, da rica demanda de obras públicas no país ao longo da década de 1970. Os efeitos foram a ampliação das margens de lucros de cada uma das obras, além da facilitação das práticas cartelistas, muito comuns no setor. As associações e sindicatos eram os lugares preferenciais para a realização desses acertos, como divisão dos projetos a cargo de cada empresa, margens de ganho em cada obra, subcontratação e lances em licitações e concorrências.

Recursos orçamentários, reserva de mercado, isenções fiscais, facilidades para aquisição de máquinas com linha especial de crédito do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) e outras medidas de benefício foram colocadas à disposição das grandes empreiteiras. Sem falar nos recursos públicos direcionados através do instrumento específico do regime para a política habitacional, o BNH.

Uma área interessante de favorecimento a partir da década de 1970 foi a política externa, com auxílio para a atuação internacional das empreiteiras brasileiras através de crédito para suas atividades no exterior, possibilidade de dedução do Imposto de Renda sobre a Pessoa Jurídica nos ganhos auferidos no exterior, e suporte diplomático às suas incursões na América do Sul, África e Oriente Médio.

Por fim, a própria política sindical, trabalhista e salarial da ditadura era benéfica às empresas de construção, grandes empregadoras de força de trabalho. A política de "arrocho salarial" permitiu a redução das despesas em detrimento do valor real do salário dos operários. Em relação à saúde e à segurança nos canteiros de obras, não havia controle efetivo por parte dos governos ditatoriais, o que permitiu que os empresários do setor economizassem em equipamentos de segurança, em favor de suas margens de lucro. A consequência nefasta foi o aumento do número de acidentes e mortes no trabalho da construção civil, setor que passou a liderar essas estatísticas. Por sua vez, as intervenções nos sindicatos e a repressão aos sindicalistas limitaram as possibilidades de reação da classe trabalhadora.

Organizações Globo e o intercâmbio de favores

Como exposto no capítulo anterior deste relatório, no primeiro momento o golpe de 64 foi apoiado pela maioria dos veículos de comunicação. Contudo, nenhum ficou tão marcado pelo intercâmbio de favorecimentos quanto as Organizações Globo. Mesmo fazendo um recente *mea culpa*[8], o gesto não apaga a forte atuação do empresário de jornais e TVs em favor do regime implantado no país, pós 1964.

O crescimento vertiginoso das Organizações Globo a partir de suas relações com a ditadura militar, chama a atenção. *O Globo* foi atuante na campanha contra o governo Goulart e as entidades de esquerda em geral. Roberto Marinho associou-se a Manoel Nascimento Brito (*Jornal do Brasil*) e João Calmon (*Diários Associados*) e montou a "Rede da Democracia", veiculando propaganda contra o governo, com o objetivo de assustar a classe média, e colocá-la a favor de um golpe de Estado.

Ressalta-se que ainda antes do golpe, as empresas estrangeiras já vinham buscando proeminência na economia brasileira, processo que se aprofundou com a ditadura militar. Nesse contexto, situam-se as ligações entre a Globo e a empresa norte-americana Time-Life, importante editora de revistas, que tinha alguns canais de televisão locais nos Estados Unidos.

A Constituição brasileira proibia a participação do capital estrangeiro nos meios de comunicação. Uma multinacional não poderia ter participação acionária, fazer parte de direção ou auferir lucro de uma empresa de mídia brasileira. Tais normas não foram respeitadas pelos acordos assinados a partir de 1962 entre Marinho e o grupo Time-Life, no contexto de organização da Rede Globo.

O assessor da Globo na elaboração dos contratos foi o advogado Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva, próximo de Roberto Campos, que seria Ministro do Planejamento de Castello Branco e um dos mentores da política econômica de abertura ao capital estrangeiro após o golpe de 1964.

A Time-Life enviou cerca de 6 milhões de dólares à empresa de Marinho entre 1962 e 1966, valor expressivo para a época. Os investimentos do grupo americano eram mais de trinta vezes o valor do capital da Globo. Ademais, de acordo com os contratos, a Time-Life não figurava como mera financiadora: tinha direito a 30% dos lucros da *TV Globo* e detinha 30% do patrimônio da emissora. A empresa americana tinha participação em administração, programação, treinamento de pessoal, contabilidade e venda de anúncios da TV Globo[9].

Em março de 1966, foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as relações da Globo com o grupo. A CPI aprovou por unanimidade o parecer que considerava inconstitucional a associação entre as empresas de Roberto Marinho e a empresa dos EUA. Contudo, o procurador-geral da República e o presidente Castelo Branco, em março de 1967, afirmaram que a operação fora legal. O caso foi definitivamente arquivado pelo presidente Costa e Silva. Percebe-se, assim, que a ditadura militar tinha interesse na expansão de pelo menos uma grande empresa de telecomunicações[10].

A proximidade entre Roberto Marinho e a cúpula da ditadura tornou-se ainda mais inconteste a partir da publicação, em 2014, de documentos norte-americanos até então confidenciais. São telegramas do embaixador dos Estados Unidos, Lincoln Gordon, enviados aos seus superiores, em 1965. Neles, Gordon narra os bastidores da sucessão de Castelo Branco e observa que Roberto Marinho, seu interlocutor, vinha "trabalhando silenciosamente" pela prorrogação ou reeleição do presidente da República. Também tratava das pretensões do general Costa e Silva (que se tornaria o chefe de Estado em 1967).

O empresário das Organizações Globo vinha contatando vários indivíduos centrais do governo ditatoriais, como o general Ernesto Geisel, chefe da Casa Militar, o general Golbery do Couto e Silva, chefe do Serviço Nacional de Informação (SNI) e Luiz Vianna, chefe da Casa Civil. Marinho observava que as eleições diretas poderiam consagrar a oposição, risco que não existiria se o pleito fosse indireto, vide a força do governo no Congresso. Sua desenvoltura em meio à cúpula político-militar permitia-lhe tratar de temas estratégicos, como a sucessão presidencial e a nomeação de cargos do primeiro escalão do governo.

O empresariado e a repressão política

Como se percebe pelo estudo dos casos acima, a ditadura permitiu a obtenção de vantagens e favores para segmentos específicos do empresariado. De forma mais geral, garantiu um ambiente propício para os negócios, sufocando manifestações sindicais e a luta pela extensão dos direitos. Com isso, muitos empresários se dedicaram ao financiamento direto da repressão política. Ficou célebre a participação de Hening Boilesen, do grupo Ultra, não só no financiamento, mas também nas próprias sessões de tortura de militantes de oposição, embora existam evidências de que outros civis compareciam às dependências de locais onde eram perpetradas graves violações aos direitos humanos para assistir e se comprazer com o sofrimento de seus opositores[11]. Boilesen se destaca por ter sido o responsável por organizar, junto a outros empresários, a arrecadação de fundos para a Operação Bandeirantes (Oban), criada em São Paulo, pelo comandante do II Exército, general José Canavarro Pereira, em conjunto com a Secretaria de Segurança do estado, chefiada por Hely Lopes Meirelles, para unificar o combate aos opositores do regime. Nesses encontros, falava aos presentes: "vocês são beneficiados pela revolução e devem colaborar"[12]. Esta colaboração era retribuída sob a forma de favores estatais para a viabilização de

8. O GLOBO. "Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro". 31/08/2013.

9. COUTINHO, Eduardo Granja."Ecos do golpe no mundo da cultura" IN COUTINHO, Eduardo Granja e IASI, Mauro Luís. Ecos do golpe, a persistência da ditadura 50 anos depois. Rio de Janeiro: Mórula, 2014, p.114.
10. HERZ, Daniel. A história secreta da Rede Globo. Rio Grande do Sul: Tchê!, 1989. p. 183 e 190.

11. SOUZA, Percival de. Autópsia do medo. Porto Alegre: Globo, 2000.
12. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional daVerdade. Brasília: CNV, 2014. Volume II, p.332.

negócios, como se pode perceber no caso de Sebastião Camargo, da empreiteira Camargo Corrêa, um dos maiores contribuintes com a "caixinha da Oban", que conseguiu contratos para a construção de grandes obras públicas, como a Ponte Rio-Niterói.

No que se refere a essa caixinha, destaca-se o banquete organizado pelo ministro Delfim Netto no Clube São Paulo, antiga residência da senhora Viridiana Prado, durante o qual cada banqueiro doou o montante de US$ 110 mil. Além dos banqueiros, diversas corporações financiaram a formação do órgão, como os grupos Ultra, Ford, General Motors[13], Camargo Corrêa, Objetivo e Folha, além de transnacionais como Nestlé, General Eletric, Mercedes Benz, Siemens e a Light[14].

Formas de apoio correspondente aconteceram também no Rio de Janeiro. Revelações do ex-delegado do DOPS do Espírito Santo, Cláudio Guerra, dão conta do financiamento em nível nacional do aparelho de repressão da ditadura. Segundo ele, o Banco Mercantil de São Paulo e o Sudameris destacaram-se como os maiores provedores de recursos para os agentes da repressão no Rio. Viabilizaram o pagamento de uma espécie de bolsa mensal para os agentes, em contas de "laranjas" [15] ou sob nomes falsos, além do pagamento de prêmios em dinheiro em decorrência da captura e do assassinato de opositores do regime ditatorial. Também Camilo Cola, dono da Viação Itapemirim e deputado capixaba pela Arena, cumpriu a tarefa de arrecadar recursos com outras empresas, como a Gasbrás e a White Martins, com o fim de apoiar a repressão[16].

Além de financiamento, setores privados forneceram entre outros bens, espaços usados para a tortura, assassinato e ocultação de cadáveres, como a Usina Cambahyba, em Campos dos Goytacazes, e a Casa da Morte, em Petrópolis. No caso da Usina de Campos, seu proprietário Heli Ribeiro era membro da Tradição, Família e Propriedade (TFP), organização que contribuiu com a deposição do governo João Goulart em 1964. Também membro da TFP, o filho de Heli Ribeiro, João Lysandro, conhecido pelo epíteto de "João Bala", teria sido ativo ao lado de outros agentes da repressão numa das ações mais brutais denunciadas sobre aquele período: a incineração de corpos mutilados de opositores políticos, nos fornos da usina.

No período da transição democrática, quando elementos da chamada "comunidade de informações" perpetraram ataques terroristas para sabotar o processo de abertura, houve apoio financeiro de grupos empresariais, como o já mencionado Banco Mercantil de São Paulo e o Sudameris. Há ainda denúncias de uso da tecnologia de explosivos usados por empresas de construção civil para os atentados da direita terrorista ao final da ditadura[17]. Isto é, mesmo quando parte significativa do empresariado estava apoiando o processo de abertura, grandes homens de negócio ainda sustentavam ações que marcariam tragicamente a vida pública do país, como o atentado à sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Rio de Janeiro, em 27 de agosto de 1980, e a tentativa de explodir uma bomba dentro do auditório do Riocentro, no dia 30 de abril de 1981.

13. LANGGUTH, A. J. A face oculta do terror. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p.108.
14. MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. Cartéis e Desnacionalização: a experiência brasileira, 1964-1974. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p.197-207.
15. Intermediários em transações financeiras fraudulentas.
16. NETTO, Marcelo & MEDEIROS, Rogério. Memória de uma guerra suja. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.
17. OTAVIO, Chico & DUARTE, Alessandra. "Linha direta com o terror: Agenda do sargento que morreu no Riocentro revela, após 30 anos, rede de conspiradores do período". O Globo, 24/04/2011.

O setor bancário e a dívida pública brasileira

Como já dito anteriormente neste capítulo, a política econômica da ditadura favoreceu e acelerou a concentração de capitais. Esse processo também se deu no setor bancário, que se tornou ator do endividamento brasileiro. Desde o golpe de 1964, os banqueiros prestaram inteiro apoio à ditadura recém-formada e organizaram diversos congressos a fim de preparar sua versão privatista de Reforma Bancária.

Os bancos brasileiros e os estrangeiros sediados no Brasil serviram de intermediários na captação de empréstimos para o setor público brasileiro. A Resolução nº 63, de 21 de agosto de 1967, do Banco Central do Brasil (BCB)[18] permitiu aos bancos comerciais e de investimento contratar diretamente empréstimos no exterior e repassá-los às empresas no Brasil. Ao criar vínculos com grupos financeiros transnacionais, os banqueiros brasileiros aumentaram seu acesso a recursos externos, ampliando sua competitividade e a garantia de maiores lucros. A liberalização do sistema creditício internacional em favor dos grandes grupos financeiros se deu em prejuízo da soberania dos países que buscavam recursos para desenvolver suas economias e atender as necessidades básicas dos seus povos.

O objetivo inicial dos empréstimos em moeda era financiar investimentos produtivos, capazes de gerar excedentes que cobrissem os juros e viabilizassem o pagamento do principal da dívida. Eram vistos como combustível financeiro para a industrialização do Brasil e para construção de uma infraestrutura a serviço do desenvolvimento econômico. Contudo, a "financeirização" promovida pelo Estado ditatorial, em estreito consórcio com os interesses corporativos transnacionais, levou a dívida para outra direção.

Entre 1964 e 1985 a dívida pública explodiu: passou de 3,5 bilhões de dólares, representando menos de 5% do PIB, para 105 bilhões de dólares, ou 46% do PIB. Ou seja, um crescimento de 3000% no período. Sobretudo a partir de 1969, esse crescimento exponencial excedeu a capacidade de pagamento dos devedores mediante seus saldos comerciais, não somente pelo montante dos empréstimos tomados, mas principalmente pelo caráter pernicioso dos juros flexíveis. Outro fator foi a capitalização dos juros cujo pagamento atrasava, fazendo com que o Estado tomasse mais empréstimos para pagar dívida do que para investimentos produtivos, fato que transformou o endividamento externo numa bola de neve impagável.

Entre 1969 e 1985 o Brasil teve três presidentes-ditadores: os generais Médici, Geisel e Figueiredo. É importante ressaltar que, sob estas autoridades, os Ministros da Fazenda Delfim Netto, Mario Henrique Simonsen e Ernane Galvêas abriram a economia aos bancos e corporações transnacionais, aprofundaram a exploração das classes trabalhadoras, e destruíram as condições de um desenvolvimento endógeno, soberano e democrático para o Brasil. Para garantir este modo de gestão da economia, o governo impunha ao país uma brutal repressão, prendendo e assassinando muitos dos que se opunham ao regime ditatorial.

18. "O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma da deliberação do Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 17.8.1967, de acordo com o disposto nos arts. 4º, inciso V, e 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e art. 29 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, RESOLVE: I - Facultar aos bancos de investimento ou de desenvolvimento privados e aos bancos comerciais autorizados a operar em câmbio a contratação direta de empréstimos externos destinados a ser repassados a empresas no país, quer para financiamento de capital fixo, quer de capital de movimento, observado o disposto nesta Resolução e nas demais normas legais e regulamentares em vigor (...)."

Durante o governo Médici (1969-1973), o PIB cresceu em média 10,7% ao ano. Neste período, o estoque da dívida externa alcançou uma taxa de crescimento anual de 13,8% e passou de 4,379 bilhões de dólares, representando 11% do PIB, para 13,760 bilhões de dólares, ou 16,6% do PIB. O serviço da dívida excedeu o saldo comercial em 8,395 bilhões de dólares, que tiveram que ser refinanciados, ou pagos com novos empréstimos. Note-se que em 1973 as taxas de juros internacionais haviam crescido entre dois e quatro pontos percentuais, onerando estupidamente os encargos anuais, dado que os contratos da dívida incluíam a cláusula dos juros flutuantes.

O governo Geisel (1974-1978), em vez de aprender a lição herdada do seu antecessor, escolheu a importação de divisas como fonte essencial de financiamento do seu projeto de desenvolvimento econômico. Na sua administração a dívida externa explodiu, passando de 13,7 bilhões para 52,2 bilhões de dólares. Ou seja, quase quadruplicou. A relação dívida externa/PIB passou de 17% em 1973 para 26% em 1978, ou um crescimento médio de 21%. Apesar do intenso esforço exportador, a diferença entre o saldo comercial e o serviço a pagar alcançou US$ 39,2 bilhões negativos, colocando a economia do país em alto grau de vulnerabilidade. Os juros pagos chegaram a representar cerca de 40% do serviço total da dívida no período, que representou a consolidação da hegemonia dos bancos na economia e o caráter predominantemente financeiro e especulativo do endividamento.

O governo Figueiredo (1979-1984) coincidiu com o processo recessivo internacional e a crise do dólar dos Estados Unidos. O Brasil, altamente endividado em dólares, estava particularmente vulnerável à instabilidade dessa moeda. A elevação dos juros norte-americanos pelo Federal Reserve de 10,9% em 1978 até alcançar 19,6% em 1981 drenou recursos de todo o mundo para os bancos daquele país. Além de estarem presos à dívida impagável – tomando empréstimos para pagar as obrigações da dívida anterior, aumentando o total devido e os encargos futuros – os devedores estavam sujeitos mais do que nunca à intervenção externa nas suas decisões de política econômica.

A partir de 1980, o Brasil passou a transferir mais capital para o exterior do que receber. Só de juros, havia pago 57,3 bilhões de dólares. Sob a regência do Ministro da Fazenda Ernane Galvêas, a dívida externa em proporção ao PIB dobrou, passando de 24,6% em 1979 para 48,2% em 1984. A escolha do governo ditatorial foi seguir a receita dos credores, canalizada através do Fundo Monetário Internacional (FMI): incentivo às exportações, compressão das importações, da demanda interna e dos investimentos sociais, e prioridade ao pagamento em dia dos encargos da dívida externa. O padrão de consumo da população e seu bem-estar se deterioraram. Cresceram os índices de pobreza, marginalização e violência urbana e rural.

Mesmo tendo sido o Estado, diretamente ou através das estatais, o protagonista do sobre endividamento brasileiro, as grandes empresas nacionais e transnacionais também foram responsáveis. Entretanto, não foram responsabilizadas. Ao contrário, foram estimuladas pelo próprio Estado a investir nos títulos do governo, tornando-se credoras da dívida interna e passando a contar com lucros financeiros provenientes das altas taxas de juros.

Em suma, os governos ditatoriais realizaram a façanha de transformar o Estado brasileiro numa máquina parasitária, usando os fundos públicos a serviço do pagamento dos juros aos grandes grupos econômicos e financeiros estrangeiros e nacionais. O custo disso foi arcado pela estrutura produtiva nacional, o mercado interno, os assalariados e a massa crescente de marginalizados. O sobre endividamento do Brasil é, portanto, ao mesmo tempo um problema técnico e político, e um problema contábil e ético. E coloca no banco dos réus os fazedores de política de então (os generais-presidentes, seus ministros e diretores das agências governamentais), tanto quanto os conglomerados bancários e as empresas do setor industrial que participaram desta ciranda do sobre-endividamento.

PARTE III
VIOLÊNCIA E TERROR DO ESTADO

Foto: Bruno Marins

Capítulo 5 - CONFLITOS E REPRESSÃO NO CAMPO[1]

Embora o estado do Rio de Janeiro seja sempre apontado como um dos mais urbanizados do Brasil e pouco se fale sobre suas áreas rurais, ele foi palco de situações de violência ainda pouco conhecidas e de importantes conflitos fundiários entre 1946 e 1988, como mostra o Quadro 1 com 219 situações mapeadas. Tal levantamento não esgota o universo de casos ocorridos no período, mas mostra que parte deles se reitera nos mesmos lugares ao longo dos anos. Como se pode observar há uma forte concentração na Região Metropolitana (quase metade dos casos identificados) e na Costa Verde.[2]

O olhar sobre os conflitos no campo não pode se restringir à repressão e à violência que partiu diretamente dos órgãos do Estado. Ao fazer uma análise da documentação gerada pelo Serviço Nacional de Informação (SNI) e pelos Inquéritos Policiais Militares (IPMs), desde logo se percebe que ela retrata apenas uma pa rte do que ocorreu no campo fluminense no período. Entrevistas, material de imprensa, arquivos sindicais e da Comissão Pastoral da Terra mostram como instituições estatais tiveram papel importante na coação dos trabalhadores, entre elas o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), o Instituto Brasileiro de Defesa Florestal (IBDF) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

O território fluminense recebeu, ao longo do século XX, em especial a partir dos anos 1930, migrantes de diferentes pontos do país (principalmente do Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco, Paraíba). Também se verificou uma intensa mobilidade interna de sua população (em especial trabalhadores rurais vindos de áreas onde a cafeicultura estava em plena decadência), em busca de terras

1. Capítulo construído em colaboração com a pesquisa Conflitos por Terra e Repressão no Campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988) financiada pela Faperj e coordenada por Leonilde Servolo de Medeiros, professora do CPDA/UFRRJ.
2. Os casos escolhidos para análise foram: na Região Metropolitana, o Núcleo Colonial Papucaia e seu entorno, em especial a fazenda São José da Boa Morte, em Cachoeiras de Macacu; Fazenda Conceição de Suruí e áreas da Companhia América Fabril, em Magé; fazendas São Lourenço e Capivari, em Duque de Caxias; Pedra Lisa, localidade hoje pertencente ao município de Japeri, mas antes pertencentes a Nova Iguaçu. Na Costa Verde, selecionamos conflitos que ocorreram em Paraty (Trindade, Praia do Sono, Campinho da Independência, São Roque, Taquari, Barra Grande, São Gonçalo) e, em Angra dos Reis (Santa Rita do Brachuy). Na Região das Baixadas Litorâneas, o caso da fazenda Campos Novos e seu entorno. No Médio Paraíba, em Valença, fazendas Santa Mônica e Conquista. Na Região Serrana, em Trajano de Moraes, a fazenda Santo Inácio. Finalmente, no Norte Fluminense, em Campos, a ocupação do Imbé e conflitos trabalhistas ocorridos em diversas usinas.

Região	Município	Quantidade de conflitos
Metropolitana		94
	Cachoeiras de Macacu	16
	Duque de Caxias	8
	Itaboraí	3
	Itaguaí	2
	Magé	43
	Maricá	1
	Nova Iguaçu e Japeri	11
	Paracambi	3
	Rio Bonito	1
	Rio de Janeiro	5
	São Gonçalo	1
Costa Verde		56
	Parati	25
	Angra dos Reis	28
	Mangaratiba	3
Baixadas Litorâneas		20
	Araruama	1
	Cabo Frio	2
	Casimiro de Abreu	9
	São Pedro da Aldeia	2
	Silva Jardim	6
Médio Paraíba		21
	Barra Mansa	3
	Pinheiral	1
	Resende	1
	Rio Claro	3
	Valença	5
	Volta Redonda	3
	Piraí	5
Serrana		12
	Macuco	1
	Nova Friburgo	1
	Petrópolis	2
	Santa Maria Madalena	2
	Teresópolis	1
	Trajano de Moraes	5
Centro-Sul Fluminense		8
	Miguel Pereira	1
	Vassouras	7
Noroeste Fluminense		1
	Porciúncula	1
Norte Fluminense		7
	Campos	5
	São João da Barra	2
Total de conflitos registrados no estado		219

Fonte: Elaboração dos pesquisadores do Projeto a partir dos dados obtidos no NMSPP/CPDA/UFRRJ; Fetag/RJ; Centro de Documentação Dom Tomas Balduíno; Projeto Brasil Nunca Mais; Plataforma Memória Reveladas; jornais e entrevistas realizadas em diferentes momentos.

em projetos de colonização criados pelo governo federal em diversos pontos da Baixada Fluminense ou de empregos urbanos, numa fase de expansão industrial. A mobilidade interna para as áreas de fronteira entre urbano e rural, em especial na Região Metropolitana, também foi consequência de uma política segregacionista empreendida na cidade do Rio de Janeiro (como é o caso das reformas do prefeito Pereira Passos, das remoções de populações de cortiços, favelas etc), bem como da construção de linhas ferroviárias, rodovias e instituição de políticas de transporte visando facilitar o deslocamento dos que viviam nas periferias.

A primeira metade do século foi marcada pelos reflexos da crise da cafeicultura do Vale do Paraíba e das lavouras de laranja da Baixada Fluminense. Neste último caso, a historiografia reitera a ideia de que as terras foram abandonadas, levando ao assoreamento dos rios. Um dos resultados foi um surto de febre amarela que levou à necessidade de obras de saneamento e consequente valorização fundiária do entorno da capital. Ao longo dos anos 1930 e 1940, ocorreram iniciativas estatais para reordenar a ocupação dos espaços com a criação de núcleos coloniais que, segundo a expectativa do governo, disseminariam a pequena propriedade e serviriam de polos de produção de alimentos para uma cidade que já então despontava como centro industrial e, portanto, com rápido crescimento populacional. A instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), da Fábrica Nacional de Motores (FNM) e da Refinaria Duque de Caxias (Reduc) foram momentos importantes desse processo. A consequência dessas iniciativas foi um amplo fluxo migratório de trabalhadores em busca de meios para sobreviver.

Ao longo da década de 1950, foram intensos os debates em torno do desenvolvimento e da industrialização, em especial o significado das grandes propriedades e da reprodução, no seu interior, de relações de opressão. O tema da reforma agrária ganhou projeção como condição de superação do atraso, então considerado atributo das áreas rurais. Tratava-se de modernizar a produção, com introdução da mecanização e aportes de crédito, condições para a melhoria de vida das populações que viviam no campo.

As disputas por terra se acirraram, em especial na Região Metropolitana: as tentativas de despejo mobilizavam os trabalhadores e provocavam sua resistência. Naquele momento, a categoria grileiro passou a recobrir todos aqueles que tentavam se apropriar de terras onde estavam trabalhadores que, por sua vez, passaram a se identificar como *posseiros*.[3] Embora pagando taxas pelo uso da terra ou para cortar madeira, ou seja, reconhecendo que a propriedade pertencia a outro,

no momento da disputa, o argumento do uso da terra para garantir o sustento da família se sobrepunha. Grileiros e posseiros se constituíram, antes de mais nada, como categorias políticas de enfrentamento.

Em todo o país (e o Estado do Rio de Janeiro não fugia à regra), a ausência de um cadastro rigoroso de terras e a delimitação controversa das propriedades, por vezes com superposição de limites, criavam dificuldades para definição do que eram efetivamente terras da União ou terras devolutas, quem eram os posseiros, quem detinha a propriedade legal.

3. Alguns grileiros eram influentes políticos locais. É o caso, por exemplo, de Getúlio Moura, político de Nova Iguaçu que foi inclusive candidato a governador do Estado do Rio de Janeiro. Mas havia também empresas, como é o caso da América Fabril, em Magé.

Esse quadro era particularmente agudo no que é hoje a Região Metropolitana. Os despejos, pela sua recorrência, abrangência espacial e número de pessoas envolvidas, "eram o principal problema social existente no campo fluminense entre 1950 e o início da década de 1960"[4].

Na década de cinquenta começaram a ocorrer intervenções do governo estadual nesses conflitos, com desapropriação de terras. O primeiro caso de que se tem notícia é o de Pedra Lisa, onde os posseiros resistiram às tentativas de despejo, armados de facas, foices, enxadas e espingardas de caça. A localidade foi desapropriada pelo então governador Miguel Couto. Os jornais fluminenses constantemente alertavam para os riscos de subversão e advertiam sobre a proximidade das regiões de conflito agrário em relação à capital federal. Esse argumento foi repetidamente usado no IPM 709, que investigou as atividades do PCB.

As associações de lavradores foram, em diversos estados brasileiros, uma primeira tentativa de unificar as lutas camponesas sob as mesmas bandeiras e tirá-las de sua dimensão local para articulá-las na construção de um conjunto de reivindicações que ultrapassava de longe os conflitos pontuais.[5] É o momento em que começou a se produzir o reconhecimento político do campesinato e em que suas demandas e lutas passam a ecoar nos jornais e nos debates políticos como luta por reforma agrária.

4. GRYNSZPAN, Mário. Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro: 1950-1964. 2 v. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, MN/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987, p.16.
5. As primeiras associações de lavradores começaram a aparecer na segunda metade da década de 1940, criadas nas áreas onde ocorriam despejos. É o caso de Pedra Lisa, localizada no então Município de Nova Iguaçu, e de Xerém, em Duque de Caxias. Esta última iniciativa logo depois assumiu o nome de Associação dos Lavradores Fluminenses (ALF), mostrando sua intenção de atuar para além de seu local de origem.

No plano nacional, em 1954, foi criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), em evento realizado em São Paulo, convocado pelo PCB. Como desdobramento, ocorreram vários encontros locais e estaduais para estimular a expansão da organização dos camponeses, termo que começava a circular e ganhar significado político. Como parte desse esforço, foi criada a Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj), logo após a realização da I Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro, em Niterói, entre 28 e 30 de agosto de 1959.

O crescimento das organizações se somava e se articulava com outras formas de luta, definidas em cada local, conforme a configuração de forças presentes e as possibilidades de ação na justiça, manifestações públicas, apelo a autoridades, denúncia nos jornais. Ao longo desses passos iniciais da organização, a repressão já era forte, especialmente depois da cassação do registro do PCB em 1947.

As associações de lavradores desde logo teceram laços com diferentes entidades com as quais tinham afinidades políticas, como o Sindicato dos Ferroviários, dos Têxteis e dos Rodoviários. Esses vínculos fortaleciam a solidariedade entre esses grupos, contribuindo para a quebra de isolamento das lutas dos camponeses. Do ponto de vista político, havia circulação cada vez mais ampliada de lideranças, de novas bandeiras e de palavras de ordem, ao mesmo tempo em que se disseminavam propostas que tendiam a construir atores políticos unificados, mostrando quão falaciosas eram, já então, as rígidas separações entre rural e urbano.

Do final de 1961 em diante, no Rio de Janeiro, as ocupações de terra como ação coletiva começaram a ser mais frequentes. Três casos ganharam maior notoriedade. O primeiro deles foi a ocupação da Fazenda São José da Boa Morte, em Cachoeiras de Macacu, em fins de 1961. Os camponeses foram duramente reprimidos, mas, em 1963, nova ocupação ocorreu no mesmo local, seguida de novo violento despejo. O segundo evento foi a ocupação do Imbé, em Campos dos Goytacazes, em 1963, agregando lavradores das periferias da cidade, grande parte deles ex-moradores de usinas da região campista e que estavam sendo dispensados pela introdução de algumas mudanças no processo produtivo. O terceiro caso foi o chamado levante de Capivari, em Duque de Caxias, em junho de 1963, decorrente da ameaça de despejo de uma área que já havia sido declarada de utilidade pública por interesse social pelo governo federal. Um dos resultados foram medidas mais rigorosas, em especial prisões, para reprimir iniciativas desse tipo. Em Magé, por exemplo, as ocupações levaram à decretação da prisão preventiva do líder Manoel Ferreira de Lima e seu enquadramento, em 1963, na Lei de Segurança Nacional.

Nos anos 1970, foi a vez das áreas litorâneas, em especial na Costa Verde, com a construção da rodovia Rio-Santos e a proliferação de investimentos turísticos a ela relacionados. Nas áreas tradicionalmente marcadas pela produção de cana de açúcar (em especial Campos dos Goytacazes), eclodiram conflitos em torno dos direitos trabalhistas. Nas antigas áreas cafeicultoras, a substituição por uma pecuária extensiva levou à expulsão de um grande número de trabalhadores, ocasionando conflitos e violências nem sempre visibilizadas.

O desenvolvimento dos conflitos no território fluminense não pode ser explicado sem que se estabeleçam relações entre organizações locais e o que se passava no Brasil. São diferentes atores que se entrecruzavam em diferentes planos (local, estadual, nacional, sem descartar influências internacionais) e que fizeram do debate sobre reforma agrária uma questão candente nos anos que antecederam o golpe militar e um campo de intervenção relevante após 1964.

Ação do Estado e as desapropriações

No final dos anos 1950 e início dos anos 1960, diversas desapropriações foram realizadas por ação do governo estadual e, depois, pelo federal. Marco desse tipo de ação foi a criação do Plano Piloto de Ação Agrária, transformado em lei em 1959, com o nome de Plano de Colonização e Aproveitamento de Terras Devolutas e Públicas (Lei nº 3.961, Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, de 24/06/1959). A demanda por reforma agrária era respondida com planos de colonização, linguagem que traduzia fundamentalmente o desejo de intervenções pontuais e a utilização de terras devolutas, cuja demarcação ainda precisaria ser feita.

Essa legislação revelava que a questão da terra era percebida pela ótica da dificuldade da separação entre terras devolutas e terras particulares, mostrando o quanto, mais de cem anos depois, as determinações da Lei de Terras de 1850 ainda permaneciam sem efeito prático.[6] Também apontava a íntima relação estabelecida com a chamada questão urbana (havia previsão de áreas de terras para assentar famílias faveladas e apoio aos que viviam em cidades e povoados e optassem por se transformar em agricultores). Destaca-se as situações de litígio, que eram equacionadas pela proposta de indenização dos despejados e resolução de controvérsias, e também pela introdução de controle policial nas áreas de tensão social. Pelo Plano, foram decretadas desapropriações de 18 áreas.[7]

No plano federal, o tema da reforma agrária também estava em discussão e centenas de projetos foram apresentados ao Legislativo, tentando dar-lhe um corpo normativo. Nenhum deles foi aprovado no período em questão, mas, mesmo assim, algumas desapropriações foram feitas, já no governo João Goulart, em áreas de grande tensão. No caso do Rio de Janeiro, foram dez, sendo apenas duas fora da Região Metropolitana. Algumas delas já haviam sido objeto de intervenção do governo estadual, um indicador das dificuldades que se antepunham a essas ações e da continuidade dos conflitos.

Finalmente, é importante lembrar que, tanto no plano estadual como no federal, a decretação de uma área como de interesse para desapropriação apenas iniciava um processo, que só se consumava com o pagamento da terra, o que poderia levar anos para ocorrer ou mesmo não acontecer. Nesse meio tempo, as ameaças de despejo e a violência continuavam.

À medida que o debate em torno da questão agrária crescia em todo o país, as entidades patronais rurais também se movimentavam, colocando-se de forma cada vez mais visível no debate político. No plano nacional, o início dos anos 1960 foi marcado por uma intensa articulação política dessas organizações, algumas delas juntando-se com o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), entidades que tiveram um papel proeminente nas articulações golpistas. Em 1963, por exemplo, quando a ocupação do Imbé ganhou as páginas dos jornais locais e repercutiu nacionalmente, Iris Meinberg, presidente da Confederação Rural Brasileira e ativa opositora da reforma agrária, foi a Campos intervir na situação. Da mesma forma, no final de abril de 1963, quando ocorreu uma passeata que reuniu três mil lavradores numa caminhada ao Palácio do Ingá, sede do governo estadual, Ieda França, diretora da Farerj, afirmou ao *Jornal do Brasil* que os proprietários estavam se armando, alarmados com o ambiente de agitação e dispostos a reagir contra qualquer invasão de suas terras.[8]

O golpe e seus desdobramentos: as ações do Estado

O golpe teve profundos efeitos sobre o campo. A repressão foi imediata: lideranças tiveram que abandonar seus lugares de moradia e trabalho; casas dos trabalhadores que viviam nas áreas de conflito foram invadidas e reviradas em busca de documentos e armas; famílias foram ameaçadas e coagidas para revelar o paradeiro do pai (em geral, os homens eram os mais diretamente envolvidos nos conflitos). Em locais onde tinha havido ocupações,

6. Com a regulamentação, em 1854, da Lei de Terras, foi atribuído às províncias o comando da medição, legitimação e titulação de terras, respeitando os direitos dos posseiros e antigos sesmeiros. No entanto, a iniciativa primeira, que desencadeava todo o processo de demarcação, estava nas mãos dos particulares, que resistiam a fazer essa delimitação, uma vez que o não registro formal e a abundância de terras deixavam terrenos disponíveis para apropriação e uso futuro.

7. Entre estas, 11 se localizavam na Baixada (São Pedro e Tenente Pacheco, em Nova Iguaçu; São José da Boa Morte, em Cachoeiras de Macacu; São Lourenço, Capivari, Penha-Caixão e Piranema, em Duque de Caxias; Santa Alice, em Itaguaí; Vargem Grande, em Itaboraí e parte em Cachoeiras de Macacu; e Rio do Ouro e Cachoeiras, em Magé) e sete fora (Paraty-Mirim e Independência, em Paraty; Largo, Ponta do Largo e Atalho, em São João da Barra; Engenho do Mato, em Niterói e Rio das Ostras, em Casimiro de Abreu).
Em outros estados (São Paulo, Goiás, Pernambuco, Rio Grande do Sul) os governos estaduais também estavam intervindo de forma semelhante sobre a questão agrária.

8. GRYNSZPAN, M. Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro: 1950-1964. 2 v. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, MN/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987.

como São José da Boa Morte, o Exército iniciou a busca por comunistas nos primeiros dias após o golpe. Relatos colhidos sobre lugares diferentes (Baixada Fluminense, Região Serrana, Imbé), com pessoas que, à época, eram crianças ou adolescentes, filhos de trabalhadores com algum grau de envolvimento nos conflitos, apontam o padrão de violência que se deflagrou.

Dimensões da memória

As entrevistas com os que estiveram à frente dos conflitos e foram os principais atingidos pela repressão política mostram muitas vezes uma memória que destaca, principalmente, o protagonismo que tiveram, enfatizando geralmente a coragem e astúcia para resistir à repressão, tanto estatal como privada. As ações empreendidas para conseguir a desapropriação das terras também foram objeto de destaque. Muitos entrevistados construíram uma narrativa que aponta para o caráter heroico da luta dos trabalhadores, na qual pouco aparece os que desistiram e migraram em busca de outras alternativas. As dificuldades e fracassos, quando se evidenciam, servem como elemento da trajetória de dificuldades enfrentada para se chegar à conquista da terra. No seu conjunto, essas memórias revelam o caráter de classe da repressão política durante a ditadura.

Muitos dos relatos são memórias herdadas por familiares ou de pessoas que viveram os conflitos, mas não estavam envolvidos diretamente neles. Trata-se de depoimentos que indicam uma memória difusa sobre os acontecimentos, destacando aspectos que não costumam estar presentes no depoimento das lideranças.

Há ainda que chamar a atenção para a memória presentificada por ameaças de repetição do que ocorreu no passado, embora sob novas formas. É o caso da proposta da construção da barragem no rio Guapiaçu e que vai atingir por volta de três mil pessoas, muitas delas já afetadas, nos anos 1960, por sucessivas intervenções fundiárias do governo federal.* Trata-se de uma situação exemplar, em que as memórias são ativadas e trazem à tona eventos traumáticos do passado.

* Algumas das famílias foram removidas da área do Imbé, em Campos dos Goytacazes, e de outras áreas de conflito do estado e assentadas nas glebas Vecchi e Quizanga, em Cachoeiras de Macacu, entre 1966 e 1967.

O depoimento de Roseli Borges, neta de Satiro Borges, liderança da ocupação do Imbé, ilustra essas ações:

> *"Desde criança você ver eles [Exército] (...) amarrarem uma corda no pescoço do cavalo e vir na travessa da casa e meter esporro naquele cavalo e o cavalo levar a casa com tudo. A gente ali olhando e o meu avô debaixo de chicote. (...) Pra quando chegar depois dos meus filhos já casados e eu aqui dentro (...) agora que a gente pensava que ia chegar a paz vem esse negócio de botar barragem pra tirar a gente daqui. Pra mim é muito [humilhante], demais (...). E de repente a gente vai ter que sair daqui, morar em outra comunidade e montar tudo de novo?" (Roseli Borges, em roda de conversa com antigos moradores e lavradores de Serra Queimada, Vecchi e Quizanga, referindo-se ao momento que se sucedeu ao golpe e ao projeto atual de construção da barragem de Guapiaçu)"*

Os proprietários de terras e grileiros se apropriavam da palavra de ordem contra a subversão, legitimada pelo Estado, para expulsar lavradores de suas terras, como nos conta Rosa Geralda Silveira, antiga liderança na Fazenda Campos Novos:

> *"Os lavradores entendiam que a reforma agrária era a solução do homem do campo, mas a polícia e os grileiros sempre nos perseguiam por causa desse nome "reforma agrária" – só de falar esse nome eles vinham, prendiam, perseguiam, mesmo antes de 1964.*
> *O Dácio [grileiro] colocou o gado na roça dos posseiros e ele teve o apoio do delegado daquela época, o Péricles Gonçalves, que autorizou que ele tirasse a cerca de todos os lavradores pra colocar o gado. O Dácio só chegou com agressão, acobertado pelo delegado e com a ajuda da polícia. Nós tivemos muita represália do delegado, que espancou lavradores, prendeu lavradores. Naquela época muitos lavradores se apavoraram com o espancamento dos grileiros e da polícia e deixaram as suas terras. (Dona Rosa, entrevista concedida a Leonilde Medeiros e Sônia Lacerda em 1983, acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ)"*

Muitos sindicatos foram fechados e reabertos tempos depois. A Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj), então dirigida por José Pureza da Silva, Bráulio Rodrigues da Silva e Manoel Ferreira de Lima, sofreu intervenção. Mesmo os novos diretores da Federação, indicados por padre Carvalho, ligado aos Círculos Operários e pessoa de confiança da ditadura, não deixaram de ser vigiados e de sofrerem pressão. Padre Carvalho tem seu nome citado diversas vezes nos IPMs e também era monitorado. No que diz respeito aos assalariados, embora não tenha havido intervenção sobre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos, o seu presidente à época, Antônio João de Faria, respondeu a IPM, sendo acusado de subversivo e agitador. No entanto, foi sobre o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Açúcar e Álcool do Norte Fluminense, que mantinha uma representação importante junto aos trabalhadores das usinas (inclusive de parte dos rurais), que a repressão se abateu mais fortemente: suas portas foram fechadas logo após o golpe e suas lideranças cassadas, presas ou ficaram sob estrita observação. O mesmo ocorreu com a União Operária Valenciana, que reunia trabalhadores das mais diversas categorias, incluindo-se trabalhadores rurais. Sua sede foi imediatamente invadida e fechada, suas principais lideranças perseguidas, alguns sendo presos e torturados e suas atividades objeto de IPM específico. Ao mesmo tempo houve mudanças institucionais importantes, inauguradas com o Ato Institucional nº 1. Por meio dele, no Estado do Rio de Janeiro, deputados que apoiavam as lutas dos trabalhadores tiveram seus mandatos cassados. É o caso de Adão Pereira Nunes, Afonso Celso, Demisthoclides Batista, Tenório Cavalcanti.

Paralelamente à repressão e violência, foram criados instrumentos legais para atuar sobre as áreas de tensão social, como é o caso do Estatuto da Terra que previa a desapropriação e a distribuição de imóveis em casos de conflito social manifesto, mas também visando promover a adequação da agricultura a um padrão de desenvolvimento marcado pela racionalidade empresarial.[9] Esse documento também definia que a propriedade da terra deveria cumprir uma função social.

As ideias presentes no Estatuto da Terra eram, por um lado, modernizar o campo, medida entendida como

9. Na mensagem que acompanhou o Estatuto da Terra ao Congresso Nacional, falava-se na prioridade à reforma agrária como modo de "promover a justa distribuição de propriedade, com igual oportunidade para todos", fato que mostrava a preocupação dos militares com a questão fundiária.

condição para a melhoria de vida dos trabalhadores; por outro, fazer uma distribuição limitada de terras, em áreas de conflito, de forma a tirar os camponeses das influências da esquerda organizada (nessas alturas, já bastante abalada pelas prisões, porém, conforme pensavam os militares, sempre com possibilidade de se recuperar).

No que diz respeito às desapropriações, as pressões dos setores patronais e a redução dos conflitos fundiários, produto da desarticulação das organizações de trabalhadores que os explicitavam e os traziam para o espaço público, fizeram com que, na realidade, elas não ocorressem. Mesmo assim, ao longo desse período, algumas áreas foram decretadas como prioritárias para fins de reforma agrária. No caso do Estado do Rio de Janeiro, nos anos 1970, somente duas áreas foram desapropriadas, ambas no Município de Magé: a gleba América Fabril e a fazenda Conceição de Suruí.

Desenvolveu-se no país uma política de estímulo à modernização das atividades agropecuárias, levando à empresarialização do setor, como previa o Estatuto da Terra, mas sem alterações importantes na estrutura de propriedade. A concepção de desenvolvimento rural foi ganhando cada vez mais o sentido que lhe impunham as forças hegemônicas: a sua identificação com modernização da base técnica e produtiva. [10] No Estado do Rio de Janeiro, na região canavieira de Campos, foi intensa a modernização, com os estímulos do Programa Nacional do Álcool (Proálcool). Esse processo trouxe uma mudança das relações de trabalho e crescimento do número de conflitos trabalhistas.

Caso singular é o da Fazenda Santa Mônica, em Valença. Antiga área do Ministério da Agricultura, foi nos anos 1970 repassada à Embrapa, que passou a promover ações para expulsão dos lavradores lá residentes há muito tempo. Entre elas, a pressão para assinatura de documentos de comodatos ou aluguéis, onde se determinava um prazo curto para saída da área, destruição de lavouras e casas e processos judiciais contra as famílias que se recusaram a sair.

No entanto, houve outra política de grande impacto, que levou ao aparecimento de conflitos em áreas onde, até o início dos anos 1970, pareciam ausentes. Trata-se da importância que passou a ser dada ao turismo, como nova frente de expansão do capital. O caso mais notório é a construção da rodovia que liga a cidade do Rio de Janeiro à Santos, em São Paulo, e que tem seu traçado cortando o litoral dos dois estados. A estrada atraiu investimentos na região da Costa Verde, provocou especulação imobiliária e disputa por terras, colocando em xeque a ocupação das áreas próximas ao mar por caiçaras e comunidades negras, constituídas por descendentes dos escravos que permaneceram ali desde o declínio da cafeicultura na região. [11] Não por acaso, na década de 1970, grande parte dos conflitos fundiários no estado ocorriam nessa região, em especial em Angra dos Reis e Paraty. Neles predominou a ação do poder privado, por meio da ação de jagunços na expulsão das famílias. A violência foi intensa com queima de casas e destruição de roças.

10. Mesmo a política de colonização que foi incentivada no período adequou-se a essa perspectiva, levando agricultores com experiência na agricultura modernizada do Sul para as regiões Centro-Oeste e Norte, buscando lá difundir outro estilo de uso da terra e racionalidade.

11. Algumas dessas comunidades reivindicavam que as terras lhes foram deixadas como herança pelos antigos senhores (como é o caso de Campinho da Independência e Santa Rita do Brachuy) e passaram a se autodenominar, a partir da Constituição de 1988, como quilombolas, em busca da regularização das suas terras a partir de outros fundamentos legais. O mesmo se deu em Campos Novos, Cabo Frio.

Resistência em condições adversas

Num contexto repressivo, havia pouco espaço para organização, protestos, manifestações públicas. A resistência persistia, mas em condições adversas. Um caso ilustrativo é o de Cachoeiras de Macacu, onde os camponeses que participaram da ocupação tiveram que responder a um IPM, que se desdobrou no processo 7477/69. Esses lavradores se instalaram nas redondezas, de onde começaram a ser expulsos, cerca de dois anos depois, pela Guarda Rural do Ibra, que passou a atuar na região com o objetivo de regularizar os lotes e, principalmente, perseguir "comunistas". Há diversos relatos de casas incendiadas e pessoas presas. Um dos guardas foi assassinado em 1975 por vingança.

> *"Aí foi naquela época de 1964, aquela revolução, que até hoje eu não entendo o que é isso. Diz que era comunismo, não entendo, só sei que o negócio era feio. Aí entrou o Exército, entrou aqui fazendo uma zoeira danada. Aí passou os tempos, eles fizeram, tiraram o pessoal da área, daqui, foi para outra área, para desocupar a terra aqui. (...) Mas foi muito difícil mesmo, porque aqui na época o pessoal já tinha os lotes medidos, era entregue pelo Ministério da Agricultura. O Exército entrou, tirou todo mundo. (...) O Exército botava fogo, casa com tudo, casa era de sapé, eles chegavam com o cara dentro, riscavam fósforo e queimavam, botavam fogo. (...) Eles disseram que tinha um negócio de comunismo no meio, não sei" (Agricultor de 80 anos, entrevista concedida a Fabricio Teló e Ricardo Braga em 08/11/2014, Gleba Nova Ribeira, Cachoeiras de Macacu/RJ).[12]"*

Nesse contexto de resistência às expulsões formou-se, em Nova Ribeira, um grupo de treinamento de guerrilha ligado a grupos da esquerda armada. Essa iniciativa resultou na prisão de lideranças (o pároco local e um casal de membros da VAR-Palmares) e de dois camponeses, além do assassinato do filho de um dos lavradores. Também em Xerém, Duque de Caxias, a resistência continuou gerando, inclusive, uma organização própria, o Núcleo Agrícola Fluminense.

Apesar das condições desfavoráveis, a existência de uma lei que promovia o reconhecimento legal da reforma agrária como parte dos instrumentos de regulação do território brasileiro proporcionou condições para lutas em torno da aplicação dessa mesma lei. Dessa forma, o Estatuto da Terra tornou-se um campo de disputa política, com os advogados do sindicalismo procurando explorar possíveis brechas para beneficiar os trabalhadores em áreas de conflito. Com efeito, o Estatuto da Terra passou a fazer parte do ideário e do repertório das ações da entidade sindical representativa, no plano nacional, dos trabalhadores rurais, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que encaminhava sistematicamente ao governo federal (em suas diferentes instâncias)[13] relatórios de conflitos, em especial os relacionados à tentativa de expulsão de posseiros, solicitando a desapropriação da área "por interesse social, nos termos do Estatuto da Terra".

Documentos produzidos pelos sindicatos[14] mostram as arbitrariedades a que os trabalhadores estavam submetidos e relatam com detalhes as ações de jagunços, da polícia e de guardas florestais: queimas de casas, destruição de lavouras, prisões arbitrárias etc. Essa documentação, que revela

12. O lavrador refere-se na verdade à Guarda do Ibra. Era comum a confusão com o Exército, já que os agentes eram antigos soldados da Polícia do Exército e andavam uniformizados.

13. Presidente da República, ministérios vários (Agricultura, Justiça, Exército etc.), além do Ibra, depois Incra.
14. Parte substancial da documentação sindical analisada consiste em ofícios dirigidos à Presidência da República e a ministérios denunciando as tensões que percorriam o campo.

o modo de agir da repressão no campo, também fornece um interessante quadro da prática sindical: tratava-se de conhecer os conflitos, documentá-los, buscar explicações para sua origem, narrar as violências, elementos que compunham relatórios a serem enviados às autoridades, com pedidos de providências.

Mesmo considerando que havia pouca ação voltada para a mobilização e organização dos trabalhadores, o fato é que, de alguma forma, os conflitos eram publicizados e ganhavam algum tipo de apoio. É por esse caminho que o sindicalismo rural desenvolveu uma associação entre reforma agrária e Estatuto da Terra, fazendo uma leitura particular dessa lei, enfatizando sua dimensão desapropriadora. O Estatuto contribuiu também para a consolidação de uma cultura fundada na prudência sindical[15] e pautada por um aprendizado sobre como apresentar demandas e se fazer ver por meio de envio de ofícios às autoridades, traduzindo as ameaças que os trabalhadores sofriam.[16] Por esse caminho, conseguiram-se algumas poucas desapropriações, como é o caso das anteriormente mencionadas em Magé.

Nesse contexto, chama atenção a importância assumida pela ação das advogadas e dos advogados sindicais: militantes no movimento estudantil e participantes de organizações de esquerda, como PCB ou outras organizações. O Estado do Rio de Janeiro foi uma peça chave nessa articulação e alguns advogados circulavam entre a Federação e a Contag, como foram os casos de Aurora Coentro e Altamir Pettersen. Havia claramente uma estratégia de ação sindical que passava pela defesa dos direitos, explorando a legislação existente.

Outro ator importante no estímulo à organização e resistência foi a Igreja. Desde os anos 1960, ela já atuava junto aos trabalhadores do campo, contrapondo-se às teses defendidas pelos comunistas. Essa ação foi visível no Nordeste, principalmente por meio do Serviço de Assistência Rural de Natal, no Rio Grande do Norte, e do Serviço de Orientação Rural, em Pernambuco; no Sul, pela ação das frentes agrárias, com destaque para a Frente Agrária Gaúcha; no Sudeste, pelo trabalho dos Círculos Operários Cristãos dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro.[17]

No território fluminense, destacou-se a ação do padre Antonio Carvalho, ligado aos Círculos Operários e diretor do Plano Agrário no governo Badger Silveira. Como apontado anteriormente, a ação desse padre foi acompanhada pelos militares, apesar de sua adesão ao golpe e de seu ideário anticomunista. Nos anos 1970, no entanto, um novo ator eclesial passou a desempenhar um papel relevante: a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Criada em 1975, a partir de um encontro de bispos afinados com os princípios da Teologia da Libertação, ela se mostrou como um espaço de reflexão e intervenção sobre os conflitos por terra. Embora os principais nomes ligados à sua criação (Dom Thomas Balduíno, Dom Moacir Grecchi, Dom Pedro Casaldáliga) fossem ligados aos problemas fundiários das regiões Norte e Centro-Oeste, a CPT começou a atuar no Rio de Janeiro em 1976, inicialmente nos conflitos em Paraty. Em pouco tempo ela se expandiu para outros lugares e sua participação foi particularmente incisiva em Cachoeiras de Macacu, onde esteve à frente de um trabalho de formação que redundou em nova ocupação da Fazenda São José da Boa Morte em 1980. Nessa ocasião, vários trabalhadores foram presos, juntamente com o pároco de Santana de Japuíba. Também nos conflitos por terra em Duque de Caxias e Nova Iguaçu ela esteve presente. Na região Serrana, em Trajano de Moraes, apoiou famílias ameaçadas de despejo na Fazenda Santo Inácio, propriedade de um militar de uma tradicional família da região cujo patriarca deu nome ao município. Em todos esses lugares, a CPT estimulou a organização dos trabalhadores e a formação de chapas de oposição a sindicatos que ela considerava como pelegos e que não encaminhavam o que considerava como os verdadeiros interesses dos trabalhadores. Nas regiões onde atuava, contava com o apoio dos bispos locais, como Dom Adriano Hipólito (Nova Iguaçu), Dom Waldir Calheiros (Volta Redonda), Dom Clemente Isnard (Nova Friburgo), Dom Vital Wilderink (Itaguaí) e Dom Mauro Morelli (Duque de Caxias).

Havia também uma atuação de outras confissões religiosas junto aos trabalhadores rurais, como é o caso dos metodistas em Duque de Caxias que, já no início dos anos 1980, criaram a Pastoral Ecumênica de Xerém.[18]

Ao longo de sua atuação, os agentes de pastoral também foram objeto de violência: ameaças eram constantes e culminaram na invasão da própria sede da entidade na cidade do Rio de Janeiro, em 1984, por policiais que estavam em busca de documentos que comprovassem que a entidade estimulava ocupações de terra.

Um novo ciclo de lutas: retomada das ocupações de terra e das lutas de assalariados

O final dos anos 1970 e o início dos anos 1980 marcaram uma retomada das manifestações em espaços dos trabalhadores rurais de todo o país. Trata-se de um novo momento, em que começaram a se evidenciar sintomas de crise do regime militar e crescia a pressão social por maior liberdade de expressão, de organização, sindical e partidária, eleições diretas, anistia aos presos políticos etc.

Numa conjuntura nacional marcada não só pelo aparecimento de novas demandas e experiências organizativas por parte dos trabalhadores, ganharam expressão entidades de apoio de diversos tipos: organizações não governamentais, tais como Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (Ibase); e uma série de entidades de atuação local que deram suporte e/ou promoveram programas de formação de trabalhadores rurais e iniciaram campanhas de apoio às suas demandas, como é o caso da Campanha Nacional pela Reforma Agrária. Além disso, militantes exilados no exterior e antigas lideranças que haviam sido presas, foragidas ou silenciadas retomavam os contatos com os trabalhadores. É o caso, entre outros, de José Pureza, Bráulio Rodrigues, Manoel Ferreira de Lima, Laerte Bastos, Francisco Silva, João Correa de Paula. Vários deles atuaram decisivamente em algumas iniciativas de luta por terra no estado, desde meados dos anos 1970.

15. NOVAES, Regina Célia R. De corpo e alma. Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.
16. PALMEIRA, Moacir. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, Vanilda (org.). Igreja e questão agrária. São Paulo, Edições Loyola, 1985.
17. José Rotta, dos Círculos Operários de São Paulo, tornou-se presidente da Federação desse estado no período que antecedeu o golpe e foi nomeado, em abril de1964, interventor da Contag.
18. DABUL, Ligia. Um tanto da história de Xerém, Análise social e eclesial. In Oliveira, Rafael Soares (coord). Unidade e prática da fé: Pastoral Ecumênica em Xerém. Rio de Janeiro: Cedi, 1987.

Nesse momento de início de abertura política, no entanto, as concepções da polícia sobre os conflitos pouco mudaram. Um bom exemplo é o que Delegado de Polícia de Cabo Frio, Tito Lívio Seródio, afirmou para a imprensa, ao receber uma denúncia de um atentado contra um posseiro na Fazenda Campos Novos, em Cabo Frio:

> *"além do mais, naquela fazenda, todos os posseiros são comunistas e agitadores. Só vou lá armado até os dentes. A solução para aquilo lá é um avião americano soltar uma bomba atômica e acabar com aquele pessoal (Briga por terra em Cabo Frio tem mais um posseiro ferido. Jornal do Brasil, 05/03/1978)."*

No início dos anos 1980, o Estado do Rio de Janeiro já era considerado bastante urbanizado: 92% de sua população, segundo dados do Censo de 1980, vivia nas cidades, com grande concentração na Região Metropolitana. Apesar disso, começaram a ocorrer ocupações de terra com a presença de alguns sindicatos, da CPT e do Núcleo Agrícola Fluminense (NAF), com ação em Xerém, Duque de Caxias. Ocorreram ocupações em Cachoeiras de Macacu, na Fazenda São José da Boa Morte, que foi um dos polos mais importantes de conflitos no estado nos anos que antecederam o golpe e na década de 1970. Grandes mobilizações foram feitas, o que redundou na sua desapropriação em 1981. Em agosto de 1983, 72 famílias, organizadas pelo NAF e pela CPT, ocuparam uma área em Xerém e acabaram por ser assentadas em Italva, então distrito de Campos dos Goytacazes, em 1984. Quase à mesma época, ocorreu a ocupação de Campo Alegre, em Nova Iguaçu, também com a presença do NAF e da CPT, como desdobramento de um conflito em Parque Estoril e Nova Aurora, no mesmo município. A elas se sucederam várias outras, que marcaram em especial a primeira metade dos anos 1980.

No que se refere aos assalariados rurais, o desrespeito aos direitos trabalhistas reconhecidos em lei desde 1963 era uma constante, em especial na região canavieira. Havia denúncias sobre pagamento do salário feito através de vales, um número expressivo de trabalhadores não tinha sequer carteira assinada e não recebia férias e décimo-terceiro salário. Alguns ganhavam, no final da safra, uma pequena quantia em dinheiro, chamada de agrado. Não utilizavam equipamentos de proteção, como luvas e botas, e eram forçados a adquirir seus instrumentos de trabalho. A alimentação era considerada deficiente e não era fornecida pelos empregadores. Também era denunciada a exploração pelo pagamento por tarefa, sem os trabalhadores saberem com clareza o preço da tonelada, da linha ou do metro cortado de cana. Nesse contexto, os caminhos escolhidos pelo sindicato foram as ações na justiça e, já nos anos 1980, seguindo os passos do sindicalismo pernambucano, a greve, realizada pela primeira vez em 1984.

Para entender esse novo momento é preciso considerar diversos elementos. Da mesma forma que em diferentes pontos do país, os trabalhadores rurais fluminenses estiveram ativos, recriando sindicatos onde eles haviam desaparecido (como é o caso de Nova Iguaçu); formando chapas de oposição sindical para tentar assumir a direção de sindicatos considerados "pelegos" (Cachoeiras de Macacu, Trajano de Moraes, entre outros) ou pouco atuantes (Paraty); criando organizações não sindicais que expressassem as demandas dos trabalhadores (caso do NAF) etc.

No que se refere à Fetag/RJ, ela procurou se aproximar de antigas lideranças dos anos 1960 e trouxe algumas delas para participar de cursos de formação para narrar suas experiências e inclusive dar apoio a regiões de conflito. É o caso de José Pureza da Silva, que retornou ao Rio no final dos anos 1970, após sua liberação da prisão, participou de diversos encontros sindicais e passou a assessorar a regional sindical de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia.

Além de ter uma assessoria jurídica, como destacado anteriormente, a Fetag montou, já nos anos 1970, uma assessoria educacional, bastante afinada com as diretrizes emanadas da Contag. Enviou uma delegação ao III Congresso da Contag, realizado em 1979, momento em que foram cunhadas novas diretrizes de ação para o sindicalismo. Como resultado das definições desse congresso, no Estado do Rio passaram a ocorrer mobilizações de trabalhadores em espaços públicos para expressar suas reivindicações. Deram-se pelo menos duas grandes concentrações na sede do Incra, na cidade do Rio de Janeiro. Uma delas em 15 de dezembro de 1980 e a outra em 15 de junho de 1981, que contaram com um número expressivo de participantes de diferentes pontos do estado e que demandavam desapropriação de uma série de fazendas, algumas delas com histórico de conflito que vinha dos anos 1950 ou 1960. Para tanto, combinava-se o ato público com a entrega de relatórios e demandas, consolidando um modo de atuação utilizado já no período anterior ao golpe e que era retomado em condições políticas mais favoráveis. Sem dúvida, essas ações devem ser vistas como um componente importante de impulso à redemocratização, que se fazia também a partir de uma série de iniciativas locais.

É nesse quadro que ocorreu a retomada das ocupações de terra, relacionadas a um conjunto de mudanças no próprio estado, como a urbanização intensa, a pressão por lotes para moradia e a existência de áreas disponíveis no meio rural próximas a centros urbanos. A Baixada Fluminense foi o polo dessas iniciativas, onde se acirrou a disputa por diversas áreas, várias delas polos de conflito desde os anos 1950.

No entanto, para além desses elementos e da retomada da organização abordada no tópico anterior, é preciso considerar uma importante mudança na conjuntura política do estado, com a eleição de Leonel Brizola como governador em 1982. Brizola havia apoiado a criação do Movimento dos Agricultores sem Terra (Master), no Rio Grande do Sul, quando assumiu o comando daquele estado (1959/1963); foi coordenador da Campanha da Legalidade, em 1962, deputado federal pelo Estado da Guanabara quando terminou seu mandato no governo do Rio Grande do Sul e considerado o estimulador dos Grupos de Onze e cuja presença foi relatada em alguns depoimentos colhidos. Teve seu mandato de deputado federal cassado e tornou-se um exilado político. Sua eleição para o governo do Rio de Janeiro contribuiu para desencadear uma série de processos políticos, entre eles a ocupação de terras, em especial pela sua postura de negociar e evitar repressão.

Formas de violência: uma primeira aproximação

As violências sofridas pelos trabalhadores do campo são reveladoras do que ocorreu nesse estado e particularmente na região Metropolitana, conforme mostra o Quadro 2. Violações de direitos, a seguir. Nele elas são quantificadas a partir de uma tipologia que agrega as ações mais recorrentes e passíveis de contagem.

Como se verifica, a ocorrência de violências acompanha o alto nível de conflitos na Região Metropolitana. É nela que ocorrem a maioria dos assassinatos e prisões. Os dados trazem à tona diferentes faces da violação de direitos dos trabalhadores, perpetradas ora pelo Estado, ora pelo poder privado, neste caso sempre com omissão, quando não apoio, das instituições estatais. Ao lado delas há uma enorme quantidade de despejos, destruição de benfeitorias e casas, difíceis de contabilizar.

Muitas dessas violações de direitos humanos não se tornaram visíveis, não foram noticiadas pela imprensa, mas são parte de uma memória que permanece oculta e que às vezes se revela em comentários lacônicos sobre tempos difíceis, mas também em relatos detalhados onde as emoções e o sofrimento vêm à tona. Repete-se assim o silêncio sobre a história cotidiana de um importante segmento dos trabalhadores. Se isso é possível dizer sobre o Brasil como um todo, mais ainda sobre os trabalhadores do Estado do Rio de Janeiro, que se identifica como metrópole e polo de atração turística e não valoriza suas áreas rurais.

Ao longo da ditadura, muitos camponeses e apoiadores de suas lutas foram perseguidos, ameaçados e mortos porque ofereceram resistência à apropriação de suas terras ou à violação de seus direitos trabalhistas. Foram anos em que se intensificaram o desenraizamento e as migrações com ocorrência de remoções de populações pelo Estado e foram anuladas desapropriações anteriormente decretadas. Casas e lavouras foram destruídas em diversas regiões. Famílias que estavam construindo e reconstruindo laços de sociabilidade e solidariedade foram obrigadas a deixar as terras onde viviam.



Um costume perverso: a expulsão das famílias. A violência foi intensa no campo com queima de casas e destruição de roças. Na foto, casa sendo destruída por trator em Paraty em 1978
Foto: Adriana Mattoso

Em diversos casos, os atos de violência foram cometidos por agentes do Estado: Exército, Polícia Militar e Polícia Civil, Guarda do Ibra, do IBDF, agentes da Embrapa. O Poder Judiciário, em muitas situações, emitiu liminares de reintegração de posse a favor dos que se diziam proprietários, sem ouvir os réus, sem verificar se era efetivo o cumprimento da função social da propriedade e sem analisar os dados dos registros de imóveis, potencializando a violência contra os camponeses. Em outros, a violência foi perpetrada por jagunços, a mando de empresas que buscavam se apossar de terras de posseiros para dar-lhes outa destinação, com a conivência ou omissão do Estado.

Diferentes agentes que apoiaram as lutas de resistência no campo: militantes partidários, padres, advogados, estudantes, agentes de pastoral tiveram um papel extremamente importante, dando publicidade a demandas e a violações de direitos,

Região/ Município	Assassinatos	Desaparecidos	Tortura	Prisões	Agressão física	Contratos forçados de parceria e arrendamento
Duque de Caxias	1	-	5	8	1	-
Nova Iguaçu	2	-	1	1	-	-
Magé	5	-	1	6	2	-
Cachoeiras de Macacu	20	3	5	141	3	-
Rio Bonito	2	-	-	-	1	-
Itaguaí	1	-	-	-	-	-
Paracambi	1	-	-	-	-	-
Rio de Janeiro	3	-	-	-	1	-
Parati	2	-	-	1	6	4
Angra dos Reis	-	-	-	2	-	2
Silva Jardim	1	-	-	-	4	-
Casimiro de Abreu	-	-	-	-	1	-
São Pedro da Aldeia	1	-	-	7	1	-
Cabo Frio	3	-	-	7	7	-
Valença	-	-	2	-	2	2
Pinheral	-	-	-	-	7	-
Teresópolis	-	-	-	1	1	-
Macuco	-	-	-	-	1	-
Santa Maria Madalena	1	-	-	-	2	-
Trajano de Moraes	-	-	-	7	-	-
Vassouras	1	-	-	-	2	-
Porciúncula	-	-	1	-	1	-
Campos	-	-	3	3	-	-
São João da Barra	1	-	-		-	-
TOTAIS RJ						
	45	**3**	**18**	**184**	**43**	**8**

Observações:
a) Na coluna Assassinatos só foram considerados os mortos identificados e aqueles casos que envolveram ação ou omissão dos agentes do Estado. Por isso, os números diferem da tabela original da pesquisa Conflitos por Terra e Repressão no Campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988).
b) No caso das agressões físicas, não há identificação de número e nome nos seguintes conflitos: São Gonçalo, Bananal (ambos em Paraty), Ariró e Brachuy (em Angra dos Reis), Três Poços (Volta Redonda), Santo Inácio (Trajano de Moraes), Ponte Funda (Petrópolis), Alpina (Teresópolis).
c) No caso da coluna "contratos forçados", o número corresponde à quantidade de conflitos em que houve ocorrências desse tipo.
d) Em Angra dos Reis, o número se refere aos conflitos em que houve prisões. Não foi possível identificar o número de presos.
e) Os casos de desaparecimento não foram incluídos na lista de mortos e desaparecidos presente no capítulo 16 deste relatório, por não se tratarem de pessoas nascidas ou desaparecidas no estado do Rio de Janeiro. Elas foram incluídas nesta tabela por terem atuado em conflitos de terra do estado.

Fonte: elaboração dos pesquisadores do Projeto a partir dos dados obtidos no NMSPP/CPDA/UFRRJ; Fetag/RJ; Centro de Documentação Dom Tomas Balduíno; Projeto Brasil Nunca Mais; Plataforma Memória Reveladas; jornais e entrevistas realizadas em diferentes momentos.

produzindo articulações entre diferentes segmentos, mediando reivindicações junto ao Estado e à sociedade. Eles também foram vítimas da violência.

O fim da ditadura militar e as novas perspectivas abertas para a luta por terra e por direitos

As mudanças ocorridas nos primeiros anos de 1980, tais como uma nova postura do governo estadual em relação aos conflitos e consequente criação de mecanismos institucionais para tratá-los, foram acompanhadas por mudanças no plano federal, com o advento da Nova República. As grandes mobilizações populares, tanto urbanas quanto rurais, que acompanharam o fim do regime militar reacenderam o debate em torno da realização da reforma agrária "ampla, massiva e imediata", como demandava a Contag e novas entidades emergentes como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Num primeiro momento, a Nova República abriu espaço para a institucionalização do tema da reforma agrária, quer criando um ministério especialmente voltado para ele – o Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento (Mirad), quer um grupo de trabalho para elaborar uma Proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), composto por representantes da sociedade civil afinados com as demandas dos trabalhadores. Nesse documento, a reforma agrária aparecia como uma das prioridades do novo governo e, para implementá-la, a desapropriação por interesse social era considerada o principal instrumento. A indenização das terras desapropriadas seria feita com base no valor declarado para fins de cobrança do imposto territorial rural. Sendo este um preço reconhecidamente abaixo do vigente no mercado, a proposta assumia, de forma explícita, a concepção de desapropriação como uma penalização dos proprietários fundiários por não darem à terra uma função social. A meta era assentar, no prazo de 15 anos, sete milhões de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Também foi recuperada a proposta, presente no Estatuto da Terra, da seleção de áreas prioritárias para reforma agrária, apontando para a possibilidade de transformações fundiárias em áreas mais amplas e não somente de intervenções pontuais em focos de conflito.

A resistência à Proposta de Plano foi forte, em especial dos representantes dos proprietários de terra que, um mês após seu anúncio, fizeram um congresso em Brasília para discuti-la. Dele se originou a União Democrática Ruralista, entidade que abertamente pregava o uso das armas para barrar ocupações de terra.

O resultado dessa polarização levou a recuos na proposta apresentada. A ênfase na negociação com os proprietários em lugar da desapropriação; o fim da conotação punitiva que as desapropriações tinham na proposta original; a polêmica a respeito da definição do que era imóvel "produtivo" (portanto, não passível de desapropriação) foram alguns dos elementos que passaram a ganhar destaque no debate. Outro aspecto foi a retomada da discussão sobre a utilização das terras públicas para assentamentos. A Casa Civil da Presidência da República e os ministérios militares tiveram protagonismo nessa mudança, atualizando a percepção da questão fundiária como ligada à segurança nacional.

Apesar de todas essas dificuldades, foram realizadas diversas intervenções em áreas de conflito, em alguns casos garantindo a terra a trabalhadores que nela já viviam e estavam ameaçados de expulsão, em outros assentando os que haviam participado de ocupações e acampamentos.

No Estado do Rio de Janeiro, não por acaso, as desapropriações feitas no âmbito do Plano Regional de Reforma Agrária do Rio de Janeiro (PRRA/RJ) envolveram áreas cujos conflitos vinham, muitas vezes, dos anos 1950/1960, que já haviam sido desapropriadas e devolvidas aos antigos proprietários após o golpe, mantendo-se, porém, como focos de conflito.

No entanto, isso não significou que o ciclo de violência fosse interrompido. Caso exemplar é o assassinato, já em 1988, logo após a aprovação da nova Constituição, de Sebastião Lan, líder sindical de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia, morador da Fazenda Campos Novos, local de conflitos fundiários desde os anos 1950 e desapropriada em 1982.

No território fluminense, uma avassaladora especulação imobiliária na região metropolitana, a pecuarização da região serrana, a modernização do setor sucroalcooleiro campista, alimentado por fartos subsídios governamentais e, nas regiões litorâneas, investimentos turísticos que não respeitaram antigos ocupantes, produziram profundas transformações nas áreas rurais e na vida das populações. Alguns segmentos resistiram a partir de concepções vigentes sobre direito à terra e foram perseguidas. Uma parcela pequena conseguiu acesso à terra e pode continuar se reproduzindo como lavrador ou camponês. Outras não puderam fazer o mesmo e migraram em busca de terra ou, o que foi mais comum, tentaram a sobrevivência nas periferias urbanas, agravando a profunda desigualdade social com que convivemos.

Entre os camponeses que foram perseguidos políticos e atingidos pela repressão no período de 1946 a 1988, relativamente poucos sofreram processo judicial ou foram objeto de abertura de IPM ou de qualquer outro tipo de registro oficial perante o Sistema de Justiça e Segurança Pública, tampouco perante a Justiça Militar, o que dificulta o acesso a documentos que comprovem tais perseguições. A interpretação e a aplicação dada à Lei de Anistia (Lei nº 6.683/79) têm impedido a investigação e sanção de violações de direitos humanos ocorridas durante a vigência da ditadura civil-militar, tornando as disposições desta lei incompatíveis com os direitos consagrados na Convenção Americana de Direitos Humanos.

Se as condições políticas sem dúvida mudaram com a volta da democracia, é preciso lembrar que muitas práticas de violações de direitos humanos, implementadas na ditadura, permanecem ainda hoje. Ao longo dos últimos trinta anos, os dados sobre a violência no campo, sistematizados pela CPT desde 1985, são eloquentes: assassinatos, ameaças, desapropriações, destruição de casas e benfeitorias, continuam sendo práticas recorrentes, mesmo com os avanços nos últimos 30 anos. Da mesma forma, em nome de projetos de desenvolvimento, camponeses continuam sendo removidos de suas terras, como demonstram fatos recentes como a construção do porto do Açu, em São João da Barra, e a barragem do rio Guapiaçu.

Mortos e desaparecidos do campo

A pesquisa desenvolvida pela CEV-Rio, em parceria com o Programa de Pós-Gradução de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA-UFRRJ), contabilizou 16 camponeses mortos, três desaparecidos durante a ditadura e outros 29 casos para os quais não dispõe de informações biográficas e contexto das mortes. A lista revela os 48 nomes dos camponeses atingidos pela repressão no Estado do Rio de Janeiro no período de 1946 a 1988 [19]. Destes, 16 mortos[20] e um desaparecido[21] atendem aos parâmetros necessários para serem incluídos na lista de mortos e desaparecido presente no capítulo 16, por se tratarem de pessoas nascidas ou mortas no estado do Rio de Janeiro e por possuírem suficiente comprovação documental.

19. A relação abaixo informa nome, local e data de morte ou desaparecimento dos camponeses. Mais detalhes envolvendo as fontes e as circunstâncias podem ser obtidos na pesquisa feita pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Rural do Rio de Janeiro (CPDA-UFRRJ), que consta no DVD anexo deste relatório.
20. Desses 16 mortos, 14 nomes são inéditos. Sebastião Gomes do Santos e Félix Escobar Sobrinho já haviam sido reconhecidos pela lista de mortos e desaparecidos do Relatório da Comissão Nacional da Verdade.
21. Trata-se de Daniel Nunes, nascido em Itaperuna (RJ).

Mortos

1. Amâncio Bonifácio da Cruz
Local: São Gonçalo/Paraty
Data: por volta de 1975
2. Vitório da Cruz
Local: São Gonçalo/Paraty
Data: por volta de 1975
3. Augusto Rodrigues de Souza
Local: Fazenda Soarinho/Cachoeiras de Macacu
Data: 19/02/1982
4. Benício Gomes de Oliveira
Local: Fazenda Campos Novos/Cabo Frio
Data: 20 de fevereiro de 1978
5. Cecílio Alves Sttelet
Local: Morumbeca/Santa Maria Madalena
Data: 29 de junho de 1987
6. Concelsa dos Santos Silva
Local: São Pedro d'Aldeia
Data: 29/08/1986
7. Félix Escobar Sobrinho
Local: Cordovil, Rio de Janeiro
Data: 3 de outubro de 1971
8. Ivo Alves
Local: Fazenda Conceição/Silva Jardim
Data: 08/01/1976
9. José Ferreira Nunes Filho
Local: Fazenda Bacaxá/Rio Bonito
Data: 9/11/1979
10. José Teodoro (José Matias)
Local: Nova Aurora/Nova Iguaçu
Data: 1953
11. Jotaci Teixeira da Silva
Local: Fazenda Tipiti/São João da Barra
Data: 31/03/1983
12. Manoel Mangueira
Local: Fazenda Campos Novos/Cabo Frio e São Pedro da Aldeia
Data: 1977
13. Mário Vaz
Local: Fazenda Mato Alto/Guaratiba/Rio de Janeiro
Data: Novembro de 1965
14. Nilson Diogo
Local: Sítio das Palmeiras/Vassouras
Data: 17 de junho de 1986
15. Sebastião Gomes dos Santos
Local: Gleba Nova Ribeira/Cachoeiras de Macacu,
Data: maio de 1969
16. Sebastião Lan
Data: 10 de junho de 1988
Local: Fazenda Campos Novos/Cabo Frio e São Pedro da Aldeia

Desaparecidos

1. Daniel Nunes (Maninho)
Local: desconhecido, provavelmente Maranhão
Data: desconhecida
2. Jorge Gomes dos Santos
Local: Cachoeiras de Macacu/RJ e Imperatriz/MA
Data: 1989
3. Josué Gomes dos Santos
Local: Cachoeiras de Macacu/RJ e Imperatriz/MA
Data: 1989

Casos para os quais não há informações biográficas e circunstâncias da morte

1. Ademir Barreto
Local: Fazenda do Capixaba/Nova Iguaçu
Data: 1987
2. Ademir Pereira
Local: Cachoeiras de Macacu
Data: 1981
3. Adevanir
Local: Pau Grande/Magé
Data: Década de 1980
4. Adilson da Silva Moura
Local: Gleba Vecchi/Cachoeiras de Macacu
Data: 19/07/1978
5. Alcides Desidério Rodrigues
Local: Cachoeiras de Macacu
Data: 1979
6. Alcides Gonçalves
Local: Cachoeiras de Macacu
Data: 1980
7. Antonio Januario
Local: Magé
Data: Não identificado
8. Aurélio Albino da Silva
Local: Cachoeiras de Macacu
Data: 1979
9. Benedito Pereira
Local: Xerém/Duque de Caxias
Data: Setembro/1964
10. Cassimiro Soares
Local: Cachoeiras de Macacu
Data: 1980
11. Docilina Correa
Local: Cachoeiras de Macacu
Data: 1981
12. Edval José dos Santos
Local: Itaguaí
Data: 03/07/1987
13. Felix Resende
Local: Patis/Cachoeiras de Macacu
Data: 01/10/1981
14. Jaime Brito da Silva
Local: Fazenda Lagoinhas/Cachoeiras de Macacu
Data: Maio/1976
15. Jairo Cleso dos Santos
Local: Fazenda dos Machados/ Paracambi
Data: 06/01/1987
16. Jairo Passos Ferreira
Local: Fazenda Barnabé/Cachoeiras de Macacu
Data: 1981
17. João Lourenço
Local: Cachoeiras de Macacu
Data: 07/01/1981
18. João Ouverney
Local: Cachoeiras de Macacu
Data: 1981
19. Josino Simões Dias
Local: Cachoeira Grande/Magé
Data: 28/12/1984
20. Julio Rita da Silva
Local: Cachoeiras de Macacu
Data: 1979
21. Juvenal do Espírito Santos
Local: Faraó/Cachoeiras de Macacu
Data: 1982
22. Lourenço Camelo de Mesquita
Local: Rio de Janeiro
Data: 30/07/1977
23. Manoel Alexandre dos Santos
Local: Estrada do Carmo/Cachoeiras de Macacu
Data: 01/08/1981
24. Manoel Francisco Flor
Local: Gleba América Fabril/Magé
Data: Não identificada
25. Manoel Guilherme Gonçalves
Local: Fazenda Quizanga/Cachoeiras de Macacu
Data: 1980
26. Manoel Muniz
Local: Maraporã/Cachoeiras de Macacu
Data: 1979
27. Ordiney Acácio de Araújo
Local: Fazenda Bacaxá/Rio Bonito
Data: 29/11/1979
28. Valci Graça
Local: Faraó/Cachoeiras de Macacu
Data: 01/12/1980
29. Zé da Bota
Local: Gleba América Fabril/ Magé
Data: Não identificada

Capítulo 6 - REPRESSÃO AOS TRABALHADORES NA CIDADE

No dia 13 de março de 1964, João Goulart discursava para cerca de 200 mil pessoas na Central do Brasil, no centro da cidade do Rio de Janeiro.

> *Aqui estão os meus amigos trabalhadores, vencendo uma campanha de terror ideológico e sabotagem, cuidadosamente organizada para impedir ou perturbar a realização deste memorável encontro entre o povo e o seu presidente, na presença das mais significativas organizações operárias e lideranças populares deste país.*
> *Chegou-se a proclamar, até, que esta concentração seria um ato atentatório ao regime democrático, como se no Brasil a reação ainda fosse a dona da democracia, e a proprietária das praças e das ruas. Desgraçada a democracia se tiver que ser defendida por tais democratas.*
> *Democracia para esses democratas não é o regime da liberdade de reunião para o povo: o que eles querem é uma democracia de povo emudecido, amordaçado nos seus anseios e sufocado nas suas reinvindicações. A democracia que eles desejam impingir-nos é a democracia antipovo, do anti-sindicato, da anti-reforma, ou seja, aquela que melhor atende aos interesses dos grupos a que eles servem ou representam.*[1]"

Dezenove dias depois, o então presidente sofreria um golpe militar e sairia do país. Seu discurso naquele comício – organizado pelas entidades sindicais – antecipou com precisão o caráter antipovo, anti-sindicato e anti-reforma da ditadura que veio em seguida.

Uma análise dos 1114 processos da Comissão Especial de Reparação da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro fornece uma amostra do período: dos 415 processos deferidos que possuem algum movimento político identificado pelo requerente, 46% referem-se aos movimentos operário ou camponês, frente a 53% dos movimentos estudantil, institucional, religioso e da luta armada combinados. A análise esclarece ainda que a maior parte das prisões sofridas por esses militantes operários se concentra no ano de 1964[2]. À título de comparação, a maior parte das prisões daqueles militantes de movimentos estudantil e luta armada se concentram entre 1968 e 1970.

De maneira muito semelhante, observa-se que, dos 986 processos finalizados e deferidos da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça que dizem respeito ao estado do Rio de Janeiro e que apresentam atividade laboral do requerente, mais da metade são de trabalhadores urbanos (53%)[3].

Evidentemente, esses números não esgotam o universo de atingidos pela ditadura. Ao contrário, os depoimentos coletados pela CEV-Rio levam a crer que esses processos representam apenas uma pequena amostra. Uma das observações cabíveis é que antes mesmo do recrudescimento da repressão em 1968, cristalizado no Ato Institucional nº5, a classe trabalhadora foi extremamente afetada. Na verdade, podemos dizer que ela foi acossada pela repressão desde as primeiras movimentações golpistas, como se verá a seguir.

Se o objetivo do capítulo 4 deste relatório é explorar o projeto de desenvolvimento econômico implementado pela ditadura civil-militar, as próximas linhas buscarão relatar a maneira pela qual esse projeto foi sentido pelos trabalhadores urbanos. Em outras palavras, partiremos do ponto de vista daqueles que foram primeiramente atingidos pelas violações de direitos humanos entre 1964 e 1988.

1. INSTITUTO JOÃO GOULART. Discurso de João Goulart no comício de 13 de março de 1964, na Central do Brasil, Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.institutojoaogoulart.org.br/conteudo.php?id=31.

2. Pesquisa: O Testemunho como Janela: O Perfil dos Atingidos e a Estrutura Repressiva do Estado Ditatorial no Rio de Janeiro a partir de Testemunhos dados à Comissão de Reparação do Estado do Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

3. Acervo CEV-Rio. Relatório Parcial Consultoria CAMJ.

O golpe de 1964 e os primeiros dias da ditadura

Um relatório produzido em 31 de março de 1964 pelo detetive do Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara (DOPS/GB) José Paulo Boneschi[4] demonstra que as movimentações golpistas na cidade do Rio de Janeiro começaram naquele dia. O documento relata uma operação realizada ao final da tarde: sob ordens do Diretor do DOPS/GB, Cecil de Macedo Borer, cerca de 25 homens armados com metralhadoras invadiram a sede da Federação Nacional dos Estivadores, na Rua Santa Luzia 173, no Centro. O objetivo era "deter todos os membros da direção do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que ali estavam reunidos a fim de estruturarem uma greve geral em todo país, a qual deveria ser deflagrada às primeiras horas do dia 1º de abril"[5]. Ao adentrar o sétimo andar do edifício, o detetive Boneschi deu voz de prisão a todos os sindicalistas reunidos. Porém, deparando-se com o grande número de pessoas e tendo veículos insuficientes para conduzir todos à delegacia, teve necessidade de telefonar para pedir reforços a seu superior.

Dentre os detidos estavam o deputado Hércules Corrêa e o presidente do Sindicato dos Aeroviários, comandante Mello Bastos, que conseguiram sair do edifício. Eles retornaram momentos depois com 200 homens da Infantaria da Aeronáutica liderados pelo tenente coronel Maurício Eugênio do Nascimento Silva e pelo chefe do Estado Maior da 3ª Zona Aérea, coronel Carlos Alberto Martins Alvarez, todos fiéis ao presidente João Goulart. Esta tropa tinha ordens do brigadeiro Francisco Teixeira de acabar com aquela ação policial contra a classe trabalhadora. Na iminência de um confronto e frente à inferioridade numérica, os homens do DOPS abandonaram o local.

No dia 1º de abril de 1964, porém, as histórias tiveram outro final. Os principais sindicatos e federações sindicais dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro tiveram suas sedes invadidas pelas forças militares e policiais. Muitos de seus membros foram demitidos e presos sem mandado de prisão, ou seja, ilegal e arbitrariamente. Aqueles trabalhadores que foram presos denunciaram ainda que sofreram humilhações, espancamentos e condições insalubres nas prisões. O objetivo da reação era desarticular as organizações sociais de massa e, dessa maneira, destruir a base de sustentação política de Jango, minando a possibilidade de resistência ao golpe. Nesses estados estavam localizadas grandes indústrias e empresas de serviços como Petrobras, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Fábrica Nacional de Motores (FNM), Embratel, Eletrobrás, Furnas, Rede Ferroviária Federal (RFFSA), dentre outras. Por esse motivo, possuía um movimento sindical forte e organizado.

O Sindicato dos Operários Navais de Niterói e São Gonçalo, por exemplo, era uma das principais entidades sindicais brasileiras nas décadas de 1950

4. Apontado como torturador por ex-presos políticos, tal como consta no Capítulo 21 deste relatório.

5. APERJ, Fundo Polícias Políticas, Setor DOPS, Pasta 5, Dossiê 4.

e 1960, chegando a ter 30 mil associados no período [6]. Foi um dos primeiros atingidos. Sua sede, construída pelos próprios trabalhadores, recebeu o Congresso Latino Americano de Solidariedade a Cuba em 1959, que foi proibido de ser organizado no estado da Guanabara pelo governador Carlos Lacerda. Em 1963, o local chegou a ser visitado pelo presidente João Goulart, em consideração à participação do sindicato na Campanha da Legalidade. Não coincidentemente, já no primeiro dia da ditadura, a sede foi invadida pelas forças policiais e militares. O sindicalista José Gonçalves conta:

"Fui a última pessoa a pegar o microfone para pedir que todos saíssem do sindicato, porque tínhamos a informação de que a polícia ia invadir o local. Saímos igual a ratos com medo dos gatos. (...) Depois de ter recebido a ordem para voltar ao trabalho, recebi a notícia, do meu chefe, de que estava preso. Acabei sendo levado e passei o pior momento da minha vida[7]."

Junto a outros operários navais, passou por torturas psicológicas: "Perfilaram todos os presos. O comandante disse 'Pelotão, sentido'". Os militares então bateram as botas e engatilharam as armas. "Eu me senti morto". A cena se repetiria no Centro de Armamento da Marinha (CAM) de Niterói, para onde foram levados em seguida. Além das prisões, a ditadura também buscou desorganizar a categoria pela destruição de sua identidade: o Ministro do Trabalho do governo do general Castelo Branco, Arnaldo Lopes Sussekind, mudou o enquadramento sindical dos operários navais, transferindo-os para a categoria metalúrgica.

Tal como os operários navais, grande parte dos trabalhadores presos das regiões da Baixada Litorânea e do Norte Fluminense eram levados para o município de Niterói, onde se situavam locais de prisão como o DOPS/RJ, o CAM, a Fortaleza de Santa Cruz e o Estádio Caio Martins. Para atender à necessidade de alocação da grande quantidade de presos, esse último foi transformado em local de prisão em massa. Por lá passaram pelo menos 339 pessoas[8].

Os trabalhadores do município de Macaé – conhecida à época como "Moscouzinha", em referência à forte presença comunista na cidade – formam um caso emblemático da passagem por locais de prisão em massa, da movimentação em direção a Niterói e de violações de direitos humanos. No dia 31 de março de 1964, camponeses, professores, jornalistas, médicos, advogados, e principalmente ferroviários foram às ruas e se articularam com o comandante do Forte Marechal Hermes, major Costa Braga, para resistir ao avanço das tropas golpistas do general Mourão Filho. Tendo em vista o iminente derramamento de sangue, o major recuou e os trabalhadores que partiram em defesa da democracia foram presos no dia 1º de abril. Para receber tal volume de detenções, o ginásio do Ypiranga Futebol Clube, o principal centro de atividades sociais do município, foi transformado em local de prisão em massa. Curiosamente, o clube continuou funcionando. O ferroviário Lauro Martins relata que nos dias em que havia bailes ou shows, os presos eram levados a um salão para que o ginásio fosse utilizado, passavam a ter acesso controlado aos banheiros e dormiam no chão. Os frequentadores dos bailes conseguiam vê-los; alguns riam, os ofendiam e os ameaçavam.[9]

6. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Benedito Joaquim dos Santos no Testemunho da Verdade do Sindicato dos Operários Navais, realizado em parceria entre Comissão da Verdade em Niterói e Comissão da Verdade do Rio, em 25/09/2013.
7. Acervo CEV-Rio. Testemunho de José Gonçalves no Testemunho da Verdade do Sindicato dos Operários Navais, realizado em parceria entre Comissão da Verdade em Niterói e Comissão da Verdade do Rio, em 25/09/2013.
8. Para mais informações, ver o capítulo 19 deste relatório.
9. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Lauro Martins no Testemunho da Verdade da Comissão Municipal da Verdade de Macaé, em 19/06/2014.

De lá, cerca de 100 trabalhadores foram levados em caminhões do Exército ao CAM e ao Estádio Caio Martins.

Esse era também o destino dos ferroviários presos em São Gonçalo e em outros municípios por onde passava a Estrada de Ferro Leopoldina. Ao chegarem a Niterói sofriam toda sorte de torturas. O ferroviário Eilton Fonseca relata:

"Ao passarem diante da mesa, um dos soldados violentamente arrancava-lhes os fechos de suas calças, da cintura à braguilha, fazendo com que suas calças arriassem, tendo os mesmos que segurá-las. A intenção era ridicularizá-los e abatê-los moralmente.
Depois foram jogados em uma prisão úmida e sombria, onde permaneceram por três dias, sem água e sem comida, pois a comida servida era uma mistura de água salgada, feijão e arroz cru, que era jogada por baixo das portas, algumas vezes pisadas e chutadas pelos soldados, sendo impossível comê-las. A água era tomada com as mãos, em reservatórios destinados à descarga da privada, o que tornava as condições da prisão ainda mais infectas, exalando um cheiro insuportável[10]."

Não somente os ferroviários foram atingidos: um relatório produzido pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT)[11] em 1964 lista um total de 48 entidades sindicais do então estado do Rio de Janeiro que sofreram intervenções naquele ano[12]. Ou seja, seus diretores democraticamente eleitos foram destituídos do cargo sindical, sendo substituídos por funcionários colaboradores do golpe que eram indicados pela DRT.

No estado da Guanabara, a repressão aos sindicatos não foi menos brutal. O Sindicato dos Bancários, por exemplo, possuía grande notoriedade junto à categoria por sua capacidade de mobilização na luta por direitos. Assim como outros, sofreu com a repressão desde o primeiro dia da ditadura, e foi submetido a uma primeira intervenção, que durou dois anos. Prisões e demissões foram efetuadas, e os membros da então diretoria tiveram seus mandatos cassados. A repressão sobre os bancários também se deu no interior das empresas. No Banco do Brasil, onde trabalhava boa parte da militância, foi instaurada uma Comissão Geral de Inquérito (CGI), que passou a perseguir os sindicalistas através de demissões, transferências ou de retiradas de cargos. Nos bancos privados não foi diferente: sem a mesma segurança de seus colegas dos bancos estatais, eram arbitrariamente demitidos ou transferidos. O bancário Auri Gomes da Silva foi preso após a invasão ao sindicato e passou sete dias no DOPS/GB. Saiu para responder em liberdade e, ao voltar ao trabalho, no Banco Lar Brasileiro, foi surpreendido com uma ordem de transferência sem justificativa, tornando-se evidente que se tratava de perseguição política[13].

Outra entidade de destaque era o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. Sua sede, chamada Palácio do Metalúrgico, foi construída pelas mãos dos próprios trabalhadores da categoria. Quando inaugurada, em 1959, era a segunda maior sede sindical da América Latina. O espaço era inclusive utilizado por outras entidades sindicais e foi palco de momentos históricos marcantes, como a visita do cosmonauta soviético Yuri Gagarin em 1962. Poucos dias antes do golpe militar de 1964, abrigou também a Revolta dos Marinheiros. O ato com

10. FONSECA, Eilton. Estação Bendengó. Uma trilha de luta dos ferroviários macaenses. Rio de Janeiro: Achiamé, 1996, p.67.
11. Órgãos regionais do Ministério do Trabalho.
12. Acervo CEV-Rio. Lista de entidades sob intervenção no RJ.
13. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Auri Gomes da Silva no Testemunho da Verdade do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, em 19/11/2013.

dois mil marinheiros e fuzileiros navais contou com a presença de lideranças políticas, sindicais e estudantis, como Leonel Brizola e João Cândido, líder da Revolta da Chibata, ocorrida em 1910. Os revoltosos exigiam melhores condições a bordo dos navios e reformulação do regulamento disciplinar da Marinha, além de declararem apoio às reformas de base. Após firmado um acordo, o presidente João Goulart anistiou os marinheiros, o que agravou a crise política de seu governo. No dia 1º de abril de 1964, a sede foi invadida pelas forças militares golpistas e teve seus móveis completamente destruídos. Diversos sindicalistas foram detidos arbitrariamente, e instaurou-se um Inquérito Policial Militar (IPM) para investigar as acusações de "subversão por meios violentos" ou "incitamento à luta de classes"[14]. No processo de investigação, documentos da diretoria, como atas de reuniões e assembleias, e até mesmo livros com capas vermelhas foram confiscados para serem usados como provas de subversão.



Interior do Palácio do Metalúrgico depredado após invasão de forças militares no dia 1º de abril de 1964
Foto: Acervo Ulisses Lopes, Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ)

14. RAMALHO, José Ricardo. Metalúrgicos do Rio de Janeiro e a repressão política do pós-1964. In: RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

A repressão rotineira e a gestão militarizada das empresas

O momento inicial de invasões, prisões, intervenções e abertura de IPMs e CGIs nos primeiros meses da ditadura demonstra que os militares golpistas, em articulação com as DRTs e as polícias civil e militar, possuíam um grande número de informações sobre os alvos considerados prioritários. Orientaram contra a classe trabalhadora uma rede de vigilância montada anteriormente. Exemplar disso é a Comunicação nº 65, de 18 de março de 1964, do DOPS/GB, que consiste em uma relatoria sobre uma operação aprovada pela Secretaria de Segurança para vigiar as atividades sindicais no "Comício pelas Reformas". A região da Central do Brasil foi dividida em sete áreas monitoradas por funcionários do DOPS infiltrados e equipados com aparelhos de rádio previamente instalados e escondidos em locais estratégicos. O objetivo desta espionagem era informar "acerca do número de componentes dos deslocamentos, dizeres das faixas exibidas, além das letras que compunham as músicas que, em quase todas as passeatas, eram entoadas pelos manifestantes"[15]. A relatoria apresenta informações detalhadas, citando inclusive movimentações de bancários, securitários, petroleiros, têxteis, operários navais, portuários, estivadores, metalúrgicos, ferroviários, padeiros, sapateiros, e "delegações sindicais de Macaé, Barra Mansa, Magé e outros municípios fluminenses". Também está registrada a prisão de três homens flagrados junto a um carro que supostamente continha "livros subversivos" e "material de propaganda comunista".

Com o passar do tempo, a estrutura de vigilância foi aprimorada. A repressão tornou-se rotineira,

15. Acervo CEV-Rio. Comunicação 65 do DOPS sobre Comício da Central.

passando a estar presente no dia a dia dos trabalhadores. Os DOPS, as DRTs e as agências militares de inteligência – Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) – intensificaram a vigilância das atividades das categorias trabalhistas, estabelecendo uma rede de arapongas[16], infiltrando agentes militares ou policiais, e elaborando relatórios sobre reuniões, assembleias ou atos públicos. As informações eram centralizadas pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), e aqueles suspeitos de "subversão" eram fichados e inseridos em um Cadastro Nacional.

Nas empresas estatais, a estrutura de vigilância sofisticou-se, fazendo parte de seu corpo institucional. Nelas foram criadas as Assessorias de Segurança e Informação (ASIs), que passaram a gerir informações – muitas vezes distorcidas – das atividades de seus empregados. Essas informações eram também trocadas com outros órgãos da repressão. O bancário sindicalista Edmilson Martins de Oliveira relata sua experiência após ter sido preso:

> *"Ficamos trabalhando, mas sob suspeita dentro do banco. Era Banco do Brasil, e a partir daí você era encostado. Depois da abertura [política], quando abriram os arquivos, eu consegui ver algumas informações que eram mandadas para o banco e eram coisas assim: "Edmilson Martins de Oliveira, membro do Partido Comunista desde 1950". Em 1950 eu tinha 12 anos, eu nunca fui do PCB. Minha vida profissional toda ficou prejudicada[17]."*

Na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), localizada no município de Volta Redonda, ocorreram reuniões, antes mesmo do golpe, entre forças militares e diretores da empresa estatal, para traçar um plano que garantisse a presença de tropas do Exército do 1º Batalhão de Infantaria Blindada (BIB) e da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em pontos estratégicos da usina, de modo a evitar qualquer movimento grevista no dia do golpe.[18] Os encontros eram realizados até mesmo à revelia do presidente da empresa, almirante Lúcio Meira.

A gestão da CSN passou a contar com estreita relação com o Exército, através da nomeação de militares de altas patentes para cargos de diretoria e chefia da empresa, incorporação dos sargentos e oficiais do BIB ao quadro de inquilinos de casas da CSN, e articulação de prisões de trabalhadores, que eram encaminhados ao BIB e à AMAN. Nos primeiros dias da ditadura, foram efetuadas 58 prisões de trabalhadores da CSN. O primeiro preso, às 10h do dia 1º de abril, foi o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, João Alves dos Santos Lima Neto, dentro da usina. Além disso, documentos encontrados pela Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda nos arquivos da CSN mostram que 113 funcionários foram demitidos e outros 11 foram compulsoriamente aposentados após o Ato Institucional nº 1, somando um total de 124 servidores afastados[19]. Oficialmente, a empresa falava em demissões "por conveniência do serviço, com base no conceito emitido pelo respectivo chefe de departamento"[20], mas os motivos reais eram envolvimento com o sindicato, movimentos ou

16. Funcionários que contribuíam com órgãos da repressão, informando atividades supostamente subversivas de seus colegas de trabalho. Alguns, principalmente aqueles que atuavam na estrutura de Estado, ganhavam gratificação salarial para exercer essa atividade.
17. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Edmilson Martins de Oliveira no Testemunho da Verdade do Sindicato dos Bancários do Rio, em 19/11/2013.
18. Acervo CEV-Rio. Boletim de Serviço n° 71 da CSN.
19. Pesquisa: O 1º Batalhão de Infantaria Blindada do Exército e a repressão militar no Sul Fluminense. Universidade Federal Fluminense (UFF).
20. Arquivo Brasil: Nunca Mais Digital: Pasta BNM 497, p.85, ofício L.S.G./135/02.02, assinado pelo Cel. Ene Garcez dos Reis, Chefe da Linha de Serviços Gerais, encaminhado ao delegado José da Silva Franco, adjunto do DOPS/RJ, ao justificar a demissão do eletricista Alberto Almirante Barbosa.

partidos políticos, participação ou incitação à greve do dia 1º de abril, e até mesmo presença no Comício de Central do Brasil.

A articulação entre a CSN e o Exército continuou mesmo após o fim da ditadura militar. Em 1988, dezoito mil metalúrgicos fizeram uma greve no município de Volta Redonda, exigindo, principalmente, jornada semanal de 40 horas e reajuste salarial de 26% acima da inflação[21]. Depois de fracassadas as negociações iniciais, os grevistas decidiram ocupar a usina siderúrgica com o apoio da comunidade local. A direção da empresa solicitou à Justiça mandato de reintegração de posse e a intervenção do Exército. A invasão das tropas militares, em 9 de novembro daquele ano, resultou no assassinato de três trabalhadores: Carlos Augusto Barroso, de 19 anos, Walmir Freitas Monteiro, de 27 anos, e William Fernandes Leite, de 22 anos[22].



Forças militares em frente à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) na greve de 1988
Foto: Arquivo Nacional Acervo da Delegacia de Defesa Institucional da Superintendência Regional da Polícia Federal (DELINST)

21. ABC DE LUTA. Exército invade a CSN, ocupada por grevistas, e mata três operários. Disponível em: http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=328.
22. Os nomes dos trabalhadores mortos pelo Exército na greve de 1988 não figuram na lista de mortos e desaparecidos (capítulo) 16 deste relatório porque tal episódio ocorreu após o período de escopo de análise previsto pela lei que criou a CEV-Rio.

Empresas privadas também colaboraram com os golpistas, repassando informações e elaborando as chamadas "listas negras", que eram enviadas aos DOPS e a outras empresas com nomes dos demitidos por motivações políticas. Somado a isso, tornou-se comum a exigência do Atestado de Antecedentes Políticos e Sociais, mais conhecido como "atestado ideológico", para o candidato a um posto de trabalho, o que afetou a empregabilidade dos demitidos por motivações políticas. Tal prática empurrou milhares de pessoas para o desemprego ou para a alternância constante de empregos.

Esse foi o caso de Geraldo Cândido, membro da Comissão da Verdade do Rio, sindicalista e ex-militante da Ala Vermelha, dissidência do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Em 1962, participou de um piquete organizado pelo sindicato na porta da fábrica onde trabalhava. O protesto foi bem sucedido, mas Geraldo foi detido em seguida pelo DOPS/GB e perdeu o emprego. Mais tarde, soube que agentes do DOPS/GB estavam trabalhando dentro da fábrica em busca de subversivos, fazendo um levantamento para saber quem estava pichando e panfletando.

> *"Eles pressionavam os companheiros da fábrica para que me entregassem, mas eles não falavam nada. Fui preso, mas como levava uma vida normal, fui liberado. Só que eu fui demitido da fábrica. Disseram que eu estava sendo demitido porque o sindicato tinha me entregado. A partir daí, arranjava um emprego, trabalhava um ou dois meses e era demitido. Eu era um funcionário qualificado, por isso conseguia emprego, eu tinha um curso do SENAI. Por orientação da minha organização, os militantes que estavam na Frente de Massa faziam curso no SENAI para ter facilidade de acesso às indústrias, trabalhos como metalúrgicos, estaleiros etc. Só que eu entrava na fábrica e era demitido por causa da perseguição, eu estava na lista negra dos órgãos de segurança. Passei a ser monitorado. Fiquei até 1978 nessa situação, não podia mais pagar aluguel, então fui morar no Morro do Alemão. Morar no morro não é nada demais, mas o problema é que eu não tinha emprego e dinheiro. Foram cinco anos ou mais nessa situação. Os trabalhadores sofreram perseguição política, acusados de fazer agitação para o partido comunista[23]."*



Geraldo Cândido, membro da Comissão da Verdade do Rio, dá seu depoimento no Seminário DOPS, em 4 de novembro de 2013
Foto: Bruno Marins

Anos mais tarde, quando trabalhava numa empresa no Aeroporto do Galeão no Rio de Janeiro, a chefia exigiu que todos os funcionários apresentassem o Atestado de Antecedentes Políticos e Sociais, com o carimbo do DOPS/GB, a fim de saber se havia algum subversivo entre eles. Prejudicado pela resposta do órgão, que o apontou como subversivo, Geraldo apelou da demissão junto à chefia, que respondeu: "De jeito nenhum. Você só consegue o atestado se estiver assinado por três grandes empresários ou oficiais das Forças Armadas". Na semana seguinte, Geraldo foi demitido, servindo de justificativa o fato de o Aeroporto estar em uma Área de Segurança Nacional. Em 1979, quando trabalhava para a empresa que administrava o metrô do Rio de Janeiro e já como dirigente sindical dos metroviários, Geraldo mais uma vez teve problemas devido o atestado. Um coronel, chefe da empresa, confirmou que ele seria demitido porque o SNI informara que era elemento muito perigoso, monitorado vinte e quatro horas por dia.

23. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Geraldo Cândido no Seminário DOPS – Um Espaço em Construção, em 04/11/2013.

Muitos trabalhadores que perderam o emprego passaram a depender da ajuda de familiares, amigos e companheiros de categoria. "No período em que estávamos demitidos, durante quatro meses nós recebemos sacolas de gêneros alimentícios dos companheiros ferroviários e outras categorias", relata Nilson Ferreira, diretor do Sindicato dos Ferroviários do Rio de Janeiro cassado e demitido em 1964[24].

É importante ressaltar que não somente lideranças do movimento operário sofriam as arbitrariedades da ditadura. Qualquer um que participasse de campanhas salariais, assembleias, greves, chapas de eleição de sindicatos, panfletagens ou que meramente fosse visto com jornais considerados "subversivos" poderia ser demitido, transferido arbitrariamente para outros locais de trabalho ou ter a carreira profissional estagnada. A repressão tinha como um de seus principais objetivos inibir a classe trabalhadora de lutar por seus direitos, tais como melhores condições de trabalho ou aumento salarial.

Essa conjugação de estratégias antissindicais e repressivas da parte das forças militares, polícias civil

24. FONSECA, Eilton. Estação Bendengó. Uma trilha de luta dos ferroviários macaenses. Rio de Janeiro: Achiamé, 1996, p.73.

e militar, DRTs, ASIs e do empresariado consolidou uma gestão militarizada nas empresas e fábricas, ou um "novo regime fabril"[25]. Os instrumentos construídos pelo Estado Novo para mediação dos conflitos entre capital e trabalho foram aproveitados e ampliados pela ditadura militar, com o intuito de aumentar o controle sobre a classe trabalhadora.

> *Sob a ditadura militar, o Estado estará presente nas fábricas, não como árbitro, mas como "agente patronal". Por meio dos sindicalistas "pelegos", nomeados interventores dos sindicatos, dos espiões e dos chefes militares (em alguns casos militares reformados ou civis respaldados por uma doutrina de controle militarizado da classe operária), o Estado e o empresariado, unidos, conferirão à resistência operária o estatuto de subversão política e à força bruta patronal a legitimidade de defesa da segurança e do desenvolvimento nacional. Portanto, nesse período, as empresas e o Estado ditatorial se irmanavam, dentro e fora das fábricas, visando impedir a organização e luta dos trabalhadores para a conquista e a defesa de seus direitos[26]."*

Nesse sentido, o relato de Edmilson Martins a respeito da luta da categoria por aumento salarial em 1972 é ilustrativo:

> *Eu fui particularmente chamado à Delegacia Regional do Trabalho, o qual o delegado era Luiz Carlos de Brito e ele estava sempre me chamando atenção: "Olha, não pode ser por aí, os banqueiros estão reclamando que vocês estão perturbando muito. E o ministério também, que não pode contrariar a política econômica do governo[27]."*

O ato de "perturbar muito" poderia ocasionar demissões, prisões ou até mesmo a tortura. No caso de Edmilson, ele foi preso junto a outras companheiros pela Polícia Civil e levado sem seu conhecimento – ou seja, sequestrado – à delegacia da Polícia Federal, no Centro do Rio de Janeiro. Lá os detidos permaneceram incomunicáveis por dez dias. Durante esse período, os policiais informaram que eles seriam transferidos para o DOI-CODI, mas o Cardeal Dom Eugênio Sales interveio na situação e pressionou para que a prisão seguisse os trâmites legais. Após 40 dias presos, o juiz deu parecer favorável aos bancários, que foram soltos seis dias depois.

Impedir a luta por direitos trabalhistas por meios repressivos e violentos tinha por objetivo aumentar a produtividade dos trabalhadores urbanos. Dessa forma, não somente os líderes sindicais ou aqueles trabalhadores suspeitos de exercer atividades "subversivas" foram atingidos pela repressão; a ditadura teve um efeito sistêmico sobre toda a classe trabalhadora.

O período entre 1946 e 1964 ficou caracterizado pelos níveis mais altos de poder de compra do salário na história brasileira graças às políticas de governo e à luta de entidades sindicais, destacando-se o papel da CGT. Porém, em julho de 1964 o direito de greve passou a ser regulamentado pela Lei nº 4330, que proibiu deflagração de greves por funcionários públicos ou de empresas estatais, bem como aquelas de "natureza política, social ou religiosa"[28]. Um ano depois, o então Ministro da Fazenda, Octávio Gouveia de Bulhões, estabeleceu novos critérios de reajuste salarial que subestimavam a inflação acumulada, estabelecendo uma política de arrocho salarial que provocou a redução do poder de compra do salário mínimo e dos salários em geral. Consequentemente, em 1974, passado o período de "milagre econômico" em que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu a taxas superiores a 10% ao ano, "o salário mínimo chegou ao seu patamar mais baixo, equivalendo a 54,48% do que valia em 1960"[29]. O índice de Gini, que mede a desigualdade de renda, passou de 0,50 na década de 1960 para 0,59 na década de 1980[30], enquanto a participação do rendimento do trabalho na economia nacional passou de 60% em 1964 para 38% em 1988[31], dados que confirmam o aprofundamento da desigualdade social.

A Ponte Presidente Costa e Silva, popularmente conhecida como Ponte Rio-Niterói, ilustra bem essa gestão militarizada na qual Estado e empresariado se irmanavam. Sua construção começou em dezembro de 1968, logo após o decreto do Ato Institucional nº 5. O contrato foi assinado primeiramente entre o governo e o Consórcio Construtor Rio-Niterói S.A., composto pelas empresas Ferraz Cavalcanti, Companhia Construtora Brasileira de Estradas, Servix de Engenharia e Empresa de Melhoramentos e Construção. Dois anos depois, após atrasos nas obras, o general presidente Emílio Garrastazu Médici adiou a entrega e passou a responsabilidade da construção para o Consórcio Construtor Guanabara Ltda., composto pelas gigantes Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A, Construtora Mendes Junior S.A, Construtora Rabello S.A, e Sérgio Marques de Souza S.A[32]. As obras ficaram marcadas por diversos acidentes e mortes de trabalhadores. Em um deles, ocorrido em 24 de março de 1970, uma plataforma flutuante não resistiu a um teste de carga e afundou, matando oito pessoas. Dentre elas estava Nilkon Vianna, pai de três filhos. Sua viúva, Maria Luiza, só recebeu indenização na década de 1990, e a prometida ajuda para custear a escola dos filhos nunca foi recebida[33]. O ritmo das obras, porém, impunha indiferença frente a essas mortes e condições severas de trabalho. "Se alguém morria, a gente esquecia rápido e continuava a obra", relata Raimundo Miranda, que trabalhou na ponte. Certo dia trabalhou debaixo de chuva mesmo com 39,5ºC de febre: "Não tinha isso de não trabalhar doente. Naquele dia, sentia que estava morto. Foi muito terrível"[34].

Os tipos de violações de direitos humanos e a clandestinidade dos trabalhadores

Os danos pecuniários causados pela repressão aos trabalhadores, que gerou restrição ao acesso aos meios de subsistência e piora da qualidade de vida, eram combinados com outros tipos de violações de direitos humanos, tais como prisões arbitrárias e tortura. Samuel Henrique Maleval, diretor do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro eleito em 1963, relata que foi cassado e preso pela Polícia Civil logo após a invasão ao sindicato, no dia 1º de abril de 1964[35]. Levado ao DOPS/GB – local por onde passavam muitos dos trabalhadores presos – foi solto no dia seguinte por insuficiência de indícios de "atividade comunista". Continuou na militância sindical e, em 1968, durante a "Marcha dos 100 mil",

25. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório/ Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. Volume II, p.63.
26. Idem
27. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Edmilson Martins de Oliveira no Testemunho da Verdade do SIndicato dos Bancários do Rio, em 19/11/2013.
28. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório/Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. Volume II, p.69.
29. Acervo CEV-Rio. A ditadura militar e o capitalismo brasileiro.
30. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório/Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. Volume II, p.70.
31. Acervo CEV-Rio. Quem se beneficiou com o endividamento público durante a ditadura.
32. FORTES, Milena et al. Histórias Concretadas: os 40 anos da Ponte RioNiterói. Disponível em: http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/Texto/Cidade/Historias-concretadas%3A-os-40-anos-da-Ponte-Rio-Niteroi-24038.html#.VdFOHbJViko.
33. OTÁVIO, Chico; GÓES, Bruno. Travessia. Ponte Rio-Niterói, 40 anos. Disponível em: http://infograficos.oglobo.globo.com/pais/ponte-rio-niteroi.html.
34. Idem.
35. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Samuel Henrique Maleval no Testemunho da Verdade do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, em 19/11/2013.

foi preso novamente pelo fato de portar um cartaz com os escritos “Abaixo a ditadura”. Foi levado então novamente ao DOPS/GB. “Tinha uns pedaços de madeira, e eles começaram a bater com aquilo em todo mundo, arbitrariamente”, diz ele. Por conta do espancamento, perdeu três dentes e fraturou dedos da mão. Em 1975, foi preso novamente por ter seu nome citado por um companheiro e foi levado ao DOI-CODI, na Rua Barão de Mesquita, onde foi novamente torturado.

Nesse contexto, casas eram invadidas sem mandado de busca, e até mesmo familiares eram presos sem justificativa. Jayme Navas, secretário geral do Sindicato dos Operários Navais cassado pela intervenção, foi preso em 11 de junho de 1964 depois de ter descoberto que seu pai e seu irmão tinham sido levados:

> *“Os militares invadiram a minha casa e, como não me encontraram, levaram o meu irmão e meu pai como reféns. Eles só seriam soltos se eu me apresentasse no Centro de Armamento da Marinha. Foi o eu que fiz. Passei 68 dias naquele local sem direito a tomar banho e pegar sol[36].”*

Ao recordar dos momentos duros na prisão nas dependências da Marinha, revelou que o carcereiro lhe dissera: “tu pode [sic] até sair vivo dessa, mas inteiro não”. Jayme tem até hoje problemas de audição e outras sequelas.

Uma análise qualitativa de uma pequena amostra de 69 processos deferidos de trabalhadores do estado do Rio de Janeiro aponta que, dentre os tipos de violações relatadas, destaca-se a demissão, com 24%[37]. As empresas Petrobras, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), Rede Ferroviária Federal (RFFSA), Fábrica Nacional de Motores (FNM), Rádio Nacional e Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) são as mais citadas. Aposentadoria compulsória, restrição ao exercício profissional, monitoramento, invasão ao domicílio, IPM e processo penal militar também figuram entre os relatos. Prisão e tortura somam 22% das violações. É importante ressaltar que cada anistiado informou ter sido alvo, em média, de dois tipos de violações de direitos humanos, tendo ocorrido vários tipos em um mesmo relato. Além disso, 42% do total de ocorrências se deu no período de 1964 a 1967, enquanto o período conhecido como os “anos de chumbo”, entre 1968 e 1974, representa 28%. A amostra, apesar de pequena, reforça o argumento de que os trabalhadores foram violados em seus direitos desde 1964 e não apenas após a decretação do AI-5.

O desemprego e o medo de serem presos, torturados ou mortos fizeram com que incontáveis trabalhadores urbanos caíssem na clandestinidade. Porém, tratava-se de uma clandestinidade diferente daquela de egressos da classe média (políticos, estudantes, profissionais liberais) [38]. Por não contarem com as mesmas condições financeiras ou com uma rede de proteção política (como amigos e familiares com prestígio social ou de altas patentes militares), passavam a depender da solidariedade dos companheiros. Mantinham-se isolados. O ferroviário sindicalista Waldir Tavares conta:

> *“na época do golpe, quando começaram as prisões, eu fugi, ficando escondido em casas de amigos. Havia muita solidariedade e eu tinha mil casas de amigos para escolher, que muitas vezes ficavam vigiando o local para eu tomar banho de sol. Dois meses depois eu voltei para casa e fui preso, ficando na cadeia durante dois meses.[39]”*

Em alguns casos, por preocupação com seus amigos e familiares, esses trabalhadores escondiam-se em regiões distantes, no interior, mantendo-se isolados. O conhecimento de seu paradeiro poderia ser perigoso a seus entes queridos. Em outros casos, a falta de perspectiva levava à radicalização da luta contra a ditadura através, por exemplo, da participação nas organizações de luta armada. Através de uma análise dos casos de mortes e desaparecimentos do Relatório da Comissão Nacional da Verdade, podemos identificar que, das 434 pessoas citadas, 114 exerciam algum trabalho urbano.[40]

A resistência nos sindicatos

Apesar da repressão, que buscava impedir a organização dos trabalhadores urbanos, estes não desistiram desta tarefa. Nos anos autoritários, teve lugar um verdadeiro esforço para reconquistar os sindicatos e afastar os interventores[41]. Após a primeira leva de intervenções sindicais no imediato pós-golpe, diversas categorias passaram a lutar por eleições democráticas em suas diretorias. O bancário Auri Gomes, após ser libertado pelo DOPS/GB, conta: “Voltei com toda força para dentro do sindicato a fim de expulsar os interventores”. A oposição conquistou o sindicato em 1966 sinalizando para a resistência à ditadura. Porém, foram impedidos de tomar posse pela Delegacia Regional do Trabalho. Negociaram uma chapa única que representaria relativa conciliação com os interventores, de modo a viabilizar a gestão do sindicato. A tensão política interna foi tornando-se mais aguda até que, com o AI-5, a repressão se intensificou: bancários foram presos e alguns torturados. Após muita luta, os militantes do Sindicato dos Bancários do Rio conquistaram o direito à realização de eleições em 1971, mas a chapa eleita foi impedida de tomar posse. Assumiram, portanto, os suplentes. A gestão, porém, durou pouco: em 1972 o sindicato foi invadido violentamente, como conta Edmilson Martins:

> *“em 17 de abril de 1972, entrou, mais ou menos 7h ou 7h30 da noite, um batalhão com o Dr. Luiz Carlos de Brito [delegado da DRT] à frente de uns 20 homens armados da Polícia Federal com metralhadoras. O delegado mandou uma carta pra Polícia Federal dizendo que o sindicato era depósito de armamento e que estávamos ligados à Guerrilha do Araguaia[42].”*

A sede foi revirada à procura das armas, embora nenhuma tenha sido encontrada. Diversos diretores do sindicato foram presos. Uma nova intervenção na diretoria foi imposta, e essa durou sete anos.

A história de repressão no Sindicato dos Bancários é análoga à de diversos outros pelo estado do Rio de Janeiro e pelo Brasil afora. No momento em que as organizações dos trabalhadores acumulava fôlego e força, permitindo aos militantes retomarem os sindicatos, a ditadura demonstrou mais uma vez sua truculência. O recrudescimento da repressão em 1968 representou a intensificação das violações de direitos humanos e uma segunda leva – ainda mais violenta – de invasões e intervenções a sindicatos.

A governo ditatorial enfrentou a organização dos trabalhadores ao longo dos 21 anos de sua vigência.

36. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Jayme Navas no Testemunho da Verdade do Sindicato dos Operários Navais, realizado em parceria entre Comissão da Verdade em Niterói e Comissão da Verdade do Rio, em 25/09/2013.
37. Acervo CEV-Rio. Relatório Final Consultoria CAMJ.
38. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Brasília: CNV, 2014. Volume II, p.71.
39. FONSECA, Eilton. Estação Bendengó. Uma trilha de luta dos ferroviários macaenses. Rio de Janeiro: Achiamé, 1996, p.73.
40. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório/Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. Volume III.
41. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Auri Gomes da Silva no Testemunho da Verdade do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, em 19/11/2013.
42. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Edmilson Martins no Testemunho da Verdade do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, em 19/11/2013.

O número de atingidos pela violência e pela arbitrariedade daquele período é incomensurável. Porém, não se trata, no caso, somente de histórias de repressão, mas também de luta. Mesmo com as limitações impostas, os trabalhadores se mantiveram firmes, participando ativamente do processo que resultou na redemocratização brasileira. A esse respeito, o discurso de João Goulart no dia 13 de março foi emulador para um grande conjunto de brasileiros que com ou sem armas nas mãos resistiram: "à medida que esta luta apertar, sei que o povo também apertará sua vontade contra aqueles que não reconhecem os direitos populares, contra aqueles que exploram o povo e a Nação"[43].

43. INSTITUTO JOÃO GOULART. Discurso de João Goulart no comício de 13 de março de 1964, na Central do Brasil, Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.institutojoaogoulart.org.br/conteudo.php?id=31.

Capítulo 7 - MILITARES PERSEGUIDOS

O grupo social combatido com maior rancor e intransigência pela elite militar que se apropriou do poder em 1964 foi o dos militares. Aproximadamente 6,5 mil membros do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e das Forças Policiais foram perseguidos com extrema violência durante a ditadura[1]. Este número compreende integrantes das três Armas que foram alvos de distintas violações de seus direitos humanos por várias razões, relatadas ao longo deste capítulo. Militares de todas as patentes foram atingidos, mas a violência foi maior em relação àqueles das patentes mais baixas.

É certo que as diferentes concepções sobre o papel das Forças Armadas fora da caserna e a adesão a contrapostos projetos da classe política remontam à Proclamação da República, em 1889. Após a Revolução de 1930 haveria, contudo, uma politização maior das Forças Armadas. Muitos militares não aceitaram a modernização conservadora imposta por Getúlio Vargas e sucessivas revoltas ocorreram nos quartéis entre 1930 e 1932.

Em 1935, um levante que ficou conhecido como "Intentona Comunista", liderado por Luís Carlos Prestes, eclodiu nas cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro. O movimento adquiriu grandes proporções, especialmente em Natal, onde foi instalado um governo revolucionário provisório. A "Intentona" foi submetida à continuada desmoralização pelos militares legalistas da época, gerando uma clivagem político-ideológica entre estes e os insurretos, não superada até os dias atuais.

1. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. Volume II. p. 13.

Os insurretos e, entre eles, os comunistas que lideraram o movimento, foram estigmatizados como traidores das Forças Armadas e demolidores da hierarquia militar. A partir de então, o anticomunismo e o antiesquerdismo da cúpula militar, em especial, de seus generais conservadores, passaram a ter um ícone para ilustrar as acusações que faziam aos seus opositores relativamente à violência, ao cinismo e à desfaçatez: a "Intentona". O anticomunismo passou, então, a ser política dominante nas Forças Armadas.

Com o fim da 2ª Guerra Mundial e do Estado Novo, mesmo com a redemocratização do país e com a promulgação da Constituição democrática de 1946, houve perseguição a oficiais e praças nacionalistas, socialistas e comunistas. A posição política destes militares ficara bem caracterizada, ao longo de sua trajetória, porque a Constituição permitia que os oficiais integrantes das Forças Armadas, a partir da patente de cabo, participassem da disputa eleitoral.

O maior número de candidatos que se tornou perseguido disputou as eleições pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), embora alguns se apresentassem ao eleitorado sob a sigla do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Ficaram também estigmatizados, como adversários da elite militar conservadora, aqueles militares que participaram das lutas pelas grandes causas nacionais, como a campanha "O Petróleo é Nosso".

A perseguição movida contra os militares nacionalistas e os considerados de esquerda resultou em desligamentos, expulsões, prisões, torturas e mortes. Os processados e absolvidos foram também discriminados na retomada da carreira militar. Exemplos destas situações são os expostos nas denúncias publicadas pelo Congresso Nacional, sob o título de Depoimentos Esclarecedores[2]. A Comissão Nacional da Verdade, em seu Relatório Final, registrou que houve, entre 1946 e 1964, segundo testemunhos verbais, aproximadamente, 1.000 militares perseguidos[3].

A ditadura de 1964

O projeto Brasil: Nunca Mais contabilizou 38 processos envolvendo militares. Eles se referem especialmente àqueles perseguidos por ingressar na luta armada, sendo quatro deles sobre levantes e protestos ocorridos em 1963, às vésperas do golpe militar, quando houve atos de amotinação, sabotagem e prisões de oficiais realizadas por sargentos, cabos e soldados de primeira e segunda classes. A maior parte dos processos, antecedidos por Inquéritos Policiais Militares, desenvolveu-se no Rio de Janeiro e dá conta das rebeliões que envolveram militares da Aeronáutica, da Marinha (Marinheiros e Fuzileiros Navais), do Exército e da Força Pública.

Após o golpe de 1964, a resistência e a luta dos militares contrários à visão conservadora e autoritária da elite que impôs a ditadura provocaram perseguições, processos e punições. No entanto, somente 3% dos militares perseguidos adotariam a estratégia da insurreição armada contra os usurpadores do poder. A grande maioria inseriu-se na luta promovida por organizações da sociedade civil visando à redemocratização do país. Assim, os alvos desta violência foram, principalmente, os que apoiavam o governo de João Goulart e a precedente Campanha da Legalidade levada à frente por Leonel

2. Depoimentos Esclarecedores Sobre Os Processos Dos Militares. v. II. Rio de Janeiro: Editora da Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem, 1953.
3. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório/Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. Volume II. p. 13.

Brizola, os militares comunistas e nacionalistas, que em posições de mando na hierarquia militar haviam se tornado legalistas, os praças e os soldados associados à luta pela expansão de direitos no período anterior a 1964. Nesta repressão, apoiada por expressiva parcela do empresariado nacional e pelo governo dos Estados Unidos, foi violada não só a Constituição vigente, mas a Convenção de Genebra, regras consolidadas de direito humanitário e normas pactuadas com a ONU acerca de direitos humanos.

Em 03 de junho de 2015, o Projeto Terapêutico Clínicas do Testemunho/RJ, vinculado à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, e a Comissão da Verdade do Rio organizaram o ato "Militares perseguidos e torturados e a Justiça de Transição" [4], quando foram ouvidos depoimentos de 20 militares das três Armas. Alguns desses depoimentos estão registrados nesse capítulo e mostram, dentre outras questões, negação de cuidados médicos, uso de intimidação e silenciamento dos militares perseguidos, impossibilidade de inserção no mercado de trabalho, prisões arbitrárias e torturas. São militares que pertencem a um grupo, fundamentalmente constituído por suboficiais - cabos, sargentos e soldados - pessoas de origem humilde, que viam nas Forças Armadas uma oportunidade de formação e ascensão social. Eles depositaram na carreira militar a esperança de realização de seus sonhos pessoais e profissionais. A propósito desta idealizada identificação com sua corporação, Evaldo Figueiredo, que serviu na Aeronáutica entre 1974 e 1978, contou:

> *"Desde criança fui vidrado na Força Aérea Brasileira. Do quintal da minha casa eu observava os aviões da esquadrilha da fumaça passando sempre baixinho, vindos de Santa Cruz. Pedi ao meu pai que fizesse para mim um avião de madeira, ele tinha muitas habilidades de marcenaria, apesar de não ser um marceneiro. Um dia o meu desejo se realizou, meu pai me deu um lindo avião de madeira pintado de vermelho e cinza, com as cores daqueles aviões que passavam sobre a minha casa[5]."*

Estes militares não se situavam no campo da esquerda, caracterizavam-se como militares nacionalistas, movidos por ideais de amor à pátria e, desde sempre, às suas respectivas armas. Entretanto, foram expulsos sumariamente de suas corporações, destituídos de seus direitos, muitos deles tendo trabalhado vários anos no regime militar. Foram monitorados dentro e fora da caserna, antes e depois de serem presos e de sofrerem diferentes punições, submetidos a condições carcerárias aviltantes, torturados e humilhados. Evaldo assim relatou o pesadelo em que havia se transformado o outrora sonho de criança – ser militar na FAB:

> *"Me tiraram as algemas e mandaram pular dentro de um buraco redondo e profundo, de aproximadamente quatro metros de profundidade. Todas as perguntas que fizeram eram acompanhadas de tortura psicológica, dizendo que eu ia morrer. Três infelizes começaram a urinar em cima de mim, não adiantava eu me esquivar, pois cercaram o buraco ficando um em cada lado, só me restou abaixar a cabeça e pedir muito a Deus para me salvar daqueles malditos. Fiquei sendo torturado por três noites e três dias. Depois, me jogaram no chão da viatura, deram voltas dizendo "vamos jogar ele no rio, dá um tiro na cabeça desse safado..." Quando eu respondi que não sabia de nada, levei um tapa de cada lado do rosto e me empurraram sobre a pedra de fogo, onde eu bati com a boca, quebrando cinco dentes[6]."*

Após sofrer estas violências, Evaldo conta que foi acometido de hepatite, com terríveis consequências para sua saúde, como o desencadeamento de um grave problema glandular.

Um cenário chocante foi o da perseguição, prisão e tortura de militares que apenas tinham visões políticas e interesses diferentes. Foi o caso de Carlos Alberto Medeiros, desligado da Força Aérea em 1968, por formar, com colegas da Escola da Aeronáutica em Campos dos Afonsos, clubes de leitura e cineclubes. Ao retornar ao Campo dos Afonsos após ter passado por um período de recuperação de um acidente, Medeiros foi informado de que havia sido descoberta uma "célula comunista" no local, na qual ele estaria seriamente implicado. Com ele, também foram expulsos da corporação Sued Castro Lima e Artur Vieira dos Santos. Medeiros afirmou que "os livros não tinham viés político, era um pessoal interessado em tudo" [7]. Contudo, em um documento localizado pela CEV-Rio no Arquivo Nacional, a justificativa apresentada para o seu desligamento é a "falta de conceito para o oficialato (tentativa de organização de grupos de estudos, através do empréstimo de livros que produziriam futuros adeptos da ideologia comunista e através da técnica da persuasão sobre seus colegas)". [8]

Não eram somente os livros e os filmes que podiam trazer problemas para os militares: Robson Ferreira, que serviu na Aeronáutica em 1978, começou a ser perseguido quando levou um disco de Chico Buarque para o quartel. Tornou-se, então, suspeito de ser "subversivo", recebendo castigos, sendo acusado de furto e submetido à prisão e à torturas na Base Aérea do Galeão. Segundo seu depoimento, foi humilhado também por ser "preto e pobre": "Em certa situação, após alguns dias de prisão, em que sofri todos os tipos de maus tratos e humilhações, tentei cometer suicídio fazendo um laço de forca com calça e cinto".[9] Robson faz tratamento psiquiátrico até aos dias atuais. Sobre as insinuações de caráter preconceituoso, Daílton Soares, que foi desligado em 1982, também contou para a CEV-Rio que sofria humilhações com piadas racistas e brincadeiras de mau gosto como, por exemplo: "branco correndo é atleta, preto correndo é ladrão"[10].

A perseguição tornava-se mais explícita quando os militares mostravam alguma relação, ainda que somente de admiração, com Leonel Brizola e João Goulart. É o caso de Luís Bezerra da Silva, que foi sumariamente "licenciado" da Aeronáutica em 1977. Irmão de um cabo que presenciou prisioneiros políticos no Galeão, Bezerra era constantemente interrogado sobre sua preferência política. Por citar o nome de Brizola, foi considerado subversivo e comunista, sendo alvo de torturas, tais como chutes nos calcanhares, socos no peito e "telefone". Sofreu humilhações diante da tropa ao ser obrigado a se identificar como "um merda", pulando e gritando durante 40 minutos[11] . A referência a figuras que representavam a resistência dentro das Forças

4. Prestaram depoimento: Amaro Côrrea de Andrade (Aeronáutica); Antonio Leonardo Silva de Oliveira (Exército); Antonio Rodrigues da Costa (Exército); Carlos Alberto Pinna (Aeronáutica); Carlos Alberto Gomes de Moura (Aeronáutica); Dailton Fontes Soares (Aeronáutica); Evaldo Figueiredo (Aeronáutica); Gino José Alves (Marinha); Ivo Rodrigues Lima (Aeronáutica); Jorge de Sousa (Aeronáutica); Luis Bezerra da Silva (Aeronáutica); Luiz José Medeiros (Aeronáutica); Nivaldo dos Santos (Aeronáutica); Raimundo Bezerra da Silva (Aeronáutica); Ricardo Reginaldo Waite (Aeronáutica); Robson Ferreira (Aeronáutica); Roque Pedro Rosseto Pasqualotti (Aeronáutica); Sebastião Araújo da Costa (Aeronáutica); Sonilson Pereira da Silva (Aeronáutica); Victor Roberto da Conceição Oliveira (Marinha).

5. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Evaldo Figueiredo concedido em Ato Público realizado no dia 03/06/2015.

6. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Evaldo Figueiredo concedido em Ato Público realizado no dia 03/06/2015.

7. Acervo CEV-Rio. Depoimento de Carlos Alberto Medeiros para a CEV-Rio em 09/07/2015.

8. Arquivo Nacional, SNI: AMA_ACE_2671_82.

9. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Robson Ferreira concedido em Ato Público realizado no dia 03/06/2015.

10. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Daílton Lopes Soares para a CEV-Rio em 23/07/2015.

11. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Luis Bezerra da Silva concedido em sessão coletiva de depoimentos realizada no dia 24/07/2015.

Armadas também gerava reações. Victor Roberto da Conceição Oliveira foi preso, humilhado e posteriormente expulso da Marinha em 1972, após ser surpreendido elogiando o Almirante Aragão e João Cândido[12].

Não são raros os casos de militares que foram punidos por terem trabalhado com algum militar legalista. Ivo Rodrigues Lima é um desses exemplos. Ele foi acusado de ser comunista por ter sido ajudante de ordens do major Brigadeiro Francisco Teixeira, da 3ª Zona Aérea, entre 1963 e 31 de março de 1964. Alcançou o posto por ter tido excelente classificação como soldado de 1ª classe. Ao ser promovido a cabo foi designado para o Serviço de Rotas Aéreas e passou a ser perseguido, o que culminou na sua expulsão da Aeronáutica. Precisou recorrer à internação psiquiátrica em razão da pressão psicológica de que foi vítima[13].

Há também os militares que foram perseguidos, porque presenciaram prisões de opositores do regime, desaparecimentos e mortes. A perseguição sofrida por Sonilson Pereira da Silva, desligado da Aeronáutica em 1976, começou após ter visto, com alguma frequência, a entrada de pessoas à paisana, "barbudos, cabeludos e encapuzados, sendo encaminhados por militares para serem colocados na prisão subterrânea ali da base aérea do Galeão"[14]. Outro testemunho ouvido pela CEV-Rio é ainda mais radical nesse sentido: Airton Joil Araújo, que servia no quartel do 4º Grupo de Canhões 90 mm Antiaério, da Artilharia Antiaérea do Exército brasileiro em Niterói, recusou-se a torturar um preso político, e foi, por isso, torturado e posteriormente expulso das Forças Armadas. Sua história está relatada no capítulo 12 deste Relatório.

Após passar por estas situações, os militares ficaram desempregados, sofreram privações materiais e se ocuparam dos mais grosseiros trabalhos e biscates para sobreviver. Além disso, os efeitos psicológicos da tortura os acompanham até hoje. É o caso de Antonio Rodrigues da Costa, que serviu como paraquedista do Exército em 1977. Ele contou ter sido colocado em um lago de águas geladas e "amarrado uma noite inteira na chuva, levando tapas no rosto, socos na barriga, paulada nas costas, pernas e braços". Sofreu privação de água e alimentos e, por isso, precisou ser levado para o Hospital Central do Exército (HCE), algemado. Quando o médico que o recebeu leu a acusação de que era um subversivo, enviou-o para uma cela isolada no Pavilhão Neuro Psiquiátrico, onde permaneceu por 15 dias, sendo interrogado por um capitão e por um médico psiquiatra, que o ameaçava de choque no saco escrotal. Ficou no setor de Psiquiatria do HCE por oito meses. Como consequência, Antonio sofre de hipertensão arterial e Arterite de Takayasu (doença inflamatória crônica das artérias que acomete a aorta e seus ramos principais)[15].

Os depoimentos revelam que, além da perseguição aos oficiais legalistas que se opuseram ao golpe de 64 e àqueles que aderiram a organizações armadas, houve um extenso e continuado monitoramento e violência contra os militares de patentes mais baixas, sobretudo os praças. Centenas foram perseguidos e desrespeitados em unidades militares, além daqueles que foram vítimas de

12. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Victor Roberto da Conceição Oliveira Ivo Rodrigues Lima concedido em Ato Público realizado da no dia 03/06/2015.
13. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Ivo Rodrigues Lima concedido em Ato Público realizado da no dia 03/06/2015.
14. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Sonilson Pereira da Silva concedido em Ato Público realizado no dia 03/06/2015.

15. Acervo CEV-Rio. Depoimento de Antonio Rodrigues da Costa no Testemunho da Verdade sobre o HCE, realizado em julho de 2015.

desaparecimento forçado. Familiares assustados com esses desaparecimentos inexplicáveis, privados de informações e aterrorizados com a brutalidade do governo militar não denunciaram estes crimes.

Os dias de hoje

A cultura das elites das Forças Armadas, dominante na corporação, foi revigorada pela ação de herdeiros de sangue ou morais dos militares golpistas de 1964. Muitos destes herdeiros, atualmente em posições de relevo nas três Armas, têm gerado a continuidade de políticas discriminatórias e punitivas, que atingiram desde aquela época os perseguidos.

Manipulando órgãos poderosos de nossa vida republicana como a Advocacia Geral da União (AGU) e o Supremo Tribunal Federal (STF), as vozes autoritárias do passado, ainda bem vivas na corporação, em especial no Ministério da Defesa, vêm desqualificando as reivindicações políticas e jurídicas por reparação, na busca por tornar invisíveis as demandas e queixas dos militares perseguidos. Estas vozes manifestam-se, particularmente, em relação a duas questões: a interpretação do regime jurídico do anistiado político e a judicialização da questão dos cabos da Força Aérea Brasileira (FAB).

No primeiro caso, o Ministério da Defesa vem sustentando em suas decisões administrativas e na interlocução que promove com o sistema judicial, que o regime jurídico do militar da reserva, isto é, sua aposentadoria, é diferente da concedida ao militar anistiado político. Esta posição, que conta com parecer da AGU e da Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa, exclui direitos previstos no Estatuto dos Militares aos militares anistiados. Além da denúncia e da luta ininterrupta dos militares irresignados, existe um projeto de lei tramitando no Congresso Nacional para reverter esse quadro.

Vale destacar que a posição atual do Ministério da Defesa, e dos órgãos que o apoiam, é conflituosa em relação à ideia de uma anistia ampla, geral e irrestrita, defendida pelos próprios militares. Enquanto do ponto de vista criminal se advoga a tese de que a anistia foi ampla, geral e irrestrita, não sendo possível a responsabilização dos agentes torturadores, não ocorre a aplicação dessa interpretação quando se trata da reparação, resultando em restrições relativas ao regime jurídico do anistiado político militar.

Já a questão dos Cabos da Aeronáutica diz respeito à polêmica em torno da Portaria 1.104, de outubro de 1964, que previa o fim da estabilidade e o desligamento de cabos que atingissem o período de oito anos sem alcançar outra graduação. Como ressalta a CNV, seu objetivo seria, em tese, "disciplinar administrativamente o quadro de pessoal", mas pretendia-se, na verdade, "abordar futuras manifestações políticas ou corporativas, particularmente no momento de exceção em que fora editada"[16]. Para a Comissão de Anistia, esta Portaria configura ato de exceção, e os cabos atingidos por ela são considerados aptos a receber a anistia. Contudo, o entendimento do Ministério da Justiça e da AGU é diferente: para estes órgãos, a portaria foi somente um ato administrativo. Assim, uma série de pareceres jurídicos foi produzida no sentido de sustentar a interpretação que retirava dos cabos o direito à anistia, e em 2004 o Governo Federal cancelou a anistia concedida a 495 ex-cabos daquela Força. Da mesma forma, um grupo de trabalho

16. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. Volume II. p. 35.

interministerial foi criado em 2011 para revisar 2.574 destes processos [17]. A polêmica se aprofundou, com a edição de novas portarias do Ministério da Justiça revogando as anistias concedidas.

Deve-se ressaltar que a Lei 10.559 de 2002 afirma que o órgão do Estado brasileiro responsável por analisar os pedidos de indenização formulados pelas pessoas que foram impedidas de exercer atividades econômicas por motivação exclusivamente política desde 18 de setembro de 1946 até cinco de outubro de 1988 é a Comissão de Anistia. Não obstante a criação deste Grupo de Trabalho, a questão está em progressivo processo de judicialização, dificultando a consolidação do entendimento de que é necessário retirar todos os obstáculos jurídicos que impedem a obtenção de seus direitos por parte dos ex-cabos atingidos pela Portaria 1.104 de 1964.

17. RODRIGUES, Alex. Ministério da Justiça já anulou 133 anistias políticas concedidas a ex-cabos da FAB. Portal Agência Brasil. Empresa Brasil de Comunicação Disponível em http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-06-18/ministerio-da-justica-ja-anulou-133-anistias-politicas-concedidas-ex-cabos-da-fab.



Uma semana antes do golpe de Estado, milhares de sargentos, cabos e marujos compareceram à sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro na chamada "Revolta dos Marinheiros". A comemoração do aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, que não contava com o reconhecimento da Marinha, transformou-se em um ato político que agravou a crise militar.
Foto: Arquivo Nacional, Fundo: Correio da Manhã
BR_RJANRIO_PH_0_FOT_05610_027

Capítulo 8 - A DITADURA NAS FAVELAS CARIOCAS[1]

As favelas marcam o horizonte da cidade do Rio de Janeiro desde o início do século XX. O intenso crescimento desta forma urbana ao longo do tempo resulta da incapacidade do Estado de promover políticas públicas que tenham por objetivo efetivar o direito à moradia e o direito à cidade.

Marcadas por distintos estigmas desde o início de sua existência, as favelas sempre sofreram com a violência de Estado, materializada nas incursões policiais ou nas tentativas de despejo, que acontecem antes, durante e depois da ditadura. No entanto, a Comissão da Verdade do Rio entendeu ser imprescindível investigar os contornos específicos que esta violência ganha durante o período ditatorial.

Trata-se, sobretudo, de evitar enxergar a ditadura como mero pano de fundo para o que ocorria nas favelas, tanto quanto contornar visões do regime que ignoram o que se passava naqueles espaços. Dessa forma, a ação ditatorial nas favelas emerge de forma mais clara como o atendimento de interesses de determinados setores sociais ao custo do aviltamento dos direitos de outros setores.

Uma das formas mais recorrente de violação de direitos humanos levada a cabo contra os moradores das favelas cariocas durante a ditadura foram as remoções forçadas, que atingiram mais de 100.000 pessoas no Rio de Janeiro somente entre 1964 e 1973[2]. O aspecto violento da remoção se agrava quando percebemos que os moradores das favelas atingidas por esta política foram levados para locais distantes, com pouca ou nenhuma infraestrutura urbana e sem oferta de emprego.

Destaca-se que, além disso, pessoas de uma mesma comunidade eram levadas para conjuntos habitacionais diferentes, rompendo-se assim antigos laços familiares, identitários e de sociabilidade. O depoimento de Altair Guimarães, liderança comunitária da Vila Autódromo, ameaçada hoje de remoção, é simbólico nesse sentido:

> *"Não conhecia nada em Jacarepaguá e com 14 anos olhando pela janela do caminhão da COMLURB [3] eu ficava me perguntando para onde eu estaria indo. E aonde eu fui cair? Na Cidade de Deus. Sem nenhuma infraestrutura, pois na época do [governador] Lacerda ainda estava em construção, era barro puro, não tinha escola, só tinha uma padaria, não tinha nada. E aí eu os meus amigos fomos separados, alguns foram para Cordovil e outros foram para outro lugar. Vivi uma vida muito ruim na minha adolescência com essa mudança de um lugar para o outro. Eu não desejava que as crianças dessa comunidade [Vila Autódromo] passassem pelas mesmas coisas que eu passei, mas, infelizmente, não consegui [4]."*

Fruto de uma política habitacional e urbana elitista e segregadora, a tentativa de efetivar o projeto de erradicação das favelas do então estado da Guanabara foi intensificada, como veremos a seguir, pelo golpe de 1964 e pela ditadura que se seguiu. No entanto, não foi somente por meio da remoção forçada que o regime se voltou contra as populações moradoras das favelas. A militarização do Estado ocorrida durante o período aumentou sobremaneira a presença do aparato repressivo nas favelas, que se voltou não somente contra as tentativas de mobilização e organização dessas populações, mas também efetivou um intenso controle social sobre todos os aspectos da vida destas pessoas.

A política remocionista

As remoções de favelas ficaram marcadas no imaginário carioca por sua vinculação com uma figura política específica: Carlos Lacerda, governador do estado da Guanabara entre os anos de 1960 a 1965. Com efeito, no ano de 1962, em meio à sua gestão, tem início uma política voltada para as remoções de favelas.

Após serem retirados de suas casas e barracos, frequentemente mediante o recurso ao aparato policial do estado, os moradores eram reassentados em conjuntos habitacionais construídos pelo próprio governo. Embora a justificativa para a maior parte das remoções de Lacerda passasse pela necessidade de reordenamento do espaço urbano e de realização de importantes obras públicas, a comparação entre a localização das favelas removidas e aquela dos conjuntos que recebiam seus moradores já aponta para um processo de periferização forçada de parcela da classe trabalhadora carioca.

Dessa forma, já é evidente o sentido de segregação espacial embutido nessa política. No entanto, o golpe de 1964 abre caminho para a afirmação de um conjunto amplo de políticas pautadas nos interesses das classes que levaram a cabo a deposição de João Goulart. Dentre estas medidas, encontra-se o aprofundamento da política habitacional marcada pelas remoções.

A primeira tentativa de remoção de favelas após o golpe se deu na Favela de Brás de Pina, em setembro de 1964. Na ocasião, foram registradas diversas tentativas, por parte do Estado, de bloquear a resistência dos moradores, como o fornecimento de informações desencontradas, a propagação de ameaças de queima de barracos e de fuzilamentos, a invasão de casas por funcionários da Companhia de Habitação da Guanabara (COHAB/GB), a retirada de faixas de protesto e a proibição da venda dos jornais que estavam denunciando o processo. Apesar destes procedimentos, a luta dos moradores surtiu efeito e a remoção não foi efetuada. Ressalta-se que a favela foi urbanizada entre 1968 e 1971 e hoje integra boa parte do bairro de Brás de Pina, sem distinção com o restante da malha urbana.

Ainda em dezembro daquele ano, teve início o processo de remoção da Favela do Esqueleto, localizada no bairro do Maracanã onde atualmente se encontra a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Também neste caso, os moradores buscaram enfrentar o governo. Organizaram um plebiscito na favela para os dias 12 e 13 daquele mês, cujo objetivo era demonstrar para o poder público que a remoção não era um desejo das pessoas que ali moravam. Contudo, o então presidente da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG), Etevaldo Justino de Oliveira, foi preso para averiguações pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) no dia 9[5]. No dia 10, uma "turma de policiais" foi à Favela do Esqueleto e "encontrou a sede da Associação dos Amigos da Vila São Jorge com suas dependências fechadas, nenhuma movimentação ocorrendo na favela" [6]. Somente na noite do dia 10 a família de Etevaldo o

1. Este capítulo apresenta as pesquisas realizadas por Marco Pestana e Juliana Oakim em colaboração com a CEV-Rio. O texto na íntegra dos pesquisadores se encontra disponível na mídia do Relatório e no site da CEV-Rio.
2. VALLADARES, Lícia. Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
3. A empresa encarregada da limpeza urbana à época era a DLU – Departamento de Limpeza Urbana do Estado da Guanabara.
4. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Altair Guimarães para a CEV-Rio em 05/05/2015.
5. APERJ, Fundo: Polícias Políticas, Setor: Prontuário GB, Notação: 3.902.
6. Memo. 958, DOPS. In: COMISSÃO DE ANISTIA. Requerimento de Anistia 2003.01.31005 – Primeira Câmara. Requerente: Etevaldo Justino de Oliveira, fl.14.

localizou. Ainda assim, ele permaneceu mais cinco dias detido. Dessa forma, o plebiscito foi oficialmente cancelado e a remoção da Favela do Esqueleto pode ser efetuada.

A partir de então, outras remoções ocorreram em menor quantidade, até que, em 1968, a ditadura criou a Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana (CHISAM) por meio do Decreto nº 62.654, de 3 de maio de 1968, que tinha dentre seus objetivos fixados por lei, o de "propor legislação específica visando à formulação e execução de um programa continuado de desfavelamento a curto, médio e longo prazos"[7]. À CHISAM ficaram subordinados os dois órgãos estaduais que eram responsáveis pelas remoções: a Secretaria de Serviço Social e a COHAB. Assim, a ditadura efetivamente investiu na viabilização das remoções, não só ao voltar seu aparato repressivo para o sufocamento das ações de resistência, mas também ao tomar as rédeas da política habitacional, garantindo os recursos e a força política necessários para buscar a erradicação das favelas da Guanabara.

Sob a égide da CHISAM, entre setembro de 1968 e o final de 1971, as remoções se concentraram fortemente nas favelas dos bairros da Lagoa (Praia do Pinto, Ilha das Dragas, Piraquê, Catacumba), Gávea (Parque Proletário da Gávea, Alto Solar) e Humaitá (Guarda, Corcovado, Macedo Sobrinho); ainda que tenham atingido outras localidades da Zona Sul (Rocinha, Santa Marta), da Zona Norte (Parque Rubens Vaz, Cachoeirinha, Roque Pinto), da Zona Oeste (Favela da Restinga) e as proximidades do centro da cidade (Pau Fincado, Pau Rolou, Arará). O ritmo de construção dos conjuntos habitacionais acompanhou o das remoções de favelas. Apenas entre fevereiro de 1969 e março de 1972, foram inaugurados os conjuntos da Cidade Alta, Santa Luzia, Guaporé,



Menino observa a Lagoa Rodrigo de Freitas durante o processo de remoção da Favela da Catacumba
Foto: Arquivo Nacional, Fundo: Correio da Manhã
BR_RJANRIO_PH_0_FOT_01671_021

Andaraí, Cascadura, Suburbana, Engenho da Rainha, Vigário Geral, Realengo, Castro Alves, Padre Miguel, altamente concentrados na Zona Oeste e em parcelas da Zona Norte distantes do Centro.

Esse conjunto de remoções representa um novo patamar da política remocionista, que tem seu ápice, não por acaso, no mesmo momento do auge da violência de Estado voltada contra as oposições. Dois destes casos são emblemáticos do grau de violência presente nestes processos.

O primeiro deles é o da Favela da Ilha das Dragas, localizada em uma pequena ilha na Lagoa Rodrigo de Freitas, em frente ao canal do Jardim de Alah, cuja remoção teve início em fevereiro de 1969. Os relatos jornalísticos da época dão conta de que desde o início houve violações de direitos vinculadas ao processo em curso, uma vez que os moradores estavam especialmente dispostos a resistir à saída forçada de suas casas. No entanto, quatro lideranças locais, Carlos dos Santos Jesus, Laureano Marins, João Ribeiro de Almeida e Nicanor Rios, foram sequestradas por homens armados e à paisana. As famílias buscaram pressionar o governo, tendo sido inclusive recebidas pelo governador Negrão de Lima. A CEV-Rio buscou pistas sobre estes casos, mas não obteve sucesso em localizar quaisquer registros das prisões. Os relatos jornalísticos e a literatura especializada não dão conta de informar com precisão se as lideranças reapareceram. Desta forma, embora não haja elementos suficientes para inserir os nomes nas listas oficiais de desaparecidos políticos, trata-se de um caso marcado por um grau de violência extrema. A estratégia de coerção funcionou e a favela foi completamente removida ainda no mês de fevereiro.

O segundo caso emblemático, este mais marcado na memória do Rio de Janeiro, é o da Favela da Praia do Pinto, localizada no Leblon, onde hoje é o condomínio de edifícios conhecido como Selva de Pedra. O anúncio de que esta favela seria removida foi feito logo após o fim do processo da Ilha das Dragas. No dia 12 de março de 1969, três diretores da FAFEG, José Maria Galdeano, Vicente Ferreira Mariano e Abdias José Santos, foram presos por agentes do DOPS sob a alegação de incentivarem os favelados a reagir contra a ordem de mudança [8]. Eles ficaram detidos no DOPS por dez dias, sendo transferidos, em seguida, para a 31ª Delegacia de Polícia. Além dos três dirigentes, o advogado da Federação também foi preso. Posteriormente, Abdias foi indiciado em um Inquérito Policial Militar (IPM) por pertencer à Ação Popular, e chegou a ser preso e torturado na Ilha das Flores.

Não obstante as prisões das lideranças, os moradores buscaram manter a resistência. Contudo, no dia 10 de maio daquele ano, um incêndio de grandes proporções atingiu a favela. O fogo destruiu cerca de 800 barracos, deixando mais de 4 mil pessoas desabrigadas. Destaca-se que a atuação dos bombeiros foi alvo de críticas por parte de moradores, os quais afirmaram que houve uma grande demora em sua chegada. Até os dias de hoje, não foi comprovado como se deu o início do fogo, mas a hipótese de ter sido um incêndio criminoso foi levantada muitas vezes. Segundo os jornais da época, o fogo teria deixado mais de 30 feridos. Fala-se, também, em mortos, nunca quantificados ou identificados. Após esse episódio, a remoção correu sem oposição, encerrando-se em 22 de julho de 1969.

É importante destacar que dois dias após a tragédia, mal apagadas as chamas, o Governo do Estado anunciava que a área destruída da favela seria urbanizada e posta à venda – a mesma área considerada inurbanizável poucas semanas antes [9]. Como efeito direto dos sequestros, prisões e incêndios ocorridos na Ilha das Dragas e Praia do Pinto, as remoções nos anos subsequentes das outras favelas

7. Decreto nº 62.654, de 3 de maio de 1968.

8. APERJ, Fundo: Polícias Políticas, Setor: Distritos, Notação: 5, fls.58-67.
9. Correio da Manhã, 13/05/1969.

do entorno da Lagoa e de outras áreas ocorreram praticamente sem oposição aberta.

Documentos localizados pela CEV-Rio, no Arquivo Nacional e no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, comprovam a atuação dos órgãos de informação e segurança da ditadura nos processos de remoção. No entanto, uma análise baseada somente nesta documentação, embora evidencie o esforço do Estado em garantir a efetivação desta política, não dá a dimensão do grau de violência sob o qual as remoções ocorriam. Nesse sentido, os testemunhos de pessoas que tenham passado por essas experiências são imprescindíveis para percebermos que as violações não se esgotam na participação das polícias políticas. Altair Guimarães descreve o momento da remoção da seguinte forma:

> *"Fomos tirados dessas comunidades [Favela do Pinto, Ilha das Dragas e Ilha dos Caiçaras] como animais. Na época, a COMLURB [10] tinha caminhões com janelinhas iguais as dos trens. O governo, a Polícia Militar e a COMLURB iam botando nossas coisas pra cima dos caminhões de lixo, metendo pé de cabra e marreta nos barracos, derrubando. Não respeitavam as crianças, não respeitavam os mais velhos e não é diferente hoje. A mesma coisa que acontecia na época da ditadura, acontece hoje[11]."*

Relato semelhante é o de Luiz Antônio, o Xavante da Rocinha:

> *"Eu era moleque, eu me lembro do fogo, rapaz, a gente lá da Igreja Santa Terezinha, porque nosso acesso era ali, e nossa comunidade era atrás. Eu era moleque ainda na época da remoção do Pasmado, acho que se deu em 67, por aí... eles removeram o povo e largaram o fogo. Morro do Pasmado era tudo barraco na época, coisa de doido. A remoção da comunidade Santa Terezinha se deu tranquila, não houve tumulto nem nada não, porque também não tinha como fazer tumulto, chegou um montão de polícia. Naquela época ali, estava no auge da coisa, então não tinha tumulto. Nosso barraco lá era um barraco de madeira, eu me lembro de cada brecha de quase um dedo. Saiu o último morador, eles botaram fogo... lá também eles queimaram. Botou os móveis do pessoal tudo em cima do túnel, naquela quadra, inclusive tinha na época, me lembro que ali tinha um... não sei se ainda existe lá... tinha uma sede de escoteiros e eles tinham um campo, ainda existe esse campo lá em cima do túnel. E ali o pessoal, cada um foi botando sua mudança, separadas umas das outras, e já tinha que descer com tudo. O pessoal da COMLURB, na época nem era COMLURB, que tava auxiliando na remoção do pessoal. Na época eram aquelas patrulhinhas, joaninhas, e muita polícia mesmo[12]."*

10. A empresa encarregada da limpeza urbana à época era a DLU – Departamento de Limpeza Urbana do Estado da Guanabara.
11. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Altair Guimarães para a CEV-Rio em 05/05/2015.

A presença militarizada do Estado no cotidiano das favelas

Para além da mobilização específica do aparato repressivo da ditadura no âmbito dos processos de remoção, o dia-a-dia das favelas foi marcado por uma constante presença das forças militares do Estado. Como já afirmado anteriormente, as incursões de forças policiais nas favelas não foram uma criação da ditadura. Entretanto, após o golpe de 1964, esta presença ganhou contornos específicos. Há duas justificativas principais mobilizadas pelo regime a fim de dar legitimidade à atuação do Estado nestes locais da cidade.

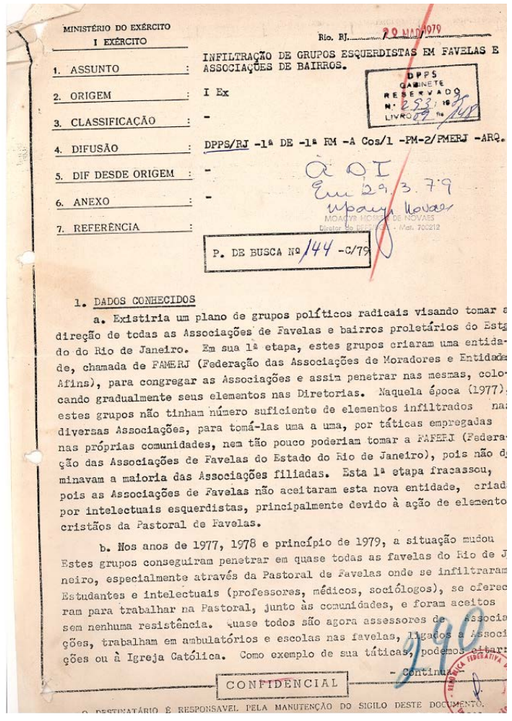
De um lado, a constante afirmação da propensão dos moradores de favelas à criminalidade, a qual possuía raízes já na Primeira República. De outro lado, o medo – propagado principalmente a partir do pós-II Guerra Mundial – de que os favelados poderiam atuar como base para uma revolução de caráter comunista. Do encontro desses dois elementos, resultou uma atuação policial bastante frequente, que esteve longe de se resumir ao assessoramento às operações de remoção. Consolidou-se, assim, uma presença não apenas ostensiva e repressiva, como também voltada para o desenvolvimento de uma ampla vigilância e de exaustivas investigações sobre os indivíduos e grupos politicamente atuantes nas favelas cariocas durante a ditadura.

12. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Luiz Antônio (Xavante) e Antônio Ferreira (Xaolin) para a CEV-Rio em 20/03/2015.

Dentre os principais alvos desta vigilância, destaca-se a tentativa de aproximação dos grupos de esquerda e da oposição armada à ditadura com as populações moradoras das favelas. Foram localizados documentos que comprovam o monitoramento de distintas associações de moradores, com o intuito de buscar conexões entre elementos considerados perigosos pela ditadura e os moradores das favelas. É fato que distintas organizações buscaram efetivamente uma inserção nestes locais. Pelo menos o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Ação Popular (AP) e mesmo grupos vinculados à luta armada, como a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), buscaram promover uma atuação nas favelas, de distintas maneiras.

Em fins dos anos 1970, a Federação de Associações de Favelas do Rio de Janeiro (FAFERJ), esvaziada após as prisões de seus dirigentes em 1969, passou por um processo de rearticulação, que foi intensamente acompanhado e monitorado pelos órgãos da ditadura. A participação do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, posteriormente, do Partido dos Trabalhadores (PT) no curso da reorganização da FAFERJ geraram uma grande preocupação para o regime. Destaca-se que na documentação analisada pela CEV-Rio, emerge com muita clareza um conjunto de afirmações pautadas na ideia de que os favelados não poderiam "estabelecer nenhum tipo de mobilização política, a não ser que fossem objeto da "manipulação" de terceiros".

Para além desta vigilância, mecanismos legais


MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
I EXÉRCITO

Rio, RJ, 29 MAR 1979

1. ASSUNTO : INFILTRAÇÃO DE GRUPOS ESQUERDISTAS EM FAVELAS E ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS.
2. ORIGEM : I Ex
3. CLASSIFICAÇÃO : -
4. DIFUSÃO : DPPS/RJ -1ª DE -1ª RM -A Cos/1 -PM-2/PMERJ -ARQ.
5. DIF DESDE ORIGEM : -
6. ANEXO : -
7. REFERÊNCIA :

DPPS GABINETE RESERVADO Nº 233 LIVRO 144

P. DE BUSCA Nº 144 -C/79

1. DADOS CONHECIDOS

a. Existiria um plano de grupos políticos radicais visando tomar a direção de todas as Associações de Favelas e bairros proletários do Est do do Rio de Janeiro. Em sua 1ª etapa, estes grupos criaram uma entida- de, chamada de FAMERJ (Federação das Associações de Moradores e Entidade Afins), para congregar as Associações e assim penetrar nas mesmas, colo- cando gradualmente seus elementos nas Diretorias. Naquela época (1977), estes grupos não tinham número suficiente de elementos infiltrados na diversas Associações, para tomá-las uma a uma, por táticas empregadas nas próprias comunidades, nem tão pouco poderiam tomar a FAFERJ (Federa- ção das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro), pois não d minavam a maioria das Associações filiadas. Esta 1ª etapa fracassou, pois as Associações de Favelas não aceitaram esta nova entidade, criad por intelectuais esquerdistas, principalmente devido à ação de elemento cristãos da Pastoral de Favelas.

b. Nos anos de 1977, 1978 e princípio de 1979, a situação mudou Estes grupos conseguiram penetrar em quase todas as favelas do Rio de J neiro, especialmente através da Pastoral de Favelas onde se infiltraram Estudantes e intelectuais (professoras, médicos, sociólogos), se oferec ram para trabalhar na Pastoral, junto às comunidades, e foram aceitos sem nenhuma resistência. Quase todos são agora assessores de Associa ções, trabalham em ambulatórios e escolas nas favelas, ligados à Associ ções ou à Igreja Católica. Como exemplo de sua táticas, podemos citar

CONFIDENCIAL - Continua

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTE DOCUMENTO

Pedido de Busca emitido pelo Iº Exército para a polícia política investigar a "infiltração" em movimentos de favela: para a repressão, os moradores não teriam capacidade de se organizar autonomamente
Crédito: APERJ, Fundo: Polícias Políticas, Setor: Comunismo, Notação:155

também foram elaborados para garantir o controle sobre as atividades associativas nas favelas. Desta forma, os decretos "N" nº 870 de 15/06/1967 e "E" nº 3330 de 03/11/1969, editados pelo governador Negrão de Lima, ganham destaque, na medida em que estabeleciam que as associações de moradores deveriam "funcionar prioritariamente como interlocutoras do poder público, e delineando mecanismos de intervenção da Secretaria de Serviços Sociais no funcionamento daquelas associações".

A Associação dos Moradores do Morro do Juramento teve sua diretoria destituída no ano de 1973 sob o argumento de que existiam "elementos esquerdistas infiltrados". Empossou-se, assim, uma junta governativa provisória. Destaca-se que a intervenção da Secretaria de Serviços Sociais foi acompanhada de perto pelas forças policiais [13]. A União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha (UPMMR) foi outra associação submetida à intervenção governamental. Neste caso, foram dez anos sem a realização de eleições para a composição de sua diretoria [14]. A prática das intervenções em sindicatos por parte da ditadura é amplamente conhecida, no entanto, é importante apontar para a sua efetivação também no âmbito das favelas.

A ditadura, contudo, não se limitou a vigiar, monitorar e pressionar as iniciativas de associativismo dos moradores de favelas. Na realidade, o cotidiano destes espaços da cidade foi marcado pela presença das forças de segurança do Estado. A título de exemplo, um panfleto da mesma UPMMR denuncia a forma de atuação das polícias na Rocinha:

> *"Pensávamos que a polícia já havia compreendido que blitz é uma besteira, que não resolve nada, só prejudica os trabalhadores. Pois todo mundo sabe que marginal não é preso em blitz, só trabalhador. Além disso, é preciso que todos entendam que a Rocinha não é covil de marginais. A Rocinha é um bairro operário, de 200.000 moradores, que compõem a maior parte da mão-de-obra da Zona Sul. (…) Mas parece que muita gente ainda não entendeu isto, e insiste em acusar os moradores da Rocinha (e de outras favelas) de marginais. Daí esta blitz monstro que fizeram na Rocinha, na noite do dia 28, 4a feira. Levaram inúmeros trabalhadores para a 14a D.P., onde passaram a noite amontoados nas celas;*
> *Nos últimos 3 anos, a UPMMR apresentou diversas queixas e denúncias sobre violências e arbitrariedades cometidas por policiais na Rocinha, tais como: cobertura sistemática dada a grileiros da favela, que procuravam se apossar das terras, expulsando famílias que lá viviam; invasão de barracos; arrombamento de residências; espancamentos de moradores e prisões ilegais; diversos tipos de extorsões cometidas contra trabalhadores ou marginais. Foram abertas algumas sindicâncias, que não deram em nada, devido à má vontade das pessoas que as dirigiam, e às pressões e intimidações feitas contra as testemunhas[15]."*

Sobre estas mesmas blitzes, Xavante afirma que:

> *"Naquela época as blitzes... usava o nome de blitz, aqui na comunidade, você tava deitado na sua casa, os caras entravam, não tinha esse negócio de mandado, nada não. Eles batiam, se não abrisse eles metiam o pé na porta. Entravam, se tivesse deitado era: "levanta, malandro". Amarrava e levava embora, entendeu? Era dessa forma que eles agiam aí. Desciam com a gente amarrado lá de cima. Botava no "coração de mãe", que era aquele carro, um ônibus todo cheio de grade que você entrava ali e ia para a delegacia. Aí ficava lá... a gente ia para a 15ª e 14ª. (...). Dentro dessa comunidade aqui, os caras quando entravam aqui entravam com olhar assim de: 'todo mundo é bandido'. Eu me lembro que eu fazia uma reforma, trabalhava numa reforma em Botafogo, eu comia marmita aqui no ponto do ônibus, do 547, ainda existia lá o amarelinho, o 46 e o 47. Aí eu ia pegar o ônibus, simplesmente os caras pararam, olharam na minha cara dentre outras pessoas que estavam ali e me prenderam. E eu fiquei aí no mínimo, rapaz, uma semana e meia. (...). Aquelas rondas, aquelas blitz dentro do morro, eles entravam com suporte militar, entrava e desciam com a gente amarrado tipo arrastão de peixe, que você joga aquele espinhal. Todo mundo amarrado na mesma corda, descendo o morro. (...) E quando dava dez horas da noite onde você estivesse, você tinha que correr da polícia [para entrar em casa], se você não corresse... depois de dez horas da noite os caras te prendiam e dependendo, se fosse preso na sexta-feira à noite, só saia na segunda-feira[16]."*

Outras favelas eram submetidas a procedimentos semelhantes, que às vezes ganhavam contornos ainda mais graves. Em 04 de julho de 1969, uma operação composta por cerca de 200 policiais resultou em mais de uma centena de prisões e detenções no Morro do Borel. Para efetuá-las, os policiais espancaram dezenas de moradores e quebraram os alto-falantes da associação local[17] .

Nota-se que diversas outras formas de violação são relatadas pelos testemunhos coletados pela CEV-Rio e identificáveis a partir da documentação estudada. Dentre elas, estão a limitação ao direito de circulação dos moradores – no interior das favelas e também em outros espaços da cidade, como o caso relatado à Comissão por moradores da Rocinha sobre a proibição de frequentarem certos espaços da Praia de São Conrado – bem como o cerceamento da expressão de sua identidade individual e coletiva, presente, por exemplo, no âmbito da perseguição aos bailes *black,* tema que será detalhado no capítulo 9 deste Relatório.

É importante ressaltar que não falamos aqui de casos isolados. As blitzes nas favelas eram de conhecimento da alta cúpula da ditadura. Prova disto é o informe dado pelo representante da Polícia Militar da Guanabara (PMEG) em uma reunião da Comunidade de Informações do I Exército, realizada em 12/08/1971, segundo o qual a PMEG iria "intensificar as batidas nas favelas, realizando-as da ordem de 3 a 4 vezes por semana"[18].

Dessa forma, ainda que não se possa dizer que esse vasto repertório de práticas condenáveis foi inventado durante a ditadura – nem tampouco foi abandonado com seu término –, é inegável que encontrou ampla cobertura por parte daquele regime, na medida em que se coadunava com parte importante de seus objetivos e métodos, especialmente no que se refere ao estabelecimento de um estrito controle sobre as classes subalternizadas. Sobrepondo-os dessa maneira, o regime ditatorial atuava de forma a perpetuar elementos historicamente relacionados às desigualdades que atravessam a sociedade brasileira, de forma a torná-los funcionais ao seu projeto de modernização capitalista. Para tal, como anteriormente afirmado, era crucial que as classes dominadas fossem mantidas sob forte vigilância e repressão, sendo instituídos pesados controles sobre seu associativismo e produzindo-se uma permanente sensação de insegurança, devendo redundar na acentuação de seu quietismo político.

13. APERJ, Fundo: Polícias Políticas, Setor: Sindicatos, Notação: 21, fls. 301-302.
14. VALLADARES, Lícia. "Favela, política e conjunto residencial". In: Revista Dados. No 12, Rio de Janeiro, 1976, p.76.
15. Trechos retirados, respectivamente, de APERJ, Fundo: Polícias Políticas, Setor: DGIE, Notação: 293 e 293A.
16. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Luiz Antônio (Xavante) e Antônio Ferreira (Xaolin) para a CEV-Rio em 20/03/2015.
17. Brasil Nunca Mais, Jornal Unidade Operária, No 2.
18. Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_37868_71.



Milhares de pessoas vão às ruas na Marcha, promovida pelo Movimento Negro, em maio de 1988 contra a farsa da Abolição
Foto: Januário Garcia

Capítulo 9 - COLORINDO MEMÓRIAS: DITADURA MILITAR E RACISMO[1]

Os séculos de escravidão do Brasil deixaram marcas profundas, muitas das quais luta-se ainda hoje para superar. Nosso passado colonial-escravista engendrou uma sociedade extremamente racista, em que negras e negros são recorrentemente alvos da violência do Estado. Durante a ditadura de 1964, esta violência foi aprofundada e ganhou contornos específicos. O objetivo é adotar uma perspectiva racial como lente de análise do regime ditatorial, para que não se reproduza a narrativa incolor que secularmente desempodera, encobre agências e invisibiliza negros e negras dos processos políticos de resistência no Brasil.

Interpretações sobre o Brasil formuladas no curso da década de 1930 buscavam apresentá-lo a partir de uma perspectiva de harmonia entre as raças. Segundo este mito da democracia racial, o país seria um modelo a ser seguido, um paraíso racial. No entanto, na década de 1950 foram difundidas teorias críticas a esta visão, que questionavam a ideia de democracia racial demonstrando que as relações raciais no Brasil eram marcadas por tensões e conflitos, preconceito e discriminação.

Destaca-se, contudo, que a ditadura adotou o mito da democracia racial como um de seus mecanismos ideológicos de controle. Esta visão fica evidente na análise de documentos produzidos pelos órgãos de informação e segurança no contexto da perseguição e monitoramento das mobilizações negras:

> *"Existe no BRASIL, já há alguns anos, embora com certa raridade, a intenção velada do movimento subversivo em suscitar o problema da discriminação racial, com o apoio dos órgãos de comunicação social. (...) O assunto se presta à ideia-força do movimento subversivo-terrorista, por ser sensível à nossa população e contrário à formação brasileira. É explosivo e aglutinador, capaz de gerar conflitos e antagonismos, colocando em risco a segurança nacional[2]."*

Pode-se perceber, a partir da análise deste trecho, que, de acordo com estes órgãos, o próprio questionamento do racismo seria gerador dos conflitos raciais. Este fragmento sintetiza o teor de um extenso conjunto documental localizado pela CEV-Rio, enviado da Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI) para a chefia do órgão, sob o título de "Racismo Negro". Trata-se de cerca de 400 páginas que revelam um intenso monitoramento de associações vinculadas à cultura negra, do movimento *black* e de pontos de encontro dos ativistas. A documentação contém, ainda, as listagens de organizações de esquerda que supostamente se apropriavam do discurso racial, de "infiltrados no movimento negro, com antecedentes subversivos" e de "pessoas de maior lastro cultural"[3] que estariam sendo responsáveis pela disseminação de ideias que negavam a harmonia racial do país.

A apropriação do mito da democracia racial por parte do regime reforçou a violência de Estado perpetrada contra os negros, atribuindo-lhe características próprias, que podem ser evidenciadas a partir de três eixos: violências estruturais de teor racista, mobilizadas por agentes do Estado e impactadas pelo incremento geral da violência vivenciado no

1. Este capítulo apresenta a pesquisa da Thula Rafaela de Oliveira Pires, em colaboração com a CEV-Rio. O texto na íntegra da pesquisadora se encontra disponível na mídia do Relatório e no site da CEV-Rio.

2. Arquivo Nacional, AC_ACE_78482_74.
3. Idem.

período; práticas adotadas pelo aparato repressivo da ditadura contra as articulações de combate ao racismo que foram se desenvolvendo no período; graves violações de direitos humanos sofridas por negros que militaram nas organizações políticas de esquerda, de forma a que sejam conhecidos ex-presos, mortos e desaparecidos negros do período e que seja desmistificada a ideia de que revolucionário não tem cor.

O racismo institucional e a violência estrutural

Durante a ditadura, com a crescente militarização do Estado, as violências cotidianas empregadas pelas polícias civil e militar contra a população negra intensificaram-se. É importante ressaltar que não há como separar a violência histórica e estrutural contra negros da violência própria do regime militar, uma vez que todo o aparato repressivo se encontrava subordinado ao comando das Forças Armadas.

Blitzes, prisões arbitrárias, invasão a domicílio, expropriação de seus lugares de moradia (através de remoções), tortura física e psicológica, além do convívio com a ameaça latente dos grupos de extermínio marcaram a realidade de homens e mulheres negros, principalmente dos moradores de favelas, do subúrbio e da Baixada Fluminense. Tratava-se da implementação pelo Estado de uma política criminal enraizada no colonialismo escravocrata brasileiro.

No que diz respeito aos grupos de extermínio ou esquadrões da morte, um levantamento da Secretaria de Segurança Pública mostra que entre 1956 e 1962 ocorreram seis homicídios com características de execução sumária na região de Nova Iguaçu, Belford Roxo, Mesquita e Queimados[4]. No período que vai de 1963 a 1975, foram 654 casos. Já nos primeiros seis meses de 1975, registram-se 198 casos. Um caso exemplar da atuação destes grupos é o da Invernada de Olaria, onde Aurora do Nascimento, militante da Ação Libertadora Nacional (ALN) foi torturada e morta, o que demonstra inclusive as complexas teias que interligam os esquadrões da morte e a repressão política.

As *blitzes*, por sua vez, foram um elemento central da violência de Estado nas favelas. Embora este tipo de ação policial tenha sido ainda mais truculento nas favelas e nos subúrbios, os depoimentos colhidos pela CEV-Rio demonstram que as "duras" policiais, frequentes em todas as áreas da cidade, explicitam o racismo institucional das forças de segurança. O relato de Asfilófio de Oliveira, o Dom Filó, fundador da equipe de som Soul Grand Prix, mostra como a aparência, descrita a partir da cor da pele, do tipo de cabelo e dos usos de indumentárias vinculadas à expressão da identidade negra, intensificava a violência policial nas chamadas duras:

> *"A gente recebia alguns pentes manufaturados, na época os garfos...porque inicialmente tinha que produzir, tirar alguns aros de bicicleta e fazer o pente. E a gente fazia dez por mês e a polícia levava os dez, porque para eles aquilo era uma arma. Então aquilo era complicado, porque meu cabelo era grande, então eu precisava de um aro que eles achavam ... o arame tinha tipo 30 centímetros, porque quanto maior melhor, só que para eles aquilo era considerado uma arma. Então você andava com aquilo dentro do cabelo, eles vinham e tomavam da gente, levavam aquilo, etc. (…) não era direto, não era encomendado. Era repressão policial natural, aquela natural, entendeu? Ou seja, olha, como é que era a juventude naquela época? A gente saía do baile andando. Não tinha bonde e não tinha lotação. Você curtia, saía da Praça Saens Peña até a Praça Sete a pé. (...) A polícia vinha e dava aquela geral nos jovens para ver se ele... qual a arruaça que eles fizeram? Era assim. Mas isso não era só negro não, era geral. Mas para o preto era... ele já era culpado de cara. Ele já era de cara culpado. Então a primeira geral era nele. Já manda encostar. Naquela época era encostar na parede, era assim a abordagem. E era constante. Então a partir do momento em que o visual daquele negro muda, agride a esse policial. Ainda mais os policiais negros, os capitães do mato que chegam e acham que tem que priorizar, tripudiar em cima daquele negro, entendeu? Então essas abordagens passam por aí[5]."*

No contexto desse tipo de ação, um expediente usualmente mobilizado pelas forças de segurança era a prisão arbitrária sob a justificativa do crime de vadiagem. O depoimento da liderança da associação de moradores da Rocinha, Luis Antônio, conhecido como Xavante, descreve como se dava esse tipo de violência:

> *"Eu ganhei uma vadiagem. Vadiagem na gíria era "jacaré". Se você entrasse em cana em um ano cinco vezes, você ganhava duas semanas de cadeia. E como novo eu sempre andei, sempre saía pros bailes aí e a gente sofria com isso. (...) então quer dizer, a Rocinha, e dentro dessa comunidade aqui, os caras quando entravam aqui entravam com olhar assim de: 'todo mundo é bandido'[6]."*

O militar perseguido e expulso da Aeronáutica, Daílton Lopes Soares, ao relembrar sua infância em Duque de Caxias, mostra como os moradores da Baixada Fluminense eram alvos desse tipo de abordagem policial:

> *"Nós morávamos em Duque de Caxias. (…). Eu lembro, antes de eu entrar para o quartel, o meu pai ser humilhado várias vezes. Às vezes (...) ele saía e esquecia o documento em casa. E você sabe muito bem que naquela época tinha a lei de vadiagem. Lei de vadiagem, se você fosse encontrado sem documento, ainda que não tivesse assinada sua carteira [de trabalho], passava batido. Mas se você não tivesse carteira como documento, você era conduzido para a delegacia. Ele foi várias vezes para a delegacia, a gente ficava desesperado em casa. (...) às vezes meu pai ficava 48 horas sem aparecer em casa e a gente não sabia o porquê. E ele aparecia com as duas mãos inchadas: 'o que aconteceu, pai?', 'fui preso', 'mas por que?', 'porque eu tava sem documento, me levaram para a delegacia, eu falei que era trabalhador, mostrei a mão cheia de calo', 'a ordem aqui é a seguinte: qualquer pessoa que for presa sem documento, para não esquecer mais, tem que levar umas porradas com cassetete na mão'. Aí era obrigado a abrir a mão, e meu pai dizia que levava três em cada mão. Era com toda a raiva que eles davam. Dá vontade de chorar, sabe? Um cidadão sair para procurar emprego, esquecer o documento em casa, ser preso... até parecia que na época nosso país estava navegando em emprego. Estava faltando emprego na época da ditadura. Várias vezes meu pai foi preso, humilhado dessa forma, esculachado. Eu me lembro desses detalhes, minha mãe chorava, pedia para minha tia ficar com a gente para procurar meu pai[7]."*

Os trechos dos depoimentos destacados acima demonstram a herança escravista do racismo institucional da Polícia Militar. Ainda mais emblemática é a foto publicada na capa do *Jornal do Brasil*, no dia 30 de setembro de 1982, em que um policial "escolta" um grupo de homens negros amarrados por uma corda pelo pescoço, durante

4. ALVES, José Cláudio Souza. Assassinos no poder. Ação de grupos de extermínio dá lucro à contravenção e favorece a ascensão de políticos ligados ao crime na Baixada Fluminense. In Revista de História da Biblioteca Nacional, Edição n. 25, Outubro de 2007. Disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/revista/edicao/25>

5. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Asfilófio Oliveira Filho para a CEV-Rio em 07/07/2015.

6. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Luiz Antônio (Xavante) e Antônio Ferreira (Xaolin) para a CEV-Rio em 20/03/2015.

7. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Daílton Lopes Soares para a CEV-Rio em 23/07/2015.

blitz realizada no Morro da Coroa e da Cachoeira Grande, quase um século depois da abolição formal da escravidão. Intitulada "Todos Negros" e vencedora de um importante prêmio de jornalismo no ano seguinte, a fotografia de Luiz Morier ficou célebre por simbolizar a vigência desta herança ao mostrar a crueldade e a violência das forças de segurança contra aqueles homens negros.

Organização política e territórios negros na mira do regime

Se o racismo é uma característica histórica do Estado brasileiro, a resistência do povo negro a estas violências também sempre esteve presente. Nesse sentido, a década de 1970 viu florescer uma ampla mobilização político-cultural pautada na crítica ao racismo e à discriminação racial, que culminaria na criação do Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978. Dentre as entidades que objetivavam a denúncia e o enfrentamento das desigualdades raciais e da violenta expropriação do corpo negro e de sua trajetória histórico-política, podem ser citadas, por exemplo, o Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) em 1973, a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (SINBA) em 1974, o Instituto de Pesquisas da Cultura Negra (IPCN) em 1975, o Grupo de Trabalho André Rebouças em 1975 e o Centro de Estudos Brasil-África (CEBA) em 1975.

Os órgãos de informação acompanharam de perto a organização destes grupos, por entendê-los como uma ameaça aos pilares ideológicos do regime, notadamente ao mito da democracia racial. Destaca-se, dessa forma, que a luta antirracista foi – e assim o foi interpretada pelo regime militar – um movimento de contestação à ditadura.

É importante ressaltar que eram diversas as influências políticas e ideológicas, bem como as formas de organização e de ação das distintas entidades que foram se estruturando neste momento. No entanto, a ditadura dispensou a todas as organizações o mesmo tratamento e enquadramento, encarando-as a partir da ótica da subversão e da ameaça à segurança nacional. Exemplar, nesse sentido, é uma Informação produzida pelo SNI poucos dias depois da criação do MNU, em que é possível ler:

> *"Em 1976, os Órgãos de Informações tiveram suas atenções despertadas para a proliferação, nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, de Associações Culturais destinadas à propaganda da cultura negra no Brasil. (...). Para as organizações subversivo-terroristas o acirramento de antagonismos raciais é um meio útil a seus propósitos. (...). Durante o longo acompanhamento que os Órgãos de Informações vêm fazendo do assunto 'RACISMO NEGRO NO BRASIL' foi identificada uma expressiva quantidade de associações, institutos, clubes e sociedades congêneres que se propõem a defender os direitos do negro brasileiro 'marginalizado'. Algumas dessas organizações tiveram existência efêmera, outras não conseguiram aglutinar um número significativo de adeptos. Observa-se, também, nos grupos já organizados, a existência de elementos partidários da ação pacífica e partidários da ação violenta. (...). Embora não se constitua, no momento, em um "movimento de massa", o nível alcançado lhe confere evidente importância, com possibilidades de evoluir em proporções prejudiciais à ordem política e social. A grande bandeira, já identificada, qual seja, a de que o capitalismo impede a ascensão do negro (política-social e econômica) na sociedade poderá aglutinar não só as pessoas de cor descontentes como, também, grupos esquerdistas atuantes, interessados em obter vantagens políticas por intermédio do "movimento negro" [8]."*

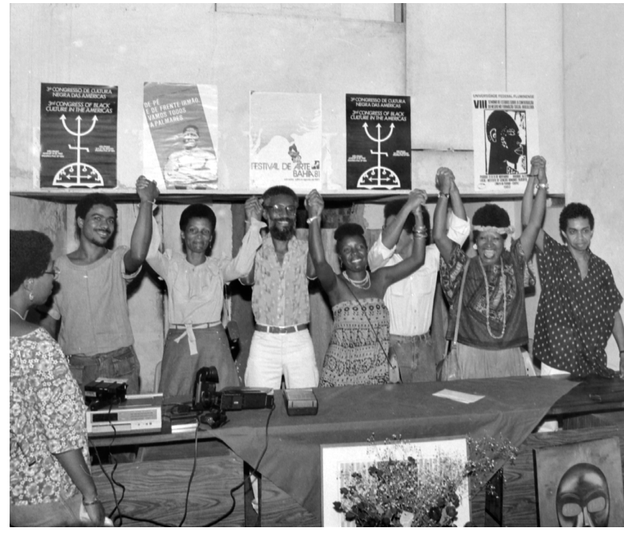
8. Arquivo Nacional, SNI: AMA_ACE_2671_82

Uma entidade que recebeu atenção especial por parte do regime foi o Instituto de Pesquisas da Cultura Negra (IPCN). Dentre a vasta documentação localizada pela CEV-Rio sobre o IPCN, destaca-se a chamada "Operação IPCN", em que é relatado o monitoramento feito por agentes do DOPS a um evento sobre "Partidos Políticos e a Questão Racial" do Instituto. Ao relatório, o agente policial anexou duas publicações de organizações do movimento negro, chamando-as de "jornalecos".[9] Em um informe do Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), o IPCN é apresentado como o órgão coordenador das atividades da resistência negra no Rio de Janeiro[10]. Há, ainda, um documento que menciona um suposto financiamento internacional para a entidade, destaca a natureza jurídica do IPCN, nomeia seu corpo diretivo e membros fundadores, descreve as atividades realizadas pela associação cultural, assinala algumas entidades que mantém laços de colaboração com o IPCN (por exemplo, Câmara de Comércio Brasil África, Museu de Arte & Folclore do Rio de Janeiro, Centro de Estudos Afro Asiáticos, Grêmio Recreativo de arte negra e samba Quilombo e Afoxé Filhos de Ghandi) e, em seguida, dispõe: "Ressalte-se aqui o crescente espírito de luta do IPCN em prol da valorização (!) social do negro na comunidade brasileira"[11]. O desconforto do agente em relação à atuação do IPCN continua a ser explicitado em trecho posterior:

> *"O raciocínio seguido pelo IPCN, conduz a uma desvinculação do que até aqui foi observado em termos de história do negro no Brasil. Assim, tratam eles de desmistificar as datas históricas significativas para a compreensão da Cultura Negra (o 13 de maio, por exemplo), da forma como eram (!) apresentados, emergindo, modernamente, o fato da libertação dos escravos como uma obrigação, e não como um ato de caridade do SISTEMA.[12]"*

Todos os grifos são da versão original da Informação. As exclamações indicam com bastante propriedade a absorção, pelo agente, do mito da democracia racial e da "inadequação" da crítica antirracista no Brasil.

A produção destes documentos legitimou uma ação mais incisiva das forças de segurança contra o IPCN. Carlos Alberto Medeiros, um militar expulso da Força Aérea, que posteriormente integrou a organização, relatou à CEV-Rio casos de invasão à sede e roubo de documentos. Segundo ele, "era uma forma de dizer: 'estamos aqui'. Uma forma de advertência" [13].



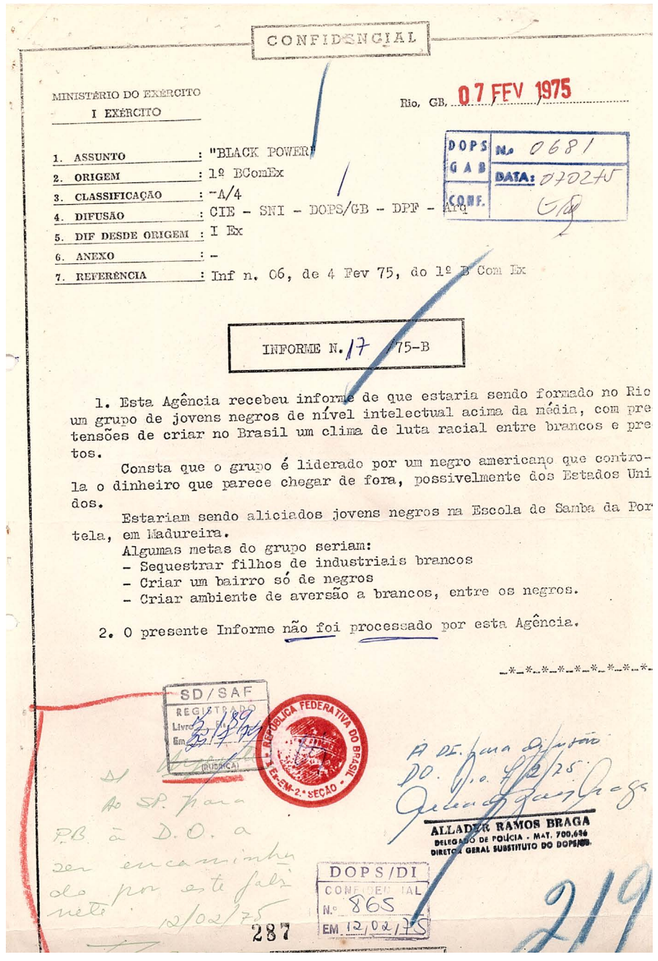
Posse da diretoria do Instituto de Pesquisa da Cultura Negra em 1983
Foto: Januário Garcia

9. Acervo CEV-Rio. Operação IPCN.
10. Arquivo Nacional, AMA_ACE_109622_76
11. APERJ, Fundo: Polícias Políticas, Setor DGIE, Notação: 296, p. 624.
12. Idem.
13. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Carlos Alberto Medeiros para a CEV-Rio em 09/07/2015.

Foi vasto o lastro de monitoramento pela ditadura das chamadas associações culturais, diante do argumento de que poderiam desestabilizar as relações sociais no plano interno e prejudicar a imagem do Brasil como país da cordialidade entre as raças no plano externo, ideia fortemente defendida pelo regime e capaz de nos colocar na condição de lugar sui generis na afirmação da igualdade. De acordo com a interpretação de Carlos Alberto Medeiros, as organizações negras e seus membros teriam sido "poupados" de violências mais drásticas exatamente para que não tivessem "provas institucionais" de violência racial que pudesse ser usada como evento catalisador de rebeliões negras mais amplas.[14]

Também na década de 1970, outro âmbito de articulação negra foi o chamado movimento *black*. A partir de influências da música soul norte-americana, mas também de lideranças políticas da luta por direitos civis naquele país, surgiram diversas equipes de som que organizavam eventos para milhares de jovens nos clubes dos subúrbios do Rio de Janeiro. Com todo o potencial de aglutinar multidões e de formar consciência racial na juventude negra, os bailes *black* estiveram na mira da repressão de diversas formas e em vários momentos.

Em um informe expedido pelo Iº Exército e encaminhado para o Centro de Informações do Exército (CIE), para o Serviço Nacional de Informações (SNI) e para o DOPS/GB em 1975, foram difundidas informações sobre a suposta formação de um grupo no Rio de Janeiro, "liderado por jovens negros de nível intelectual acima da média, com pretensões de criar no Brasil um clima de luta racial entre brancos e pretos"[15]. Segundo o documento, haveria indícios de que o grupo seria liderado por um negro norte americano e financiado por dinheiro que parecia chegar de fora, possivelmente dos Estados Unidos. Os jovens teriam como metas: "sequestrar filhos de industriais brancos; criar um bairro só de negros; criar um ambiente de aversão a brancos, entre os negros"[16]. A partir de sua difusão foram solicitadas sindicâncias "dado a importância do Informe e suas circunstâncias de possíveis explorações". [17] Agentes do DOPS/GB passaram a acompanhar de perto bailes e ações de pessoas ligadas ao movimento *black*. As idas de agentes aos bailes geraram Relatórios com uma minuciosa descrição dos gestos, das roupas, do tipo de música e das discussões feitas naqueles espaços. Em junho de 1975, os líderes da equipe de som *Black Power*, Paulo Santos Filho, Emilson Moreira dos Santos e Adilson Francisco dos Santos foram levados para prestar depoimentos na sede do DOPS/GB, no prédio da Rua da Relação.


CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
I EXÉRCITO

Rio, GB, 07 FEV 1975

1. ASSUNTO : "BLACK POWER"
2. ORIGEM : 1º BComEx
3. CLASSIFICAÇÃO : -A/4
4. DIFUSÃO : CIE - SNI - DOPS/GB - DPF -
5. DIF DESDE ORIGEM : I Ex
6. ANEXO : -
7. REFERÊNCIA : Inf n. 06, de 4 Fev 75, do 1º B Com Ex

DOPS GAB CONF. Nº 0681 DATA: 07/02/75

INFORME N. 17 /75-B

1. Esta Agência recebeu informe de que estaria sendo formado no Rio um grupo de jovens negros de nível intelectual acima da média, com pretensões de criar no Brasil um clima de luta racial entre brancos e pretos.

Consta que o grupo é liderado por um negro americano que controla o dinheiro que parece chegar de fora, possivelmente dos Estados Unidos.

Estariam sendo aliciados jovens negros na Escola de Samba da Portela, em Madureira.

Algumas metas do grupo seriam:
- Sequestrar filhos de industriais brancos
- Criar um bairro só de negros
- Criar ambiente de aversão a brancos, entre os negros.

2. O presente Informe não foi processado por esta Agência.

SD/SAF

ALLADYR RAMOR BRAGA
DELEGADO DE POLÍCIA - MAT. 700.656
DIRETOR GERAL SUBSTITUTO DO DOPS/GB

DOPS/DI CONFIDENCIAL Nº 865 EM 12/02/75

287

219

Informe confidencial do Iº Exército enviado para o DOPS solicitava o monitoramento dos bailes black e das equipes de som
Crédito: APERJ, Fundo: Polícias Políticas, Setor: DGIE, Pasta: 232

De acordo com o depoimento de Dom Filó, o recrudescimento da perseguição da ditadura aos bailes *blacks* se deu a partir de uma reportagem intitulada "O orgulho (importado) de ser negro no Brasil"[18] do *Jornal do Brasil* de 17 de julho de 1976, desqualificando o movimento, acusando-o de "imperialista", chamando a atenção das forças de repressão para a ameaça que se configurava à democracia racial e à segurança nacional. A tese de Filó é confirmada por um ofício enviado por um delegado de polícia ao diretor do Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE)[19] menos de uma semana depois da publicação da matéria. Segundo o delegado, a leitura da reportagem lhe causou "impacto, pelo sentido de oposição que, futuramente, poderá ser criado entre pessoas brancas e pretas". Para o agente, a miscigenação do povo brasileiro seria um "privilégio" e sempre teria existido, no país, "harmonia entre brasileiros, independente de raça e religião". Por fim, pergunta o delegado se "a exclusividade do tipo de música, a uniformidade no vestir e no calçar, não viriam a se constituir, mais tarde, um grupo também político e orientado no sentido de preconceito racial"[20].

Com efeito, após a publicação da matéria, o movimento *black* passou a ser ainda mais vigiado pelos órgãos de informação e segurança da ditadura. Um documento de outubro daquele ano, enviado pelo DGIE à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional busca fazer uma análise do movimento:

> *"Aqui no Rio muitos deles, em parte por emulação, em parte por esnobismo, mas visando sempre à obtenção do lucro, se vêm organizando em grupos ou conjuntos musicais a que dão nomes pitorescos ou bombásticos, em consonância com o exemplo americano. Assim, temos: "Soul Grand Prix", "Dynamic Soul", "Boot Power", "Black Power" e outros. (...) Por motivos óbvios, esses bailes são frequentados por pessoas de cor e em grande número graças à propaganda feita pelo rádio e pela afixação de cartazes em pontos diversos da cidade. (...) Apesar de o nosso movimento "Black Power" assumir certo caráter contestatório e discriminatório, à semelhança do seu homônimo americano, tal afluência de brancos, pelo menos até agora, não tem produzido incidentes. (...) Aqui no Rio o "Black Power" abriga algum sentimento contestatório e racista, conforme já dissemos, porém ainda sem grandeza nem profundidade, não logrando contextura sócio-política[21]."*

14. Idem.

15. APERJ, Fundo: Polícias Políticas, Setor: DGIE, Notação 232, p. 219.
16. Idem.
17. Idem.
18. "O orgulho (importado) de ser negro no Brasil". Jornal do Brasil, 17/07/1976.
19. Com a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, o DGIE se tornou a polícia política unificada do novo Estado do Rio de Janeiro.
20. APERJ. Fundo Polícias Políticas, Setor DGIE, Notação 252. p.9-10.
21. APERJ. Fundo Polícias Políticas, Setor DGIE, Notação 250. p.722-724

Dentre as falsas acusações formuladas pela repressão contra os movimentos negros estavam, por exemplo, o envolvimento de capital e membros estrangeiros; difusão de discriminação contra brancos ou guerra racial; drogas ou outros ilícitos nos bailes; material de crítica direta ao regime militar ou de propaganda comunista, entre outros. Na busca por fatos que incriminassem tais movimentos, ações mais incisivas ganharam terreno nos bailes, conforme atesta relato de Dom Filó:

> *"Aconteceram vários fatos, mas alguns que balançaram realmente. Foi quando nós fizemos o lançamento do nosso LP, fizemos o lançamento do LP pela Warner. Depois de ter fechado 10.000 pessoas no Portelão, depois de ter ocupado o Lespan na Avenida Brasil, aí resolvemos fazer o lançamento em um clube médio, que dava umas seis mil pessoas. Só que tinham 15. 9 mil fechando a Avenida Brasil. No Guadalupe Country Clube. Se vocês forem em Guadalupe, esse clube é na beira na Av. Brasil, aí tem uma passarela. Você imagina as pessoas dançando em cima daquela passarela, a Av. Brasil fechada, arrebentaram a porta do clube, a piscina estava vazia e eles dançaram dentro da piscina. Conclusão: a tropa de choque da Aeronáutica veio para dispersar. Foi um negócio terrível. Aí chegaram acendendo a luz, nós acendemos a luz. Aí o capitão veio caminhando com aqueles catarinas, na época eram aqueles catarinas, os caras não eram nem do Rio de Janeiro, todos amarelos, vermelhos, doidos pra bater. Aí quando ele veio na minha direção eu peguei o microfone, era um festival de equipes, estava na minha hora, uma hora da manhã mais ou menos, e eu falei: olha galera, vocês fiquem tranquilos porque a polícia... eu falei polícia, porque pra mim, quando eu vi, era polícia, mas não era polícia, era Aeronáutica, pior ainda, porque polícia a gente tinha um medo, era na época da Invernada de Olaria, um negócio mais barra pesada, a gente tinha medo da Invernada, que eram os sete homens de ouro, sumia mesmo, negócio barra pesada. Eu tinha mais medo da Invernada do que da Aeronáutica. Porque até então a aeronáutica para mim era outra história... enfim, ele chegou até o palco, eu peguei o microfone, fui acalmando, e ele chegou até mim e falou: "olha, muito obrigado, você fez um grande favor, me ajudou bastante, porque a ordem que eu tinha era para acabar com o baile e meter o pau em geral". Eu falei: "capitão, nós temos aqui 6 mil aqui dentro e lá fora deve ter o dobro, olha, por favor o senhor não faça isso. Não acaba esse baile agora não, deixa ele ir acabando devagarinho". E ele disse: "tudo bem, mas depois o senhor vai ter que me acompanhar". E eu: "quem vai ter que acompanhar? Eu? Eu não, o senhor tem que falar com o dono do clube. O clube que me contratou". Eu tinha o discurso todo já...[22]"*

Neste mesmo ano, na saída do clube Renascença – localizado no Andaraí, onde a equipe Soul Grand Prix se formou –, Dom Filó foi sequestrado pelos agentes da repressão:

> *"Saindo do baile, quando eu ia entrar no carro, meteram o capuz na minha cabeça e eu só vi estrelas. Me levaram dentro do camburão, dei algumas voltas. Pelo cheiro, pela umidade, mais tarde eu vim saber que era aquele quartel da Polícia do Exército, na Barão de Mesquita. Chegando lá me botaram em uma cadeira, tiraram o capuz, tinha muita luz, muita luz. Eles perguntavam onde estava o US$ 1 milhão, se eu era comunista. Aí apagaram toda a luz e falaram: agora você vai ver. Aí eu falei: se eu sumir, imagina o que vai ter aí na porta. Se um baile tem quinze mil, multiplica isso aí por 400 bailes que acontecem. Aí eles pararam, fizeram uma reflexão, me deixaram lá por um bom tempo. Aí me botaram no carro e me largaram no Lins[23]."*

Luiz Antônio (Xavante), em seu depoimento à CEV-Rio, também relatou as violências que sofreu por frequentar bailes soul à época:

> *"Teve uma época que eu me lembro muito bem, que a gente saindo do baile tinha aquela polícia naval que fazia ronda ali e a gente saiu e eles foram atrás da gente, entendeu? Correram, saíram atrás da gente, pegaram o nosso grupo, que a gente saía daqui da Rocinha e ia dançar lá pra aqueles lados. (...) E aí, rapaz, eu tinha um cabelo que era isso assim, era um black grande, e os caras cortaram nosso cabelo, deixaram a gente careca. (...) levaram a gente para dentro do quartel, deram um banho de água fria na gente (...). E ficamos lá até a tarde do outro dia. (...) Final da década de 70 (...), a gente pregava na época o fim da ditadura nos bailes, a igualdade. E o movimento black era discriminado. Diversas vezes, também, nesses bailes, você tinha a presença da PE [Polícia do Exército]. Às vezes a PE na porta também, monitorando ali. (...). Sempre nos finais do baile, ou no início (...) a viatura parava lá na porta. (...). Eles não olhavam a gente com bons olhos porque era um movimento que crescia, que pregava sempre a transformação, alertava, sinalizava ao povo que precisava de mudança. Os bailes, quando ia lá o Toni Tornado, Gerson King Combo, o negócio fervia, e sempre tinha lá, viaturas que chegavam e ficavam ali monitorando para ver se ia haver algum excesso, alguma coisa parecida. (...) Uma vez a gente foi ao Caramujo, lá em Niterói. Saímos de lá a base de porrada. (...) Era perigoso, a gente saía e não sabia se ia voltar, ou se ia entrar em cana, o que ia acontecer. (...). Lá na Penha cortaram nosso cabelo, deram banho na gente, era inverno, deram banho de água fria, água gelada. E você ficar em uma celinha menor do que isso aqui, tudo escuro e o cara chegava por cima... o cara depois de cortar nosso cabelo, depois de botar naquela cela nu, ainda por cima jogava água.[24]"*

No mesmo sentido, Daílton Lopes, expôs em seu depoimento que presenciou forças policiais monitorando os bailes que frequentou:

> *"Todo baile tinha alguém do serviço secreto, porque na verdade o que acontece, todo policial, podia ser ele militar, civil, era um agente deles. Então, as informações, eles sabiam de tudo. Vira e mexe na entrada do baile era revista. Nossos cabelos...todo mundo usava, pessoal que tinha cabelo assim igual ao meu, usava um garfo, como um pente. (...). e eles ficavam preocupados com nosso pente. Mas a gente não brigava entre nós não. Nosso baile a gente ia para curtir, para dançar, curtir a coisa do Toni Tornado, do James Brown, dançar um soul[25]."*

A partir dos depoimentos coletados pela CEV-Rio, o que se constatou é que a vigilância na porta dos bailes, as revistas policiais, as apreensões dos pentes, os cortes dos cabelos *Black Power*, as prisões arbitrárias, as torturas físicas e psicológicas, não se restringiram às lideranças das equipes de som ou do movimento *black*. Bastava frequentar os bailes para presenciar ou sofrer diretamente esses tipos de violações praticadas pelos agentes do Estado.

Deve-se esclarecer que a violência do Estado ditatorial contra territórios negros como, por exemplo, os quilombos, os terreiros das religiões de matriz africana, as escolas de samba, dentre outros, não pôde ser analisada. Isto porque a CEV-Rio não logrou colher depoimentos nem identificar documentos que abordassem essas violações específicas, mas entende a urgência de que estes temas sejam explorados em futuras pesquisas.

Botando o preto no branco

O objetivo deste último eixo de análise é colorir as memórias dos militantes engajados com projetos de esquerda, de forma que as futuras gerações testemunhem mais um período da história brasileira de luta pela liberdade, construída com sangue negro.

22. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Asfilófio Oliveira Filho para a CEV-Rio em 07/07/2015.
23. Idem.
24. Idem.
25. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Daílton Lopes para a CEV-Rio em 23/07/2015.

A suposta neutralidade das narrativas oficiais tem servido para naturalizar concepções equivocadamente difundidas acerca de um protagonismo branco, apagando da história determinados atores políticos negros e suas trajetórias de luta, expropriando de seus descendentes a possibilidade de se verem positivamente engajados nesses processos.

Dentre os nomes listados pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos políticos (CEMDP) há inúmeros negros[26]. A Comissão Estadual da Verdade de São Paulo, que também dedicou um capítulo de seu Relatório Final a esta temática, apontou para mais de 40 nomes[27]. Basta retomar alguns exemplos para evidenciar que os militantes negros estavam presentes em diversas frentes de atuação, como o movimento sindical, a luta armada e a guerrilha rural: Gerson Theodoro de Oliveira, militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) foi morto em 1971 nas dependências do DOI-CODI, no Rio de Janeiro; Geraldo Bernardo da Silva, sindicalista, se suicidou em decorrência de torturas sofridas em 1969 na Vila Militar; Osvaldo Orlando da Costa, o "Osvaldão", foi morto em 1974 na Guerrilha do Araguaia. Carlos Marighella, militante da Aliança Libertadora Nacional (ALN), que chegou a ser considerado o principal inimigo do regime, era negro e foi assassinado em 1969 em São Paulo. No final dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV), ficou conhecido o destino dado à ossada de Joel Vasconcelos dos Santos, um desaparecido político negro. Joel era estudante e militava no Partido Comunista do Brasil (PCdoB), além de desenvolver um trabalho de conscientização política no Morro do Borel. Em uma tarde, provavelmente a de 15/03/1971, quando panfletava naquela localidade, foi preso pela Polícia Militar. Passou por dois batalhões da PM e foi encaminhado para o DOI-CODI, onde foi torturado e morto. Joel foi enterrado como indigente nesse mesmo ano no Cemitério de Ricardo de Albuquerque.

Algumas das dimensões da violência contra negros, presos no estado do Rio de Janeiro, podem ser retiradas da análise dos dados tabulados pelo projeto de pesquisa Testemunho como Janela: O Perfil dos Atingidos e a Estrutura Repressiva do Estado Ditatorial no Rio de Janeiro a partir de Testemunhos dados à Comissão de Reparação do Estado do Rio de Janeiro, realizado pelo PPGHIS/UFRJ.

O projeto teve por objetivo digitalizar e analisar os processos avaliados pela Comissão de Reparação, com o intuito de traçar o perfil dos atingidos pelas ações repressivas e a estrutura do aparato repressivo local e regional. Portanto, trata-se de um universo documental limitado, com características bastante específicas. Uma análise qualitativa de 63 processos em que o atingido foi identificado como preto ou pardo (pela repressão ou pelo próprio) nos permite tirar algumas conclusões sobre a participação de pessoas negras na resistência à ditadura. Destaca-se que esses números não são exaustivos tendo em vista que outros negros, não identificados enquanto tal, podem constar entre os processos.

Há diversos relatos envolvendo tortura psíquica ou física, somando 43 casos sinalizados no breve inventário acima. Ressalta-se que para obter a reparação, os atingidos não precisavam ter sofrido torturas, de modo que houve requerentes que optaram por não revisitar este passado doloroso ao entrar com seus processos.

A maioria das prisões e demais violências ocorreu em virtude de engajamento do acusado em atividade sindical ou envolvimento com o Partido Comunista, critérios que não raras vezes foram sobrepostos. Outras "acusações" que motivaram as violações foram vinculação com entidades de esquerda ou referências abstratas à atividade subversiva, comunismo e participação em greves.

Aparecem, na amostragem, como lugares de violência mais frequentes os seguintes: DOPS (Niterói, Guanabara e Rio de Janeiro), DOI-CODI, Estádio Caio Martins, Centro de Armamento da Marinha, Ginásio Ypiranga Futebol Clube, Presídio de Ilha Grande, Arsenal da Marinha e Delegacias de Polícia. Dos casos relatados, em 42 as prisões e torturas ocorreram entre 1964 e 1968, o que demonstra ser expressiva a quantidade de violações de direitos humanos perpetradas pelo regime contra negros nos primeiros anos após o golpe, notadamente contra aqueles que tinham algum engajamento sindical ou junto ao Partido Comunista.

O levantamento e o destaque a essas informações são importantes na medida em reforçam a necessidade da recuperação da memória sobre algumas trajetórias de militantes negros que, envolvidos com entidades de esquerda, foram vítimas de graves violações de direitos humanos. Cumpre ressaltar que houve milhares de outros negros que se engajaram nesse tipo de luta, cujas histórias de vida e de resistência devem ser também lembradas e referenciadas.

A despeito do controle por parte da ditadura e das tentativas de impossibilitar a atuação do movimento negro, as entidades de articulação negra e de combate ao racismo se fortaleceram ao longo das décadas de 1970 e 1980. A resistência que ocorreu primeiramente no campo cultural, aumentou sua carga de contestação política e antes mesmo da redemocratização do país, com as eleições estaduais de 1982, a militância negra teve a oportunidade de partilhar o poder em alguns Estados, como Rio de Janeiro e São Paulo. Foram criados núcleos negros nos partidos políticos mais influentes surgidos após a extinção do bipartidarismo e os organismos estatais procuraram absorver algumas das reivindicações da militância. Nesse contexto, o movimento negro possuiu papel destacado no processo de redemocratização e na Assembleia Constituinte de 1987-1988.

Em 1988, o movimento negro organizou uma grande marcha no Rio de Janeiro, com o objetivo de denunciar a chamada farsa da abolição, conforme atesta Januário Garcia, à época presidente do IPCN. Seu relato evidencia que as práticas arbitrárias de repressão às mobilizações prosseguiam, ainda no ano da promulgação da chamada Constituição Cidadã:

> *"Em 88, nós fizemos uma marcha no 13 de maio, a marcha da farsa da abolição, que foi um negócio tão forte que o 4º Exército saiu às ruas com os carros urutus para nos reprimir porque a gente havia levantado uma questão muito importante naquela época que foi a guerra do Paraguai. A gente levantou a questão dos pelotões de negros que foram à guerra do Paraguai sem armas, descalços, que Caxias botou para morrer. E havia em Caxias, o bispo Dom Hipólito, que levantou a questão de mudar o nome do município de Caxias porque ele era um sanguinário. Aí o frei David que era o pároco da Igreja de São João de Meriti, falou que nós íamos fazer uma marcha da Candelária até o monumento de Zumbi. Mas que íamos fazer uma parada em frente ao Panteon de*

26. BRASIL. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Direito à Memória e àVerdade. Secretaria Especial de Direitos Humanos: Brasília, 2007.
27. SÃO PAULO. Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade "Rubens Paiva". Perseguição à população e ao movimento negros. Tomo I, Parte II. Disponível em: http://verdadeaberta.org/relatorio/tomo-i/downloads/I_Tomo_Parte_2_Perseguicao-a-populacao-e-ao-movimento-negros.pdf.

Caxias e quebrar o pau. Bastou, minha amiga. Foi o Exército vir todo para rua. Tinha centenas de pessoas, muita gente. A gente estava na Candelária e neguinho que chegava, chegava no máximo à Uruguaiana porque não dava para vir mais. E o Exército colocou gente na Central do Brasil, em todos os lugares, qualquer um que estivesse com um papel na mão, com a bandeira na mão, nego tomava mesmo, batia, tomava. Então, chegou na hora, veio o comandante, não sei se era um coronel, não me lembro, e ele disse que a gente não podia seguir em direção ao monumento do Zumbi, disse que a gente tinha que seguir em direção à Cinelândia. E a gente falou que não, disse que ia. Ele disse que ia nos impedir, não sei o quê, não sei o quê. E naquele momento eu entro naquela discussão, eu era o presidente do IPCN na época e essa reunião toda foi feita dentro do IPCN, toda a articulação foi feita dentro do IPCN e eu respondia politicamente pelo IPCN na época, aí eu falei, coronel, é o seguinte, nós vamos marchar até aonde o racismo do Exército permitir, mas nós vamos nessa direção. E fomos, fomos até certo ponto. Quando a gente chegou lá, mas tinha um aparato de policiais, que não dava, uma barreira, tinha carro de combate, tinha tudo, não dava para seguir[28]."

O depoimento acima é emblemático do que se buscou relatar ao longo deste capítulo. Fruto do legado colonial-escravista para as forças de segurança, as violências perpetradas contra a população negra não se iniciaram em 1964, mas ganharam contornos específicos durante a ditadura. A posterior transição para um regime democrático não possibilitou a superação do racismo institucional, permitindo que até hoje a população negra seja alvo privilegiado da violência de Estado.



A Polícia Militar do Rio mobilizou forte aparato repressivo para impedir a continuidade da Marcha de 1988
Foto: Januário Garcia

28. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Januário Garcia para a CEV-Rio em 02/05/2015.

Capítulo 10 - MULHERES NA LUTA CONTRA A DITADURA: O TERROR DO ESTADO E A VIOLÊNCIA SEXUAL[1]

A violência de Estado tem gênero?

Somente neste início de século a questão de gênero aparece nos processos da Justiça de Transição e passa a ser investigada nas Comissões da Verdade, em diversos lugares do mundo. Antes da década de noventa, a violência sexual e a experiência de mulheres vítimas dos conflitos políticos eram ignoradas ou sua importância, menosprezada. Nas Comissões da Verdade da Argentina (1983) e do Chile (1990), a categoria de gênero não foi considerada na apuração das violações de direitos humanos e seu impacto sobre as mulheres.

O assunto tomou relevância em anos recentes e Comissões da Verdade de vários países se debruçaram sobre ele, passando a adotar abordagens diferenciadas do tema a partir de três enfoques. A Comissão Nacional para a Reconciliação do Ghana (CNR), estabelecida em 2002, incorporou o gênero como prisma em todas as suas atividades, desde a seleção até a capacitação dos seus assessores e pesquisadores. Já a *Comision para la Verdad y La Reconcilicion y los Derechos Humanos* do Peru (CVR, 2002) escolheu estabelecer uma unidade especial para destacar o enfoque de gênero. A Comissão para a Recepção, a Verdade e a Reconciliação do Timor-Leste (CEVR, 2001) adotou um "terceiro tipo" de abordagem do tema baseado num "enfoque combinado", numa perspectiva voltada não só para a violência sexual, mas também para a compreensão das diferentes experiências das mulheres enquanto vítimas de violações de direitos humanos. Uma unidade especial dedicada a este tipo de investigação foi criada e estendida às demais unidades da Comissão.[2]

No Brasil, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) criou um Grupo de Trabalho sobre Violência de Gênero. O GT pesquisou a violência contra a mulher, suas consequências e impactos, incluindo a violência sexual, para "dar visibilidade ao sofrimento das mulheres diretamente envolvidas no conflito, daquelas que participaram de movimentos de resistência e daquelas cujos familiares foram mortos ou seguem desaparecidos"[3].

Para a Comissão da Verdade do Rio, a importância do tema surgiu após reunir uma série de depoimentos reveladores de aspectos peculiares da violência sofrida por mulheres na ditadura militar. Este capítulo, portanto, não existiria se não fosse pela coragem das mulheres que, em depoimentos públicos e privados, mostraram como a diferença de gênero balizou a perseguição e a violência por elas sofrida naquele período.[4] O conjunto dos depoimentos evidencia como a violência de Estado foi estruturada, durante o regime militar, a partir das convenções sociais acerca dos papéis atribuídos aos homens e às mulheres, os quais diferenciam, hierarquizam e discriminam as pessoas, suas obrigações, oportunidades e liberdades.

1. Este capítulo apresenta a pesquisa da Natacha Nicaise, em colaboração com a CEV-Rio. O texto na íntegra da pesquisadora se encontra disponível na mídia do Relatório e no site da CEV-Rio.

2. Nesiah, Vasuki. *Comisiones de la Verdad y Género: Principios, Políticas y Procedimientos*. New York: International Center for Transitional Justice 2006.

3. Documento de apresentação dos planos de trabalho do GT Ditadura e Gênero da CNV. Disponível em http://www.cnv.gov.br/images/pdf/grupos_trabalho/CNV_REUNIAO_AMPLA_Genero_250313.pdf

4. Agradecemos a todas as mulheres que prestaram depoimento a Comissão da Verdade do Rio, revelando aspectos importantes da luta empreendida contra a ditadura, bem como as violações de direitos humanos às quais foram submetidas. Foram utilizados depoimentos colhidos também pelas Comissões Municipais da Verdade e ainda em atividades realizadas em parceria com a Comissão Nacional da Verdade.

Luta feminina: uma transgressão múltipla

As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por um profundo questionamento em relação ao papel tradicionalmente destinado à mulher na sociedade. O avanço das lutas feministas ao redor do mundo levaram a mudanças nos costumes e no comportamento feminino que se fortaleceram com o surgimento da pílula anticoncepcional, colocando em xeque antigas concepções sobre a relação da mulher com a universidade, com o mercado de trabalho, com o espaço da política e com seu próprio corpo.

Paralelamente às denúncias e aos avanços das lutas feministas em vários países, no Brasil as desigualdades históricas de gênero foram acirradas pela ditadura que se utilizou de métodos extremamente violentos contra as mulheres que ousaram subverter os estereótipos femininos de dependência e submissão ao se engajar nas organizações de esquerda. Neste capítulo será analisada, portanto, a violência de Estado que atingiu militantes jovens (entre 18 e 25 anos), trabalhadoras, estudantes secundaristas e universitárias, nos locais de prisão e tortura do Estado do Rio de Janeiro[5].

Ao ingressarem na política, elas tiveram que enfrentar preconceitos nas próprias famílias e nas organizações de esquerda onde atuavam. A discriminação, baseada em valores morais acerca do lugar da mulher na sociedade, manifestou-se de forma mais intensa quando as militantes foram arbitrariamente detidas e torturadas pelas forças repressivas, uma vez que a violência sexual e demais torturas às quais foram submetidas evidenciavam as diferenças e hierarquias de gênero embutidas nos padrões de dominação masculina.

Por ousarem romper com os papéis de gênero da época, a luta das mulheres contra a ditadura foi encarada pelos agentes da repressão como multiplamente transgressora. Além da acusação de "terroristas" e "subversivas", que representavam uma ameaça à ordem do Estado, elas estavam, acima de tudo, transgredindo os papéis que tradicionalmente lhes eram designados – a saber, de dona de casa, mãe e esposa – ao ocuparem um lugar no espaço público convencionalmente destinado ao homem: a política.

A partir dos relatos das ex-presas políticas que testemunharam perante as Comissões da Verdade, é possível traçar alguns padrões de percepção dos papéis de gênero por parte dos agentes do Estado, responsáveis pelas prisões ilegais e torturas. O depoimento de Estrela Bohadanna, militante do movimento secundarista, presa em 1970, no Rio de Janeiro, aos 19 anos, mostra que antes de ser torturada por sua atuação política, por sua convicção ideológica e/ou por representar perigo à segurança nacional, o foi por ser mulher e atuar politicamente em organizações de esquerda:

> *"Havia um desprezo por parte deles. Junto com a ideologia, vinha essa humilhação pelo fato de ser mulher, como se a gente estivesse extrapolando nosso papel de mulher. O tom era de "por que você não está em casa, ao invés de estar aqui? Por que você perde tempo com coisas que não lhe dizem respeito?". Era como se você merecesse ser torturada porque estava fazendo o que não devia ter feito.[6]"*

O tratamento dispensado pelos torturadores às militantes, visando ao disciplinamento de seus corpos e comportamentos, evidencia a assimetria de poderes entre homens e mulheres. Os estereótipos de gênero atrelados ao feminino e masculino e seus respectivos atributos de fraqueza e de força, também eram explicitados quando, durante as sessões de interrogatório e tortura, os agentes destacavam que se as mulheres ousaram desafiar as forças de segurança, elas também estariam aptas a suportar o uso da força física masculina contra elas. A concepção de masculinidade sustentada pelos agentes da repressão envolvia a obrigação de resistir ao sofrimento físico e, nesse sentido, nos locais de prisão e tortura, o corpo da mulher desafiava o estatuto cultural de "inferioridade física" para tornar-se igual ao do homem.

A violência se organizava por meio da hierarquia de gênero, com todos os estereótipos embutidos, especialmente o referido à sexualidade. Nos interrogatórios e na tortura, eram recorrentes o uso, pelos agentes da repressão, de termos como "puta", "galinha", "prostituta", "vagabunda", com os quais insultavam as presas políticas (no âmbito subjetivo da sua sexualidade) por terem ingressado na luta política e, consequentemente, se afastado dos papéis convencionais de esposa e mãe.

As mulheres que sofreram diretamente violações de direitos humanos durante a ditadura, e prestaram testemunhos às comissões da verdade, centraram seus relatos em três grandes temas abordados a seguir: as técnicas de torturas e a violência sexual, esterilização, aborto e maternidade e os labirintos e silenciamentos da memória no corpo torturado.

Métodos de tortura e a violência sexual contra a mulher

Além de insultos e ameaças sexuais, a repressão usou contra as mulheres métodos de tortura como: nudez forçada, choque elétrico na vagina, nos seios, na língua, nas mãos (acentuados com jorros de água fria que potencializavam a descarga elétrica), golpes no abdômen, telefone sem fio, pau-de-arara, isolamento em solitárias, celas geladas, com músicas e ruídos ensurdecedores, roleta russa, queimaduras de cigarro e de cano de descarga de motocicleta. Em alguns casos, os torturadores pisoteavam as costas das presas com coturnos, davam pontapés, espancavam com cassetetes, usavam animais durante as sessões de tortura (cães lambendo feridas, baratas dentro da vagina, jacaré passeando pelo corpo desnudo) abusavam e estupravam os corpos imobilizados.

O conjunto dos depoimentos coletados atesta que a tortura, longe de ser um ato de violência irracional, foi um instrumento de poder e dominação meticulosamente pensado, estudado e administrado por homens, agentes do Estado.

Os corpos femininos, além de violados por meio de técnicas específicas, serviram como cobaias em aulas de tortura, ministradas a soldados do Exército, com o acompanhamento de médicos . Conforme revela o depoimento de Dulce Pandolfi, durante o primeiro Testemunho da Verdade realizado pela CEV-Rio:

> *"No dia 20 de outubro de 1970, dois meses depois da minha prisão [no DOI-CODI] e já dividindo a cela com outras presas,*

5. De acordo com a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva" durante a ditadura verificou-se ainda campanhas criminosas de controle de natalidade direcionadas às mulheres de setores pobres, urbanos e rurais, em várias regiões do país, com a prática de esterilização forçada incentivada nas secretarias de saúde dos estados pela Bemfam (Sociedade Civil de Bem Estar Familiar), organização norte-americana, criada em 1965. São, também, inúmeros os registros de violações direcionadas às mulheres indígenas e camponesas, a partir dos planos de desenvolvimentos que visavam a integração econômica e social do país. Expulsões das terras, disseminação de doenças, violência sexual, escravização e mortes são alguns dos crimes contra a mulher em território nacional. Retirado do Relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo - "Rubens Paiva".Tomo I. Parte 2. "Verdade e Gênero".

6. Acervo CEV-Rio. Depoimento de Estrela Bohadana para a Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda, em 07/03/2014.

servi de cobaia para uma aula de tortura. O professor, diante dos seus alunos fazia demonstrações com o meu corpo. Era uma espécie de aula prática, com algumas dicas teóricas. Enquanto eu levava choques elétricos, pendurada no tal do pau de arara, ouvi o professor dizer: "essa é a técnica mais eficaz". Acho que o professor tinha razão. Como comecei a passar mal, a aula foi interrompida e fui levada para a cela. Alguns minutos depois, vários oficiais entraram na cela e pediram para o médico medir a minha pressão. As meninas gritavam, imploravam, tentando, em vão, impedir que a aula continuasse. A resposta do médico Amilcar Lobo, diante dos torturadores e de todas nós, foi: "ela ainda aguenta". E, de fato, a aula continuou. A segunda parte da aula foi no pátio. O mesmo onde os soldados diariamente, faziam juramento à bandeira, cantavam o hino nacional. Ali fiquei um bom tempo amarrada num poste, com o tal do capuz preto na cabeça. Fizeram um pouco de tudo. No final, avisaram que, como eu era irrecuperável, eles iam me matar, que eu ia virar "presunto", um termo usado pelo esquadrão da morte. Ali simularam o meu fuzilamento. Levantaram rapidamente o capuz, me mostraram um revolver, apenas com uma bala, e ficaram brincando de roleta russa. Imagino que os alunos se revezavam no manejo do revolver porque a "brincadeira" foi repetida várias vezes[7]."

Nessa mesma audiência pública, realizada na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), Lucia Murat, presa pela segunda vez em 31 de março de 1971 e encarcerada ao longo de três anos e meio, também prestou o seu testemunho, relatando as torturas sexuais sofridas quando levada de volta ao DOI-CODI, em 1971:

> *"Puseram baratas passeando pelo meu corpo. Colocaram uma barata na minha vagina. Hoje, parece loucura. Mas um dos torturadores, de nome de guerra Gugu, tinha uma caixa onde ele guardava as baratas amarradas por barbantes. E através do barbante ele conseguia manipular as baratas no meu corpo. (...) Acho isso muito importante porque demonstra também que essa equipe de torturadores estudava os métodos que eles, eufemisticamente, chamavam de 'técnica de interrogatório'. Não era simplesmente uma explosão de um sádico de plantão (...). Foi nesse quadro, na volta, que o próprio Nagib [Risacala Corbage] fez o que ele chamava de 'tortura sexual científica'. Eu ficava nua, com um capuz na cabeça, uma corda enrolada do pescoço passando pelas costas até as mãos, que estavam amarradas atrás da cintura. Enquanto o torturador ficava mexendo nos meus seios, na minha vagina, penetrando com o dedo na vagina, eu ficava impossibilitada de me defender, pois se eu movimentasse meus braços, para me proteger, eu me enforcava e instintivamente voltava atrás. Ou seja, eles inventaram um método tão perverso em que, aparentemente nós não reagíamos, como se fôssemos cúmplices de nossa dor. Isso durava horas ou noites, não sei bem[8]."*

O método denominado pelo próprio torturador como "tortura sexual científica", explicita o caráter sexista da formação policial e afirma a dominação masculina no ato de produzir humilhação, dor e sofrimento ao corpo feminino imobilizado. Por meio da introdução de objetos e animais nos órgãos genitais e reprodutores e da manipulação das partes íntimas, foram violadas sexualmente inúmeras mulheres que ousaram lutar contra a ditadura.

O relato de Rosalina Santa Cruz, presa em 3 de dezembro de 1971, informa o sentimento de desespero, de submissão e de dependência em relação aos homens torturadores que se fizeram "donos da sua vida e da sua morte", durante as sessões de tortura no DOPS. Em suas palavras:

> *"Éramos torturadas por homens, porque não tinha mulher torturadora. Eles nunca acharam que a mulher podia ser digna de tal papel. Porque não tinha mulheres fazendo, no Brasil, pelo menos eu não tenho nenhum relato que tenha tido mulheres que participaram diretamente da tortura. (...) O que eu senti, logo nessa primeira experiência, é que aquele homem, ele era senhor da minha vida, da minha morte. Ele tinha o poder da minha loucura, da minha sanidade, da perda ou não da minha dignidade. Eu dependia dele. Eu não sabia do meu limite, porque quando eu entrei, eu não tinha noção (...) achava que podia dominar a situação. Naquele momento eu sabia que tinha que buscar forças ou subterfúgios para garantir a minha dignidade[9]."*



Primeiro Testemunho da Verdade da CEV-Rio contou com os depoimentos de Dulce Pandolfi e Lucia Murat no Plenária da ALERJ
Crédito: Gabriel Telles/ALERJ

Frente à dor, ao horror e à brutalidade da tortura, os relatos de mulheres torturadas remetem à sensação de perda de controle do próprio corpo. Tremedeiras, a incapacidade de sentir dor física e a impossibilidade e o desespero de não poderem provocar sua própria morte foram sensações e sentimentos abordados em testemunhos que remetiam ao distanciamento em relação ao próprio corpo. O afastamento de si mesma, a perda da individualidade e a quebra da subjetividade foram resultados dessa ruptura produzida nos corpos torturados e encarados, muitas vezes, como derrotas políticas[10].

Diante do silêncio dos presos políticos que, apesar de submetidos a interrogatórios, não entregavam o "ponto", o "aparelho" ou a organização da qual faziam parte, um método recorrente dos torturadores para fazê-los falar foi exibir a dor e o sofrimento do corpo torturado da mulher frente a seus companheiros de militância e/ou namorados. O relato de Estrela Bohadanna sobre as torturas sofridas no 1º Batalhão de Infantaria Blindada de Barra Mansa evidencia tal prática:

> *"Teve uma sessão de tortura, na qual chamaram o padre Natanael e eu nua, toda amarrada em fio. E eles diziam para o padre me olhar. E o Nataneal não queria me olhar de jeito nenhum... e ele era torturado barbaramente por não me olhar. Até que eu disse: padre, pode me olhar, porque eu me sinto tão coberta, tão vestida, que eu não tenho vergonha. Eu me sinto vestida pelos meus sonhos, pelo meu ideal, pela crença de que é necessário mudar o Brasil, de que é possível um mundo melhor. Esse sonho me cobria, eu não precisava realmente de roupa. Como em nenhum momento quando os soldados passavam a mão no meu corpo, eu me sentia humilhada ou indigna. E eu entendia que aquilo era uma forma de tortura sim, que faziam isso para desestruturar como uma forma machista de agredir a mulher. E nesse momento eu dizia: não, o meu sonho me encobre. E eu não preciso de roupa (...). Então, eu acho que isso daí deixa marcas muito*

7. Acervo CEV-Rio. Testemunho prestado por Dulce Pandolfi em audiência pública da Comissão da Verdade do Rio, em 28/05/2013.

8. Acervo CEV-Rio. Testemunho prestado por Lucia Murat em audiência pública da Comissão da Verdade do Rio, em 28/05/2013.

9. Testemunho de Rosalina Santa Cruz em Audiência Pública sobre a Vila Militar realizada pela CNV e pela CEV-Rio. Arquivo CNV. 00092.000570/2014-21

10. A impossibilidade de expressar o sofrimento total da tortura, o corpo convertido em um repositório do somático e o distanciamento de si mesmo são temas abordados por Sapriza em Memorias de Mujeres en el relato de la dictadura (Uruguay, 1973-1985). Violencia, carcel e exílio. In: DEP. Deportate, esuli, profughe. Revista telemática di studi sulla memória femminile. 2009.

importantes na nossa existência, de nesse momento a gente de alguma forma é testado, e eu acho que o que a ditadura quer é sempre desestruturar emocionalmente, psiquicamente, acabar com a moral. Bom, depois dessas sequências todas de tortura e dessa agressão, digamos assim, não deixa de ser uma agressão sexual, ainda que não tenha havido o estupro, entendeu? Mas você ter um monte de gente passando a mão no teu corpo e você amarrada... é no mínimo um ato macabro[11].”

Na própria definição das mulheres torturadas, o estupro constitui uma das formas de violação sexual, que não se limita à penetração vaginal ou anal pelo órgão masculino ou ao sexo oral mediante o uso da força. De acordo com definição sustentada pela CNV, a violência sexual abarca: “penetração de natureza sexual, não consentida, do corpo da vítima por órgão sexual, membro ou objeto utilizado pelo violador, com o uso da força ou mediante ameaça de coerção. O estupro é, portanto, apenas uma das formas possíveis de violação sexual”[12].

Com efeito, os crimes sexuais não se limitam à violência física, de modo que não é necessário haver contato corporal para ser encarado como tal. Constituem ainda violência sexual:

“*golpes nos seios; golpes no estômago para provocar aborto ou afetar a capacidade reprodutiva; introdução de objetos e/ou animais na vagina, pênis e/ou ânus; choque elétrico nos genitais; sexo oral; atos físicos humilhantes; andar ou desfilar nu ou seminu diante de homens e/ou mulheres; realizar tarefas nu ou seminu; maus-tratos verbais e xingamentos de cunho sexual; obrigar as pessoas a permanecer nuas ou seminuas e expô-las a amigos, familiares e/ou estranhos; ausência de intimidade ou privacidade no uso de banheiros; negar às mulheres artigos de higiene, especialmente durante o período menstrual e ameaças de violação sexual (...)[13].”*

No cumprimento do seu mandato, a CNV constatou que a violência sexual constitui prática disseminada em quase toda a estrutura repressiva:

“*A violência sexual, exercida ou permitida por agentes de Estado, constitui tortura. Por transgredir preceitos inerentes à condição humana, ao afrontar a noção de que todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos, a normativa e a jurisprudência internacionais consideram que a violência sexual representa grave violação de direitos humanos e integra a categoria de ‘crimes contra a humanidade’[14].”*

O fato deste enfoque se limitar as torturas sexuais sofridas pelas mulheres não quer dizer que os homens, quando presos e torturados, não tiveram também seus corpos violados sexualmente. Depoimentos prestados à CEV-Rio, confirmam que também homens, civis e militares, foram alvos dessa tortura. O fato de que homens e mulheres – heterossexuais e LGBT – foram submetidos a tortura sexual ainda é tema pouco documentado no Brasil, principalmente devido aos silenciamentos que, do ponto de vista da reconstrução de memórias coletivas e da busca pela verdade, limitam as possibilidades de avanços nas investigações. Resgatar o passado pouco conhecido, revelar o que foi silenciado sobre as violações sexuais é necessário, principalmente em razão dos estigmas que cercam os crimes sexuais praticados por agentes públicos, sepultados pela indiferença da sociedade e pela impunidade dos violadores.

11. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Estrela Bohadana para a Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda, em 07/03/2014.
12. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório/Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. Volume I. p.418, § 32.
13. Idem, p. 419, § 33.
14. Idem, p.400, § 1.

Esterilização, aborto e maternidade

Os agentes do Estado usaram a gravidez e a maternidade como mais uma forma de infringir dor e sofrimento às mulheres. Os relatos sobre torturas apontam para violências dirigidas particularmente aos órgãos genitais e reprodutores, choques elétricos na vagina para torná-las estéreis, mutilação dos seios e golpes no abdômen com o objetivo explícito de impedir a reprodução biológica do “inimigo”, o nascimento de “mais um comunista” no mundo.

Os depoimentos revelam que muitas mulheres estavam grávidas na ocasião da prisão. E, ao saberem disso, os agentes da repressão não amenizavam a violência contra elas, ao contrário, a intensificavam. Rosalina Santa Cruz conta que soube da sua gravidez em meio a uma sessão de tortura. Três dias depois de ser detida junto com seu companheiro de militância e namorado, Geraldo, ambos da VAR-Palmares, tendo já passado por sessões de tortura no DOPS/GB, os dois foram levados ao DOPS de Niterói, e torturados um diante do outro por agentes do DOI-CODI. Em meio a uma disputa sobre os métodos de tortura a serem empregados, Rosalina narra vestígios de humanidade por parte de um agente de Niterói, que se manifestou contrario à truculência exercida contra ela e seu companheiro durante a sessão de tortura:

“*Não bate neles aqui desse jeito, levem para lá, aqui não”. E uma briga entre eles de quem batia na gente. E nós, no desespero, porque não sabíamos o que era. Nesse momento, o cara de Niterói me chama e me leva para uma sala e diz para mim e para o Geraldo: “Você está grávida?”, “Eu não sei.” Então, começou a vir na minha cabeça: “Eu atrasei, minha menstruação, eu estou grávida.” (...)Aí o cara resistia, [mas] o pessoal do DOI-CODI chegou me pendurou numa parede e me dava murro, pontapé, só na minha barriga. Geraldo algemado, no chão, só olhando, até que eu sangrei de descer, assim, e eles disseram: ‘Ah, está vendo? Comunista não é para ter filho’[15].”*

Estrela Bohadanna também sofreu um aborto no início da gravidez, depois de sessões de tortura no DOI-CODI, a caminho do Hospital Central do Exército. Em seu relato, ela destaca que foi graças à solidariedade e coragem da companheira Dilma Roussef que, com a potência da sua voz e persuasão da sua fala, conseguiu que ela fosse levada ao HCE:

“*Então eu fui pro HCE, cheguei no HCE já paralítica e em coma e com todas as costelas quebradas, não sobrou nada. (...) Eu acho que algumas do lado direito, que foi completado e quebrou lá no retorno para Barra Mansa [1º BIB].(...)Eu tava no início de uma gravidez, a qual, obviamente, não prosseguiu, eu abortei ainda indo pro hospital, pro HCE. Cheguei lá com muita hemorragia e entrei em coma e aí eu já não sei o que houve. Quando eu despertei, eu já estava dentro de um quarto. Lá dentro do HCE, eu pude de novo ficar em pé, consegui ficar de pé, e já tinha, vamos dizer assim, os edemas, hematomas do corpo já estavam mais calmos, e eu fui mandada de volta para o Batalhão[16].”*

Outro depoimento colhido pela CEV-Rio foi o da jornalista Maria Helena Guimarães Pereira, que credita à ditadura militar a morte de dois filhos. Presa em em 20 de janeiro 1972, em frente ao prédio onde morava em Copacabana, ela foi levada ao DOPS/GB. Maria Helena militava na Ação Popular (AP) com seu companheiro, Wilson de Almeida Mello, de quem estava grávida de quatro meses. Hoje, aos 70 anos, Maria Helena relatou pela primeira vez as

15. Arquivo CNV. 00092.000570/2014-21
16. Acervo CEV-Rio. Depoimento de Estrela Bohadana para a Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda, em 07/03/2014.

violências sofridas, após silenciadas ao longo de 43 anos:

> *Foi um filho muito desejado por mim, muito esperado, um filho, vocês vão achar curioso, mas um filho que foi discutido inclusive com a organização, no sentido de "Será que vou enfraquecer porque estou grávida?". A gente fez várias reuniões e a conclusão foi de "Pelo contrário, os filhos fortalecem a gente". (...) Wilson, naquele momento [da detenção], foi uma coisa instintiva dele, ele pediu: "Por favor, cuidado com ela, porque ela está grávida". Isso eu acho que foi motivo para eles me baterem mais, porque eu estava grávida (...). Fui levada para o Dops [em 1972] e lá - um sujeito que eu não sei se o nome era verdadeiro ou falso, mas ele era o mais violento, era o Capitão Jair... Eu acho que era falso o nome. Comecei logo a apanhar, imediatamente, ele começou a me dar chute na barriga, me bateu muito de palmatória, me espancou e logo eu comecei a perder sangue, e abortei ali mesmo. E dava muito soco, telefones, mas principalmente (...) ele batia muito na barriga (...). E eu dizia: "Por que você me bate tanto na barriga?", e ele falou: "Porque é menos um comunista." E continuava a bater, bater, bater e bater. E eu comecei a sangrar muito, eu nem falava nada, na verdade. Na hora eu estava assim muito abestada. Eles me levaram para a solitária. (...) Eu fiquei talvez uma semana, dez dias, eu não lembro, sem uma assistência, sem nada, todo dia subindo. Apanhava mais um pouco e descia...Mesmo na cela comum, vire e mexe eu era chamada para depor, apanhava um pouco mais, os caras ameaçavam com coisa de estupro, passavam a mão em mim, tiravam a roupa, essas coisas. Eu acho até que nada aconteceu não foi nem por que eles eram descentes, eu acho que era um certo nojo. Nojo por que, aquela sangueira toda realmente, como eu não tive tratamento, não tive médico, não tive nada, aquela coisa ficou saindo aos pedaços, então eu acho que até foi um pouco de nojo. Nesse ponto eu diria que eu tive sorte até[17].*"

Maria Helena expressou em depoimento que, depois de seis meses de prisão e tortura no DOPS, o desejo de ser mãe a fez engravidar novamente: "(...) para mim a coisa funciona assim, me tiram um eu faço outro, me tiram um eu faço outro." No sétimo mês de uma gestação normal, até então sem complicações médicas, surgiram problemas. Seu médico não entendia as razões de agravamento de seu quadro clínico. Foi com a ajuda do advogado Modesto da Silveira, que Maria Helena pôde revelar ao obstetra que lhe atendia as torturas sexuais sofridas na prisão, as quais a levaram a abortar sem ter recebido nenhum tipo de assistência médica ao longo do tempo que esteve detida no DOPS. Após receber alta com a indicação médica de repouso absoluto, que foi cumprida, uma vez mais foi Modesto da Silveira que a levou de volta à maternidade. Com o parto normal já em curso, Maria Helena deu à luz um bebê que nasceu morto. Diante do trauma, ela decidiu não mais correr o risco de voltar a engravidar. Em suas palavras: "Eu tive que ter um parto normal porque o bebê já estava grande e o bebê nasceu morto. Depois disso eu resolvi tirar as trompas para nunca mais ter filhos. Eu tirei, eu não liguei, eu tirei as trompas, eu tinha 32 anos."



Maria Helena e o então presidente da CEV-Rio, Wadih Damous, em diligência de reconhecimento no DOPS/GB, onde foi barbaramente torturada em 1972
Foto: Bruno Marins

Mesmo com os danos físicos e psicológicos decorrentes das torturas e com a dimensão irreparável das perdas sofridas, Maria Helena relata que encontrou formas de exercer a maternidade e de formar uma família. Em suas palavras:

> *Eu trabalho com criança pequena, sou voluntária no hospital. Trabalho com recém-nascidos inclusive, no CTI. Trabalho no Fernandes Figueiras como voluntária. Há 15 anos que trabalho naquele hospital, tenho loucura por crianças. As pessoas falam "por que você não tem uma creche?", mas eu me resolvi bem, eu fui adotando. Primeiro eu adotei uma sem-terra, que me chama de mãe, que eu ajudei a ter filhos, já tem dois filhos que me chamam de vó, então comecei a construir minha família. Depois adotei um menino que foi meu estagiário, que é um fotógrafo e tal, que também me chama de mãe. E depois adotei uma afilhada, que é juíza e me chama de mãe. Então eu fui resolvendo meu problema, ainda mais de forma cômoda, porque eu peguei todo mundo já prontinho, eu fui só pegando para mim. Todos me chamam de mãe então eu resolvi meu problema desta maneira[18].*"

A perseguição política levou muitas mulheres a partirem para o exílio e viverem a gravidez e a maternidade na clandestinidade. Maria Ignez Breder relatou à Comissão da Verdade de Nova Friburgo que, em dezembro de 1971, contou com o apoio de uma rede de militância católica para deixar o Brasil e ir para o Chile com o marido e a filha Débora, de um ano e meio. Em 11 de setembro de 1973, quando foi dado o golpe militar que derrubou e matou o presidente Salvador Allende, Maria Ignez estava grávida de seis meses e teve de cair novamente na clandestinidade. No oitavo mês de gestação, depois de dois meses em um refúgio sob custódia da Cruz Vermelha e das Nações Unidas, iniciou o processo para obter a documentação necessária para que pudesse deixar o Chile. Escalados no primeiro grupo a sair do país, Maria Ignez e a família não puderam embarcar no voo programado, pois haveria uma escala no Rio de Janeiro e o governo brasileiro não garantiu inviolabilidade da aeronave sob custódia da ONU, sendo a viagem cancelada.

A família enfrentou ainda outros obstáculos. Em 14 de novembro, finalmente embarcaram em direção a Paris. O voo fez três escalas: uma na Argentina, a segunda em Dakar, no continente africano, e a última em Nice (França). Na viagem de Nice para Paris, Maria Ignez já estava sentindo as contrações. Na madrugada seguinte, já na capital francesa, sua bolsa d'água se rompeu. Em suas palavras:

> *Na maternidade nem deu tempo de fazer todos os exames indispensáveis, fui levada para sala de parto, onde Ivaldeck sempre me acompanhou, e às 5h o nosso bebê nasceu. Embora a dificuldade de compreender o idioma, o generoso gesto da médica de colocar o meu filho nos meus braços antes mesmo de cortar o cordão umbilical, fez renascer em mim a esperança. Todavia fisicamente eu estava muito fragilizada, e se não fossem os cuidados médicos eu teria sucumbido. Parecia que eu havia perdido todas as minhas forças[19].*"

Para Maria Ignez, muitos detalhes desta experiência não serão mais lembrados. Outras marcas, porém, ela carregou e carrega na memória encarnada no corpo:

> *Ao sair da maternidade eu pesava apenas 42 quilos e no*

17. Acervo CEV-Rio. Testemunho prestado por Maria Helena Guimarães Pereira à Comissão da Verdade do Rio, em 19/06/2015.

18. Idem.

19. Acervo CEV-Rio. Depoimento escrito e entregue por Maria Ignez Breder Barreto à Comissão Municipal da Verdade de Nova Friburgo.

início do quarto mês de amamentação o meu leite havia secado. Passei meses com insônia. Fui submetida a vários exames médicos. Débora não podia ver ninguém fardado, quando acontecia ela, assustada, falava "o milico", e repetia[20]."

Durante sua estadia na França, de novembro de 1973 a abril de 1979, o objetivo da atuação política de Maria Ignez e do seu marido foi denunciar os horrores das ditaduras no Cone Sul. Nesse período, participou do movimento dos brasileiros exilados pela volta da democracia e, junto a sua família, foi uma das primeiras a retornar ao Brasil após a Anistia.

Os labirintos e silenciamentos da memória nos corpos torturados

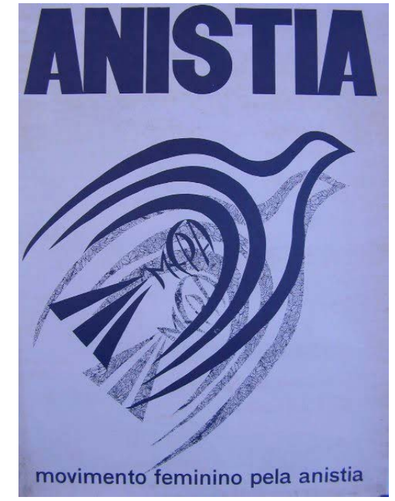
Nos testemunhos das mulheres, na profusão de informações, no tom de voz, nas atitudes corporais, nas pausas, nas lágrimas e nos silêncios, transparece o fato de que, trinta anos após a redemocratização, a violência de gênero e sexual sofrida continua sendo um tema difícil de ser abordado. A saída do cárcere e o fim das torturas não representaram para as sobreviventes o cessar da dor gerada pela violações sofridas. E se, originalmente, a tortura foi pensada e adotada pelos agentes da repressão como um método para fazer o "inimigo" falar, ela acabou por silenciar aquelas que não conseguem e/ou não querem acionar a memória dos traumas vividos. De acordo com os depoimentos coletados as lembranças das torturas sofridas se confundem nos labirintos da memória, aparecem em forma de *"flashes"*, como "borrões" ou simplesmente se apagam.

As consequências para as mulheres que sobreviveram às violações apontam para danos físicos, psicológicos, morais e de interrupção de seus projetos de vida[21]. As cicatrizes pelos corpos, as mutilações nos seios, os úteros queimados pelos choques, as costelas quebradas, as limitações motoras, dentre outras sequelas físicas afetaram, por vezes, os relacionamentos e a capacidade de reprodução biológica das mulheres atingidas pela violência de Estado. A tortura sofrida, portanto, ainda é um tema difícil de ser abordado. Voltar sobre eventos passados, no presente, implica defrontar-se novamente com medos, pesadelos, dores, tristezas, humilhações e perdas. Depor sobre este passado significa reviver momentos dolorosos, com consequências ainda vivas no presente, conforme atesta o depoimento de Estrela Bohadanna:

> *Antes de começar, queria dizer, estou profundamente emocionada de vir aqui. Fiquei muito mobilizada com essa vinda (...). Dor de estômago, insônias, tudo aconteceu desde que me propus a vir aqui. Mas então, vocês poderiam me perguntar: por que vir aqui? 42 anos atrás, saindo da prisão, eu prometi a mim mesma que jamais iria fazer um pacto de silêncio, que eu ia sempre estar disposta, disponível, para denunciar tudo que vi das torturas, tudo que eu vivi e tudo que outros companheiros viveram (...) Afinal, somos de alguma forma essa história que está aí, que foi ocultada durante tantos anos, pela repressão, pela ditadura, e depois pelo próprio medo que tínhamos de falar (...) Eu cheguei a dizer que não havia ex-torturado, que torturado é pra sempre torturado, porque a tortura pára, mas existe todo um processo interno no qual, muitas vezes, você próprio se tortura. É como se o torturador ficasse dentro de você (...). Nós estamos agora querendo apurar responsabilidade, mas aqueles que tombaram emocionalmente, ideologicamente, é uma morte social também da pessoa que não quer ouvir falar mais da esquerda, da pessoa que não quer mais denunciar o que houve. Mas isso é compreensível, porque realmente gera um pânico depois. Eu acho que aí entra a importância dos movimentos sociais, do apoio dos companheiros, do apoio dos familiares, e nesse sentido eu acho que a comissão da verdade, ela está tendo um papel fundamental de acordar múltiplas vozes que estavam silenciosas*[22]*."*

As mulheres que decidiram prestar seus depoimentos às Comissões da Verdade não o fizeram apenas para fornecer um registro factual das violências sofridas no passado. Os esforços em revisitar as lembranças coabitam com uma vontade de trazer o máximo de informações sobre os locais de prisão e tortura percorridos, os nomes dos torturadores, as técnicas utilizadas durante a tortura, as violações sofridas, as seqüelas físicas e psicológicas, o resgate dos nomes e histórias de vida de companheiros, homens e mulheres, mortos e desaparecidos. Mas nos depoimentos das militantes, ex-presas políticas, nas memórias da ditadura que também buscam desvelar, evidenciam-se temas de fundamental importância que devem ser debatidos e aprofundados, como por exemplo, a solidariedade entre mulheres na prisão e no exílio, as formas de viver a maternidade, os arranjos familiares frente ao terror do Estado e seus engajamentos políticos contra a ditadura dentro e fora do país.

Seja na militância política no Brasil ou ainda no exílio, as mulheres desempenharam papel fundamental nas campanhas de denúncia, frente aos organismos de direitos humanos, das violações sofridas por elas, seus companheiros, familiares e amigos. Elas atuaram de forma decisiva na luta pela anistia, durante a ditadura, e nas lutas por memória, verdade e justiça posteriores. O ano de 1975, declarado "Ano Internacional da Mulher" pela Organização das Nações Unidas (ONU) também ficou marcado pela criação do Movimento Feminino pela Anistia (MFA). Criado em São Paulo por Therezinha Zerbine, o MFA logo se espalhou para outros estados, sendo o Núcleo do Rio de Janeiro o primeiro a ser criado. Ainda em março de 1975, foi lançado o Manifesto da Mulher Brasileira em favor da Anistia, que, transformado em um abaixo-assinado, foi subscrito por mais de 12.000 mulheres antes de ser entregue, em agosto daquele ano, às autoridades da cúpula militar e política da ditadura.



Cartaz do Movimento Feminino pela Anistia
Crédito: Armazém Memória

> *Nós, mulheres brasileiras, assumimos nossas responsabilidades de cidadãs no quadro político nacional. Através da história provamos o espírito solidário da mulher, fortalecendo aspirações de amor e justiça. Eis porque nós nos antepomos aos destinos da nação que só cumprirá sua finalidade de paz se for concedida anistia ampla e geral a todos aqueles que fo-*

20. Idem.

21. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório/Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. Volume I. p.422, § 40.

22. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Estrela Bohadana para a Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda, em 07/03/2014.

ram atingidos pelos atos de exceção.[23]"

Três anos depois, as articulações do Movimento Feminino pela Anistia deram origem ao Comitê Brasileiro de Anistia (CBA), que agregou diversos setores da sociedade civil na luta pela anistia ampla, geral e irrestrita. Além de liderar a luta contra a ditadura, as mulheres também se organizaram, ao longo das décadas de setenta e oitenta, para lutar por demandas específicas. Debates sobre temas como sexualidade e saúde das mulheres, discrepância salarial , o alto custo de vida, a violência doméstica e sexual foram levantados em congressos e marchas de mulheres, associações e movimentos sociais feministas e pela imprensa alternativa.

NaAssembleiaConstituinte(1987-1988),asmulheres se mobilizaram e levaram suas reivindicações, tendo êxito em questões importantes, como o reconhecimento inédito, no artigo 5º da Constituição, da igualdade entre homens e mulheres. Questões como o enfrentamento da violência contra a mulher e a representatividade feminina no parlamento foram debatidos e tiveram avanços, embora até hoje a desigualdade de gênero, o machismo e a misoginia ainda sejam uma triste realidade. Sua superação só virá com o avanço da cidadania e da democracia. Cabe a Justiça de Transição adotar uma perspectiva que privilegie essa lente de análise, necessária para fazer da memória, da verdade e da justiça substantivos verdadeiramente femininos, que engrandeçam a lembrança daquelas que morreram na luta, como Inês Etienne Romeu, Maria Auxiliadora Lara Barcellos e Zuleika Angel Jones (Zuzu Angel).

23. ZERBINE, Therezinha Godoy. Anistia: semente da liberdade. São Paulo: Editora Salesianos, 1979.

Capítulo 11 - HOMOSSEXUALIDADES, REPRESSÃO E RESISTÊNCIA DURANTE A DITADURA[1]

Antecedentes da perseguição a pessoas LGBT

Como enfatizou o capítulo "Ditadura e Homossexualidades" do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, "a discriminação contra pessoas LGBT não surgiu durante a ditadura; suas origens remontam a períodos muito anteriores da história brasileira"[2]. Neste sentido, qualquer análise sobre como os gays, as lésbicas e as travestis enfrentaram a homofobia e a transfobia no Estado do Rio de Janeiro durante o regime militar e como o estado de exceção afetava as suas vidas deve começar com a compreensão de dois elementos principais: as formas de sociabilidade LGBT que tensionavam com as normas hegemônicas de comportamentos sexuais antes e durante a ditadura e os mecanismos ideológicos e físicos do Estado, da igreja e da mídia, que promoveram a repressão das sexualidades e das manifestações de gênero que não corresponderam às noções heteronormativas.

A repressão à homossexualidade tem uma longa história no Rio de Janeiro. Embora as leis coloniais brasileiras considerassem sodomia um pecado, que podia ser punido pelas chamas da fogueira, o Código Penal Imperial de 1830 eliminou todas as referências à sodomia[3]. Entretanto, leis dos séculos XIX e XX restringiram o comportamento homossexual. Adultos engajados em atos sexuais com outros adultos num local público poderiam ser indiciados por "ofender os bons costumes, com exibições impudicas, atos ou gestos obscenos, atentatórios do pudor, praticados em lugar publico ou frequentado pelo publico, e que, sem ofensa à honestidade individual de pessoa, ultrajam e escandalizam a sociedade [4]." Essa previsão, revisada de um código penal anterior, criou bases legais para controlar qualquer manifestação pública de comportamento homoerótico ou homossocial. Com critérios abrangentes, a polícia e os juízes podiam punir ações "inapropriadas" ou "indecentes" que não se conformassem com construções heterocêntricas. Outra medida para regular manifestações públicas de homossexualidade era a de acusar pessoas de vadiagem. A polícia podia prender qualquer pessoa que não tivesse como provar sua subsistência ou domicílio certo, ou "prover a subsistência por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes[5]."

Essas duas medidas legais deram à polícia o poder de encarcerar arbitrariamente os homossexuais masculinos que expressassem publicamente sua feminilidade, usassem roupas ou maquiagem feminina, ganhassem a vida através de prostituição, ou que usassem um cantinho escuro de uma praça pública para um encontro sexual noturno.

As mulheres que se vestiam com roupa masculina ou que tiveram um comportamento mais viril no público também sofreram controle social dos

1. Este texto foi escrito por James N. Green e Renan Quinalha, em colaboração com a CEV-Rio. A opção pelo uso da palavra "homossexualidades" no plural e não pela sigla mais contemporânea LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) justifica-se porque, à época retratada, o termo "homossexualidades" era o mais utilizado para referir-se tanto a orientações sexuais quanto identidades de gênero dissidentes. Por essa razão, consideramos que seria anacrônico, ainda que mais correto do ponto de vista acadêmico e político, utilizar uma sigla não aplicável àquela época.
2. GREEN, James N. Green e QUINALHA, Renan. "Ditadura e homossexualidades".In: Relatório/Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. Volume II.p. 300-3011.

3. PIERANGELLI, José Henrique. (Ed.) Códigos penais do Brasil: evolução histórica. Barru, Jalovi, 1980, p. 26.
4. Idem p. 301.
5. Idem, p. 316.

agentes do Estado. Códigos criminais com noções de moral e decência pública vagamente definidas, e provisões que controlavam estritamente a vadiagem, forneceram uma rede jurídica pronta para capturar aqueles que transgredissem as normas sexuais construídas socialmente. Embora a homossexualidade em si não fosse tecnicamente ilegal, a polícia brasileira e os tribunais dispunham de múltiplos mecanismos para conter e controlar este comportamento.

Sociabilidade LGBT no Rio de Janeiro

O Rio de Janeiro, a capital federal e a maior cidade do país até os anos 50 do século passado, possuía espaços urbanos que favoreciam certa sociabilidade para comportamentos não normativos. Por exemplo, logo depois da inauguração da estátua de Dom Pedro I no centro da cidade em 1862 o parque que acercava o monumento equestre funcionava como lugar de encontros entre "frescos". O cronista carioca Luiz Edmundo lembra uma cena típica de 1901: "Depois de oito horas da noite, moços de ares feminis, que falam em falsete, mordem lencinhos de cambraia, e põem olhos acarneirados na figura varonil e guapa do Senhor D. Pedro I, em estátua"[6]. Francisco José Viveiros de Castro, professor de criminologia na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e desembargador da Corte de Apelação do Distrito Federal, escreveu sobre os "frescos" do Rio de Janeiro, referindo-se aos homens que, em 1880, nos últimos anos do Império, invadiram o baile de máscaras do carnaval no Teatro São Pedro, no Largo do Rossio, hoje em dia a Praça Tiradentes[7].

Na virada para o século XX, a expansão das folias de Carnaval oferecia cada vez mais possibilidades para homens e mulheres de brincar com as apresentações distintas de gênero e sexualidade dentro das multidões nas ruas no centro da cidade, aproveitando a permissividade da festa para fazer qualquer "loucura" não permitida durante o resto do ano. Já nos anos 50, os bailes das "bonecas" e dos "enxutos" tornaram-se espaços privilegiados para pular Carnaval com pessoas que mantiveram relações sexuais com outros do mesmo sexo. Estes bailes também serviam como palcos protegidos para homens que se travestiam de mulheres e romperam as divisões rígidas entre o masculino e feminino que arregimentavam a sociedade brasileira[8].

É importante notar que as reportagens sobre Carnaval nas revistas nacionais, como *O Cruzeiro* e *Manchete*, mencionavam as personagens efeminadas que gozavam as liberdades de comportamento durante as folias no Rio de Janeiro, descrevendo as figuras fantasiadas com tons moralizantes e pejorativos. Ironicamente, estes artigos com fotos supostamente chocantes serviam como meios de transmissões alternativos em todo o país com resultados não cogitados pelos jornalistas e editores que produziram estes materiais. Para alguns jovens que leram estas revistas com atenção, o retrato deste mundo "estranho" lhes oferecia as possibilidades de encontrar uma vida mais livre na capital federal. Para quem sofria preconceitos, seja nas cidades do interior ou nas capitais dos outros estados, o sonho era de conseguir meios para fugir para o Rio de Janeiro. A intenção destes artigos foi de chocar as sensibilidades das classes médias católicas e conservadoras, mas as reportagens também serviam como uma grande propaganda, aliciando-os para as possibilidades de uma vida mais feliz na capital federal[9].

O Rio de Janeiro continuava sendo uma cidade importante política e culturalmente, mesmo depois da inauguração de Brasília em 1960, mantendo-se como um polo de atração para quem buscava as oportunidades oferecidas por uma metrópole dinâmica e diversa. Para um jovem, que sentia desejos por outra pessoa do mesmo sexo ou que não se adaptava aos padrões de gênero associados ao seu corpo, a "Cidade Maravilhosa" servia com um grande refúgio. Era uma destinação para pessoas expulsas das suas casas quando os pais descobriram a sua orientação sexual ou não concordaram com a sua apresentação de gênero. A metrópole do anonimato oferecia um abrigo para quem sofria com as fofocas dos vizinhos, as piadas dos seus colegas ou o afastamento dos seus parentes por serem "diferentes". Em 1960, o Rio de Janeiro representava um espaço longe do controle familiar, onde era possível viver relativamente livre da desaprovação social entre desconhecidos numa cidade com 4 milhões de habitantes[10].

Diversos eram os pontos que marcavam uma topografia na cidade de territórios de sociabilidade LGBT em diferentes momentos e que se tornaram também, após a ditadura, palco de perseguições: a Rua do Passeio, a Avenida Nossa Senhora de Copacabana, o Edifício Avenida Central, a Praia do Flamengo e a Praia de Copacabana – Bolsa de Valores[11]. Além disso, diversos núcleos homossexuais foram formados nos anos 50 e 60, com interação entre si, na zona sul (Clube Sírio-Libanês, Clube Internacional) e nas regiões do centro e do subúrbio (Colégio, Irajá, São Cristóvão, Praça Mauá, Praça Onze).

Com efeito, nesse período, pequenos grupos de jovens gays se juntaram em redes sociais de amigos para organizar festas nos seus apartamentos em Copacabana (um bairro com uma concentração significativa de gays e lésbicas), para frequentar a "Bolsa de Valores" com outros "entendidos"[12] na praia em frente ao Copacabana Palace Hotel ou para assistir a um show de travestis na Praça Tiradentes. A vida pública para as mulheres sempre foi muito mais constrangida, mas mesmo assim, grupos de amigas conseguiram forjar formas de sociabilidades e identidades lésbicas, que resistiram às marginalizações, às pressões de casamento e à insistência de uma vida "normal". A proliferação de espaços de sociabilidade entre gays ou lésbicas nos anos 60 coincidiu com a polarização política no país e o golpe de 1964.

Uma ditadura em defesa da "moral e dos bons costumes"

Os alvos principais dos generais, que tomaram o poder em 1964, em aliança com empresários e políticos reacionários, setores das classes médias e a igreja católica conservadora, foram, no primeiro momento, o Partido Comunista, setores rebeldes nas bases das forças armadas, sindicalistas intransigentes e nacionalistas radicais. Se gays ou lésbicas foram presos e maltratados no Rio de Janeiro em 1964, não foi por serem homossexuais,

6. EDMUNDO, Luiz. O Rio de Janeiro do meu tempo.Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938), v.1, p.151-2.
7. VIVEIROS DE CASTRO, Francisco José, Attentados ao pudor: estudos sobre as aberrações do instincto sexual, 3a. edição.Rio de Janeiro: Libraria Editora Feitas Bastos, 1934. p.222.
8. GREEN, James N. A apropriação homossexual de Carnaval. In: Além do Carnaval: a homossexualidade no Brasil do século XX.São Paulo: Editora da UNESP, 2000.
9. FERNANDES, Hélio, Roteiro noturno (de Copacabana) para turistas desprevenidos. Manchete, n.24, 4 out. 1952, p.30.
10. GREEN, James N. "Novas palavras, novos espaços, novas identidades, 1945-1968.In Além do Carnaval: a homossexualidade no Brasil do século XX.São Paulo: Editora da UNESP, 2000.
11. "Bolsa de Valores" era a expressão que os gays usavam para referir-se ao pedaço da praia em frente ao hotel Copacabana Palace.
12. A palavra "entendido" é uma expressão usada desde os anos 40 entre gays e lésbicas.

senão por suas afiliações ou atuações políticas. A preocupação dos generais e os seus aliados civis, neste momento inicial da ditadura, foi de apresentar o golpe como uma medida para restaurar a democracia. Estavam particularmente interessados em sustentar a sua legitimidade entre as classes médias e o governo norte-americano, que apoiou o golpe de 1964. Por isso, implementaram uma política de repressão dirigida aos setores mais visíveis da oposição à ditadura militar. Porém, os discursos católicos e anti-comunistas, que justificavam o novo regime autoritário, se baseavam em ideias sobre a convergência entre marxismo, imoralidade e homossexualidade, apesar de que o Partido Comunista e outros grupos da esquerda mantivessem, naquela época, conceitos conservadores sobre a homossexualidade como um "comportamento burguês" e defendessem o argumento de que uma revolução socialista acabaria com este "desvio sexual". Para a direita, a homossexualidade ameaçava a segurança, a família católica e a moralidade[13]. Para as esquerdas, as pessoas que mantinham relações sexuais e afetivas com outras pessoas do mesmo sexo ou que tinham comportamentos de gênero que não correspondiam com os padrões sociais associadas com o seu sexo biológico representavam a decadência do capitalismo[14].

As mesmas forças policiais e militares que a ditadura militar empregou no Rio de Janeiro para reprimir os seus opositores continuavam, após o golpe de 1964, a patrulhar da cidade do Rio de Janeiro para conservar a "moral e os bons costumes" nas praças públicas e nas ruas no centro da cidade. As pessoas que frequentavam a Cinelândia, que desde os anos 30 era um importante espaço de sociabilidade de gays e lésbicas, enfrentavam um policiamento constante. Homens que usavram um pouco de maquiagem, calças apertadas, roupa masculina com cortes femininos ou cabelo comprido e penteado de uma forma feminil sofriam agressões e prisões arbitrárias[15]. Ainda não existe um estudo que documente com precisão o número de pessoas que foram detidas arbitrariamente, extorquidos para serem liberados ou passaram vários dias na prisão sofrendo maus tratos e marginalização, mas vários presos políticos relataram que estes homens efeminados foram obrigados a limpar os prédios e servir comida nos espaços prisionais, tarefas tradicionalmente associadas ao feminino, segundo o patriarcalismo vigente[16]. A documentação existente e as histórias orais de pessoas que viviam este período relatam um tratamento muito agressivo contra homens efeminados e mulheres com comportamento masculino que visitavam o centro da cidade e eram arrastados pela polícia em campanhas para "limpar" o espaço urbano.

Mesmo com as ideias conservadoras que circulavam entre a sociedade brasileira, e que foram catalisadas e amplificadas pela ditadura, a crescente concentração de gays, lésbicas e travestis no Rio de Janeiro, com suas formas de sociabilidade, a expansão econômica a partir de 1967 e as várias transformações culturais criaram novas maneiras de entender sexualidade, comportamento e gênero, especialmente entre os jovens. As influências do movimento Tropicália, que rompia padrões tradicionais de comportamento masculino e feminino, e as referências de movimentos internacionais da juventude introduziram novas maneiras de pensar o corpo e a sexualidade[17]. Este processo correu paralelamente às contestações contra a ditadura em 1967 e 1968: os protestos contra a censura, as críticas crescentes sobre a falta de liberdades democráticas e um sentimento generalizado contra o controle social do regime militar. Sendo um polo cultural importante, artistas e intelectuais do Rio de Janeiro canalizavam estas novas ideias, que floresceram, especialmente nos anos setenta, em vários experimentos literários alternativos (além do jornal *Pasquim*, com as suas contradições sobre o tratamento de homossexualidade)[18] e no trabalho dos Dzi Croquettes, que revolucionaram o que foi permitido no palco e criaram novas maneiras de entender o relacionamento entre o masculino e o feminino com suas ambiguidades sobre gênero e as suas afirmações da homossexualidade e da travestilidade[19].

No período da efervescência cultural, antes do Ato Institucional n. 5 (AI-5), surgiram manifestações de certa politização entre alguns gays e lésbicas que apontavam a possibilidade da formação de um movimento político. Um exemplo é o *O Snob*, um boletim informal de amigos que publicava fofoca e notícias sobre uma rede de homossexuais, a maioria vindos do Nordeste ou do interior do Rio de Janeiro, que chegaram na "cidade dourada" nos anos 60. O grupo publicou 100 números do Snob, entre 1963 e 1969, e o distribuia na Cinelândia e em Copacabana, os lugares de maior circulação de gays e lésbicas no Rio de Janeiro. Logo depois do AI-5, pararam de editar o jornalzinho por causa de um incidente com a polícia na Cinelândia e da preocupação em ser confundido com publicações "subversivas". Segundo Agildo Guimarães, o editor d'O Snob, o acirramento da violência estatal também os atingira: passaram a ser interpelados ("agarrados", segundo Agildo) quando distribuíam seus jornais e boletins, pois os agentes da repressão julgavam que fossem panfletos da resistência ao regime. Receoso, Agildo decidiu suspender a publicação[20].

De qualquer forma houve uma ligação entre esta sociabilidade homossexual e os movimentos contra a ditadura militar. Agildo Guimarães, por exemplo, participou na Passeata de 100.000 em 1968. O jornalzinho publicou um artigo de sua autoria, intitulado "Protesto", no seu último número, sobre uma cena imaginária: um grupo de gays e travestis resolvem protestar contra a repressão policial. A criação deste evento fictício sinalizava a existência de ideias embrionárias sobre a possibilidade de uma organização política de gays, lésbicas e travestis. Infelizmente, esses sentimentos foram abortados com a onda de repressão após o dia 13 de dezembro de 1968[21].

O receio não era infundado. Como lembra Rita Colaço, esse clima de medo termina por também levar à interrupção das atividades da Associação Brasileira da Imprensa Gay (Abig), criada em 1969 no Rio de Janeiro, por iniciativa de Anuar

13. Benjamin Cowan, Homossexualidade ideologia e "subversão" no regime militar. In James N. Green e Renan Quinalha (orgs.),Ditadura e Homossexualidades - Repressão, Resistência e A Busca da Verdade. São Carlos: Editora da UFSCar, 2014, p.27-52.
14. GREEN, James N. Quem é o macho que quer me matar?": Homossexualidade masculina, masculinidade revolucionária e luta armada brasileira dos anos 1960 e 1970. In Revista Anistia Política e Justica de Transição no. 8 (July/December 2012). Brasília: Ministério da Justica, p.58-93.
15. Veja, por exemplo, Ontem, no distrito da Gávea: quatorze presos rebentaram a grade e tentaram fugir. Jornal Última Hora, 9 fev. 1953, p.5.
16. GABEIRA, Fernando. O Crepúsculo do Macho. 3 a edição. Rio de Janeiro: CODECRI, 1980.
17. DUNN, Christopher. Brutality Garden: Tropicália and the Emergence of a Brazilian Counterculture.Chapel Hill: University of North Carolina, 2001.
18. James N. Green, "Madame Satan, the Black 'Queen' of Brazilian Bohemia." In The Human Tradition in Modern Brazil, ed. Peter M. Beattie, 267-86. Wilmington, Del.: Scholarly Publications, 2004.
19. Rosemary Lobert, A palavra mágica: a vida cotidiana do Dzi Croquettes (Campinas: Editora da UNICAMP, 2010). Para outra importante referência ver o documentário Dzi Croquettes. Direção de Tatiana Issa e Rafael Alvarez. 2009.
20. COLAÇO, Rita. De Denner a Chrysóstomo, a repressão invisibilizada: as homossexualidades na ditadura (1972 a 1983). In James N. Green e Renan Quinalha (orgs.), Ditadura e homossexualidades; repressão rsistência e a busca da verdade,.São Carlos; Editora da UFSCar, 2014, p. 207.
21. O Snob, v.7, n.1, 31 mar. 1969, p.2.

Farah junto com integrantes de outros jornais, cujo objetivo era unir todos os veículos de comunicação e as turmas respectivas[22].

As mudanças culturais no Rio de Janeiro nos anos 70, que acompanhavam o "milagre econômico", junto com as manifestações da contracultura no Brasil, se deram paralelamente à expansão do número de boates, bares e discotecas no Rio de Janeiro, dirigidos principalmente para um público de gays e lésbicas das classes médias e para os turistas estrangeiros. Os bailes de Carnaval e as folias nas ruas do Rio continuavam como momentos privilegiados de expressão dos comportamentos socialmente reprimidos durante o resto do ano. Enquanto a Banda de Ipanema servia como um grito de liberdade para a juventude que simpatizava com as esquerdas, esta coletividade pública, permitida pelo regime militar, também funcionava como um espaço libertário para gays e lésbicas. Da mesma forma, um pedaço da praia em Ipanema passou a ser um importante espaço de homossociabilidade, substituindo a "Bolsa de Valores" em Copacabana. Os lugares semi-públicos, como bares, bailes, boates e discotecas, e as localidades públicas onde "entendidos" congregavam, aumentaram a visibilidade de gays e lésbicas. Também ajudaram a forjar uma afirmação de uma identidade e uma sexualidade não normativas.

Porém, correntes expressivas dentro das Forças Armadas insistiram na preservação da moralidade católica e os "bons costumes". Em 26 de janeiro de 1970, o governo militar publicou um Decreto-Lei estabelecendo a censura prévia da imprensa. O

22. COLAÇO, Rita. De Denner a Chrysóstomo, a repressão invisibilizada: as homossexualidades na ditadura (1972 a 1983)", em James N. Green e Renan Quinalha (orgs.), Ditadura e homossexualidades; repressão rsistência e a busca da verdade. São Carlos; Editora da UFSCar, 2014., p. 207.



Desfile da Banda de Ipanema no Carnaval de 1972
Crédito: Arquivo Nacional, Fundo: Correio da Manhã
BR_RJANRIO_PH_0_FOT_01357_005

artigo primeiro do decreto estabelecia claramente as novas diretrizes: "Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação"[23]. Além da censura de peças, letras de músicas e outras expressões culturais que afirmaram a homossexualidade, representantes do governo militar tomaram medidas para tentar eliminar a visibilidade da homossexualidade mesmo dentro do Carnaval. Em 1971, como resultado da política do novo governo que proibia explicitamente a participação de travestis nos eventos carnavalescos, os organizadores das festas barravam muitos deles nas portas dos bailes. Ao explicar o banimento de travestis e de seus bailes, Edgar Façanha, diretor da Divisão de Censura e Entretenimento Público, deixou clara a posição do governo: "Os homossexuais não podem ser proibidos de entrar nos bailes públicos, desde que se comportem convenientemente". Ele admitia que as novas restrições sobre as festividades carnavalescas eram na verdade destinadas a acabar com os bailes de travestis: "O propósito policial é

23. Decreto-Lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970.

apenas o de não permitir os bailes exclusivos para travestis, seja qual for o nome desses bailes ou o local para a sua realização[24]".

Também foram cancelados os luxuosos concursos de fantasias masculinas que tinham lugar no Teatro Municipal. Essa proibição estava diretamente ligada à restrição de outras manifestações públicas "impróprias" de homossexualidade. Uma jornalista enviou um telex à revista Veja explicando a situação:

A proibição do desfile de fantasias masculinas no Baile do Teatro Municipal está estritamente ligada à mesma política que afastou os homossexuais da televisão. É uma medida de pressão que vem de altas esferas governamentais. Esse é um fato facilmente apurável, com que todos concordam, mas que nenhuma autoridade tem a coragem de assumir. Ninguém, evidentemente, diz que cedeu à pressão[25].

Supostamente, ao filmar os concorrentes que eram tidos como enxutos, a cobertura de TV do evento estaria promovendo a homossexualidade. Muitos meses depois, o governo voltou atrás em sua decisão de proibir os bailes de travestis, mas não em sua resolução de cancelar o concurso de fantasias patrocinado pelo governo no Teatro Municipal[26]. O diretor da Divisão de Censura e Entretenimento deixou claro que o recuo da posição do governo em relação aos bailes de travestis era para impedi-los de se espalharem pelos demais clubes carnavalescos da cidade, dificultando seu controle por parte das autoridades[27]. Tais proibições contribuíram para a

24. "Travesti bem comportado poderá entrar nos bailes". Comércio Mercantil, 27/10/1971, p.3.
25. Telex de Maria Helena, à revista Veja, 17 ago. 1972. Arquivos da Editora Abril.
26. BAPTISTA, Tarlis e SEQUERRA, Thea. Carnaval: os cassados da passarela. Manchete, n.1.089, 3 mar. 1973, p. 24-6.
27. "Façanha quer volta dos 'Enxutos'". Jornal do Brasil, 23 out. 1972, p. 13.

ida de travestis ao exterior, pois tinham dificuldade em ganhar a vida no Brasil com a proibição de estarem em espaços de espetáculos, segundo depoimento da atriz e travesti Claudia Celeste[28].

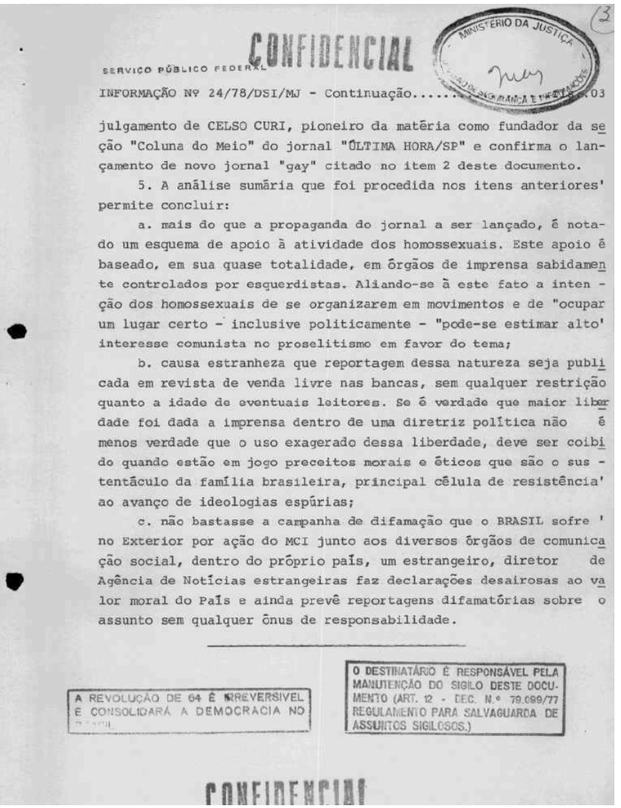
Notícias sobre o movimento internacional de gays e lésbicas foram censuradas. *O Globo* e o *Jornal do Brasil* pouco divulgaram sobre as novas formas politizadas de pensar o sexo, o gênero e o corpo. As reportagens que saíram na grande imprensa reproduziam, em geral, estereótipos que reforçavam as atitudes negativas promovidas ao longo dos anos pelos discursos médico-legais, a igreja católica e intelectuais conservadores.

Um informe compartilhado entre a DCDP, o Ministério da Justiça e a Polícia Federal acusava um correspondente da Associated Press no Brasil, chamado Stan Lehman, de promover o turismo gay no Rio de Janeiro, supostamente a mando do Movimento Comunista Internacional (MCI). Este jornalista havia afirmado que o Rio era uma "capital gay em formação", o que causou um aumento da curiosidade e do "fluxo turístico gay rumo aos insuspeitados prazeres tropicais". De acordo com a perspectiva do regime, "não bastasse a campanha de difamação que o Brasil sofre no Exterior por ação do MCI (...) dentro do próprio país, um estrangeiro, diretor de Agência de Notícias estrangeiras, faz declarações desairosas ao valor moral do país e ainda prevê reportagens difamatórias sobre o assunto sem qualquer ônus de responsabilidade"[29]. Incomodava, portanto, a publicidade que poderia atrair mais homossexuais ao Rio de Janeiro e ao país.

Além da vigilância da censura, vale também

28. CELESTE, Claudia. "Diva que incomoda". In Revista Geni. Disponível em http://revistageni.org/06/diva-que-incomoda-claudia-celeste/
29. Arquivo Nacional, SNI: BR_AN_RIO_TT_0_MCP_PRO_1135.

destacar a intensificação da violência policial com batidas constantes em pontos de sociabilidade LGBT como, por exemplo, sob comando do delegado Deraldo Padilha, figura bem retratada em um artigo publicado no jornal *Lampião da Esquina*[30].



CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

INFORMAÇÃO Nº 24/78/DSI/MJ - Continuação.....03

julgamento de CELSO CURI, pioneiro da matéria como fundador da seção "Coluna do Meio" do jornal "ÚLTIMA HORA/SP" e confirma o lançamento de novo jornal "gay" citado no item 2 deste documento.

5. A análise sumária que foi procedida nos itens anteriores permite concluir:

a. mais do que a propaganda do jornal a ser lançado, é notado um esquema de apoio à atividade dos homossexuais. Este apoio é baseado, em sua quase totalidade, em órgãos de imprensa sabidamente controlados por esquerdistas. Aliando-se à este fato a intenção dos homossexuais de se organizarem em movimentos e de "ocupar um lugar certo - inclusive politicamente - "pode-se estimar alto' interesse comunista no proselitismo em favor do tema;

b. causa estranheza que reportagem dessa natureza seja publicada em revista de venda livre nas bancas, sem qualquer restrição quanto a idade de eventuais leitores. Se é verdade que maior liberdade foi dada a imprensa dentro de uma diretriz política não é menos verdade que o uso exagerado dessa liberdade, deve ser coibido quando estão em jogo preceitos morais e éticos que são o sustentáculo da família brasileira, principal célula de resistência' ao avanço de ideologias espúrias;

c. não bastasse a campanha de difamação que o BRASIL sofre no Exterior por ação do MCI junto aos diversos órgãos de comunicação social, dentro do próprio país, um estrangeiro, diretor de Agência de Notícias estrangeiras faz declarações desairosas ao valor moral do País e ainda prevê reportagens difamatórias sobre o assunto sem qualquer ônus de responsabilidade.

A REVOLUÇÃO DE 64 É IRREVERSÍVEL E CONSOLIDARÁ A DEMOCRACIA NO

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTE DOCUMENTO (ART. 12 - DEC. N.º 79.099/77 REGULAMENTO PARA SALVAGUARDA DE ASSUNTOS SIGILOSOS.)

CONFIDENCIAL

Informação Confidencial do Ministério da Justiça afirma que o turismo gay no Rio de Janeiro é obra do "Movimento Comunista Internacional"
Crédito: Arquivo Nacional, SNI: BR_AN_RIO_TT_0_MCP_PRO_1135

30. MOREIRA, Antônio Carlos. Deraldo Padilha: Perfil de um Delegado Exibicionista. Lampião da Esquina, n. 26 julho de 1980, p. 19.

Outro aspecto importante da repressão a pessoas LGBT é a colaboração estreita do Ministério Público e do sistema de justiça com os aparatos de controle. Caso exemplar é o de Antônio Chrysóstomo, jornalista que integrava o conselho editorial do Lampião e que conseguiu, em 1979, a guarda provisória de uma menor de idade que vivia na rua junto de sua mãe perto da redação do jornal. Diante de uma denúncia, posteriormente retirada, de prática de maus tratos e abuso sexual feita por uma vizinha, o promotor de justiça, ex-agente do DOPS, manifestou uma visão claramente preconceituosa que associava homossexualidade à pedofilia, empenhando-se pessoalmente na condenação. Conseguiu a prisão preventiva de Chrysóstomo por 180 dias, até que este foi condenado. Em segunda instância, após dois anos preso, acabou absolvido por ausência de provas, mas sua vida já estava destruída após tamanho constrangimento, falecendo poucos meses depois[31].

O nascente movimento homossexual na luta pela redemocratização

A abertura política prometida pelo Presidente General Ernesto Geisel incentivou algumas pessoas a arriscar a tentativa de formar organizações políticas de gays e lésbicas. Indivíduos recebiam informação sobre o mundo afora e interessaram as ideias do incipiente movimento LGBT na Europa, nos Estados Unidos e na Argentina, ainda antes do golpe de 1976. Um primeiro esforço foi exatamente em 1976, quando um ativista distribuiu convites, em alguns pontos de encontro de homossexuais e para a imprensa, do encontro social da União do Homossexual Brasileiro, que iria ocorrer em 4 de julho nos jardins do Museu de Arte Moderna, claramente relacionado ao calendário internacional da parada LGBT, realizado no final de junho, em New York. Parte do folheto dizia:

31. Uma análise detalhada deste caso pode ser encontrada em COLAÇO, Rita. De Denner a Chrysóstomo, a repressão invisibilizada: as homossexualidades na ditadura (1972 a 1983). In: James N. Green e Renan Quinalha (orgs.), Ditadura e homossexualidades; repressão rsistência e a busca da verdade,São Carlos; Editora da UFSCar, 2014, pp. 231 – 239.

> *"Dia do Homossexual. Na ocasião, além de nos confraternizarmos, teremos oportunidade de conhecer o perfil da luta em que nos empenhamos pelos direitos do homossexual brasileiro e por uma vida digna e respeitada. Vá e leve o seu caso. Se for poeta, leve a sua poesia. Se for músico (compositor) leve os seus trabalhos. Se for simpatizante, leve o seu sorriso e o seu abraço para um amigo desacompanhado. Viva a União do Homossexual Brasileiro. Por melhores oportunidades e igualdade de condições. Viva 4 de julho! Alegria. Amor. Respeito[32]."*

O convite usava uma linguagem que lembrava o movimento estudantil, mas os *slogans* traziam um teor menor de confrontação. O tom do folheto veiculava tanto uma precaução como um desejo de criar um movimento com base na igualdade e no respeito mútuo. No dia 4 de julho, enquanto os repórteres cobriam o evento, oito camburões e setenta homens do Departamento Geral de Investigação Especial cercaram o museu[33]. O encontro não ocorreu e o esforço de mobilizar os homossexuais do Rio de Janeiro fracassou. A reação oficial à tentativa de organizar um grupo ativista gay indicava que o governo ainda via qualquer evento público, político ou semipolítico, como potencialmente subversivo. Embora os homossexuais pudessem se reunir, ainda que sob o olhar da vigilância, em discotecas nos sábados à noite, o agrupamento num espaço público para reivindicar igualdade, dignidade e respeito, constituía um desafio ao regime. Nos primeiros dias da liberalização política, atividades democráticas desse tipo ainda eram solapadas antes mesmo que tivessem qualquer chance de sucesso.

32. A jaula da bicha está aberta.Bagaço, 1976.
33. Polícia acaba com Dia do Homossexual.. Última Hora, 5 jul. 1976, p. 6.

Um ano mais tarde, a atmosfera política havia melhorado significativamente. No fim de 1977, Winston Leyland, editor da *Gay Sunshine Press*, de São Francisco, veio ao Brasil para coletar material a fim de publicar uma antologia de literatura gay latino-americana. João Antônio Mascarenhas, seu anfitrião no Rio, aproveitou a visita de Leyland para organizar uma série de entrevistas com a imprensa, nas quais ele falaria sobre o movimento internacional pelos direitos gays. A cobertura da imprensa foi ampla e extremamente simpática. A visita de Leyland catalisou o grupo de intelectuais que se encontrou com ele. Eles decidiram formar uma cooperativa editorial e publicar um jornal para que seria um veículo para a discussão sobre sexualidade, discriminação racial, artes, ecologia e machismo. O editorial do primeiro número do *Lampião da Esquina*, intitulado "Saindo do gueto", dizia:

> *"Brasil, março de 1978. Ventos favoráveis sopram no rumo de uma certa liberalização do quadro nacional em ano eleitoral, a imprensa noticia promessa de Executivo menos rígido, fala-se na criação de novos partidos, de anistia, uma investigação das alternativas propostas faz até com que se fareje uma 'abertura' de discurso brasileiro. Mas um jornal homossexual, para quê?[34]"*

Os editores, em seguida, defenderiam a necessidade de romper com o isolamento do gueto no qual os homossexuais brasileiros circulavam, bem como de derrubar os estereótipos sociais associados à homossexualidade. Aguinaldo Silva, o principal líder dessa empreitada, explicava o plano para o novo jornal como uma reação aos difíceis problemas enfrentados

34. Saindo do Gueto. Lampião da Esquina, n.0, abr. 1978, p.2.

pelos homossexuais:

> *Mas há, ao mesmo tempo, uma maioria de homossexuais que procura, navegando através da repressão, levar uma vida não 'anormal', que não se pode levar uma vida normal numa sociedade semiapodrecida como a nossa. Mas, pelo menos, tentando viver exatamente, como as outras pessoas — quer dizer, 'batalhando' pura e simplesmente pelo dia a dia*[35]*."*

A publicação de *Lampião da Esquina* marca a consolidação de um movimento político no Brasil. Inspirados nos outros setores que se mobilizaram contra a ditadura - os estudantes, os operários, as mulheres e os negros - o jornal mensal serviu como catalisador para a formação de grupos politizados que começaram um processo lento de articulação de várias reivindicações contra a marginalização e discriminação das pessoas LGBT no Brasil. A formação em maio de 1978 do grupo Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais, que depois adotaria o nome "Somos: Grupo de Afirmação Homossexual", inspiraria a fundação do Grupo Somos, no Rio de Janeiro, e, logo depois, o grupo Auê, duas agrupações pioneiras no esforço de articular uma visão política para combater ideias e práticas discriminatórias contra as pessoas LGBT. As primeiras atividades das novas organizações combinavam um processo interno de afirmação da homossexualidade e campanhas contra imagens negativas na imprensa[36].

Para quem argumenta que não houve uma política de Estado contra a homossexualidade durante a ditadura, basta examinar as tentativas do regime militar em fechar o jornal *Lampião da Esquina*, que, logo após o primeiro número, atingiu uma circulação nacional de 10.000 exemplares e foi vendido nas principais capitais do país. No meio do processo da abertura, o governo iniciou uma tentativa de fechar os jornais "alternativos", que canalizavam diferentes dimensões da oposição à ditadura. Os editores enfrentaram censura prévia, a proibição de números específicos, cortes em acesso ao papel para rodar a publicação, e, no caso de *Lampião da Esquina*, tentativa de enquadrar os jornalistas na lei da imprensa por "atentados aos bons costumes". Utilizando este item da lei para intimidar os jornalistas, eles foram chamados para depor, fichados e ameaçados com vários anos de prisão por ter publicado um jornal cuja temática principal era a defesa da homossexualidade com um público-alvo de pessoas LGBT. Apesar de arquivada pelo juiz da Vara Federal da Seção Judiciária Federal do Rio de Janeiro posteriormente, esta denúncia é sintomática como ameaça de silenciamento dirigida contra o principal veículo de circulação mais ampla do movimento homossexual brasileiro da época.

Do ponto de vista da ditadura, ficou evidente que as homossexualidades se encaixavam na noção das práticas "subversivas", além de atentarem contra a moral que orientava as políticas públicas e afrontarem as motivações ideológicas do oficialato que estava no comado. Felizmente, os movimentos sociais, especialmente o movimento sindical, acumularam forças para expandir e avançar o processo de distensão, dificultando a implementação de várias medidas autoritárias e arbitrárias dos militares em silenciar setores em movimento.

É necessário lembrar uma pessoa importante nas campanhas para os plenos direitos das pessoas LGBT nos anos 80 e durante os primeiros momentos na consolidação da democracia. Herbert Eustáquio de Carvalho, conhecido como Herbert Daniel, militava na esquerda clandestina durante os anos 60, admitindo que o preço para poder entrar na esquerda foi reprimir a sua homossexualidade. Líder nacional da Vanguarda Popular Revolucionária, que sequestrou os embaixadores alemão e suíço para exigir a libertação de 110 presos políticos, ele elaborou uma crítica da homofobia das esquerdas no exílio e voltou ao Brasil em 1981 com um projeto político audaz e avançado, que incluía a luta pela igualdade de gays, lésbicas, travestis e transexuais. Candidato a deputado estadual pelo PT/PV em 1986, sua campanha eleitoral produzia propaganda inovadora e abrangente que apontava a necessidade de relacionar a luta contra a opressão, exploração e discriminação de homossexuais, mulheres e negros com uma consciência ecológica e o apoio ao desenvolvimento sustentável, temas que a esquerda brasileira raramente sabia integrar nos seus discursos políticos. A partir de 1987, quando começou a trabalhar com a Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS, e, depois, como fundador da organização PelaVida em 1989, ele promovia a ideia de que a solidariedade era a melhor cura para a AIDS. Na época, para alguns, parecia algo abstrato quando ainda não existiam tratamentos eficazes. Entretanto, esta concepção capturava a essência das campanhas para defender as pessoas vivendo com HIV/AIDS e a luta contra a discriminação[37].

O fim da ditadura nos anos 80 trouxe outros desafios para as pessoas que se mobilizaram pela democracia, mas fica evidente que a repressão política e policial, que reinava nos piores anos do regime militar, ocorreram justamente no período em que surgiu um movimento internacional a favor das pessoas LGBT. A repressão do Estado ditatorial atrasou o florescimento de um movimento organizado no Brasil, que só poderia consolidar-se amplamente nos anos 90 quando a democracia criava as condições para uma expansão nacional do movimento LGBT e o seu engajamento em diversos processos para expandir a cidadania no país.

35. Ibidem, p. 2.
36. GREEN, James N. Mais Amor e Mais Tesão: A Construção de um Movimento Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis, Cadernos Pagu 15.2000,p.271-96.
37. GREEN, James N., Herbert Daniel: Política, homossexualidades e masculinidades no Brasil nas últimas décadas do século XX. In.Masculinidades: teoria, crítica e artes,eds. José Gatti and Fernando Penteado, 131-149. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2011.

Capítulo 12 - VOZES DESPERTADAS

Neste capítulo, Comissão da Verdade do Rio (CEV-Rio) apresenta as histórias de mulheres e homens que a procuraram espontaneamente para narrar, pela primeira vez, a violência a que foram submetidos durante a ditadura de 1964. Inseridas no doloroso processo de constução da verdade, as narrativas dão voz àqueles que foram perseguidos, impedidos de exercer suas profissões, presos e torturados, bem como aos que foram privados de conviver com seus familiares mortos ou desaparecidos pela repressão. Os relatos apresentam uma pequena fração do enorme grupo de pessoas afetadas pelo terror de Estado e que permaneciam "anônimas" em nossa história oficial. Os depoentes transmitiram a necessidade de contar aos outros o que havia acontecido em suas vidas, atribuindo um valor pedagógico, político e reparatório ao ato de testemunhar.

As narrativas apresentadas evidenciam que, apesar de transcorridas décadas do fim da ditadura militar, o silêncio, o incômodo e o medo dos atingidos de contarem suas histórias de vida são marcas ainda presentes no processo de transição brasileiro. Na medida em que se abre uma porta para o testemunho, percebe-se que a multiplicidade da violência foi tão variada quanto a quantidade dos sujeitos atingidos, assim como são múltiplas as estratégias de superação da dor.

O ato de narrar o trauma, de colocar em palavras as experiências vividas no contexto de violações tão profundas, busca superar a dificuldade de se transmir histórias até então inseridas no âmbito da vida privada dos indivíduos e situadas, muitas das vezes, no campo do indizível, do inenarrável, tamanha dor e violência sofridas: "A narrativa teria, portanto, dentre os motivos que a tornavam elementar e absolutamente necessária, este desafio de estabelecer uma ponte com os outros(...)"[1]. O trabalho da CEV-Rio consistiu, precisamente, em fortalecer essa ponte, e, por meio da escuta oficial do Estado, despertar vozes silenciadas por tanto tempo.

Airton Joil Araújo[2]

Em 21 de maio de 2014, Airton Joil Araújo, militar aposentado de 62 anos de idade e residente de Nova Friburgo (RJ), procurou a CEV-Rio sem marcar previamente. Foi recebido por assessores da Comissão e, sereno, iniciou seu depoimento de maneira objetiva, apesar de estar relatando algo que manteve em segredo nos últimos quarenta anos.

> *"Eu vinha do interior, de Nova Friburgo, e a minha intenção era seguir no Exército o resto da minha vida. Porque a vida na lavoura tinha muita dificuldade, meu pai tinha 13 filhos, e eu queria ficar no Exército. Até que no mês de maio ou junho [de 1972] eu estava de serviço e um Sargento de Dia, chamado Sargento Oliveira, me mandou interrogar um preso que estava lá encapuzado, só que o interrogatório do preso era feito através de tortura. Eu me recusei a fazer a tortura e a interrogar a pessoa. "Eu não vou fazer isso porque eu sou católico e não vou fazer esse tipo de coisa". "Você não vai fazer?". "Não, eu prefiro que não, botem uma pessoa que tenha uma estrutura melhor para fazer, uma estrutura psicológica até". E eles falaram: "então está bem, sai daí!"*

Em seu trabalho, a Comissão reconheceu o sofrimento vivenciado por inúmeros militares duramente atingidos pelo golpe de 1964, ouvindo seus testemunhos. O depoimento de Airton Araújo revelou uma situação extrema e corajosa de resistência no interior do meio militar. O caso se deu no quartel do 4º Grupo de Canhões 90 mm Antiaério, da Artilharia Antiaérea do Exército brasileiro, em Barretos, Niterói (RJ). Em um gesto de compaixão, o ex-soldado recusou-se a obedecer ordens superiores que o mandavam torturar uma pessoa detida, o que não ficaria impune segundo a lógica autoritária de então:

> *"Dali a meia hora vieram um subtenente e um sargento e falaram que eu era subversivo o Segundo Sargento Oliveiros e o Subtenente Laudecir (...). Como é que eu poderia ser um subversivo se eu vinha do interior, vinha da roça, não sabia nem escrever quase. Eu não tinha contato com essa gente. Só que também eu não aceitava, eu não estava de acordo em torturar ninguém para confessar as coisas que às vezes nem teria sido cometida. Eles me botaram o capuz, me levaram em um lugar chamado portão dos fundos, onde tem a linha do trem, mas aí já não foi o subtenente e o sargento, foram duas pessoas encapuzadas e fardadas. Me bateram bastante. Me deu uma hemorragia aqui no peito [direito], isso aqui cresceu e ficou desse tamanho, cresceu uns dez centímetros, essa perna aqui [esquerda] ficou com defeito e na cabeça até hoje sai o ponto-de-linha que eles deram aqui [lado esquerdo com a pele avermelhada]. Eles me bateram muito e viram que eu estava já para morrer, aí me trouxeram para a Policlínica Central do Exército, porque deu uma hemorragia por dentro do peito, o sangue queria sair e não podia. Me jogaram deitado, eu bati com isso na linha do trem, que foi a pancada mais forte, e me deram outro pontapé em cima, de coturno."*

Após ser levado para a Policlínica, Airton ainda passou pelo Hospital Universitário Antônio Pedro e pelo Hospital Central do Exército (HCE). No período em que esteve hospitalizado, ficou em coma e passou por algumas cirurgias, até que foi enviado de volta para o seu batalhão, onde passou mais alguns dias na enfermaria. Ao retornar, Airton Araújo foi informado de que seria desligado das Forças Armadas. Mesmo apelando da decisão, o processo teve seguimento e seu desligamento concluiu-se em novembro de 1972, restando a Airton apenas uma menção honrosa e uma carta de recomendação para a Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro. Ao candidatar-se a um emprego na Polícia foi, contudo, recusado por ser semianalfabeto e pelo problema que havia adquirido na perna devido à tortura sofrida no quartel. As violências sofridas e a expulsão das Forças Armadas geraram profundas sequelas psicológicas em Airton.

> *"Eu fiquei com síndrome do pânico, não podia ver uma farda, não podia ver uma arma, então eu fui internado em uma clínica psiquiátrica em Nova Friburgo [Sanatório Naval de Friburgo]. (...) Tomava remédio muito forte, até hoje eu tomo onze remédios, só que eu tinha que me virar, tinha que dar meu jeito de ganhar a minha vida. Com medo de ficar no estado do Rio, eu fui para São Paulo."*

Airton foi novamente recusado na Polícia Militar, desta vez em São Paulo, em razão das sequelas da tortura. Abandonando de vez o sonho de ser soldado do Exército, buscou emprego como motorista e, apesar dos muitos obstáculos, seguiu nesta carreira até se aposentar.

> *"Fiquei em São Paulo durante um ano. Fui trabalhar de motorista de ônibus, teve uma empresa que eu trabalhei só um dia, sabe... até hoje eu tenho síndrome do pânico. Quando eu estou no meio de tumulto, de muitas pessoas, eu fico apavorado. Aí eu trabalhei um dia e fui mandado embora da empresa de ônibus. Entrei em uma empresa de transporte. Fiquei três meses, eles descobriram que eu tinha problema e também me demitiram. Até que com o tempo eu fui fazendo tratamento (...) e fui recuperando. Voltei a trabalhar bem, fui até motorista padrão de empresas grandes, só que de vez em quando, se eu ficava muito nervoso, até com passageiro, eu ficava com*

1. SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma - A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. In: Psi.Cli., Rio de Janeiro, 2008. Vol.20, N.1. p. 65-82.
2. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Airton Joil Araújo para a CEV-Rio.

vontade de jogar a carreta, o ônibus, tudo em algum lugar onde... se parava num engarrafamento eu já ficava muito nervoso. Ultimamente piorou muito, estou aposentado por invalidez."

As mudanças não foram apenas de empregos, de funções e de sonhos. Ora pelas sequelas físicas, ora pelas psíquicas, Airton viu-se obrigado a mudar de cidade muitas vezes. No município onde nasceu, Nova Friburgo, as empresas de ônibus já o tinham como louco e não o contratavam. "Tudo o que eu passei, a humilhação que eu passei, ser chamado de maluco, apanhar sem poder me defender do Exército porque na época da ditadura se eu fizesse alguma reação eles me mandavam para o DOPS lá em São Paulo, DOI-CODI na época do Newton Cruz".

Airton registrou seu depoimento para obter alguma forma de reparação, principalmente a readmissão no Exército. O ex-soldado ainda buscava o seu prontuário médico no Hospital Central do Exército, a fim de comprovar com documentos as informações apresentadas. A CEV-Rio registrou seu depoimento como um exemplo de resistência à ditadura e de coragem na defesa dos direitos humanos.

Carlos Otávio Camacho França[3]

No dia 28 de outubro de 2013, Carlos Otávio Camacho França chegou à sede da Comissão da Verdade do Rio para dar o seu testemunho. Criado em Niterói, começou sua militância política através do movimento estudantil na Faculdade de Veterinária da Universidade Federal Fluminense (UFF). A partir de seu envolvimento com o Diretório Central dos Estudantes (DCE), participou do Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) de 1968, na cidade de Ibiúna. Com apernas 19 anos, Camacho foi preso junto com centenas de estudantes. De São Paulo, foi transferido para a Secretaria de Segurança de Niterói e posteriomente encaminhado ao Hospital Antônio Pedro, por estar fisicamente debilitado em razão dos maus tratos e da falta de comida.

Após ter alta no hospital, foi levado pela Marinha para a Fortaleza de Santa Cruz, onde ficou de 15 a 20 dias. Lá, conheceu o antropólogo Darcy Ribeiro, que o ajudou inclusive compartilhando comida. Solto dias depois, foi preso novamente e obrigado a assinar um documento de renúncia ao DCE da UFF.

Entre o final de 1968 e o começo de 1969, cansado das prisões e com medo do que poderia acontecer com ele e sua família, entrou na clandestinidade e se juntou ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR): "Cheguei à conclusão que não tinha mais saída: ou eu pegava em armas ou eu pegava em armas." Atuou no grupo armado da organização e participou de ações de expropriação de carros e de bancos: "Mas nesse tempo, de 1968 em diante, a porrada era muito violenta.Eles pegavam o cara e torturavam, torturavam, torturavam até ele abrir o ponto de encontro com companheiros da organização".

No final de 1969, depois de muitas prisões, Camacho foi levado a Salvador para participar da ação de expropriação de um banco. Após fazer o reconhecimento da agência bancária, avaliou que a ação não tinha qualquer chance de êxito. Decidiu abandonar o grupo durante a madrugada, por divergências estratégicas. Sem dinheiro, vendeu um relógio, herança de família, para comprar uma passagem de ônibus para Caratinga, em Minas Gerais, pois sabia que sua namorada tinha família lá. Durante a viagem, soube que a ação havia terminado com prisões e mortes.

Depois de mais de seis meses na cidade, Camacho casou-se e montou uma granja para sobreviver. Uma semana depois do casamento foi acordado de madrugada com os militares à sua procura. Conseguiu fugir pela janela e pegar um táxi para o município de Muriaé (MG). Na volta, o carro foi cercado por agentes policiais. Preso e levado para uma prisão comum em Manhuaçu (MG), Camacho foi violentado por outros presos com o incentivo dos policiais presentes.

No dia seguinte, transferido para Juiz de Fora (MG), e em seguida levado para o Palácio Duque de Caxias, no Rio de Janeiro: "Me botaram um capuz, me jogaram dentro de um Opala e um oficial do Exército falou para mim: 'Você está indo para uma casa respeitada, o DOI-CODI. Você não era estudante de veterinária? Nós sabemos cuidar de cachorro, é a nossa especialidade'. Logo que chegou, levou socos e pontapés de soldados, do cabo Gil e do tenente Hughes. Foi sistematicamente torturado nos dias que se seguiram:

> *"Num determinado momento de terror, depois de muitas porradas, já todo mijado e com fezes, senti que a nossa percepção da dor parece ficar dormente, anestesiada. Passo a passo vamos entrando num transe em câmera lenta, abandonando os sentidos do corpo. Chega o cheiro ácido da morte."*

Um dia, testemunhou a morte de um companheiro de cela, um gaúcho militante do VAR-Palmares, cujo nome não ficou sabendo. "Quando ele foi levado pelos soldados da PE, conseguiu dizer que ia morrer: 'Eles vão me matar, Carlos!'. Em decorrência das torturas que sofreu, Camacho perdeu parte da audição e ficou com cicatrizes no corpo:

> *"Quando o cara levava choque ele dava um tipo de grito. Quando levava porrada, o grito era outro A gente sabia. (...) Eu tenho muitos companheiros que tem pânico [de falar das torturas]. A tortura é tão violenta que não são só essas marcas no corpo que ficam, é o trauma emocional, psicológico, que são as cicatrizes que carregamos. É nas vísceras mesmo! (...) Tortura é um inferno. Não acaba nunca."*

Um dos piores momentos que passou, segundo Camacho, foi o dia em que "um tal de capitão Bandeira" o levou para a sala de tortura, onde se deparou com um companheiro nu e amarrado no pau-de-arara. O capitão Bandeira propôs "Você vai acionar a manivela para dar choque nesse filho da puta". Camacho cuspiu no rosto do militar. "Em reação, os agentes despejaram óleo de uma garrafa, abriram minhas pernas e começaram a me rasgar aqui embaixo, como se fossem me castrar." Encaminhado para o HCE, foi atendido por um enfermeiro que havia sido seu colega na UFF, que informou sua familia sobre o local onde ele se encontrava. Depois da visita dos advogados Modesto da Silveira e Augusto Süssekind, foi enviado para a Vila Militar. Condenado à prisão perpétua, mais tarde absolvido, permaneceu preso durante seis anos

César Augusto Chaves Fernandes[4]

César Augusto chegou à sede da CEV-Rio em janeiro de 2014, acompanhado de seu filho. Embora já tivesse procurado informações a seu respeito no Arquivo Nacional e no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), essa foi a primeira

3. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Carlos Otávio Camacho França para a CEV-Rio

4. Acervo CEV-Rio. Testemunho de César Augusto Chaves Fernandes para a CEV-Rio.

vez que falou sobre o assunto desde que saiu da prisão. No início do testemunho, César afirmou que nunca se arrependeu da escolha, feita no passado, de resistir às imposições e violências da ditadura. Durante uma hora, com a voz calma relatou como ele e sua companheira foram submetidos a torturas e impedidos de estudar, de pensar, de se manifestar e de trabalhar.

César iniciou sua vida política em 1967, com dezoito anos. A princípio não ingressou em nenhuma organização política, mas participou de greves no Colégio Pedro II da Tijuca, mantendo contato com integrantes da Juventude Estudantil Católica (JEC): "A igreja que tinha na Tijuca, no final da São Francisco Xavier, cedia o espaço para a JEC, pros estudantes. Eu não era da Igreja, mas fazia essas organizações, planejava greves, esse movimento todo, participação em passeata".

Posteriormente, se aproximou da União Metropolitana dos Estudantes Secundários (UMES), do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e da Aliança Libertadora Nacional (ALN). Em 1973, quando estudava na UFF, participou de um grupo de estudos com um professor da instituição que o convidou para ingressar na Resistência Armada Nacionalista (RAN). Aceitou o convite e ingressou na organização junto com sua companheira Maria da Conceição, já falecida.

> *"Quando o professor foi preso a gente já tinha conhecimento que os pontos estavam caindo, que a coisa estava desmoronando. Eu fiz então um procuração, minha mulher também, e deixamos com um amigo. Nós tínhamos que ligar pra ele todo dia senão ele entraria com um habeas corpus com um advogado."*

Em meados de setembro de 1973, após semanas na clandestinidade, passou em sua casa em Botafogo para buscar roupas, junto com dois amigos que não sabiam de sua militância: "Quando eu subi em casa pra pegar minha roupa os caras entraram junto".

Ali mesmo recebeu chutes e socos no rosto. Sua mulher, que o havia seguido, foi presa ao entrar no apartamento:

> *"Saímos com duas pessoas apontando armas pra gente, uma metralhadora e um revólver, e a vizinha do lado uma senhora disse: 'São comunistas porque eles passam a noite inteira escrevendo! Aí tem uma gráfica!'. Na verdade eu era tradutor e eu passava a noite na máquina de escrever, mas trabalhando."*

César e Maria da Conceição seguiram em carros diferentes. Ele no chão do banco de trás de uma Kombi com uma arma encostada na cabeça durante todo o trajeto até o DOI-CODI. Maria da Conceição passou pela Policia do Exército e depois foi levada para Penitenciária Talavera Bruce. César soube que sua mulher passara por torturas sexuais, mas ressalvou que não quis saber de detalhes, pois o casal nunca conseguiu conversar profundamente sobre o assunto.

Na mesma noite, ele passou pelo primeiro interrogatório, nu, a cabeça encapuzada depois de ter o cabelo raspado. Não se recorda quanto tempo durou o interrogatório. Num momento, após novos socos e chutes, trouxeram uma militante, a quem César reconheceu, mas negou saber seu nome. Foi arrastado para a cela conhecida como "geladeira":

> *"Você perde a noção do que é dia e do que é noite. (...) Eu fui pra geladeira. Devo ter passado ali uma noite completa. Eu fiquei nu escutando gravações de pessoas sendo torturadas (...) era uma coisa, como com todos que passaram por isso, horrível. Você fica lá naquela situação, não enxerga um palmo na frente do nariz, com muito frio e escutando gritos de pessoas torturadas."*

Após três dias no DOI-CODI, foi informado que seria transferido, sem saber para onde:

> *"Nesse caminho eles fizeram a simulação de fuzilamento comigo. Eu tava num carro com caçamba, aquelas viaturas que tinham antigamente, tipo Veraneio. Só que não era da polícia. E eles me pararam e me encostaram num barranco e "agora você vai morrer filho da puta comunista" e atiraram, deram tiro, mas era bala de festim."*

Terminada a cruel simulação, seguiram viagem. De lá, César acredita ter sido levado para a Vila Militar, onde ficou cerca de dois dias sem comida. Ainda na Vila Militar, foi para o Regimento de Cavalaria Mecanizada (RC MEC), onde esteve por cerca de vinte dias, acompanhado de outros militantes. Durante todo o tempo em que esteve preso, César ainda era considerado desaparecido, pois não havia nenhuma informação oficial de sua prisão. No total, ele acredita ter ficado um mês desaparecido. No início de 1974, foi a julgamento na 2ª Auditoria do Exército. Sua defesa foi feita pelo advogado Oswaldo Mendonça. Todos os integrantes da RAN foram absolvidos. Ele continuou sob vigilancia dos órgãos de repressão até 1983. Até hoje César não obteve nenhum documento oficial sobre sua prisão, apesar de ter passado por três locais de tortura.

Thereza Álvares Vidigal[5]

Em novembro de 2013, a CEV-Rio recebeu uma correspondência não identificada, vinda de Belo Horizonte (MG). Como não constava o contato do remetente, iniciou-se uma busca para tentar encontrar a família que a escrevera. Foi possível localizar Thereza Álvares Vidigal, viúva de João Fortunato Vidigal. Um primeiro contato telefônico foi feito para agendar o seu depoimento à CEV-Rio, que ocorreu no dia 04 de abril de 2014. Muito emocionada, Thereza iniciou seu relato fazendo um apelo: "Nós queremos que o caso de João Fortunato Vidigal seja reconsiderado e colocado em pauta para que as circunstâncias de sua morte sejam definitivamente esclarecidas".

João Fortunato Vidigal nasceu em Mariana em 1943 e passou a maior parte de sua vida em Belo Horizonte. Era filho do ferroviário Anibal de Castro Vidigal e de Mariana Elias Martins. Em 1963, iniciou o curso de Psicologia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Dois anos depois casou-se com Thereza.

Em abril de 1966, após Thereza ser presa por agentes do DOPS e do CENIMAR em Minas Gerais e libertada por meio de *habeas corpus* impetrado pelo advogado Sobral Pinto, ela e João vieram para o Rio de Janeiro, onde passaram a trabalhar no Banco da Providência. Thereza foi contratada como professora nos cursos de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e João continuou seus estudos de psicologia na UFRJ e, posteriormente, no curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Em maio de 1968, a prisão de um amigo da Ação Popular (AP), que o casal hospedou durante uma semana, ocasionou a detenção de João e Thereza. Ela conta:

5. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Thereza Álvares Vidigal para a CEV-Rio.

> *Fomos levados para o Segundo Batalhão de Infantaria Blindada no bairro de São Cristóvão e duramente inquiridos pelo comandante, coronel Roberto Moura. Fui dispensada em razão de uma hemorragia, mais tarde confirmada como um aborto. João permaneceu detido por mais dois meses. Depois de sua saída, passou a ter que se apresentar semanalmente no mesmo batalhão, durante seis meses."*

Theresa relata que João foi preso preventivamente antes da promulgação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, e novamente preso, em janeiro de 1969, sendo levado para o DOI-CODI, onde permaneceu incomunicável até sair, muito ferido em decorrência da tortura. Em dezembro de 1972, o casal e seus dois filhos foram passar o natal em Belo Horizonte. João precisou voltar ao Rio na noite de 26 de dezembro para uma entrevista de emprego que aconteceria no dia 28. A família achou estranho não ter maiores detalhes sobre a viagem.

No dia 30, João foi encontrado morto pela doméstica Manoelita Pontes, no apartamento onde morava no Catumbi, Rio de Janeiro. A certidão de óbito, assinada pelo médico legista Elias Freitas, apontou como causa mortis pancreatite hemorrágica aguda. Algum tempo depois Thereza foi abordada por uma vizinha, que relatou a visita de dois homens, depois do Natal, procurando pelo casal e dizendo que eram "subversivos". Recentemente, a família descobriu que um mandado de prisão preventiva contra João havia sido expedido em julho de 1972.

O caso de João Fortunato Vidigal foi indeferido pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), sob a justificativa de que o mesmo "faleceu em casa, em 1972, no Rio de Janeiro, de pancreatite aguda hemorrágica"[6]. Diante disso, Thereza desabafou:

> *É possível encontrar o Dr. Elias Freitas, médico legista do IML do Rio? João nunca manifestou sintoma de pancreatite aguda. Essa doença poderia, em poucos dias, se manifestar e levar um paciente à morte, sem que ele tivesse tempo para pedir socorro? O que aconteceu com João entre a manhã do dia 29 de dezembro e a madrugada do dia 30 de dezembro de 1972? Qual foi a verdadeira causa mortis de João Fortunato Vidigal? Nossa família tem o direito de saber o que aconteceu com o João em seus últimos dias de vida."*

Após o depoimento de Thereza Álvares Vidigal, a CEV-Rio iniciou uma investigação e descobriu que Elias Freitas, já falecido, também assinou a necropsia de outros militantes na época. Médicos legistas consultados pela Comissão afirmaram que as informações da certidão de óbito não colaboravam para uma análise mais profunda sobre o real motivo do falecimento.

A equipe da CEV-Rio procurou militantes da Ação Popular (AP), mas nenhum conheceu João Fortunato Vidigal ou esteve no antigo prédio onde a família morava. Moradores não se lembravam do caso, que continua aberto a novas investigações.

Valéria Matos Valério e Waldemar Valério[7]

Valéria Matos Valério esteve pela última vez com o pai por volta de 1972, quando tinha três anos. Sabia dele apenas o pouco que a mãe, Marlene Matos, tinha lhe contado: a habilidade musical no piano, as seis ou sete línguas que falava, o trabalho como tradutor, o temperamento difícil e o envolvimento com a política. Marlene não gostava de falar sobre o assunto. Sofreu muito nesse período e carregou muitos traumas. Contudo, as poucas informações apresentas foram fundamentais para reconstituir o que ocorreu.

Valéria procurou a CEV-Rio no início de 2014 para tentar descobrir mais informações sobre seu pai, do qual sequer sabia o nome verdadeiro. A partir de documentos encontrados pela Comissão no Arquivo Nacional, Valéria pôde conhecer o nome verdadeiro Waldemar Valério, já que o nome que constava em sua certidão de nascimento era o de seu avô, José Durval Valério. Os documentos traziam ainda uma foto de Waldemar, que Valéria nunca tinha visto.

O material pesquisado discorria sobre a militância política de Valério. Em abril 1967, o DOPS/GB relata uma "invasão" ao prédio da Casa do Estudante por 32 estudantes "chefiados por Valerius Valério, ex-universitário expulso da Faculdade de Filosofia"[8] que tinha 28 anos. Por ter colocado este nome na carteira da Casa de Estudante, em maio de 1967, o DOPS/GB solicitou a abertura de uma sindicância para apurar o uso do documento falso [9]. Em setembro do mesmo ano foi detido por "pichamento com letras vermelhas com frases ofensivas ao Fundo Internacional Monetário.[10] Valério ficou detido no DOPS/GB e recebeu a visita de sua companheira grávida em outubro [11].

No tocante à militância de Valério ligada ao Calabouço e à Casa do Estudante, foi possível conhecer o nome de algumas pessoas com quem ele teria se relacionado. Uma delas foi Elinor Brito, com quem a CEV-Rio fez contato. Brito afirmou tê-lo conhecido no Calabouço, e o definiu como uma pessoa valente e comprometida com as causa sociais.

Em novembro de 1969, Valério prestou depoimento à Polícia Federal[12] a respeito de uma viagem realizada em 1967 para Argentina e Chile. As últimas informações encontradas são dois documentos do CISA. Um Informativo de abril de 1971 que afirma que ele "é elemento ligado a grupos subversivos, já tendo estado no Chile entre os dias 1º e 5 de outubro de 1967"[13] e outro Pedido de Busca do DOPS/GB que compila informações suas, datado de junho de 1972[14].

Enquanto a CEV desenvolvia a pesquisa sobre o caso, Valéria tentou conseguir mais informações junto à mãe e organizar um arquivo do que já tinha obtido. Marlene faleceu em fevereiro de 2015, convivendo com a angústia e o medo gerados por aquele período.

> *Naquela época, trinta anos atrás, era medo, medo mesmo e acabou. E minha mãe deixava isso bem claro. A família tentava ajudar, falava "Marlene você precisa de um psicólogo", porque ela ficava trancada, literalmente dentro de casa comigo. Nós não saíamos pra lugar nenhum, eu não me lembro de passear com a minha mãe. (…) Ela tinha uma necessidade de controle total sobre a minha vida, mas ao mesmo tempo ela queria ser independente de qualquer ajuda. Qualquer pessoa que viesse ajudar, ela se negava porque achava que ia entrar muito na vida dela e ia descobrir esses medos e essas coisas."*

Em 1972, Marlene e a filha mudaram-se para sua terra natal, Fortaleza (CE):

> *Nessa época minha mãe foi fugida, pegou um avião e foi*

6. BRASIL. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Direito à Memória e à Verdade. Secretaria Especial de Direitos Humanos: Brasília, 2007, p. 455..
7. Acervo CEV-Rio. Depoimento de Valéria Matos Valério para a CEV-Rio.
8. APERJ, Fundo Polícias Políticas, Setor DOPS, Pasta 65, Dossiê 3, fl. 56 e 57.
9. APERJ, Fundo Polícias Políticas, Setor Estudantil, Pasta 10, fl. 2.
10. APERJ, Fundo Polícias Políticas, Setor Secreto, Pasta 14, fl. 252.
11. APERJ, Fundo Polícias Políticas, Setor Estudantil, Pasta 17, fl. 52 e 54.
12. Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_Z4_DPN_PES_DEP_0002, p. 41 – 43.
13. Arquivo Nacional, SNI: BR_AN_BSB_VAZ_037_0224, p. 1.
14. APERJ, Fundo: Polícias Políticas, Setor: Secreto, Pasta: 105, fl. 275.

embora pro Ceará. E aí nunca mais minha mãe viu o meu pai. Eu com uns três anos. Lá que ela sofre com a tortura que sofreu no DOPS do Ceará. (…) Ela falou que uma vez ela ficou sentada numa cadeira com um cara falando com ela a mesma coisa, repetindo as mesmas perguntas, até ver se ela ia falar. E foram muitas vezes. Aí ela falou que pegaram uma outra mulher com uma criança e queimaram com um cigarro a perna da criança e disseram que iam fazer a mesma coisa comigo. Ela ia contando isso aos pouquinhos. Quando fizeram isso, na última noite, de mostrar a criança, ela se desesperou. Porque eles queriam que ela escrevesse uma carta dizendo para o meu pai que ele precisava dar guarida pra um primo dela. Que era um agente, na verdade. Ela fez essa carta, próprio punho. E eles enviaram pro meu pai. Depois disso minha mãe nunca mais viu meu pai. Como ela tinha rompantes, a gente não sabe se ela realmente enviou ou se foi viagem da cabeça dela, ela fugia comigo dos lugares dizendo que meu pai tava no local. "Olha seu pai tá ali, vambora" e a gente entrava na casa das pessoas... Eu me lembro claramente da mamãe batendo na casa das pessoas do prédio. A gente entrava e ficava lá... Então, a minha mãe realmente sofreu tortura e depois ficou com sequelas."

O objetivo dos agentes ao fazê-la assinar a carta era fazer um encontro com Valério para prendê-lo. Após esse episódio, elas voltaram para o Rio. O terror vivido e o medo de ter sido responsável pela morte do ex-companheiro afetaram para sempre a vida de Marlene e, por consequência, a de Valéria. Em menos de dez anos elas moraram em dezenove bairros diferentes e Valéria frequentou quinze escolas. O sentimento de estar sendo perseguida e a necessidade de fugir de algo acompanharam as duas por décadas, mesmo quando Valéria se tornou adulta. Embora não tenha sido possível precisar exatamente o que aconteceu com Waldemar Valério, foi possível descobrir um pouco mais de seu passado, proporcionando algum alívio para Valéria.

Capítulo 13 - INVENTÁRIO DE CICATRIZES

Fala-se à boca miúda/ nos corredores do Cisa, Cenimar e Doi/ que a Vanguarda Popoular Celestial/ como eles denominam o local que os guerrilheiros vão depois de mortos/ está sediada em algum ponto da Restinga de Marambaia/ É lá que os corpos dos militantes presos são jogados à noite de helicóptero:/ descrevem uma parábola no ar/ abrem uma fenda branca na espuma/se aprofundam e adormecem/sem vingança possível.[1]
(Cemitério de Desaparecidos, Alex Polari de Alvarenga)

Iniciada com o golpe de 1964, a ditadura civil-militar deu início a um dos períodos mais violentos na história brasileira. Camuflada ou ostensiva, a violência sempre esteve presente na história do Brasil, sobretudo dos mais fortes e poderosos contra os pobres e oprimidos. Mas a ditadura de 64 instaurou um período de terror, ferindo princípios básicos da civilização. Em seu rastro, deixou crimes contra a humanidade, considerados imprescritíveis pela legislação internacional de Direitos Humanos. Cidadãos brasileiros que se opuseram ao seu arbítrio foram classificados de subversivos, terroristas e inimigos da pátria, num processo autodeclarado de guerra psicólogica adversa.

A ditadura usou de seu poder incontrastável para legitimar seus atos, praticados em nome da "ordem e da paz social". Leis e decretos foram criados para dar aparato legal aos assassinatos e chacinas de opositores. Centenas de jovens estudantes, que integravam as organizações de luta armada, foram eliminados. Não escaparam da perseguição líderes políticos, militantes experientes do PCB, dirigentes sindicais e muitos outros que se opuseram ao regime.

Neste capítulo, a CEV- Rio apresenta doze casos marcantes de vítimas do terrorismo do Estado: Mário Alves, José Roberto Spiegner, Jorge Leal Gonçalves, Rubens Paiva, Marilena Villas Boas e Mário Prata, Stuart e sua mãe Zuzu Angel; Raul Amaro Nin Ferreira, Honestino Guimarães, Fernando Santa Cruz e Eduardo Collier.

Parte de uma geração, que sonhava com um país com liberdade e menos desigualdade social, foi esmagada.

Nove dos que integram essa relação encontram-se desaparecidos até hoje, agravante que revela um grau de torpeza da repressão. A ditadura prendeu, sequestrou, torturou, matou e fez desaparecer os corpos destes cidadãos. Imóveis de propriedade do Estado foram utilizados para a prática criminosa, muitos deles situados em centros urbanos, como é o caso do quartel da Polícia do Exército, na rua Barão de Mesquita, na Tijuca, Rio de Janeiro, que sediou o DOI-CODI.

Num ensaio escrito em meio ao espanto e à indignação provocados pela revelação dos porões da guerra da Argélia, o filósofo Jean Paul Sartre advertiu que "a tortura não é civil nem militar, nem tampouco especificamente francesa, mas uma praga que infecta toda nossa era". Naquele momento, entre 1957 e 1958, os franceses tomaram conhecimento de que o Exército francês e as forças policiais da colônia empregaram sistematicamente a tortura no enfrentamento aos rebeldes argelinos. No ensaio, Sartre exteriorizou o seu horror:

> *"Em 1943, na rua Lauriston, o quartel-general da Gestapo em Paris, os franceses gritavam de agonia e dor e toda a França podia ouvi-los... Apenas uma coisa parecia impossível em quaisquer circunstâncias: que algum dia homens agindo em nosso nome fizessem outros gritar daquela forma.*[2]"

No Brasil, passados 45 anos, ainda não se ouviu este brado de indignação. As investigações realizadas pela CEV-Rio trouxeram fatos novos que ajudam a esclarecer as circunstâncias e autoria desses crimes. Em alguns casos, valendo-se de informações contidas no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, na publicação Direito à Verdade e à Memória da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, e nos relatórios produzidos por familiares de mortos e desaparecidos; em outros avançando em relação ao que ali está descrito. A história, contudo, não termina aqui. O pleno conhecimento da verdade exige que a apuração continue até que o Estado preste contas dos crimes que cometeu, e a verdade histórica seja completamente revelada.

1. Estes versos foram tirados do livro Inventário de Cicatrizes, de Alex Polari de Alverga, ex-militante da Vanguarda Popular Revolucionária, preso e torturado em 1971. Escrito quando ele ainda se encontrava preso, foi lançado em 1978, numa parceria da Editora Global com o Comitê Brasileiro de Anistia e é a inspiração para o título deste capítulo.

2. SARTRE, Jean-Paul. "Preface". In: ALLEG, Henri. La Question. Paris: Éditions de Minuit, 1958.



MÁRIO ALVES

Sequestrado por agentes militares do Estado ditatorial no dia 16 de janeiro de 1970, o jornalista Mário Alves de Sousa Vieira foi levado para o Quartel do 1º Batalhão da PE, na Rua Barão de Mesquita, na Tijuca, onde funcionava o DOI-CODI. Tinha 46 anos. No início da noite deste dia, despediu-se de sua mulher Dilma e saiu de casa, no bairro de Abolição, subúrbio do Rio, para ir a um ponto de encontro com um companheiro de sua organização, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Não voltaria mais. Morreu na madrugada do dia seguinte após oito horas consecutivas de tortura. Um cassetete de aço provocou a perfuração de seu intestino, causando hemorragia interna e morte[1].

Decorrido quase meio século de seu desaparecimento, provas coletadas por meio de relatos de testemunhas e investigações realizadas pelo Ministério Público Federal do Rio de Janeiro (MPF), atestam que ele foi retirado agonizante do DOI-CODI[2]. Testemunhas ouvidas pelo MPF afirmaram terem reconhecido Mário Alves deitado, em posição fetal, com equimoses em todo o corpo, numa cela do segundo andar do Pelotão de Investigações Criminais (PIC). Em sua última imagem vista por outros presos, Mário Alves estava sem o capuz e com esforço conseguiu pedir água. A cela onde foi torturado tinha fezes e sangue espalhados pelo chão. Retirado da cena do crime pelos próprios torturadores e carcereiros, todos identificados na denúncia, nunca mais foi visto[3] .

Documentos localizados pela CEV-Rio no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) demonstram que o jornalista nascido na Bahia e militante desde os 16 anos, sofria um constante monitoramento por parte dos órgãos de repressão, tornando-se um dos dirigentes políticos mais procurados pela ditadura[4]. Em 1945 ingressou no Partido Comunista Brasileiro (PCB), na Bahia, e, nos anos seguintes, atuou no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

1. Denúncia Ministério Público Federal. Caso Mário Alves de Souza Vieira. Disponível em: http://www.prrj.mpf.mp.br/sala-de-imprensa/publicacoes/custos-legis/denuncia-2013-ditadura-militar-2013-caso-Mário-alves-Antônio-cabral-e-luiz-lessa/view
2. Idem
3. Idem
4. APERJ. Fundo Polícias Políticas do Estado do Rio de Janeiro. Setor Informações. Notação 102.

Em 1957 foi eleito para o Comitê Central, e em 1968 rompeu com o Partido e optou pela luta armada. Ao lado de Apolônio de Carvalho, Jacob Gorender e outros membros dissidentes, fundou o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário.

Mário Alves foi o segundo preso político assassinado no DOI-CODI, que acabara de ser instalado[5]. As ilegalidades que cercaram o sequestro, a prisão e o assassinato do jornalista começaram a ser levadas ao conhecimento das autoridades judiciárias do regime militar já em junho de 1970. Em depoimento à 2ª Auditoria do Exército, no Rio de Janeiro, Salatiel Teixeira Rolins, membro da direção do PCBR, preso dias antes de seu desaparecimento, afirmou ter presenciado sua morte em decorrência do brutal espanca-mento que recebeu[6] .

Outro preso que testemunhou a prisão e a tortura de Mário Alves foi o ex-vereador Antônio Carlos de Carvalho, o Tonico. Preso no dia 02 de janeiro, foi testemunha, ao lado de outros três ex-presos já falecidos, Raimundo José de Barros Teixeira Mendes, José Carlos Brandão, ambos advogados, e Manoel João da Silva, dos últimos momentos de vida do jornalista. Graças aos depoimentos que prestaram à Comissão de Direitos Humanos e à Justiça Federal, em 1982, foi possível reconstituir em detalhes o massacre do líder político que se negou a falar.

Disse Antônio Carlos que pela movimentação ocorrida na noite do dia 16, logo soube tratar-se da prisão de uma figura importante[7]. Durante toda a noite, ouviu o desenrolar do interrogatório, marcado por gritos e muita pancadaria. Naquele momento, o prédio do Pelotão de Investigações Criminais (PIC) estava em obras para a montagem do DOI-CODI. A câmara de tortura ainda não era à prova de som e as paredes das celas não iam até o teto. Na cela contígua, os presos acompanharam a prolongada sessão de tortura de Mário Alves[8]. Antônio Carlos reproduziu em seu depoimento um diálogo do interrogatório:

"

Então, você é o Mário Alves de Souza Vieira?
Disse o Mário: vocês já sabem.
Você é o secretário geral do PCBR?
Responde o Mário: vocês já sabem.
Disse um dos torturadores: vai querer dar uma de herói?
A resposta do Mário foi um silêncio desafiador."

Ainda segundo Antônio Carlos, na madrugada do dia 17 de janeiro, ele foi chamado pelo cabo Gil para realizar uma faxina na cela ao lado, junto a Augusto Henrique Olivier e Manuel João da Silva, ligados ao PCBR. De lá, os três viram Mário deitado no chão, ensanguentado e agonizante. Mais tarde, aparentemente ainda vivo, ele foi carregado por quatro homens e depois nunca mais foi visto.

Raimundo Teixeira Mendes, outro militante do PCBR e que estava na mesma cela que Antônio Carlos, no segundo andar do prédio do PIC, contou que subiu no beliche para observar o interrogatório por uma fresta de cerca de dez centímetros existente entre a parede e o teto. Pôde ver Mário Alves dependurado no pau-

5. Antes dele, no final de 1969, morreu em consequência de torturas o militante Roberto Cietto, de 32 anos, do Movimento Armado Revolucionário. A versão oficial, depois desmentida por laudos técnicos, falava em suicídio por enforcamento. Ver SCHIMIDT, Criméia et. al. (org). Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964/1985)/Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, IEVE – Instituto de Estudos sobre a violência do Estado. 2ª ed. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009. p. 149-150
6. SCHIMIDT, Criméia et. al. (org). Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964/1985)/Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, IEVE – Instituto de Estudos sobre a violência do Estado. 2ª ed. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009. p. 173-177

7. Denúncia Ministério Público Federal. Op. Cit
8. Idem

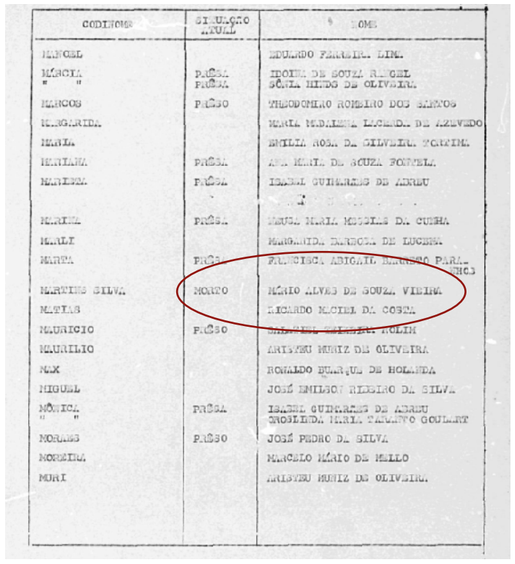
de-arara, recebendo choques elétricos e submetido a afogamento. Como ele estava sem capuz e a sala iluminada, reconheceu-o de imediato. Diante de seu silêncio, os agentes gritavam que poderiam sumir com ele, pois não havia testemunhas de sua prisão[9].

Pouco depois do café da manhã, entre 7h e 7:30h, Raimundo presenciou, da porta de sua cela, Mário Alves sendo retirado por três ou quatro agentes da câmara de tortura. Destes, citou o tenente Corria Lima (Luiz Mário Correia Lima), o inspetor Luiz Timotheo de Lima e o tenente paraquedista Magalhães (José Magalhães Sousa). O mesmo cabo Gil disse depois que o preso havia sido levado para a enfermaria e dali para o Hospital Central do Exército[10].

O terceiro depoimento que confirma a prisão e a tortura de Mário Alves no quartel da Barão de Mesquita foi do advogado José Carlos Brandão, que o conhecia desde o tempo em que militaram juntos no PCB, no ano de 1962. Em seu relato, assim como os de Raimundo Mendes e o de Antônio Carlos, também prestado perante a Juíza Tânia de Melo Bastos Heine no início de 1981, nos autos da ação de responsabilidade civil movida pela esposa e pela filha de Mário Alves, Brandão afirmou

> *que na manhã do dia 17 de janeiro de 1970 foi retirado de sua cela por um cabo e dois soldados e levado à cela onde estava Mário Alves, caído no chão ensanguentado, no 2º andar; que acredita que, por engano, soldados foram severamente repreendidos pelo tenente Magalhães na presença do depoente; que o depoente foi levado a uma outra sala onde o Tenente Magalhães e o Tenente Correia Lima e um civil de nome Timotheo fizeram simulacro de interrogatório e, no fim, o admoestaram para que dissesse que nada vira; que na hora em que entrou na cela de Mário Alves, por ele reconhecido, lá se encontravam o Tenente Magalhães, o Tenente Correia Lima e Timotheo, além de um policial chamado Jair; que não teve oportunidade de falar com Mário Alves, que estava como se estivesse dormindo ou morto[11].”*

Como resultado da ação, a União foi responsabilizada, em 21 de outubro de 1981, pelo sequestro, tortura, morte e ocultação de cadáver do jornalista Mário Alves de Souza Vieira. Esse foi o primeiro caso de reconhecimento da Justiça de prisão e morte de um desaparecido político.



CODINOME	SITUAÇÃO ATUAL	NOME
ALENCAR		ARMANDO FERREIRA LIMA
MARCIA	PAÇOA	JEOVA DE SOUZA ALENCAR
" "	PAÇOA	SONIA MENDS DE OLIVEIRA
ALENCAR	PAÇOA	THEODOMIRO ROMEIRO DOS SANTOS
MARGARIDA		MARIA MADALENA CORREA DE AZEVEDO
MARIA		EMILIA ROSA DA OLIVEIRA MACHADO
MARILIA	PAÇOA	ANA MARIA DE SOUZA FONTES
MARINA	PAÇOA	ISABEL GUIMARÃES DE ABREU
MARINA	PAÇOA	MARIA MARIA MICHILES DA CUNHA
MARLY		RAIMUNDA BARBOSA DE LUCENA
MARTA	PAÇOA	FRANCISCA ABIGAIL MARINHO PARA...
MARTINS SILVA	MORTO	MÁRIO ALVES DE SOUZA VIEIRA
MATIAS		RICARDO MACIEL DA COSTA
MAURICIO	PAÇOA	[illegible]
MAURILIO		ARISTEU MUNIZ DE OLIVEIRA
MAX		RONALDO DUARTE DE HOLANDA
MIGUEL		JOSÉ EMILSON RIBEIRO DA SILVA
MONICA	PAÇOA	ISABEL GUIMARÃES DE ABREU GONSALINDA MARIA FALCÃO GOULART
MORAES	PAÇOA	JOSÉ PEDRO DA SILVA
MOREIRA		MARCELO MÁIO DE MELLO
MORI		ARISTEU MUNIZ DE OLIVEIRA.

Documento acerca de militantes políticos produzido pelo CISA e localizado pela CEV-Rio. O nome de Mário Alves aparece na terceira coluna, ao lado da inscrição “morto”
Crédito: Arquivo Nacional, SNI: DI_ACE_25912_71_002

9. Idem
10. Idem

11. Idem

Além dos depoimentos, há como prova material de sua prisão um documento do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), de 19 de janeiro de 1971, localizado no Arquivo Nacional[12]. A rubrica “militantes, aliados e simpatizantes das organi-zações subversivas” dá uma pista do que se trata: uma lista com os nomes de militantes, seus codinomes e suas organizações. Na página 143, aparece, na primeira coluna, o codinome pelo qual Mário Alves, logo depois, seu nome completo e na coluna do meio, no campo “situação atual”, está a indicação “morto”. A listagem serviu como fonte de informação para o Serviço Nacional de Informações (SNI), o Centro de Informações do Exército (CIE) e o Centro de Informações da Marinha (Cenimar).

No mesmo sentido, em outro documento produzido pelo SNI e também encontrado no Arquivo Nacional[13], consta uma listagem nominal de integrantes do PCB. Datado de 11 de setembro de 1975, indica as datas possíveis de morte de militantes, e, ao lado do nome de Mário Alves, é apresentada a data de 15 de janeiro de 1970 seguida da sigla “GB”, referente ao então estado da Guanabara.

Frente às evidências levantadas, o Ministério Público Federal do Rio de Janeiro realizou investigação em 13 de maio de 2013, com substancial e comprovada denúncia contra o tenente Luiz Mário Valle Correia Lima, inspetor Luiz Timótheo de Lima (já falecido), capitão Roberto Augusto de Mattos Duque Estrada, tenente Dulene Aleixo Garcez dos Reis e major Valter da Costa Jacarandá[14].

Conforme consta dos autos do procedimento de investigação criminal, ficou apurado que os cinco denunciados praticaram o crime de sequestro e tortura de Mário Alves, com a participação ativa dos já falecidos coronel José Ney Fernandes Antunes, inspetor José Paulo Boneschi, capitão João Câmara Gomes Carneiro, major Francisco Demiurgo Santos Cardoso e major Francisco Moacyr Meyer Fontenelle. Entre outros, foram ouvidos, mas não denunciados, o tenente Armando Avólio Filho e o capitão José Ribamar Zamith, notórios torturadores do DOI-CODI.

Pelos depoimentos transcritos junto a documentos que acompanharam a denúncia, Mário Alves foi torturado durante toda a noite em que foi detido ilegalmente. As provas mostram que o eminente militante sofreu vários tipos de tortura, entre elas choques elétricos, pau de arara, afogamento, cadeira do dragão, com aplicação de socos e pontapés. As sevícias ainda incluíram surras com mangueira e cassetete de borracha. Ao final, ele foi empalado, com a introdução em seu ânus de um cassetete com pregos na ponta.

Apesar de o MPF ter reunido provas testemunhais, com a coleta de depoimentos, prestados na Procuradoria da República no Rio de Janeiro, de Paulo Sérgio Paranhos, Álvaro Machado Caldas, Colombo Vieira de Sousa Jr., Fernando Palha Freire, René Louis de Carvalho, Sylvio Renan de Medeiros, Maria Dalva Leite de Castro de Bonet, José Carlos Tórtima e Newton Leão Duarte, e a reunião de elementos de prova documental, que possibilitaram a identificação precisa dos sequestradores e torturadores, em 05 de junho de 2013, a ação foi rejeitada pelo juiz federal Alexandre Libonati de Abreu, da 2ª Vara Criminal do Rio de Janeiro.

12. Acervo CEV-Rio. Documento “Militantes, aliados e simpatizantes das organizações subversivas.”
13. Arquivo Nacional. Informação nº4057/16/1975/ASP/SNI.
14. Denúncia Ministério Público Federal. Op. Cit

A denúncia apresentada pelo MPF subsidiou a atividade da CEV-Rio, "Testemunho da Verdade – Caso Mário Alves", realizada no dia 14 de agosto de 2013, em conjunto com a Comissão Nacional da Verdade. Na ocasião, Lúcia Vieira Caldas, filha de Mário Alves, esteve frente a frente com um dos torturadores de seu pai, o então major e atualmente coronel aposentado do Corpo de Bombeiros, Valter da Costa Jacarandá, único dos quatro militares vivos denunciados pelo MPF que atendeu a convocação. Os três oficiais do Exército que chefiavam as equipes de interrogatório, Luiz Mário Correia Lima, Roberto Augusto de Mattos Duque Estrada e Dulene Aleixo Garcez dos Reis, convocados mediante intimação da Polícia Federal, não se apresentaram pessoalmente, fazendo-se representar pelo advogado Rodrigo Roca.

No evento, foram ouvidos sete ex-presos políticos que estiveram no DOI-CODI no início dos anos 1970. Relataram as sessões de tortura que sofreram com a identificação dos agentes, entre os quais, todos os denunciados. José Carlos Tórtima, Maria Dalva Leite de Castro de Bonet, Sylvio Renan de Medeiros, Álvaro Machado Caldas e Paulo Sérgio Paranhos, todos do PCBR, e José Luis Sabóia e Newton Leão Duarte, apresentaram novas provas contra os acusados. Em particular, deram detalhes de como a passagem de Mário Alves pela Barão de Mesquita marcou a tortura e a rotina carcerária de cada um.



Dos quatro militares convocados para prestarem depoimento na audiência sobre o caso Mário Alves, apenas o ex-major do Corpo de Bombeiros Valter Jacarandá esteve presente; os ex-tenentes do Exército Luiz Mário Correia Lima, Roberto Duque Estrada e Dulene Garcez não compareceram ao ato na ALERJ
Foto: Bruno Marins

Maria Dalva e Sylvio Renan lembraram que o suplício de Mário Alves foi utilizado pelos algozes como um instrumento de intimidação e terror durante seus interrogatórios, em que eram ameaçados de sofrerem as mesmas sevícias e terem o mesmo fim se não falassem. Maria Dalva declarou:

> *"Junto com outros oficiais militares, eles assumiram o crime praticado ao me intimidarem a falar. No pau de arara, toda ligada com fios de dar choque, uma voz cavernosa ao fundo, que me pareceu uma gravação, mas poderia ser alguém falando ao microfone, ameaçava fazer comigo o que já haviam feito com o Mário Alves. E gritavam: 'Adriana [seu codinome], não adianta tentar resistir, sua organização já foi desmontada, o Apolônio [de Carvalho] está aqui, o Mário [Alves] tentou aguentar (...). Quer o mesmo tratamento, sua puta?'. Estou reproduzindo o que falavam. Quarenta e três anos da minha vida aguentando esse pesadelo[15]."*

O jornalista Álvaro Caldas, preso em fevereiro de 1970 reconheceu todos os denunciados como participantes de sua tortura. Disse que as mesmas equipes chefiadas por oficiais do Exército se revezavam nas salas do PIC, lembrando-se do tenente Garcez e do então major Valter Jacarandá, "que usava uma reluzente bota preta de cano longo. Num dado momento da sessão de tortura ele se afastou do grupo e passou a rodar a manivela do telefone de campanha que disparava os choques elétricos".

15. Acervo da CEV-Rio. Testemunho de Maria Dalva Bonet para a CEV-Rio. Testemunho da Verdade "Caso Mario Alves". 14/08/2013.

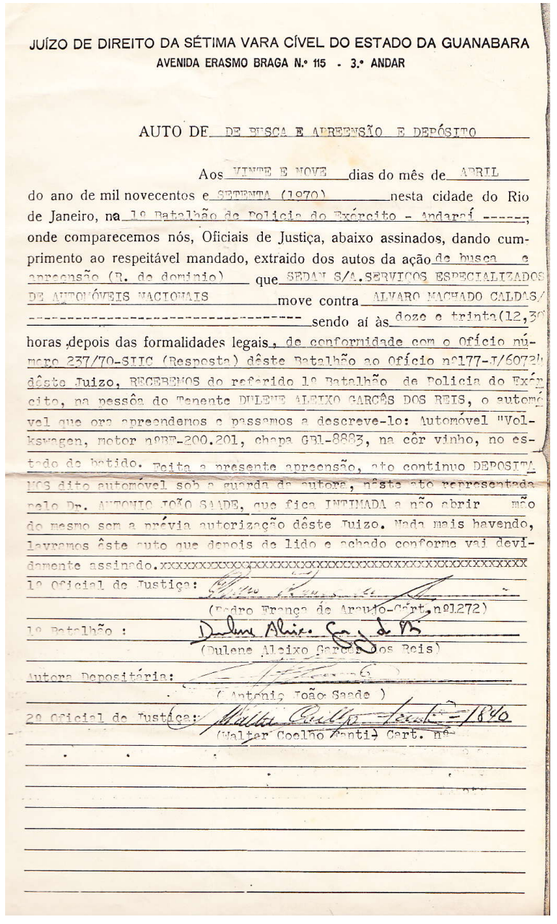
O advogado José Carlos Tórtima, preso em 24 de fevereiro de 1970, declarou que "a morte de Mário foi particularmente dolorosa para mim. Um mês antes, tive uma longa conversa com ele em minha casa". Ao descer da tribuna, depois de confirmar os nomes dos agentes, Tórtima encarou o coronel aposentado Valter Jacarandá e lhe fez um apelo, que ficou sem resposta: Major Jacarandá, nunca é tarde para o senhor se reconciliar com a sociedade e rejeitar o seu passado. Faço-lhe um pedido: diga onde estão os restos mortais do Mário Alves. A filha dele, (apontando para Lúcia Alves), tem o direito de saber". Mais uma vez, o silêncio.

Os três oficiais militares faltosos foram novamente convocados pela CEV-Rio, sob pena de serem conduzidos à força pela Polícia Federal. No dia 2 de outubro de 2013, apresentaram-se no auditório da OAB-RJ os tenentes coronéis Dulene Aleixo Garcez e Luiz Mário Correia Lima, acompanhados pelo advogado Rodrigo Roca, portador de um atestado médico que justificava a ausência, pela segunda vez, do coronel reformado Roberto Augusto Duque Estrada.

Os depoimentos foram tomados separadamente, e, frente às indagações acerca da tortura e morte de Mário Alves, todos repetiram como resposta um "nada a declarar". O jornalista Álvaro Caldas, um dos integrantes da mesa, deu detalhes de sua prisão no DOI-CODI. Frente a Garcez, desafiou-o ao afirmar que se lembrava exatamente de suas feições, do momento em que entrou na sala roxa e ouviu dele a ordem para tirar a roupa e ficar nu, de sua ação descontrolada ao lado dos tenentes Correia Lima, Da Silva, Ar-mando Avólio Filho e do capitão José Ribamar Zamith. O militar abaixou a cabeça, agitou as mãos nervosamente, e tornou a repetir "nada a declarar".

Para comprovar a presença do tenente Garcez no quartel da Barão de Mesquita, Álvaro apresentou um documento que guardou, datado de 29 de abril de 1970[16]. Na condição de comandante do 1º Batalhão de Polícia do Exército, o tenente Dulene Aleixo Garcez dos Reis deixou sua assinatura no auto de busca e apreensão de um veículo de proprie-dade de Álvaro, que estava batido no pátio do quartel. O documento foi entregue a Gar-cez e a CEV-Rio indagou se a assinatura era dele. Diante do silêncio, foi solicitada sua carteira de identidade, que foi entregue pelo advogado. As assinaturas conferiam. Nem assim o tenente-coronel, homem ativo e violento na sessão de tortura, teve a coragem de assumir. Com um tom de voz trêmulo e incomodado, limitou-se a repetir seu mantra: "nada a declarar".

Mesmo diante de todas as evidências, de provas documentais e testemunhais existentes, o Estado brasileiro jamais reconheceu a prisão de Mário Alves. Sua mulher, Dilma Borges Vieira, já falecida, esteve em todos os lugares onde pudesse buscar notícias e denunciar o desaparecimento do marido – na Marinha, Aeronáutica, no Instituto Médico Legal (IML) e cemitérios. No DOI-CODI, o coronel Ney Fernandes Antunes, então comandante do CODI/RJ, chegou a lhe dizer cinicamente que também ele buscava Má-rio Alves[17]. Marcados pelo drama vivido pela família, sua filha Lúcia Vieira Caldas e o neto Léo Vieira Caldas, que se tornou um militante da luta pela Memória, Verdade e Justiça e prestou depoimento na audiência pública da CEV-Rio sobre os Efeitos Transgeracionais da Violência de Estado[18], continuam até hoje à procura de seus restos mortais.



JUÍZO DE DIREITO DA SÉTIMA VARA CÍVEL DO ESTADO DA GUANABARA
AVENIDA ERASMO BRAGA N.º 115 - 3.º ANDAR

AUTO DE DE BUSCA E APREENSÃO E DEPÓSITO

Aos VINTE E NOVE dias do mês de ABRIL do ano de mil novecentos e SETENTA (1970) nesta cidade do Rio de Janeiro, na 1º Batalhão de Polícia do Exército - Andaraí -----, onde comparecemos nós, Oficiais de Justiça, abaixo assinados, dando cumprimento ao respeitável mandado, extraido dos autos da ação de busca e apreensão (R. de domínio) que SERAL S/A.SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE AUTOMÓVEIS NACIONAIS move contra ALVARO MACHADO CALDAS ---------- sendo aí às doze e trinta(12,3 horas depois das formalidades legais, de conformidade com o Ofício número 237/70-SIIC (Resposta) dêste Batalhão ao Ofício nº177-T/6072 dêste Juizo, RECEBEMOS do referido 1º Batalhão de Polícia do Exército, na pessôa do Tenente DULEUE ALEIXO GARCÊS DOS REIS, o automóvel que ora apreendemos e passamos a descreve-lo: Automóvel "Volkswagen, motor nºBP-200.201, chapa GB1-8883, na côr vinho, no estado de batido. Feito o presente apreensão, ato continuo DEPOSITAMOS dito automóvel sob a guarda de outrem, nêste ato representado pelo Dr. ANTONIO JOÃO SAADE, que fica INTIMADA a não abrir mão do mesmo sem a prévia autorização dêste Juizo. Nada mais havendo, lavramos êste auto que depois de lido e achado conforme vai devidamente assinado. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

1º Oficial de Justiça: (Pedro Franca de Arruda-Cart. nº1272)

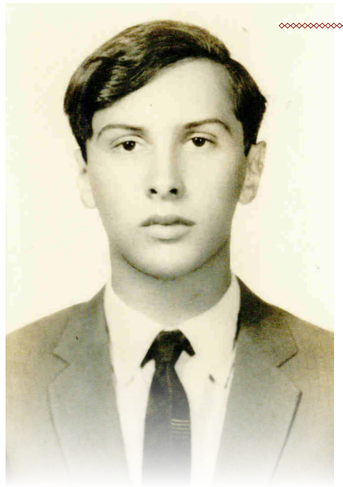
1º Batalhão : (Dulene Aleixo Garcez dos Reis)

Autora Depositária: (Antonio João Saade)

2º Oficial de Justiça: (Walter Coelho Pontes Cart. nº 1840

Auto de apreensão do veículo de Álvaro Caldas, fusca vinho apelidado de "Gigante da Colina", comprovando a presença do tenente Garcez no quartel da Barão de Mesquita
Crédito: Acervo pessoal

16. Acervo CEV-Rio.
17. SCHIMIDT. Op. Cit. p. 173-177
18. Evento realizado na Universidade Estadual do Rio de Janeiro em 05/12/2014.



JOSÉ ROBERTO SPIEGNER

O estudante José Roberto Spiegner tinha 21 anos quando foi morto por agentes do DOPS, em mais um caso de execução apresentado pela repressão como morte decorrente de troca de tiros. Nascido em 30 de dezembro de 1948, Spiegner participou do Movimento Estudantil ainda no ginásio, no Colégio Pedro II. Ao ingressar no curso de Economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), José Roberto entrou para o Diretório Acadêmico. Tão logo foi decretado o AI-5, aderiu à Dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) da Guanabara, mais tarde Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). A partir deste momento passou a atuar na clandestinidade.

Em 17 de fevereiro de 1970, dia que antecede sua morte, participou de uma reunião da direção geral do MR-8, na Rua Montevidéu, na Penha, subúrbio do Rio de Janeiro, na casa em que morava com sua companheira, Vera Sílvia Magalhães. Estavam presentes Cid Queiroz Benjamin, Daniel Aarão Reis Filho e o próprio Spiegner. Uma vizinha avisou à Vera Sílvia que caminhonetes do DOPS passaram pelo local na tarde daquele dia, em atitude de observação do apartamento. Cientes dos riscos, os presentes decidiram suspender a reunião. Deixaram o local aos poucos. Spiegner e Vera foram os últimos a sair. Na rua, os agentes da repressão chegaram a encontrá-los, travando um tiroteio, do qual José Roberto saiu ferido. Em relato para a CEV-Rio, Cid Benjamin, ex-militante do MR-8, conta que de forma impressionante, Spigner conseguiu fugir:

> *"Cada um conseguiu entrar num táxi, não se sabe como. Spiegner foi para a Rua Taylor, na Lapa, para a casa de outro companheiro, José Ruivo. No entanto, depois de deixá-lo no local, o taxista o denunciou à polícia. O apartamento foi cercado, mas Zé Roberto escapou de novo. Por fim, foi encurralado em outro prédio, na Rua Joaquim Silva[1]."*

O cerco ao apartamento de Ruivo na Rua Taylor e a fuga de Spiegner para a Rua Joaquim Silva também foram relatados no registro de ocorrência do DOPS, localizado pela CEV-Rio no Arquivo Público do

1. Acervo CEV-Rio. Relato escrito de Cid Benjamin sobre o caso de José Roberto Spiegner para a CEV-Rio.

Estado do Rio de Janeiro (APERJ). No documento consta a versão de que, encurralado pelos agentes no número 57, entrada 5, quarto 8 da Rua Joaquim Silva, José Roberto teria se escondido debaixo da cama e, em seguida, atirado contra os policiais. Em tom fantasioso, o registro relata que por pouco Spiegner não obteve "êxito na sua sanha assassina". Segundo essa versão, "os policiais responderam com igual dose, até que conseguiram acertar mortalmente o elemento subversivo, cessando, assim, a busca da prisão"[2].

Spiegner teve seu caso analisado e deferido pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), que estranhou a "demora de sete horas entre o horário da morte e a entrada no IML". Segundo a Comissão,

> *"A verdade dos fatos foi obtida do próprio laudo do IML, que detalha os ferimentos no corpo. José Roberto recebeu vários tiros, sendo que dois deles contestam a versão oficial. Examinando as fotos de perícia de local, verifica-se que o corpo fora encontrado em uma sala com o piso acarpetado, onde não havia espaço para que pudesse ter sido atingido, de longe, na coxa. O outro ferimento é sintomático de execução[3]."*

Ao observar nas fotografias de local solicitadas ao APERJ pela CEV-Rio, não restam dúvidas de que o próprio ambiente em torno do cadáver já constitui um desmentido à versão de troca de tiros.

É possível, portanto, que Spiegner tenha sido preso, torturado e posteriormente executado. Esta hipótese é reforçada pelo relator do caso na CEMDP, Nilmário Miranda, ao afirmar que "as escoriações se localizam em regiões do corpo humano que configuram tortura em pau-de-arara. Há ainda escoriações na região do punho, denotando que José Roberto foi algemado".[4] A partir do auto de exame cadavérico anexado ao processo da CEMDP[5], a Comissão Nacional da Verdade (CNV), também constatou que "os dedos de José Roberto estavam sujos de tinta usada para tomar impressão digital, o que indica que possivelmente foi preso e identificado horas antes da sua execução"[6].

A partir do registro de ocorrências do DOPS, foi possível identificar os agentes que participaram das ações que levaram à execução de José Roberto Spiegner. O estouro do aparelho da Rua Montevideo foi levado a cabo por uma turma chefiada pelo detetive Antero Alves de Lima da Seção de Buscas Ostensivas (SBO) do DOPS, composta pelos agentes Smith Basilio dos Santos, Theobaldo Lisboa, Manoel Ribeiro de Almeida, Marcílio Pereira Passos, Hélio Moreira de Castro Lima, Alberto Rodrigues Lucio e pelos policiais Celio, Daniel e Alencar da Delegacia de Vigilância da Zona Norte[7].

Na ação da Rua Taylor, participaram os agentes do DOPS Jorge José de Oliveira, Manoel Pereira Rosa, Sebastião José Felipe, José de Melo Tavares e Waldir da Silva.[8] Na Joaquim Silva, Spiegner foi encurralado pelos agentes da SBO, Jair Gonçalves da Mota, Nildo Fernandes de Oliveira, Hélio Moreira da Costa Lima, Manoel Lima Lima e Francisco Machado Avila Filho, com ajuda do Guarda Civil Jorge Rodrigues Janine[9].

O corpo de José Roberto Spiegner foi enterrado pela família no Cemitério Comunal Israelita de Vila Rosali. Seu caso é emblemático da dinâmica de atuação dos órgãos de repressão da ditadura, que simulavam tiroteios para justificar a morte de militantes que, na verdade, eram sumariamente executados. O procedimento ainda hoje é amplamente utilizado pelas forças de segurança do Estado.

A irmã de José Roberto, Marilene Spiegner conta que após a morte do irmão foi ameaçada por agentes do Exército caso se manifestasse sobre o caso. Em depoimento à CEV-Rio, relatou a dor da perda de um ente querido:

> *"Hoje, através de fotos, provas periciais e testemunhais, constato que vivemos, durante 44 anos, as mentiras que nos foram relatadas na época. As versões foram díspares: morreu como herói, como uns diziam, ou como bandido em tiroteio com os agentes da ditadura. Nesta versão feriu um policial e, ao fugir, subiu no telhado de uma casa, jogando-se dentro dela e se escondendo debaixo da cama. .Desde então, o consolo da família é que ele não havia sido torturado como muitos de seus companheiros, e sim, recebeu tiros na cabeça e morreu na hora. A realidade cruel só chegou a nós agora.*
> *Beto era um menino bonito, inteligente e sempre se distinguiu dentre seus companheiros pela boa convivência e bom humor. Sensível, com inteligência aguçada, desde novo interessou-se por história, filosofia, cinema, literatura... Nunca se conformou com injustiça social e desigualdades. Como todo jovem, acreditava sua geração era diferente e capaz de fazer mudanças sociais.*
> *Ele tinha apenas 19 anos quando saiu de casa e caiu na clandestinidade. (...) O quarteirão do meu edifício em Botafogo sempre estava cercado. Meu telefone custava a dar linha e eu escutava gracejos, conversas de homens. Na escola em que trabalhava como professora, Colégio Estadual Pedro I (atualmente João Batista de Matos), havia sempre um "estagiário" para assistir minhas aulas. Sentia a constante presença de um fusca com dois homens – seja na porta do supermercado, cabeleireiro ou andando na rua. Afastei-me de amigos para não envolvê-los e, temerosa, nada falava sobre o assunto, pois não sabia quem eram as pessoas que estavam ao meu lado.*
> *O dia temido chegou – 17 de fevereiro de 1970. A família ficou sem chão, desesperada e revoltada. Não há consolo, até hoje é uma ferida que tenta cicatrizar e sangra vez por outra. Revolta, raiva e impotência eram os sentimentos que nos envolviam. Passamos a vida vasculhando o passado em busca de explicações e dos momentos em que poderíamos ter evitado a tragédia e, por algum motivo, falhamos.*
> *Agradeço aos esforços da Comissão da Verdade de trazer à tona o que realmente ocorreu nos porões sórdidos da ditadura militar e que nos foi escondido. Agradeço o esforço de todos aqueles que, mesmo após tanto tempo, tentam resgatar a memória, os fatos e o nome de nossos entes queridos[10]."*

2. APERJ, Fundo: Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara, Série: Livro de Ocorrências, Registro: 123, p 150, verso.
3. BRASIL. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Direito à Memória e à Verdade. Secretaria Especial de Direitos Humanos: Brasília, 2007, p. 117.
4. Idem.
5. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0053_0003, pp. 18-20.
6. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade.Relatório / Comissão Nacional da Verdade.Brasília: CNV, 2014. Volume III. p. 398.
7. APERJ, Fundo: Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara, Série: Livro de Ocorrências, Registro 123, p 144, verso.
8. APERJ, Fundo: Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara, Série: Livro de Ocorrências, Registro 123, p 148.
9. APERJ, Fundo: Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara, Série: Livro de Ocorrências, Registro 123, p 149 verso e 150.
10. Acervo CEV-Rio. Relato escrito de Marilene Spiegner sobre o caso de José Roberto Spiegner para a CEV-Rio.



JORGE LEAL GONÇALVES PEREIRA

O engenheiro Jorge Leal Gonçalves Pereira foi um dos principais dirigentes da Ação Popular (AP). Preso aos 32 anos, no dia 20 de outubro de 1970, no Rio de Janeiro, foi submetido a interrogatórios e torturado enquanto esteve nas dependências do DOI-CODI do 1º Exército, na rua Barão de Mesquita, na Tijuca. Não há uma indicação precisa do dia de sua morte, e não foram localizados registros oficiais sobre sua prisão e o destino dado ao seu corpo após seu assassinato. Somente a partir de depoimentos de testemunhas que viram Jorge Leal nos corredores do DOI-CODI, com marcas de tortura no corpo, é que se tornou possível confirmar seu sequestro e morte.

Baiano, Jorge Leal era pai de quatro filhos no momento de seu desaparecimento. Sua primeira prisão foi em Salvador, logo depois do golpe de 1964, que ocasionou também sua demissão da Refinaria de Mataripe, da Petrobrás[1]. Foi preso novamente em 1970, quando avançavam os debates para a fusão da AP com o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) [2]. Jorge foi um dos responsáveis pela aproximação entre as duas organizações, iniciada em 1968, segundo relatou Haroldo de Lima, ex-dirigente do PCdoB na época, à CEV-Rio[3].

Em outubro de 1970, órgãos de repressão do Rio de Janeiro realizaram operações que visavam à prisão de militantes da AP. Um dos dirigentes da organização no estado, Jorge Leal Gonçalves estava entre os principais procurados. No dia 20 de outubro, ele foi sequestrado na Rua Conde de Bonfim, na Tijuca e levado para o DOI-CODI[4]. A partir deste dia Jorge nunca mais foi visto em liberdade.

Com base nos testemunhos de três ex-militantes da época, a CEV-Rio reuniu elementos para a comprovação de sua prisão, tortura e morte. Marco Antonio Machado de Melo, conhecido como Marco Melo, da AP, lembrou-se em seu depoimento de que havia marcado um ponto de encontro com "Hugo", condinome de Jorge Leal, no dia 20 de outubro. Segundo seu relato, ele trazia no bolso da calça uma "cola" (inscrição em papel do horário e local do encontro), e não teve tempo de desfazer-se desta anotação no momento de sua prisão por agentes do DOI-CODI. Em seguida, Jorge Leal foi cercado e aprisionado pelos agentes militares[5].

Em depoimento prestado à Justiça Militar, Marco Melo declarou ter sido submetido a acareação com o militante que conhecia como Hugo[6] . Para a CEV-Rio, ele esclareceu que no interior do prédio do Pelotão de Investigações Criminais (PIC), foi levado ao Aquário, uma sala que tinha uma parede de vidro espelhado, para identificar um preso que apresentava marcas de tortura. Confirmou que a pessoa que estava lá dentro era Hugo, que ele conhecia pelo nome de guerra. Depois deste encontro, que ocorreu provavelmente no dia 21 de outubro, nunca mais viu Jorge Leal. Marco Melo foi transferido no dia 4 de novembro de 1970 para o presídio de Ilha das Flores.

As denúncias do militante sobre o sequestro de Jorge Leal foram também notícia no jornal Libertação, produzido pela AP, no qual se afirmou que "Marco está com o rosto deformado pelas torturas. Com ele foi preso também Jorge leal Gonçalves Pereira, hospitalizado em virtude de torturas. Sua prisão não foi comunicada à Justiça como a dos outros".[7] Frente às afirmações de Marco Melo à Justiça Militar, a Auditoria da Aeronáutica do 1º CJM questionou o comandante do 1º Exército acerca da prisão do engenheiro [8]. Jorge Leal acabou absolvido do processo já depois de seu desaparecimento.

Margarida Portella Sollero e Cecília Coimbra, que também se encontravam presas no PIC do quartel da PE, em outubro de 1970, deram à CEV-Rio informações esclarecedoras sobre os dias subsequentes à prisão de Jorge Leal.

Margarida foi presa e levada ao DOI-CODI no dia 19 de outubro. Ficou no corredor das celas no andar térreo durante os primeiros dias, sempre encapuzada. No segundo dia, ela se lembra de ter reconhecido a voz de Jorge dentro da sala roxa, equipada para tortura[9]. Ela não se recorda mais do dia em que foi levada para a cela coletiva das mulheres, no segundo andar. Acredita que tenha sido no dia 26 de outubro, quando Jorge ainda estaria vivo. No dia 29, Margarida também foi transferida para a Ilha das Flores.

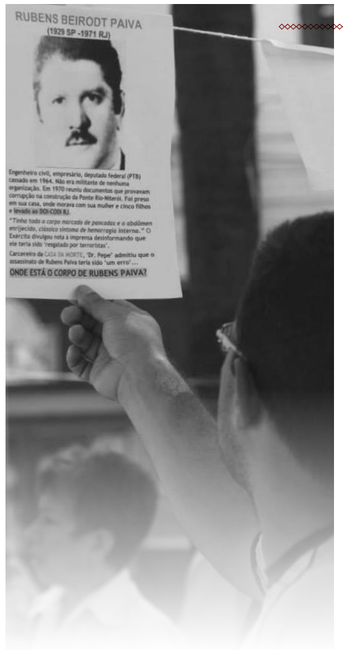
No banco de dados do projeto Brasil Nunca Mais a CEV-Rio localizou documentos em que Margarida afirmou que Jorge Leal fora submetido a 17 horas de interrogatório, e, mesmo sob torturas, o engenheiro que iniciou sua militância ainda como secundarista, recusou-se a falar[10].

Em seu depoimento, Cecília Coimbra recordou-se de que em uma de suas sessões de tortura "dois ou três dias antes da Margarida subir para a cela coletiva"[11], ela viu Jorge Leal Gonçalves no corredor, saindo da sala roxa. Segundo Cecília, o militante da AP estava muito machucado, parcialmente despido, com diversos hematomas pelo corpo. Cecília reconheceu

1. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório/Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014 Volume 3. p. 477.
2. PROJETO BRASIL NUNCA MAIS. Código BNM_634 p.169/3804. Jornal Libertação.
3. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Haroldo de Lima para a CEV-Rio.
4. SCHIMIDT, Criméia et. al. (org). Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964/1985)/Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, IEVE – Instituto de Estudos sobre a violência do Estado. 2ª ed. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009. p. 204-205
5. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Marco Antonio Machado Melo para a CEV--Rio.
6. PROJETO BRASIL NUNCA MAIS. Relatório do Projeto. TOMO V – Vol. 2 – As Torturas. p. 413/899.
7. PROJETO BRASIL NUNCA MAIS. Código BNM_663 p.1011/2841.
8. PROJETO BRASIL NUNCA MAIS. Código BNM_205 p.2453/3090.
9. Depoimento de Margarida Portella Sollero à CEV-Rio. Acervo CEV-Rio
10. PROJETO BRASIL NUNCA MAIS. Código BNM_634 p.169/3804. Jornal Libertação.
11. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Cecília Coimbra para a CEV-Rio.

que a equipe que torturava Jorge naquele dia era a mesma que a torturou e foi por ela denunciada: o major da Polícia Militar Riscala Corbage, o capitão de cavalaria do Exército João Câmara Gomes Carneiro, o inspetor Luiz Timótheo de Lima e um soldado “negro e baixo”, cujo nome ela não conseguiu identificar.

Cecilia, Margarida e Marco Melo foram testemunhas das torturas sofridas pelo engenheiro Jorge Leal Gonçalves, dirigente da Ação Popular, entre os dias 21 e 24 de outubro de 1970, no DOI-CODI. Segundo seus companheiros de organização, seu assassinato se deu entre os dias 25 e 28 daquele mês. No dia 29 começou a transferência dos demais militantes da AP para a Ilha das Flores. Lá, eles se deram conta de que Jorge havia ficado na Barão de Mesquita, de onde os agentes do Estado, responsáveis por sua vida, desapareceram com o seu corpo, sem deixar nenhum registro oficial, convencidos da impunidade até hoje garantida pelo silêncio do Exército brasileiro.



Rubens Paiva, torturado e morto dentro do quartel da PE, foi lembrado durante diligência da CEV-Rio ao DOI-CODI em 2013
Crédito: Acervo CEV-Rio

RUBENS PAIVA

O assassinato de Rubens Paiva tornou-se uma marca indestrutível da violência inconfessável das Forças Armadas durante a ditadura de 1964. Muitas vezes militares que participaram ou justificaram a brutalidade do período afirmaram: “Estávamos em guerra”. “Tínhamos que destruir os que nos apontavam armas”. “Éramos nós ou eles”. Rubens Paiva não apontou ou defendeu o uso de armas. Como João Goulart, seu presidente e líder político, ele renunciou à resistência armada por não querer uma guerra entre brasileiros.

Rubens Paiva era um empresário generoso, interessado pelas pessoas que o cercavam. Abdicou de construir uma vida burguesa, próspera e “endinheirada”, para dedicar-se à criação de um mundo mais civilizado e solidário com a gente humilde de seu país. Tornou-se, então, deputado federal por São Paulo, onde nasceu e começou sua vida profissional. Vaidoso da escolha que fizera, dividiu seus recursos e seu tempo, inclusive o familiar, com a vida pública. Inscreveu em cinco filhos seu amor por Eunice, sua mulher. Eunice também habitou muitos mundos - foi advogada, participou de várias campanhas políticas, defendeu povos indígenas, mas jamais abandonou a luta por esclarecer o que aconteceu com Rubens Paiva.

Foi um parlamentar combativo. Como vice-líder do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), teve um papel de destaque enquanto vice-presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, instalada em 1963 para investigar a ação ilegal e golpista do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) financiada por empresários e pelo governo-norte americano.

Com a cassação de seu mandato em 9 de abril de 1964, Paiva resistiu inicialmente ao exílio. Refugiou-se, por fim, na Embaixada da Iugoslávia e de lá seguiu para o exterior, onde viveu alguns meses na França e na Inglaterra. No final de 1964 retornou, imprudente e inesperadamente, para São Paulo. Numa escala no Galeão de um voo que vinha de Paris para o Uruguai, desembarcou no Rio de Janeiro. Deveria ter embarcado, outra vez. Seguiu para sua casa, em São Paulo, dizendo para si, e depois para a família e amigos:

"daqui ninguém me tira!". Logo começaria o seu monitoramento.

Em janeiro de 1966 mudou-se para o Rio de Janeiro, onde atuou como engenheiro e empresário. Foi responsável pela construção de um bairro popular na Pavuna e trabalhou implantando fundações de edifícios na Barra da Tijuca e no Recreio. Esteve sempre próximo e solidário aos amigos e aos companheiros de diversas tendências que resistiram à ditadura. O desenrolar de sua história trágica é conhecido: em janeiro de 1971 foi sequestrado em casa por militares do Centro de Informações da Aeronáuticaa (CISA), levado para o 3º Comando Aéreo e, posteriormente, para o DOI-CODI, da Rua Barão de Mesquita, locais onde foi desrespeitado, humilhado e torturado até a morte. Morreu com o fígado estraçalhado e hemorragia interna.

Por que tanto ódio contra Rubens Paiva? É certo que militares autoritários e aliados à ideologia hierárquica das elites, não podiam admitir a "traição de classe deste burguês" com visão social. Também não admitiam a "arrogância aristocrática" de Rubens Paiva, que não se curvara à ferocidade do regime. Na prisão, as imprecações, os xingamentos e as injúrias enunciados por seus algozes comprovam o ressentimento contra esta "arrogância". Terminou trucidado ao som de Jesus Cristo eu estou aqui, de Roberto Carlos, fundo musical que excitava os torturadores e abafava seus gritos de dor.

Durante 43 anos, o Exército sustentou a versão de que Rubens Paiva, preso no dia 20 de janeiro, fora sequestrado por militantes de esquerda, na madrugada do dia 22. Nesta versão, ele estava em um Volkswagen do DOI, participando de uma diligência, com o então capitão Raymundo Ronaldo Campos e os sargentos e irmãos Jaci e Jurandyr Ochsendorf e Souza, quando o carro foi abordado por dois outros veículos e, apesar da intensa troca de tiros, o preso fugiu com os militantes.

A falsa versão foi arquitetada para esconder os motivos do desaparecimento de Paiva: sua morte sob tortura, dentro do quartel da Polícia do Exército, na Rua Barão de Mesquita. Para desconstituí-la definitivamente, a CEV-Rio conversou durante dez meses com o oficial envolvido na farsa, o coronel reformado Raymundo Ronaldo Campos, até convencê-lo a contar como os fatos ocorreram naquela madrugada. Em seguida, o coronel prestou depoimento ao Ministério Público Federal do Rio de Janeiro.

No depoimento dado à CEV-Rio em 18 de novembro de 2013, o cel. Raymundo Ronaldo Campos confessou, pela primeira vez, que na passagem da noite do dia 21 para o dia 22 de janeiro de 1971, em hora que não recorda exatamente, o major Francisco Demiurgo Santos Cardoso, então chefe do setor de operações de plantão, chamou-o e lhe disse: "olha, você vai pegar o carro, levar em um ponto bem distante daqui, vai tocar fogo no carro para dizer que [o carro] foi interceptado por terroristas e vem para cá"[1]. O cel. Raymundo Ronaldo Campos perguntou ao superior o porquê da operação e ouviu como resposta que era "para justificar o desaparecimento de um prisioneiro". No momento, o major Demiurgo não informou seu nome. Só depois, ao retornar ao quartel e preencher o Mapa de Missão, ficou sabendo tratar-se de Rubens Paiva. Recorda-se o coronel:

> *"que diante de tais ordens, saiu do quartel e fez o cenário que lhe foi determinado; (...) que não lembra quais dos dois sargentos[2] dirigia o carro, até porque se tivesse a oportunidade de vê-los hoje não os reconheceria; que aquela foi a primeira e única vez que atuou com os referidos sargentos; que os três foram até o Alto da Boa Vista e em determinado local disse que ali estava bom, em seguida voltaram, pararam o carro abriram o tanque de gasolina e metralharam o carro, jogaram tiros para lá e para cá; que os tiros foram dados com pistola, não havia metralhadora; que deram tiros em outros alvos diferentes do carro, na parede, que era de pedra; que deram tiros no tanque, mas o carro não pegou fogo; que custou a pegar fogo e foi preciso riscar um fósforo e jogarem dentro do tanque; que chegou um transeunte que passava de carro, parou e perguntou 'o que houve?'. Que o depoente disse que houve um ataque aqui, os terroristas sequestraram um passageiro meu[3]."*

A revelação do coronel Raymundo Ronaldo à CEV-Rio tornou-se importante por enterrar a falsa versão, endossada por dois comandantes do I Exército, os generais Sizeno Sarmento e Sylvio Couto Coelho da Frota, em documentos oficiais enviados em resposta a solicitações feitas ao Superior Tribunal Militar (STM). Também foi repetida pelos governos militares sucessivos, que jamais admitiram a morte do preso entregue à custódia do Exército. Alfredo Buzaid, Ministro da Justiça, à época, impediu que o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) investigasse o desaparecimento de Rubens Paiva.

O coronel Raymundo Ronaldo tornou-se o segundo oficial do Exército a confirmar a morte de Rubens Paiva na instituição militar. Anteriormente, o falecido tenente-médico Amílcar Lobo Moreira da Silva admitira o fato[4]. Em depoimento à Polícia Federal, confirmou ter atendido, durante a madrugada, em uma das celas do Pelotão de Investigação Criminal (PIC) do 1º Batalhão da Polícia Exército (BPE)[5], um preso, que se identificou duas vezes como sendo Rubens Paiva.

A prisão de Paiva decorreu da prisão de Cecília de Barros Correia Viveiro de Castro, no dia 19 de janeiro, ao lado de Marilena Corona Franco, no aeroporto do Galeão, ao descerem de um voo do Chile, com cartas de exilados políticos. Uma destinava-se a Rubens Paiva. Cecília, levada com ele ao DOI-CODI, na tarde de 20 de janeiro de 1971, testemunhou em juízo, que na madrugada de 21 de janeiro "ouviu o ex-deputado pedir aos carcereiros água e a presença de um médico"[6]. Quem o atendeu naquela madrugada foi o tenente médico Amílcar Lobo.

O mesmo fato é narrado pelo médico Edson Medeiros, que estava preso no quartel do 1º BPE e, provavelmente, foi o último civil a ver Rubens Paiva vivo. Em diversas conversas telefônicas e numa entrevista concedida à CEV-Rio, Medeiros relatou:

> *"Eu vi o Rubens Paiva passando defronte a minha cela, arrastado, mas ainda estava vivo porque ele estava mexendo com a cabeça. E o vi voltando, depois de três ou quatro horas, arrastado e inerte. Claro, sou médico, mas não posso cometer a leviandade de afirmar com absoluta certeza de que ele esta-*

1. Acervo CEV-Rio. Depoimento de Raymundo Ronaldo dos Campos em 18/11/2013.

2. Os sargentos Jacy e Jurandyr Ochsendorf e Souza estão vivos, mas se recusaram a falar com a CEV-Rio;

3. Acervo CEV-Rio. Depoimento de Raymundo Ronaldo dos Campos em 18/11/2013.

4. Amílcar Lobo, além de diversas entrevistas à imprensa, prestou depoimento à Polícia Federal no Inquérito 91/86-DOPS SR-RJ/DPF, em 08 de setembro de 1986 e na 1ª Auditoria do Exército da 1ª CJM, perante o juiz auditor, Oswaldo Lima Rodrigues Junior e o procurador militar Paulo César de Siqueira Castro, em 20 de outubro de 1986;

5. Inquérito 91/86-DOPS SR-RJ/DPF, em 08 de setembro de 1986 e na 1ª Auditoria do Exército da 1ª CJM, perante o juiz auditor Oswaldo Lima Rodrigues Junior e o procurador militar Paulo César de Siqueira Castro, em 20 de outubro de 1986.

6. Depoimento na 1ª Auditoria da 1ªCJM, em 13/05/1987 ao juiz-auditor Oswaldo Lima Rodrigues Jr.

va morto, mas estava inerte e arrastado pelo corredor[7].”

Medeiros foi uma das vítimas da ditadura que não possuía qualquer envolvimento com a militância política. Formado em Medicina, anestesista, foi preso na véspera do Natal de 1970, em Canoas (RS), por agentes do DOPS gaúcho. Desde o dia 7 daquele mês o embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher era mantido em cativeiro por militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). O médico foi conduzido em um voo especial para o Rio, na companhia do então capitão Paulo Malhães, o “Dr. Pablo”. Foi torturado no quartel da PE. Coincidentemente saiu daquele local no dia 21 de janeiro de 1971, motivo pelo qual guardou bem as datas dos fatos ocorridos com Rubens Paiva e afirma que o viu quase morto na noite anterior.

Por outra parte, nos depoimentos que prestou na Justiça e na polícia em 1987, após ser identificado por Inês Etienne Romeu como o médico que a atendeu na Casa da Morte, em Petrópolis, e por outros ex-presos políticos que o encontraram no quartel da Rua Barão de Mesquita, Amílcar Lobo garantiu ter estado nas dependências do DOI-CODI durante uma madrugada para atender Paiva. Não foi preciso na data, mas no depoimento prestado na Auditoria Militar reconheceu que teria sido na madrugada do dia 21 de janeiro de 1971. Diante do juiz auditor, Oswaldo Lima Rodrigues Júnior, da 1ª Auditoria do Exército da 1ª CJM, deixou claro que o preso corria risco de vida:

> *esse preso apresentava inúmeras equimoses, escoriações e o que mais me chamou a atenção na ocasião, o abdômen em tábua, endurecido, o que me levou a fazer um diagnóstico de uma hemorragia abdominal, provavelmente hepática; que esta pessoa disse chamar-se Rubens Paiva; que no momento em que terminava esse atendimento o paciente voltou a repetir seu nome – Rubens Paiva; que o depoente aconselhou o oficial que o acompanhava a internação imediata num hospital do referido preso e chegou a mencionar que suspeitava de uma ruptura hepática; o que não foi atendido, no momento; que no dia seguinte o depoente veio a saber que o mencionado Rubens Paiva havia falecido[8].”*

A data foi confirmada por Amilcar Lobo em entrevista à jornalista Marta Baptista, da revista *Veja*[9], em que explicou como soube da morte do preso por um oficial, que admitiu ser o tenente Armando Avólio Filho: “No dia seguinte, ou melhor, no mesmo dia, quando cheguei ao quartel um oficial me falou: Olha, aquele cara morreu”[10].

Considerando-se que Paiva chegou ao quartel da PE no final da tarde de 20 de janeiro; que segundo os depoimentos do médico Medeiros ali sofreu violentas torturas e, no mesmo dia 20, passou diante de si inerte; que em juízo, Cecília, levada para o Batalhão da Rua Barão de Mesquita, junto com Paiva, declarou ter ouvido, na madrugada do dia 21 de janeiro, o ex-deputado pedir aos carcereiros água e a presença de um médico; e que a farsa montada para encobrir a sua morte ocorreu, como admitiu o cel. Raymundo Ronaldo, e consta dos documentos oficiais, da noite do dia 21 para a madrugada de 22 de janeiro, conclui-se que Paiva morreu, na madrugada do dia 21, dentro daquela unidade militar.

Mais ainda: no depoimento prestado em 1986 por Amílcar Lobo, transcrito no Informe no 1.334/1986 do Departamento de Polícia Federal, ele deixou claro que pela “sua experiência profissional pode afirmar que face ao estado clínico apresentado naquela oportunidade por Rubens Paiva, teria o mesmo apenas algumas horas de vida; que as chances de sobreviver seriam de apenas vinte por cento”[11].

A partir da análise de documentos e depoimentos, a CEV-Rio pôde demonstrar como foi o crime. Os depoimentos de Cecília e Marilena confirmam que Paiva foi preso em casa por agentes do CISA, que conduziram os três, em dois carros, do 3º Comando Aéreo, junto ao Aeroporto Santos Dumont, onde inicialmente estiveram detidos, para o quartel da Rua Barão de Mesquita. Duas cadernetas de anotações de Paiva ficaram em poder do então major, hoje general reformado, José Antônio Nogueira Belham, como consta dos papéis apreendidos na casa do cel. Júlio Miguel Molina Dias, ex-diretor do DOI-CODI, assassinado em Porto Alegre, em 2013. Aparentemente, até aquele momento, o Centro de Informações Exército (CIE) não estava envolvido com a prisão, pois se estivesse manteria em seu poder as cadernetas para desenvolver novas “investigações/prisões”.

Recorde-se que o então Capitão Leão, chefe da 2ª Seção do 1º BPE, anos depois do “desaparecimento” de Paiva, tentou negociar com os jornalistas Fritz Utzeri e Heraldo Dias[12], do *Jornal do Brasil*, informações sobre a localização do corpo do ex-deputado, conforme atestam parentes de Utzeri e relata Jason Tércio no livro “*Rubens Paiva*”, que o jornalista redigiu em 2013 para a coleção Perfis Parlamentares, da Câmara dos Deputados:[13] Leão pediu uma quantia significativa para apresentar provas que Rubens Paiva havia sido morto no DOI-CODI, onde servia na oportunidade. De torturador, tornou-se um achacador.

Em investigações recentes sobre o caso, o coronel Armando Avólio Filho insistiu na afirmação de que não participou do assassinato de Paiva. Negou ter sido o militar que na manhã do dia 21 de janeiro de 1971 alertou o médico Amílcar Lobo sobre a morte do paciente que ele atendera de madrugada. “É mentira dele, é mentira... O Lobo era um... oh, meu Deus está me faltando o termo... era um desafeto meu. Eu não tive nenhum contato com ele depois de um incidente que houve entre nós. Se ele esteve lá, como declarou depois, é mentira dele em relação a mim”, contestou em entrevista à CEV-Rio[14].

O depoimento do cel. Avólio Filho tem muitas contradições. Ele pode não ter participado diretamente da tortura de Rubens Paiva, mas foi reconhecido como torturador no DOI-CODI por diversos ex-presos políticos, como Maria Dalva Leite de Castro de Bonet, Paulo Sérgio Paranhos, Sylvio Renan de Medeiros, Álvaro Machado Caldas, René Louis de Carvalho, José Carlos Tórtima e Cid Benjamin. Em 1995, quando Avólio Filho ocupava o posto de adido militar na embaixada do Brasil em Londres, Bejnamin o denunciou em artigo publicado em *O Globo*: “Avólio se destacou pelo ódio que me dedicava. Um de seus passatempos prediletos era amarrar fios em meu corpo e ligar suas extremidades na tomada. Me punha nu e amarrado no pau-de-arara, enquanto fazia galhofas: - Deve estar faltando

7. Além das conversas telefônicas ocorridas no ano de 2013, em 25/03/2015 o médico Edson Medeiros concedeu uma entrevista gravada, mantida no acervo da CEV-Rio

8. Depoimento de Amílcar Lobo na 1ª Auditoria da 1ªCJM, em 20/10/1986 ao juiz-auditor Oswaldo Lima Rodrigues Jr.
9. Revista Veja, edição 939, de 03/09/1986, p. 44.
10. Idem.

11. Acervo CEV-Rio. Depoimento de Amílcar Lobo no Inquérito Policial nº 91/86 – DOPS/SR/DPF/RJ encaminhado aos órgãos de Informações das Forças Armadas e ao SNI através do Informe nº 831/86/SI/?SR/DPF/RJ;
12. “Quem matou Rubens Paiva?”. Jornal do Brasil, edição de 22/10/1978.

13. TERSOON, Janson. “Rubens Paiva”. Série Perfis Parlamentares nº 67, Brasília, Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013, página 232.
14. Acervo CEV-Rio. Entrevista com Armando Avólio Filho, por telefone, em 19/05/2014.

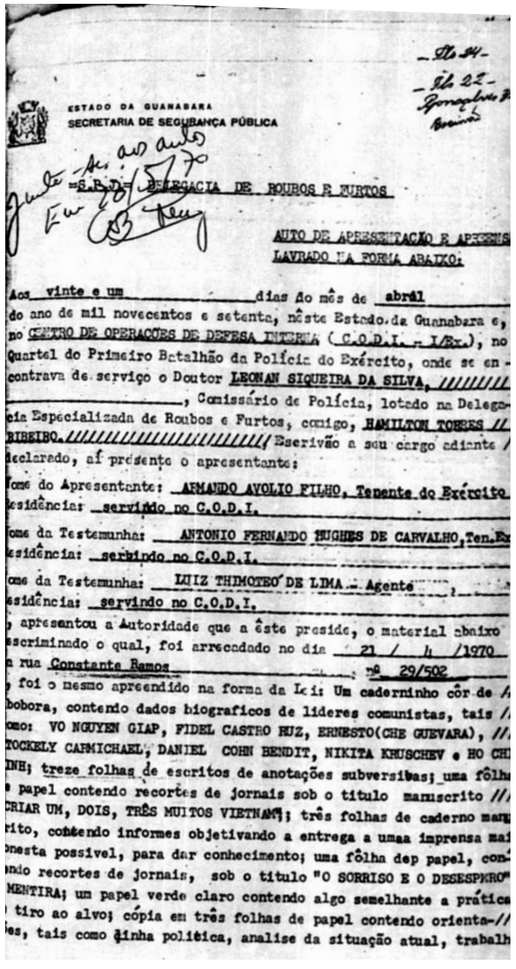
energia, porque ele não acende"[15].

Outra contradição diz respeito à sua participação como comandante do Pelotão de Investigações Criminais (PIC), do 1º BPE, na perícia realizada na manhã de 22 de janeiro de 1971 no carro do DOI incendiado e metralhado para forjar o sequestro de Paiva. Ele nega, mas pela função que exercia era sua responsabilidade participar da perícia, decisiva para confirmar o sequestro de um preso em poder de militares.

Na conversa com a CEV-Rio[16] Avólio Filho não assumiu ter ido ao local examinar o carro. Mas no IPM 48/86-S, instaurado em 1986 para investigar o desaparecimento do ex-deputado 15 anos antes, que tramitou pela 1ª Auditoria do Exército da 1ª C.J.M., Avólio disse que esteve no local:

> *"Perguntado quando e como tomou conhecimento do referido sequestro, respondeu que, em meados para o fim do mês de janeiro de 1971, em dia que não pode absolutamente precisar, recebeu ordens do comandante do seu batalhão para proceder uma perícia num carro do DOI-CODI, sinistrado no Alto da Boa Vista; que, em lá chegando, em companhia de um sargento perito, de cujo nome não se lembra, encontrou uma viatura do tipo Volkswagen completamente incendiada e com várias perfurações à bala;[17]"*

A presença de Avólio Filho atuando no DOI-CODI é confirmada também por documentos judiciais do STM, localizados na base de dados do projeto *Brasil: Nunca Mais*. Mandado de Busca e Apreensão assinado pelo comissário de polícia Leonan Siqueira da Silva, à disposição do Centro de Operações da Defesa Interna (CODI), em abril de 1970, determina ao "2º Tenente Armando Avólio Filho, de serviço no CODI, que em cumprimento ao presente, se dirija



ESTADO DA GUANABARA
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

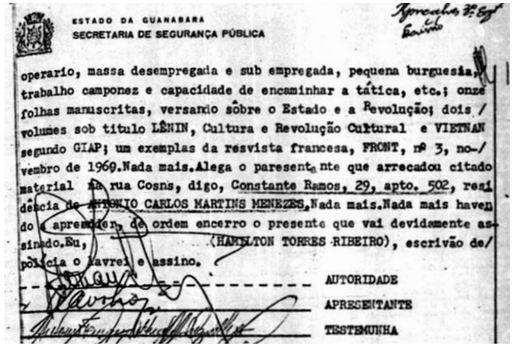
S.P.D. - DELEGACIA DE ROUBOS E FURTOS

AUTO DE APRESENTAÇÃO E APREENS
LAVRADO NA FORMA ABAIXO:

Aos vinte e um dias do mês de abril
do ano de mil novecentos e setenta, neste Estado da Guanabara e,
no CENTRO DE OPERAÇÕES DE DEFESA INTERNA (C.O.D.I. - I/Ex), no
Quartel do Primeiro Batalhão da Polícia do Exército, onde se en-
contrava de serviço o Doutor LEONAN SIQUEIRA DA SILVA,
, Comissário de Polícia, lotado na Delega-
cia Especializada de Roubos e Furtos, comigo, HAMILTON TORRES
RIBEIRO. Escrivão a seu cargo adiante
declarado, aí presente o apresentante:
Nome do Apresentante: ARMANDO AVOLIO FILHO, Tenente do Exército
Residência: servindo no C.O.D.I.
Nome da Testemunha: ANTONIO FERNANDO HUGHES DE CARVALHO, Ten.Ex
Residência: servindo no C.O.D.I.
Nome da Testemunha: LUIZ THIMOTEO DE LIMA - Agente
Residência: servindo no C.O.D.I.
apresentou a Autoridade que a êste preside, o material abaixo
discriminado o qual, foi arrecadado no dia 21 / 4 /1970
na rua Constante Ramos nº 29/502
foi o mesmo apreendido na forma da Lei: Um caderninho côr de
bobora, contendo dados biograficos de lideres comunistas, tais
como: VO NGUYEN GIAP, FIDEL CASTRO RUZ, ERNESTO(CHE GUEVARA),
STOCKELY CARMICHAEL, DANIEL COHN BENDIT, NIKITA KHUSCHEV e HO CH
INH; treze folhas de escritos de anotações subversivas; uma fôlh
papel contendo recortes de jornais sob o titulo manuscrito
CRIAR UM, DOIS, TRÊS MUITOS VIETNAM; três folhas de caderno ma
rito, contendo informes objetivando a entrega a umaa imprensa ma
onesta possivel, para dar conhecimento; uma fôlha dep papel, con-
ndo recortes de jornais, sob o titulo "O SORRISO E O DESESPERO
MENTIRA; um papel verde claro contendo algo semelhante a prática
tiro ao alvo; cópia em três folhas de papel contendo orienta-
es, tais como linha politica, analise da situação atual, trabalh

Crédito: Projeto Brasil Nunca Mais, Tomo II pasta 186 páginas 43 a 45

15. BENJAMIN, Cid. "Um dos mais cruéis torturadores". Artigo publicado no Jornal O Globo em 26/05/1995.
16. Acervo CEV-Rio, entrevista com Armando Avólio Filho, por telefone, em 19/05/2014.
17. Depoimento de Aramando Avólio Filho, prestado ao general de brigada Adriano Áulio Pinheiro da Silva, no dia 28/01/1987, no IPM 48/86-S p. 230/5.



ESTADO DA GUANABARA
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

operario, massa desempregada e sub empregada, pequena burguesia,
trabalho camponez e capacidade de encaminhar a tática, etc.; onze
folhas manuscritas, versando sôbre o Estado e a Revolução; dois /
volumes sob titulo LÊNIN, Cultura e Revolução Cultural e VIETNAN
segundo GIAP; um exemplas da resvista francesa, FRONT, nº 3, no-/
vembro de 1969.Nada mais.Alega o paresente nte que arrecadou citado
material na rua Cosns, digo, Constante Ramos, 29, apto. 502, resi
dencia de ANTONIO CARLOS MARTINS MENEZES.Nada mais.Nada mais haven
do apresentado, de ordem encerro o presente que vai devidamente as-
sinado.Eu, (HAMILTON TORRES RIBEIRO), escrivão de/
policia o lavrei e assino.

AUTORIDADE
APRESENTANTE
TESTEMUNHA

Crédito: Projeto Brasil Nunca Mais, Tomo II pasta 186 páginas 43 a 45

a Rua Constante Ramos, 29, apto. 502, residência e aparelho subversivo de Antônio Carlos Martins Menezes"[18]. Militante do Var-Palmares, Menezes foi preso naqueles dias.

A busca foi realizada por Avólio, como é possível comprovar no auto de apreensão, em companhia do tenente do exército Antônio Fernando Hughes de Carvalho, o mesmo que ele denunciou ao Ministério Público Federal (MPF) ter visto torturando Rubens Paiva. Mesmo diante da evidência do documento com sua assinatura, Avólio negou ter participado da operação com Hughes.

As contradições de Avólio mostram que ele mentiu em vários momentos com o objetivo de se excluir da tortura, morte e ocultação do corpo de Rubens Paiva. Ele confirmou que o general reformado José Antônio Nogueira Belham, na época comandante do DOI, estava no dia 20 de janeiro no quartel e identificou o falecido Hughes como o último agente que torturou Paiva até a morte. A Procuradoria da República denunciou à Justiça Federal cinco militares reformados pelo homicídio e pela ocultação do cadáver de Paiva, imputando-lhes, ainda, os crimes de fraude processual e formação de quadrilha. O cel. Avólio Filho foi excluído[19].

A denúncia foi aceita pelo juiz Caio Márcio Gutterres Taranto, em maio de 2014, com fundamento em que crimes de lesa humanidade, como o homicídio e a ocultação denunciados, são imprescritíveis e não passíveis de anistia. O Tribunal Regional Federal da 2ª Região acatou por unanimidade a tese de que a Lei da Anistia não se aplica a crimes permanentes. No mesmo mês de setembro de 2014, no entanto, uma liminar concedida pelo ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal, suspendeu o processo, atendendo Reclamação da defesa dos militares de violação da Lei da Anistia.

Quatro meses após a confissão do cel. Raymundo Ronaldo, a CEV-Rio obteve novas informações sobre a ocultação do corpo de Rubens Paiva. Em 11 de março de 2014, o coronel reformado do exército Paulo Malhães, torturador e assassino confesso, admitiu ter ajudado a ocultar os restos mortais do parlamentar. Segundo seu relato, num primeiro momento o corpo foi enterrado no Alto da Boa Vista, iniciativa dos militares do DOI, com a participação do policial civil Fernando Próspero Gargaglione de Pinho, lotado no chamado Setor de Diligências Reservadas da polícia Civil do Estado da Guanabara, que funcionava em um prédio situado no Alto da Boa Vista. Devido à sua integração com os militares do DOI e do CIE e do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), a delegacia serviu à repressão política.

Pouco tempo depois, militares do DOI perceberam

18. Arquivo Brasil: Nunca Mais, Tomo II Pasta 186 p 43 a 45.
19. Foram denunciados junto à 4ª Vara Criminal Federal do Rio o general José Antônio Nogueira Belham, o coronel Rubens Paim Sampaio, o coronel Raymundo Ronaldo Campos, e os irmãos sargentos Jurandyr e Jacy Ochsendorf e Souza. Ver http://www.prrj.mpf.mp.br/frontpage/noticias/mpf-justica-recebe-denuncia-contra-cinco-militares-pela-morte-de-rubens-paiva.

que uma obra de calçamento da estrada poderia levar à descoberta do cadáver e providenciaram seu traslado para um terreno na Barra da Tijuca. Malhães admitiu ter participado de um segundo desenterro, no terreno da Barra. O corpo, em estado de putrefação, foi transportado por sua equipe em um saco impermeável e jogado em um rio, provavelmente o Piabanha, em Itaipava, região serrana do Rio de Janeiro. O Piabanha deságua no Rio Paraíba que corre em direção ao oceano Atlântico.

Para manter viva a memória do assassinato de Rubens Paiva no DOI-CODI, em 12 de setembro de 2014 o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (SENGE-RJ) e a Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (FISENGE), com a participação da CEV-Rio, inauguraram seu busto na Praça Lamartine Babo, em frente ao quartel do 1ºBPE. O busto, esculpido em bronze, foi colocado de costas para o quartel em que ele foi torturado e morto. Numa segunda homenagem, outro busto de Rubens Paiva foi inaugurado no dia 12 de dezembro na estação do Metrô na Pavuna, subúrbio do Rio, que passou a ter o seu nome. Dois atos que buscam manter presente na memória da cidade o registro da estúpida violência sofrida pelo engenheiro e parlamentar, insuficientes para expressar todo o ódio emanado pela ditadura de 1964 contra seus opositores.

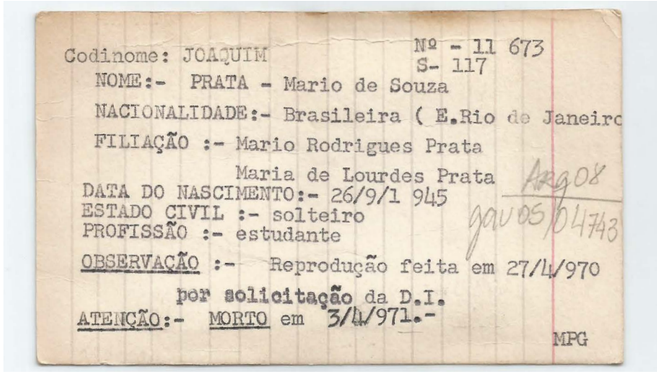




MARILENA VILLAS BOAS PINTO E MÁRIO DE SOUZA PRATA

A carioca Marilena Villas Boas Pinto era estudante de Psicologia na Universidade Santa Úrsula quando passou a viver clandestinamente em 1969. Em abril de 1971, durante um cerco policial no bairro de Campo Grande, Marilena foi capturada e morta por agentes de segurança junto a seu companheiro, o também estudante Mário de Souza Prata, natural de Cantagalo (RJ). Marilena e Mário Prata integravam o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), que foi praticamente desmantelado pela repressão durante o ano de 1971.

Mário era estudante de engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e iniciou sua militância política no movimento estudantil, ao ser eleito presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Passou a atuar na clandestinidade depois de ter sua prisão preventiva decretada pela Justiça Militar, em 1969. Mário tinha 25 anos quando foi assassinado.



Ficha Nominal do DOPS-GB
Crédito: APERJ, Fundo Polícias Políticas, Ficha de Identificação Policial

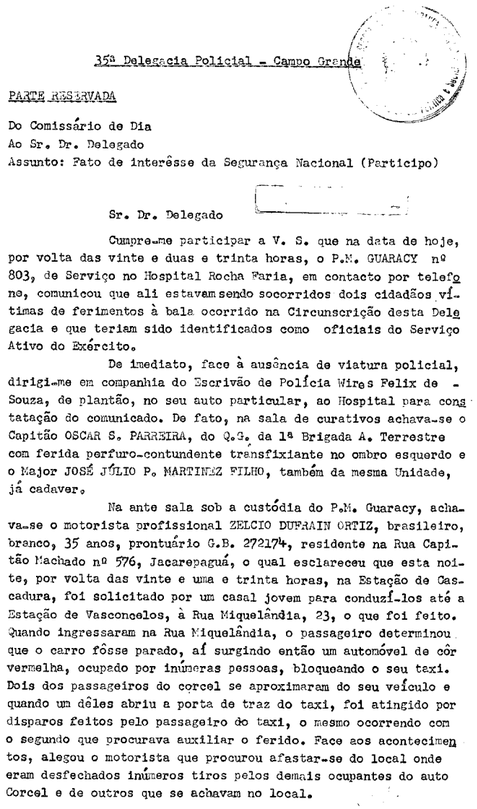
Marilena Villas Boas Pinto passou a viver na clandestinidade em decorrência de sua participação no movimento estudantil. Abandonou os estudos quando cursava o segundo ano e, em 1969, iniciou sua militância política na Ação Libertadora Nacional (ALN), indo depois para as fileiras do MR-8. Morreu aos 22 anos, segundo o atestado de óbito, por "ferimento penetrante do tórax, com lesões do pulmão direito e hemorragia interna"[1]. Esses dados, porém, jamais puderam ser comprovados, posto que os familiares não conseguiram obter o seu laudo cadavérico.

As circunstâncias da operação que resultou na morte dos dois militantes ficaram desconhecidas por mais de 40 anos. Investigações realizadas pela CEV-Rio no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) trouxeram à tona um comunicado da 35ª Delegacia de Polícia[2], que permitiu confrontar e desmentir a versão oficial.

Segundo essa versão, na tentativa de fugir ao cerco montado, os militantes trocaram tiros com as forças de segurança e foram abatidos "por uma equipe da Brigada Aero Terrestre, que se encontrava em Campo Grande/GB, empenhada no processamento de um informe que dava como suspeito um casal residente à Rua Niquelândia, nº 23"[3].

O documento originalmente produzido pelo Centro de Informações do Exército (CIE), e disseminado pelo DOPS, em 23 de abril de 1971, afirmava que Marilena e Mário Prata chegaram em um táxi à rua Niquelândia, na Zona Oeste do Rio, surpreendendo "a equipe levando-a mudar o dispositivo para a abordagem da viatura". Nesse momento, "seus

1. Acervo CEV-Rio. Atestado de óbito de Marilena Villas Boas Pinto.
2. Acervo CEV-Rio. Documento Comunicado da 35ª DP de 02/04/1971
3. APERJ. Fundo Polícias Políticas. Setor Terrorismo. Notação 11.



35ª Delegacia Policial - Campo Grande

PARTE RESERVADA

Do Comissário de Dia
Ao Sr. Dr. Delegado
Assunto: Fato de interêsse da Segurança Nacional (Participo)

Sr. Dr. Delegado

Cumpre-me participar a V. S. que na data de hoje, por volta das vinte e duas e trinta horas, o P.M. GUARACY nº 803, de Serviço no Hospital Rocha Faria, em contacto por telefone, comunicou que ali estavam sendo socorridos dois cidadãos vítimas de ferimentos à bala ocorrido na Circunscrição desta Delegacia e que teriam sido identificados como oficiais do Serviço Ativo do Exército.

De imediato, face à ausência de viatura policial, dirigi-me em companhia do Escrivão de Polícia Wires Felix de - Souza, de plantão, no seu auto particular, ao Hospital para constatação do comunicado. De fato, na sala de curativos achava-se o Capitão OSCAR S. PARREIRA, do Q.G. da 1ª Brigada A. Terrestre com ferida perfuro-contundente transfixiante no ombro esquerdo e o Major JOSÉ JÚLIO P. MARTINEZ FILHO, também da mesma Unidade, já cadaver.

Na ante sala sob a custódia do P.M. Guaracy, achava-se o motorista profissional ZELCIO DUFRAIN ORTIZ, brasileiro, branco, 35 anos, prontuário G.B. 272174, residente na Rua Capitão Machado nº 576, Jacarepaguá, o qual esclareceu que esta noite, por volta das vinte e uma e trinta horas, na Estação de Cascadura, foi solicitado por um casal jovem para conduzí-los até a Estação de Vasconcelos, à Rua Miquelândia, 23, o que foi feito. Quando ingressaram na Rua Miquelândia, o passageiro determinou que o carro fôsse parado, aí surgindo então um automóvel de côr vermelha, ocupado por inúmeras pessoas, bloqueando o seu taxi. Dois dos passageiros do corcel se aproximaram do seu veículo e quando um dêles abriu a porta de traz do taxi, foi atingido por disparos feitos pelo passageiro do taxi, o mesmo ocorrendo com o segundo que procurava auxiliar o ferido. Face aos acontecimentos, alegou o motorista que procurou afastar-se do local onde eram desfechados inúmeros tiros pelos demais ocupantes do auto Corcel e de outros que se achavam no local.

Comunicado da 35ª Delegacia de Polícia comunicando a ocorrência na Rua Niquelândia que culminou no assassinato dos militantes Marilena Villas Boas e Mário Prata
Crédito: Acervo CEV-RIO

ocupantes [do táxi], percebendo a manobra, atiraram contra a equipe atingindo mortalmente o major José Júlio Toja Martinez e ferindo o capitão Oscar de Souza Parreira". O documento afirma que "no tiroteio foi morto o terrorista foragido Mário de Souza Prata (Dissidência do PCB da GB) e ferida gravemente, vindo a falecer posteriormente, Marilena Pinto Carneiro Mendonça (Marilena Pinto Villas Boas) quando solteira."[4].

A partir da análise do comunicado da 35ª DP foi possível localizar o taxista Zélcio Dufrayer Ortiz, hoje com 80 anos, e que, segundo o documento, transportara Marilena e Mário Prata de Cascadura até Campo Grande. Confrontando a versão oficial, em seu testemunho à CEV-Rio, o taxista afirmou que ao chegar ao nº 23 da rua Niquelândia, enquanto tentava saltar do táxi, o casal foi rendido e preso sem nenhum ferimento. Segundo seu depoimento, ele percebeu que um grupo de cinco a seis homens, aparentemente desarmados, encontrava-se na rua sem saída. Relembrou que um deles abriu a porta do táxi dizendo: "Hoje vocês estão pegos. Hoje vocês não fogem. Vocês estão presos"[5].

O taxista afirmou que, nesse momento, Marilena sacou uma pistola que trazia na bolsa e disparou, atingindo o major Martinez. Em seguida, Mário abriu a porta do carro pelo lado esquerdo, tentando fugir, mas tropeçou e caiu. Em seguida, Zélcio narra que os outros homens seguraram o casal, que foi arrastado para dentro da casa que servia de aparelho, enquanto o taxista era intimado a socorrer o major ainda vivo. Zélcio ainda confirma só ter escutado o tiro desferido por Marilena e ter visto apenas um ferido, o major, negando, portanto, a versão de tiroteio sustentada pela repressão e que foi apresentada no comunicado da 35ª DP.

O comunicado da Delegacia afirma que Mário Prata, ferido, fora levado ao Hospital da Vila Militar, enquanto Marilena teria sido detida, permanecendo no local. Relatos colhidos pela CEV-Rio, de vizinhos do imóvel que servia como aparelho onde Marilena ficou presa ilegalmente, informam que durante toda a noite foram ouvidos os gritos da jovem no interior da casa, silenciados apenas no final da madrugada [6].

Corroborando a permanência de Marilena no aparelho, o documento da 35ª DP, assinado pelo detetive José Vianna, afirmava que

> *"No local compareceu o comunicante, e a turma de ronda desta D.P. constituída dos policiais Walter, Waldir e Ribeiro, onde já encontraram o subtenente Alceu Pencal da Segunda Seção da Brigada Aero Terrestre que realizava buscas no número vinte e três da rua Niquelândia, em cujo interior encontrava-se a acompanhante do agressor dos oficiais, sob escolta"*

Vianna ainda afirma no documento, que ao retornar à delegacia, recebeu a visita do major Lacerda, da PE, do major Viana, do tenente coronel Verrastro, da 1ªDI e do tenente coronel Pimentel, da brigada Aeroterrestre. Segundo ele:

> *"O coronel Pimentel solicitou ao declarante que fizesse remover para o IML o corpo do agressor dos oficiais [Mário Prata], em virtude de haver falecido quando era removido do Hospital da Vila Militar para o Hospital [não especificado], encontrando-se o mesmo no Primeiro Batalhão da Polícia do Exército, sendo expedida a guia de número setenta, sem dados qualificativos do subversivo por não terem sido fornecidos pelas autoridades militares."*

É curioso observar que o major Toja Martinez tenha sido levado ao hospital civil Rocha Faria, apesar de a providência se justificar dada a proximidade do socorro, enquanto o militante Mário Prata tenha sido encaminhado para o Hospital da Vila Militar, onde veio a falecer.

4. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório/Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. Volume 3. p.568-575.
5. Acervo CEV-Rio. Depoimento de Zélcio Dufrayer Ortiz para a CEV-Rio.
6. Acervo CEV-Rio. Relatório de visita da CEV-Rio à Rua Niquelândia em 08/10/2014.

Mário Prata, a despeito de ter sido identificado pela repressão[7] e pelo instituto de identificação civil Félix Pacheco[8], foi sepultado como indigente no Cemitério de Ricardo de Albuquerque. Seu corpo somente foi localizado graças ao trabalho do Grupo Tortura Nunca Mais, em 1996. O corpo de Marilena, por sua vez, foi retirado por sua família do Hospital Central do Exército, que chegou a tempo de impedir que a jovem fosse enterrada sem que fossem avisados. Um enterro com caixão lacrado já estava pago pelo Exército, no Cemitério do Irajá, para ser realizado no dia 8 de abril de 1971. O "destinatário da mercadoria", conforme consta na nota fiscal, era o Ministério do Exército e o endereço de onde a pegariam, o Hospital Central do Exército.

Os elementos levantados permitiram a elucidação do caso, desmentindo a versão apresentada pela repressão acerca da morte dos militantes Marilena Villas Boas e Mário de Souza Prata. A partir dos testemunhos colhidos foi possível demonstrar que, ao contrário do que se afirmava, o casal foi preso com vida e sem ferimentos. Marilena foi interrogada durante toda a noite e Mário Prata foi levado a uma instituição militar. Ambos foram mortos enquanto estavam sob poder do Estado, que tentou ocultar suas mortes ao dificultar o acesso das famílias aos seus restos mortais.

A operação que resultou no assassinato de Marilena e Mário Prata ocasionou uma mudança de postura da repressão. Documentos localizados pela CEV-Rio no Acervo Médici, depositado no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), revelam que a morte do major Martinez fez com que o então presidente Emilio Garrastazu Médici questionasse o ministro do Exército, Orlando Geisel, que defendia a prisão de militantes para obter deles informações. Na ocasião, ao lembrar-se do caso, Médici perguntou "Mas só os nossos morrem?", para em seguida transmitir uma ordem "Quando invadirem um aparelho, vocês têm que invadir metralhando. Nós estamos numa guerra e não podemos sacrificar os nossos"[9]. De fato, após o assassinato de Marilena e Mário Prata, somente no ano de 1971, foram contabilizadas pelo menos 14 mortes executadas pelos agentes da repressão no estado do Rio de Janeiro.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO FUNERÁRIO
TELS. 242-8160 R. 36 e 242-0712

NOTA FISCAL Nº 09473 Série B-1
Extraída em 4 Vias
1.ª VIA
RUA PADRE JANUÁRIO, 390 - Tels. 229-3353 - 249-3610
RIO DE JANEIRO ESTADO DA GUANABARA
Inscrição no C. G. C. (MF) 33.609.504 Inscrição Estadual 259.076-04
Natureza da Operação: à vista
Via de Transporte: Rodoviária
Data da Emissão da Nota: 8 / 4 / 1971

DESTINATÁRIO DA MERCADORIA
Nome da firma: Ministério do Exército
Endereço: Hosp. Central do Exército
Município: Estado: GB
Inscrição no C. G. C. (M.F.) n.º: Inscrição no Estado n.º

QUANT.	UNID.	PESO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS - ESPECIFICAÇÃO	PREÇOS NCr$ UNITÁRIO	PREÇOS NCr$ TOTAL
1			CV 7		990,00

DESPESAS ACESSÓRIAS
Frete....NCr$
Seguro..NCr$
Total....NCr$
NÃO VALE COMO RECIBO
Valor Total da Nota.....NCr$ 990,00
Impôs.º da Circulação de Mercadorias - Isento do pagamento conforme proc. 04/934.705/68 de 17-6-1969.
Nome do Transportador: STO Cruz
Endereço: Rua Padre Januário, 390
DATA DA SAÍDA 8 / 4 / 1971

CARACTERÍSTICAS DOS VOLUMES:

Número	Quantidade	ESPÉCIE	PESO Bruto	PESO Líquido

01 a 12.000 - 5-68 - Tip. Casins Rua Senhor de Matosinhos, 68 - Insc. 128.762.00

Recibo de pagamento do enterro de Marilena Villas Boas pelo Ministério do Exército
Crédito: Acervo CEV-Rio

7. APERJ. Fundo Polícias Políticas do Estado do Rio de Janeiro. Setor Administração. Notação 99
8. Reportagem de Juliana dal Piva, de 13/05/2015. Portal do Jornal O Dia. Disponível em http://odia.ig.com.br/noticia/brasil/2015-05-13/guerrilheiros-teriam-sido-mortos-sob-tortura-apos-matar-major.html.

9. SCARTEZINI.A.C. Segredos de Medici. Primeira edição: Editora Marco Zero, 1985, p.35-36 (A Comissão da Verdade do Rio localizou no acervo do General Médici, que pertence hoje ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio (IHGB), cópias de uma entrevista dada pelo ditador ao jornalista Antonio Carlos Scartezini, durante o tempo em que Médici comandou o país. À época, o oficial não permitiu a publicação da entrevista. Em 1985, o conteúdo foi editado em forma de livro sob o título Segredos de Médici.)



STUART ANGEL JONES

Desaparecido em 14 de maio de 1971, aos 26 anos, Stuart Edgard Angel Jones, foi uma das lideranças do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8). O Estado brasileiro jamais assumiu a responsabilidade por sua prisão, mantendo um constrangedor e inaceitável silêncio contra todas as evidências de sua tortura, morte e desaparecimento. Investigações realizadas pelas Comissões Nacional e Estadual da Verdade chegaram a suposições distintas. Seu corpo teria sido enterrado num mangue próximo à Base Aérea de Santa Cruz, ou, na segunda hipótese, depois de torturado na Base Aérea do Galeão, jogado no mar pelas Forças Armadas. Embora o governo brasileiro negue sua prisão fica evidente, no documento abaixo, que ele foi detido um dia antes da sua morte pela repressão.

JUSTIÇA MILITAR
1ª AUDITORIA DO EXÉRCITO DA 1ª C.J.M.

MANDADO DE PRISÃO

Ao Exmo. Snr. Dr. Delegado da Ordem Política e Social da GB

O Doutor ABEL AZEVEDO CAMINHA
Auditor da 1ª Auditoria do Exército 1ª CJM, usando da atribuição que lhe confere a Lei e em virtude de sentença proferida pelo Conselho Permanente de Justiça, em 13 do corrente, por unanimidade de votos, MANDA que seja recolhido à prisão à disposição desta Auditoria, o sentenciado STUART EDGARD ANGEL GOMES - vulgo "HENRIQUE" filho de Norman Angel Gomes e de Zuleika Angel Gomes, brasileiro, natural do Estado da Bah nascido em 11 de janeiro de 1945, * * *

Stuart nasceu em Salvador (BA) em 11 de janeiro de 1945, filho da estilista Zuleika Angel Jones, conhecida como Zuzu Angel, e de Norman Angel Jones. Desde cedo praticou esportes: tênis, natação, capoeira, halterofilismo, e depois se dedicou ao remo, pelo Clube de Regatas do Flamengo. Foi criado no Rio de Janeiro, onde fez seus estudos e entrou na Faculdade de Economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 18 de agosto de 1968, casou-se com Sônia Maria Lopes de Moraes. Iniciou sua militância política na Dissidência Estudantil do Partido Comunista Brasileiro dna Guanabara, (que mais tarde passou a se chamar MR-8). Em 1969, tornou-se dirigente da organização, estando à frente de operações armadas do grupo.

A partir de 1970, a ação violenta dos órgãos de repressão da ditadura cresceu de intensidade. De janeiro a julho de 1971, praticamente todos os integrantes do MR-8 foram presos, torturados ou mortos. A agonia e a morte de Stuart sempre foram relacionadas a circunstâncias brutais, conforme carta enviada a Zuzu pelo ex-integrante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Alex Polari de Alverga, preso dois dias antes de sua prisão, em 12 de maio de 1971[1].

Na carta, Polari descreve que Stuart foi amarrado a um jipe no pátio interno da Base Aérea do Galeão e arrastado enquanto aspirava gás do cano de descarga do veículo. Agonizante, foi levado para a última das celas destinadas aos presos políticos que lá se encontravam. Seus gemidos e pedidos de água prolongaram-se pela madrugada e foram ouvidos por Maria Cristina de Oliveira, que se encontrava na cela ao lado. Amanhecendo, ela ouviu a movimentação para a retirada do corpo de Stuart.

1. APERJ, Fundo: Polícias Políticas, Setor: Prontuário GB, Notação: 5013.

Em 27 de março de 2014, a CEV-Rio ouviu o testemunho de Maria Cristina. Remexendo seus arquivos pessoais, ela encontrou uma espécie de "desabafo", como se fosse o trecho de um diário escrito na época, logo depois de sua passagem pela prisão na Base Aérea do Galeão em maio de 1971:

> *"Eu tinha mania de escrever. Sempre que estava sofrendo eu escrevia. Naquela época essas coisas doíam demais. Era uma forma que eu encontrava de aliviar o sofrimento. Nesta noite ouvi gemidos na cela ao lado, no cubículo dois. Ele dizia que ia morrer. Que tinha frio e que queria um remédio para a dor. Bati na parede e perguntei quem estava ali. Não obtive resposta. Ouvi vozes e o Muniz [coronel Ferdinando Muniz] falando com o homem que gemia: 'Toma este melhoral, Paulo. Você vai melhorar. Pegue este cobertor'. Bati na porta, chamando a pessoa que estava lá, falando com o doente. 'Quero vê-lo', eu disse. 'Ele está morrendo. Não sei quem é, mas me deixe cuidar dele. Preciso cuidar dele'. O coronel Muniz era um dos torturadores. O nome dele aparece na matéria do Chico Otávio.[2] Ele era o chefe de setor e participava das torturas. O coronel Muniz vacilou. Foi lá para dentro e voltou dizendo que eu não poderia tratar do companheiro. Perguntei quem era e a resposta foi a porta da vigia fechando na minha cara.[3]"*

O cerco da repressão aumentou com a cobertura dada pelo MR-8 ao capitão Carlos Lamarca, comandante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Lamarca, então o dirigente de organização armada mais procurado pelo regime, acabou se integrando ao MR-8 em abril de 1971. Novas prisões se sucederam, até que José Roberto Gonçalves de Rezende, da VPR, foi preso na noite de 7 de maio de 1971, na livraria Entre Rios, em Copacabana, e levado do DOPS/GB para as dependências do Centro

2. OTAVIO, Chico. PIVA, Juliana dal. "Stuart Angel: verdadeiro nome do principal torturador é descoberto". Jornal O Globo, Edição de 22/09/2014
3. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Maria Cristina Oliveira Ferreira para a CEV-Rio em 27/03/2014.

de Informações da Aeronáutica (CISA), na base aérea do Galeão. No mesmo dia, Zaqueu José Bento e Manoel Henrique Ferreira, integrantes do Grupo Político-Militar do MR-8, também foram detidos[4]. Alex Polari de Alverga foi preso na mesma semana[5].

Tanto Polari quanto Maria Cristina de Oliveira Ferreira relataram que Stuart foi torturado até a morte pelos agentes do CISA, na Base Aérea do Galeão, para que revelasse o paradeiro de Carlos Lamarca. Ele resistiu. Em seus depoimentos, os dois afirmaram que apenas ouviram a voz de Stuart - no caso de Alex Polari, na sala de tortura, e segundo Maria Cristina, agonizando e pedindo água.

Sempre apoiada na documentação pesquisada e nas indicações da família, a CEV-Rio ouviu cerca de 30 pessoas sobre o caso, incluindo o coronel Paulo Malhães. Malhães afirmou à Comissão que Stuart poderia ter sido jogado na Baía de Guanabara.

Nos arquivos do Instituto de Criminalística Carlos Éboli (ICCE), a CEV-Rio localizou um envelope contendo uma sequência de quatro negativos, fruto de uma perícia de local, datada de 18 de outubro de 1971. A perícia foi feita, portanto, cinco meses depois da morte de Stuart Angel. Revelados, os negativos exibiam uma ossada encontrada nas pedras da cabeceira da pista do Aeroporto Santos Dumont, próximo às instalações da 3ª Zona Aérea, hoje III Comar.

O laudo da ossada é assinado pelo perito Jaques Wygoda. Procurado pela Comissão, ele afirmou que o laudo que emitiu foi inconcluso. Alegou não ter

4. APERJ, Fundo: Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara, Série: Livro de Ocorrências, Notação: 16 ímpar, p 176.
5. APERJ, Fundo: Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara, Série: Livro de Ocorrências, Notação: 19 par.

tido condições de definir nada, por se tratar de "uma ossada". As fotos foram enviadas ao perito-médico Levi Inimá, que considerou os restos mortais como compatíveis com um corpo em decomposição na água por cinco meses.

Na carta que Alex Polari enviou a Zuzu Angel, o nome do coronel reformado da Aeronáutica, Lúcio Valle



Cabeceira da pista do Aeroporto Santos Dumont, local onde foi encontrada a ossada em 18 de outubro de 1971
Crédito: Instituto de Criminalística Carlos Éboli

Barroso, hoje com 81 anos, é citado como envolvido na morte de Stuart. Seu nome também aparece nos documentos de recebimento de carros apreendidos com Zaqueu José Bento, do MR-8, preso pelo CISA dias antes de Stuart. A documentação foi entregue ao comandante da Base, João Paulo Bournier, apontado por Alex Polari como o mandante da morte de Stuart.

Barroso também foi procurado pela CEV-Rio para depor sobre o desaparecimento de Stuart. Barroso

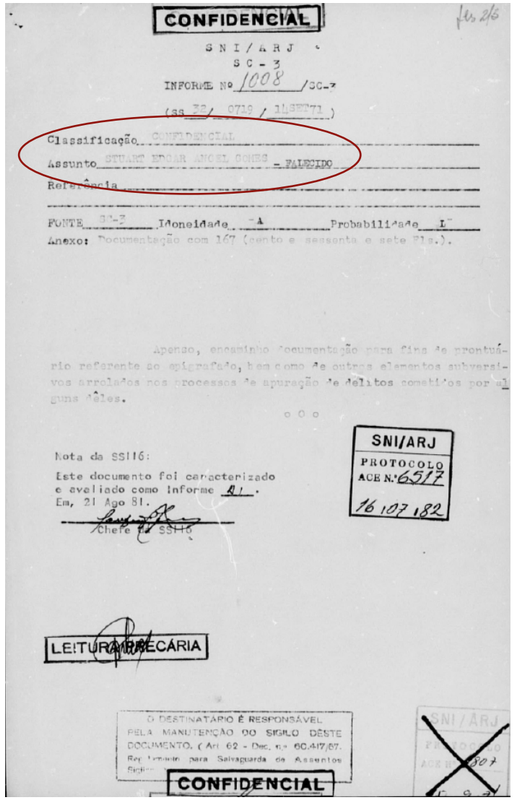
admitiu, pela primeira vez, o envolvimento do CISA na prisão. Segundo ele, o sargento Abílio Corrêa de Sousa, codinome "Pascoal", teria sido o responsável pelas prisões de Rubens Paiva e de Stuart. Revelou que ele costumava levar presos políticos para tomar banho de mar na cabeceira da pista, compartilhada entre o 3º Comando Aéreo Regional e a operação comercial do Santos Dumont.[6]

Outros nomes envolvidos no crime são os oficiais e integrantes do CISA Carlos Afonso Dellamora, Ferdinando Muniz de Farias e o suboficial Abílio Correa de Souza, "Abílio Alcântara", ou "Dr. Pascoal", já falecido. Testemunhas da prisão de Alex Polari citam os agentes Theobaldo Lisboa; Nilton Vieira de Mello; Milton Rezende Almeida; Eduardo Teixeira Sobrinho e Jair Gonçalves da Mota.

Apesar de até os dias de hoje negar a responsabilidade sobre o caso, bem como a existência de arquivos sobre Stuart, ficou comprovado durante as investigações, que o Estado brasileiro sabia da morte de Stuart Edgard Angel Jones, como pode ser constatado em documento da Agência do Rio de Janeiro do SNI, em 14 de setembro de 1971. Em um Informe Confidencial enviado para a Agência do Rio de Janeiro do SNI, é possível ler no campo "Assunto": "Stuart Edgard Angel Gomes (sic) – Falecido".[7]

Em seu relatório final, a CNV relata ter obtido informações de um ex-militar da Aeronáutica (cuja identidade foi preservada) de que a Base Aérea de Santa Cruz foi utilizada no início da década de 1970 para a prisão, tortura e ocultação de cadáveres de presos políticos. Em seu depoimento, o militar identificou uma fotografia de Stuart Edgar Angel

6. Acervo CEV-Rio. Depoimento de Lúcio Valle Barroso à CEV-Rio, por telefone, nos dias 7 e 8 de junho de 2014.
7. Arquivo Nacional, SNI: ARJ_ACE_6517_82.


CONFIDENCIAL

S N I / A R J
S C - 3

INFORME Nº 1008 /SC-3

Classificação CONFIDENCIAL
Assunto STUART EDGAR ANGEL JONES - FALECIDO
Referência

FONTE [illegible] Idoneidade A Probabilidade I
Anexo: Documentação com 167 (cento e sessenta e sete) Fls.).

Apenso, encaminho documentação para fins de prontuário referente ao epigrafado, bem como de outros elementos subversivos arrolados nos processos de apuração de delitos cometidos por alguns dêles.

o O o

Nota da SSI16:
Este documento foi caracterizado e avaliado como informe A1.
Em, 21 Ago 81.
Chefe da SSI16

SNI/ARJ
PROTOCOLO
ACE Nº 6517
16 107 182

LEITURA PRECÁRIA

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DÊSTE DOCUMENTO. (Art. 62 - Dec. nº 60.417/67. Rep. Normas para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos)

CONFIDENCIAL

Informe Confidencial do SNI de 14 de setembro de 1971 dá Stuart como "falecido"
Crédito: Arquivo Nacional, SNI: ARJ_ACE_6517_82

Jones como sendo o preso que ele protegeu de um espancamento. Os mortos seriam enterrados num mandiocal próximo aos mangues existentes na Base. Segundo seu relato, era comum também ouvir comentários sobre o lançamento em alto-mar de cadáveres transportados por aviões P-16.

Em decorrência destas informações, a CNV traçou uma nova linha de investigação visando à busca de indícios sobre práticas de ocultação de cadáveres na Base de Santa Cruz, com pesquisas sobre alterações efetuadas em suas pistas de pouso que pudessem indicar práticas de ocultação de cadáveres.

Pesquisa junto ao acervo fotográfico da Polícia Civil do Rio de Janeiro localizou em um dos canteiros de obra da construtora Cetenco, responsável pelas reformas na Base de Santa Cruz, a foto de um crânio. O material fotográfico foi enviado para análise comparativa craniofacial no Centro de Ciências Forenses da Universidade de Northumbria, em Newcastle, Inglaterra. Sem uma conclusão definitiva, a análise pericial indicou clara correspondência morfológica craniofacial entre as imagens ante mortem de Stuart Angel e post mortem da ossada cuja fotografia foi localizada pela CNV.

A linha de pesquisa seguida pela CEV-Rio tomou como base que Stuart Angel Jones foi torturado e assassinado na Base Aérea do Galeão, sendo seu corpo jogado na Baía de Guanabara. O movimento das águas teria levado os restos mortais para a praia. A ossada encontrada na ponta de pedras, próxima à III Zona Aérea pela 3ª Delegacia Policial, foi posteriormente enterrada no cemitério do Cacuia, na Ilha do Governador (RJ). Segundo informação do cemitério, ela foi classificada como "ossada humana", e não como "ossada de um homem" ou de "uma mulher" ou de "uma criança", como seria o correto. O registro do enterro consta do livro de entrada de cadáveres da 3ªDP. Em 21 de agosto de 2014, a CEV-Rio enviou Ofício nº 133/2014 ao Ministério Público, pedindo exumação dos restos mortais – a partir de fotos feitas por peritos do Instituto de Criminalística Carlos Éboli[8]. Dificuldades técnicas impediram a exumação.

8. Acervo CEV-Rio. Ofício CEV-RIO/SEASDH nº 133/2014.



A MORTE ANUNCIADA DE ZUZU ANGEL

Em razão da incansável luta de Zuleika Angel, o desaparecimento de Stuart é um dos mais conhecidos episódios da violência praticada pela ditadura militar, com grande repercussão no exterior. Zuzu entregou um dossiê ao secretário de Estado Henry Kissinger, e promoveu um desfile de modas em Nova Iorque, cujo tema foi o desaparecimento do filho. Assim, sua morte na tortura chegou a ser denunciada no Congresso dos EUA pelo senador Edward Kennedy. A forte pressão internacional resultou, em 15 de março de 1972, no afastamento do coronel João Paulo Burnier, dos coronéis-aviadores Roberto Hipólito da Costa, Carlos Affonso Dellamora e Márcio César Leal Coqueiro, além de outros três oficiais, e a demissão do ministro da Aeronáutica, Márcio de Souza e Mello.

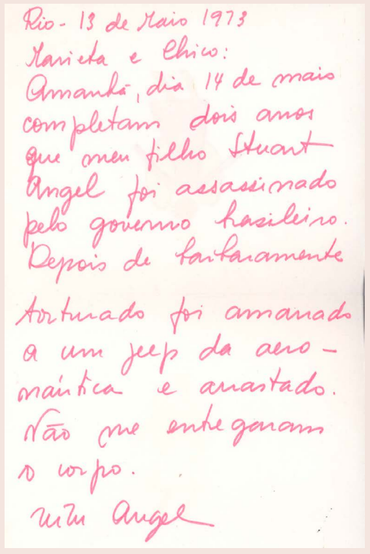
A busca de Zuzu por informações sobre o paradeiro de Stuart Angel e a luta para denunciar seus assassinos só cessaram com sua morte, no dia 14 de abril de 1976, em um suposto acidente de carro no Rio de Janeiro. A atuação de Zuzu foi essencial para gerar um desgaste à imagem da ditadura brasileira. Por isso, ela vinha sendo intensamente monitorada pelos órgãos de repressão. Prevendo que poderia ser ela o próximo alvo da ditadura, entregou a amigos um bilhete contendo a seguinte mensagem: "Se

algo acontecer comigo, se eu aparecer morta, por acidente, assalto ou outro qualquer meio, terá sido obra dos mesmos assassinos do meu amado filho".

Cerca de um ano depois, na madrugada do dia 13 para o dia 14 de abril, saindo do Túnel Dois Irmãos, que liga a Gávea a São Conrado, o carro que Zuzu dirigia colidiu com a proteção do viaduto e capotou diversas vezes barranco abaixo. À época, a versão oficial para sua morte foi apresentada como um acidente. Contudo, a partir de laudos técnicos, do depoimento de testemunhas oculares do acidente e da fala de agentes da repressão, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), ainda em 1998, e a Comissão Nacional da Verdade (CNV), em seu Relatório Final, apontaram que o Estado brasileiro foi responsável pela morte de Zuleika Angel.

Para trazer fatos novos à história de Zuzu, a CEV-Rio entrou em contato com Chico Buarque de Hollanda. Foi ele quem denunciou à imprensa a característica criminosa do "acidente" que matou Zuzu. Ao receber a notícia, tal qual Zuzu escrevera no bilhete entregue a ele, Chico ficou impactado. Na mesma hora ligou sua morte aos alertas e tratou de tomar providências para que a imprensa não ignorasse o caso. Por e-mail, ele relatou à CEV-Rio os passos que se seguiram:

"*Vou contar como a história se passou. Numa de suas visitas à minha casa, Zuzu deixou comigo aquele bilhete que você conhece. O bilhete estava guardado havia um tempo, quando ocorreu o falso acidente com ela. Na época eu estava em contato quase diário com o Paulo Pontes, com quem tinha escrito Gota d'água e planejava escrever uma nova peça. Mostrei-lhe o bilhete imediatamente e lhe perguntei se tinha alguma ideia de como divulgá-lo. Ele então propôs chamarmos lá em casa o Zuenir Ventura, que redigiu uma carta de introdução ao bilhete da Zuzu e fez uma relação de destinatários - cerca de 100 - entre jornalistas mais combativos e políticos do então chamado MDB autêntico. Por uma prudência que hoje pode parecer excessiva, Paulo Pontes e eu subimos a serra de Petrópolis, jogamos minha Olivetti num despenhadeiro, e fomos tirar cópias xerox do bilhete e da carta numa papelaria que eu conhecia em Itaipava, na época um vilarejo. De volta ao Rio, convocamos o Zuenir e repartimos entre os três os envelopes a serem postados no correio. Foi isso. Tínhamos a esperança de alguma repercussão na imprensa ou no congresso, mas só o jornalista Alberto Dines publicou uma pequena nota a respeito.*[9]"


Rio - 13 de Maio 1973
Marieta e Chico:
Amanhã, dia 14 de maio completam dois anos que meu filho Stuart Angel foi assassinado pelo governo brasileiro. Depois de barbaramente torturado foi amarrado a um jeep da aeronáutica e arrastado. Não me entregaram o corpo.
Zuzu Angel

Em bilhete endereçado aos amigos Chico Buarque e Marieta Severo, Zuzu Angel encaminha cópia do discurso do senador Ted Kennedy, em que ele denunciava que o golpe teve apoio americano e as torturas no Brasil
Crédito: Acervo pessoal Chico Buarque

9. Acervo CEV-Rio. Relato de Chico Buarque sobre o caso de Zuleika Angel.



RAUL AMARO NIN FERREIRA

O engenheiro Raul Amaro Nin Ferreira, 27 anos, morreu no dia 11 de agosto de 1971, onze dias depois ser preso, na enfermaria do Hospital Central do Exército (HCE), em Benfica, Rio de Janeiro. Preso numa operação policial de rua, no dia 1 de agosto, foi conduzido incialmente para o DOPS/GB. No dia seguinte foi levado para o DOI-CODI, no quartel do 1º Batalhão de Polícia do Exército, na Tijuca. Depois de inquirido e de ser submetido a um intenso processo de tortura, foi transferido para o HCE, no dia 4 de agosto, onde voltou a ser interrogado. Seu corpo foi entregue à família com a informação de que a morte teria ocorrido por enfarte. Como em outros casos de assassinatos de presos políticos durante a ditadura, foi montada uma farsa para encobrir as causas de sua morte.

No dia 05 de dezembro de 2013, em evento público realizado em sua sede, a Comissão da Verdade do Rio recebeu oficialmente o Relatório Raul Amaro Nin Ferreira[1], produzido por dois sobrinhos de Raul, Felipe Carvalho Nin Ferreira e Raul Carvalho Nin Ferreira, e por Marcelo Zelic, integrante do Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo e do Armazém Memória. Junto com o Relatório foi entregue à CEV-Rio um conjunto de mais de 400 documentos recolhidos em arquivos públicos e acervos pessoais, a partir dos quais os autores fizeram uma reconstrução minuciosa dos onze dias em que Raul permaneceu sob a custódia do Estado brasileiro.

A certeza de que a pesquisa tinha que ser feita veio em 17 de julho de 2012, quando o jornal *O Globo* publicou uma foto de Raul Amaro em uma matéria[2] que trazia trechos de documentos do Serviço Nacional de Informações (SNI), desconhecidos pela família. Com a convicção de que era possível avançar nas investigações, seus sobrinhos entraram em contato com Marcelo Zelic para buscar, em arquivos

1. FERREIRA, Felipe Carvalho Nin; FERREIRA, Raul Carvalho Nin; ZELIC, Marcelo. Relatório Raul Amaro Nin. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2014. Disponível em http://www.editora.vrc.puc-rio.br/docs/ebook_raul_amaro.pdf.
2. A matéria assinada por Evandro Éboli, com a manchete "Foto localizada pelo GLOBO revela: preso chegou ao Dops vivo", reproduzia a foto da entrada de Raul Amaro no DOPS/GB, em 01/08/1971. Afirmava que a referida foto tinha sido recentemente encontrada no Fundo do SNI, no Arquivo Nacional, quando, na realidade, a imagem já havia sido veiculada pelo próprio jornal em matéria de 28/08/1971, intitulada "Explicação da morte do engenheiro", que reproduzia a falsa versão sobre a prisão e morte de Raul, apresentada pelos militares.

públicos e acervos privados, novos documentos sobre a prisão e o assassinato de Raul.

A luta por verdade e por justiça da mãe, Mariana Lanari Ferreira

A primeira etapa da pesquisa buscou resgatar a luta travada por Mariana Lanari Ferreira, mãe de Raul Amaro, para esclarecer o ocorrido com seu filho e manter viva sua memória. Logo após a prisão de Raul por agentes da repressão, Mariana tentou, em vão, localizar o filho no DOI-CODI, onde foi informada de que o mesmo não estaria lá – embora estivesse. Dias depois, no HCE, recebeu a notícia da morte de Raul. Sem acreditar na versão oficial do enfarte, começou uma jornada em busca da verdade.

Ainda durante a ditadura, Mariana enviou cartas a generais e se reuniu com outros familiares de presos e desaparecidos políticos para cobrar das autoridades informações sobre Raul e outras vítimas do terror de Estado. Propôs a Ação Declaratória nº 241.0087/99, junto à 9ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro, a fim de obter o reconhecimento, por parte do Estado brasileiro, da tortura e do assassinato do filho. A ação obteve sentença favorável em 1982, mas a decisão condenatória definitiva só veio em novembro de 1994. Nesse processo, reuniu depoimentos importantes de pessoas que estiveram presas com Raul e de um soldado lotado no DOI-CODI à época, que o viu ser barbaramente torturado. A dedicação de Mariana na luta por verdade e justiça tornou possível os posteriores avanços alcançados por Raul e Felipe.

Militância, prisão e morte

Raul Amaro nasceu no Rio de Janeiro em 02 de junho de 1944. Estudou no Colégio São Bento, onde participou da Juventude Estudantil Católica e da Academia Literária. Em 1963, entrou para a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Durante a faculdade de Engenharia, integrou o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e foi próximo do Movimento Solidarista Universitário (MSU). Graduou-se em Engenharia de Produção em 1967 e foi contratado pela EMAQ (Engenharia de Máquinas S.A.).

Em 1968, Raul Amaro participou de uma série de manifestações no Rio de Janeiro, como as passeatas dos 100 mil e dos 50 mil. Em meados de 1970, começou a integrar a rede de apoio ao Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), articulada por Eduardo Lessa, seu amigo. Em 1971, foi trabalhar no Ministério da Indústria e Comércio e ganhou uma bolsa de estudos para um curso de especialização na Holanda, que teria início em novembro de 1971.

De acordo com o relato de sua companheira na época, Vera Marina, Raul vivia um momento de intenso questionamento, dividido entre a expectativa de uma vida formal e a vontade de atuar mais ativamente na luta política. Sabedor dos riscos que estava correndo, decidiu integrar uma rede de apoio organizada por Lessa sem entrar para a clandestinidade[3].

Raul morava em um apartamento alugado na Rua Santa Cristina[4], no bairro de Santa Teresa. No dia 31 de julho 1971, saiu com um colega do ministério, Saididin Denne, sua esposa, Yone Denne e duas amigas do casal. Nessa noite, Eduardo Lessa dormiria em seu apartamento. Na volta do restaurante, na madrugada do dia 1º de agosto, o carro foi parado na Rua Ipiranga, no bairro de Laranjeiras. Os agentes prenderam Raul e o casal Yone e Saididin Denne, e confiscaram alguns mapas que estavam no carro.

Raul foi levado para o DOPS/GB onde ficou preso até a tarde do dia 1º de agosto, quando foi conduzido por uma equipe liderada pelo delegado Mario Borges à casa de seus pais, no bairro da Gávea. Raul havia dito que morava com eles como uma forma de ganhar tempo e permitir que Eduardo Lessa saísse de seu apartamento. Em seguida foram para o apartamento da Rua Santa Cristina, com os pais de Raul seguindo o carro de polícia. A revista durou a tarde inteira e quando a equipe deixou o local levando Raul algemado, Mário Borges limitou-se a informar que o caso era "assunto de competência do Exército Nacional"[5].

Entre as oito horas da noite do dia 1º de agosto e uma e meia da madrugada do dia 2, Raul esteve em local incerto. É desse período a primeira "Declaração do Interrogado" realizada aos agentes do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do 1º Exército [6]. Raul retornou formalmente ao DOPS somente quatro horas depois do fim da revista de seu apartamento, na madrugada dia 2 de agosto, tendo sido a sua entrada registrada pelo delegado Walter Dantas [7].

Enquanto esteve no DOPS/GB no dia 2, Raul foi visto por outros dois presos políticos: Alex Polari e Aquiles Ferrari. O depoimento de Alex para a ação declaratória movida pela família de Raul aponta para a hipótese de que a sua tortura se iniciou ainda no DOPS:

> "*estava preso no DOPS, quando da prisão de Raul Amaro; que viu quando chegou, conduzido por policiais da Secretaria de Segurança; que era um fim de semana e que Raul chegou bastante espancado e amendrontado, mas que andava e falava; que no dia seguinte ao da prisão, Raul foi retirado do xadrez do DOPS, e levado por policiais da PE*[8]."

Corrobora essa hipótese o depoimento do ex-comandante do CODI do I Exército, Adyr Fiúza de Castro, ao afirmar que Raul "havia sido chicoteado com fios no DOPS"[9].

No próprio dia 2 de agosto, Raul foi levado para o DOI-CODI, onde foi torturado até ser transferido para o HCE em 4 de agosto. As informações sobre a tortura a que foi submetido devem-se em grande parte aos depoimentos do ex-soldado Marco Aurélio Magalhães, tanto no contexto da ação movida pela família quanto em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo* de 19 de setembro de 1986. Sobre a tortura de Raul, Marco Aurélio Magalhães relatou à *Folha*:

> "*Folha - Você recorda de outros presos?*
>
> *Magalhães - De Raul Amaro. Eu assisti desde a sua condução para a cela até a sua agonia, de madrugada, e a sua remoção*

3. FERREIRA, Felipe Carvalho Nin; FERREIRA, Raul Carvalho Nin; ZELIC, Marcelo. Relatório Raul Amaro Nin. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2014, p. 48. Disponível em http://www.editora.vrc.puc-rio.br/docs/ebook_raul_amaro.pdf.

4. Em 2013, o coletivo "Nexa" fixou uma placa em memória de Raul, em frente à residência em que vivia na época em que foi preso, localizada na Rua Santa Cristina.
5. FERREIRA, Felipe Carvalho Nin; FERREIRA, Raul Carvalho Nin; ZELIC, Marcelo. Relatório Raul Amaro Nin. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2014, p. 61. Disponível em http://www.editora.vrc.puc-rio.br/docs/ebook_raul_amaro.pdf
6. Arquivo Nacional, SNI, ACE 41431/71
7. APERJ, Fundo Polícias Políticas, Setor Administração, Notação 78, p. 446.
8. Ação Declaratória nº nº 241.0087/99, 9ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro, p. 214.
9. D'ARAUJO, Maria Celina et. al. (Orgs.) Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 70.

de ambulância para o HCE.
Folha - Como você sabia que era o Raul?
Magalhães - Porque no livro lá embaixo tinha o nome dele e a fotografia e porque me impressionou muito o estado dele. Ele começou a ser interrogado por volta das duas horas da tarde e eles tinham pressa de arrancar informações dele. Ele apanhou muito. Normalmente os oficiais, mesmo nas celas de interrogatório, ficavam de coturno (bota militar), com a botina, com a calça de instrução, verde-oliva e a camiseta branca onde normalmente colocavam uma fita gomada ou esparadrapo em cima do nome. O Raul apanhou basicamente de coturno. Levou muito chute, muita pancada. O Interrogatório dele começou às 2h (14h), no meu serviço, eu saí às 4h e ele já tinha apanhado bastante. Depois eu retornei de 8h às 10h da noite e ele já estava num estado lastimável, ainda dentro da cela, de capuz. Eu saí do serviço às 10h e voltei de 2h às 4h. Quando eu voltei ele já estava jogado num canto da sala de interrogatório; já não tinha mais condições de andar e estava enrolado numa manta. Chegou um oficial médico que eu já tentei desesperadamente puxar pela minha memória para me lembrar se foi o Lobo (Amílcar) ou o Fayad, mas não me recordo, e disse que ele tinha de ser levado para o HCE porque estava nas últimas, estava morrendo. E aquilo me marcou muito porque foi a primeirra vez que vi uma pessoa agonizando[10].”

No HCE, Raul Amaro apresentava um quadro de melhora em sua saúde até morrer repentinamente, provavelmente em 11 de agosto de 1971. A busca pela verdade iniciada por Mariana Lanari e continuada pelo Relatório desconstruiu as diversas versões montadas pelo regime militar envolvendo a prisão e morte de Raul Amaro. Com a ajuda da CEV-Rio e do perito Nelson Massini, foi possível comprovar que Raul Amaro foi torturado enquanto esteve no HCE, como será detalhado mais adiante.

10. ALBUQUERQUE, Severino. Ex-soldado decide falar sobre torturas a presos políticos. Folha de S. Paulo. Edição de 19/09/1986. p.6.

As mentiras forjadas pela ditadura militar

Em 29 de setembro de 1971, o Centro de Informações do Exército (CIE) produziu a Informação n. 2298/71[11], que trata da prisão e morte de Raul Amaro Nin Ferreira. Segundo a versão oficial, Raul Amaro havia sido preso em uma operação “de grande vulto” para o levantamento de dados que “indicavam o recrudescimento de ações terroristas sob a direção das organizações do MR-8 e da Aliança Libertadora Nacional (ALN)”. O relatório narra que foram encontrados em seu veículo croquis de áreas do Rio de Janeiro e de São Paulo, identificados como mapas pertencentes ao MR-8 que apontavam residências de alguns generais e almirantes. Posteriormente, Raul teria sido levado à sua residência, supostamente um “aparelho” do MR-8, para que a equipe do DOPS pudesse revistar o local. Os agentes afirmaram, em reunião da Comunidade de Informações do I Exército realizada no dia 5 de agosto, ter sido encontrado em seu apartamento um documento intitulado “Ação da Infraestrutura – Fardamento”, sobre um plano de roubo de fardamentos de oficiais almirantes e generais. Na ocasião, Raul teria tentado fugir, tendo sido contido após “cerrada luta corporal”[12].

De acordo com a mesma versão, Raul se mostrara “inapetente e abatido” na prisão, apresentando sinais de fraqueza e sintomas de convergência da pressão arterial, o que teria motivado sua ida ao HCE. No hospital, depois de receber cuidados médicos por uma semana, teria morrido repentinamente, vítima de edema pulmonar, ocasionado por um infarto, em 12 de agosto de 1971.

Tal versão é a mesma apresentada pelo jornal

11. Arquivo Nacional, DSI-MJ: BR_AN_RIO_TT_0_MCP_PRO_0207.
12. Arquivo Nacional, SNI: ACE_37263_71

O Globo, no dia 28 de agosto de 1971: “Vítima de edema pulmonar, após 8 dias hospitalizados, faleceu, em 12 de agosto de 1971, o subversivo Raul Amaro Nin Ferreira, codinome ‘Eulálio’, que fora preso a 1 de agosto, quando conduzia, no interior de seu automóvel, documentos terroristas originários do MR-8” [13]. A notícia fazia parte da estratégia utilizada pelos militares para acobertar os fatos relacionados à prisão, tortura e morte de Raul.

Não é verdade que os croquis, ou “mapas”, encontrados no veículo de Raul Amaro indicassem locais de residências de militares. Os relatos oficiais são contraditórios. A primeira versão sobre a prisão, produzida em 6 de agosto de 1971, pelo agente do DOPS Mario Borges, é diferente da versão apresentada pelo Relatório do CIE, datado de 29 de setembro de 1971. O registro de alterações na narrativa oficial pode ser entendido como uma estratégia das forças de segurança para confundir e associar a imagem de Raul aos grupos organizados que combatiam a ditadura.

A versão da tentativa de fuga é desmentida pela análise documental relativa ao momento da prisão de Raul Amaro. Somente em 18 de agosto, após a morte de Raul, o diretor do DOPS escreveu dois bilhetes orientando a Seção de Buscas Ostensivas a incluir no relatório que houve resistência à prisão, inclusive com violenta luta corporal[14]. As investigações demonstram também ter sido forjada a apreensão, no apartamento de Raul, do documento “Ação de Infraestrutura – Fardamento”, sobre um plano de roubo de fardas de militares. A crítica documental constatou que a assinatura de Raul contida nos documentos produzidos pelos órgãos de informações é bastante diferente de sua grafia original, conforme demonstrado no Relatório Raul Amaro[15].

13. Explicação da morte do engenheiro. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, Edição de 28/08/1971.
14. FERREIRA, Felipe Carvalho Nin; FERREIRA, Raul Carvalho Nin; ZELIC, Marcelo. Relatório Raul Amaro Nin. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2014, p. 84-85. Disponível em http://www.editora.vrc.puc-rio.br/docs/ebook_raul_amaro.pdf

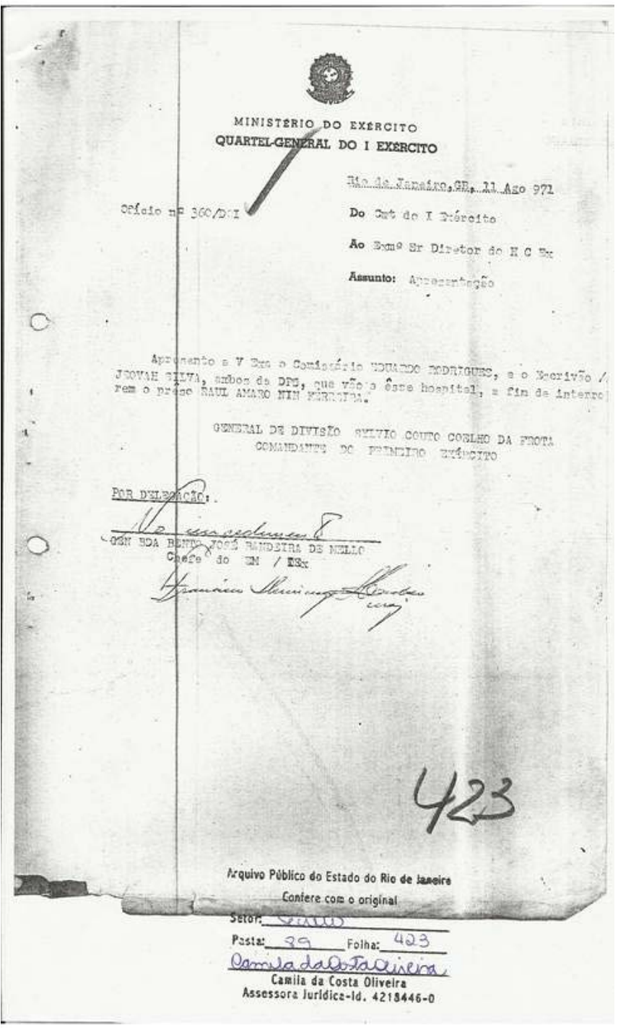
HCE: tortura, morte e silêncio.

O depoimento de Marco Aurélio Magalhães e os ferimentos descritos no registro de entrada de Raul no HCE, excluída a mentira sobre a resistência à prisão, revelam o tratamento brutal sofrido no DOI-CODI e no DOPS. Pesquisas mais recentes comprovaram a hipótese mais sinistra: a violência sofrida por Raul no interior do Hospital Central do Exército foi a causa de sua morte.

O primeiro documento apresentado pelo Relatório Raul Amaro que levanta essa possibilidade é uma Declaração do Interrogado produzida pelo DOI[16], com data provável entre os dias 3 e 11 de agosto, período em que Raul encontrava-se internado no HCE. Seu objetivo era estabelecer a identidade de Eduardo Lessa e levantar informações sobre sua rede de apoio. Raul havia dado informações falsas sobre esses assuntos [17].

A seguir, a comprovação do último interrogatório de Raul é feita pelo ofício nº360/DOPS-1971[18], do Ministério do Exército. Datado de 11 de agosto, é dirigido ao diretor do HCE, Rubens do Nascimento Paiva, por ordem do comandante do I Exército, general Sylvio Frota. Seu objetivo: garantir a

15. FERREIRA, Felipe Carvalho Nin; FERREIRA, Raul Carvalho Nin; ZELIC, Marcelo. Relatório Raul Amaro Nin. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2014, p. 91-92. Disponível em http://www.editora.vrc.puc-rio.br/docs/ebook_raul_amaro.pdf
16. Arquivo Nacional. SNI, ACE4022/71
17. Raul inventou o nome Renato Marcondes Pedrosa para se referir a Eduardo Lessa. Mesmo após fazer a relação entre os dois nomes, Raul omitiu o último encontro entre os dois.
18. APERJ, Fundo Polícias Políticas. Setor Secreto, Pasta 89, p. 423.



MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
QUARTEL-GENERAL DO I EXÉRCITO

Rio de Janeiro, GB, 11 Ago 971

Ofício nº 360/D/I

Do Cmt do I Exército

Ao Exmº Sr Diretor do H C Ex

Assunto: Apresentação

Apresento a V Exa o Comissário EDUARDO RODRIGUES, e o Escrivão / JEOVAH SILVA, ambos do DPF, que vão a esse hospital, a fim de interro / rem o preso RAUL AMARO NIN FERREIRA.

GENERAL DE DIVISÃO SILVIO COUTO COELHO DA FROTA
COMANDANTE DO PRIMEIRO EXÉRCITO

POR DELEGAÇÃO:

CEL QEM RENATO JOSÉ RAMOZIRA DE MELLO
Chefe do EM / I Ex

423

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
Confere com o original
Setor: SEADS
Pasta: 89 Folha: 423
Camila da Costa Oliveira
Assessora Jurídica-Id. 4218446-0

Ofício enviado do Comando do Iº Exército ao HCE autorizando a entrada dos agentes do DOPS Eduardo Rodrigues e Jeovah Silva para interrogarem Raul Amaro
Crédito: APERJ, Fundo: Polícias Políticas, Setor: Secreto, Notação: 89

entrada no HCE de dois agentes, o comissário Eduardo Rodrigues e o escrivão Jeovah Silva, "a fim de interrogarem o preso Raul Amaro Nin Ferreira"[19].

No mesmo dia, a agência do SNI/RJ distribuiu o Relatório Sumário da Seção de Análise do DOI / I Ex, que termina da seguinte forma:

> *"O marginado se declara "aliado" do MR-8; em nosso entender pelo material encontrado em seu poder e pelos laços que mantém com Eduardo Lessa Peixoto de Azevedo, Raul Amaro é militante da Organização com vida legal. Não houve tempo para inquiri-lo sobre todo o material encontrado em seu poder[20]."*

Considerando esta última frase, pode-se deduzir que a morte de Raul ocorreu ainda no dia 11 de agosto e não no dia 12, como consta em seu Atestado de Óbito[21].

Os documentos levantados, o relato sobre a saúde de Raul e uma primeira constatação de que havia mais ferimentos em seu corpo no momento de sua morte do que quando de sua entrada no HCE, motivaram a Comissão da Verdade do Rio a solicitar, em parceria com familiares de Raul Amaro, um parecer médico legal sobre o caso.

O parecer foi apresentado durante audiência pública realizada na sede da CEV-Rio em 11 de agosto de 2014, dia em que se completavam 43 anos da morte de Raul Amaro. O médico-legista Nelson Massini fez a apresentação do laudo que confirmou que as lesões encontradas no corpo de Raul foram ocasionadas em

19. APERJ, Fundo Polícias Políticas. Setor Secreto, Notação 89, p. 423
20. Arquivo Nacional. SNI, ACE 41431/71.
21. FERREIRA, Felipe Carvalho Nin; FERREIRA, Raul Carvalho Nin; ZELIC, Marcelo. Relatório Raul Amaro Nin. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2014, p. 77. Disponível em http://www.editora.vrc.puc-rio.br/docs/ebook_raul_amaro.pdf

Evolução das equimoses no corpo de Raul Amaro desde o momento de sua prisão até a morte no HCE. Os gráficos comprovam que ele foi alvo de torturas no período em que esteve internado no hospital
Crédito: Acervo CEV-Rio

três momentos diferentes: antes de sua entrada no HCE (entre os dias 2 e 4 de agosto), durante sua internação (entre os dias 6 e 8 de agosto) e, ainda no hospital, logo antes de sua morte (entre os dias 10 e 11 de agosto)[22]. O laudo conclui que "existe uma diferença de quantidade e tipos de lesões descritas entre o exame feito na admissão no HCE e as descritas no exame cadavérico que são em maior número" [23]. Desta forma, confirma que "parte das lesões foi produzida em datas relacionadas ao período de internação no Hospital Central do Exército" [24] e que as mesmas "são classificadas como oriundas de um processo de sofrimento físico (TORTURA)" [25].

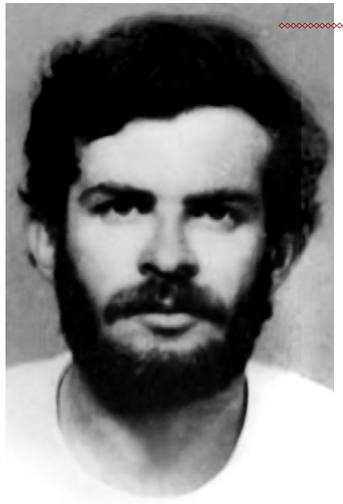
No dia 23 de setembro de 2014, diligências organizadas pela CNV e pela CEV-Rio entraram nos dois proncipais locais do suplício de Raul Amaro. Pela manhã, uma comitiva formada pelas duas comissões, peritos e ex-presos políticos, incluindo familiares de Raul Amaro, entrou no quartel onde

22. Acervo CEV-Rio. Parecer Médico Legal sobre a tortura e morte de Raul Amaro Nin Ferreira nos anos de chumbo, de 08/2014, p. 24. Disponível em: http://www.cev-rio.org.br/wp-content/uploads/2014/08/parecer_massinipdf.pdf
23. Acervo CEV-Rio. Parecer Médico Legal sobre a tortura e morte de Raul Amaro Nin Ferreira nos anos de chumbo, de 08/2014, p. 25. Disponível em: http://www.cev-rio.org.br/wp-content/uploads/2014/08/parecer_massinipdf.pdf
24. Acervo CEV-Rio. Parecer Médico Legal sobre a tortura e morte de Raul Amaro Nin Ferreira nos anos de chumbo, de 08/2014, p. 25. Disponível em: http://www.cev-rio.org.br/wp-content/uploads/2014/08/parecer_massinipdf.pdf
25. Idem.

funcionou o DOI-CODI. Ali foi possível identificar e fotografar a sala onde foi testemunhada a tortura de Raul. Na parte da tarde o grupo entrou no Hospital Central do Exército. Além de confirmar alterações na estrutura do local, a diligência teve como objetivo procurar documentos e tornar pública a solicitação já antiga de diversos ex-presos por seus prontuários médicos. O prontuário de Raul foi solicitado mais uma vez, já que o Grupo de Trabalho Justiça de Transição do Ministério Público Federal (MPF), que abriu investigação criminal sobre o caso na Justiça, já havia solicitado ao HCE e ao Comando do Exército essa informação. A resposta foi sempre a mesma: o silêncio.

No âmbito de sua investigação, o MPF recebeu denúncia de que pastas de documentos haviam sido retiradas dos arquivos e colocadas próximo à garagem e em local fora do perímetro do hospital. Em consequência, cumpriu mandado de busca e apreensão no interior do hospital a fim de localizar prontuários e outros documentos do período da ditadura militar. Em 14 de novembro, os procuradores Sergio Suiama e Antonio Cabral, acompanhados de agentes da Polícia Federal estiveram no HCE e confirmaram que houve uma movimentação de pastas, dando origem ao pedido de instauração de inquérito policial pelo crime de ocultação de documentos.

No desdobramento dessas investigações, o general reformado do Exército, José Antonio Nogueira Belham impetrou um *habeas corpus* contra o ato do juiz que conferiu a busca e apreensão. Ex-comandante do DOI-CODI do Rio de Janeiro em 1970 e 1971, réu nao ação do inquérito Rubens Paiva, Belham não estava sendo investigado no caso Raul Amaro. Foi concedida medida liminar suspendendo não só o andamento da busca e apreensão no HCE, mas tamém qualquer iniciativa dos procuradores em relação à investigação do caso Raul Amaro. O MPF entrou com recurso. A concessão de um *habeas corpus* a um general que chefiou o DOI-CODI e que não é citado nas investigações, paralisou o empenho do MPF em reestabelecer a verdade. Com a cobertura do Judiciário, o Exército permanece atento e zela pela impunidade dos crimes praticados por seus agentes.



HONESTINO MONTEIRO GUIMARÃES

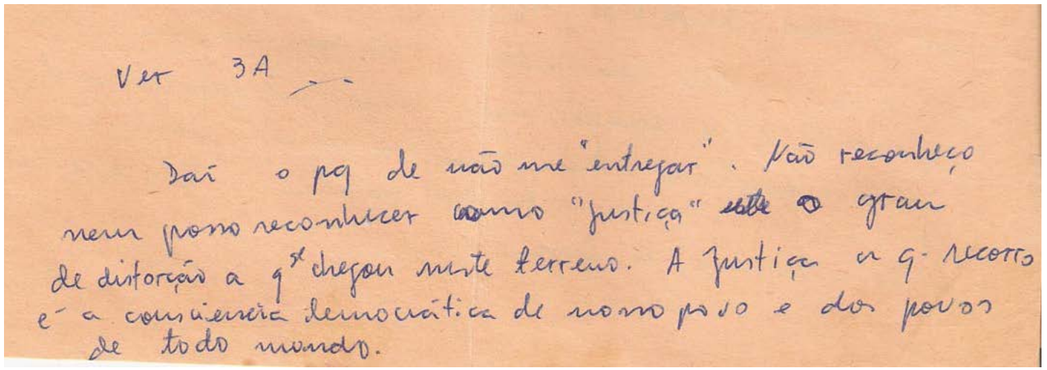
O goiano Honestino Monteiro Guimarães militou na organização política Ação Popular (AP) desde os 17 anos. Foi presidente do Diretório Acadêmico de Geologia da Universidade de Brasília, da Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília - FEUB, e vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), na chapa de Jean Marc Van der Weid, a quem posteriormente sucedeu. A partir de sua entrada na Universidade de Brasilia (UNB), destacou-se como líder estudantil e foi preso diversas vezes, entre 1966 e 1968[1]. A última prisão, ocorrida durante a invasão da Universidade por tropas do Exército, está registrada no filme Barra 68 de Wladimir Carvalho. Com a edição do Ato Institucional n°5(AI-5), em 13 de dezembro de 1968, Honestino deixou Brasília e passou a atuar na clandestinidade. Continuou sua atividade política de resistência à ditadura na organização Ação Popular Marxista Leninista (APML), até desaparecer, em 10 de outubro de 1973, com 26 anos[2].

Depois de condenado à revelia pela 11ª Circunscrição Judiciária Militar de Brasília em 31 de agosto de 1972 por sua condição de dirigente da UNE[3], posta na ilegalidade, e de uma organização política de oposição à ditadura, passou a ser intensamente procurado em todo o país. Neste período de vida clandestina, que durou mais de dois anos, há registros de sua passagem pelo Rio, São Paulo e Brasília[4].

Documentos localizados pela CEV-Rio no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) revelaram que até 1972 os órgãos de repressão não tinham um conhecimento certo de sua localização. As referências a seu nome em documentos oficiais eram sempre vagas, indicando apenas sua atuação no eixo Rio-São Paulo-Brasília[5]. Entretanto, esse quadro muda com a realização do Congresso da

1. COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO – RUBENS PAIVA. Dossiê Honestino Monteiro Guimarães. Disponível em http://verdadeaberta.org/upload/003-dossie-honestino.pdf.
2. SCHIMIDT, Criméia et. al. (org). Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964/1985)/Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, IEVE – Instituto de Estudos sobre a violência do Estado. 2ª ed. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009. p. 467-469
3. APERJ. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Alvarás. Notação 3.
4. APERJ. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Prontuário RJ. Notação 32.460 - Honestino Monteiro Guimarães.
5. Idem.

UNE, em Niterói, entre outubro e novembro de 1971. Um dos documentos analisados, de origem do Centro de Informações do Exército, acerca da realização do XXXI Congresso da Ex-UNE, informava que "subversivos pertencentes à APML do B (Ação Marxista Leninista do Brasil), ultimamente presos em Goiânia/GO", declararam que Honestino presidira o Congresso[6]. O cerco estava se fechando. Antes de ser sequestrado, Honestino havia escrito um texto-denúncia, sobre sua luta pela democracia e as perseguições que sofria, intitulado "Mandado de Segurança Popular"[7], que deveria ser divulgado caso fosse preso. O texto tornou-se público após o dia 9 de outubro de 1973, quando saiu para um "ponto de encontro" com um companheiro e nunca mais voltou.


Ver 3A

Daí o pq de não me "entregar". Não reconheço nem posso reconhecer como "justiça" este o grau de distorção a q^st chegou neste terreno. A justiça a q. recorro é a consciência democrática de nosso povo e dos povos de todo mundo.

Mandado de Segurança Popular escrito por Honestino Guimarães
Crédito: site http://honestinoguimaraes.com.br/

No dia 13 do mesmo mês, sua mãe, Maria Rosa Leite Monteiro, recebeu uma mensagem: "Honestino foi internado no Rio de Janeiro"[8]. Começou nesse momento a busca incessante da família para encontrá-lo. Dona Maria Rosa faleceu em 2012 sem saber o paradeiro do filho. Deixou um livro, Honestino - O bom da amizade é a não cobrança, onde relata episódios de sua busca pelos órgãos militares. À época, acompanhada do outro filho, Norton, dirigiu-se ao Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), no Rio de Janeiro. Impedida de entrar, ouviu de um agente que Honestino teria sido jogado no mar [9]. Outra história narrada no livro e marcada pela crueldade dos agentes militares ocorreu no final de 1973. O comandante do Pelotão de Investigações Criminais (PIC) de Brasília prometeu à dona Maria Rosa que ela poderia ver o filho no dia de Natal. Entretanto, ao chegar ao PIC, os militares disseram-lhe que Honestino não se encontrava preso no local[10].

6. APERJ. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Comunismo. Notação 102.
7. Portal Honestino Monteiro Guimarães. Disponível em http://honestinoguimaraes.com.br/mandado-de-seguranca-popular/3/

8. SCHIMIDT, Criméia et. al. (org). Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964/1985)/Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, IEVE – Instituto de Estudos sobre a violência do Estado. 2ª ed. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009. p. 467-469.
9. MONTEIRO, Maria Rosa Leite. Honestino – o bom da amizade é a não cobrança. Brasília: Da Anta Casa Editora, 1998.
10. SCHIMIDT, Criméia et. al. (org). Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964/1985)/Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, IEVE – Instituto de Estudos sobre a violência do Estado. 2ª ed. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009. p. 467-469

Os esforços combinados das Comissões da Verdade (Nacional, estaduais do Rio de Janeiro e de Pernambuco, Universitária da UnB e dos estudantes da UNE), levantaram pistas que ajudam a esclarecer as circunstâncias de sua prisão. Entre setembro e outubro de 1973, ocorreram as quedas de cinco militantes da organização APML, cujos dirigentes estavam sendo acompanhados pelos órgãos de informação do Exército: Paulo Stuart Wright, que desapareceu em 05 de setembro; Umberto de Albuquerque Câmara Neto, desaparecido em 08 de outubro; Honestino Monteiro Guimarães, no dia 10; José Carlos Novaes da Mata Machado, preso no dia 19, e Gildo Macedo Lacerda, preso no dia 22. Estes dois últimos foram assassinados no dia 28 de outubro de 1973[11]. As pesquisas indicam que todas as prisões estão relacionadas.

Documentos localizados no Arquivo Nacional [12]relatam a operação do Exército que culminou no assassinato dos militantes José Carlos da Mata Machado e Gildo Macedo Lacerda. Denominada de "Operação Cacau", as ações militares tiveram início em junho de 1973 na área da 6ª RM, em Salvador, e visavam "assinalar e destruir a célula da APML estruturada na Bahia."[13]. No livro de Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio Dos Filhos deste solo, o ex-militante Gilberto Prata Soares é apresentado como o elo que levou às quedas da Ação Popular em 1973, quando passou a colaborar com o CIEx:

> *"Durante oito anos Gilberto recebeu 'ajuda de custo' do CIEx. Em 1981, mudou-se para João Pessoa. Em agosto de 1984 procurou Madalena [Prata Soares, sua irmã e companheira de José Carlos Mata Machado] e confessou-lhe tudo. Mas só em 1993, quando prestou depoimento perante a Comissão Externa sobre os Mortos e Desaparecidos da Câmara Federal, tornou-se público o seu papel. Declarou naquela comissão: 'No período, quem era da AP e entrou em contato direta ou indiretamente com José Carlos, Gildo, Madalena e comigo, dançou'. E mais: 'Tenho certeza absoluta de que se alguém pode dar conta de onde estão os corpos é o pessoal do CIEx'. De algum modo, as mortes e desaparecimentos de Paulo Stuart Wright, Eduardo Collier Filho, Humberto Camara Neto, Fernando Santa Cruz, Honestino Guimarães, Gildo Macedo Lacerda, José Carlos da Mata Machado decorreram do 'trabalho' de Gilberto Prata Soares como guia da repressão[14]."*

Na mesma ocasião, Gilberto declarou à Comissão Externa que um oficial, identificado como Dr. César, fez o convite em fevereiro de 1973, quando se encontrava em Brasília, para que colaborasse com a repressão após 45 dias sendo interrogado. O codinome "Dr. César" era utilizado pelo coronel José Brant Teixeira, do CIE, confirmando a participação deste órgão nas operações que levaram ao desaparecimento de Honestino Guimarães.

Outra possibilidade investigada pela CEV-Rio para o desaparecimento de Honestino está associada à sua atividade no movimento estudantil da Universidade Federal Fluminense (UFF). Na época de seu sequestro, ele mantinha contatos com estudantes das áreas da Engenharia e da Geologia, cumprindo tarefas de reorganização da APML na região. Em depoimento à CEV-Rio[15], o então dirigente do Centro Acadêmico de Engenharia da UFF, Fernando Pellegrino, relatou ter tido vários encontros com Honestino naquele período. Pellegrino acredita que estava sendo monitorado por agentes do DOPS. O militante tinha um encontro marcado com Honestino para "dois dias antes ou depois" do dia 10 de outubro, no centro do Rio, na Avenida Presidente

11. Idem.
12. Documento cedido à CEV-Rio pela jornalista Juliana dal Piva.
13. Arquivo Nacional. Brasil.Código ASV_ACE_4760_82

14. MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. Dos filhos deste solo. Editora Fundação Perseu Abramo, 1999. p. 498
15. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Fernando Pellegrino para a CEV-Rio.

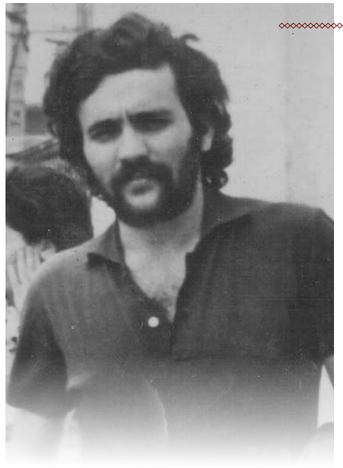
Antonio Carlos. Honestino não apareceu.

As pesquisas realizadas pela CEV-Rio demonstram que Honestino encontrava-se no Rio nos dias que antecederam sua prisão, que estaria relacionada à operação comandada pelo Centro de Informações do Exército (CIE), que resultou na queda da direção da APML. Em seguida, teria sido entregue ao CENIMAR[16], agência que centralizava as buscas para sua localização. Sua morte, portanto, teria ocorrido no Rio de Janeiro, numa ação combinada do CIE e do CENIMAR.

Duas outras hipóteses foram investigadas pela CEV-Rio, mas não confirmadas. A primeira seria a de que, preso no Rio, Honestino teria sido levado para o Recife. A suspeita se deva ao fato de que, dos cinco dirigentes da APML desaparecidos entre setembro e outubro de 1973, há certeza de que Gildo Macedo Lacerda e José Carlos da Mata Machado foram mortos no DOI-CODI da região e há a suspeita de que outros dois militantes tenham sido mortos no mesmo local. Outra linha indica que, depois de preso no Rio, Honestino teria sido levado para Brasília. Em seu livro, Maria Rosa, mãe de Honestino, conta que um agente do PIC de Brasília[17], conhecido de uma amiga, disse que o viu preso naquele período. Em conversa com a CEV-Rio, contudo, o agente, que solicitou sigilo de sua identidade, negou a informação[18].

O sequestro de Honestino Guimarães é um caso típico de desaparecimento produzido pelos órgãos de repressão da ditadura de 1964. Não há registros e testemunhas de sua prisão, do local para onde foi levado, torturado e morto, nem informações sobre o paradeiro de seu corpo. Pistas trabalhosamente percorridas por seus familiares durante anos e investigações feitas pelas Comissões da Verdade ainda não conseguiram esclarecer as circunstâncias do crime, que se inscreve entre aqueles imprescritíveis pela legislação internacional de Direitos Humanos.

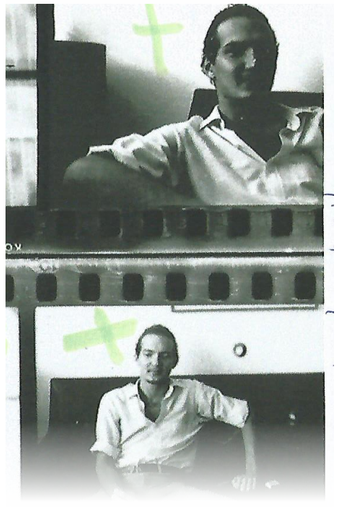
16. SCHIMIDT, Criméia et. al. (org). Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964/1985)/Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, IEVE – Instituto de Estudos sobre a violência do Estado. 2ª ed. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009. p. 467-469
17. MONTEIRO, Maria Rosa Leite. Honestino – o bom da amizade é a não cobrança. Brasília: Da Anta Casa Editora, 1998.
18. Depoimento Agente "X" à CEV-Rio.



FERNANDO SANTA CRUZ E EDUARDO COLLIER

Fernando Augusto Santa Cruz Oliveira nasceu em Recife (PE), em 20 de fevereiro de 1948. Iniciou cedo a militância, participando do movimento estudantil secundarista em Pernambuco, entre 1966 e 1968. Em 1966 foi preso em manifestação de rua, na capital pernambucana, ficando detido no Juizado de Menores. Já em 1968 veio para o Rio, ingressando quatro anos depois no curso de direito da Universidade Federal Fluminense (UFF). No ano seguinte, abandonou a UFF e foi para São Paulo.

Em 1974, Fernando Santa Cruz militava pela Ação Popular Marxista Leninista (APML). No dia 23 de fevereiro deste ano, uma tarde de sábado de carnaval, estava no Rio de Janeiro visitando a casa do irmão. Por volta das 15h30, saiu dizendo que iria a Copacabana se encontrar com o amigo de infância e companheiro de organização, Eduardo Collier Filho. À família, avisou que se até as 18h não retornasse, era porque teria sido preso. Fernando e Eduardo nunca mais foram vistos.



Eduardo Collier também nasceu em Recife, em 5 de dezembro do mesmo ano que Fernando. Cursou direito na Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde militou no movimento estudantil. Em 1968, com a queda do 30º Congresso Nacional dos Estudantes (UNE), que aconteceu em Ibiúna (SP), foi preso. Transferido para Salvador, foi um dos últimos detidos a ser libertado. Sua prisão desdobrou-se em um inquérito que o levou a ser expulso em 1969 da UFBA, pelo Decreto-Lei 477/69. Foi militante da Ação Popular (AP) e, a partir de 1972, assim como Fernando Santa Cruz, alinhou-se à Ação Popular Marxista Leninista (APML).

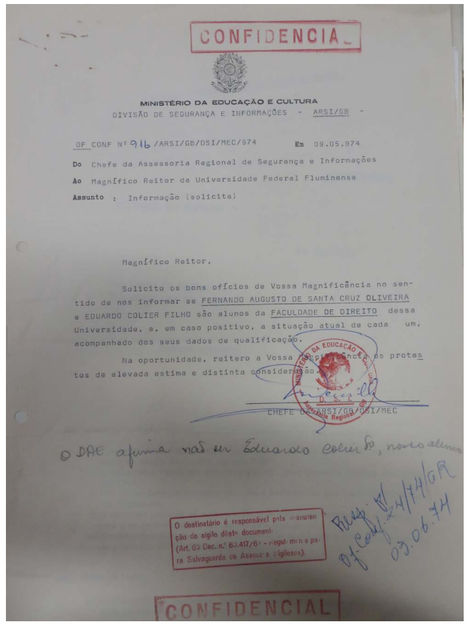
Fernando e Eduardo tinham 26 anos quando foram capturados juntos e mortos pela ditadura. Na tarde do desaparecimento, os órgãos de segurança invadiram o apartamento de Eduardo. Eles reviraram tudo, levando alguns livros. A partir de então, os familiares de Eduardo Collier e Fernando Santa Cruz empreenderam uma histórica busca por pistas e consolidaram uma exaustiva reunião de indícios sobre o paradeiro dos dois jovens militantes.

As famílias se apressaram em buscar ajuda e notícias em todos os organismos nacionais e internacionais. Na Cruz Vermelha, no Rio, foram recebidos pelo diretor Gastão Jacinto Gomes, que confirmou a prisão de Fernando e Eduardo, informação obtida, segundo revelou à família, de um coronel do Exército. No início, Gastão se mostrou receptivo e chegou a dizer que ambos haviam sido presos, e estariam no DOI-CODI do II Exército, em São Paulo, para averiguações. Até que um dia, pediu: "não tenho mais notícias para dar a vocês, e não voltem mais aqui" [1].

No II Exército, as famílias conseguiram a confirmação, por parte de um funcionário de nome "Marechal", de que os rapazes se encontravam lá. A suspeita foi reforçada pela reação do mesmo funcionário que, ao tomar conhecimento dos nomes dos dois militantes procurados, acrescentou o sobrenome "Oliveira" ao nome de Fernando, sem que a família o tivesse mencionado. No entanto, ao voltarem no domingo, o dia de visitas, outro funcionário, que disse se chamar Homero, desmentiu a presença dos dois. Este fato configurou a primeira hipótese para o destino de Fernando e Eduardo: após interrogatórios no DOI-CODI de São Paulo, é possível que os seus corpos tenham sido sepultados no Cemitério Dom Bosco, em Perus, como indigentes. Esta foi uma prática corrente da ditadura.

Foi ainda em 1974, mais precisamente no dia 17 de julho, que as famílias de Fernando e de Eduardo receberam o indeferimento de *habeas corpus* impetrados por solicitação das famílias. Ainda assim, continuaram a luta por informações sobre o paradeiro de seus filhos, as circunstâncias das mortes e o destino dos corpos. Acionaram políticos e instituições de defesa dos direitos humanos. Encaminharam denúncias à Anistia Internacional, à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e levaram casos ao Tribunal Bertrand Russel. A CIDH chegou a interpelar o Brasil acerca dos casos, no ano de 1979, mas o Brasil negou que os militantes tivessem morrido sob sua custódia, sustentando a versão de que Fernando estava na "clandestinidade" e de que Eduardo estava "foragido".

Uma segunda hipótese foi levantada sobre o caso de Eduardo e Fernando. O ex-sargento do Exército,


CONFIDENCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES - ASI/GB -

OF CONF Nº 916 /ASI/GB/DSI/MEC/974 En 09.05.974

Do Chefe da Assessoria Regional de Segurança e Informações

Ao Magnífico Reitor da Universidade Federal Fluminense

Assunto : Informação (solicita)

Magnífico Reitor,

Solicito os bons ofícios de Vossa Magnificência no sentido de nos informar se FERNANDO AUGUSTO DE SANTA CRUZ OLIVEIRA e EDUARDO COLIER FILHO são alunos da FACULDADE DE DIREITO dessa Universidade, e, em caso positivo, a situação atual de cada um, acompanhado dos seus dados de qualificação.

Na oportunidade, reitero a Vossa [illegible] os protestos de elevado estima e distinta consideração.

CHEFE [illegible]

O DAE afirma não ter Eduardo Collier, nem o aluno

O destinatário é responsável pela [illegible] ção do sigilo deste documento (Art. 65 Dec. nº 60.417/67 - Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos).

Resp. 24/7/74 GR 03.06.74

CONFIDENCIAL

Ofício enviado pelo chefe da ASI do MEC para o Reitor da UFF, solicitando informações sobre Fernando Santa Cruz e Eduardo Collier
Crédito: Acervo do projeto "Memórias da Ditadura na UFF" da Associação dos Docentes da Universidade Federal Fluminense (ADUFF-SSind)/Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 5

1. A informação foi retirada do depoimento da irmã de Fernando, Rosalina Santa Cruz Leite, de 10 de maio de 1979, prestado na Câmara Federal, quando a bancada do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), debatia sobre a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar as graves violações aos direitos humanos.

Marival Chaves Dias, que serviu no DOI-CODI de São Paulo relatou em seu depoimento à Comissão Nacional da Verdade (CNV) que, no âmbito de uma operação comandada pelo Centro de Informações do Exército (CIE), Fernando e Eduardo poderiam ter sido levados ao DOI-CODI do Rio de Janeiro e, de lá, conduzidos para a Casa da Morte, em Petrópolis[2]. Esta possibilidade também é aventada por outro agente da ditadura: Claudio Guerra, ex-delegado da Polícia Civil e do DOPS/ES, em depoimentos prestados à CEV-Rio[3] e à CNV[4], narrou a forma como transportava corpos de vítimas da casa de Petrópolis para serem incinerados na Usina de Cambahyba, em Campos dos Goytacases, norte do Estado do Rio de Janeiro. Guerra afirma que, dentre os corpos transportados por ele, estavam os de Eduardo Collier e Fernando Santa Cruz:

> *"Quando estava perto, chegando, parava num bar ou lanchonete e avisava o coronel, que sempre estava lá quando eu ia buscar os corpos. Eu entrava nas dependências por uma espécie de garagem e pegava os corpos que já estavam preparados. Fiz ainda outras viagens entre a Casa da Morte e a usina de Campos para levar corpos, que eu identifiquei, pelo livro [5], serem de Fernando Augusto Santa Cruz Oliveira, Eduardo Collier Filho, José Roman e Luiz Ignácio Maranhão Filho[6]."*

Havia ainda uma terceira hipótese, levantada a partir de investigações iniciadas pelo Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM), que juntamente com Márcia, irmã de Fernando Santa Cruz, localizou no acervo do Instituto Médico Legal (IML) do Rio de Janeiro, uma foto de um jovem morto, com características físicas muito semelhantes às de Fernando. Na foto, segundo a descrição da guia de encaminhamento do corpo ao IML, um jovem teria sido atropelado no dia 25 de junho de 1974, na Avenida Suburbana, altura do subúrbio de Piedade, dando entrada no Hospital Salgado Filho, às 20h55. Às 23h20, o jovem ferido foi transferido para o Hospital Souza Aguiar, onde veio a falecer. Seu corpo deu entrada como "indigente" às 12h05 no IML, portanto, já 26 de junho. O laudo cadavérico, produzido sob a supervisão do diretor Hyran Barbieri Costa, foi assinado pelos médicos legistas Grachho Guimarães Silveira e Jorge Nunes Amorin. O corpo foi levado para o cemitério do Cacuia, Ilha do Governador.

Seguindo esta hipótese, havia outro jovem supostamente morto por atropelamento, no dia 07 de julho de 1974, que poderia ser Eduardo Collier. Desta vez, o acidente teria ocorrido na Av. Presidente Kennedy, Gramacho, Duque de Caxias. O atropelamento teria se dado às 05h30 deste dia, e o óbito às 14h30. No Laudo cadavérico, onde consta o nome do diretor Hyran Barbieri Costa, estão também os médicos responsáveis: Nelson Caparelli e o auxiliar Darcy Fischer. A descrição do cadáver é bastante semelhante à do "atropelado" anterior. No dia 17 de julho, o corpo foi encaminhado ao cemitério do Cacuia, na Ilha do Governador.

Diante deste quadro, a CEV-Rio juntou as digitais de Eduardo e Fernando à documentação dos dois jovens supostamente atropelados, enterrados como indigentes, encaminhando-as ao Instituto Félix Pacheco (IFP) para ser realizada a confrontação das digitais. A resposta dada pelo IFP foi negativa para ambos os casos[7].

2. Depoimentos de Marival Chaves Dias do Canto à Comissão Nacional da Verdade. Arquivo CNV, 00092.000686/2013-80 e 00092.000283/2014-11.
3. Acervo CEV-Rio. Depoimento de Cláudio Guerra à Comissão da Verdade do Rio.
4. Depoimento de Cláudio Guerra à Comissão Nacional da Verdade. Arquivo CNV, 00092.001686/2014-88.
5. O livro a que Guerra se refere é o Relatório da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.
6. Acervo CEV-Rio. Depoimento de Cláudio Guerra.
7. Acervo CEV-Rio. Ofício CEV-Rio 039/2015, Ofício PCRJ 220/1200/2015.

Capítulo 14 - CHACINAS

Segundo o Dicionário Houaiss da língua portuguesa, o termo "chacina" é definido como: "assassínio em massa, em geral com crueldade; matança; morticínio, praticado por policiais ou jagunços"[1]. Na definição da Comissão Nacional da Verdade (CNV): "Execuções sumárias praticadas por agentes estatais que compreendem o assassinato de três ou mais pessoas no mesmo local, aqui tratadas sempre como chacinas, ainda que sua designação histórica tenha, por vezes, sido cristalizada com a expressão massacre"[2].

Chacinas são, portanto, homicídios violentos e simultâneos, em que as vítimas não têm chance de defesa ou estão evidentemente em condições de reação inferiores às dos executores. Entre os casos examinados pela Comissão Estadual da Verdade do Rio (CEV-Rio), estão a Chacina de Quintino e as duas de militantes do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

Estas três chacinas resultaram no assassinato de 13 militantes políticos de organizações da luta armada. Na Chacina de Quintino, Zona Norte do Rio de Janeiro, num episódio até então pouco conhecido, foram mortos, em março de 1972, três militantes da Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-Palmares). Já as duas do PCBR, a primeira em dezembro de 1972, no Grajaú, e a segunda em outubro de 1973, em Jacarepaguá, totalizaram dez vítimas.

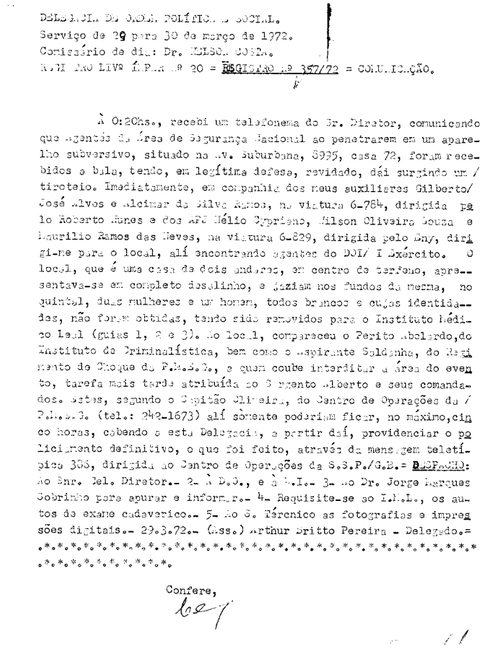
O modo de ação dos agentes estatais foi praticamente o mesmo. Em Quintino, duas mulheres e um homem foram assassinados dentro de casa. No Grajaú, foram mortos cinco homens e uma mulher, e em Jacarepaguá três homens e uma mulher. Em sua maioria eram jovens. Para todas elas, a mesma versão cínica e falsa divulgada pelos jornais na época: resistência dos militantes seguida de tiroteio, como ocorre ainda hoje com os forjados autos de resistência da Polícia Militar na invasão de comunidades em favelas.

Chacina de Quintino



A Chacina de Quintino ocorreu em 29 de março de 1972. A ação foi comandada pelo Destacamento de Operações de Informação do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) com o apoio do Departamento de Ordem Política e Social da Guanabara (DOPS) e da Polícia Militar e culminou na morte de três dos quatro integrantes da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares que estavam no aparelho localizado na casa 72 da vila de número 8.985, da Avenida Suburbana, no bairro de Quintino, Zona Norte do Rio. Os mortos na chacina foram Antônio Marcos Pinto de Oliveira, estudante, 22 anos, Lígia Maria Salgado Nóbrega, pedagoga, 24 anos e Maria Regina Lobo Leite de Figueiredo, pedagoga, 33 anos.

1. Editora Objetiva, 2001, p. 685
2. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. Volume I. p. 480, § 151.



DSI/MJ - DE - DPF - POLÍTICA E SOCIAL
Serviço de 29 para 30 de março de 1972.
Comissário de dia: Dr. MILSON OLIVA.
A/M MAU LIVR ÁREA Nº 20 = REGISTRO Nº 367/72 = COMUNICAÇÃO.

À 0:20hs., recebi um telefonema do Dr. Diretor, comunicando que agentes da Área de Segurança Nacional ao penetrarem em um aparelho subversivo, situado na Av. Suburbana, 8985, casa 72, foram recebidos a bala, tendo, em legítima defesa, revidado, daí surgindo um / tiroteio. Imediatamente, em companhia dos meus auxiliares Gilberto/ José Alves e Aldemar da Silva Ramos, no viatura 6-784, dirigida pelo Roberto Ramos e dos APF Hélio Cyprisno, Nilson Oliveira Souza e Laurillo Ramos das Neves, na viatura 6-829, dirigida pelo Any, dirigi-me para o local, aí encontrando agentes do DOI/ I Exército. O local, que é uma casa de dois andares, em centro de terreno, apresentava-se em completo desalinho, e diziam nos fundos da mesma, no quintal, duas mulheres e um homem, todos brancos e cujos identidades, não foram obtidas, tendo sido removidos para o Instituto Médico Legal (guias 1, 2 e 3). No local, compareceu o Perito Abelardo,do Instituto de Criminalística, bem como o Inspetor Saldanha, do Regimento de Choque da P.M.E.G., a quem coube interditar a área do evento, tarefa mais tarde atribuída ao Destacamento Alberto e seus comandados. Estas, segundo o Capitão Chiareli, do Centro de Operações da / P.M.E.G. (tel.: 242-1673) aí somente poderiam ficar, no máximo,cinco horas, cabendo o esta Delegacia, a partir daí, providenciar o policiamento definitivo, o que foi feito, através da mensagem teletípica 366, dirigida ao Centro de Operações da S.S.P./G.B.= Em Tempo: Ao Snr. Del. Diretor.- 2- À D.O., e À D.I.- 3- ao Dr. Jorge Marques Sobrinho para agurar e informar.- 4- Requisite-se ao I.M.L., os autos de exame cadaverico.- 5- Ao S. Técnico as fotografias e impressões digitais.- 29.3.72.- (Ass.) Arthur Britto Pereira - Delegado.=

Confere,

Comunicado do DOPS foi a base para a elucidação da Chacina de Quintino pela CEV-Rio
Crédito: APERJ

A versão oficial, relatada no Livro de Ocorrências do DOPS, afirma que "agentes da área de Segurança Nacional" foram recebidos "à bala" ao penetrar no "aparelho subversivo". Em legítima defesa, teriam revidado. Assim, ao adentrar o ambiente, teriam encontrado nos fundos da casa os corpos de duas mulheres e um homem[3].

A CEV-Rio realizou uma diligência ao local da Chacina e coletou o depoimento de quatro vizinhos que presenciaram a ação. Segundo eles, as forças de segurança chegaram à vila ainda durante a tarde do dia 29 e ficaram escondidos em frente à casa, no que antes era um terreno baldio, e hoje é um prédio.

3. APERJ, Fundo: Polícias Políticas, Setor: Administração, Notação: 86.

Embora não seja possível precisar a hora, eles afirmam que quando já estava escuro, entre 20h e 22h, foram surpreendidos com batidas nas portas e ordens severas para que não saíssem. Então, rajadas de metralhadoras partiram da rua na direção da casa de número 8.985. Em seguida, um silêncio pesado baixou sobre a vila e só foi quebrado 42 anos depois. No relato do vizinho Orlando de Brito:

> *"Foi tudo bem caladinho. Mas eles [os agentes] chegaram aqui na janela mandando a gente se proteger e ficar debaixo da cama. (...). Entre dez e onze horas da noite. Na hora em que foram fazer a execução, eles pediram que nós ficássemos em casa, porque eles (as vítimas) podiam ter munição também e atirar, mas era muita gente, eles não podiam[4]."*

Outra vizinha, Heloísa Helena de Almeida, de 69 anos, também afirmou que os tiros não partiram de dentro da casa:

> *"O tiroteio comeu. A polícia é que atirava. Quando eles [as vítimas] viram que o negócio estava assim, tentaram entrar na casa 70 lá por trás, que tinha caminho, e eles queriam fugir por trás, por essa rua [aponta a direção da linha férrea]. E a polícia metralhou[5]."*

Em 26 de outubro de 2013, a CEV-Rio realizou um Testemunho da Verdade sobre a Chacina de Quintino. Na ocasião, foram ouvidos Fátima Setúbal (irmã de Antônio Marcos Pinto de Oliveira), Iara Lobo Leite (filha de Maria Regina), Francisco Nóbrega (irmão de Lígia Maria Salgado), Lília Ferreira Lobo (amiga de Maria Regina), e Adauto Dourado de Carvalho, militante da VAR-Palmares que reconheceu o corpo de Antônio Marcos no IML.

4. Acervo CEV-Rio. depoimento de Orlando de Brito para a CEV-Rio em diligência a Quintino realizada em 01/10/2013.
5. Acervo CEV-Rio. depoimento de Heloisa Helena de Almeida para a CEV-Rio em diligência a Quintino realizada em 01/10/2013.



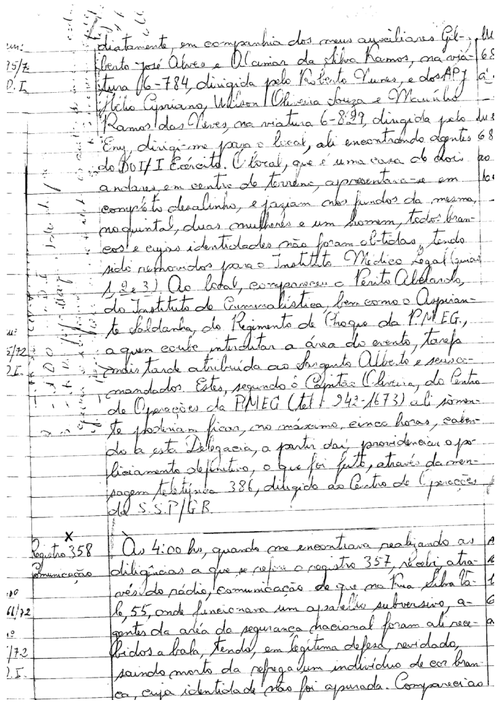
João Ricardo Dornelles, membro da CEV-Rio, exibe a foto da casa onde foram massacrados os militantes da VAR-Palmares, durante audiência que expôs a elucidação da Chacina de Quintino
Foto: Bruno Marins

A Comissão apresentou ainda o conjunto de documentos utilizados na investigação. A partir dessa documentação, comprovou-se que não foram encontrados vestígios de pólvora nas mãos das vítimas. Assim, o núcleo de perícia da Comissão Nacional da Verdade pôde constatar a impossibilidade de ter havido troca de tiros e afirmar que se tratou de uma execução dos militantes.

Em 1995, o Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM) moveu um processo ético-profissional no Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (CREMERJ) contra os peritos médicos Valdecir Tagliari e Eduardo Bruno, responsáveis pela realização dos laudos de exame cadavérico das vítimas da chacina. O parecer médico-legal elaborado pelo Dr. Antenor Plácido Carvalho Chicarino, pelo Dr. Morris e Tridball Binz aponta possíveis omissões por parte de Valdecir Tagliari, mas conclui pela inocência dos médicos[6]. Procurado pela CEV-Rio, Tagliari confirmou que o laudo cadavérico que elaborou à época dos fatos, descrevendo possíveis sinais de tortura no corpo de Antônio Marcos, foi adulterado.

O nome de um quarto morto era também usualmente vinculado ao cenário de Quintino: Wilton Ferreira. Ele não era militante e estabelecera um acordo com James Allen para tomar conta da garagem onde funcionava a oficina da organização. A Comissão comprovou que na verdade ele foi morto perto dali, na mesma noite. Segundo apuração do GTNM, com base em jornais da época, ele teria sido abatido em um aparelho próximo. Para a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), Wilton Ferreira aparece como vítima da chacina de Quintino[7]. Seu caso aparece no Relatório da CEMDP, mas não foi julgado por aquela Comissão. De acordo com as pesquisas da CEV-Rio, seu corpo foi transferido para o IML pelos órgãos de repressão juntamente com os das vítimas de Quintino, fazendo crer que se tratasse de mais um morto no massacre.

A CEV-Rio apurou que no dia seguinte à chacina, 30 de março, o delegado do DOPS, Arthur Eduardo de Brito Pereira, enviou agentes ao Instituto Médico Legal (IML) para a coleta de impressões digitais dos cadáveres de duas moças e dois homens, recolhidos ao IML com as guias de número 1, 2, 3 e 4. Na casa da vila, porém, não havia quatro cadáveres. James Allen Luz, que também estava presente na casa antes da ação, escapara do cerco policial. No entanto, o delegado Brito Pereira juntou às mortes ocorridas na casa da vila o corpo de Wilton Ferreira, morto na rua Silva Vale, nº 55, em Cavalcante, um bairro próximo a Quintino. Assim, a guia de número 4 era referente a ele[8]. Destaca-se que no Livro de Diligências do DOPS as ocorrências são escritas pelo mesmo agente, com a mesma linguagem, tendo a mesma equipe participado de ambas ações[9].



Registros das ocorrências 357 e 358 do Livro de Ocorrência do DOPS, que relatam, respectivamente, a Chacina de Quintino e a morte de Wilton Ferreira
Crédito: APERJ

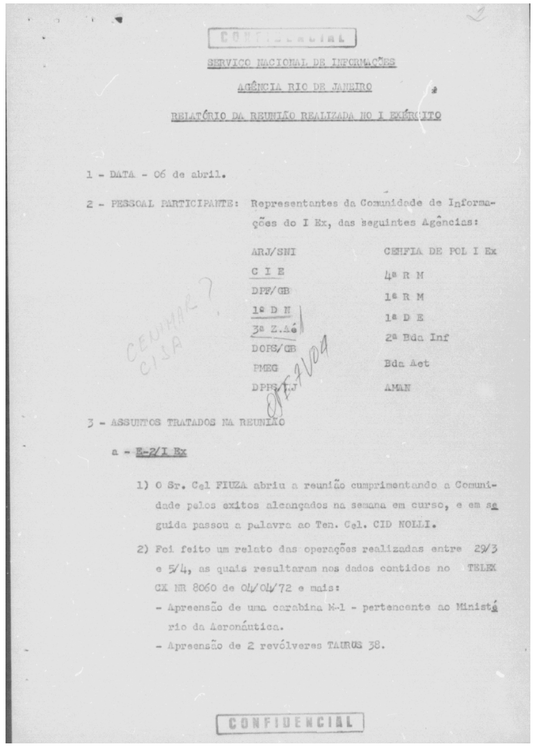
Para aprofundar o conhecimento sobre Wilton Ferreira, a CEV-Rio localizou uma importante testemunha: Hélio da Silva, também integrante da VAR-Palmares. Hélio foi preso na manhã do mesmo dia em que ocorreu a Chacina levado para o DOI-CODI. Já amanhecendo, foi retirado da Barão de Mesquita e levado para reconhecer os corpos. Calou-se sobre a identidade de Antônio Marcos, o que reforçou a tese de que ele seria James Allen. Temendo voltar para a tortura, ele abriu o endereço da oficina. Em suas palavras: "Eu não sabia que o Wilton estava morando lá. Quando a Polícia chegou, com o barulho, Wilton veio abrir e recebeu logo uma disparada de tiros, caindo morto"[10].

Houve ainda um segundo impasse em relação aos corpos enviados ao IML. Num primeiro momento, chegou-se a pensar que o corpo de Antônio Marcos fosse o de James Allen[11]. Fator fundamental para a elucidação do equívoco foi o reconhecimento do corpo de Antônio Marcos, no IML, pelo seu companheiro de organização, Adauto Dourado de Carvalho. Ele foi retirado do DOPS, onde se encontrava, para reconhecer o cadáver. Ao comparar as digitais de Antônio Marcos com as de James Allen, o diretor do Instituto Félix Pacheco dirimiu a dúvida, comunicando, pelo ofício nº 2078, do dia 10 de abril de 1972, que o rapaz morto na casa era Antônio Marcos Pinto de Oliveira.

No dia 06 de abril de 1972, semana seguinte à Chacina, em uma reunião realizada na sede do I Exército, o coronel Adyr Fiúza de Castro cumprimenta a equipe que participou da operação e comemora com os presentes, integrantes da Comunidade de Informações, "os êxitos alcançados

6. CREMERJ, Processo ético-profissional nº 705/95, fls. 242-263.
7. BRASIL. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Direito à Memória e à Verdade. Secretaria Especial de Direitos Humanos: Brasília, 2007, pp. 292-294.
8. APERJ. Fundo: Polícias Políticas, Ficha de Identificação Policial n° 13.111
9. APERJ, Fundo: Polícias Políticas. Setor: Administração, Notação: 86. Registros de Ocorrência de número 357/72 e 358/72.
10. Acervo CEV-Rio. Depoimento de Hélio da Silva para a CEV-Rio
11. APERJ, Fundo: Polícias Políticas. Setor: Secreto, Notação: 102.

na semana em curso". Tratava-se da morte dos militantes na casa de Quintino [12].



SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

AGÊNCIA RIO DE JANEIRO

RELATÓRIO DA REUNIÃO REALIZADA NO I EXÉRCITO

1 - DATA - 06 de abril.

2 - PESSOAL PARTICIPANTE: Representantes da Comunidade de Informações do I Ex, das seguintes Agências:

ARJ/SNI	CENFIA DE PCL I Ex
C I E	4ª R M
DPF/GB	1ª R M
1º D N	1ª D E
3º Z.Aé	2ª Bda Inf
DOPS/GB	
PMEG	Bda Aet
DPF/RJ	AMAN

3 - ASSUNTOS TRATADOS NA REUNIÃO

a - E-2/I Ex

1) O Sr. Cel FIUZA abriu a reunião cumprimentando a Comunidade pelos êxitos alcançados na semana em curso, e em seguida passou a palavra ao Ten. Cel. CID MOLLI.

2) Foi feito um relato das operações realizadas entre 29/3 e 5/4, as quais resultaram nos dados contidos no TELEX CX NR 8060 de 04/04/72 e mais:
- Apreensão de uma carabina M-1 - pertencente ao Ministério da Aeronáutica.
- Apreensão de 2 revólveres TAURUS 38.

CONFIDENCIAL

Ata da Reunião da Comunidade de Informações do I Exército em que o coronel Adyr Fiúza elogia os agentes pelas mortes na Chacina de Quintino
Crédito: Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_44930_72

Chacinas do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

Com um intervalo de apenas dez meses, entre dezembro de 1972 e outubro de 1973, os órgãos de repressão da ditadura planejaram e executaram no Rio de Janeiro duas chacinas resultando na morte de dez militantes do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Para encobrir as execuções, foram divulgados comunicados para a imprensa com versões falsas de tiroteio e resistência à prisão.

A fantasiosa montagem com cenas de execução em locais públicos foi descontruída e desmentida por investigações feitas inicialmente pelo Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro e pelos familiares. Posteriormente, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) e a CNV aprofundaram as investigações.

Nas duas chacinas foi montado um roteiro semelhante, como se a farsa da história se repetisse com pequenas variações. Os militares agiram como se seus crimes jamais pudessem ser desmascarados. As seis mortes de 1972, sendo quatro em um carro e duas em uma casa, bem como as quatro em um carro no ano de 1973, ocorreram também no mesmo dia da semana, viabilizando assim que os corpos fossem encaminhados para o Instituto Médico Legal e autopsiados pelos mesmos médicos-legistas: Roberto Blanco dos Santos e Hélder Machado Paupério. Ambos foram denunciados em 1995 pelo GTNM perante o Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro, por apresentação de laudos fraudulentos.

Chacina do Grajaú

Em 17 de janeiro de 1973, o I Exército emitiu uma nota oficial para a imprensa[13], afirmando que duas semanas antes, em 29 de dezembro de 1972, seis "terroristas" do PCBR haviam morrido durante duas operações ocorridas simultaneamente no Rio de Janeiro.



A primeira ação relatada pela nota era um cerco a uma casa na Rua Sargento Valder Xavier de Lima, no bairro de Bento Ribeiro, que teria deixado dois mortos: Lourdes Maria Wanderley Pontes, 29 anos, estudante, desenhista, e Valdir Salles Saboia, 22 anos, policial millitar. Segundo a nota, o grupo que estava no aparelho "procurou romper o cerco, empregando suas armas, inclusive granadas de mão". Na troca de tiros, Lourdes e Valdir teriam morrido.

Contudo, Valdir Salles Saboia havia sido detido pelos órgãos de segurança antes de "morrer" na chacina. Dois documentos do Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) confirmam esta informação. O primeiro trata das atividades do PCBR e registra declarações dadas por Valdir[14]. O segundo apresenta um extrato das declarações do militante, relacionando as ações do PCBR supostamente mapeadas a partir de seu interrogatório[15]. Dessa forma, é possível concluir que Valdir Saboia, ao contrário do que afirma a nota oficial do I Exército, não morreu durante o tiroteio em Bento Ribeiro.

Há indícios que apontam para a possibilidade de que Lourdes também já estivesse sob custódia do Estado na ocasião. Teresa Cristina Wanderley Corrêa de Araújo, prima-irmã de Lourdes, afirmou para a CEMDP que havia recebido a informação, em dezembro de 1972, de que Lourdes estava presa e em estado físico precário[16].

Deve-se destacar que o endereço do aparelho de Bento Ribeiro era Rua Sargento Valder Xavier de Lima, nome de um militar morto por militantes do PCBR. A rua foi rebatizada com o nome do sargento, como se os militares pretendessem vingar a sua morte com a homenagem. Essa informação, além de reforçar a versão oficial, demonstra a macabra conotação vingativa da ação.

Por fim, a análise das fotos feita pela perícia técnica da CNV "demonstra que não há marcas de tiros na parede, e o corpo de Lourdes Maria aparece em um canto da sala, atrás de uma árvore de natal, que permanece com as bolas de vidrilho intactas", afastando as hipóteses de tiroteio e de explosão de granadas[17].

A segunda ação que a versão oficial apresentava era um confronto no Grajaú, em que após um "intenso tiroteio" teriam morrido Fernando Augusto da Fonseca, o "Sandália", 26 anos, bancário, estudante de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Getúlio de Oliveira Cabral, 30 anos, operário; José Bartolomeu Rodrigues de Souza, 23 anos, estudante secundarista, e José Silton Pinheiro, 23 anos, estudante[18].

A nota oficial afirma que Fernando Sandália fora

12. Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_44930_72.

13. "Seis subversivos morrem em tiroteios com autoridades". Jornal do Brasil, 17 de janeiro de 1973.

14. Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_56200_86_001.
15. Arquivo Nacional, CISA: BR_AN_BSB_VAZ_137_0057.

16. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ ATO_0056_0001, p. 83.
17. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. Volume III, p. 1113.
18. "Seis subversivos morrem em tiroteios com autoridades". Jornal do Brasil, 17 de janeiro de 1973.

preso anteriormente e trazido ao Rio, “a fim de concretizar os encontros planejados e possibilitar a prisão dos terroristas participantes”[19]. Segundo a versão fantasiosa, ao se aproximar do carro em que estavam os militantes de sua organização, teria sido baleado por seus próprios companheiros. Na sequência, o tiroteio teria causado um incêndio no carro, ocasionando a morte dos militantes, cujos corpos teriam sido carbonizados dentro do veículo.

Contudo, assim como Valdir Sabóia, Fernando foi preso no Recife, em 19 de dezembro de 1972 e levado para o DOI-CODI local, no Quartel General da 4ª Região Militar, segundo o testemunho de Jose Adeildo Ramos, seu companheiro do PCBR, que lá se encontrava. Em julho de 1996, José Adeildo declarou à Justiça Federal do Rio de Janeiro, em Ação Cível movida pela viúva de Fernando, que o viu “praticamente agonizante, disforme e urinando sangue, no dia 26/12/72”, três dias antes de sua morte oficial. José Adeildo acredita que Fernando tenha sido levado já morto para o DOI-CODI do Rio, “para a montagem do teatrinho do Grajaú”[20]. O ex-preso político Rubens Manoel Lemos também afirmou para a CEMDP que José Silton, Fernando Sandália e Getúlio de Oliveira Cabral, “foram colocados, já mortos, dentro de um carro da marca Volkswagen, que foi incendiado (explodido) no Rio de Janeiro”[21]. A hipótese mais plausivel é a de colocação de uma bomba.

A análise dos registros fotográficos do local das mortes no Grajaú, produzida pela equipe pericial da Comissão Nacional da Verdade, concluiu que

> *“O carro foi carbonizado de dentro para fora, uma vez que o motor e o tanque de combustível estavam intactos. Segundo a avaliação dos peritos, o fogo foi colocado no interior do veículo, tendo se propagado de dentro para fora. É possível observar pelas fotos feitas no local que o Fusca não apresentava perfurações de disparos em sua carroçaria[22].”*

Pesquisas realizadas pelo GTNM nos arquivos do DOPS localizaram fotos e documentos que desmontam a farsa do encaminhamento dos corpos para o necrotério. De acordo com a versão dos órgãos de segurança, os dois confrontos teriam ocorrido em horários distintos e em diferentes pontos da cidade: duas vítimas em Bento Ribeiro e as outras quatro no Grajaú, bairros que ficam a aproximadamente 15 quilômetros de distância um do outro. Seria esperado, portanto, que os corpos chegassem ao necrotério em momentos distintos. Não obstante, os documentos oficiais atestam que, ao contrário, todos os corpos deram entrada no IML às 2h30 da madrugada do dia 30 de dezembro, em guias sequenciais, o que indica que foram recolhidos juntos.

Chacina da Praça Sentinela, Jacarepaguá

Data oficial: 27 de outubro de 1973. Os jornais do dia 29 de outubro noticiaram inicialmente a morte de dois casais que teriam sido metralhados em Jacarepaguá, mas sem identificar os mortos. Vinte dias depois, em 17 de novembro de 1973, o Ministério do Exército divulgou uma nota informando que “em encontro com forças de segurança, vieram a falecer, após travarem cerrado tiroteio, quatro terroristas” [23]. Assim como no caso da Chacina do Grajaú, a versão oficial é de que o tiroteio teria causado um incêndio no carro e que os quatro ocupantes do veículo teriam sido carbonizados.

Entre os militantes mortos foram identificados apenas Ranúsia Alves Rodrigues e Almir Custódio de Lima. Os nomes de Vitorino Alves Moitinho e Ramires Maranhão do Valle não foram informados na matéria, o que significa que a morte dos dois não foi oficialmente reconhecida à época. Por decisão dos algozes, entrariam para o grupo dos desaparecidos. Contudo, documento do CISA comprova que o Estado tinha conhecimento da identidade de todos os militantes[24].

A armação fica logo evidente, pois as versões para as mortes nos carros são absolutamente idênticas. Trata-se da mesma história, com os nomes trocados. O mesmo desprezo pela verdade dos fatos. Um dirigente da organização (Fernando Sandália em 1972 e Ranúsia Alves em 1973) teria sido preso e aberto um ponto com outros três companheiros. Ao chegar ao local, os militantes dentro do carro abriram fogo. O militante do lado de fora morre na troca de tiros, e os outros três morrem carbonizados dentro do veículo.

Investigações da Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Helder Câmara, de Pernambuco, comprovam que dos quatro mortos no local, três foram presos anteriormente: Ramires, Ranúsia e Almir, no Rio. A Comissão localizou um documento do Centro de Informações do Exército (CIE), de 1974, sobre a situação operacional dos grupos que aderiram à luta armada no Brasil. No trecho dedicado ao PCBR consta que, no final de outubro de 1973, o DOI-CODI do 1º Exército vigiou permanentemente as atividades de Almir Custódio de Lima, o que possibilitou a identificação também de Ramires do Valle e Ranúsia Alves. O relatório informa que os três foram presos e submetidos a interrogatórios. Após a prisão dos três militantes, foram recolhidas informações que apontavam a fragilidade do PCBR que, “na Guanabara, estaria reduzido praticamente aos três acima mencionados e mais Vitorino Alves Moutinho”[25].

Em maio de 1991, o Grupo Tortura Nunca Mais iniciou pesquisas no IML, no Instituto de Criminalística Carlos Éboli e na Santa Casa de Misericórdia. Documentos encontrados mostraram a existência de três cemitérios no Rio de Janeiro que, no final dos anos 1960 e durante toda a década de 1970, receberam corpos que foram enterrados como indigentes em diferentes épocas: Ricardo Albuquerque, Cacuia e Santa Cruz.

Pelo menos 14 militantes políticos, entre os quais oito das chacinas do PCBR, foram enterrados como indigentes, numa vala clandestina, em Ricardo de Albuquerque. Em 2008, o Grupo Tortura Nunca Mais encaminhou à Prefeitura do Rio de Janeiro proposta de construção de um Memorial com a identificação dos militantes ali localizados: Ramires Maranhão do Valle e Vitorino Alves Moitinho (desaparecidos políticos), José Bartolomeu Rodrigues de Souza, José Silton Pinheiro, Ranúsia Alves Rodrigues, Almir Custódio de Lima, Getúlio de Oliveira Cabral, José Gomes Teixeira, José Raimundo da Costa, Lourdes Maria Wanderley Pontes, Wilton Ferreira, Mário de Souza Prata, Merival Araújo e Luiz Guilhardini (mortos reconhecidos oficialmente).

19. Idem.
20. Ação Ordinária nº 92.131433-7, 1/6/1990. Disponível em: Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0033_0003.
21. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0037_0004, p. 44.
22. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. Volume III. pp. 1095-1100.
23. “Terroristas são mortos em tiroteio”. Jornal do Brasil, 17/11/1973, p. 22.
24. Arquivo Nacional, CISA: BR_ AN_BSB_VAZ_107_0007.
25. Arquivo Público Estadual de Pernambuco João Emerenciano (Apeje), DOPS/PE, DOC IV EX 1974 PARTIDOS-IGREJA, pp. 50-51.



Lyda Monteiro, secretária do Conselho Federal da OAB, foi vítima de um atentado à bomba, em 1980; a carta era endereçada ao então presidente da Ordem, Eduardo Seabra Fagundes
Crédito: Álbum de Família

Capítulo 15 - ATENTADOS À BOMBA

A verdade está devidamente contada e a história restabelecida. Tirei o maior peso que jamais imaginei que conseguisse carregar. Vi meus filhos mais velhos estudarem o atentado da OAB no ensino médio, porém, não havia desfecho nos livros escolares. Agora, os pequenos terão a história completa, com todos os elementos devidamente registrados[1]. (Luiz Felipe Monteiro, filho de D. Lyda Monteiro, em coletiva de imprensa realizada pela CEV-Rio acerca da identificação da autoria do atentado à bomba que vitimou sua mãe)

O Contexto Político da Distensão

O processo de abertura política vivenciado no final dos anos de 1970 e início da década de 1980 foi marcado por uma série de atentados que visavam frear as políticas de distensão que se encontravam em curso. Setores militares associados a civis insatisfeitos com os rumos que o regime militar estava tomando se mobilizaram com o objetivo de criar um clima de instabilidade política e de gerar insegurança na população.

O projeto de distensão com uma abertura "lenta, gradual e segura" proposto pelo presidente Ernesto Geisel (1974-1979) e iniciado em seu mandato, ficou marcado no cenário político pelas demissões de militares ligados à "linha dura"[2] do regime. Geisel tinha que lidar não somente com a crise econômica gestada nos anos anteriores, mas também com uma crise interna que ameaçava seu projeto político.

Essa proposta também era resultante das pressões externas que a ditadura brasileira vinha sofrendo no exterior, frente à divulgação internacional das denúncias acerca das graves violações aos direitos humanos cometidas pelo país. A visita realizada por Rosalynn Carter, em 06 de junho de 1977, expressa o constrangimento que a política adotada pelos militares passava naquele momento. A primeira-dama norte-americana informara o presidente Geisel acerca do "compromisso decidido de seu marido com a causa dos direitos humanos"[3] e ainda solicitou que o general levasse "à Justiça elementos da Polícia e funcionários do governo"[4] que violassem direitos humanos no país.

Frente a esse quadro, a política iniciada por Geisel previa a reorganização dos Destacamentos de Operação de Informações (DOIs), com o "retorno aos quartéis" dos militares, havendo uma gradativa redução da capacidade operacional da estrutura repressiva. Os agentes engajados na luta, que tinham o comunismo como um inimigo a ser combatido internamente, vivenciavam nesse momento uma perda de autonomia nas ações de aniquilação dos opositores da ditadura, e mostraram-se resistentes às mudanças.

1. Matéria de Isabela Vieira para o portal EBC Agência Brasil, em 11/09/2015. Secretária da OAB morta em 1980 foi vítima de agentes do Exército, diz comissão.

2. A adoção da expressão "linha dura" prende-se à interpretação realizada por Maud Chirio: "A expressão "linha dura" não tem inicialmente o sentido de um grupo ou de uma facção para os oficiais que a reivindicam, mas de uma linha política de contornos incertos, de um "estado de espírito" e de uma determinada interpretação da "Revolução" de 31 de março de 1964.". Ver CHIRIO, Maud. A "primeira linha dura" do regime militar: trajetórias de oficiais do Exército nos anos 60 e 70. MILITARES E POLÍTICA MILITARES E POLÍTICA, p. 34. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=984&Itemid=353

3. GASPARI, Elio. A ditadura encurralada. Editora Intrinseca, 2014. p.381

4. Idem, p.383

A insatisfação não atingia somente os quartéis. Dentro do próprio governo, Geisel encontrou resistências e sinais de descompasso com a política que tentava implementar. Os assassinatos de Vladimir Herzog, em 25 de outubro de 1975, e de Manoel Fiel Filho, em 17 de janeiro de 1976, dentro das instalações militares do DOI-CODI, em São Paulo, acirraram as diferenças. Mesmo sem questionar a versão sustentada oficialmente de que os presos teriam se suicidado, Geisel decidiu pela demissão do general Ednardo D'Ávila Mello, comandante do II Exército, responsável pela unidade militar onde ocorreram as mortes, e também retirou da chefia do Centro de Informações do Exército (CIE) o general Confúcio Danton de Paula Avelino.

Outra demissão emblemática do período, que auxilia a compreensão dos motivos que levaram a rearticulação dos militares alinhados à extrema direita, ocorreu em 1977, quando o general Sylvio Frota foi afastado de suas funções como ministro do Exército. A decisão tomada por Geisel, auxiliado por Golbery do Couto e Silva, mostrou-se estratégica naquele momento, tendo em vista a força e o prestígio que Sylvio Frota possuía entre os militares da "linha dura". O cenário político enfrentado por Geisel era marcado por pressões. De um lado, o presidente tinha que manejar a oposição popular associada à diretriz do partido de oposição Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que optara em 1974 pela via eleitoral como forma de se posicionar e estabelecer o caminho para a transição, a despeito das restrições políticas do momento. De outro, tinha que articular as diferentes posturas e alinhamentos dentro do corpo militar, algumas pautadas na crença de que Geisel havia traído os ideais do movimento de 1964 ao adotar a política de distensão e ao optar pela demissão dos generais Ednardo e Frota. Alguns militares chegaram a produzir um documento denominado "Novela da Traição"[5], em que expressavam seu descontentamento com o governo.

Apesar da proposta de abertura, o governo Geisel não deixou de lado a truculência e as violações aos direitos humanos característicos dos governos militares. Durante seu mandato ocorreram, somente no Rio de Janeiro, 21 mortes e desaparecimentos forçados decorrentes da ação de agentes do Estado. Em 1975 ocorreu a chamada "crise dos desaparecidos", quando, após mobilização dos familiares dos desaparecidos durante o regime, o ministro da Justiça Armando Falcão, forneceu, em cadeia nacional, informações sobre os casos, sem, no entanto, esclarecer o que havia ocorrido com aqueles militantes. Essas violações são evidência de que o aparato repressor não se encontrava totalmente desarticulado e demonstram que a tentativa de conciliar e balancear as oposições muitas vezes resultou no acobertamento de agentes envolvidos em casos de tortura e morte durante o governo Geisel.

Com a ascensão de João Baptista Figueiredo (1979-1985) e a continuidade do projeto de transição para a democracia, inclusive com a edição da Lei de Anistia (Lei nº 6.683/79), acirraram-se as diferenças dentro da estrutura repressiva, principalmente entre aqueles vinculados às operações da polícia política[6]. É nesse contexto que ocorreu um expressivo aumento de ações terroristas[7], culminando nos atentados à Ordem dos Advogados do Brasil e no Riocentro, em 1980 e 1981, refletindo o ápice da disputa interna entre os militares ligados aos "bolsões sinceros, mas radicais" do regime e a política implementada pelos generais Geisel, João Figueiredo e seus aliados.

Os setores avessos ao retorno à democracia estiveram presentes desde a preparação do golpe de 1964 e atuaram ativamente nas ações repressoras do regime. Ainda durante o governo de João Goulart houve a descoberta de uma milícia formada por militares da ativa e por civis radicais ligados ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e ao Movimento Anticomunista (MAC), que vinha realizando treinamento de guerrilha em um sítio localizado em Jacarepaguá [8]. Ao longo do regime militar, outros grupos também associados ao MAC mostraram-se articulados e atentos ao cenário político nacional, sendo possível perceber o envolvimento de agentes do Estado nas ações levadas a cabo por essas organizações.

É notável o fato de que, nos momentos em que a oposição ao regime parecia fortalecer-se havia em contrapartida um aumento de atos terroristas. Em 1968, com as crescentes mobilizações populares de contestação ocorreram diversos atentados à bomba, principalmente em teatros e jornais associados à esquerda. Segundo levantamento realizado no livro *A Direita Explosiva no Brasil*[9], entre julho e dezembro de 1968, foram contabilizados 16 atos terroristas praticados no Rio de Janeiro por uma articulação envolvendo o Centro de Informações do Exército (CIE), o militar Alberto Fortunato, o "professor" em relação às bombas Pierre Pellegri [10] – também conhecido como "Francês", e o marceneiro Hilário Corrales, responsável pela confecção dos artefatos[11]. Essas ações se deram também em outros estados. Em matéria publicada, no final de 1978, no mensário Repórter denuncia-se que um grupo militar, sob orientação do Estado Maior do II Exército, efetuara o atentado ao jornal Estado de S. Paulo, em abril 1968, visando "criar um clima de instabilidade política no país, atribuindo operações de guerrilha urbana aos comunistas, para justificar depois o endurecimento do regime político e o Ato Institucional nº 5"[12].

O movimento repete-se em 1976 durante o governo Geisel, quando ocorreram outros atentados. Em 19 de agosto o atentado à Associação Brasileira de Imprensa (ABI) foi amplamente divulgado pela imprensa. Nesse mesmo dia foi encontrado um artefato na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)[13]. Em 22 de setembro daquele ano

5. RESENDE, Pâmela de Almeida. Da Abertura Lenta, Gradual e Segura à Anistia Ampla, Geral e Irrestrita: A Lógica do Dissenso na Transição Para a Democracia. Revista Sul-Americana de Ciência Política, v. 2, n. 2, p. 36-46, 2015.
6. O general Adyr Fiúza de Castro, comentando o final do regime militar chegou a afirmar: Figueiredo pode ter sido o coveiro do regime, mas quem o matou foi Geisel. Ver D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura. Relume Dumará, 1995.p. 189.
7. A utilização do conceito de terrorismo é aqui adotada visando enquadrar as ações efetuadas por agentes do Estado. Prendendo-se à conceituação realizada por Schittino, os atos aqui descritos buscavam intervir no processo histórico através da violência, pautando-se também na lógica do espetáculo. (Schittino, Renata Torres. Terrorismo: a violência política como espetáculo. – Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro : PUC-Rio, Departamento de História, 2004).
8. Armas apreendidas eram do MAC. Jornal Última Hora. Rio de Janeiro: 20 set. 1963, p.02.
9. ARGOLO, José; RIBEIRO, Kátia; FORTUNATO, Luiz Alberto Machado. A direita explosiva no Brasil. Mauad Editora Ltda, 1996.
10. Através de investigações realizadas pela CNV se tornou possível inferir que "Francês" é na realidade Pierre Jean François Pellegri, nascido em agosto de 1932 e natural da Corsega. Essa inferência se dá a partir de documento da Embaixada da França no Brasil, datado de 29 de outubro de 1968, em que é afirmado que Pellegri fora obrigado a deixar a Europa, sendo procurado pela Sureté Française, e refugiou-se no Brasil tendo em face os acontecimentos na Argélia. No livro "Dos quartéis à espionagem – caminhos e desvios do poder militar", o coronel reformado Luiz Helvécio fez referências à Liga das Nações Cativas, revelando seu papel na aproximação com o "Pierre", ou "Francês", por ele caracterizado como um "monstro em termos de competência" e que ensinou muito os membros do "Grupo Secreto". São reveladas ainda associações com o Centro Informações do Exército. In. ARGOLO, José; FORTUNATO, Luiz Alberto Machado. Dos quartéis à espionagem: caminhos e desvios do poder militar. Mauad Editora Ltda, 2004.p.206-210
11. ARGOLO, José; RIBEIRO, Kátia; FORTUNATO, Luiz Alberto Machado. A direita explosiva no Brasil. Mauad Editora Ltda, 1996.
12. Boletim Mensal UCBC. Ano VIII n.11 (86) dezembro de 1978. Disponível em: http://www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PUCBCRJ121978086.pdf. Ver também Jornal do Brasil, edição de 1/12/1978, p.8.
13. Conferências de 74 e 76: abertura, atentados e fusão da Guanabara. Disponível em: http://www.oabrj.org.br/materia-tribuna-do-advogado/18045-Conferencias-de-74-e-76-abertura-atentados-e-fusao-da-Guanabara.

ocorreu o sequestro de D. Adriano Hipólito e o atentado à residência de Roberto Marinho[14]. Após essas mobilizações, em abril de 1977, foi editado o chamado "Pacote de Abril", que visava garantir a maioria governista no Congresso, apresentando-se então como uma resposta do governo numa tentativa de conciliar interesses.

Finalmente, após a edição da Lei de Anistia ocorreu um aumento considerável do número de atentados no país. Somente no Rio de Janeiro ocorreram em 1979 a explosão na varanda da Escola Pedro Lessa (26/9/79), a explosão de bomba no carro do jornalista Hélio Fernandes (04/10/79), e a Explosão na Igreja de Santo Antônio de Jacutinga, em Nova Iguaçu (20/12/79).

Nos anos de 1980 e 1981, segundo levantamento realizado pelo Ministério Público Federal, ocorreram mais de 40 atentados à bomba pelo país. Dentre elas, em 1980, uma bomba foi desativada no 19° andar do Hotel Everest, onde estava hospedado Leonel Brizola, em 18/01/1980; uma explosão na Escola de Samba Acadêmicos do Salgueiro, durante comício do PMDB, em 27/01/1980; uma bomba foi desativada no escritório do advogado Sobral Pinto, em 13/03/1980; uma bomba interrompeu palestra de Gregório Bezerra, em 22/03/1980; duas bombas explodiram no jornal *Hora do Povo*, em 30/03/1980; ocorreu uma explosão na Prefeitura de Resende, em 13/04/1980; uma bomba explodiu em uma loja do Rio que vendia ingressos para o show de 1° de maio, em 26/04/1980; uma explosão ocorreu na Caderneta de Poupança Letra, em Madureira, em 26/04/9180; atentados a bancas de jornal em Brasília, Rio, Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Belém e São Paulo, em uma ação que durou até setembro de 1980; uma explosão ocorreu na sede do movimento "Convergência Socialista", em 29/05/1980; duas explosões ocorreram na sede do jornal "Hora do Povo", em 30/05/1980; uma explosão no carro do Deputado Marcelo Cerqueira, em Santa Teresa, em 10/07/1980; uma bomba foi desativada por peritos na Rua Almirante Alexandrino, em Santa Teresa, em 10/08/1980; uma bomba foi encontrada em Senta Teresa, em 11/08/1980; três explosões ocorreram, na sede do Jornal *Tribuna Operária*, na Ordem dos Advogados do Brasil e no Gabinete do Vereador Antônio Carlos, da Câmara Municipal, em 27/08/1980; uma carta-bomba foi desativada na Delegacia Regional da SUNAB em 28/08/1980; ocorreu a explosão junto à fachada da Receita Federal, na Rua 15 de Novembro, em Niterói, em 14/09/1980; além de explosões que ocorreram no Supermercado Boulevard, em Vila Isabel, e no Hipermercado das Casas da Banha, na Av. Brasil em 14/11/1980.

Já em 1981, o MPF indicou a ocorrência de uma explosão junto ao Supermercado Peg-Pag da Av. Bartolomeu Mitre, no Leblon, em 05/01/1981; uma explosão sob um ônibus fretado para conduzir funcionários da Petrobrás, em 07/01/1981; uma explosão sob um relógio digital à Rua Humaitá, em Botafogo, em 16/01/1981; uma explosão no prédio do jornal *Tribuna da Imprensa*, em 26/03/1981; uma explosão em um posto do INPS, em Niterói, em 31/03/1981; uma explosão na varanda da casa do Deputado Marcelo Cerqueira, em Santa Teresa, em 02/04/1981; uma explosão no portão de uma oficina mecânica em Olaria, também em 02/04/1981; uma explosão na Gráfica Americana, na Saúde, em03/04/1981. No final do mês de abril ocorreu ainda o atentado frustrado ao Riocentro [15].

14. ARGOLO, José; RIBEIRO, Kátia; FORTUNATO, Luiz Alberto Machado. A direita explosiva no Brasil. Mauad Editora Ltda, 1996, p.279.

Os casos OAB e Riocentro

A Comissão da Verdade do Rio, com a colaboração do projeto de pesquisa "Justiça Autoritária? O Judiciário do Rio de Janeiro e a Ditadura Militar 1964-1988", da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizou investigações sobre os atentados à bomba à Ordem dos Advogados do Brasil, em 1980, e sobre a tentativa frustrada no Riocentro em 1981, visando à identificação dos autores e a elucidação da cadeia de comando destes atos terroristas.

O atentado à OAB

Em 27 de agosto de 1980, uma carta-bomba endereçada a Eduardo Seabra Fagundes, então presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, na avenida Marechal Câmara, 210, no Centro do Rio vitimou a secretária da presidência da entidade, Lyda Monteiro da Silva. No mesmo dia, ocorreu a explosão de outras duas bombas, uma na Câmara dos Vereadores, que feriu gravemente José Ribamar de Freitas, assessor do ex-preso político e então vereador do MDB Antônio Carlos de Carvalho, e outra na redação do jornal Tribuna Operária, um periódico ligado ao Partido Comunista.

No mesmo dia, pela manhã, uma carta endereçada à Rádio *Jornal do Brasil* e assinada pelo grupo de extrema direita Vanguarda de Caça aos Comunistas (VCC), responsabilizava-se "pelos atentados contra os traidores da pátria Eduardo Seabra Fagundes e 'Vereador' Antônio Carlos Carvalho, do Movimento Revolucionário 8 de outubro"[16]. O grupo ainda conclamava outras organizações como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e a Falange Pátria Nova a apoiar o movimento para a "mudança radical do estado de coisas"[17].

A despeito de o grupo em questão assumir a autoria, o inquérito instaurado à época levou ao nome de Ronald James Watters, que já havia sido apontado como autor do atentado à bomba à exposição Soviética, realizada no Campo de São Cristóvão, em 19 de maio 1962. Na oportunidade, Watters fora acusado de estar vinculado à CIA e ao Movimento Anticomunista[18]. A acusação baseou-se principalmente em uma denúncia anônima e na análise da carta bomba enviada à SUNAB, que não explodiu, no dia seguinte ao dos atentados à OAB e à Câmara dos Vereadores. A suposição era a de que a máquina de escrever utilizada na redação da carta pertenceria a Watters.

O Inquérito da Polícia Federal 034/80, instaurado em29 de agosto de 1980 e concluído em 14 de novembro daquele ano, presidido pelo delegado da Polícia Federal Dr. José Armando da Costa,

15. Além dessas, a denúncia do MPF indicou a ocorrência de uma bomba no aeroporto de Guararapes, no Recife em 27/3/1980; uma bomba destruiu a redação do jornal "Em Tempo", em Belo Horizonte em 23/5/1980; uma bomba danifica a sede da Casa do Jornalista, em Belo Horizonte, em 27/06/1980; uma bomba foi localizada no Tuca, em São Paulo, horas antes da realização de um ato público (11/8/80); uma bomba explodiu, ferindo a estudante Rosane Mendes e mais dez estudantes na cantina do Colégio Social da Bahia, em Salvador, em 12/08/1980; ocorreu uma explosão no Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia no interior de Minas Gerais, em 28/08/1980; uma explosão ocorreu em um terreno baldio em Barbacena, em 28/08/1980; uma explosão na sede da Junta de Alistamento Militar, em Antônio Carlos, também em 28/08/1980; uma bomba foi desativada junto ao chafariz do Largo da Lapa, em 04/09/1980; ocorreu uma explosão na garagem do prédio do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, em Viamão, em 08/09/1980; ocorreu a explosão de duas bombas em São Paulo, uma ferindo duas pessoas em um bar em Pinheiros e outra danificando automóveis no pátio da 2ª Cia. De Policiamento de Trânsito, no Tucuruvi, em 12/09/1980; uma bomba explodiu e danificou a Livraria Jinkings, em Belém, em 18/11/1980; uma bomba foi encontrada no Aeroporto de Brasília, em 02/02/1981 e em 28/04/1981, o grupo de direita autodenominado Falange Pátria Nova destruiu, com bombas, bancas de jornais em Belém.

16. Polícia Federal acha que o atentado à OAB foi da VCC. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro: 19/09/1980, p.14.
17. Idem.
18. Jornal Última Hora, Rio de Janeiro: 30/05/1962.

responsável pela parte processual, e pelo delegado Dr. Pedro Bervanja, responsável pela parte operacional da investigação [19], foi construído de modo a obstruir os rumos investigativos que apurariam a verdadeira autoria dos atentados. Numa narrativa composta de elementos que vão da divagação à fantasia, o inquérito se presta aos propósitos de não revelar a verdade dos fatos, o que resultou na absolvição de Watters por falta de provas.

A farsa montada em torno das investigações para apurar a autoria dos ataques chegou a ser denunciada em matéria do programa Fantástico, da Rede Globo. Em 08 de maio de 1994, foi divulgada a versão dos agentes federais Vigmar Ribeiro e Darcy DeCarlo, que denunciaram a mudança no rumo da apuração dos fatos. De Carlo, que chegou a renunciar a seu cargo na Polícia Federal, afirmou:

> *"Em circunstância nenhuma, como investigador, eu posso admitir que a investigação parta já com a autoria definida. O momento político é... forçava as investigações num determinado sentido, né? Então, o Ronald era o autor ideal. Só que o Ronald não tinha absolutamente nada a ver com isso.[20]"*

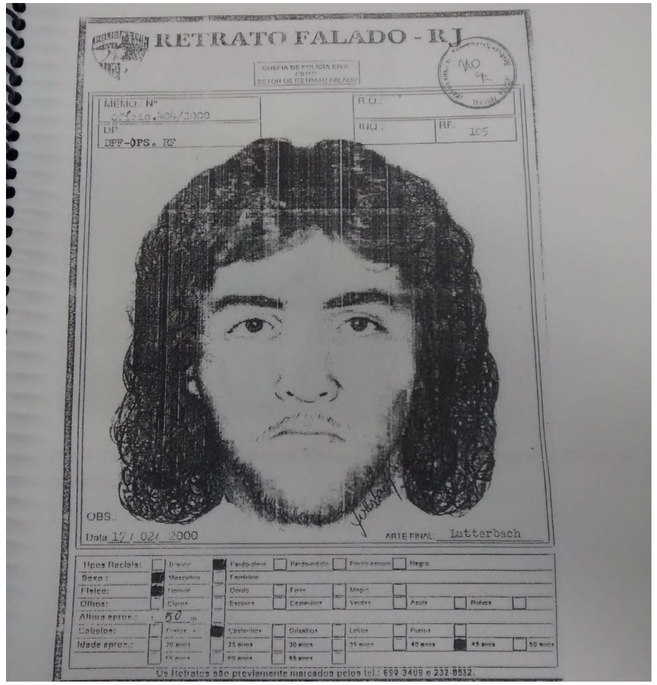
A conduta do regime, no sentido de não identificar e, consequentemente, não punir os responsáveis pelo atentado que vitimou D. Lyda e pelo que feriu gravemente José Ribamar de Freitas, refletiu-se na montagem do retrato falado do homem suspeito de entregar a carta bomba à OAB. A única testemunha ocular apontada no momento, e que dizia se lembrar das feições do homem que carregava um pacote que fora entregue à D. Lyda, Dilza Fulgêncio realizou, no dia seguinte ao atentado, um retrato-falado junto a um policial que, no entanto, suprimiu do mesmo diversas informações dadas pela testemunha. A ação do policial resultou numa figura pouco elucidativa quanto às características do suspeito.

Segundo o livro *A Direita Explosiva no Brasil*, os peritos responsáveis pela análise das cartas bombas revelaram que elas apresentavam composição de alto poder de destruição. Eram semelhantes às utilizadas pelos grupos do Exército Republicano Irlandês e da Organização para a Libertação da Palestina[21], não se assemelhando, portanto, às bombas fabricadas por grupos amadores. Para o coronel Alberto Fortunato, o CIE possuiria o know-how para fabricar esse tipo de bomba[22].

No decorrer dos anos, diferentes tentativas de reabrir o caso foram rejeitadas e recorrentes arquivamentos ordenados. Essas ações configuram um total acobertamento dos fatos por parte do Estado, no sentido de impedira identificação de suas circunstâncias e seus autores. Somente em 2000, o retrato-falado dado à época pela testemunha foi completado, viabilizando, finalmente, a apuração dos fatos.

Depois de dois anos de busca de pistas que levassem à identificação dos autores, em coletiva de imprensa realizada em 11 de setembro de 2015, a Comissão da Verdade do Rio apresentou um dossiê, reunindo documentos comprobatórios de que o atentado contra a OAB foi obra de um grupo de oficiais ligados ao Centro de Informação do Exército (CIE). A investigação da CEV-Rio indicou quatro testemunhas que caracterizaram a autoria do fato.

19. Documento (CD/CDH/DETAQ 1494/99). In.: Projeto de Pesquisa: "Justiça Autoritária? O Judiciário do Rio de Janeiro e a Ditadura Militar 1964-1988", Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
20. Pesquisa "Justiça Autoritária? O Judiciário do Rio de Janeiro e a Ditadura Militar 1964-1988". Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Relatório Parcial – Bombas, p.11.
21. ARGOLO, José; RIBEIRO, Kátia; FORTUNATO, Luiz Alberto Machado. A direita explosiva no Brasil. Mauad Editora Ltda, 1996, p.207.
22. Idem.



Retrato Falado do portador da carta-bomba informado por Dilza Fulgêncio em 2000
Crédito: Relatório Parcial da Pesquisa "Justiça Autoritária? O Judiciário do Rio de Janeiro e a Ditadura Militar 1964-1988". Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Uma ocular, que se denominou testemunha "X", atendendo ao pedido de sigilo de sua identidade, a qual reconheceu a pessoa que levou a bomba à OAB, e três agentes vinculados à estrutura repressiva da ditadura.

A partir dos depoimentos coletados foi possível afirmar que o sargento Magno Cantarino Motta, paraquedista do Exército, foi quem entregou pessoalmente a carta com o artefato que vitimou D. Lyda Monteiro. Na condição de agente da repressão vinculado ao CIE, Magno adotou o codinome "Guarany".

Para executar a ação, Guarany subiu pelo elevador até o 4º andar do prédio da OAB, na av. Marechal Câmara, 210, Centro do Rio endereço em que a CEV-Rio se instalou. Segundo a testemunha ocular, que dialogou com o militar momentos antes de ele entregar o envelope pardo, contendo a bomba de fabricação artesanal, o sargento vestia calça e camisa social "*como os muitos rapazes que trabalhavam pelos escritórios da região*"[23]. A testemunha relatou também que ele tinha cabelos encaracolados, abaixo das orelhas, e aparentava pouco mais de trinta anos. De estatura média, falava pausado e agiu com cordialidade com as pessoas que encontrou em seu trajeto.

Segundo as testemunhas ouvidas pela CEV Rio, a ação foi comandada pelo coronel Freddie Perdigão Pereira, do CIE, e a confecção da bomba esteve a cargo do sargento Guilherme Pereira do Rosário, morto no atentado do Riocentro, no ano seguinte, em consequência da explosão da bomba que trazia no colo.

O paraquedista da turma de 1964, Valdemar Martins, ao examinar o retrato falado do suspeito e uma fotografia do Riocentro, em que um homem aparece olhando para dentro do carro onde estava o corpo do sargento Rosário, afirmou, sem qualquer dúvida, que a imagem apresentada era de Magno Cantarino Motta, sargento que servira na mesma unidade, no Rio de Janeiro, em que ele servira. Guilherme Pereira do Rosário também servira ali. Valdemar ainda confirmou que Guarany fora o autor da entrega da carta bomba à OAB[24].

No mesmo sentido, o ex-delegado do DOPS/ES,

23. Acervo CEV-Rio. Depoimento da testemunha "X" para a CEV-Rio
24. Acervo Cev-Rio. Depoimento de Valdemar Martins para a CEV-Rio

Claudio Guerra, afirmou à Comissão em três oportunidades que a ordem para o atentado partira do coronel Freddie Perdigão Pereira, da sede do Serviço Nacional de Informações (SNI), no Rio de Janeiro, sendo Guarany o responsável pela entrega da bomba na OAB e o sargento Guilherme do Rosário o encarregado de sua fabricação. A propósito, declarou:

> *"Posso ainda afirmar, que, na mesma ocasião, o mesmo grupo (Equipe secreta de militares do cel. Perdigão composta, pelo Sgt Rosário, Guarani e outros), foi responsável pelo artefato que foi colocado no gabinete de um vereador, não lembro o nome, e outra na Tribuna da Imprensa. A motivação, o combate intensivo que a OAB fazia para que fossem apontados os responsáveis pelos desaparecimentos e torturas[25]."*

Naquele período, a OAB teve um papel importante na defesa dos direitos humanos e restauração das liberdades democráticas. Para intimidar a entidade, o grupo, que agia sob o comando do Centro de Informações do Exército, iniciou uma série de atentados, cujos alvos eram parlamentares de oposição, bancas de jornal, jornais e entidades da sociedade civil e visava responsabilizar as organizações de esquerda armada, que, na oportunidade já se encontravam desmobilizadas.

A OAB e o vereador Antônio Carlos, naquele momento, estavam envolvidos nas investigações acerca do desaparecimento do militante Mário Alves, após sua prisão no DOI-CODI do 1º Exército em janeiro de 1970. Da mesma forma, Seabra Fagundes havia se mobilizado publicamente para obter a apuração e a identificação dos autores do atentado sofrido por Dalmo Dallari, em São Paulo, em 02 de julho de 1980[26]. As bombas seriam, então, um aviso para que as atividades investigativas fossem suspensas.

O levantamento realizado pela CEV-Rio identificou a seguinte cadeia de comando envolvida no atentado na OAB:

Presidente da República: João Figueiredo (1918-1999): General de Exército. Presidente da República de 15 de março de 1979 a 15 de março de 1985.

Ministro do Exército: Walter Pires de Albuquerque (1915-1990): General de Exército. Ministro do Exército de março de 1979 a março de 1985.

Chefe do CIE: Geraldo Araújo de Ferreira Braga (1922-): General de Divisão. Chefe do CIE de março de 1979 a novembro de 1981. Chefiou a agência central do SNI entre agosto de 1983 e novembro de 1985.

Chefe do SNI: Octávio Aguiar de Medeiros (1922-2005): General de Brigada. Chefe do SNI de junho de 1978 a março de 1985.

Comandante do DOI do I Exército: Júlio Miguel Molinas Dias (1934 – 2012): Tenente-coronel. Assassinado em 2012. O Ministério Público Federal encontrou em sua casa provas sobre a autoria do atentado no Riocentro.

Comandante do I Exército: Gentil Marcondes Filho (1916-1983): General de Exército. Chefe do Estado-Maior do II Exército, em São Paulo, em 1974. Comandante do I Exército de 1979 a 1981.

As apurações da CEV-Rio resultaram também na confirmação da ligação entre os atentados do dia 27 de agosto de 1980 e o caso Riocentro, em 1981, a partir da confirmação da presença e da atuação do agente Guarany em ambos os momentos. Esta articulação demonstra que os mesmos grupos estavam por trás dos trágicos episódios e confirma o envolvimento de agentes do Estado nos atos terroristas.

O atentado no Riocentro

Em 30 de abril de 1981, durante o show de comemoração do Dia do Trabalhador realizado no centro de convenções Riocentro, na Barra da Tijuca, ocorreu a explosão premeditada de duas bombas de fabricação artesanal. O evento reuniu cerca de 20 mil jovens e foi organizado pelo Centro Brasil Democrático (Cebrade), entidade ligada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), que naquele momento ainda atuava na clandestinidade.

O show em homenagem a Luiz Gonzaga, sob a coordenação do cantor e compositor Chico Buarque, reuniu apresentações de importantes nomes da música popular brasileira, como Alceu Valença, Gonzaguinha, Gal Costa, Clara Nunes, Djavan, Ivan Lins, João Bosco, Fagner, Ney Matogrosso, Paulinho da Viola, Simone e Beth Carvalho.

Por volta das 21:00h do dia 30 de abril a primeira bomba explodiu dentro de um automóvel Puma, 1977, marrom, placa OT-0279, no estacionamento do Riocentro. No carro estavam o capitão Wilson Luiz Chaves Machado, proprietário do veículo, que adotava o codinome "Dr. Marcos" e o sargento Guilherme Pereira do Rosário, de codinome "agente Wagner", ambos do DOI do I Exército. Segundo testemunhos colhidos em 1981 e 1999 – e presentes nos inquéritos abertos nesses anos, o artefato seria instalado no pavilhão onde ocorriam os shows. Mas a bomba explodiu uma hora antes do planejado, ferindo o capitão Machado e matando instantaneamente o sargento Rosário. Ainda, segundo testemunhos e notícias veiculadas na imprensa[27], o automóvel continha outras duas bombas, uma pistola e uma granada de mão.

A segunda bomba chegou a explodir dentro do centro de convenções. O artefato foi lançado por cima do muro na Casa de Força do Riocentro, visando atingir uma miniestação elétrica para interromper o fornecimento de energia, gerando a paralisação do show e criando pânico na audiência. Porém, como a explosão se deu no pátio e não atingiu a estação, o objetivo dos militares não foi alcançado novamente[28].

Também foram realizadas pichações nas imediações do centro de convenções com a inscrição VPR, sigla da Vanguarda Popular Revolucionária, uma organização de esquerda que se encontrava totalmente desmantelada naquele momento, numa tentativa de imputar à esquerda a responsabilidade pelo atentado.

No dia seguinte, o então secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, general Waldir Muniz relatou à imprensa um diálogo que teria acontecido com os dois militares atingidos pela bomba. De maneira precipitada o general afirmou que o capitão Wilson Machado teria engatado a marcha ré de seu carro, e o sargento Guilherme do

25. Acervo Cev-Rio. Depoimento de Claudio Guerra para a CEV-Rio.

26. ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. Seabra Fagundes recebe homenagem na OAB/Barra da Tijuca. Disponível em http://www.oabrj.org.br/noticia/73778-seabra-fagundes-recebe-homenagem-na-oabbarra-da-tijuca.

27. Bombas, versões e o silêncio. Revista Istoé. 12/05/1981.

28. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. 6° Relatório Preliminar de Pesquisa: O caso Riocentro / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 29/04/2014, p. 4.

Rosário teria gritado surpreso “Tem uma bomba aqui!”, e em seguida o artefato teria explodido. O objetivo da afirmação era corroborar a tese de que os militares teriam sido vítimas e não autores do ato terrorista.

O enterro do sargento Rosário foi realizado com honras militares no dia seguinte ao episódio, e contou com a presença de eminentes oficiais do regime, como o coronel Job Lorena de Santana, e dos generais Gentil Marcondes, então comandante do I Exército, e Armando Patrício. Os três também estiveram em posição de destaque na missa de sétimo dia do sargento.

No dia 1° de maio, o Exército abriu um Inquérito Policial Militar (IPM) para apurar o caso, encarregando o coronel Luiz Antônio do Prado Ribeiro de presidir e comandar as investigações. Rapidamente o coronel obteve informações que puderam esclarecer que a polícia não havia comparecido ao local e que a equipe de segurança havia sido trocada momentos antes do show[29]. Apesar da solicitação de policiamento efetuada, não foram mobilizados policiais para o centro de convenções[30]. O coronel ainda buscou realizar oitiva com o capitão Wilson Machado para que este prestasse os devidos esclarecimentos sobre o fato, porém sua linha investigativa foi suspensa.

O coronel Prado Ribeiro foi substituído apenas 15 dias após iniciar os trabalhos. Nas investigações posteriores, já sob o regime democrático, o coronel afirmou ter sofrido pressão para conduzir as investigações de forma a não identificar a autoria do atentado[31]. Sob o comando de Job Lorena Santana, o IPM foi encerrado, concluindo pela inocência dos militares envolvidos na operação. Não indicou os responsáveis pelo ato terrorista, nem solucionou os questionamentos levantados à época dos fatos e que apontavam para a existência de diversas lacunas na investigação.

Desta forma, a conclusão do IPM em 30 de junho de 1980 levava a crer que a bomba teria explodido no lado direito do sargento Rosário, contradizendo o laudo cadavérico que, pelas lesões descritas, registrava que o artefato explodiu no colo do agente[32].

A imprensa, não estando mais sob censura, noticiou amplamente o caso. Dias após o atentado, em 13 de maio, uma organização autodenominada “Comando Delta”[33], numa alusão ao nome dado ao braço armado da OAS (Organisation de l’Armée Secrète)[34], reivindicou a autoria do ato, porém, o grupo recuou dias após a divulgação[35]. Nesse momento, a imprensa desempenhou importante papel, apontado as incongruências das investigações e atuando de maneira paralela no sentido de avançar nas apurações e contestar a versão oficial. A imprensa chegou a divulgar que o atentando ao Riocentro já vinha sendo planejado desde 1980. Em matéria publicada em 20 de maio de 1981, os jornalistas Antônio Carlos Fon e Aroldo Machado revelaram que, segundo as revelações do tenente César Walchulck, então responsável pela segurança do centro de convenções, a bomba deveria ter explodido no show de 1° de maio do ano anterior[36].

A revista *Istoé*, em 12 de maio de 1981, publicou a matéria “Bombas, versões e o silêncio” em que realizou diversos questionamentos acerca do atentado e denunciou que as pessoas ligadas aos eventos que ocorreram no Riocentro, e que, portanto, poderiam auxiliar as investigações, encontravam-se “congeladas” pelo IPM. A matéria também revelou que integrantes da equipe do Hospital Miguel Couto, onde o capitão Machado foi atendido, afirmaram que ele teria murmurado, sob o efeito da anestesia: *“deu tudo errado...”*. A revista ainda criticou a mudança de postura ocorrida nos meios de comunicação que alteraram as versões apresentadas logo após o atentado. Evidenciava-se, assim, o esforço empreendido pelos militares visando pressionar a imprensa e impedir que dados que comprovassem a culpa dos agentes Rosário e Machado no ato viessem à tona. Quanto a essa mudança de postura, afirmou:

> *“Nesse começo de semana, a TV Globo, que havia mostrado na sexta-feira, dia 1º, à sua audiência nacional dois cilindros alongados, pintados de vermelho, dizendo que eram bombas achadas no Puma explodido, recuou espetacularmente. Em repetidas ocasiões, mostrou de novo os cilindros, para dizer que eram meras granadas de gás lacrimogêneo, à cintura de policiais em volta do Puma. Quarta-feira, dia 6, o jornal O Globo insistiu em manchete, porém, com a versão contrária: ‘Laudo confirma que havia duas bombas no Puma’. Nesse mesmo dia, às 12 horas, o diretor de O Globo foi visto entrando no QG do I Exército, de onde saiu 25 minutos mais tarde. No dia seguinte, nova e oposta manchete: ‘Fontes do I Exército: no Puma só havia a bomba que explodiu’. As duas bombas desatinadas continuaram a pipocar na imprensa[37].”*

Esses não eram os únicos silêncios. É interessante notar que o sargento Rosário, também implicado no atentado à bomba na OAB, fora anteriormente elogiado pela 2ª Seção do Exército (S/2), responsável pelo setor de informações dentro da estrutura militar, pelo êxito de suas operações no DOI do 1° Exército enquanto Auxiliar de Informações[38]. Rosário também recebeu em 1975 a Medalha do Pacificador com Palma[39], condecoração que foi concedida a diversos militares diretamente envolvidos nas operações da repressão[40]. Apesar das mudanças ocorridas nos Destacamentos de Operações de Informações, com a reorganização e diminuição das funções voltadas para informação e para o setor de operações, Rosário permaneceu no órgão e mobilizado no combate à esquerda[41].

Evidenciando o quadro de descontentamento dentro da estrutura da repressão, principalmente entre os membros dos DOI e agentes envolvidos em operações, e relacionando-o com o caso Riocentro, depoimento do general Newton Cruz, chefe da agência central do SNI, ressalta:

> *Os integrantes do DOI-CODI do I Exército estavam inconformados com o abandono que sofriam, a se dedicaram quase exclusivamente às práticas desportivas e exercícios físicos den-*

29. Idem.
30. A bomba do Riocentro explodiu um ano depois: no “show” do 1 de maio do ano passado houve uma ameaça de atentado. ë a revelação do tenente Walchulçk. Outra: a segunda bomba estava lá. Revista IstoÉ. 10/05/1981. Disponível em: http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R01342.pdf.
31. Bomba oculta – coronel foi chantageado no caso Riocentro. Revista IstoÉ. 16/10/1985. Disponível em: http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R05569.pdf.
32. BRASIL. Op. Cit. p.6.
33. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. 6° Relatório Preliminar de Pesquisa: O caso Rio-centro / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 29/04/2014, p.4.
34. A OAS era uma organização paramilitar de extrema direita que atuou na Argélia se opondo à independência do país.
35. Comando Delta nega o atentado do Riocentro. Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro: 25/05/1981.
36. A bomba do Riocentro explodiu um ano depois: no “show” do 1 de maio do ano passado houve uma ameaça de atentado. e a revelação do tenente Walchulçk. Outra: a segunda bomba estava lá. Revista IstoÉ. 25/05/1981. Disponível em: http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R01342.pdf.
37. Bombas, versões e o silêncio. Revista Istoé. 12/05/1981.
38. SANTOS, Vitor Garcia Rodrigues. Caso Riocentro-Terror e violência no processo de abertura política brasileiro. Revista Contemporânea – dossiê 1964-2014: 50 anos depois, a cultura autoritária em questão. Ano 4, n° 5 vol.1 . 2014. Disponível em http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/10_Caso_Rio_Centro_Terror_e_violencia_no_processo_de_abertura_politica_brasileiro.pdf.
39. CASADO, José. Um jantar interrompido: duas bombas e um sargento morto - No amanhecer de 1º de maio, a cena do crime no Riocentro estava “limpa”. Disponível em http://oglobo.globo.com/brasil/um-jantar-interrompido-duas-bombas-um-sargento-morto-12033413 .
40. JOFFILY, Mariana; CHIRIO, Maud. A repressão condecorada: a atribuição da Medalha do Pacificador a agentes do aparato de segurança (1964-1985). História Unisinos, v. 18, n. 3, p. 440-451, 2014.
41. SANTOS, op. cit.

tro do aquartelamento. Parecia não valer mais o que antes lhes haviam ensinado como o correto modo de agir e ninguém se preocupara em esclarecer as razões da mudança. Entregues aos seus próprios pensamentos e a troca de ideias que faziam entre si, estavam inclinados a agir por conta própria. Aquele show comemorativo do Primeiro de Maio, com os esquerdistas e contestadores nele envolvidos, seria uma boa oportunidade de marcar presença, demonstrar que não estavam mortos[42]*."*

O General Octávio Medeiros, chefe do SNI à época do atentado, confirmando o envolvimento dos militares, afirmou em declarações prestadas no livro 1964: 31 de março o movimento revolucionário e a sua história[43], que:

> *"Entretanto, mesmo com as recomendações, o Capitão resolveu fazer a besteira. O Sargento apanhou a bomba que o carpinteiro havia preparado, colocou no carro e o grupo dirigiu-se ao Riocentro. Deixaram o carro no estacionamento principal, depois saíram, foram explorar o local onde iriam colocar a bomba, mas resolveram voltar para casa*[44]*."*

O carpinteiro mencionado no depoimento de Otávio Medeiros também figura nas declarações prestadas pelo coronel Alberto Fortunato[45]. Segundo Fortunato, Hilário José Corrales fora o artífice da bomba que explodiu naquele dia. Corrales é apresentado como membro ativo do denominado Grupo Secreto, possuindo contatos e prestígio no meio militar, inclusive junto ao Almirante Silvio Heck[46].

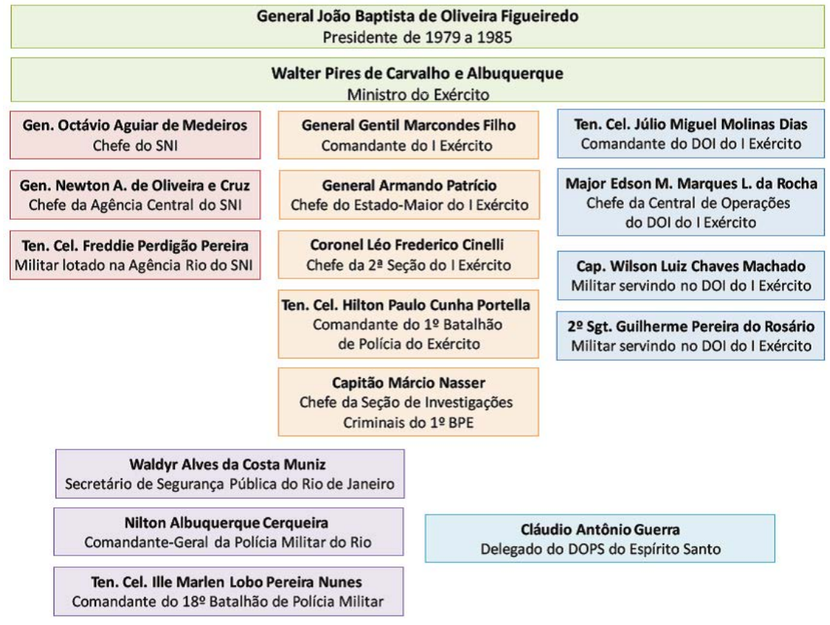
42. SANTOS, Vitor Garcia Rodrigues.Caso Riocentro-Terror e violência no processo de abertura política brasileiro. Revista Contemporânea – dossiê 1964-2014: 50 anos depois, a cultura autoritária em questão. Ano 4, n° 5 vol.1. 2014. Disponível em:http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/10_Caso_Rio_Centro_Terror_e_violencia_no_processo_de_abertura_politica_brasileiro.pdf.
43. MOTTA, Aricildes de Moraes (Coordenação Geral). 1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história. Biblioteca do Exército Editora, 2003.
44. Idem.
45. ARGOLO, et. al. Op cit. p.264
46. ARGOLO, José; RIBEIRO, Kátia; FORTUNATO, Luiz Alberto Machado. A direita explo-siva no Brasil. Mauad Editora Ltda, 1996, p.264.

Ao longo dos anos, diversas tentativas de reabertura do caso se sucederam. Membros da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, à época presidida pelo deputado Hélio Bicudo, colheram depoimentos de testemunhas e de pessoas envolvidas no episódio. Essa iniciativa levou à solicitação da reabertura do caso, que foi recebida pela subprocuradora Gilda Pereira de Carvalho Berger, em 1996.

O então procurador-geral da República Geraldo Brindeiro encaminhou o pedido de investigação ao Ministério Público Militar. No ano seguinte, foi solicitada a abertura de um novo Inquérito Policial Militar tendo em vista as novas provas levantadas, dentre elas, as declarações do general Newton Cruz prestadas à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Em 10 de junho de 1999, foi instaurado IPM, tendo como encarregado o general de divisão Sérgio Ernesto Alves Conforto. Esse segundo IPM foi de extrema relevância ao apontar o envolvimento dos dois agentes do DOI, do coronel Freddie Perdigão Pereira e do civil Hilário Corrales. Em maio de 1999, o caso, entretanto, foi arquivado pelo Superior Tribunal Militar, que enquadrou, de modo surpreendente e controvertido, um fato ocorrido em 1981 na Lei da Anistia, de 1979.

O IPM instaurado em 1999 trouxe à tona a afirmação de Newton Cruz, de que ele ficara sabendo antes do ataque terrorista ao Riocentro por meio de uma ligação efetuada para o coronel Ari Pereira de Carvalho, chefe da seção de operações da Agência Central do SNI, pelo coronel Freddie Perdigão Pereira, chefe da Seção de Operações do SNI, no Rio de Janeiro. Confirma-se assim, a vinculação da ação não somente ao DOI, mas também ao Serviço Nacional de Informações, configurando uma trama muito complexa e que evidencia o envolvimento dos altos escalões da hierarquia militar e de setores civis em atos de terrorismo.

Em 2012, a CNV obteve acesso a documentos que estavam em poder do ex-comandante do DOI, coronel Júlio Miguel Molinas Dias e que apresentaram novas provas sobre o caso Riocentro, tornando possível desvendar a articulação existente entre o DOI-CODI, o SNI, policiais e civis. Confirmando essa ligação entre diversos setores ligados à repressão, além do apoio recebido por civis, a agenda telefônica do sargento Rosário, analisada pelos jornalistas Chico Otávio e Alessandra Duarte, revelou parte da rede por trás dos atentados[47]. Segundo os jornalistas, o caderno possuía contatos de quatro integrantes do chamado Grupo Secreto, ao qual o coronel Alberto Fortunato e o marceneiro Hilário Corrales pertenciam, entre eles, o aviador Leuzinger Marques Lima, o general-médico Camilo Borges de Castro e o coronel Freddie Perdigão Pereira. Além deles, comprovando uma ampla articulação, havia nomes ligados à Secretaria de Segurança, à Polícia Militar e à Polícia Civil, como o delegado Sérgio Farjalla. Apesar de a caderneta telefônica ter sido recolhida à época, somente em 2000 o objeto foi periciado, revelando que os encarregados do primeiro inquérito atuaram no sentido de não permitir que essas ligações viessem à tona.



Cadeia de Comando dos envolvidos no atentado frustrado do Riocentro
Crédito: Acervo Comissão Nacional da Verdade

47. ARGOLO, José; RIBEIRO, Kátia; FORTUNATO, Luiz Alberto Machado. A direita explosiva no Brasil. Mauad Editora Ltda, 1996, p. 217.

No relatório publicado pela CNV[48] fica evidente a articulação realizada no intuito de encobrir a apuração do caso e revela o envolvimento de diversos setores da estrutura militar, confirmando que o alto comando militar tinha conhecimento do atentado e comprovando o acobertamento das circunstâncias e dos autores do caso. Segundo o relatório, a cadeia de comando militar à época dos fatos era:

A postura de omissão e cumplicidade do Estado frente aos atentados

A postura omissiva e cúmplice do Estado brasileiro não se restringiu às investigações dos casos da OAB e do Riocentro. A polícia política possuía um mapeamento dos grupos de extrema direita atuantes no Rio de Janeiro. No entanto, não há notícias de operações que visassem o seu desmantelamento. Documentos localizados no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro revelam que o DOPS encontrava-se atento aos atos terroristas que vinham sendo praticados desde a edição da Lei de Anistia. Nesse sentido, elaborou um relatório datado de 08 de setembro de 1980, acerca dos "atentados terroristas perpetrados, na área metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, por grupos clandestinos"[49].

Entre os grupos identificados, inclusive com nomes de participantes, encontravam-se: Clube da Lanterna, representado por Fidelis dos Santos Amaral Netto; Movimento Anticomunista (MAC), que no documento aparecia relacionado ao coronel Gustavo Borges e "ao pessoal da Aeronáutica que fez a rebelião de Jacareacanga" e como tendo se dissolvido e reaparecido ligado à Frente Universitária Renovadora (FUR), com membros desconhecidos; Comando de Caça aos Comunistas (CCC) atuante em São Paulo e Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP).

Continuando o levantamento, a Aliança Anticomunista Brasileira (AAB), segundo o documento, teria efetuado o atentado à bomba à ABI, teria colocado uma bomba na Sala de Juramentos da OAB em 19 de agosto de 1975, realizado o sequestro do Bispo de Nova Iguaçu, D. Adriano Hypólito, a explosão de um carro em 22 de setembro de 1976, comandado a explosão de uma bomba no jornal Opinião em 14 de novembro de 1976 e efetuado atentado à Editora Civilização Brasileira, em 05 de dezembro de 1976. Também consta da lista a chamada Brigadas Anticomunistas Tenente Mendes (BAC-TM), a Vanguarda de Caça aos Comunistas (VCC), indicada como responsável pelos atentados ao altar da Igreja da Matriz de Santo Antônio de Jacutinga, em Nova Iguaçu, pelos atentados à OAB e à Câmara dos Vereadores, no dia 27 de agosto de 1980, e pela colocação, no dia seguinte, de uma carta-bomba na SUNAB.

Na relação ainda aparecem a Falange Pátria Nova, indicada como autora dos ataques a bancas de jornais a partir de março de 1980, das bombas na Editora Convergência Ltda., em 29 de março de 1980; da bomba na redação do jornal A Hora do Povo, no dia seguinte; e do atentado ao Tribuna Operária, no dia 27 de agosto de 1980, mesma data dos atentados à OAB e à Câmara dos Vereadores. A conclusão do relatório propõe a coleta de informações como o meio mais eficaz para combater este tipo de terrorismo.

O documento que segue o relatório[50], acerca das investigações sobre a bomba que feriu gravemente José Ribamar, assessor do vereador Antônio Carlos, em 27 de agosto de 1980, insinua que o vereador poderia ser o culpado pela explosão da bomba. Nesse sentido, é levantada a hipótese de que o assessor José Ribamar pudesse estar, na verdade, montando o artefato que explodiu. A culpa, nesse caso, seria da própria vítima.

O acobertamento havido nestes casos torna-se evidente quando, após o atentado, o chefe do Gabinete Civil, general Golbery do Couto Silva, escreveu ao presidente João Figueiredo, comentando os atentados que vinham ocorrendo no período:

> *"O lamentável caso do Riocentro, em sequencia a outros episódios de menor relevância (bancas de jornais, Tribuna da Imprensa, atentado contra o deputado Genival Tourinho, em Brasília, etc.) ou gravidade muito maior (OAB), tem evoluído de maneira até mesmo mais favorável e discreta do que se poderia esperar ao começo. Tudo indica que o IPM, não divulgado ainda, mas do qual a nota dada à imprensa pelo encarregado – bem lançada, aliás – parece dar ideia satisfatória, substanciará as conclusões finais de ter havido crime na área de competência da Justiça Militar, mas de não existirem elementos suficientes à indicação dos culpados[51]."*

Os grupos de extrema direita, que visavam gerar instabilidade política e forçar os rumos do regime no sentido do acirramento da repressão, mantinham a preocupação de evitar que a autoria fosse completamente identificada. Isso se justifica pela presença de eminentes nomes do governo envolvidos nos atos terroristas e também ajuda a entender o porquê de as investigações, quando iniciadas, quase nunca resultarem em respostas objetivas. O coronel Alberto Fortunato, explicita essa preocupação ao comentar a onda de atentados ocorridos em 1968. Em resposta a um oficial do CIE, que questionou o envolvimento do chamado "Grupo Secreto" em uma operação naquele ano, afirmou:

> *"Respondi afirmativamente e a história foi esquecida. Isso comprova que, mesmo para os agentes do CIE que integravam o nosso Grupo, não havia qualquer interesse em divulgar a autoria dos "trabalhos". O sigilo era nossa principal vantagem e, enquanto operamos, houve apenas um instante de apreensão: foi quando a mulher de um capitão (nome não revelado), indignada porque o marido passava algumas noites da semana fora de casa, ameaçou denunciar o que sabia à polícia. De todo modo nós tomávamos cuidados para evitar que as desconfianças fossem comprovadas.[52]"*

A partir das investigações realizadas pela CEV-Rio, com a colaboração do projeto de pesquisa "Justiça Autoritária? O Judiciário do Rio de Janeiro e a Ditadura Militar (1964-1988)" é possível perceber que, apesar da multiplicidade de denominações das organizações de extrema-direita, elas todas se apresentam unidas por um eixo ideológico. Os círculos em que atuavam militares e civis com a conivência do Estado, podiam ou não se tangenciar, mas a presença desses grupos se fez notória ao longo de toda a ditadura.

Cabe ressaltar que o coronel Paulo Malhães do CIE confessou ter participado do Movimento Anticomunista[53]. Assim, a presença desses grupos não se restringia somente à realização de atentados. A ideologia anticomunista, que ligava as diversas organizações, encontrava-se disseminada por todo o aparato repressor e se transformou em ações brutais, como as que se sucederam na Casa de Petrópolis.

48. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. 6° Relatório Preliminar de Pesquisa: O caso Riocentro. 29/04/2014, p. 14.
49. APERJ. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Terrorismo. Notação 19-A.
50. Idem.
51. O Bruxo fez sua última arte. Revista Veja. 23/09/1987, p.20-21.
52. ARGOLO, et. al. Op cit. p.251-252.
53. ARGOLO, José; RIBEIRO, Kátia; FORTUNATO, Luiz Alberto Machado. A direita explosiva no Brasil. Mauad Editora Ltda, 1996, p.251-252.

Confirmando essa articulação em ações de natureza variada, uma notícia veiculada na imprensa em 03 de julho de 1985 revelou, de acordo com o que sustentava os depoimentos do coronel Dickson Graell [54], que os casos Riocentro e do assassinato do escritor e jornalista Alexandre Baumgartem, em outubro de 1982, estavam relacionados. Na notícia, que menciona a vinculação dos eventos e sua articulação com a estrutura repressiva, aparece inclusive o nome do coronel Paulo Malhães, como se vê a seguir:

> *"Malhães era chefe de operações do DOI-Codi no Rio de Janeiro durante o final dos anos 60 e início da década de 70, época em que angariou a fama de frio torturador, conhecido como Doutor Pablo. Espécie de 'livre atirador', agia com bastante desenvoltura dentro dos quadros policiais, usando inclusive recursos da polícia civil para as 'operações militares' de sequestro e tortura de estudantes e lideranças políticas. Seu episódio mais conhecido, porém, foi o sequestro de D. Adriano Hipólito, o Bispo de Nova Iguaçu, efetuado com a participação de outra sinistra personalidade da repressão policial, o coronel [José Ribamar] Zamith[55]."*

Essa articulação também foi evidenciada no jornal Tribuna da Imprensa, em que é denunciada a existência de sítios de treinamento utilizados pela extrema-direita em Jacarepaguá, revelando uma continuidade das estratégias utilizadas no pré-golpe. Segundo a matéria:

> *"Foi num sítio, em Jacarepaguá, que a equipe "Falcão", comandada pelo Dr. Charles (codinome do capitão Wilson Machado) treinou a "Operação Clave de Sol", planejada para fazer explodir bombas no Riocentro, na noite de 30 de abril de 1981 (...) No sítio de Manoel Português, foram planejadas e treinadas as principais aventuras da extrema direita clandestina, como as cartas-bombas que em agosto de 1980, mataram a secretária da Ordem dos Advogados do Brasil, Lyda Monteiro da Silva, e feriram o funcionário da Câmara Municipal, José Ribamar Sampaio de Freitas. (...) Segundo suspeitas do coronel Dickson Graell, principal municiador das investigações sobre o 'Caso Baumgarten', os assassinos do jornalista também passaram pelo sítio[56]."*

O caso do jornalista Alexandre Von Baumgarten também representou a impunidade existente até nos crimes contra os aliados, com a chamada queima de arquivo. Ligado à comunidade de informações, ele foi "escolhido" pelos militares para ressuscitar a revista Cruzeiro, que, após atingir tiragem de até 850 mil exemplares, afundou-se em dívidas. A ideia era usá-la na defesa do governo militar. Para tal, se dispuseram a parcelar as dívidas junto a órgãos oficiais, como o INSS, além de rolar as existentes junto a bancos, fornecedores e empregados. Paralelamente, haveria aporte do BNDES e pressão da comunidade de segurança junto às agências de publicidade, em busca de anúncios para manter a publicação[57].

O acerto, em 1979, não gerou o efeito desejado, mas Baumgarten continuou pressionando por ajuda. Passou a ser um aliado perigoso na medida em que ameaçava divulgar o que sabia. O jornalista, entretanto, tinha conhecimento que corria riscos de vida. Em janeiro de 1981, distribuiu a 10 conhecidos dossiês nos quais narrava os acordos com o SNI e responsabilizava os generais Newton de Oliveira Cruz, chefe da Agência Central do SNI, e Octávio Medeiros, ministro chefe do SNI por qualquer coisa que viesse a lhe acontecer.

No dia 13 de outubro de 1982, Baumgarten, sua mulher Jeanette Yvone Hansen e o barqueiro Manoel Augusto Valente Pires, dono da traineira Mirimi, foram para as Ilhas Cagarras. Ele só reapareceu, morto com dois tiros na cabeça e o corpo deformado pelos peixes, no dia 25, na praia da Macumba, no extremo oeste do litoral. Sua mulher, o barqueiro e a embarcação jamais foram encontrados. O general Newton Cruz foi absolvido em Júri Popular por falta de provas.

No depoimento que prestou à CEV-Rio, o coronel Paulo Malhães, responsabilizou diretamente o seu colega de CIE, coronel Freddie Perdigão, àquela altura no SNI, pelo assassinato, que teria sido feito a mando do coronel Newton Cruz, o Nini: "Nini mandou ele fazer bem feito. E eu disse que ele resolveu fazer à moda dos piratas, né? Com embarcação, ataca a outra, dá tiros na outra. Sacaneei ele para burro..."[58].

Perdigão o atacou em pleno mar com outra lancha, o que Malhães classificou de ataque pirata. O corpo caiu n'água e não conseguiram recuperá-lo. A morte não foi por afogamento. No necrotério, tentaram mudar a identificação, trocando a etiqueta que amarram aos dedos. Daí a confusão narrada, à época, pelo jornalista Xico Vargas de *Veja*:

> *"a consulta do IML ao Instituto Félix Pacheco, sobre a identificação datiloscópica do cadáver, teve como resposta que as impressões colhidas de seus dedos correspondiam às do cearense Tarcísio Ferreira de Moura, 46 anos e extensa folha de antecedentes criminais. Na tarde de sexta-feira (28/01), o diretor do IML, Ivan Nogueira Bastos, esclareceu o equívoco. Ambos haviam sido recolhidos pelo mesmo rabecão e levados para o IML, onde foram colhidos nos dedos do cadáver de Tarcísio, os sinais digitais para a ficha do jornalista, que já tivera as extremidades destruídas pelos peixes[59]."*

Nas explicações de Malhães, porém, a troca não foi casual, mas proposital, na tentativa dos militares de esconderem a identificação de Baumgarten. O caso Baumgarten jamais foi completamente solucionado. A partir dos levantamentos documentais e depoimentos colhidos pela CEV-Rio, é possível inferir que os grupos responsáveis pelos atentados à bomba, neste capítulo indicados, estiveram também envolvidos no assassinato do jornalista Alexandre Von Baumgarten.

A omissão ou conivência do Estado brasileiro fica evidente quando se observa que os inquéritos abertos para investigar os grupos de extrema direita não levaram à identificação ou punição dos envolvidos, demonstrando um verdadeiro acobertamento por parte dos militares no poder. O Estado permitiu que esses grupos atuassem com a garantia de impunidade e aceitou a sua existência durante todo o regime militar, favorecendo suas múltiplas articulações e ações terroristas.

54. O Coronel Dickson Graell participou do movimento de Aragarças, junto a João Paulo Moreira Burnier e a Alberto Fortunato(CHIRIO, Op. Cit. p.7). À época do atentado do Riocentro, o coronel foi demitido do cargo de Chefe de Segurança do Riocentro dias antes das explosões acontecerem. Em meados da década de 1980, Graell lançou o livro "Aventura, Corrupção, Terrorismo – À Sombra da Impunidade" em que acusa o DOI-CODI pela explosão dos artefatos.
55. Dickson Grael liga o caso Baumgarten ao do Riocentro. Jornal do País. 30/07/1985. Disponível em: http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R05212.pdf
56. Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro: 14/10/1985, p.1-2.
57. GASPARI. Op. Cit. p. 113-116.
58. GASPARI, Elio. A ditadura encurralada. Editora Intrinseca, 2014. p.113-116.
59. VARGAS, Xico. O corpo do cemitério São Paulo. Revista Veja. Edição nº 752, p.22-23.

Capítulo 16 - MORTOS E DESAPARECIDOS

Neste relatório, a Comissão da Verdade do Rio trata extensiva e detalhadamente dos crimes praticados pela ditadura militar ao longo de seus 21 anos de vigência. Violências contra os mais elementares direitos dos cidadãos brasileiros nos mais diversos níveis. Entre todos os crimes praticados, a ditadura deixou uma herança sinistra de mortos e desaparecidos. São homens e mulheres que tiveram suas vidas destruídas na luta política, movidos por seus ideais de transformação social do país. Combateram o bom combate. A leitura de seus nomes evoca lembranças, incomoda. Até hoje seus familiares esperam e exigem uma reparação e o reconhecimento do Estado brasileiro. Muitos deles se tornaram desaparecidos, esta trágica figura jurídica criada pelo regime de desaparecimento forçado. Ao matar e fazer desaparecer corpos, a ditadura cometeu crimes que jamais prescreverão. Para a sociedade, para as cortes internacionais e para seus familiares. São crimes que passam de uma geração para outra, como estão a nos exigir agora seus filhos e netos, que se organizaram em grupos e associações para não deixar que prescrevam ou sejam esquecidos.

A lista abaixo apresenta cento e sessenta e três nomes de mortos e desaparecidos políticos, naturais do estado do Rio de Janeiro, ou cujas mortes e desaparecimentos ocorreram no território do estado entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Três fontes foram fundamentais para a sua elaboração: Direito à memória e à verdade, livro-relatório da CEMDP; Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985), elaborado pela Comissão de Familiares; e Relatório da Comissão Nacional da Verdade. A CEV-Rio contemplou todos os casos deferidos pela CEMDP, inclusive aqueles constantes no anexo da Lei 9.140/1996, bem como os apresentados pela CNV no volume III de seu Relatório, sempre que ocorridos no Rio de Janeiro ou perpetrados contra pessoas nascidas no estado. Dois dos casos relacionados no Dossiê ditadura (Ântônio Carlos Silveira Alves, Luiz Affonso Miranda da Costa Rodrigues) não constam nesta lista por não ter sido possível caracterizar a responsabilidade do Estado em suas mortes.

A partir das investigações realizadas ao longo de seus trabalhos, a CEV-Rio acrescentou às listagens, anteriormente produzidas por outros órgãos oficiais, novos casos de vítimas fatais da ditadura. Com fundamento na pesquisa "O 1º Batalhão de Infantaria Blindada do Exército e a repressão no Sul Fluminense", realizada pela UFF/Volta Redonda, e nas investigações levadas a cabo pela Comissão da Verdade de Volta Redonda, foram incluídos os nomes dos quatro soldados – Geomar Ribeiro da Silva, Wanderlei de Oliveira, Juarez Monção Virote e Roberto Vicente da Silva – torturados e mortos no interior do 1º BIB, em 1972. Ainda, com base na pesquisa "Conflitos e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)", desenvolvida pelo CPDA/UFRRJ, foram acrescentados 15 casos de camponeses mortos ou desaparecidos[1], por ação ou omissão do Estado, no período de 1946 a 1988. Informações detalhadas sobre esses casos podem ser consultadas, respectivamente, no capítulo 19 (Locais de prisão e tortura), no texto sobre o 1º BIB, e no capítulo 5 (Violência e repressão no campo)

A lista identifica o nome da vítima; sua naturalidade; organização política, quando pertinente; a qualificação de morto, desaparecido ou morto vítima de desaparecimento (quando o corpo foi posteriormente localizado); a data da morte ou desaparecimento; o município, o Estado e o local específico em que a pessoa foi morta ou vista pela última vez antes de desaparecer. Os casos são apresentados na ordem cronológica da morte ou desaparecimento.

O rol de vítimas aqui exposto não é definitivo. Trata-se de uma lista aberta e em permanente construção. As investigações das graves violações de direitos humanos perpetradas entre 1946 e 1988 merecem ter continuidade. A produção de um quadro mais consolidado de informações sobre a repressão no período ditatorial abrirá caminho para a identificação de um número ainda maior de mortos e desaparecidos políticos, especialmente no que se referem às violações perpetradas contra camponeses e indígenas, vítimas da ditadura ainda "desconhecidas" pela história.

1. São eles: Amâncio Bonifácio da Cruz; Vitório da Cruz; Augusto Rodrigues de Souza; Benício Gomes de Oliveira; Cecílio Alves Sttelet; Concelsa dos Santos Silva; Ivo Alves; José Ferreira Nunes Filho; José Teodoro (José Matias); Jotaci Teixeira da Silva; Manoel Mangueira; Mário Vaz; Nilson Diogo; Sebastião Lan e Daniel Nunes.

1. José Teodoro
Naturalidade: desconhecido
Organização ou atividade política: N/A*
Data da morte: 1953
Município e Estado da morte: Nova Iguaçu (RJ)
Local específico da morte: Nova Aurora

2. Labibe Elias Abduch
Naturalidade: Síria
Organização ou atividade política: N/A
Data da morte: 01/04/1964
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: Hospital Souza Aguiar

3. Ari de Oliveira Mendes Cunha
Naturalidade: desconhecido
Organização ou atividade política: N/A
Data da morte: 01/04/1964
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: Hospital Souza Aguiar

4. Antolgido Pascoal Viana
Naturalidade: Itacoatiara (MA)
Organização ou atividade política: Federação Nacional dos Estivadores
Data da morte: 08/04/1964
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: Hospital do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Trabalahdores de Cargas (IAPETC)

5. João Barcellos Martins
Naturalidade: Campos
Organização ou atividade política: Partido Socialista Brasileiro
Data da morte: 11/04/1964
Município e Estado da morte: Niterói (RJ)
Local específico da morte: desconhecido

6. Edu Barreto Leite
Naturalidade: Dom Pedrito (RS)
Organização ou atividade política: N/A
Data da morte: 13/04/1964
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: Hospital Souza Aguiar

*N/A = não se aplica

7. José de Souza
Naturalidade: Desconhecida
Organização ou atividade política: Sindicato dos Ferroviários do Rio de Janeiro
Data da morte: 17/04/1964
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: DOPS/GB

8. Manoel Alves de Oliveira
Naturalidade: Aquidabã (SE)
Organização ou atividade política: N/A
Data da morte: 08/05/1964
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: Hospital Central do Exército

9. Dilermano Mello do Nascimento
Naturalidade: Desconhecida
Organização ou atividade política: N/A
Data da morte: 15/08/1964
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: 4º andar do Ministério da Justiça

10. Newton Eduardo de Oliveira
Naturalidade: Recife (PE)
Organização ou atividade política: Federação Nacional dos Trabalhadores na Indústria Gráfica e Partido Comunista Brasileiro (PCB)
Data da morte: 01/09/1964
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: residência

11. Israel Tavares Roque
Naturalidade: Nazaré das Farinhas (BA)
Organização ou atividade política: Partido Comunista Brasileiro (PCB)
Data do desaparecimento: 15/11/1964
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico do desaparecimento: Estação Ferroviária Central do Brasil

12. Divo Fernandes D'Oliveira
Naturalidade: Tubarão (SC)
Organização ou atividade política: Partido Comunista Brasileiro (PCB)
Data do desaparecimento: 1964-1965
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico do desaparecimento: Penitenciária Professor Lemos Brito

13. Severino Elias de Mello
Naturalidade: Espírito Santo (PB)
Organização ou atividade política: N/A
Data da morte: 30/07/1965
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: Base Aérea do Galeão

14. Mário Vaz
Naturalidade: Desconhecida
Organização ou atividade política: N/A
Data da morte: novembro de 1965
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: Fazenda Mato Alto

15. José Sabino
Naturalidade: Desconhecida
Organização ou atividade política: N/A
Data da morte: 19/05/1966
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: lugar público

16. Edson Luiz Lima Souto
Naturalidade: Belém (PA)
Organização ou atividade política: movimento estudantil
Data da morte: 28/03/1968
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: proximidade do restaurante Calabouço, no Centro

17. David de Souza Meira
Naturalidade: Nanuque (MG)
Organização ou atividade política: N/A
Data da morte: 01/04/1968
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: Avenida Nilo Peçanha, Centro

18. Jorge Aprígio de Paula
Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)
Organização ou atividade política: movimento estudantil
Data da morte: 01/04/1968
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: Rua General Canabarro, Maracanã

19. Maria Ângela Ribeiro
Naturalidade: Desconhecida
Organização ou atividade política: N/A
Data da morte: 21/06/1968
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: Rua México ou Quartel General da Polícia Militar ou Hospital Pandiá Calógenas

20. Fernando da Silva Lembo
Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)
Organização ou atividade política: N/A
Data da morte: 01/07/1968
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: Hospital Souza Aguiar

21. Manoel Rodrigues Ferreira
Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)
Organização ou atividade política: N/A
Data da morte: 05/08/1968
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: Hospital Samaritano

22. Cloves Dias de Amorim
Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)
Organização ou atividade política: movimento estudantil
Data da morte: 23/10/1968
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: via pública, centro do Rio de Janeiro

23. Catarina Helena Abi-Eçab
Naturalidade: São Paulo (SP)
Organização ou atividade política: Ação Libertadora Nacional (ALN)
Data da morte: 08/11/1968
Município e Estado da morte: Vassouras (RJ)
Local específico da morte: via pública, Rodovia BR 116, quilômetro 69, próximo à Vassouras

24. João Antônio Santos Abi-Eçab
Naturalidade: São Paulo (SP)
Organização ou atividade política: Ação Libertadora Nacional (ALN)
Data da morte: 08/11/1968
Município e Estado da morte: Vassouras (RJ)
Local específico da morte: via pública, Rodovia BR 116, quilômetro 69, próximo à cidade de Vassouras

25. Luiz Paulo da Cruz Nunes
Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)
Organização ou atividade política: movimento estudantil
Data da morte: 22/11/1968
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: Hospital Universitário Pedro Ernesto

26. Luiz Carlos Augusto
Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)
Organização ou atividade política: movimento estudantil
Data da morte: 23/10/1968
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: Edifício nº 82, Avenida Presidente Vargas, Praça Onze

27. Marcos Antônio Bráz de Carvalho
Naturalidade: Angra dos Reis (RJ)
Organização ou atividade política: Ação Libertadora Nacional (ALN)
Data da morte: 28/01/1969
Município e Estado da morte: São Paulo (SP)
Local específico da morte: Rua Fortunato, nº 291, São Paulo (SP)

28. Paulo Torres Gonçalves
Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)
Organização ou atividade política: N/A
Data do desaparecimento: 26/03/1969
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico do desaparecimento: desconhecido

29. Severino Viana Colou
Naturalidade: Caruaru (PE)
Organização ou atividade política: Comando de Libertação Nacional (COLINA)
Data da morte: 24/05/1969
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: Quartel da 1ª Cia de Polícia de Exército da Vila Militar

30. Sebastião Gomes dos Santos
Naturalidade: Desconhecida
Organização ou atividade política:

Comando de Libertação Nacional (COLINA)
Data da morte: 30/05/1969
Município e Estado da morte: Cachoeiras de Macacu (RJ)
Local específico da morte: bairro de Sapucaia

31. Reinaldo Silveira Pimenta
Naturalidade: Niterói (RJ)
Organização ou atividade política: Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8)
Data da morte: 27/06/1969
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: Hospital Miguel Couto

32. Geraldo Bernardo da Silva
Naturalidade: desconhecida
Organização ou atividade política: Comitê Sindical dos Ferroviários da Estrada de Ferro Central do Brasil
Data da morte: 17/07/1969
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: Edifício da Central do Brasil, Centro

33. Roberto Cietto
Naturalidade: Pederneiras (SP)
Organização ou atividade política: Movimento de Ação Revolucionária (MAR)
Data da morte (vítima de desaparecimento forçado): 04/09/1969
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: 1º Batalhão de Polícia do Exército, na Rua Barão de Mesquita

34. Eremias Delizoicov
Naturalidade: São Paulo (SP)
Organização ou atividade política: Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)
Data do desaparecimento: 16/10/1969
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico do desaparecimento: Rua Toropi, nº 59, Vila Cosmos

35. Chael Charles Schreier
Naturalidade: São Paulo (SP)
Organização ou atividade política: Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares)
Data da morte: 22/11/1969
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: Quartel da 1ª Cia da Polícia do Exército da Vila Militar

36. Marcos Antônio da Silva Lima
Naturalidade: João Pessoa (PB)
Organização ou atividade política: Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)
Data da morte: 14/01/1970
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: DOI-CODI/RJ

37. Mário Alves de Souza Vieira
Naturalidade: Sento Sé (BA)
Organização ou atividade política: Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)
Data do desaparecimento: 17/01/1970
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico do desaparecimento: DOI-CODI/RJ

38. José Roberto Spiegner
Naturalidade: Barra do Piraí (RJ)
Organização ou atividade política: Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8)
Data da morte: 17/02/1970
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: desconhecido

39. Juares Guimarães de Brito
Naturalidade: Belo Horizonte (MG)
Organização ou atividade política: Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)
Data da morte: 19/04/1970
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: Hospital Souza Aguiar

40. Joelson Crispim
Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)
Organização ou atividade política: Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)
Data do desaparecimento: 22/04/1970
Município e Estado do desaparecimento: São Paulo (SP)
Local específico do desaparecimento: Casa de Saúde Dom Pedro II

41. Eiraldo de Palha Freire
Naturalidade: Belém (PA)
Organização ou atividade política: Ação Libertadora Nacional (ALN)
Data da morte: 04/07/1970
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: Hospital da Aeronáutica do Galeão

42. Jorge Leal Gonçalves Pereira
Naturalidade: Salvador (BA)
Organização ou atividade política: Ação Popular (AP)
Data do desaparecimento: 20/10/1970
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico do desaparecimento: DOI-CODI/RJ

43. Celso Gilberto de Oliveira
Naturalidade: Porto Alegra (RS)
Organização ou atividade política: Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)
Data do desaparecimento: 30/12/1970
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico do desaparecimento: desconhecido

44. Aldo de Sá Brito Souza Neto
Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)
Organização ou atividade política: Ação Libertadora Nacional (ALN)
Data da morte: 07/01/1971
Município e Estado da morte: Belo Horizonte (MG)
Local específico da morte: desconhecido

45. Rubens Beirodt Paiva
Naturalidade: Santos (SP)
Organização ou atividade política: Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)
Data do desaparecimento: 20/01/1971
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico do desaparecimento: DOI-CODI/RJ

46. Aderval Alves Coqueiro
Naturalidade: Aracatu (BA)
Organização ou atividade política: Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT)
Data da morte: 06/02/1971
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: residência

47. José Dalmo Guimarães Lins
Naturalidade: Maceió (AL)
Organização ou atividade política: Partido Comunista Brasileiro (PCB)
Data da morte: 11/02/1971
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: residência

48. Antônio Joaquim de Souza Machado
Naturalidade: Papagaios (MG)
Organização ou atividade política: Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (VAR - Palmares)
Data do desaparecimento: 15/02/1971
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico do desaparecimento: Casa da Morte de Petrópolis

49. Carlos Alberto Soares de Freitas
Naturalidade: Belo Horizonte (MG)
Organização ou atividade política: Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (VAR - Palmares)
Data do desaparecimento: 15/02/1971
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico do desaparecimento: Casa da Morte de Petrópolis

50. Joel Vasconcelos Santos
Naturalidade: Nazaré das Farinhas (BA)
Organização ou atividade política: Partido Comunista do Brasil (PCdoB)
Data do desaparecimento: 15/03/1971
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico do desaparecimento: DOI-CODI/RJ

51. Gerson Theodoro de Oliveira
Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)
Organização ou atividade política: Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)
Data da morte: 22/03/1971

Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: DOI-CODI/RJ

52. Mauricio Guilherme da Silveira
Naturalidade: Itaipava (RJ)
Organização ou atividade política: Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)
Data da morte: 22/03/1971
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: DOI-CODI/RJ

53. Mário de Souza Prata
Naturalidade: Cantagalo (RJ)
Organização ou atividade política: Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8)
Data do desaparecimento: 02/04/1971
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico do desaparecimento: Rua Niquelândia, no bairro de Campo Grande

54. Marilena Villas Boas Pinto
Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)
Organização ou atividade política: Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8)
Data da morte: 03/04/1971
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: Hospital Central do Exército

55. Stuart Edgar Angel Jones
Naturalidade: Salvador (BA)
Organização ou atividade política: Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8)
Data do desaparecimento: 14/05/1971
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico do desaparecimento: Base aérea do Galeão

56. Ivan Mota Dias
Naturalidade: Passa Quatro (MG)
Organização ou atividade política: Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)
Data do desaparecimento: 15/05/1971
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico do desaparecimento: desconhecido

57. Mariano Joaquim da Silva
Naturalidade: Timbaúba (PE)
Organização ou atividade política: Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (VAR - Palmares)
Data do desaparecimento: 31/05/1971
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico do desaparecimento: Casa da Morte de Petrópolis

58. José Gomes Teixeira
Naturalidade: Maceió (AL)
Organização ou atividade política: Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8)
Data do desaparecimento: 23/06/1971
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico do desaparecimento: Base aérea do Galeão

59. Heleny Ferreira Telles Guariba
Naturalidade: Bebedouro (SP)
Organização ou atividade política: Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) / Ação Libertadora Nacional (ALN)
Data do desaparecimento: 12/07/1971
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico do desaparecimento: Casa da Morte Petrópolis

60. Paulo de Tarso Celestino da Silva
Naturalidade: Morrinhos (GO)
Organização ou atividade política: Ação Libertadora Nacional (ALN)
Data do desaparecimento: 12/07/1971
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico do desaparecimento: Casa da Morte Petrópolis

61. Walter Ribeiro Novaes
Naturalidade: desconhecida
Organização ou atividade política: Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)
Data do desaparecimento: 12/07/1971
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico do desaparecimento: desconhecido

62. Daniel Nunes
Naturalidade: Itaperuna (RJ)
Organização ou atividade política: N/A
Data do desaparecimento: agosto de 1971
Município e Estado do desaparecimento: desconhecido
Local específico do desaparecimento: desconhecido

63. Francisco das Chagas Pereira
Naturalidade: Sumé (PB)
Organização ou atividade política: Partido Comunista Brasileiro (PCB)
Data do desaparecimento: 05/08/1971
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico do desaparecimento: desconhecido

64. José Raimundo da Costa
Naturalidade: Recife (PE)
Organização ou atividade política: Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)
Data do desaparecimento: 05/08/1971
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico do desaparecimento: lugar público

65. Raul Amaro Nin Ferreira
Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)
Organização ou atividade política: N/A
Data da morte: 12/08/1971
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: Hospital Central do Exército

66. Carlos Lamarca
Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)
Organização ou atividade política: Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8)
Data da morte: 17/09/1971
Município e Estado da morte: Brotas de Macaúbas (BA)
Local específico da morte: lugar público

67. Antônio Sérgio de Mattos
Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)
Organização ou atividade política: Ação Libertadora Nacional (ALN)
Data da morte (vítima de desaparecimento forçado): 23/09/1971
Município e Estado da morte: São Paulo (SP)
Local específico da morte: desconhecido

68. Felix Escobar Sobrinho
Naturalidade: Miracema ou Cachoeira de Itepemirim (RJ ou ES)
Organização ou atividade política: Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8)
Data do desaparecimento: 03/10/1971
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico do desaparecimento: desconhecido

69. Flavio Carvalho Molina
Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)
Organização ou atividade política: Movimento de Libertação Popular (MOLIPO)
Data da morte (vítima de desaparecimento forçado): 07/11/1971
Município e Estado da morte: São Paulo (SP)
Local específico da morte: desconhecido

70. Carlos Eduardo Pires Fleury
Naturalidade: São Paulo (SP)
Organização ou atividade política: Movimento de Libertação Popular (MOLIPO)
Data da morte: 10/12/1971
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: desconhecido

71. Geomar Ribeiro da Silva
Naturalidade: Barra do Piraí (RJ)
Organização ou atividade política: N/A
Data da morte: 12/01/1972
Município e Estado da morte: Barra Mansa (RJ)
Local específico da morte: I Batalhão de Infantaria Blindada

72. Juarez Monção Virotte
Naturalidade: Espírito Santo
Organização ou atividade política: N/A
Data da morte: 12/01/1972
Município e Estado da morte: Barra Mansa (RJ)
Local específico da morte: I Batalhão de Infantaria Blindada

73. Roberto Vicente da Silva
Naturalidade: Volta Redonda (RJ)
Organização ou atividade política: N/A
Data da morte: 12/01/1972
Município e Estado da morte: Barra

Mansa (RJ)
Local específico da morte: I Batalhão de Infantaria Blindada

74. Wanderlei de Oliveira
Naturalidade: Barra Mansa (RJ)
Organização ou atividade política: N/A
Data da morte: 12/01/1972
Município e Estado da morte: Barra Mansa (RJ)
Local específico da morte: I Batalhão de Infantaria Blindada

75. Alex de Paula Xavier Pereira
Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)
Organização ou atividade política: Ação Libertadora Nacional (ALN)
Data da morte (vítima de desaparecimento forçado): 20/01/1972
Município e Estado da morte: São Paulo (SP)
Local específico da morte: desconhecido

76. Izis Dias de Oliveira
Naturalidade: São Paulo (SP)
Organização ou atividade política: Ação Libertadora Nacional (ALN)
Data do desaparecimento: 30/01/1972
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico do desaparecimento: desconhecido

77. Paulo César Botelho Massa
Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)
Organização ou atividade política: Ação Libertadora Nacional (ALN)
Data do desaparecimento: 30/01/1972
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico do desaparecimento: desconhecido

78. Iris Amaral
Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)
Organização ou atividade política: N/A
Data da morte: 01/02/1972
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: lugar público

79. Hamilton Pereira Damasceno
Naturalidade: Miracema (RJ)
Organização ou atividade política: Ação Libertadora Nacional (ALN)
Data do desaparecimento: fevereiro de 1972
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico do desaparecimento: desconhecido

80. Antônio Marcos Pinto de Oliveira
Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)
Organização ou atividade política: Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (VAR - Palmares)
Data da morte: 29/03/1972
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: antiga Avenida Suburbana nº 8985, no bairro de Quintino

81. Lígia Maria Salgado Nóbrega
Naturalidade: Natal (RN)
Organização ou atividade política: Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (VAR - Palmares)
Data da morte: 29/03/1972
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: antiga Avenida Suburbana nº 8985, no bairro de Quintino

82. Maria Regina Lobo Leite de Figueiredo
Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)
Organização ou atividade política: Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (VAR - Palmares)
Data da morte: 29/03/1972
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: antiga Avenida Suburbana nº 8985, no bairro de Quintino

83. Wilton Ferreira
Naturalidade: desconhecida
Organização ou atividade política: Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (VAR - Palmares)
Data da morte: 30/03/1972
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: Rua Silva Vale nº 55, no bairro de Cavalcanti

84. Antônio Carlos Nogueira Cabral
Naturalidade: São Paulo (SP)
Organização ou atividade política: Ação Libertadora Nacional (ALN)
Data da morte: 12/04/1972
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: desconhecido

85. Paulo Guerra Tavares
Naturalidade: Sapucaia (RJ)
Organização ou atividade política: Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)
Data da morte: 29/05/1972
Município e Estado da morte: São Paulo (SP)
Local específico da morte: lugar público

86. Ana Maria Nacinovic Corrêa
Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)
Organização ou atividade política: Ação Libertadora Nacional (ALN)
Data da morte: 14/06/1972
Município e Estado da morte: São Paulo (SP)
Local específico da morte: desconhecido

87. Iuri Xavier Pereira
Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)
Organização ou atividade política: Ação Libertadora Nacional (ALN)
Data da morte (vítima de desaparecimento forçado): 14/06/1972
Município e Estado da morte: São Paulo (SP)
Local específico da morte: desconhecido

88. Marcos Nonato da Fonseca
Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)
Organização ou atividade política: Ação Libertadora Nacional (ALN)
Data da morte: 14/06/1972
Município e Estado da morte: São Paulo (SP)
Local específico da morte: desconhecido

89. Kleber Lemos da Silva
Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)
Organização ou atividade política: Partido Comunista do Brasil (PCdoB)
Data do desaparecimento: 29/06/1972
Município e Estado do desaparecimento: desconhecido
Local específico do desaparecimento: desconhecido

90. Paulo Costa Ribeiro Bastos
Naturalidade: Juiz de Fora (MG)
Organização ou atividade política: Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8)
Data do desaparecimento: 11/07/1972
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico do desaparecimento: desconhecido

91. Sergio Landulfo Furtado
Naturalidade: Serrinha (BA)
Organização ou atividade política: Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8)
Data do desaparecimento: 11/07/1972
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico do desaparecimento: desconhecido

92. Célio Augusto Guedes
Naturalidade: Mucugê (BA)
Organização ou atividade política: Partido Comunista Brasileiro (PCB)
Data da morte: 15/08/1972
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: 1º Distrito Naval

93. Aurora Maria Nascimento Furtado
Naturalidade: São Paulo (SP)
Organização ou atividade política: Ação Libertadora Nacional (ALN)
Data da morte: 10/11/1972
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: 26ª Delegacia de Polícia

94. Lincoln Cordeiro Oest
Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)
Organização ou atividade política: Partido Comunista do Brasil (PCdoB)
Data da morte: 21/12/1972
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: desconhecido

95. Fernando Augusto da Fonseca
Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)
Organização ou atividade política: Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)

Data da morte: 29/12/1972
Município e Estado da morte: desconhecido
Local específico da morte: desconhecido

96. Getulio de Oliveira Cabral
Naturalidade: Espera Feliz (MG)
Organização ou atividade política: Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)
Data do desaparecimento: 29/12/1972
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico do desaparecimento: desconhecido

97. José Bartolomeu Rodrigues de Souza
Naturalidade: Canhotinho (PE)
Organização ou atividade política: Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)
Data do desaparecimento: 29/12/1972
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico do desaparecimento: desconhecido

98. José Silton Pinheiro
Naturalidade: São José de Mipibu (RN)
Organização ou atividade política: Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)
Data do desaparecimento: 29/12/1972
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico do desaparecimento: desconhecido

99. Lourdes Maria Wanderley Pontes
Naturalidade: Olinda (PE)
Organização ou atividade política: Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)
Data do desaparecimento: 29/12/1972
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico do desaparecimento: desconhecido

100. Valdir Salles Saboia
Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)
Organização ou atividade política: Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)
Data da morte: 29/12/1972
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: desconhecido

101. Carlos Nicolau Danielli
Naturalidade: Niterói (RJ)
Organização ou atividade política: Partido Comunista do Brasil (PCdoB)
Data da morte (vítima de desaparecimento forçado): 30/12/1972
Município e Estado da morte: São Paulo (SP)
Local específico da morte: 36º Distrito Policial

102. Luiz Ghilardini
Naturalidade: Santos (SP)
Organização ou atividade política: Partido Comunista do Brasil (PCdoB)
Data do desaparecimento: 04/01/1973
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro
Local específico do desaparecimento: lugar público

103. José Mendes de Sá Roriz
Naturalidade: Crato (CE)
Organização ou atividade política: Resistência Armada Nacional (RAN)
Data da morte: 17/02/1973
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro
Local específico da morte: DOI-CODI/RJ

104. Lincoln Bicalho Roque
Naturalidade: São José do Calçado (ES)
Organização ou atividade política: Partido Comunista do Brasil (PCdoB)
Data da morte: 13/03/1973
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro
Local específico da morte: desconhecido

105. Merival Araújo
Naturalidade: Alto Paraguai (MT)
Organização ou atividade política: Ação Libertadora Nacional (ALN)
Data do desaparecimento: 14/04/1973
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro
Local específico do desaparecimento: DOI-CODI/RJ

106. Umberto de Albuquerque Câmara Neto
Naturalidade: Campina Grande (PB)
Organização ou atividade política: Ação Popular Marxista-Leninista (APML)
Data do desaparecimento: 08/10/1973
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro
Local específico do desaparecimento: desconhecido

107. Honestino Monteiro Guimarães
Naturalidade: Itaberaí (GO)
Organização ou atividade política: Ação Popular Marxista-Leninista (APML)
Data do desaparecimento: 10/10/1973
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro
Local específico do desaparecimento: desconhecido

108. Lúcia Maria de Souza
Naturalidade: São Gonçalo (RJ)
Organização ou atividade política: Partido Comunista do Brasil (PCdoB)
Data do desaparecimento: 24/10/1973
Município e Estado do desaparecimento: Entre Marabá (PA) e Xambió (TO)
Local específico do desaparecimento: Grota da Borracheira

109. Almir Custódio de Lima
Naturalidade: Recife (PE)
Organização ou atividade política: Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)
Data do desaparecimento: 27/10/1973
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico do desaparecimento: Praça Sentinela (Jacarepaguá)

110. Ramires Maranhão do Valle
Naturalidade: Recife (PE)
Organização ou atividade política: Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)
Data do desaparecimento: 27/10/1973
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico do desaparecimento: Praça Sentinela (Jacarepaguá)

111. Ranúsia Alves Rodrigues
Naturalidade: Garanhuns (PE)
Organização ou atividade política: Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)
Data do desaparecimento: 27/10/1973
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico do desaparecimento: Praça Sentinela (Jacarepaguá)

112. Vitorino Alves Moitinho
Naturalidade: Poções (BA)
Organização ou atividade política: Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)
Data do desaparecimento: 27/10/1973
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico do desaparecimento: Praça Sentinela (Jacarepaguá)

113. José Carlos Novaes da Mata Machado
Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)
Organização ou atividade política: Ação Popular Marxista-Leninista (APML)
Data da morte (vítima de desaparecimento forçado): 28/10/1973
Município e Estado da morte: Recife (PE)
Local específico da morte: desconhecido

114. Caiupy Alves de Castro
Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)
Organização ou atividade política: N/A
Data do desaparecimento: 21/11/1973
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico do desaparecimento: desconhecido

115. Antonio Luciano Pregoni
Naturalidade: Córdoba, Argentina
Organização ou atividade política: Tupamaros (Uruguai)
Data do desaparecimento: 21/11/1973
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico do desaparecimento: desconhecido

116. Jean Henri Raya Ribard
Naturalidade: Gourgeon, Hautesaône, França
Organização ou atividade política: Trabalhava no Frigorífico Pedro, em Buenos Aires
Data do desaparecimento: 21/11/1973
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico do desaparecimento: desconhecido

117. Guilherme Gomes Lund
Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)

Organização ou atividade política: Partido Comunista do Brasil (PCdoB)
Data do desaparecimento: 25/12/1973
Município e Estado do desaparecimento: desconhecido
Local específico do desaparecimento: desconhecido

118. André Grabois
Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)
Organização ou atividade política: Partido Comunista do Brasil (PCdoB)
Data do desaparecimento: entre 13/10/1973 e 14/10/1973
Município e Estado do desaparecimento: São Domingos do Araguaia (PA)
Local específico do desaparecimento: desconhecido

119. Tobias Pereira Júnior
Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)
Organização ou atividade política: Partido Comunista do Brasil (PCdoB)
Data do desaparecimento: entre 17/12/1973 e 15/02/1974
Município e Estado do desaparecimento: desconhecido
Local específico do desaparecimento: desconhecido

120. Luiz René Silveira e Silva
Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)
Organização ou atividade política: Partido Comunista do Brasil (PCdoB)
Data do desaparecimento: desconhecido
Município e Estado do desaparecimento: desconhecido
Local específico do desaparecimento: desconhecido

121. Elmo Corrêa
Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)
Organização ou atividade política: Partido Comunista do Brasil (PCdoB)
Data do desaparecimento: 01/01/1974
Município e Estado do desaparecimento: desconhecido
Local específico do desaparecimento: desconhecido

122. Maria Célia Corrêa
Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)
Organização ou atividade política: Partido Comunista do Brasil (PCdoB)
Data do desaparecimento: 02/01/1974
Município e Estado do desaparecimento: São Domingos do Araguaia (PA)
Local específico do desaparecimento: Base Militar de Bacaba

123. João Batista Rita
Naturalidade: Braço do Norte (SC)
Organização ou atividade política: Marx, Mao, Marighella e Guevara (M3G)
Data do desaparecimento: 13/01/1974
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico do desaparecimento: desconhecido

124. Joaquim Pires Cerveira
Naturalidade: Pelotas (RS)
Organização ou atividade política: Frente de Libertação Nacional (FLN)
Data do desaparecimento: 13/01/1974
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico do desaparecimento: desconhecido

125. Hélio Luiz Navarro de Magalhães
Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)
Organização ou atividade política: Partido Comunista do Brasil (PCdoB)
Data do desaparecimento: 14/01/1974
Município e Estado do desaparecimento: desconhecido
Local específico do desaparecimento: desconhecido

126. Eduardo Collier Filho
Naturalidade: Recife (PE)
Organização ou atividade política: Ação Popular Marxista-Leninista (APML)
Data do desaparecimento: 23/02/1974
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico do desaparecimento: desconhecido

127. Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira
Naturalidade: Recife (PE)
Organização ou atividade política: Ação Popular Marxista-Leninista (APML)
Data do desaparecimento: 23/02/1974
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico do desaparecimento: desconhecido

128. Ieda Santos Delgado
Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)
Organização ou atividade política: Ação Libertadora Nacional (ALN)
Data do desaparecimento: 11/04/1974
Município e Estado do desaparecimento: São Paulo (SP)
Local específico do desaparecimento: desconhecido

129. Thomaz Antônio da Silva Meirelles Netto
Naturalidade: Parintins (AM)
Organização ou atividade política: Ação Libertadora Nacional (ALN)
Data do desaparecimento: 07/05/1974
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico do desaparecimento: desconhecido

130. Daniel Ribeiro Callado
Naturalidade: São Gonçalo (RJ)
Organização ou atividade política: Partido Comunista do Brasil (PCdoB)
Data do desaparecimento: 28/06/1974
Município e Estado do desaparecimento: Xambioá (TO) Local específico do desaparecimento: delegacia

131. Telma Regina Cordeiro Corrêa
Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)
Organização ou atividade política: Partido Comunista do Brasil (PCdoB)
Data do desaparecimento: setembro de 1974
Município e Estado do desaparecimento: desconhecido
Local específico do desaparecimento: desconhecido

132. Afonso Henrique Martins Saldanha
Naturalidade: Olinda (PE)
Organização ou atividade política: Partido Comunista do Brasil (PCdoB)
Data da morte: 08/12/1974
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: desconhecido

133. Amâncio Bonifácio da Cruz
Naturalidade: desconhecido
Organização ou atividade política: N/A
Data da morte: desconhecido
Município e Estado da morte: Paraty (RJ)
Local específico da morte: São Gonçalo, localidade de Paraty

134. Vitório da Cruz
Naturalidade: desconhecido
Organização ou atividade política: N/A
Data da morte: desconhecido
Município e Estado da morte: Paraty (RJ)
Local específico da morte: São Gonçalo, localidade de Paraty

135. Jayme Amorim de Miranda
Naturalidade: Maceió (AL)
Organização ou atividade política: Partido Comunista Brasileiro (PCB)
Data do desaparecimento: 04/02/1975
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico do desaparecimento: desconhecido

136. Itair José Veloso
Naturalidade: Faria Lemos (MG)
Organização ou atividade política: Partido Comunista Brasileiro (PCB)
Data do desaparecimento: 22/05/1975
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico do desaparecimento: desconhecido

137. Alberto Aleixo
Naturalidade: Belo Horizonte (MG)
Organização ou atividade política: Partido Comunista Brasileiro (PCB)
Data da morte: 07/08/1975
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: hospital

138. Armando Teixeira Fructuoso
Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)
Organização ou atividade política: Partido Comunista Brasileiro (PCB)
Data do desaparecimento: setembro de 1975
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico do desaparecimento: DOI-CODI/RJ

139. Orlando da Silva Rosa Bomfim Junior
Naturalidade: Santa Tereza (ES)
Organização ou atividade política: Partido Comunista Brasileiro (PCB)
Data do desaparecimento: 08/10/1975
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico do desaparecimento: desconhecido

140. Neide Alves dos Santos
Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)
Organização ou atividade política: Partido Comunista Brasileiro (PCB)
Data da morte: 07/01/1976
Município e Estado da morte: São Paulo (SP)
Local específico da morte: hospital

141. Ivo Alves
Naturalidade: Silva Jardim (RJ)
Organização ou atividade política: N/A
Data da morte: 08/01/1976
Município e Estado da morte: Silva Jardim (RJ)
Local específico da morte: Fazenda Conceição

142. Francisco Tenório Cerqueira Júnior
Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)
Organização ou atividade política: N/A
Data do desaparecimento: 18/03/1976
Município e Estado do desaparecimento: Buenos Aires, Argentina
Local específico do desaparecimento: desconhecido

143. Sérgio Fernando Tula Silberberg
Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)
Organização ou atividade política: N/A
Data do desaparecimento: 08/04/1976
Município e Estado do desaparecimento: Buenos Aires, Argentina
Local específico do desaparecimento: residência

144. Zuleika Angel Jones
Naturalidade: Curvelo (MG)
Organização ou atividade política: N/A
Data da morte: 14/04/1976
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: lugar público

145. Manoel Mangueira
Naturalidade: desconhecido
Organização ou atividade política: N/A
Data da morte: 30/05/1977
Município e Estado da morte: Cabo Frio (RJ)
Local específico da morte: Fazenda Campos Novos

146. Lourenço Camelo de Mesquita
Naturalidade: desconhecido
Organização ou atividade política: Partido Comunista Brasileiro (PCB)
Data da morte: 30/07/1977
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: Quartel da 1ª Cia da Polícia do Exército da Vila Militar

147. Roberto Rascado Rodriguez
Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)
Organização ou atividade política: movimento estudantil
Data do desaparecimento: 17/12/1977
Município e Estado do desaparecimento: Buenos Aires, Argentina
Local específico do desaparecimento: lugar público

148. Benício Gomes de Oliveira
Naturalidade: desconhecido
Organização ou atividade política: N/A
Data da morte: 20/02/1978
Município e Estado da morte: Cabo Frio (RJ)
Local específico da morte: Fazenda Campos Novos

149. Norberto Armando Habegger
Naturalidade: Buenos Aires, Argentina
Organização ou atividade política: Montoneros
Data do desaparecimento: Entre 31/07/1978 e agosto de 1978
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico do desaparecimento: desconhecido

150. José Pinheiro Jobim
Naturalidade: Ibitinga (SP)
Organização ou atividade política: N/A
Data da morte: 24/03/1979
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: desconhecido

151. Adauto Freire da Cruz
Naturalidade: Bananeiras (PB)
Organização ou atividade política: Ligas Camponesas
Data da morte: 13/05/1979
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: lugar público

152. José Ferreira Nunes Filho
Naturalidade: desconhecido
Organização ou atividade política: N/A
Data da morte: 09/11/1979
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: Fazenda Bacaxá

153. Horacio Domingo Campiglia
Naturalidade: Buenos Aires, Argentina
Organização ou atividade política: Montoneros
Data do desaparecimento: 12/03/1980
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico do desaparecimento: lugar público

154. Monica Suzana Pinus Binstock
Naturalidade: Buenos Aires, Argentina
Organização ou atividade política: Montoneros
Data do desaparecimento: 12/03/1980
Município e Estado do desaparecimento: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico do desaparecimento: lugar público

155. Lyda Monteiro da Silva
Naturalidade: Niterói (RJ)
Organização ou atividade política: N/A
Data da morte: 27/08/1980
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: hospital

156. Augusto Rodrigues de Souza
Naturalidade: desconhecido
Organização ou atividade política: N/A
Data da morte: 19/02/1982
Município e Estado da morte: Cachoeiras do Macacu (RJ)
Local específico da morte: Fazenda Soarinho

157. Solange Lourenço Gomes
Naturalidade: Campinas (SP)
Organização ou atividade política: Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8)
Data da morte: 01/08/1982
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: hospital

158. Jotaci Teixeira da Silva
Naturalidade: desconhecido
Organização ou atividade política: N/A
Data da morte: 31/03/1983
Município e Estado da morte: São João da Barra (RJ)
Local específico da morte: Fazenda Tipiti

159. Gustavo Buarque Schiller
Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)
Organização ou atividade política: Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (VAR - Palmares)
Data da morte: 22/09/1985
Município e Estado da morte: Rio de Janeiro (RJ)
Local específico da morte: residência

160. Nilson Diogo
Naturalidade: desconhecido
Organização ou atividade política: N/A
Data da morte: 17/07/1986
Município e Estado da morte: Vassouras (RJ)
Local específico da morte: Sítio das Palmeiras

161. Concelsa dos Santos Silva
Naturalidade: desconhecido
Organização ou atividade política: N/A
Data da morte: 29/08/1986
Município e Estado da morte: São Pedro da Aldeia (RJ)
Local específico da morte: residência

162. Cecílio Alves Sttelet
Naturalidade: desconhecido
Organização ou atividade política: N/A
Data da morte: 29/06/1987
Município e Estado da morte: Santa Maria Madalena (RJ)
Local específico da morte: região de Moumbeca

163. Sebastião Lan
Naturalidade: Espírito Santo
Organização ou atividade política: N/A
Data da morte: 10/06/1988
Município e Estado da morte: Cabo Frio (RJ)
Local específico da morte: Fazenda Campos Novos

PARTE IV
A ESTRUTURA DO ESTADO DITATORIAL

Foto: Bruno Marins

Capítulo 17 – A CONSTRUÇÃO DA ESTRUTURA DE INFORMAÇÕES

O golpe militar de 1964 inaugurou um período histórico marcado pelo terror de Estado. A violência foi a tônica da ditadura desde seus primeiros dias, mas ganhou contornos mais intensos ao longo dos anos. Para defender seu projeto de desenvolvimento e afirmar sua ideologia, o regime montou uma estrutura repressiva cuja marca maior foi a implementação da tortura enquanto política de Estado.

A análise detalhada da estrutura e funcionamento dos órgãos de informação e segurança permite comprovar a existência de uma cadeia de comando, no topo da qual estavam os presidentes-generais. Destes, partiram as ordens, instruções e diretrizes que autorizavam a prática das graves violações de direitos humanos por parte dos agentes do Estado.

A evolução da polícia política no Rio de Janeiro

A cidade do Rio de Janeiro possuiu, durante todo o século XX, grande relevância política, tendo sido palco de importantes eventos da história do país, como revoltas populares e greves. Não é à toa, portanto, que a preocupação em estabelecer órgãos responsáveis por desempenhar o papel de polícia política remonta ao início do século XX[1].

Até a construção de Brasília em 1960, a cidade do Rio de Janeiro foi a capital da República. Aqui se desenvolveram, ao mesmo tempo, a polícia política em âmbito federal e estadual. Ao deixar de ser o Distrito Federal, a cidade do Rio de Janeiro se tornou estado da Guanabara, que também possuiu uma polícia política própria. Em 1975, o estado da Guanabara e o estado do Rio de Janeiro se fundiram. As polícias políticas se unificaram e foi criado o Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE).

A preocupação, por parte do Estado brasileiro, em criar mecanismos de controle, vigilância e repressão contra quaisquer grupos que fossem encarados como perigosos foi corrente durante todo o século XX. Ao longo do período, houve uma forte motivação anticomunista nesta preocupação, reforçada após 1945, no contexto da chamada Guerra Fria, quando o Partido Comunista passou a ser o principal alvo de investigação da polícia política, mesmo nos breves dois anos em que ele esteve na legalidade. Entretanto, a lógica de suspeição e controle respondia a outros critérios que não só os de natureza política. Emblemática, nesse sentido, é a repressão historicamente voltada contra as chamadas classes perigosas: pobres, descendentes de escravos, "vadios", mendigos, etc.

Na ditadura do Estado Novo foi criada a Divisão de Polícia Política e Social (DPS), que tinha como finalidade "a prevenção e repressão dos crimes e atividades contra a personalidade internacional, a estatura e a segurança do Estado e contra a ordem social"[2]. Mesmo com o fim deste regime e com a promulgação da Constituição de 1946, a polícia política continuou existindo, inclusive tendo suas funções ampliadas. A instituição manteve-se responsável por monitorar atividades consideradas potencialmente perigosas e por formar um amplo conjunto documental que compilava informações

1. APERJ. DOPS: A Lógica da Desconfiança. Rio de Janeiro. Secretaria de Estado de Justiça/ APERJ, 1993, p. 33.

2. Decreto nº 17.905, de 27 de fevereiro de 1945.



Reunião do Conselho de Segurança Nacional em março de 1969, mesmo ano da criação dos DOI-CODI como forma de centralizar a repressão
Crédito: Arquivo Nacional, Fundo: Correio da Manhã
BR_RJANRIO_PH_0_FOT_01995_006

sobre a vida de milhares de cidadãos.

A criação do Departamento de Ordem Política e Social da Guanabara

Em 1960, com a transferência da capital para Brasília, o Departamento Federal de Segurança Pública, órgão que abrigava a DPS, passou a se chamar Departamento Estadual de Segurança Pública (DESP)[3]. A "DPS, seus servidores, equipamentos e arquivo passaram, provisoriamente, para a custódia do governo do estado da Guanabara recém-criado. As funções da DPS permaneceram e o estado da Guanabara continua centralizando as informações de ordem política e social"[4]. Dois anos depois, uma lei estadual criou a Secretaria de Segurança Pública (SSP) e o Departamento de Ordem Política e Social da Guanabara (DOPS/GB). Continuaram coexistindo o DOPS/GB, com sede no prédio da Rua da Relação, nº 40 e o DOPS/RJ, sediado em Niterói.

Regulamentado em 1963, o DOPS/GB foi herdeiro desse conjunto de órgãos e estruturas responsáveis por exercer a função de polícia política no âmbito federal ao longo do século XX. Os agentes do DOPS/GB continuaram acompanhando de perto a atividade política de setores identificados como subversivos. Dessa forma, em março de 1964, quando se iniciou a movimentação das tropas golpistas com o objetivo de depor o presidente João Goulart, as informações reunidas em centenas de milhares de fichas, dossiês e prontuários auxiliaram na identificação de possíveis focos de resistência e em sua neutralização. A violência dos primeiros meses da ditadura foi em larga medida possibilitada devido à existência prévia de um levantamento de dados sobre as principais lideranças e s instituições que os articuladores civis e militares do golpe tinham por objetivo atacar.

Do ponto de vista da coleta de informações, desde 1964, com a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), o papel desempenhado pelos DOPS estaduais foi se tornando secundário. No que diz respeito à repressão mais direta, os departamentos estaduais cumpriram função essencial até fins da década de 60, quando se iniciou a estruturação do DOI-CODI.

Ainda assim, durante toda a ditadura, os DOPS estaduais em geral e o DOPS/GB em particular, depois transformado em DGIE, continuaram integrando a estrutura da repressão. Mais que isso: no período, o DOPS/GB teve suas estruturas administrativa e de pessoal expandidas. Seus agentes integraram operações conjuntas com as Forças Armadas e foram responsáveis pelo cumprimento de milhares de "pedidos de busca", para monitorar, prender, interrogar sob tortura, assim como eliminar os opositores políticos, muitas vezes forjando versões oficiais falsas sobre as mortes ocorridas. O DOPS/GB também foi o órgão responsável pela emissão dos chamados atestados de antecedentes, necessários para que as pessoas conseguissem emprego, em geral em órgãos públicos. Nesse sentido, a atividade de infiltração e monitoramento já realizada nas décadas anteriores perdurou e se aprofundou.

Durante seu funcionamento, a sede do DOPS/GB serviu como centro de prisão, tortura e morte, além de uma espécie de centro de triagem de presos que, em seguida, eram encaminhados para outros centros oficiais ou clandestinos para serem interrogados sob tortura e, inclusive, mortos, como o Estádio Caio Martins, a Ilha das Cobras, a Ilha das Flores, o DOI-CODI e a Base Aérea do Galeão. De lá, ocorriam, também, transferências para presídios como o Talavera Bruce e o Complexo Frei Caneca. Segundo o relatório do projeto *Brasil Nunca Mais*, os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) eram formalizados pelo DOPS ou pela Polícia Federal, com o objetivo de conferir uma "tramitação legal" ao conteúdo de "interrogatórios preliminares" realizados no DOI-CODI[5].

Os órgãos de informação: a rede de monitoramento e espionagem

O Serviço Nacional de Informações

A partir do golpe de Estado de 1964, a ditadura criou um conjunto de órgãos que formaram uma complexa rede de mecanismos de produção e difusão de informações, a fim de alimentar a repressão política e garantir o controle social. O principal órgão estabelecido foi o Serviço Nacional de Informações (SNI). Criado pela Lei no 4.341, de 13 de junho de1964, o SNI deveria "assessorar o Presidente da República na orientação e coordenação das atividades de informação e contrainformação"[6] e seu chefe possuiria as prerrogativas de ministro de Estado. O Serviço Nacional de Informações foi concebido para atuar com agências regionais que alimentariam uma agência central, localizada em Brasília. Destaca-se que no processo de estruturação do SNI, o Rio de Janeiro cumpriu um importante papel. Enquanto a agência central de Brasília não era efetivamente estruturada, aquela localizada no então estado da Guanabara desempenhou suas funções[7].

Apesar da amplitude representada pelo SNI, o primeiro órgão nacional de informações, com funções de serviço secreto foi o Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI)[8], criado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra em 1946.No que tange à continuidade entre o SFICI e o SNI, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) apontou que:

> *"O general Golbery do Couto e Silva foi o chefe do SFICI durante o governo Jânio Quadros, cabendo a Subseção de Operações (SSOP) do órgão ao então coronel João Baptista de Oliveira Figueiredo, que viria a ser o último presidente do período ditatorial. Golbery também foi peça-chave do Conselho de Segurança Nacional, além de criador do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), centro a partir do qual foi dado apoio civil às conspirações que resultariam no golpe de1964, e fundador do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), maior grupo de mobilização das camadas médias da sociedade contra o governo do presidente João Goulart. Golbery articulou a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), grupo de mobilização anticomunista contra o governo democrático. Golbery também criou o Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão central de inteligência da repressão, com rede capilar de agentes espiões[9]."*

O SNI incorporou não somente o antigo órgão de informações existente, mas herdou, também, o arquivo do IPES[10]. Além de ter sido idealizado por Golbery do Couto e Silva, teve como chefes Emílio Garrastazu Médici e João Batista de Oliveira Figueiredo, que vieram a ser nomeados ditadores-

3. A ditadura reorganizaria o Departamento Federal de Segurança Pública por meio da Lei nº 4.483, de 16 de novembro de 1964, mantendo um serviço de informações. Ressalta-se que foi no âmbito da DFSP que funcionou o serviço de censura da ditadura.
4. APERJ. Os Arquivos das Polícias Políticas: reflexos de nossa história contemporânea. Rio de Janeiro: FAPERJ, 1994.p. 15.
5. Arquivo Brasil: Nunca Mais Digital. Relatório do projeto Brasil: Nunca Mais. Tomo I: "O Regime Militar", p. 74.
6. Lei no 4.341, de 13 de junho de 1964. Acesso em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4341.htm.
7. Decreto nº 55.194, de 10 de dezembro de 1964. Acesso em: http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=187003.
8. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014., Volume 1, Capítulo 4, p. 114, § 13.
9. Idem, p. 115, § 16.
10. GASPARI, Elio. A Ditadura Envergonhada. 2. Ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014, p. 157.

presidentes. Dessa forma, evidencia-se o poder que os agentes ligados à estrutura de informações da ditadura passaram a concentrar.

O artigo 32º do Decreto-Lei nº 200 de 1967 reconhecia o SNI como órgão de assessoramento imediato do Presidente da República. Sua finalidade era "superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra-informação, em particular as que interessem à segurança nacional"[11]. Segundo a CNV, o Serviço Nacional de Informações foi o "grande repositório das informações obtidas pelos demais instrumentos da repressão"[12].

As atividades do SNI representam uma das principais marcas da ditadura no Brasil. Para alimentar o SNI, uma série de outros órgãos foi sendo criada ao longo da ditadura, conformando o que veio a se chamar, a partir de 1970, de Sistema Nacional de Informações (Sisni). Muitos destes órgãos não se limitaram às atividades de informação, mas se dedicaram efetivamente à repressão política.

Abaixo, serão analisadas a criação e atuação das Divisões de Segurança e Informação (DSI), os centros de informação do Exército, Marinha e Aeronáutica, e a as seções de informação da Polícia Militar. No entanto, distintos mecanismos foram estabelecidos para realizar este trabalho em outros âmbitos, como as Comissões Gerais de Investigação (CGI), que investigou e puniu sumariamente milhares de funcionários públicos e o Centro de Informações do Exterior (CIEx), vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, que enviava, desde os países estrangeiros, informações ao governo brasileiro, cuja existência jamais foi admitida pela ditadura, mas foi categoricamente comprovada pela CNV.

11. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.
12. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014, Volume 1, Capítulo 4, p. 117, § 22.

As Divisões de Segurança e Informação

Desde 1946 existiam, no âmbito dos Ministérios Civis, as Seções de Segurança Nacional (SSN). Diretamente vinculadas ao ministro da pasta, estas seções foram "criadas para atuar preponderantemente em atividades relacionadas à segurança nacional, em estreita cooperação com a secretaria-geral do Conselho de Segurança Nacional"[13]. No ano de 1965, o Gabinete Civil da Presidência da República determinou que as SSN estreitassem seus laços com o SNI.

Para garantir esta aproximação, no ano de 1967, as SSN foram transformadas em Divisões de Segurança e Informação (DSI) dos Ministérios Civis. A partir de 1970, estas divisões começaram a desempenhar um papel cada vez mais preponderante na estrutura de espionagem e monitoramento da ditadura. Isto porque passaram a compor as chamadas Comunidades Setoriais de Informação dos Ministérios Civis. Os decretos 66.622 e 67.325 forneceram as diretrizes e o desenho oficial destas Comunidades, aproximando as DSI do Serviço Nacional de Informação, e enquadrando as Divisões nos "princípios norteadores da implantação do Sistema Nacional de Informações (Sisni) e do Sistema de Segurança Interna (Sissegin)"[14], ambos implementados neste mesmo ano.

A formulação do Sisni previa, portanto, a estruturação de novos eixos de atuação das DSI a partir de um Plano Nacional de Informações. Como

13. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014,Volume 1, Capítulo 4, p. 120, §37.
14. Idem, p. 124, § 50.

afirma o historiador Rodrigo Patto,

> *"A partir daí foi estimulada a criação de subdivisões das-DSI, a serem estabelecidas em instituições subordinadas ao controle dos Ministérios,normalmente empresas públicas, autarquias ou fundações. Essasagências foram denominadas Assessorias de Segurança e Informações (ASI),ou Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI)[15]."*

As AESI tiveram atuação destacada dentro das Universidades, uma vez que o Movimento Estudantil era visto como uma grande ameaça. Subordinadas à DSI do Ministério da Educação e Cultura (MEC), estas assessorias estabeleciam um controle rígido não somente sobre a vida estudantil, mas também sobre outros aspectos do funcionamento das Universidades, como a contratação de novos técnicos e professores.

Uma das atribuições das ASI e AESI era formular os chamados Levantamentos de Dados Biográficos (LDB) sobre quaisquer indivíduos cuja vida deveria ser conhecida por algum motivo. Estes consistiam em fichas individuais que apresentavam desde sua atuação profissional até a sua "posição frente à revolução de 1964"[16]. Foram feitos milhares de LDBs por todos os órgãos integrantes das Comunidades Setoriais de Informação, e a partir destas pequenas fichas, que eram suficientes para impedir que uma pessoa tomasse posse como funcionário público ou fosse admitida em uma universidade, projetos foram interrompidos, vidas foram desestruturadas e sonhos foram dilacerados.

A formação dos agentes vinculados à atividade

15. MOTTA, Rodrigo. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades. Topoi, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008, p. 30-67.
16. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014,Volume 2, p. 288.

de informação foi, também, uma preocupação da ditadura. O Decreto n° 55.791, de 23 de fevereiro de 1965, instituiu, no âmbito da Escola Superior de Guerra (ESG), um Curso de Informações, que possuía o apoio do SNI e tinha por finalidade "cooperar no estudo e desenvolvimento de uma doutrina de Segurança Nacional e preparar civis e militares para funções relacionadas com as Informações"[17]. No entanto, o estabelecimento deste curso não parece ter sido suficiente. Assim, em 1971 surgiu a Escola Nacional de Informações (Esni), que, como destaca a CNV, foi criada a partir de uma cooperação com os Estados Unidos. Os alunos da escola foram enviados também para países como Alemanha, Israel, França e Inglaterra.

Os serviços de informação das Forças Armadas

Durante a ditadura foram criados e/ou reformulados os serviços de informações das três forças, cuja atuação, não só no âmbito da produção de informações, mas da repressão direta, foi extremamente significativa.

O Centro de Informações da Marinha (Cenimar) existia desde 1957. Segundo a CNV, nos primeiros anos da ditadura o órgão atuou principalmente em questões relativas à própria Marinha. Com a sua reformulação em 1971, a Ilha das Flores, base naval localizada em São Gonçalo, foi transformada em centro de prisão e tortura do Cenimar.

O Centro de Informações do Exército (CIE) foi criado em 1967, com o objetivo de "orientar, coordenar e supervisionar todas as atividades de segurança interna e contrainformações, concorrendo com a 2ª Seção do Estado-Maior, também encarregada dessas

17. Decreto n° 55.791, de 23 de fevereiro de 1965.

atividades" [18]. Segundo o criador e primeiro diretor do CIE, o então coronel Adyr Fiúza de Castro, "o CIE só tem uma agência" e nem todas as informações produzidas pelo centro eram enviadas para o SNI[19]. Do ponto de vista da participação em graves violações de direitos humanos, o CIE possui uma grande responsabilidade. A Casa da Morte de Petrópolis, centro clandestino de tortura e desaparecimento, foi criado, comandado e operado pelo órgão[20].

O Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) foi criado em 1970, com sede no então estado da Guanabara, tendo se transferido para Brasília no ano seguinte. Assim como os do Cenimar e do CIE, os agentes do CISA também estão vinculados a casos de graves violações de direitos humanos, como o de Stuart Angel Jones[21].

O serviço de informações da Polícia Militar

A Comissão da Verdade do Rio localizou no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro diversos documentos produzidos pelo serviço de informações (P-2) de distintos Batalhões de Polícia Militar (BPM) sendo difundidos para outros órgãos de informação.

Sabe-se que a PM participou ativamente da repressão política, sendo seus agentes diretamente responsáveis em diversos casos de execução sumária e desaparecimento forçado. No entanto, sua atuação no âmbito das atividades de informação é relativamente desconhecida e deve ser objeto de maiores investigações. Os arquivos da P-2 devem ser abertos assim como os das Forças Armadas, pois podem conter importantes informações para o esclarecimento de violações de direitos humanos. A Comissão Nacional da Verdade também atestou que:

> *"Paralelamente, havia também as 2ªs Seções das Polícias Militares (P2), que funcionavam como serviços de informações e tiveram grande participação na repressão militar. Mesmo no período democrático, as P2 de muitos estados ainda continuavam a enviar relatórios ao Exército[22]."*

A existência de uma seção reservada em cada batalhão da Polícia Militar é extremamente significativa do ponto de vista da capilaridade que os órgãos de informação possuíam.

Em síntese, percebe-se que os três ministérios militares e todos os ministérios civis possuíam complexas estruturas de produção, difusão e circulação de informações. Além destes, havia o serviço secreto de todas as unidades militares que se reportavam aos Centros de Informação das respectivas forças. Somavam-se a estas estruturas: os DOPS estaduais, o serviço secreto da Polícia Federal,a P-2 de todos os batalhões da Polícia Militar e o Centro de Informações do Exterior (CIEx). Contava-se, ainda, com informantes pagos ou cidadãos que voluntariamente forneciam informações a estes órgãos. A conformação deste complexo sistema sempre teve por objetivo garantir maior efetividade na repressão àqueles considerados inimigos pela ditadura. Sendo assim, esses dados serviram para alimentar os órgãos de segurança responsáveis pela perpetração de graves violações de direitos humanos.

18. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014, Volume 1, Capítulo 4, p. 157, § 170.
19. D'ARAUJO, Maria Celina et. al. (Orgs.) Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 44.
20. Ver capítulo 19 deste Relatório.
21. Ver capítulo 13 deste Relatório.
22. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014., Volume 1, Capítulo 4, p. 113, § 7.

A evolução da estrutura da repressão e a criação dos DOI-CODI

Nos momentos imediatamente posteriores ao golpe de 1964, tiveram início as graves violações de direitos humanos como torturas, prisões arbitrárias e assassinatos políticos. Nesse momento, os órgãos policiais já existentes eram suficientes para efetuar a repressão. A partir de fins da década de sessenta, porém, a ditadura passou a se empenhar no aprofundamento da estrutura repressiva.

Em fevereiro de 1969, foi realizado o I Seminário de Segurança Interna, em Brasília, reunindo os secretários de Segurança Pública, os comandantes das Polícias Militares e os superintendentes regionais da Polícia Federal, sob a orientação do ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva, e do general Carlos de Meira Matos, chefe da Inspetoria Geral das Polícias Militares[23]. Na ocasião, foram debatidos os desafios colocados para o Estado ditatorial em assegurar a chamada segurança interna. Neste seminário, Hely Lopes Meirelles, então secretário de Segurança Pública de São Paulo, apresentou um estudo em que é possível ler:

> *"A segurança interna, como parte da segurança nacional, visa a repelir as ameaças ou pressões antagônicas de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeitos no âmbito interno do País, comprometendo as instituições pátrias e a ordem Jurídica estabelecida[24] ."*

O regime já havia centralizado a coordenação das Polícias Militares, criando um órgão responsável por exercer este controle, a Inspetoria Geral das Polícias Militares (IGPM)[25]. Esta inspetoria deveria "centralizar e coordenar todos os assuntos da alçada do Ministério da Guerra relativos às Polícias Militares; inspecionar as Polícias Militares" e "proceder ao controle de organização, dos efetivos, do armamento e do material bélico das Polícias Militares"[26]. O documento levado por São Paulo para o referido seminário apresenta o significado da criação da IGPM: "Como a estas Polícias cabe a prevenção e repressão de distúrbios nos respectivos estados, conclui-se que a normatividade atribuída a IGPM, atinge o campo da segurança interna, no âmbito restrito da sua competência policial-militar"[27]. Indo mais além na apresentação do papel que as polícias estaduais cumpriam, tanto do ponto de vista das informações, quanto da repressão mais direta, o documento afirma que:

> *"Os serviços secretos das policias civis (SS) e militares (S-2), dos Estados, ao lado das informações gerais de interesse da ordem pública e das investigações criminais, coletam dados sobre a situação política e social locais, especialmente no que concerne às atividades que afetem ou possam afetar a segurança interna.(...)"*

A Polícia Estadual, por sua vez, suprindo as deficiências da Polícia Federal, procura realizar a prevenção e a repressão aos atentados à segurança interna através de seu Departamento ou Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) e da Polícia Militar existente com denominações diferentes, mas com organização assemelhada, em todas as unidades da federação[28].

No que diz respeito à atuação destes policiais

23. JOFFILY, Mariana. Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações e Defesa Interna (DOI-CODI). In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, Atlas Histórico do Brasil. Acesso em: http://atlas.fgv.br/verbete/10989.
24. Arquivo Nacional: BR_AN_BSB_VAZ_019_0021.
25. A IGPM foi regulamentada pelo decreto nº 60.596-a, de 15 de abril de 1967.
26. Decreto-Lei nº 317, de 13 de março de 1967.
27. Arquivo Nacional: BR_AN_BSB_VAZ_019_0021.
28. Arquivo Nacional: BR_AN_BSB_VAZ_019_0021.

militares e civis na estrutura do Estado ditatorial no Rio de Janeiro, a CEV-Rio buscou identificar quais agentes das corporações foram cedidos para os órgãos federais da repressão. Para tanto, enviou o Ofício CEV-Rio nº 020/2013, em 20 de agosto de 2013, para a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, requisitando que fosse

> *fornecida a relação nominal, com RG e matrícula dos agentes de segurança pública – policiais civis e militares, inclusive oficiais – deste estado que, eventualmente, tenham sido cedidos a órgãos da União Federal, em especial aos três ministérios militares, no período de 1969 a 1985.(...) [E que] sejam informados todas as demais alterações registradas nas fichas funcionais dos referidos agentes públicos[29].”*

A Comissão nunca obteve uma resposta a este pedido. Mesmo a atuação dos DOPS estaduais e das polícias militares não parecia suficiente para a ditadura. Após apontar quais eram os órgãos responsáveis pela segurança interna, o estudo já citado passa a traçar um diagnóstico sobre o relacionamento entre eles, para afirmar:

> *Daí a necessidade de integração de todos os órgãos interessados na segurança interna, para a perfeita elaboração do planejamento e sua eficiente execução, em escala nacional, regional e local. Inadiável é, pois, a edição de normas e instruçõessuperiores para o bom desempenho de suas missões especificas, isoladamente ou em conjunto com os demais órgãos empenhados na operação, diligência eu inquérito policial[30].”*

Ou seja, para concretizar a eliminação das oposições, era essencial centralizar ainda mais os organismos da repressão. Como resposta a essa necessidade, foi fundada, alguns meses depois, exatamente no estado de São Paulo, a chamada Operação Bandeirantes (Oban). Financiada por grandes empresários nacionais e estrangeiros, a Oban teve uma cerimônia de inauguração em 1º de julho de 1969. Do evento, participaram o governador de São Paulo e seu secretário de Segurança Pública, o prefeito da cidade, o comandante do II Exército e importantes nomes da elite paulista, como Antonio Delfim Netto e Henning Albert Boilesen[31]. A Oban efetivava os esforços de integração preconizados no documento anteriormente citado.

Um relatório do CIE de outubro de 1969 e localizado pela CEV-Rio demonstra como os outros órgãos enxergavam a criação da Oban:

> *A partir de 1º de Julho do corrente, iniciou suas atividades a “OPERAÇÃO BANDEIRANTE”, que vem alcançando êxito impressionante no cumprimento de sua missão, desbaratando sucessivamente diversas organizações subversivas, conseguindo recuperar grande quantidade de armamento e material que fora por elas expropriado e prendendo numerosos de seus integrantes.Graças a abnegação, destemor, bravura, decisão e espírito de luta de seus integrantes, a OPERAÇÃO BANDEIRANTE reduziu substancialmente as atividades subversivas na área da “GRANDE SÃO PAULO[32].”*

O ano de 1969 marca, portanto, o início da estruturação do Sistema de Segurança Interna (Sissegin). Em julho deste ano, a Presidência da República baixou, de forma sigilosa, a Diretriz para a Política de Segurança Interna, revista no ano seguinte por meio da Diretriz Presidencial de Segurança Interna, que aprovava o Planejamento de Segurança Interna e criava definitivamente o Sissegin. O então major Freddie Perdigão, em um estudo elaborado para a Escola do Comando do Estado-Maior do Exército, afirmou que, para garantir o objetivo de neutralizar quaisquer forças oponentes, a ditadura buscou o

> *Aperfeiçoamento do dispositivo responsável pela garantia dessa segurança. Para isso foi constituído um Sistema de Segurança Interna, abrangendo todos os meios disponíveis, destinado e capacidade á (sic) coordenação geral das ações e a exercer a centralização dessas ações quando isso se fizesse necessário[33].*

Com base na Diretriz Presidencial de Segurança Interna, no contexto da tentativa de estabelecer uma ação coordenada dos órgãos de segurança, foram criados os Centros de Operações de Defesa Interna (CODI) e os Destacamentos de Operações de Informação (DOI). Consagrados simplesmente como DOI-CODI, estes órgãos possuíam funções distintas. Os CODI deveriam planejar e coordenar as medidas de defesa interna, e os DOI, eram órgãos operacionais, destinados a realizar o “trabalho sujo”. Juntos, conformaram o eixo central do Sissegin e de toda a estrutura da repressão.

Fica claro, nos trechos dos documentos supracitados, que a experiência da Oban era vista com bons olhos pela cúpula da ditadura. Ressalta-se que essa experiência é marcada por uma violência extrema contra os presos durante os interrogatórios. Assim, ela serviu de inspiração para a criação dos DOI-CODI.

Em 1970, foi criado o DOI-CODI do Iº Exército, na área do então estado da Guanabara. Além deste, foram estabelecidos DOI-CODI em São Paulo, Pernambuco e Brasília. Um ano depois, no Paraná, em Minas Gerais, na Bahia, no Pará e no Ceará. Em 1974, foi a vez do Rio Grande do Sul. Com a proliferação dos DOI-CODI, consolidou-se uma nova fase repressiva da ditadura militar, cuja marca central foi a intensificação do monitoramento e vigilância e o aperfeiçoamento das técnicas de tortura enquanto meio de obtenção de informação. Sobre os DOI-CODI, a CNV explica:

> *Instalados em todo o território nacional, tinham particularidades, mas seguiam a regra geral de centralizar todas as informações relativas ao combate das ações de resistência à ditadura. Nos estados, após seleção, policiais civis e militares ficavam à disposição do comando do Exército na área, que os encaminhava ao DOI, que também recebiam militares da Marinha e da Força Aérea, além de agentes da Polícia Federal. Com esse corpo integrado por policiais e militares era possível conjugar a experiência das polícias no combate ao crime e em técnicas de investigação e interrogatório, com a disciplina e o planejamento característico das Forças Armadas[34].”*

Naquele contexto, prevalecia entre os agentes da repressão a visão de que a ação de múltiplas organizações de esquerda demandava uma política de coleta de informações mais integrada e técnicas mais “sofisticadas” de neutralização dos opositores políticos, que incluíam novas formas de tortura e de aniquilamento.

O DOI-CODI possuía uma estrutura mista, sendo formados por integrantes da Polícia Civil, da Polícia Militar, da Polícia Federal e das três Forças Armadas, sob o comando do Exército. Riscala Corbaje, conhecido como Dr. Nagib, major da Polícia Militar (PM) que integrou o DOI-CODI/Iº Ex. em seu depoimento para o Grupo de Trabalho Transição do Ministério

29. Acervo CEV-Rio. Ofício nº 20/2013.
30. Arquivo Nacional: BR_AN_BSB_VAZ_019_0021.
31. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014, Volume 1, Capítulo 4, p. 127, § 62.
32. Arquivo Nacional: BR_DFANBSB_AAJ_IPM_0933_d.
33. Arquivo CNV, 00092.001525/2013-11, p. 6.
34. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014., Volume I, Capítulo 4, p. 139, § 104.

Público Federal, atentou para importantes pontos de contato entre a PM e a estrutura da repressão. O agente relatou ter sido chamado pelo chefe do Estado Maior da Polícia Militar em 1969 para compor um grupo que "passaria à disposição do Iº Exército", ou seja, conformaria, futuramente, o DOI-CODI, junto a cerca de outros dez oficiais da PM.

Segundo o major, estes agentes foram chamados para "efeitos de interrogatório", enquanto que para "captura" eram chamadas principalmente as unidades paraquedistas. Corbaje vincula sua convocação ao fato dele próprio ter sido anteriormente da segunda seção do 7º Batalhão, ou seja, já ter experiência em atividades de informação. Além disso, afirma: "Passei muito tempo interrogando presos de favelas, para conseguir descobrir onde havia depósito de armas, então a gente vai pegando prática. Eu tinha experiência"[35].

A experiência relatada por Corbaje revela o grau de violência que marcaria a atuação daquele órgão. Nas salas de interrogatório do DOI-CODI do Iº Exército passaram centenas de presos políticos, muitos dos quais nunca mais foram vistos. Mostra ainda a brutalidade da ação policial a que historicamente são submetidas certas parcelas da população, antes, durante e depois da ditadura.

É importante destacar que o conjunto de mudanças efetuadas pela ditadura a fim de centralizar os esforços de repressão correspondem a uma federalização da segurança pública, que, segundo a pesquisadora Maria Pia Guerra,

> *"revela a intencionalidade da ditadura na reestruturação da segurança pública. As suas principais intervenções na área, com consequências sentidas até os dias de hoje, fizeram parte de um processo planejado de reformulação do setor. Entre 1966 e 1970 a arquitetura institucional da segurança pública foi reformulada e recebeu os contornos que foram apenas parcialmente redefinidos na Constituição Federal de 1988[36]."*

As reuniões da comunidade de informações do I Exército

Os órgãos de informação e segurança nunca atuaram de forma separada. Alimentavam-se reciprocamente, na medida em que uma informação levantada gerava a necessidade de uma diligência, que por sua vez produzia outras informações a partir dos interrogatórios feitos à base de tortura. Deste ciclo de violência e violação de direitos fizeram parte todos os órgãos da chamada estrutura da repressão, com o consentimento e autorização dos generais-presidentes.

Enquanto as salas de tortura eram preenchidas pelos gritos de dor, as salas do Palácio Duque de Caxias, sede do Iº Exército, recebiam, toda quinta-feira, uma reunião que congregava a cúpula dos órgãos de informação e segurança. Era a chamada comunidade de informações. A Comissão da Verdade do Rio localizou, no Arquivo Nacional, atas destas reuniões, produzidos entre maio de 1971 e agosto de 1972, além de alguns exemplares de 1976.Embora os encontros tenham ocorrido semanalmente, a CEV-Rio só logrou localizar exemplares esparsos. A partir da análise desses documentos é possível extrair algumas conclusões sobre estas reuniões – e, portanto, sobre o funcionamento da comunidade de informações como um todo.

Segundo o primeiro destes documentos, de 27 de maio de 1971, da reunião "participam representantes de todo Sistema de Informações com sede na área do Iº Exército"[37]. Por ser a primeira reunião, este seria o único relatório escrito na íntegra. A partir dele, deveriam ser destacadas as informações de maior interesse. Dessa forma, o documento de 27 de maio é apresentado "exatamente como se desenvolveu a reunião, para caracterizar o volume e o teor dessa troca de informações"[38]. É ele, portanto, que exprime de forma mais clara o funcionamento da comunidade e mostra o esforço de coordenação das atividades da repressão.

Segundo o Coronel Adyr Fiuza, estaria havendo no CODI e no DOI/I Ex, uma "mudança geral de estrutura", pois "pretende-se coordenar todas as operações de informações na área do I-Ex (GB – RJ – MG – ES)"[39]. Para consolidar este desejo, seriam criados, além do CODI/Iº Exército, na Guanabara, os seguintes órgãos: CODI/RJ (Niterói), DOI/Vila Militar, CODI/Juiz de Fora e, possivelmente, DOI/Juiz de Fora, CODI/Vitória e o DOI/Guanabara.

Embora não haja uma lista dos órgãos representados na reunião e nem dos agentes presentes, são registradas as falas do coronel Gastão, representando a Secretaria de Segurança Pública da Guanabara e do coronel Muniz, em nome da Segunda Seção do Iº Exército. Além destes, aparecem, sem nomes dos agentes, falas do Cenimar, do CISA, do Departamento de Polícia Federal e da 4ª Região Militar (Minas Gerais).

Nas conclusões deste relatório, é possível ler: "HELENO FRAGOSO (...) levou pessoalmente o alvará de DULCE CHAVES PANDOLFI (ALN), presa na Penitenciária de BANGU (3ª Aud. Exército). Ficou combinado que, ao ser solta, será presa pelo CENIMAR"[40]. O trecho chama atenção pela arbitrariedade da decisão dos agentes, que agiam ao arrepio da lei – mesmo aquela da própria ditadura.

Outro trecho que confirma a hipótese acima e que expressa, da mesma forma, o grau de violência e arbítrio da ditadura, é o que encerra este primeiro documento: "Está em curso uma operação que possivelmente chegará ao advogado EVARISTO DE MORAIS (Advogado de subversivos). Caso fique positivada a necessidade de prendê-lo, o DOPS agirá com toda a cautela e habilidade. Fatalmente haverá repercussões na área da Justiça (OAB)" [41].

Mais do que difundir as informações de casos recentes, estas reuniões serviam para reforçar os laços entre os diferentes órgãos da repressão. É o que mostra o relatório do dia 02 de setembro de 1971, no qual o representante da Agência Rio de Janeiro do SNI lembrou

> *aos membros da Comunidade que continuam à disposição os arquivos sobre brasileiros e estrangeiros que se utilizam dos aeroportos internacionais do Rio e S. Paulo, para entrarem ou saírem do País. Estranhou o fato de não estar havendo interesse por parte da Comunidade no que concerne à consulta desses fichários que são completos e de grande valor[42]"*

Não era somente o representante do SNI que se mostrava insatisfeito com a ausência dos colegas.

35. Depoimento de Riscala Corbage ao Ministério Público Federal. Acesso em: http://www.prrj.mpf.mp.br/institucional/crimes-da-ditadura/atuacao-1/caso-rubens-paiva-integra-dos-audios-dos-depoimentos/depoimento-de-riscala-corbage-1-3/view

36. GUERRA, Maria Pia. Legados da ditadura na arquitetura institucional da Segurança Pública. Consultoria para a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, 20 de julho de 2015.

37. Arquivo Nacional, AC_ACE_36759_71.
38. Idem.
39. Idem.
40. Idem.
41. Idem.
42. Arquivo Nacional, AC_ACE_38685_71.

O agente que fala em nome do DOI/Iº Ex afirma que "o DOI está se ressentindo da falta de oficiais interrogadores (capitães) a fim de aproveitar o êxito do grande número de prisões efetuadas recentemente"[43]. Este trecho ilustra a fala de Riscala Corbage anteriormente analisada sobre um perfil específico de agentes responsáveis pelos interrogatórios.

Em relatório que data de 30 de setembro de 1971, é feita uma observação de que "continua baixo o nível dos assuntos tratados". Avalia o relatório que "as agências mais importantes (CIE – CISA – Cenimar) vêm mantendo uma sistemática abstenção". O documento permite ilustrar diversos relatos de que havia conflitos internos na própria comunidade de informações, com os distintos órgãos concorrendo entre si. Entretanto, conclui o relatório que "há uma expectativa em toda a Comunidade, quanto às diretrizes e orientação que o novo Cmt do I Exército dará ao assunto Informações de Segurança Interna e consequentemente, ao CODI e atividades repressivas contra as organizações subversivas"[44].

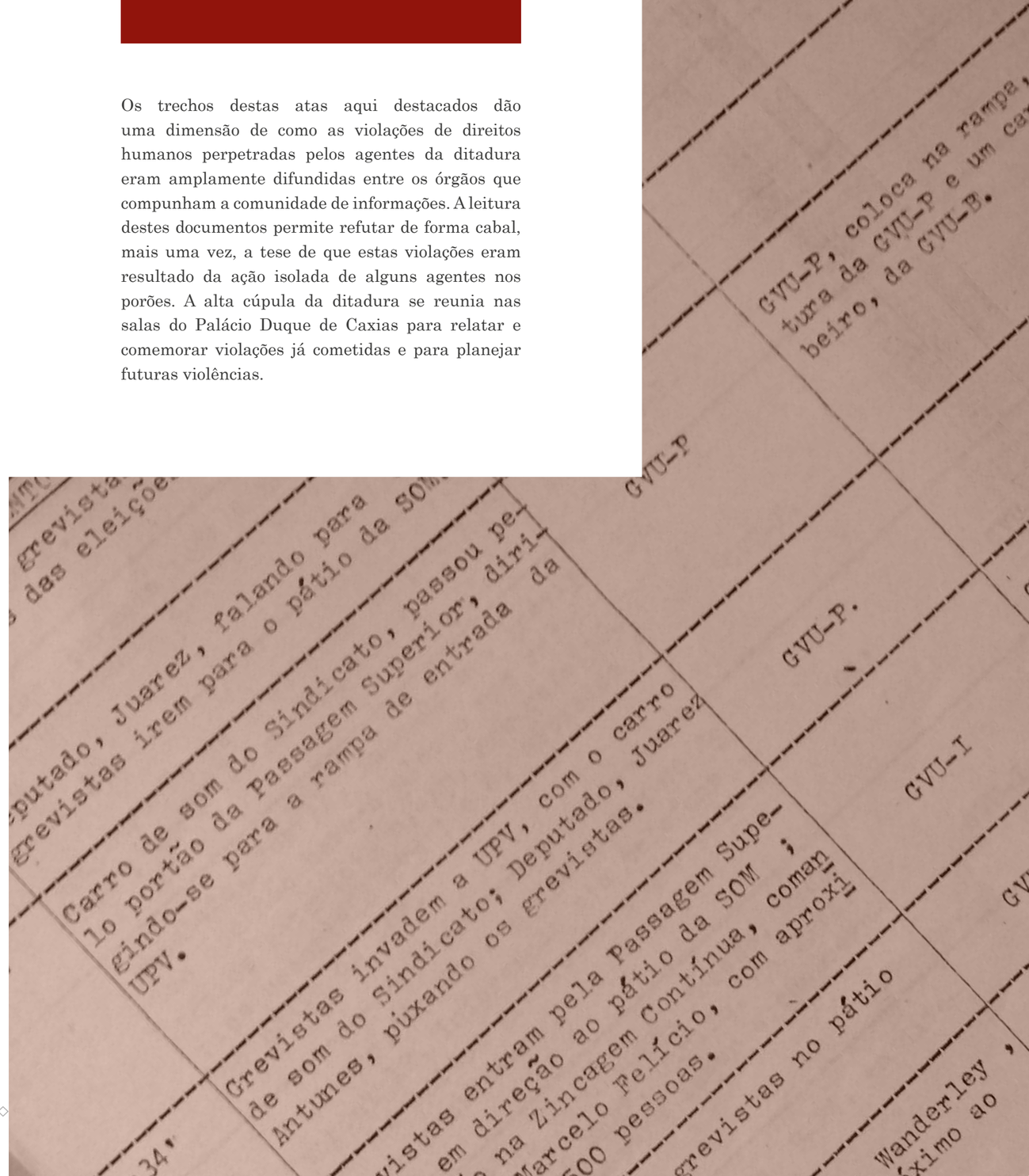
Se os órgãos da estrutura da repressão possuíam divergências entre si, é certo também que faziam críticas a outras instâncias de poder da ditadura. Um dos alvos desses ataques era o Poder Judiciário, como mostra o relatório de 13 de janeiro de 1972, em que é feito um relato sobre o militante Cesar Benjamin. Segundo o documento, ele teria confessado as ações de que participara, mas deveria "negar tudo nos depoimentos que serão prestados na auditoria. Tal procedimento foi orientado pelos advogados SOBRAL PINTO e AUGUSTO SUSSEKIN DE MORAES REGO, com objetivo de provar que os primeiros foram prestados sob tortura, segundo declarações do próprio "Minininho" [César]"[45]. Para os agentes da comunidade de informações, portanto, as denúncias de tortura eram meramente uma estratégia dos advogados. Assim, continua o relatório, "foi feito um apelo ao SNI para que alertasse às autoridades governamentais para os perigos, a que a Justiça Militar, está expondo a Revolução, no combate à subversão"[46].

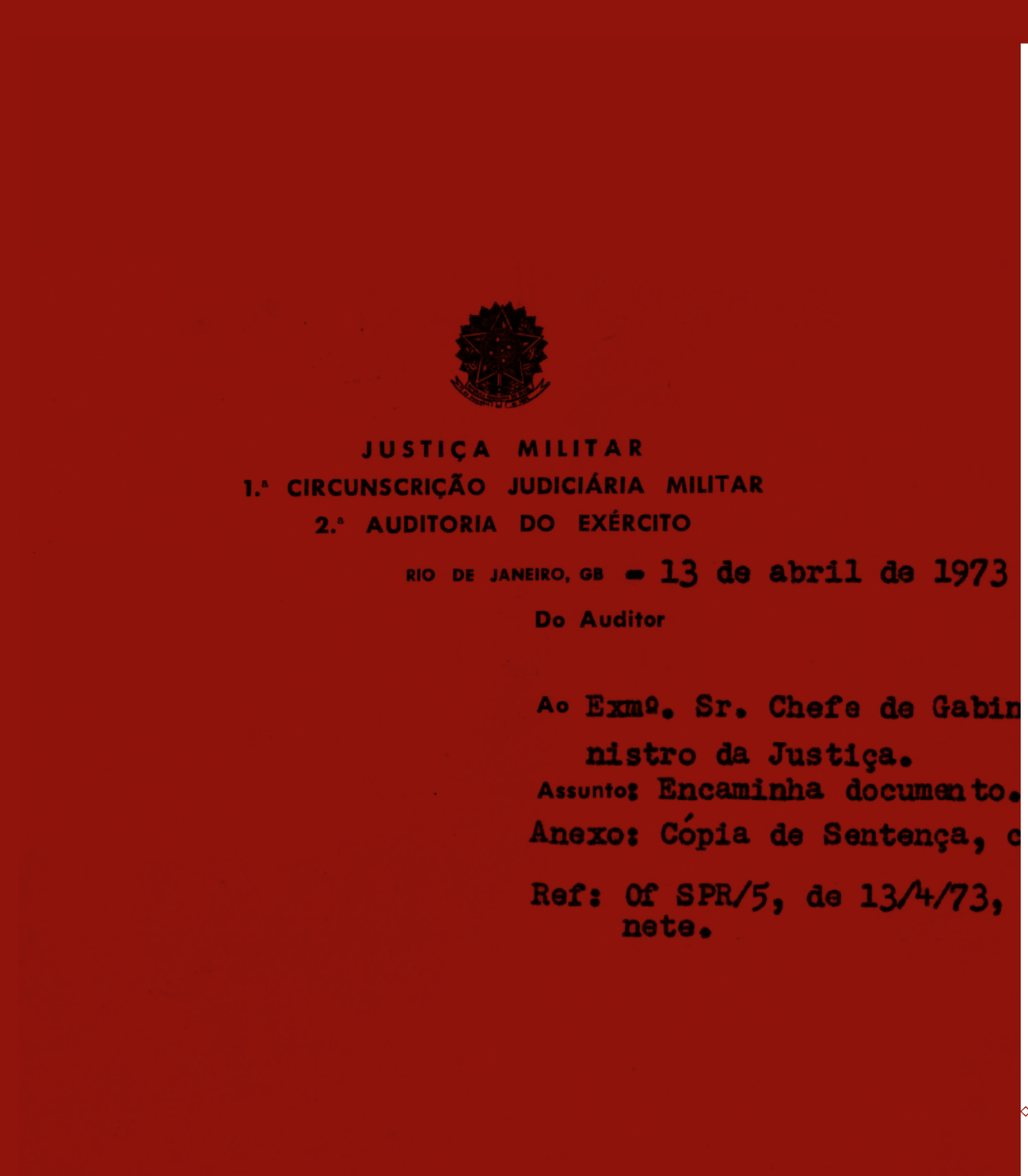
Não eram somente os casos do Rio de Janeiro que eram objeto das reuniões. O relatório de 27 de abril de 1972 traz a intervenção do representante do CIE na reunião, que compartilhou com o restante dos presentes, "sem entrar em detalhes", informações sobre "a queda de vários elementos implicados em atividades subversivas, em diversas regiões do país, tais como: Pernambuco, Bahia, Porto Alegre, São Paulo e Pará". A partir dos nomes apontados não restam dúvidas de que se trata da operação para desbaratar a Guerrilha do Araguaia.

Este não é o único relatório que trata da Guerrilha do Araguaia. Na reunião seguinte, realizada em 04 de maio de 1972, novamente o representante do CIE afirmou "sem entrar em maiores detalhes" que "os resultados da operação MARABÁ foram excelentes". Desta vez, porém, o agente do CISA endossou a fala e disse "ter retornado ontem, dia 03, de MARABÁ, e informou que já tinham sido citados 70 nomes de elementos envolvidos, acrescentando que o fato é muito mais grave do que se supõe" [47]. Destaca-se que o exército sempre negou publicamente a existência desta guerrilha, bem como de operações voltadas para eliminar seus integrantes.

43. Idem.
44. Arquivo Nacional, AC_ACE_39021_71.
45. Arquivo Nacional, AC_ACE_43201_72.
46. Idem.
47. Arquivo Nacional, AC_ACE_45962_72.

Os trechos destas atas aqui destacados dão uma dimensão de como as violações de direitos humanos perpetradas pelos agentes da ditadura eram amplamente difundidas entre os órgãos que compunham a comunidade de informações. A leitura destes documentos permite refutar de forma cabal, mais uma vez, a tese de que estas violações eram resultado da ação isolada de alguns agentes nos porões. A alta cúpula da ditadura se reunia nas salas do Palácio Duque de Caxias para relatar e comemorar violações já cometidas e para planejar futuras violências.





JUSTIÇA MILITAR
1.ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA MILITAR
2.ª AUDITORIA DO EXÉRCITO

RIO DE JANEIRO, GB - 13 de abril de 1973

Do Auditor

Ao Exmº. Sr. Chefe de Gabin
nistro da Justiça.
Assunto: Encaminha documento.
Anexo: Cópia de Sentença, c
Ref: Of SPR/5, de 13/4/73,
nete.

Capítulo 18 - A ESTRUTURA JURÍDICA DA REPRESSÃO[1]

Visando legitimar o rompimento da ordem constitucional e garantir a repressão aos movimentos políticos e sociais contrários à ditadura, o regime montou um arremedo de estrutura jurídica que pretendeu viabilizar seus atos do ponto de vista legal. Não haveria mais garantias individuais. O *habeas corpus*[2] foi suspenso, a prisão perpétua e a pena de morte foram instituídas. Para garantir a obediência do Sistema de Justiça, juízes, desembargadores e ministros dos Tribunais Superiores foram cassados e perseguidos. Ministros biônicos foram nomeados para compor uma maioria no Supremo Tribunal Federal e se criou uma terceira turma de julgadores no STF, com o fim de garantir decisões favoráveis à ditadura. Todas estas medidas autoritárias foram realizadas mediante atos institucionais, complementares e decretos do executivo, a começar pela alteração da Constituição[3]. As mudanças permitiram a elaboração de leis ordinárias, promulgadas durante o período para a consolidação do regime autoritário. A principal destas, a reforma da Lei de Segurança Nacional, teve como objetivo a proteção do regime contra a oposição das forças internas.

1. Este capítulo foi escrito a partir da colaboração de duas pesquisas financiadas pela FAPERJ: "Justiça Autoritária? O Judiciário do Rio de Janeiro e a Ditadura Militar" (FND/UFRJ), coordenada por Vanessa Berner, e "A estrutura de atuação do Poder Judiciário no Estado do Rio de Janeiro durante o governo militar e recomendações de políticas públicas de não repetição neste âmbito" (IBMEC), coordenada por Daniela Barcellos.
2. Habeas corpus é a medida judicial que visa evitar ou fazer cessar detenção ou prisão ilegal, ou ainda preservar integridade física de quem sofre coação ou constrangimento ilegal.
3. Para uma análise mais detalhada, ver BARCELLOS, Daniela Silva Fontoura e SGANZERLA, Rogério Barros. "Direitos restritos e pena de morte: os processos de crimes políticos no Superior Tribunal Militar entre 1964 a 1975". Revista do Conpedi , 2015.

O abandono da Constituição

O primeiro item do arsenal jurídico da ditadura foi apresentado nove dias depois do golpe. O autointitulado Comando Supremo da Revolução, integrado pelo general Arthur da Costa e Silva, o vice-almirante Augusto Rademaker e o tenente brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo, editou, no dia 9 de abril, o Ato Institucional nº 1 (AI-1), em cujo preâmbulo havia a justificativa para a deposição do presidente João Goulart - legitimamente eleito e empossado: "os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País". O artigo 7º, §1º do AI-1 permitiu aposentar ou demitir, por decreto presidencial, servidores públicos e membros do Poder Judiciário, e o artigo 8º autorizou a instauração de Inquérito Policial Militar (IPM) ou processo para averiguar a prática de crimes contra o Estado, a ordem política e social e atos de guerra revolucionária. Como se o país estivesse em guerra, todos os opositores foram caracterizados como inimigos internos, sujeitos a perseguição, prisão, tortura e morte. De 1964 a 1969 foram decretados 17 atos institucionais, regulamentados por 104 atos complementares.

A opção por Tribunais Militares

Diferentemente de outros países da região, nos quais a repressão atuava essencialmente fora dos marcos legais, o Brasil usou estrategicamente os tribunais militares para processar opositores políticos e construiu um arcabouço legislativo e constitucional adaptado às necessidades do regime, no sentido de reprimir dissidentes e ao mesmo tempo manter as aparências. Apesar de a ditadura ter tido sempre a preocupação de parecer funcionar sob o signo da

"normalidade democrática", inclusive em relação à atuação da Justiça Militar, a leitura dos processos que ali tramitaram deixa claro uma outra realidade sobre o papel que de fato exerceu.

A fundamentação das sentenças das Auditorias Militares do Rio de Janeiro revela que os magistrados posicionavam-se como "soldados da revolução", ou seja, cumpriam ordens para combater os "comunistas que queriam transformar o Brasil em uma ditadura". Isso ocorria com mais intensidade na primeira instância, na qual atuavam oficiais de menor patente. Havia também um alto grau de adesão e conivência com o regime ditatorial no Superior Tribunal Militar (STM), formado por oficiais da mais alta patente e civis graduados em Direito, todos nomeados pelo Presidente da República. Além disso, conforme comprovam documentos e informações da época, os juízes estavam sujeitos a pressões, monitoramento e punições caso apresentassem decisões desfavoráveis aos interesses do regime, tais como negar um pedido de prisão preventiva de um "subversivo", absolver um opositor político ou mesmo mencionar tortura e violência ocorridas nas prisões. Nesse sentido, o papel exercido pelo Ministério Público Militar também é digno de menção, tendo este órgão atuado de forma articulada com o Poder Executivo e o Serviço de Informações, para quantificar e monitorar o número de condenações nas auditorias, conforme documento localizado nos arquivos da Justiça Militar.

Os nove chineses[4]

Um caso exemplar aconteceu logo nos primeiros dias do golpe. No dia 3 de abril de 1964, o DOPS da Guanabara prendeu nove integrantes de uma missão comercial oficial do governo Chinês. Dois eram jornalistas, quatro tinham vindo montar uma feira de produtos chineses e os demais vieram comprar algodão. No DOPS, foram fichados e torturados. Ali o delegado Gustavo Borges os interrogou, em português, sem a presença de um intérprete e sem que entendessem as perguntas feitas.

Em entrevista à imprensa, o delegado informou a apreensão de uma "máquina de espionagem montada com a cumplicidade do Governo deposto"[5]. Segundo as declarações prestadas por Gustavo Borges, além de vultosa quantia em moedas estrangeiras (totalizando importância superior a 120 milhões de cruzeiros), foram reunidos manuscritos (cuja tradução revelou tratarem-se de versão da Constituição brasileira para a língua chinesa), farto material de propaganda subversiva, explosivos e fotografias explicativas de sua utilização em guerrilhas, listas de nomes e fichários de várias figuras públicas e agendas escritas em chinês. Estas agendas, denominadas impropriamente de "Diários", receberam tradução forjada por Theodore Wu, um chinês de Formosa [6], e ofereceram a oportunidade para o delegado afirmar haver prova documental a respeito das atividades subversivas e da espionagem imputadas àqueles nove cidadãos chineses.

Com exceção do dinheiro apreendido e depositado no Banco do Brasil, nenhuma destas supostas provas foi exibida em juízo. Os 120 milhões de cruzeiros nunca foram devolvidos ao governo da República Popular da China. Dois meses após a prisão, o encarregado do Inquérito, em nova busca, falou à imprensa com estardalhaço sobre a apreensão de uma pistola com silenciador, oxidada, e de uma pequena lanterna, em cujo interior havia duas folhas de papel manuscritas em chinês. Consolidava-se, assim, frente à opinião pública, a versão fabricada pelos golpistas, militares e civis, de que João Goulart queria implantar no país uma república comunista "sino-soviética".

Os nove chineses foram denunciados à Justiça Militar pela prática de três crimes contra a segurança nacional: organizar, como cabeças, um movimento armado, que se destinava a destruir a ordem política e social existente no Brasil; tentar mudar a ordem política ou social estabelecida na Constituição e promover ou manter no território nacional um serviço secreto de espionagem[7].

Em 22 de dezembro de 1964, os nove chineses foram condenados a dez anos de prisão pela 2ª Auditoria do Exército. Somente o auditor civil votou contra a condenação. A sentença segue a linha ideológica do golpe:

> *A prova dos autos é maciça e tranquila para demonstrar as atividades subversivas dos réus (...). A subversão então era total e o governo preparava escancaradamente a cubanização do país. As mais espúrias e desprezíveis organizações estavam mobilizadas para realizar a sinistra tentativa de subversão da nossa democracia cristã e liberal e substitui-la pelo comunismo materialista e totalitário. (...) Estava desencadeada a "guerra revolucionária" que na América Latina é um fenômeno amplo e profundo que atinge todos os campos da vida nacional. Num ambiente assim, com o governo e os políticos comunistas agitando, e só agitando, disfarçados muitas vezes, de "nacionalistas", e "progressistas" e até em cristãos, frequentadores ostensivos de templos religiosos, o Brasil vivia de amargura e apreensão. (...) A coparticipação do próprio governo de então é decisiva e flagrante nas atividades dos acusados, pois a todo momento se vai encontrar a tranquila e criminosa presença dos mais íntimos do então presidente com os acusados chineses. Em nenhum momento se consegue dissociar a atuação do governo João Goulart [8].*"

O marechal Humberto de Alencar Castelo Branco expulsou-os em janeiro de 1965. Sobral Pinto, defensor dos nove chineses, desnudou a farsa, afirmando que os militares tentaram, com aquele processo, provar que o presidente João Goulart era comunista e, por isso, providenciaram a sua deposição:

> *O que se pretendeu alcançar, e de fato foi alcançado com tais mentiras, foi persuadir, tanto os membros das forças armadas quanto a opinião pública do país, senão a opinião pública mundial, que o presidente João Goulart mandara buscar na China comunista especialistas e técnicos em revolução que, em conluio com políticos brasileiros, se incumbiriam de implantar no Brasil o regime comunista do tipo que vigora em Cuba e na China Continental[9].*"

A Comissão Nacional da Verdade, em seu relatório final, reconheceu a inocência dos chineses e considerou que eles foram vítimas de perseguição política. O Governo brasileiro revogou, em dezembro de 2014, a pedido da CEV-Rio, o decreto de expulsão. Faltam a reparação judicial e o pedido de desculpas.



Ju Qingdong, um dos nove chineses presos em 1964, durante audiência realizada pela CEV-Rio
Foto: Lula Aparício

4. Arquivo Brasil: Nunca Mais Digital: Pasta BNM__006, p.1-1887.
5. Jornal do Brasil, edição de 04/04/1964, p.12.
6. Arquivo Brasil: Nunca Mais Digital: Pasta BNM_006, p.742.
7. Idem. p. 1701-1757
8. Idem. p.1658-1660
9. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório/ Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. Volumes I, p. 99.

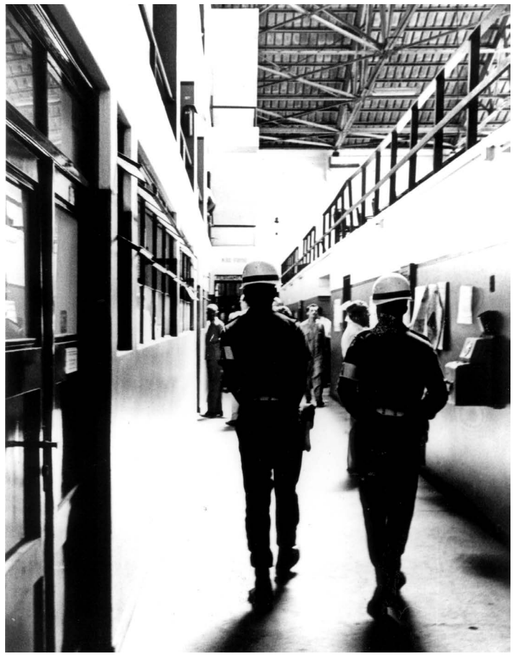
A estratégia autoritária

A estrutura da repressão não abriu mão da palavra final da magistratura para legitimar as arbitrariedades e os correspondentes crimes cometidos. Fato é que o próprio Poder Judiciário atuou na estrutura da repressão, tendo sido um aparato a mais na construção de um projeto militar autoritário. Ainda que existam diferentes graus de responsabilidade na movimentação da máquina judiciária da repressão, que incluiu a presença de juízes independentes, muitos deles perseguidos, os fatos revelam que a atuação da justiça foi, em geral, cúmplice das ações do regime ditatorial.

O caso Panair do Brasil[10] demonstra que parte do judiciário cível do Rio de Janeiro, por meio de alguns de seus servidores, atuou de modo orgânico e colaborativo com os interesses da ditadura. É evidente, desde os primeiros atos do processo, a cascata de irregularidades processuais, atípicas no processo regular de falência, criando expedientes para denegar direitos da companhia aérea que estava na linha de fogo dos interesses empresariais e militares.

No dia 10 de fevereiro de 1965, chegou à diretoria da Panair do Brasil, sem nenhuma advertência, um telegrama informando que a partir daquela data as linhas aéreas concedidas àquela companhia estavam suspensas. Um fato inexplicável. A alegação do Ministério da Aeronáutica de que a empresa estava em uma delicada situação econômica e que prejudicaria a segurança dos voos é desmentida por ato da própria Aeronáutica, que havia concedido a revalidação do certificado de aeronavegabilidade. Fatos mais graves ocorreriam em seguida.

No dia 11 de fevereiro de 1965 o juiz da 6ª Vara Cível recebeu a visita do ministro de Estado da Aeronáutica brigadeiro Eduardo Gomes e no dia 15 decretou a falência da Panair do Brasil.



Ocupação Militar dos Escritórios da Panair, após publicação do despacho presidencial de suspensão de suas linhas aéreas
Crédito: Arquivo Nacional, Fundo: Correio da Manhã
BR_RJANRIO_PH_601_4277

O controle acionário adquirido da antiga controladora, a Pan American em 1961 pertencia aos empresários Mário Wallace Simonsen, de São Paulo, e Celso da Rocha Miranda, do Rio de Janeiro. Tanto Mário quanto Celso não estavam alinhados à ditadura, mas eram vinculados a Juscelino Kubistchek, tendo Celso da Rocha Miranda sido tesoureiro da campanha de Juscelino. Em 1965 haveria eleições gerais para a Presidência da República e aqueles empresários ligados aos governos Jango e Juscelino tinham que ser silenciados. O caminho escolhido foi a quebra de suas empresas.

Fica óbvia, também, a atuação dos juízes em coordenar os tempos do processo para aplicar legislação de exceção – decretos *ad hoc* lesivos aos interesses da empresa – sem o pudor da observância do consagrado princípio da anterioridade da lei. Houve uma decisão do Supremo Tribunal Federal em que, por unanimidade, foi indeferido mandado de segurança impetrado pela Panair. Posteriormente foram acatadas as razões sobejamente arbitrárias do laudo pericial que o próprio Judiciário considerou falso. Estes fatos demonstram que a Suprema Corte, naquele momento, não agiu com autonomia e independência. O juiz Rui Octávio Dominguez, que se posicionou contra os abusos perpetrados contra a Panair do Brasil, chegou a sofrer processo correcional e foi afastado, sequer recorrendo da decisão em razão das pressões naquela conjuntura.

A empresa Panair do Brasil nunca deixou de se defender, desde os primeiros processos a que foi obrigada a responder durante a ditadura civil-militar. Configura-se a perseguição continuada entre 1965 e 1995, momento em que se levantou a falência da empresa, com o pagamento de uma dívida indevida. Pode-se dizer ainda, de certa forma, que até os dias atuais a empresa, já reabilitada, sofre restrições em decorrência da legalidade autoritária que subsiste. A propósito, o disposto no artigo 4º do ainda em vigor Decreto nº 496 de 11 de março de 1969, dispõe: "As empresas de transporte aéreo ficam impedidas de operar aeronaves ou explorar serviços aéreos de qualquer natureza durante ou depois do encerramento dos processos de sua liquidação, falência ou concordata".

O enquadramento da Justiça

Já em 1964, como parte de um ambicioso plano de eliminação dos opositores ao novo regime que se instalara, garantias constitucionais, como vitaliciedade e estabilidade, foram suspensas por seis meses pelo Ato Institucional n.º 1. Funcionários ou os simples titulares de cargos públicos, acusados de qualquer irregularidade, seriam, por decreto, demitidos, suspensos, aposentados ou transferidos para a reserva após inquérito sumário. Além disso, entre outras prerrogativas, outorgava-se ao "Comando Supremo da Revolução" e, mais tarde, ao presidente da República, a capacidade legal de suspender direitos políticos (por até dez anos) e anular mandatos legislativos sem revisão judicial[11]. No âmbito funcional da magistratura, a escolha dos juízes militares ou togados era remetida à lei específica, fora do controle do Congresso Nacional da época.

O AI-2 (1965) é considerado uma das mais fortes intervenções políticas até então perpetradas sobre o Judiciário. Retirava, por exemplo, da justiça comum a competência para processar e julgar os crimes políticos ou aqueles praticados contra a segurança nacional. Tribunais superiores tiveram atribuições e estruturas modificadas para atender aos interesses militares. O presidente da República poderia demitir, remover, aposentar ou por em

10. Ver MEDEIROS, Jo Dutra. A História da Panair do Brasil - 50 Anos. Eta Editora Técnica de Aviação, 1979 e SASAKI, Daniel Leb. Pouso forçado: a história por trás da destruição da Panair do Brasil pelo regime militar. Editora Record, 2005.

11. SANTOS, Ana M.; GONÇALVES, Williams S.; MACHADO, Humberto F. & NEVES, Guilherme P. História do Brasil: de terra ignota ao Brasil atual. Rio de Janeiro: Log On Multimídia, 2002. p. 369.

disponibilidade "quaisquer titulares das garantias referidas [...]"[12]. Associado ao AI-5 (1968), criar-se-ia uma grande subordinação do Judiciário brasileiro ao poder ditatorial, exercido em especial pelo Executivo.

No que tange ao Judiciário, o AI-5 suspendia as prerrogativas de "vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por prazo certo", e serviu de base para o afastamento de três ministros do STF: Victor Nunes Leal (1914-85), vice-presidente da Corte, Hermes Lima (1902-78) e Evandro Lins e Silva (1912-2002). O primeiro fora nomeado por Juscelino Kubitschek, enquanto os outros por João Goulart. Na época, Antônio Gonçalves de Oliveira (1910-92), que ocupava o cargo de presidente do Tribunal havia um mês, renunciou e pediu sua aposentadoria. Antônio Carlos de Andrada (1900-74), seu sucessor, fez o mesmo. Até um ministro do Superior Tribunal Militar (STM), o general de exército Peri Constant Bevilacqua foi aposentado, acusado de "dar *habeas corpus* demais"[13].

Foram também cassados pelo AI-5 o ministro José de Aguiar Dias, do Tribunal Federal de Recursos, e o Juiz Auditor de São Paulo, José Tinoco. O Congresso foi fechado. As garantias do *habeas corpus* seriam suspensas apesar de os advogados continuarem utilizando-o para saber onde estava preso o seu cliente, estabelecer a data da sua prisão e quebrar-lhe a incomunicabilidade. No Estado do Rio de Janeiro, outros magistrados e até mesmo funcionários do Poder Judiciário sofreram as mais diversas sanções, como o desembargador Osni Duarte Pereira, que teve seus direitos políticos suspensos em abril de 1964, os juízes Carlos Haroldo Porto Carreiro de Miranda, João Luiz Duboc Pinaud, Jorge Peixoto Pache de Faria, aposentados em 1969 e Sócrates Vieira, aposentado em 1971. Entre os funcionários perseguidos podem ser citados Lincoln Cordeiro Oest[14] e Ary Schiavo, cujos direitos políticos foram suspensos em 1964 e 1969, respectivamente, bem como José Carlos Maciel da Silva, aposentado em 1969 e Oswaldo Monteiro James, demitido em 1972. Os juízes trabalhistas Rubens de Andrade Filho e César Pires Chaves foram aposentados em 1969, e Jorge Gomes, juiz do Tribunal Marítimo teve a aposentadoria cassada em 1973, como Áureo de Souza e Almeida, da 2.ª entrância da Justiça Militar[15].

Omissão diante de denúncias: o judiciário e a tortura

Desde as primeiras prisões, em 1964, a imprensa noticiou a ocorrência de graves violações dos direitos humanos durante as prisões para investigação nos Inquéritos Policiais Militares, IPMs, instaurados logo depois do golpe militar. O presidente Castelo Branco enviou seu chefe de gabinete - gal. Ernesto Geisel - a diversos estados para apurar as denúncias. Em seu parecer, Geisel afirmou que as acusações "não tinham confirmação concreta nos fatos reais". A tortura a Gregório Bezerra, dirigente do PCB arrastado pelas ruas de Recife no dia do golpe, tinha sido "episódica", causada "pelos excessos naturais de qualquer movimento armado"[16]. Mais tarde, em fins de 1969, o ministro da Justiça Alfredo Buzaid declarou-se publicamente contrário a tortura, em favor dos direitos humanos. A Ordem dos Advogados enviou-lhe então a cópia de uma representação na qual havia relatos de 93 casos de tortura a presos políticos, solicitando que fossem investigadas e tomadas providências. Naquela representação, os signatários informavam ao ministro o raciocínio externado pelas autoridades:

> *"Existe a Lei para proteger o cidadão, porém deixa de ser amparado por Lei aquele que atenta contra a segurança nacional, pois esse não merece ser considerado cidadão, não deve ser considerado pela sociedade e não é portador de direitos[17]."*

Em todas as esferas do Judiciário foram feitas denúncias de graves violações de Direitos Humanos. Mesmo havendo registros e evidências dessas denúncias nenhuma medida foi tomada para apurá-las e para fazê-las cessar. Por essa razão pode-se também considerar o Judiciário como sendo o braço legal do regime militar.

A Justiça Militar, em especial, omitia-se de forma vergonhosa diante das denúncias de torturas contra presos políticos feitas em juízo. No limite, mencionou algumas vezes a expressão "maus tratos" para identificar tortura. Além disso, muitas das decisões condenatórias foram baseadas em depoimentos colhidos fora do contraditório, mediante coação física ou mesmo tortura e violência, estando o réu incomunicável e inacessível, mesmo ao seu advogado, sendo aceitas como legítimas e verdadeiras declarações e confissões prestadas em delegacia e não reproduzidas em juízo, o que violava princípios constitucionais, como o do contraditório e o da ampla defesa, além de regra expressa no art. 9o do Código de Processo Penal Militar.

Um caso típico é o que envolveu os réus Aton Fon Filho, Carlos Roberto Nolasco Ferreira, Carlos Eduardo Fayal de Lira, Domingos Fernandes, Frederico Eduardo Mayr, Flávio de Carvalho Molina, Jorge Raymundo Júnior, Nelson Luiz Lott de Moraes Costa e Paulo Henrique de Oliveira Rocha Lins, acusados de terem assaltado a agencia Catete do Banco Novo Mundo, em 27 de agosto de 1969. O inquérito foi instruído com fotocópias das declarações, ou "confissões" que eles teriam prestado no DOI-CODI, através da Delegacia de Roubos e Furtos, conforme narrou a sentença, proferida na 2ª Auditoria do Exército. Todas as "confissões" eram rigorosamente idênticas. Nos autos do inquérito, transformado em processo judicial, variavam apenas as datas, os locais do fato, o nome dos bancos e os nomes dos escrivães[18].

Interrogados em juízo, os presos informaram ao conselho terem sido torturados e, por isso, assinaram diversas folhas em branco. Com relação a Nelson Lott, as folhas em branco por ele assinadas deram origem a onze processos diferentes em todas as Auditorias. Na apelação nº 39.287, não restou outra saída para o Conselho senão absolver os nove denunciados.

A inversão da prova

Outro exemplo revelador de grave distorção dos princípios do Direito constitui o processo que tramitou na 2ª Auditoria da Aeronáutica do Rio de Janeiro, no qual oito pessoas foram acusadas de terem assaltado uma Kombi da empresa Moinho

12. CASTRO, Flávia L. História do direito: geral e do Brasil. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2003. p. 554.
13. Portal Folha de São Paulo. O que foi o AI-5. Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/ hotsites/ai5/ai5/.
14. Morto sob tortura no DOI-CODI em 1972.
15. OLIVEIRA, Paulo A. Martins. Atos institucionais: sanções políticas... Brasília: Câmara dos Deputados. Coordenação de Publicações, 2000, *passim*.
16. Portal Arquivos da Ditadura – Documentos reunidos por Elio Gaspari. "Explicação pessoal do general Ernesto Geisel sobre a missão para averiguação de denúncias de tortura (transcrição)". Disponível em http://arquivos-daditadura.com.br/documento/galeria/explicacao-pessoal-general-ernesto-geise-0
17. SILVA, Angela Moreira Domingues da. Ditadura e Justiça Militar no Brasil: A Atuação do Superior Tribunal Militar (1964-1980). Tese de Doutorado apresentada na Fundação Getúlio Vargas, em outubro de 2011.
18. Arquivo Brasil: Nunca Mais Digital: Pasta BNM_022. p.1-1773.

da Luz, em dezembro de 1970. Em 21 de junho de 1971 o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), comunicou ao chefe da Seção de Buscas Ostensivas do DOPS que ali se encontravam presos dois "elementos" que já haviam "confessado". O inquérito só foi instaurado em 20 de outubro de 1971, sendo a seguir enviado para a mencionada Auditoria[19].

No dia do interrogatório, os presos se recusaram a responder às perguntas do auditor sem a presença de advogado. Julgados, eles foram condenados a quinze anos de reclusão e a dez anos de suspensão de direitos políticos. Os outros seis denunciados foram absolvidos. Contra essa absolvição, o promotor recorreu ao STM (apelação 40.163). Unanimemente entendeu o Tribunal que o fato de os réus se negarem a depor sem a presença de advogado, era "um pretexto inaceitável" e em razão do seu silêncio "determinaram que se mantivesse, em todos os seus termos, a acusação". Em consequência, dizia o Tribunal, "reuniram-se elementos que apontam os acusados e bem assim Nelson Rodrigues, absolvido na Auditoria, como participante do assalto à Kombi". Os "elementos que apontam os acusados" eram o tenente-coronel Wilson Loppi e o major Lício Freitas Pereira, afirmando ao conselho que as confissões feitas na fase do inquérito eram verdadeiras. Na decisão condenatória o STM dispôs:

> *cumpria aos acusados contestarem essa prova e oferecerem também provas de que o que declararam na polícia não era verdadeiro. (...). Impunha-se-lhes destruir esses elementos que os acusavam e não quedar-se na recusa inexplicável de esclarecer à Justiça seu comportamento[20]."*

O tribunal não podia, entretanto, ignorar princípio básico do Direito, segundo o qual cabe a quem acusa apresentar as provas da acusação. Os acusados não tinham como provar que a declaração na polícia lhes fora extorquida, pois em 21 de junho o CISA informou ao DOPS que "os assaltantes" estavam presos e somente em 27 de outubro, passados três meses e seis dias, foi oficialmente instaurado o inquérito. Assim, qualquer vestígio de sevícia, àquela altura, tinha desaparecido. É dever do promotor provar que a acusação de crime praticado pelo réu é verdadeira. Cabe ao tribunal, à luz da lei, deliberar se a prova é válida ou não.

"De pé sobre latas de cera"

Para compreender a extensão do uso da tortura como prática recorrente e sistemática dentro das instalações das Forças Armadas, bem como a postura omissiva da Justiça durante a ditadura, é elucidativa a leitura de trechos de acórdão do STM datado de 20 de julho de 1970. Sete civis condenados pela 1ª Auditoria da Aeronáutica a quatro meses de prisão recorreram ao Tribunal, "sustentando que a prova dos autos é confusa e não autoriza a condenação dos mesmos, inclusive porque a confissão que fizeram no inquérito foi obtida por meios intimidativos e por maus tratos". O STM negou provimento à apelação e confirmou a sentença, afirmando que:

> *As confissões são sólidas porque as retratações não correspondem as demais peças do processo. Nenhum deles confessou senão aquilo que realmente fez, muito embora fosse necessário coloca-los com algum incômodo físico, isto é, de pé sobre uma lata de cera. Provavelmente desejavam que o encarregado do inquérito lhes trouxesse café na cama ao levantar, ou talvez lhes desse camisas de seda paraguaia para posar para a posteridade, alimentando-se de doces e gêneros outros, que destinavam aos flagelados do nordeste, e que eles furtaram.*
>
> *Não há nos autos qualquer prova séria de que tivessem os acusados sido seviciados. Há prova de que foram realmente, presos, como convinha até que se esclarecessem toda a extensão do furto que praticaram[21]."*

O acórdão demonstra a postura conivente da Justiça perante às denúncias de tortura. Revela-se, dessa forma, uma estrutura que envolvia diversos setores do Estado, mostrando a cumplicidade do Judiciário, que tornava possível a impunidade dos agentes envolvidos na prática de graves violações de direitos humanos.

O acobertamento como rotina

A cortina de silêncio estabelecida pela ditadura contra qualquer denúncia das graves violações de direitos humanos continuou na série de atentados a bomba contra entidades que lutavam pelo retorno ao Estado de Direito e até contra bancas de jornais que vendiam publicações contra o regime. Com base nos casos da OAB e do Riocentro pode-se afirmar que o aparato judiciário compactuou com o regime de exceção que se implantou no país pós-64 e, desta forma, legitimou de diversos modos a ditadura militar, seja por sua inércia, ou pelo medo, ou ainda pela adesão ideológica ao regime. No material analisado pela CEV-Rio sobressaem as duas últimas formas de legitimação mencionadas, devendo-se sublinhar que esses casos foram acompanhados, em sua tramitação judicial, pelo Serviço Nacional de Informações (cópia do processo foi encontrada nos arquivos do SNI disponíveis no AN), o que revela uma situação de monitoramento permanente da atuação dos atores judiciais naquele período.

No caso da OAB fica evidente o atrelamento ideológico por parte das autoridades: quando estas fizeram do seu primeiro ato um mandado de busca e apreensão à residência e local de trabalho da pessoa que teria sido vítima da carta-bomba enviada no mesmo dia à Câmara dos Vereadores, o vereador Antônio Carlos Nunes de Carvalho; quando estas mesmas autoridades mudaram bruscamente a trajetória investigativa do Inquérito Policial para acolher a intervenção explícita dos militares que aparelharam o curso investigativo dos atentados e determinaram o resultado das investigações ou, ainda, quando as evidências contidas no próprio processo foram negligenciadas e a busca à verdade dos fatos foi recoberta de sombra, de modo a permanecer desconhecida e esquecida. Só a partir das investigações conduzidas pela CEV-Rio foi possível identificar os principais responsáveis pelo assassinato da secretária da OAB, Lyda Monteiro da Silva. Todos trabalhavam no Centro de Informações do Exército[22].

No caso do Riocentro, estratégia semelhante se deu: na instauração do IPM ocorreu a substituição de seu titular, cel. Luís Antônio do Prado Ribeiro, pelo cel. Job Lorena de Santana, o qual prestou honras militares ao sargento Guilherme do Rosário e assumiu o comando do inquérito para, deliberadamente, nada apurar. O cel. Job, que posteriormente chegou ao posto de general, fez do IPM do Riocentro uma farsa: contra as evidências fotográficas e periciais de que a bomba explodiu no colo do sargento, construiu-se uma versão de que a bomba teria sido colocada por terceiros entre o banco e a porta do Puma.

19. Idem. BNM_036. p.1-607
20. Idem. BNM_036.p.17-18
21. Arquivo Brasil: Nunca Mais Digital: Pasta BNM_698_STM_37768, p. 1134-1136.
22. Ver capítulo 15 deste Relatório Final.

O caráter dos inquéritos, em ambos os casos, foi validado pelo Poder Judiciário, que integrou-se à farsa, exceção feita ao almirante Júlio Bierrenbach, falecido em 2015, que se opôs com firmeza à fraude montada pelo IPM e posteriormente reforçada pelo STM. Essa cumplicidade do Judiciário com a ditadura militar sem dúvida afetou a transição política no Brasil, pois não permitiu um tratamento jurídico das graves violações de direitos humanos ocorridas naquele período. A atuação do Judiciário nos casos mencionados contribuiu (e ainda contribui) para uma ideia de transição política pacífica e negociada, quando os próprios processos revelam-se campo de batalha pela memória e verdade: sucessivas tentativas de abertura dos casos, desde a década de 1980, foram reiteradamente rejeitadas.

O argumento mais frequente é de que a anistia teria alcançado os fatos ocorridos em 1980/81 e de que não haveria "fato novo" a justificar a reabertura dos processos. O que o exame detalhado dos autos demonstrou que ocorreu, contudo, foi que os eventos levados ao conhecimento dos encarregados dos inquéritos jamais foram apurados e, posteriormente, analisados pelo Judiciário. As circunstâncias que deliberadamente não foram apuradas constituem certamente "fatos novos" que ensejam, finalmente, num contexto de verdadeira transição política, serem avaliados judicialmente. A persistência na obstrução da verdade revela um Poder Judiciário de matiz autoritária, conservador e que ainda respira, mesmo que de forma não generalizada, os ares da ditadura.

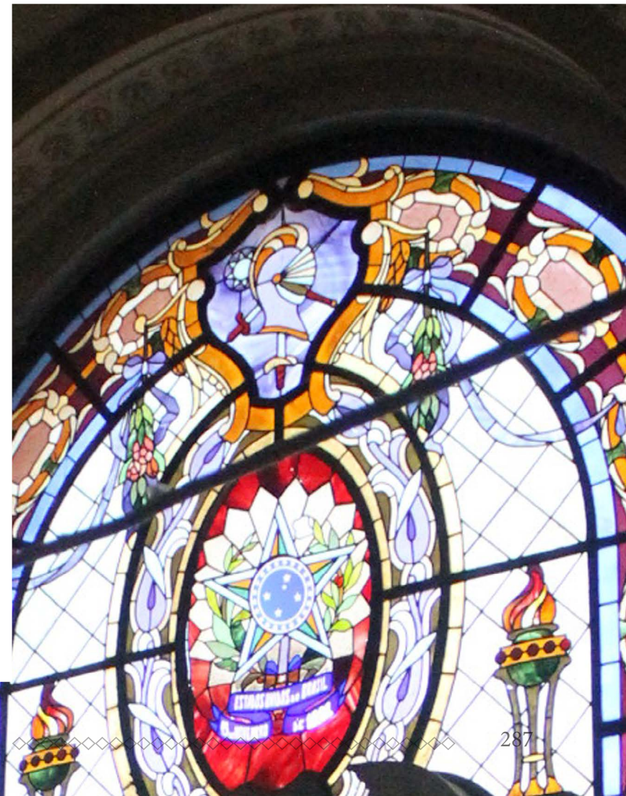
Capítulo 19 - LOCAIS DE PRISÃO E TORTURA[1]

Um dos objetivos legais da CEV-Rio é identificar e tornar públicas as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionadas à prática de violações de direitos humanos durante o período investigado. Neste capítulo, será traçada uma cartografia dos principais locais de prisão e tortura utilizados pelo regime militar no Rio de Janeiro, composta por um mapa do estado, textos, fotos, plantas e mapas de localização de cada um dos lugares identificados. As histórias desses espaços – contadas a partir dos testemunhos e das fontes documentais existentes – revelam a multiplicidade das estratégias repressivas, bem como o complexo funcionamento da estrutura do Estado ditatorial.

Delegacias, presídios, quartéis e instalações militares e policiais das mais variadas naturezas foram utilizados como locais de prisão ilegal, tortura, execução e desaparecimento forçado de opositores políticos. Mantinha-se, à época, uma atuação coordenada dos órgãos locais para garantir o intercâmbio de presos políticos entre unidades militares, e entre estas e órgãos policiais. Além de guarnições militares e prédios públicos, centros clandestinos também foram mantidos com verbas oficiais. O termo clandestino é empregado para indicar um local, em regra, escondido e afastado dos grandes centros, que funcionava em imóveis disponibilizados por particulares. Embora fossem considerados não oficiais, por estarem situados fora da estrutura dos órgãos militares e policiais, tais locais, os verdadeiros porões, foram mantidos e operados por agentes estatais e eram de conhecimento de toda a cadeia de comando militar.

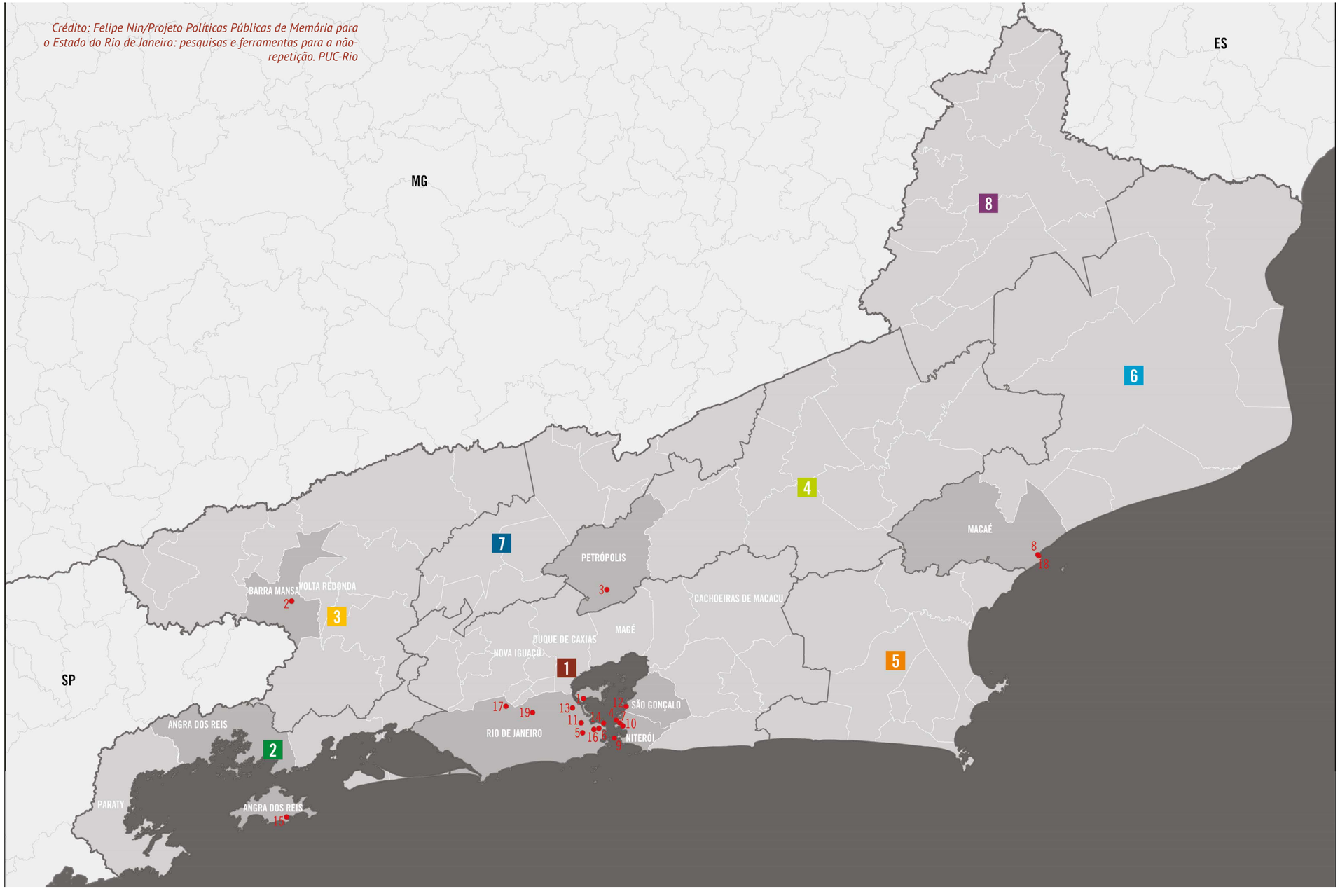
A CEV-Rio mapeou, com o auxílio do projeto "Políticas Públicas de Memória para o Estado do Rio de Janeiro: pesquisas e ferramentas para a não repetição", desenvolvido pelo Núcleo de Direitos Humanos da PUC-Rio, vinte e um locais no total. No município do Rio de Janeiro, foram destacados o DOI-CODI, o DOPS/GB, a 1ª Companhia de Polícia do Exército da Vila Militar, a Base Aérea do Galeão, o Hospital Central do Exército, a Invernada de Olaria, o Complexo Frei Caneca e o Presídio Talavera Bruce. Em Niterói, constam o Centro de Armamento da Marinha, o DOPS/RJ e a Fortaleza de Santa Cruz. Integram ainda a relação a antiga Delegacia de Polícia Civil de Macaé; o 1º Batalhão de Infantaria Blindada de Barra Mansa; a Ilha das Flores, em São Gonçalo; o Presídio da Ilha Grande (Instituo Penal Cândido Mendes), em Angra dos Reis e os Navios-prisão, ancorados na Baía de Guanabara. Entre os centros clandestinos de sequestro, tortura ou desaparecimento, foram mapeados a Casa da Morte de Petrópolis; o Estádio Caio Martins, em Niterói; o Clube Ypiranga Futebol Clube, em Macaé e dois locais, cuja localização geográfica ainda não foi possível concluir em decorrência da escassez de informações: a Casa de São Conrado e o Sítio de São João de Meriti. A CEV-Rio, com base em depoimentos, levanta ainda a possibilidade de um segundo centro clandestino ter sido montado na cidade de Petrópolis, mas trata-se de uma informação que precisa ser melhor investigada.

A seleção dos locais apresentados teve como principal critério a constatação da ocorrência, em suas dependências, de graves violações de direitos humanos de forma generalizada, contínua e sistemática. É certo, no entanto, que essa listagem não é exaustiva. Outros locais, situados no Rio de Janeiro, foram utilizados pela repressão, seja para prender e torturar militantes, seja para esconder seus corpos, evitando deixar vestígios sobre os crimes praticados no estado. Alguns deles são conhecidos, como a Ilha das Cobras (Rio de Janeiro), a Fortaleza de São João (Niterói), a Delegacia o Alto da Boa Vista - 4º Subseção de Vigilância (Rio de Janeiro), a Delegacia de Pilares (Rio de Janeiro), a Base Aérea de Santa Cruz, a Delegacia policial antigamente situada à Rua Teresa, em Petrópolis, o 32º Batalhão de Infantaria de Petrópolis. Outros ainda permanecem ocultos em razão da política de silêncio adotada, até hoje, pelas Forças Armadas. A rede de lugares utilizada pela ditadura no Rio de Janeiro foi bastante ampla, estendendo-se por todas as regiões do estado.



1. Os textos, mapas e imagens utilizados neste capítulo foram produzidos com a colaboração da pesquisa "Políticas Públicas de Memória para o Estado do Rio de Janeiro: pesquisas e ferramentas para a não repetição", desenvolvida pelo Núcleo de Direitos Humanos do Departamento de Direito da PUC-Rio e coordenada pelo professor José Maria Gomez.

Crédito: Felipe Nin/Projeto Políticas Públicas de Memória para o Estado do Rio de Janeiro: pesquisas e ferramentas para a não-repetição. PUC-Rio



LOCAIS DE PRISÃO E TORTURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

01. Base Aérea do Galeão p.330
02. BIB de Barra Mansa p.312
03. Casa da Morte p.305
04. CAM p.355
05. DOI-CODI p.290
06. DOPS/GB p.299
07. DOPS/Niterói p.350
08. Clube Ypiranga p.361
09. Fortaleza de Santa Cruz p.352
10. Caio Martins p.344
11. HCE p.325
12. Ilha das Flores p.357
13. Invernada de Olaria p.365
14. Navios-prisão p.358
15. Presídio da Ilha Grande p.333
16. Complexo da Frei Caneca p.337
17. Presídio Talavera Bruce p.340
18. Delegacia de Polícia em Macaé p.363
19. Vila Militar p.320

1 REGIÃO METROPOLITANA
2 REGIÃO COSTA VERDE
3 REGIÃO MÉDIO VALE DO PARAÍBA
4 REGIÃO SERRANA
5 REGIÃO BAIXADAS LITORÂNEAS
6 REGIÃO NORTE FLUMINENSE
7 REGIÃO CENTRO-SUL FLUMINENSE
8 REGIÃO NOROESTE FLUMINENSE

1. DESTACAMENTO DE OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO - CENTRO DE OPERAÇÕES DE DEFESA INTERNA (DOI-CODI)



Localização: Rua Barão de Mesquista, nº 425, Rio de Janeiro, RJ

Principal centro de prisão ilegal, tortura, morte e desaparecimento forçado instalado no estado do Rio de Janeiro, o Destacamento de Operações de Informação-Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) funcionou entre os anos de 1970 e 1979 no interior do 1º Batalhão de Polícia do Exército (BPE), na rua Barão de Mesquita, Tijuca. Situado nos fundos do pátio do quartel, o prédio de dois andares do Pelotão de Investigações Criminais (PIC) serviu de base para as suas operações. O órgão era subordinado ao I Exército e responsável por centralizar e coordenar a execução de ações repressivas, como a captura, o sequestro, a tortura, o assassinato e o desaparecimento de militantes de oposição à ditadura militar. Vale ressaltar que o PIC já era utilizado como local de prisão e tortura antes mesmo da denominação DOI-CODI ser definida em 1970. Ademais, a partir desta data, o 1º BPE abrigou o DOI-CODI ao mesmo tempo em que manteve seu funcionamento enquanto batalhão de polícia. Por isso, muitas vezes, nos testemunhos de ex-presos políticos, o local é referenciado como DOI-CODI, PIC ou Polícia do Exército (PE) da Barão de Mesquita.

A criação dos DOI-CODIs foi resultado de uma política adotada pela ditadura militar no final da década de 1960 e início dos anos 1970, que buscava destruir as organizações de esquerda por meio do desenvolvimento de uma estrutura repressiva mais "eficiente". Para tanto, os diversos órgãos militares e policiais, federais e estaduais, passaram a atuar de forma conjunta e coordenada no combate à chamada subversão. Foram criados DOI-CODIs em diversos estados.[1]

Com a instalação do DOI-CODI no Rio de Janeiro, na Rua Barão de Mesquita, a estrutura original do PIC (que, por sua vez, foi transferido para outra unidade do pátio do 1º BPE) passou por uma série de reformas. Sabe-se que entre 1969 e 1972 foram realizadas obras no prédio buscando atender às necessidades específicas do DOI-CODI, sem que isso impedisse o concomitante funcionamento do novo órgão em seu interior. Paredes foram derrubadas e novas celas construídas para receber o crescente número de prisioneiros. Ao mesmo tempo, as salas utilizadas para a prática de tortura sofreram adaptações para receber novos aparelhos e instrumentos mais avançados de tortura, que não deixassem marcas nos corpos dos prisioneiros.



Entrada do PIC: foto tirada durante a diligência de 23 de setembro de 2014
Crédito: Acervo NDH PUC-Rio

1. Para mais informações sobre a criação dos DOI-CODIs, ver o capítulo 17 deste Relatório (Os órgãos de monitoramento e repressão).

Dentre as principais mudanças, destacam-se a construção de uma porta exclusiva, que permitia a entrada e saída do prédio pelos fundos (Av. Maracanã), evitando que os presos levados para o DOI-CODI passassem pelo interior do batalhão; a ampliação dos refeitórios dos oficiais e dos sargentos, em resposta ao expressivo aumento do efetivo; a construção de novas celas; e a adaptação das salas do PIC para a realização de interrogatórios pelos agentes do órgão. Segundo Dulce Pandolfi, presa em agosto de 1970 nas dependências do DOI-CODI:

> *"O prédio tinha dois andares. Diferentemente do que muitos dizem, aquele lugar não era um "porão da ditadura", um local clandestino. (…) eu estava numa dependência oficial do Exército brasileiro. Uma instituição que funcionava a todo vapor, com todos os seus rituais, seus símbolos, seus hinos, sua rotina. (…) No andar térreo, tinha a sala de tortura, com as paredes pintadas de roxo e devidamente equipadas, outras salas de interrogatório com material de escritório, essas às vezes usadas, também, para torturar, e algumas celas mínimas, chamadas solitárias, imundas , onde não havia nem colchão. Nos intervalos das sessões de tortura, os presos eram jogados ali. No segundo andar do prédio havia algumas celas pequenas e duas bem maiores, essas com banheiro e diversas camas beliches. Foi numa dessas celas que passei a maior parte do tempo.*[2]

De acordo com relatos de ex-presos políticos, as principais mudanças foram implementadas a partir de 1972, quando o DOI-CODI passou a importar técnicas de tortura de outros países. Além de celas solitárias, foram construídas no edifício salas especiais de tortura, como a "geladeira" (que permitia a alteração brusca de temperatura), uma cela totalmente branca e outra totalmente pintada de preto (que produziam um perverso e sutil dano psíquico nas pessoas em razão da percepção monocromática que lhes era imposta), bem como uma sala sonorizada (destinada a produzir barulhos ensurdecedores). Cada cela passou ainda a ser monitorada por meio de um sistema de escuta. A consequência da importação destas técnicas é descrita por Newton Leão Duarte e Lucia Murat:

> *Fui preso por duas vezes em 1973, no DOI-CODI, mas já era outra fase: o prédio tinha sido mudado, com salas de interrogatório acústicas, com vidro face a face, para acareações sem que um pudesse ver o outro; tinha um púlpito para que o interrogador fizesse anotações sem que o torturado visse; que antes o pau-de-arara era improvisado entre arquivos, mas depois era tudo preparado, parecia um consultório médico ou dentista; que havia salas chamadas geladeiras, para resfriar, tinham luzes fortes para não deixar o torturado dormir, havia aparelhos para fazer barulho forte; que o torturado era torturado de capuz, e isso era bem pior porque não se sabia quando iria levar um soco ou choque; que os presos raramente ficavam sem capuz, e então era mais difícil reconhecer alguém; que nesta época não consegui reconhecer ninguém.*[3]

2. ACERVO CEV-Rio. Testemunho de Dulce Pandolfi concedido em Audiência Pública realizada no dia 28 de maio de 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ZwyKtFdZrKk
3. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL; COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO RIO DE JANEIRO. Testemunho de Newton Leão Duarte ao Ministério Público Federal. Documento enviado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) requerendo o tombamento do prédio do DOI-CODI. Rio de Janeiro: agosto, 2013. p.9.

“*Estava já há cerca de dois meses na Vila Militar quando em final de agosto fui levada de novo para o DOI-CODI. Essa possibilidade não passava pela minha cabeça. Tinha me convencido de que tudo aquilo acabara. (…). Estava tão desesperada que me deram uma injeção e fui levada quase desmaiada para a Barão de Mesquita. Lá estava tudo mudado. As celas tinham cama e lençol e os aparelhos de tortura foram substituídos por celas com controle de som e de temperatura, as chamadas geladeiras. Os presos eram colocados sem poder dormir, sem comer e em temperaturas baixíssimas. (…) Hoje, me parece que o DOI-CODI da Barão de Mesquita, a partir desse momento, foi reservado para presos que passariam por esse “interrogatório científico”. Ao mesmo tempo, os militantes das organizações armadas considerados chaves foram sumariamente condenados à morte. Não iam para o DOI-CODI. Iam ser torturados e assassinados em outros lugares, como a Casa da Morte em Petrópolis.*[4]”

O ex-soldado Marco Aurélio Magalhães, que à época serviu no DOI-CODI, esclareceu, em entrevista concedida em 1986 ao jornal *Folha de S. Paulo*, as mudanças estruturais ocorridas no espaço:

“*A partir de agosto de 71 as torturas ficaram mais sofisticadas. Quando eu cheguei, as torturas, os métodos de obterem confissão, eram basicamente a força física. Muito pescoção, muito tapa, muito soco, muito chute, vez ou outra choque elétrico nos dedos e órgãos genitais. Às vezes introduziam objetos na vagina ou no ânus. Estes eram os métodos iniciais. Eu entrei em maio, tive um mês de preleção, comecei a dar guarda em junho e mais ou menos em agosto começaram as obras na parte térrea do prédio do Pelotão de Investigação Criminal (PIC) para construção de celas mais sofisticadas. Eles construíram lá embaixo quatro celas. Construíram uma cela-geladeira, onde realmente se chegava a baixíssimas temperaturas, uma câmara toda forrada de isopor e amianto. Construíram também uma cela com vários botões do lado de fora com os quais você controlava e emitia ruídos e sons altíssimos para o preso ter sensações de desequilíbrio. Tinha uma cel a totalmente negra, onde a pessoa não enxergava nada e não conseguia nunca acostumar a visão àquele grau de escuridão. Em compensação, tinha uma cela toda pintada de branco onde os presos perdiam a noção de hora, de tempo. Os presos lá em cima, do segundo andar, onde estavam as celas comuns, se guiavam pelos toques do corneteiro, para saber se estava amanhecendo, se o coronel estava saindo ou chegando, se era hora de almoço. Os presos ficavam nas celas totalmente isoladas perdiam a noção de tempo e de espaço.*[5]”

O caminho percorrido pelos presos ao chegarem ao DOI-CODI normalmente iniciava-se na “sala de triagem” ou sala de “espera”, localizada no primeiro andar do prédio, para onde eram levados a fim de deixarem seus pertences pessoais. O interrogatório e a tortura, muitas das vezes, começavam já nesse primeiro momento. Posteriormente, os presos costumavam ser levados às salas individuais, também situadas no primeiro andar, onde eram torturados. O objetivo era evitar o contato inicial com outras pessoas e obter rapidamente informações sobre eventuais encontros, esconderijos ou a localização de outros militantes, visando a captura e prisão de opositores à ditadura. Uma das técnicas da tortura consistia em manter os presos sempre nus e com capuz para evitar que os torturadores fossem identificados. Após interrogatório, os presos eram removidos para celas solitárias situadas no mesmo corredor, ou coletivas (feminina ou masculina) – espaços conhecidos como “Maracanã” – situadas no segundo andar do edifício, onde, em regra, a tortura diminuía. A mudança era possível pois, por um lado, o preso já não tinha mais tanta “utilidade” para o sistema naquele momento, posto que já havia sofrido todo tipo de sevícia a fim de “entregar” as informações desejadas, e, por outro lado, permitia que novos presos fossem encaminhados às celas individuais para serem interrogados sob tortura.



Planta do 2º andar do PIC - janeiro/fevereiro de 1970
Crédito: Newton Leão

Testemunhos de ex-presos políticos dão conta da diversidade de métodos de tortura que eram aplicados durante os interrogatórios, como choques elétricos (aplicados por meio de diferentes aparelhos), “pau-de-arara” (barra de ferro que atravessa entre os punhos amarrados do indivíduo e a dobra de seu joelho, de modo que seu corpo fica pendurado na barra situada acima do chão), “cadeira-de-dragão” (cadeira na qual o preso permanecia amarrado com correias e placas de espuma; seus dedos dos pés e das mãos eram amarrados com fios elétricos que produziam choques), “empalamento” (introdução no ânus do preso de um cassetete com pregos), afogamento, uso de animais (como baratas, ratos, jacarés e cobras) e a utilização das celas mencionadas anteriormente, capazes de causar enorme desconforto sensorial (frio, barulho e luminosidade). Gildásio Westin Cosenza, preso no DOI-CODI em 1975, relata as torturas que sofreu:

“*Foi torturado, no DOI-CODI do I Exército(...), recebeu golpes de cassetete, murros, choques elétricos, aplicados por um magneto; que, ao cair, devido aos choques, era pisoteado; que, naquele local, sofreu empalamento com um cassetete elétrico e com um cabo de vassoura; que a sua boca era constantemente cheia com sal e tornou-se difícil dizer quantos dias passou sem tomar água; que inúmeras foram as vezes em que foi jogado a um cubículo que denominavam de “geladeira”, que tinha as seguintes características: sua porta era do tipo frigorífico, medindo cerca de dois metros por um metro e meio; suas paredes eram todas pintadas de preto, possuindo uma abertura gradeada ligada a um sistema de ar frio; que no teto dessa sala existia uma lâmpada fortíssima; que ao ser fechada a porta ligavam produtores de ruídos cujo som variava do barulho de uma turbina de avião a uma estridente sirene de fábrica; que por diversas vezes foi medicado por um elemento que dizia que o interrogando não resistiria por muito tempo.*[6]”

Maria Dalva Bonet, ao contar sua passagem pela Barão de Mesquita, também descreve os tipos de tortura a que foi submetida:

“*Fomos levadas pra PE. Já cheguei lá em sessão de tortura. (…) Eles me botaram em pé um tempão pra poder parar a circulação. (…) Comecei a levar porrada, fui jogada no chão (…). Fiquei cheinha de hematoma no corpo todo, no seio, tudo. Choque elétrico, cadeira do dragão, choque elétrico nas mãos e nos pés. Os meus dedos todos descascaram, os pés também ficaram em carne viva. Choque elétrico no ânus. 72 horas nessa brincadeira. Ai chegou um momento que o Magalhães começou “não dá mais choque nessa puta não, porque choque*

4. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Lucia Murat concedido em Audiência Pública realizada no dia 28/05/2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ZwyKtFdZrKk

5. Folha de São Paulo, Edição de 19/09/1986. “Ex-soldado decide falar sobre torturas a presos políticos”. Brasil Nunca Mais Digital: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos, p. 459-460.

6. Arquivo CNV, 00092.000113/2014-43: Processo da Comissão de Anistia nº 2005.01.52188, p. 126.

ela tira de letra". Ai eu pensei "ai meu deus, vou me livrar do choque". Eu já estava desesperada com os choques. Que ilusão. Me botaram no pau-de-arara, com os choques. E no pau-de--arara começaram a me rodar que nem galeto. E colocaram uma gravação. Eu não sei se era microfone porque não dava pra ver porque a cabeça fica assim né. Que dizia "Adriana (que era meu nome de guerra), não adianta tentar resistir. A sua organização já caiu toda. O Apolônio está aqui. O Mario Alves tentou resistir e nós enfiamos um cassetete no ânus e ele não resistiu, ele morreu". Tudo pra me intimidar.?"

O testemunho acima chama atenção para um aspecto que merece destaque: o tratamento conferido às mulheres presas no DOI-CODI, sistematicamente humilhadas, violentadas e discriminadas por questões de gênero. As torturas perpetradas contra as presas – nudez forçada, violências sexuais (como, por exemplo, o estupro)[8], uso de animais (como baratas, ratos, cobras e jacarés) em contato direto com o corpo feminino, entre outras – visavam atingir precisamente a sua condição de mulher e, consequentemente, anular a sua dignidade e aniquilar qualquer traço de humanidade. Com efeito, durante as agressões, as mulheres eram frequentemente rotuladas pelos torturadores como prostitutas, adúlteras e esposas ou mães desvirtuadas, cujo papel social deveria permanecer restrito às funções do lar e longe da esfera política, tradicionalmente compreendida como um lugar a ser ocupado somente pelos homens.

A maternidade foi outro elemento utilizado pelos torturadores para desestabilizar as presas políticas, sendo comuns ameaças que envolvessem seus filhos ou que afirmassem que as mesmas se tornariam estéreis. As torturas e as péssimas condições a que estavam submetidas no DOI-CODI foram responsáveis por causar abortos, bem como infecções e outras doenças graves às mulheres ali detidas. Casos emblemáticos de violência de gênero foram os de Dulce Pandolfi e Lucia Murat, presas e levadas para o DOI-CODI em agosto de 1970 e março de 1971, respectivamente. Submetidas a prolongadas torturas físicas e psicológicas, passaram por uma experiência brutal e humanamente indizível nas mãos dos agentes militares que atuavam no PIC. Sofreram sevícias sexuais e agressões de todos os tipos, inclusive com o uso de animais em seus corpos nus. Mas sobreviveram ao terror. Em depoimento na primeira audiência pública da CEV-Rio, na Assembleia Legislativa, em 28 de maio de 2013, relataram em detalhes o que foi o terrorismo do Estado ditatorial.[9]

Era comum ainda a participação de médicos em interrogatórios realizados no interior do DOI-CODI, onde cumpriam as funções de auxiliar e de supervisionar a tortura para determinar se o preso poderia seguir sendo seviciado ou se seria preciso diminuir o grau de violência a fim de evitar a sua morte (o que implicaria na impossibilidade de se obter as informações desejadas), bem como de reanimar as vítimas e ministrar-lhes medicamentos, quando necessário. Quando a tortura era tanta que o preso não respondia aos cuidados médicos prestados nas dependências do próprio DOI-CODI, eles eram então enviados ao Hospital Central do Exército (HCE). O depoimento de Luiz Roberto Tenório dá conta da colaboração dos médicos com a ditadura militar:

> *"Sou médico (...) me formei em 1968, na antiga UEG, hoje UERJ. (...) a minha atividade política era um pouco como médico prestando assistência a pessoas procuradas pela ditadura militar. Pessoas não só que passavam mal, iam ao meu consultório, como pessoas também que se feriam em ações de combate contra a ditadura. Fruto disso, um grupo de médicos foi preso em 1972. Eu fui um deles. (...). Fui levado para o DOI-CODI, na Barão de Mesquita. (...). Depois de algum tempo, eu vim de uma sessão de tortura, muito mal, muito debilitado, inclusive com uma perfuração no tímpano. Tive o meu tímpano direito perfurado, e a partir daí eu comecei a ter uma piora do meu estado de saúde. (…) Foi trazido um médico para me atender. Esse médico era o Ricardo Fayad, que foi meu colega de turma. Durante seis anos, nós convivemos na mesma turma na Faculdade de Ciências Médicas da UERJ. E durante esses seis anos a gente tinha divergências políticas do movimento estudantil, eu pela esquerda e ele como pessoa de direita. E quando eu vi o Ricardo Fayad fiquei com algum tipo de esperança de que ele pudesse pelo menos avisar a minha família onde eu estava (...). Ele simplesmente chamou o torturador e falou pro torturador que eu ainda poderia dar informações e que não era um caso grave, que podia continuar no interrogatório. O próprio torturador chegou para mim e falou: "quem tem um colga desses, não precisa ter inimigo".[10]"*

De acordo com dados fornecidos pela Comissão Nacional da Verdade, do total de presos políticos que passaram pelas dependências do DOI-CODI, ao menos 49 foram mortos, dentre os quais 33 permanecem desaparecidos até a presente data. Roberto Cietto (1969), Mario Alves de Souza Vieira (1970), Jorge Leal Gonçalves Pereira (1970), Celso Gilberto de Oliveira (1970), Carlos Alberto Soares de Freitas (1971), Rubens Beirodt Paiva (1971), Aderval Alves Coqueiro (1971), Antônio Joaquim de Souza Machado (1971), Joel Vasconcelos Santos (1971), Gerson Theodoro de Oliveira (1971), Mauricio Guilherme da Silveira (1971), Mário de Souza Prata (1971), Marilena Villas Boas Pinto (1971), Aluízio Palhano Pedreira Ferreira (1971), Paulo Costa Ribeiro Bastos (1972), Sérgio Landulfo Furtado (1972), José Mendes de Sá Roriz (1973) e Armando Teixeira Fructuoso (1975) são alguns dos mortos e desaparecidos políticos vinculados à ação do DOI-CODI e reconhecidos pelo Estado brasileiro.

Em meados da década de 1970, com a destruição das principais organizações armadas e com o fim da Guerrilha do Araguaia, os DOI-CODI passaram a buscar novos "inimigos internos" que justificassem a sua existência. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), cuja opção contrária à luta armada era explícita, e sua relação com o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição consentida pelo governo ditatorial, foram então escolhidos como a mais nova ameaça a ser combatida. Foi nesse contexto que foi realizada a Operação Pajuçara (1973-1976), responsável por matar 19 lideranças do PCB, das quais 11 permanecem até hoje desaparecidas [11]. Abalado pelas crescentes denúncias de tortura, desaparecimento forçado e assassinatos, que ganharam ainda maior repercussão com a morte de Vladmir Herzog (1975) e de Manoel Fiel Filho (1975), ambos no DOI-CODI do II Exército, em São Paulo, o governo militar se viu obrigado a reduzir as atividades dos DOI-CODI, levando à sua posterior extinção no início da década de 1980.

Em agosto de 2013, o Ministério Público Federal (MPF) e a CEV-Rio apresentaram ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

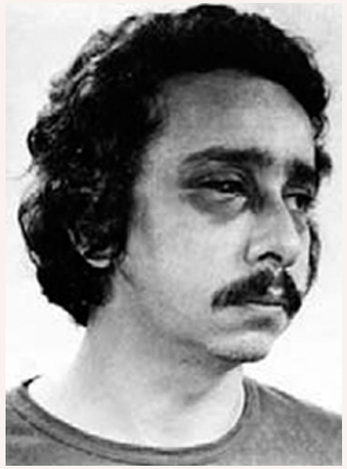
7. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Maria Dalva Bonet para a CEV-Rio em 17/11/2014.
8. Vale ressaltar que a violência sexual foi praticada também contra homens. Ver: capítulo 10 do Relatório Final da CNV.
9. Seus relatos, com uma análise aprofundada da violência de gênero durante a ditadura, podem ser encontrados no capítulo 110 deste Relatório (Mulheres na luta contra a Ditadura - O terror do Estado e a violência sexual).
10. Arquivo da Comissão Nacional da Verdade, 00092.002439/2014-07. Depoimento de Luiz Roberto Tenório à Comissão Nacional da Verdade em 28 de outubro de 2014.
11. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade.Relatório / Comissão Nacional da Verdade.Brasília: CNV, 2014. Volume I. p. 642.

(IPHAN) um pedido de tombamento do prédio onde historicamente funcionou o DOI-CODI, localizado nos fundos do 1ºBPE. De acordo com o MPF, tal medida busca combater o "negacionismo" e "silenciamento", fomentar uma consciência política de não repetição das violações de direitos humanos no presente e reparar simbolicamente a sociedade, os ex-presos políticos e os familiares de militantes mortos e desaparecidos no interior do DOI-CODI. Mais recentemente, em setembro de 2014, foi inaugurado na praça Lamartine Babo, localizada em frente ao 1º BPE, um busto do ex-deputado Rubens Paiva, preso, torturado, assassinado no interior do DOI-CODI em 1971, e cujo corpo permanece até hoje desaparecido.

Ex-preso volta ao cenário da tortura

Com o fim da ditadura civil-militar, o quartel da Polícia do Exército adquiriu com o tempo uma conotação sombria, símbolo que foi da prática sistemática de tortura pelo Estado ditatorial brasileiro, nos anos setenta do século passado. Mantido fechado a qualquer inspeção da sociedade civil, mesmo após o fim da ditadura, somente em 2013 teve seus portões abertos. Após longas negociações com o ministério da Defesa e o Comando do Exército, três diligências foram realizadas no local pelas Comissões Estadual e Nacional da Verdade.

Em diferentes momentos de sua vida, o jornalista Álvaro Caldas esteve em cinco ocasiões na central de torturas da Barão de Mesquita, Tijuca. Neste relato, ele dá o seu testemunho:



Álvaro Caldas com rosto marcado pela tortura/abril de 1973
Foto: Aylton Baffa

Nas duas primeiras vezes entrei na condição de prisioneiro, e em outras três em missão oficial, como membro da Comissão da Verdade do Rio, para fazer um reconhecimento de suas instalações. Em minha primeira prisão, em fevereiro de 1970, cheguei algemado, no banco de trás de um carro Aero Willis. Na segunda, três anos depois, entrei de capuz, estendido no piso traseiro de um Corcel, depois de sequestrado em casa. Em ambas, fui conduzido por meus captores por um portão lateral, entrada exclusiva para as dependências do DOI-CODI.

Decorridos 43 anos, voltei em agosto e setembro de 2013, cumprindo diligências da CEV-Rio. Nestas duas vezes, entrei pelo portão principal, na rua Barão de Mesquita, em companhia de uma comitiva formada por membros da comissão, parlamentares e ex-presos políticos. Do lado de fora, na praça Lamartine Babo, ficaram jornalistas, dirigentes de entidades de direitos humanos, ex-presos e grupos de manifestantes. Na primeira inspeção, dia 21 de agosto, fomos recebidos em seu gabinete pelo comandante do Batalhão, tenente-coronel Luciano Simões, e um grupo de oficiais. Alegando que cumpria ordens superiores, do Comando Militar do Leste, comunicou que não poderíamos percorrer as dependências internas. Antes de sair, observei uma foto ampliada do pátio do quartel emoldurando o gabinete. Disse ao tenente-coronel que ali, no prédio do PIC, fui torturado, e que o jornalista Mário Alves e o deputado Rubens Paiva foram mortos. Cecília Coimbra confirmou as torturas e ouviu sua lacônica resposta. "Eu lamento profundamente."



Momento da entrada da comitiva que realizou a diligência de setembro de 2013
Foto: Lula Aparicio

Na segunda, realizada no dia 23 de setembro de 2013, a barreira foi quebrada. Autorizada pelo ministro da Defesa e pelo comandante do Exército, os membros da Comissão da Verdade, senadores e deputados federais puderam finalmente entrar no centro de torturas da Barão de Mesquita. A comissão foi recebida no auditório por oficiais do Comando Militar do Leste e do comando do 1º BPE. O tenente-coronel Luciano Simões fez uma exposição histórica sobre o Batalhão, deixando de fora suas atividades no período da ditadura, suprimindo uma década da História. A deputada Luiza Erundina cobrou a omissão e a CEV-Rio reafirmou que o seu objetivo ao fazer a diligência era justamente reconstituir os fatos que lá se passaram.

Descemos para o pátio interno. Na condição de única testemunha presente, assumi o papel de guia à frente do grupo, seguido pelos comissários, parlamentares e oficiais do Exército. Ao avistar o sobrado de dois andares do PIC, digo com convicção que lá funcionou o DOI-CODI. O prédio por fora não mudara. Pintado de verde, com a inscrição Pelotão de Investigações Criminais. Um oficial apontou outro prédio ao lado. Na verdade, foram os dois, um para interrogatórios e o outro como Central de Inteligência.

Constato que no interior do PIC a estrutura é a mesma. As duas salas de comando na entrada e o longo corredor onde se situam as celas. Chão de cerâmica pintado de verde, salas de paredes brancas. Lembro que deixei com o cabo Gil meu relógio, a carteira e o cinto. Recordo a nudez e as formas de tortura, em meio ao espanto e curiosidade dos presentes. Os oficiais ouvem em silêncio. Um soldado registra tudo com sua câmera.

São quatro salas de cada lado, todas com uma placa indicando sua destinação atual, com militares em sua rotina de trabalho. Antes, pessoas feridas, amedrontadas, gritos de pavor vindos de dentro, retrato de uma condição humana miserável. No final do corredor, estava a cela que era equipada com pau de arara e outros instrumentos de tortura, a sala roxa. Constato que as cinco celinhas individuais, as solitárias, que fechavam o corredor, foram derrubadas, transformadas em espaços de serviço interno.

Apolônio de Carvalho esteve numa daquelas solitárias. A comitiva retorna para o pequeno hall de entrada e sobe a escada que leva ao segundo andar. O celão, chamado "Maracanã", para onde os presos eram levados depois de sessões de tortura no térreo, não está mais lá. Foi

dividido. Uma parte virou um amplo alojamento, com camas e beliches forrados com lençóis brancos. Em passos lentos, conduzo o grupo ao final do corredor. De um lado, o alojamento para soldados com camas e de outro as celas menores. Detenho-me diante da antiga cela em que o jornalista Mário Alves, dirigente do PCBR, foi torturado, empalado e morto. Dali, sumiram com seu corpo. É o momento de descida ao fundo do inferno. Com a boca seca e falta de ar, peço um copo d'água. Os senadores querem mais detalhes. Os oficiais permaneceram em silêncio. Antes de sair, torno a percorrer sozinho o corredor térreo. Paro diante da antiga sala roxa. Sinto repugnância.

Uma terceira diligência foi realizada um ano depois, no dia 23 de setembro de 2014, com a participação de membros da CNV e da CEV-Rio, acompanhados de ex-presos políticos torturados no local, além de dois peritos criminais. Desta vez, a inspeção foi filmada pela CNV. A diligência marcou um momento histórico, com a volta ao DOI-CODI, mais de quarenta anos depois, de seis ex-presos políticos: Vera Vital Brasil, Ana Bursztyn Miranda, Newton Leão Duarte, Paulo César Ribeiro, Francisco Celso Calmon e Gildásio Cosenza, além de Felipe Nin e Joana Nin, sobrinhos de Raul Amaro Nin Fereira, preso e torturado quase até a morte no local. Durante mais de duas horas, eles vistoriaram as instalações do antigo centro de torturas e comprovaram, com o apoio dos peritos, que o prédio passou por adaptações internas, mas sua estrutura permanece inalterada.

Os presos reconheceram a sala roxa, depois equipada como geladeira, à prova de som, e o celão conhecido como Maracanã, no segundo andar. Descreveram as sessões de tortura e nomearam seus autores. A memória continua viva. No segundo andar do prédio, Vera Vital Brasil apontou a sala onde funcionou o pavilhão feminino enquanto esteve presa lá, em dezembro de 1969. Para os ex-presos políticos que participaram da diligência, entrar no edifício onde funcionou o DOI-CODI foi um ato reparatório de alto valor simbólico.

Álvaro Caldas



Ex-presos políticos e parte da comitiva que realizou a diligência de setembro de 2013, em frente ao 1º Batalhão de Polícia do Exército
Foto: Acervo CEV-Rio

2. DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL (DOPS/GB)



Localização: Rua da Relação, nº 40, Centro, Rio de Janeiro, RJ

O prédio que serviu de sede para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS/GB)[1], situado na esquina da Rua da Relação com a Rua dos Inválidos, tornou-se um dos endereços mais emblemáticos da longa história de repressão política no estado do Rio de Janeiro. Inaugurado em 1910, durante quase um século foi palco permanente de ações que resultaram em violações de direitos humanos, levando à prisão ilegal, tortura e morte de perseguidos políticos. Por suas celas e salas de interrogatório passaram políticos, dirigentes sindicais e cidadãos dos mais diversos grupos sociais.

A longa trajetória do prédio começa em 1908. Com a justificativa da necessidade de modernização da Segurança Pública, foi editado o Decreto nº 1970, determinando a construção de um edifício apropriado para sediar a Repartição Central de Polícia, na então capital da República[2]:

A cidade do Rio de Janeiro será o centro propulsor de todas as transformações ocorridas no interior das instituições policiais. É um centro cosmopolita, abriga atividades industriais além de ter uma função portuária relevante. Concentra uma parcela considerável de ex-escravos deslocados das grandes propriedades rurais e de imigrantes europeus. É a capital do país e, portanto, manter a ordem nessa cidade extrapolava as dimensões locais. O que se fazia no Rio de Janeiro, no que diz respeito às leis, às reformas político-administrativas, era uma referência para o resto do país [3].

Segundo a professora Anita Prestes, em palestra durante o Seminário DOPS – Um Espaço em Construção[4], realizado pela Comissão da Verdade do Rio (CEV-Rio), as torturas no local começaram já nos anos vinte contra as classes mais pobres e seguiram depois com o golpe de 1937, quando o Brasil entrou no regime ditatorial de Getúlio Vargas, Estado Novo. Portanto, já durante as primeiras décadas do século XX, a atuação da Polícia Central do Distrito Federal era dirigida ao controle da emergente população urbana, em relação à organização política, aos movimentos de trabalhadores, aos imigrantes europeus difusores do ideário anarquista no Rio de Janeiro, e principalmente à população pobre e negra – por meio da repressão à "vadiagem" dos "sem trabalho", das "casas de batuques", da capoeira, da

1. Diversos orgãos com função de polícia política funcionaram no local, com destaque para a Polícia Central do Distrito Federal (1910 - 1933), a Delegacia Especial de Segurança Política (1933-1938), a Delegacia de Ordem Pública e Social (1938 – 1944), o Departamento de Ordem Política e Social (1962 – 1975) e o Departamento Geral de Investigações Especiais (1975 – 1983). Contudo, devido à forte identificação com a repressão durante a ditadura militar, o local é conhecido popularmente como Prédio do DOPS.

2. LESSA, Pedro. O Prédio do DOPS. In: DOPS A lógica da desconfiança. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça. Aper, 1996. 77p. Disponível em <http://www.aperj.rj.gov.br/livros/dops_a_logica_da_desconfianca.pdf>

3. CARPI, Lúcia; CAMPOS, Jéssica Moura. Polícia, Ciência e "Higiene Social". In: DOPS A lógica da desconfiança. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça. Aperj, 1996. 77p. Disponível em <http://www.aperj.rj.gov.br/livros/dops_a_logica_da_desconfianca.pdf>

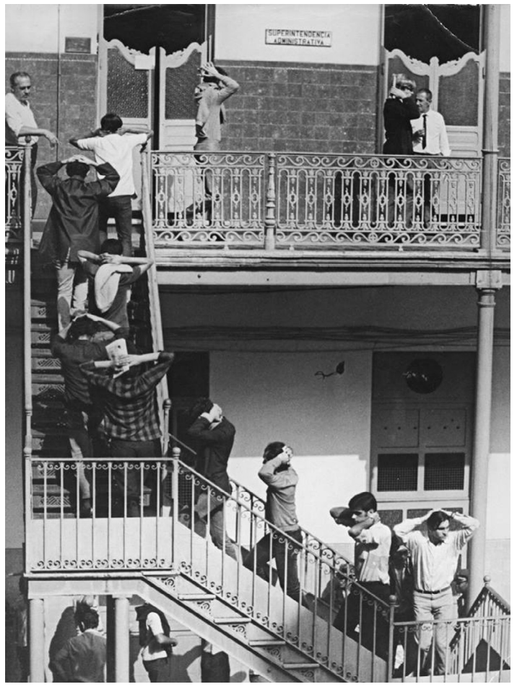
4. O Grupo de Trabalho DOPS, coordenado pela CEV-Rio, organizou o "Seminário DOPS: Ocupar a Memória - Um Espaço em Construção" em novembro de 2013. O seminário contemplou fatos relacionados ao prédio da Rua da Relação desde sua inauguração (1912) até o fim da ditadura militar (1988) e, num segundo momento, deu voz às experiências de gestores na criação e manutenção de Espaços de Memória. A programação do seminário contou ainda com o testemunho público de quatro sobreviventes do DOPS/GB: Newton Leão Duarte, Ana Bursztyn Miranda, Geraldo Cândido e Romeu Bianchi Jr.

prática de “magia” e “curandeirismo”.

Uma evidência da atuação policial, que naquele período criminalizava hábitos característicos da cultura negra, é o acervo etnográfico mantido até hoje pela Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro. Interpretando a prática da umbanda, do candomblé e de outras expressões religiosas e culturais como atos de “espiritismo, magia negra e seus sortilégios”[5], tipificados como crime pela lei penal da época, a polícia perseguiu a população afro-brasileira, efetuou prisões e acumulou uma série de objetos, aos quais mais tarde foi reconhecido valor etnográfico. As peças de acervo se acumularam até 1938, quando foi feito o primeiro tombamento etnográfico do país (inscrição n.º 001 do processo n.º 0035-T-38) pelo Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)[6].

Estas práticas institucionais atravessaram a Primeira República e continuaram no Estado Novo, período marcado por violenta perseguição a comunistas e dissidentes políticos, que sofreram monitoramento, censura, prisões, torturas e assassinatos. Passaram pelo cárcere da Delegacia de Ordem Pública e Social (1938 – 1944) personalidades da política nacional como Nise da Silveira, Olga Benário, Carlos Marighella, Apolônio de Carvalho, Graciliano Ramos, Luiz Carlos Prestes e Carlos Lacerda. Agentes da repressão e torturadores ganharam notoriedade, casos do então diretor Cecil Borer e do Chefe de Polícia, Filinto Müller.

5. Artigo 157 do Código Penal de 1890: “Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismãs e cartomancias para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar cura de moléstias curáveis e ou incuráveis, enfim para fascinar e subjugar a credulidade pública”.
6. CASTRIOTA, Leonardo Barci; REZENDE, Michela Perigolo. Três Museus, Três Posturas – Diferentes Visões Acerca da Cultura Afrobrasileira. In: Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola, Volume 1, pp. 198-¬211.



Estudantes presos no DOPS em agosto de 1968
Crédito: Arquivo Nacional, Correio da Manhã
BR_RJANRIO_PH_FOT_00229.177

Após um processo de desenvolvimento e complexidade da polícia política, estabelecendo os alicerces dos mecanismos de repressão que seriam utilizados pela ditadura militar, e com a transferência do distrito federal para Brasília, o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS/GB) é criado em 1962. Desde os primeiros momentos do golpe de 64, a estrutura do Departamento foi incorporada à ação violenta da ditadura, comandada pelas Forças Armadas. Para a imediata identificação dos integrantes dos grupos “subversivos”, a repressão militar contou com a valiosa ajuda dos arquivos mantidos pelo DOPS/GB, que também colocou à disposição seus recursos humanos e materiais já estruturados no momento do golpe[7]. As prisões de militantes dos mais variados grupos politicamente organizados foi imediatamente implementada em massa pelos órgãos da repressão, sendo tão intensa que superlotou as carceragens então disponíveis, passando a contar com quartéis, ginásios e navios ancorados na Baía de Guanabara para dar conta do contingente de detidos. O DOPS/GB já demonstrava as funções que exerceria durante a ditadura, servindo como uma espécie de centro de triagem de presos e também como um local de prisão, tortura e morte.

A CEV-Rio coletou informações e depoimentos que demonstram a situação a qual foram submetidos os presos no DOPS/GB já em abril de 1964. Dezesseis dias depois do golpe, o ferroviário José de Souza foi morto e seu corpo jogado no pátio do prédio, ocorrência divulgada com a versão de suicídio. Em depoimento à OAB do Rio, José Ferreira, preso por volta do dia 8 de abril, relatou o ocorrido, narrando que foi mantido em uma sala do DOPS/GB com cerca de 100 presos, inclusive José de Souza. Disse ainda que ao longo do período em que estiveram detidos perceberam que “quando os presos iam prestar depoimento, voltavam normalmente desmaiados”[8]. Afirmou que José de Souza encontrava-se muito nervoso e que no dia 17 de abril foram acordados por agentes da repressão avisando que o corpo do ferroviário havia sido encontrado no pátio da delegacia.[9]

Vice-presidente da Associação de Moradores de Parada de Lucas, Amintas Maurício de Oliveira atuava localmente oferecendo serviços de comunicação via alto-falantes e estruturando a rede de água potável e de luz elétrica na região onde morava. Acusado de comunista, foi preso no dia 6 de abril de 1964.

> *“Nos levaram para o DOPS na Polícia Central e a gente passou pelo corredor polonês. (...) As pessoas que estavam lá eram os operários do Arsenal de marinha com os macacões sujos de óleo, esses que oficiais da marinha deduraram como comunistas(...) Quando subi, encontrei os nove chineses que vieram negociar com o Brasil (...) inclusive entre eles tinha um rapaz de 22 anos, advogado, falando português melhor do que qualquer um de nós. A televisão inglesa entrou no DOPS. (...) Tinha um (chinês) mais velho, ajoelhado com os pés cruzados, porque eles tem mania de ficar assim, brincando com as mãos, com isso aqui tudo roxo, em carne viva, de tortura que fizeram. Olha, esse músculo aqui, tanto de um lado quanto do outro, em carne viva. No olho, a mancha preta da porrada que deram nele [10].”*

Como se observou nos testemunhos acima, a ditadura militar logrou, já nos seus primeiros anos, silenciar o movimento popular, que se desmobilizou ou entrou para a clandestinidade. Depois do AI-5, em 1968, a repressão adquiriu novas formas para combater as organizações que aderiram à luta armada. O DOPS/GB continuaria exercendo um papel central nesse novo momento.

Ex-integrante da Ação Libertadora Nacional (ALN), o engenheiro Newton Leão Duarte relatou à CEV-Rio que na segunda metade da década de 1960 agentes do DOPS/GB atuavam ostensivamente em passeatas e dentro das universidades. Em 1969, Newton foi preso pelo delegado Mariel Mariscot, torturado no DOPS/GB e depois levado para a Polícia do Exército

7. PEREIRA, Márcia Guerra; REZNIK, Luís. De Polícia Federal a departamento estadual - o DOPS: evolução administrativa. In: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. DOPS: A Lógica da Desconfiança. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça, 1993. p. 45
8. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. Volume III, p.143-144.
9. Idem.
10. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Amintas Maurício de Oliveira para a CEV-Rio em 20/02/2014.

(PE), onde estava sendo estruturado o DOI-CODI. Os dois órgãos agiam em estreita colaboração, seja na troca de presos ou nos métodos de investigação e interrogatório:

"Fomos torturados barbaramente com espancamentos e choques elétricos, da mesma maneira que os presos políticos em todo o Brasil, como no DOI-CODI foram torturados. O que significa que a polícia civil, à época, utilizava esses mesmos meios. Aqui foi a nossa primeira sessão de sevícias[11]."

Newton foi preso como ladrão de automóvel, mas logo em seguida identificou-se que aquele automóvel, na verdade, era um meio para a sua militância política. Diante disso, foi levado para a Polícia do Exército (PE), onde no segundo semestre de 1969 estava se estruturando o DOI-CODI, na Rua Barão de Mesquita.

Ana Bursztyn Miranda também testemunhou como o DOPS/GB conviveu de maneira articulada com outros órgãos de repressão política do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Foi presa pela primeira vez no DOPS/GB em 1968, após o episódio da prisão em massa dos estudantes que estavam no campus da Praia Vermelha, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ). Na saída desse encontro, viaturas do DOPS/GB e o aparato militar cercaram os portões. Já rendida e com os braços levantados, foi agredida com cassetete por um policial, ocasionando uma lesão que mais tarde faria com que perdesse o rim esquerdo. Levados para o DOPS/GB, naquela madrugada todos os estudantes foram liberados.

Ana se engajou cada vez mais na resistência à ditadura, ingressou na Aliança Libertadora Nacional (ALN) em 1969 e foi novamente presa em São Paulo em 1970. Após passar por diversos locais de prisão e tortura utilizados pela ditadura [12], voltou ao DOPS/GB, desta vez no setor feminino da carceragem, o denominado Depósito de Presos São Judas Tadeu, onde ficou nove meses.

"Havia cerca de 70 presas comuns, por vários delitos, a maioria ainda não condenada. Nossa cela abrigava as de 'alta periculosidade': presas da Lei de Segurança Nacional (assaltantes de banco), estrangeiras presas por porte de droga (uma argentina, uma uruguaia, duas americanas), presas políticas e uma mãe-de-santo de quem as presas tinham medo. [...] A quantidade de ratos e baratas era indescritível[13]."

São muitos os relatos que demonstram que o DOPS/GB seguiu atuante e violando direitos humanos ainda durante os anos 1970, especialmente através



Ana Miranda Batista durante a diligência ao depósito de presos São Judas Tadeu, em novembro de 2014
Foto: Bruno Marins

11. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Newton Leão Duarte prestado à CEV-Rio durante o Seminário "DOPS - Um lugar em Construção", em 4 de novembro de 2013.

12. Ana esteve presa no Presídio do Ahú, em Curitiba; no 1º Distrito, OBAN/DOI-CODI, DEOPS, Hospital Geral Militar, Presídio Tiradentes, Presídio de Mulheres do Carandiru e Polícia Federal, todos em São Paulo; além de DOPS/GB, DOI-CODI, Hospital Central do Exército e Polícia Federal, estes no Rio de Janeiro.

13. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Ana Miranda Batista prestado à CEV-Rio durante o Seminário DOPS - Um lugar em Construção, em 4 de novembro de 2013.

das prisões ilegais e da tortura. Neste sentido, cabe destacar os casos de Maria Helena Pereira e Rosalina Santa Cruz, presas no DOPS/GB em 1971 e 1972, respectivamente.

Militante da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), Rosalina Santa Cruz tinha atuação junto aos grupos de camponeses do município de Cachoeiras de Macacu e da Baixada Fluminense. Foi presa em casa com seu marido e levada para a Rua da Relação. Em seu depoimento à CNV relatou:

"O cara chegou e disse assim em uma sala: "Tira a roupa". Eu disse: "Não tiro!". (…) Eles me rasgaram a roupa, me botaram numa cadeira, abriram minhas pernas, começaram a botar choque dentro da minha vagina, no meu pé, na minha orelha, e meu companheiro na outra cela. Montaram o pau-de-arara ali (…). O choque é uma coisa terrível, só quem passou por uma experiência dessa sabe. A pessoa fica dilacerada (…) E, nesse momento, eu pulo em cima do torturador que está em frente a mim e me agarro a ele de tal forma que o choque não me permitia soltá-lo. Me lembro dos outros em volta morrendo de rir. (…) Depois me levaram para a sala ao lado onde meu companheiro estava. (…) Eu vi Geraldo num pau-de-arara montado por eles e tinha cocô no chão. Isso era uma coisa desmoralizante porque eles falavam para mim assim: 'Está vendo, o seu companheiro já cagou, eu quero ver você agora!'. E ao mesmo tempo me batendo, me dando choque e dizendo para ele 'Está vendo, é a sua mulher! Vou fazer isso com ela. Vou bater!'[14]."

Quando a polícia política descobriu que a atuação de Rosalina não era somente com os camponeses de Cachoeiras de Macacu, mas que cumpria um importante papel na estrutura da VAR-Palmares, ela e Geraldo foram levados para o DOPS/RJ, conhecido como DOPS-Niterói. Neste local, Rosalina ainda sofreu mais tortura e um aborto, tendo sido levada também para dias de torturas no DOI-CODI. Ao todo, ficou 52 dias presa.

A jornalista Maria Helena Pereira trabalhava no jornal *Correio da Manhã* e era simpatizante da Ação Popular (AP). Estava grávida quando foi presa, na porta de seu prédio, em Copacabana com seu marido Wilson, em 20 de janeiro de 1972.

"Fui levada para o DOPS e lá, um sujeito que eu não sei se o nome era verdadeiro ou falso, mas ele era o mais violento, era o Capitão Jair. Eu acho que era falso o nome. Comecei logo a apanhar, imediatamente ele começou a me dar chute, me dar chute na barriga, me bateu muito de palmatória, me espancou e logo eu comecei a perder sangue, e abortei ali mesmo. (...) E eu dizia "por que você me bate tanto na barriga?" e ele falou "porque é menos um comunista." E continuava a bater, bater, bater e bater[15]."

Após um longo período de suplícios, foi colocada em uma cela coletiva, no Depósito de Presos São Judas Tadeu, onde ficou por aproximadamente seis meses. Com a participação de ex-presos e familiares, a CEV-Rio realizou oito diligências no prédio do DOPS, com o objetivo de identificar e tornar públicos os locais de violações de direitos humanos. Numa delas, doze ex-presos políticos percorreram os três andares do prédio histórico, que se encontra em estado de completo abandono, com fichários de documentos amontoados no chão, sem nenhum tratamento de preservação. Os presos reconheceram as salas de interrogatório e entraram nas celas em que estiveram detidos. Puderam rever, mais de

14. Arquivo CNV, 00092.000570/2014-21. Testemunho de Rosalina Santa Cruz para a CNV e a CEV-Rio, prestado em audiência pública realizada em 24/01/2014.

15. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Maria Helena Pereira para a CEV-Rio em 19/06/2015.

quarenta anos depois, o celão coletivo, apelidado de “Maracanã”, e as solitárias, entre elas a que era usada como castigo, o temível “Ratão”.



Ex-presos políticos em diligência de reconhecimento no DOPS em novembro de 2014
Foto: Bruno Marins

Durante suas atividades, a CEV-Rio, através do Grupo de Trabalho DOPS [16], participou de inciativas visando à transformação do prédio histórico em um Espaço de Memória que promovesse o debate sobre os direitos humanos, a história da resistência e busca pela não-repetição de violações de direitos humanos no presente. Em parceria com a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), foi realizada uma audiência pública em 19 de agosto 2014, com o objetivo de propor ao Estado a revitalização do espaço. Entre outras medidas, foi aprovada a sugestão de passar o prédio para a estrutura da Secretaria Estadual de Cultura, que executaria uma política baseada em quatro pontos: Memória e Conhecimento, Gestão Participativa, Direitos Humanos e Integração Comunitária. Apesar da intensa mobilização, essa reinvindicação ainda não foi atendida.

16. O GT DOPS contou com a participação de ex-presos políticos, militantes e grupos interessados na pauta, como: Coletivo RJ Memória, Verdade e Justiça, Instituto de Estudos da Religião – Iser, Campanha Ocupa DOPS, Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Museu Nacional, Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Superintendência de Estado de Defesa e Promoção de Direitos Humanos, Secretaria de Estado de Cultura, dentre outros. Chegaram a participar permanentemente ou pontualmente das atividades do GT DOPS mais de 30 entidades.

3. CASA DA MORTE DE PETRÓPOLIS



Localização: Rua Arthur Barbosa, n. 50 [antigo 668] Caxambu, Petrópolis, RJ

Dos centros clandestinos[1] de prisão e tortura que a repressão montou no Estado do Rio de Janeiro o mais famoso tornou-se a Casa da Morte, idealizado, criado e mantido de 1971 até provavelmente meados de 1973 por militares do Centro de Informação do Exército (CIE) em uma residência localizada no bairro de Caxambu, na cidade de Petrópolis, região serrana do estado.

Na interpretação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), a Casa da Morte foi resultado de uma mudança na estratégia repressiva da ditadura. De 1964 a 1970, as torturas e execuções de opositores políticos eram encobertas por falsas versões de suicídio, atropelamento ou tiroteio e o corpo da vítima era geralmente entregue aos familiares em caixões lacrados, acompanhado de certidão de óbito atestando uma falsa versão para a morte. À medida que as denúncias de tortura no Brasil ganharam repercussão internacional e alguns casos tiveram visibilidade – tais como a morte do militante da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), Chael Charles Schreier, em novembro de 1969, no interior do 1º Batalhão da Polícia do Exército da Vila Militar –, a ditadura passou a investir na estruturação de centros clandestinos e na adoção da prática de desaparecimento forçado como política de Estado, a fim de evitar o desgaste da imagem do governo perante a opinião pública internacional.

Na versão de um dos seus idealizadores, o coronel do Exército Paulo Malhães, codinome “Dr. Pablo”, pertencente ao Movimento Anticomunista (MAC), ex-agente do CIE e torturador confesso, a criação destes centros tinha o objetivo de aterrorizar os presos, levando-os a fazer delações a respeito de suas organizações. Outro objetivo era “virá-los”, isto é, torná-los colaboradores do regime, e devolvê-los ao convívio de seus companheiros para darem informações sobre suas atividades[2]. Nas palavras de Malhães,

> *“Quando o cara entra no quartel ele sabe que está seguro, que ninguém vai matá-lo dentro do quartel. Quando você o leva para uma casa, ‘por que me trouxeram para cá e não me levaram para o quartel? E a gente ameaçava com isto, né? ‘Você já viu que você está preso, mas não está preso no quartel. Você está preso em uma casa. Daqui você pode ir para qualquer lugar. Aqui você não está inscrito em nada. Que tal, vamos conversar? entrar em um acordo? ’ A casa é para isso.[3]”*

1. Clandestino no sentido de escondido, não oficial, uma vez que, na verdade, estes centros de tortura fora de guarnições militares e prédios públicos eram sim do conhecimento de toda a cadeia de comando e, inclusive, mantidos com verbas oficiais, como prova, entre outros detalhes, a roupa de cama encontrada por Inês Etienne Romeu na Casa de Petrópolis. O próprio presidente Ernesto Geisel, em depoimento a Maria Celina d’Araújo e Celso Castro para o livro Ernesto Geisel, chamou essa casa de Petrópolis de “dependência do CIE”.

2. Os antigos militantes dos movimentos de oposição à ditadura fazem uma diferenciação entre “infiltrados” e “virados”. Infiltrado são aqueles agentes duplos que ingressaram em uma organização de oposição já a serviço da repressão; já os virados são militantes que, presos e torturados, se viram obrigados a colaborarem com os órgãos de repressão na tentativa de sobreviverem.
3. Acervo CEV-Rio. Depoimentos de Paulo Malhães para a CEV-Rio em fevereiro e março de 2014.

Teoricamente, era dada aos presos a opção de colaborarem com o regime e sairem vivo. Os que recusavam "seguiam destino", ou seja, eram mortos. Mas nem sempre ocorreu assim. A História mostra dois exemplos distintos. Inês Etienne Romeu (1942-2015), ex-líder estudantil, ex-bancária e militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), VAR-Palmares e da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), depois de três meses em cativeiro incomunicável, fingiu aceitar o jogo. Levada para sua casa, em Belo Horizonte, imediatamente procurou um juiz e oficializou a sua prisão, até então clandestina.

Já Vitor Luiz Papandreu, o Greguinho ou Russo – um ex-soldado do Exército que em 1968 participou da invasão de um quartel em Curitiba (PR) para libertar o então coronel Jefferson Cardin de Alencar Osório tornando-se, por isso, desertor e, posteriormente, exilado no México e em Cuba – também foi preso na Casa da Morte [4], após retornar do exílio. Submetido a intensa tortura no interior da Casa aceitou colaborar com seu torturador, o major Rubens Paim Sampaio, mas não escapou de ser executado. Sua delação provocou a prisão e morte de Aderval Alves Coqueiro (fevereiro de 1971) – o primeiro banido a retornar ao Brasil –, como disse à Comissão da Verdade Rubens Paiva, do Estado de São Paulo, sua filha, Célia Silva Coqueiro[5].

Acometido de um surto esquizofrênico, Papandreu tornou-se um problema para seus torturadores. Diante deste diagnóstico, emitido pelo tenente-médico Amílcar Lobo, chamado de "Dr. Carneiro", o então major Paim Sampaio, o "Dr. Teixeira", executou-o com um tiro na cabeça, na sala da Casa em Petrópolis.[6] À CEV-Rio, Paim Sampaio negou o fato, creditando a denúncia a desentendimentos entre ele e o tenente.[7]

A denúncia de execução foi confirmada, em 2013, pelo ex-soldado do Exército Valdemar Martins de Oliveira, na Comissão Rubens Paiva: "Quando o general Oswaldo Pereira Gomes, que estava me ouvindo, pegou esse documento e viu o nome, disse: "Esse Rubens Paim Sampaio foi quem matou o Vitor Papandreu em Petrópolis"[8].

Em sua biografia, Amílcar Lobo narra o que ouviu do major Paim Sampaio, logo após a execução de Papandreu:

> *"Lobo, não é a primeira vez que mato alguém aqui em Petrópolis, você bem sabe disto. Já foram mais de dez que seguiram este destino. Ninguém sai com vida daqui. Disse isso a você na primeira vez que esteve aqui, já esqueceu?[9]"*

Não se sabe o número de presos que passaram pela Casa de Petrópolis nem o destino dado aos corpos dos que foram assassinados. Agentes da repressão deram versões diferentes sobre os métodos utilizados para o desaparecimento. Do suposto enterro em cemitérios do município ou mesmo no quintal do imóvel – rastreamento geológico chegou a ser feito, sem sucesso – até a incineração nos fornos da Usina de Açúcar Cambahyba, em Campos dos Goitacazes (a 300 quilômetros de distância, no norte do Estado), como sustenta o ex-delegado do DOPS/ES, Claudio Guerra. Já o ex-sargento Marival Chaves afirmou à CNV que era comum o esquartejamento como mecanismo para dificultar a identificação dos cadáveres.

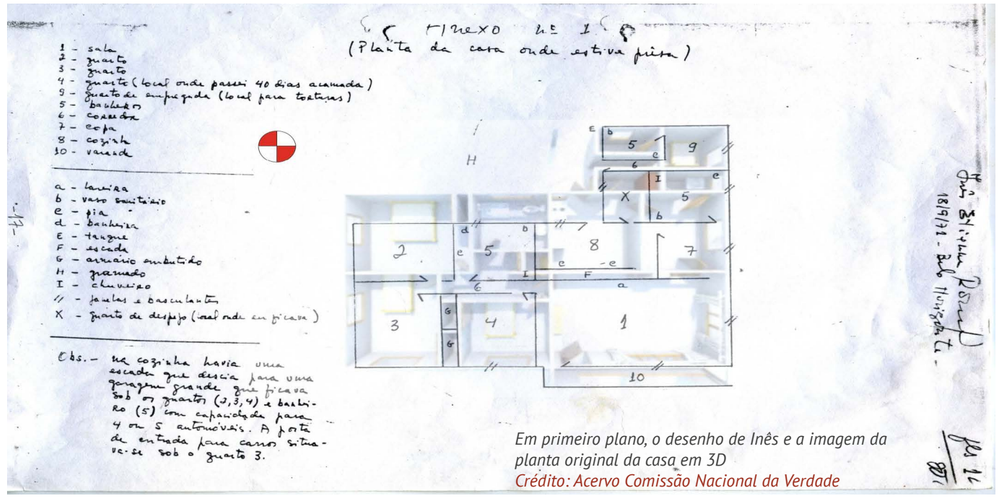
Estas hipóteses foram refutadas por Malhães. Nos depoimentos à CEV-Rio, ele insistiu que os militares do CIE tinham seus próprios métodos. Preferiam quebrar os dentes e cortar as pontas dos dedos das vítimas, impossibilitando o reconhecimento futuro do cadáver pelas digitais ou pela arcada dentária. Depois, os corpos eram colocados em sacos com peso dentro e jogados nos rios para que desaguassem no mar.

Malhães também admitiu que houve outros centros de tortura montados pelos militares na região serrana fluminense. "Nós não tínhamos só um em Petrópolis. Tínhamos outros, mais desviados"[10]. Um deles seria uma casa em Itaipava: "É uma casa até bonita, na beira do rio (...) Não funcionou muito tempo não, o melhor é apagar isso do mapa" [11].

Única sobrevivente da Casa de Petrópolis, Inês Etienne Romeu ali permaneceu entre 8 de maio e 11 de agosto de 1971. Foi torturada e seviciada por militares do Exército, comandados pelo então coronel Cyro Guedes Etchegoyen, do CIE, codinome "Dr. Roberto", que exercia a função de "tutor" da presa. Durante o tempo em que esteve incomunicável em Petrópolis, ela memorizou o número do telefone da Casa, repetido por alguém que atendeu a uma chamada. Através dele, conseguiu localizá-la, anos mais tarde, quando ainda se encontrava presa, com a ajuda do jornalista Antônio Henrique Lago, então na sucursal da *Folha de S. Paulo*.

Em 1979, já em liberdade, após sete anos na Penitenciária Talavera Bruce, em Bangu, no Rio de Janeiro, ela denunciou a existência do centro

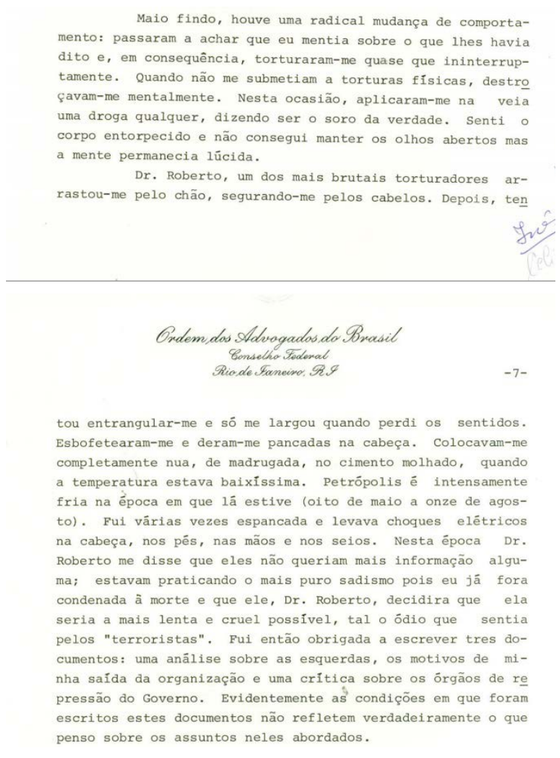
4. "Família de soldado desaparecido quer depoimento de Amílcar Lobo", Folha de São Paulo, 22 de janeiro de 1990; Segundo o BNM Digit@l Volume 1 pasta 069, pág. 256, Papandreu foi condenado, em 15 de dezembro de 1969, a oito anos de reclusão por incitar à desobediência, à indisciplina ou à prática de crime militar e constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a presenciar, a praticar ou permitir que com ele pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal, conforme Ata da Sessão nº 130 do Conselho de Justiça Permanente do Exército, em Curitiba (PR),
5. Acervo da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo - Rubens Paiva. Ata da 45ª audiência pública, em 23 de maio de 2013, na Assembleia Legislativa de São Paulo, auditório Teotônio Vilela, disponível em: http://verdadeaberta.org/relatorio/tomo-iii/downloads/III_Tomo_2013-Audiencias-Comissao-daVerdade-SP.pdf
6. LOBO, Amílcar. A hora do lobo, a hora do carneiro. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1989; p.37.
7. Acervo CEV-Rio. Depoimento de Rubens Paim Sampaio para a CEV-Rio em março de 2014.
8. Acervo da Comissão da Verdade, do Estado de São Paulo, Rubens Paiva, Ata da 42ª audiência pública, em 16 de maio de 2013, na Assembleia Legislativa de São Paulo, plenário Tiradentes, disponível em: http://verdadeaberta.org/relatorio/tomo-iii/downloads/III_Tomo_2013-Audiencias-Comissao-daVerdade-SP.pdf
9. LOBO, Amílcar. A hora do lobo, a hora do carneiro. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1989; p.37.
10. Acervo CEV-Rio. Depoimentos de Paulo Malhães para a CEV-Rio em fevereiro e março de 2014.
11. Acervo CEV-Rio. Depoimentos de Paulo Malhães para a CEV-Rio em. fevereiro e março de 2014.



Em primeiro plano, o desenho de Inês e a imagem da planta original da casa em 3D
Crédito: Acervo Comissão Nacional da Verdade

de tortura e morte de Petrópolis em depoimento a Eduardo Seabra Fagundes, então presidente da Ordens dos Advogados do Brasil (OAB). Em carta escrita em papel timbrado da Ordem [12], ela descreveu as atrocidades:

O período de funcionamento da Casa



Maio findo, houve uma radical mudança de comportamento: passaram a achar que eu mentia sobre o que lhes havia dito e, em consequência, torturaram-me quase que ininterruptamente. Quando não me submetiam a torturas físicas, destroçavam-me mentalmente. Nesta ocasião, aplicaram-me na veia uma droga qualquer, dizendo ser o soro da verdade. Senti o corpo entorpecido e não consegui manter os olhos abertos mas a mente permanecia lúcida.

Dr. Roberto, um dos mais brutais torturadores arrastou-me pelo chão, segurando-me pelos cabelos. Depois, ten

Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Rio de Janeiro, RJ -7-

tou entrangular-me e só me largou quando perdi os sentidos. Esbofetearam-me e deram-me pancadas na cabeça. Colocavam-me completamente nua, de madrugada, no cimento molhado, quando a temperatura estava baixíssima. Petrópolis é intensamente fria na época em que lá estive (oito de maio a onze de agosto). Fui várias vezes espancada e levava choques elétricos na cabeça, nos pés, nas mãos e nos seios. Nesta época Dr. Roberto me disse que eles não queriam mais informação alguma; estavam praticando o mais puro sadismo pois eu já fora condenada à morte e que ele, Dr. Roberto, decidira que ela seria a mais lenta e cruel possível, tal o ódio que sentia pelos "terroristas". Fui então obrigada a escrever tres documentos: uma análise sobre as esquerdas, os motivos de minha saída da organização e uma crítica sobre os órgãos de repressão do Governo. Evidentemente as condições em que foram escritos estes documentos não refletem verdadeiramente o que penso sobre os assuntos neles abordados.

Trecho do depoimento dado por Inês Etienne à OAB em 5 de setembro de 1979

12. Ordem dos Advogados do Brasil. Depoimento de Inês Etienne Romeu em 1979. Disponível em: http://www.prrj.mpf.mp.br/institucional/crimes-da-ditadura/atuacao-1/caso-rubens-paiva-documentos-digitalizados-da-denunicia/relatorio-de-ines-etienne-romeu-entregue-ao-conselho-federal-da-oab-em-18.09.1986/view.Acesso em: 01.08.2015.

Em 1971, a casa foi cedida ao Exército pelo empresário Mário Lodders, descendente de alemães e simpatizante da ditadura. A transação foi intermediada pelo ex-comandante da Panair e ex-interventor de Petrópolis (1967), Fernando Ayres da Motta, amigo do coronel José Luiz Coelho Neto, então chefe de gabinete do comandante do CIE, general Milton Tavares de Souza. Quando entrou na Casa, Inês logo percebeu estar numa dependência do Exército:

> *"chegando ao local, uma casa de fino acabamento, fui colocada numa cama de campanha, cuja roupa estava marcada com as iniciais do C.I.E. (Centro de Informação do Exército)[13]."*

Sete oficiais do CIE atuaram em Petrópolis: coronel Etchegoyen, "Dr. Bruno"; o tenente-coronel Orlando de Souza Rangel, "Dr. Pepe"; o major Paim Sampaio, "Dr. Teixeira"; os capitães Malhães, "Dr. Pablo"; Freddie Perdigão Pereira, "Dr. Nagib" ou "Dr. Roberto"; José Brant Teixeira, "Dr. César"; e um outro não identificado, conhecido como "Dr. Guilherme".

Também prestaram serviços na Casa, segundo o depoimento de Malhães à CEV-Rio, o soldado Antônio Waneir Pinheiro de Lima, o "Camarão", caseiro que participava das torturas; os sargentos Ubirajara Ribeiro de Souza, "Zé Gomes" ou "Zezão"; Rubens Marins de Souza, "Leacato" ou "Larcato"; Jacy Ochsendorf, paraquedista; Jairo de Canaã Cony, o "Marcelo"; o policial militar Jarbas Fontes, o "Pardal"; o policial civil Luiz Carlos Azeredo Viana, o "Laurindo"; Antônio Freitas da Silva, o "Baiano".

Carlos Alberto Soares de Freitas, o Breno, ex-militante da VAR Palmares, preso em fevereiro

13. Ordem dos Advogados do Brasil. Depoimento de Inês Etienne Romeu prestado em 1979. Disponível em: http://www.prrj.mpf.mp.br/institucional/crimes-da-ditadura/atuacao-1/caso-rubens-paiva-documentos-digitalizados-da-denunicia/relatorio-de-ines-etienne-romeu-entregue-ao-conselho-federal-da-oab-em-18.09.1986/view.

de 1971, é apontado como o primeiro militante lá assassinado. O Centro teria sido desativado no final de 1973, com a saída do general Sylvio Frota do comando do Iº Exército, no Rio.

Documentos encontrados pela procuradora da República em Petrópolis, Vanessa Seguezzi, sobre a propriedade e a utilização do imóvel de nº 668-A, da Rua Arthur Barbosa, no bairro de Caxambu, revelam que já no segundo semestre de 1973 ele teve destinação diferente. Silvana Principe Ayres da Motta, antiga moradora, disse que foi morar na casa no final de agosto ou início de setembro de 1973 e que três dos seus filhos nasceram naquele imóvel, sendo o primeiro em 1974, o segundo em 1975 e o terceiro em 1977".[14]

Mais do que o depoimento da antiga moradora, já que o contrato de locação foi verbal, a prova maior do uso do imóvel como residência familiar são fotos apresentadas pelo ex-casal. Em uma delas, reproduzida abaixo, aparece Silvana Principe na escada da residência. Na lateral da foto, a data da revelação: novembro de 1973. Em 1979, a casa foi vendida a Renato Firmento Noronha, que ainda vive no imóvel.



Casa, em novembro de 1973, com a moradora, Silvana Príncipe Ayres da Motta
Crédito: Acerco CEV-Rio/Foto Família Ayres da Motta

14. Acervo CEV-Rio. Depoimento extraído do Inquérito Civil Público 1.30.007.000166/2012-13 Anexo IX –MPF/PRM – Petrópolis-RJ.

As vítimas que passaram pela Casa

Esta revelação, ao delimitar o período em que a casa funcionou como centro do CIE, permite uma revisão nas listas que ao longo dos últimos 36 anos (desde 1979) surgiram com nomes de militantes da esquerda que teriam passado por ali e que até hoje são dados como desaparecidos.

Já no primeiro depoimento à OAB, Inês listou os nomes de dez desaparecidos sobre os quais teve notícias durante sua permanência na Casa. Repetiu os nomes na Audiência Pública promovida pela CNV, no auditório do Arquivo Nacional em 2015, quando, pelos seus problemas de fala, sua irmã, Celina Romeu, leu seu depoimento.

Dos nomes que revelou, pesquisas da CNV apontam cinco que morreram na casa: Carlos Alberto Soares de Freitas, o Breno, ex-militante da VAR Palmares; Mariano Joaquim da Silva, também da VAR, preso em Recife, em 1º de maio de 1971; Walter Ribeiro Novaes, da VPR, preso em 12 de julho de 1971; Heleny Ferreira Telles Guariba, da VPR, presa em 12 de julho de 1971; Paulo de Tarso Celestino da Silva, da ALN, preso no mesmo dia de Heleny, e torturado por 48 horas: "Eu o ouvi suplicando por um pouco d'água", lembrou Inês.

Com relação a Aluízio Palhano Pedreira Ferreira, líder sindical dos bancários, militante da VPR, preso em maio de 1971 e segundo Inês visto na Casa em "estado deplorável", informações recolhidas pela CNV mostram que ele passou por Petrópolis, mas foi assassinado no DOI-CODI/SP. Sobre a militante

Marilena Villas Boas Pinto, que segundo Inês teria sido a única vitima de Petrópolis cujo corpo foi resgatado do Hospital Central do Exercito (HCE) e enterrado por seus familiares, em 8 de abril de 1971, no Cemitério São Francisco Xavier, no Rio, levantamentos da CEV-Rio demonstram que ela não esteve na Casa. Na documentação da CNV consta também o nome de Antônio Joaquim Machado, o Quinho, da direção da Var-Palmares, preso no Rio, em fevereiro de 1971, na mesma operação que assassinou Coqueiro, a partir da delação de Papandreu.

Em seu relatório final, a CNV apresenta uma lista com treze nomes de militantes que teriam passado pela Casa da Morte, entre eles dirigentes do Partido Comunista Brasileiro, presos a partir de fevereiro de 1974. David Capistrano da Costa, José Roman e Walter de Sousa Ribeiro, além de Ana Rosa Kucinski Silva e seu marido Wilson Silva, ambos da ALN, presos em 22 de abril de 1974, em São Paulo, Thomaz Antônio da Silva Meirelles Neto, da ALN, preso em 7 de maio de 1974, e Issami Nakamura Okano, também ALN, desaparecido em maio de 1974. Àquela altura, a Casa já havia sido desativada.

A hipótese de um segundo centro de tortura em Petrópolis

A CEV-Rio, com base em depoimentos, levanta ainda a possibilidade de um segundo centro clandestino ter sido montado na cidade de Petrópolis, em endereço desconhecido. Em 13 de junho de 1972, portanto, sete anos antes de Inês Etienne Romeu revelar na OAB a existência de um aparelho clandestino do Centro de Inteligência do Exército (CIE), a então cabeleireira (hoje professora universitária), Jussara Lins Martins (atualmente, Jussara Martins Albernaz), aos 25 anos, fez em juízo revelação semelhante. Na Auditoria Militar de Juiz de Fora, denunciou ter sofrido torturas, como presa política, em uma "casa que ao que pensa está localizada no caminho de Petrópolis, ficando ali por quatro dias"[15].

Jussara, militante da Ação Popular (AP) à época, relembrou seu cativeiro ao prestar declarações no Inquérito Civil Público no qual a procuradora Vanessa Seguezzi investiga os possíveis centros clandestinos de tortura em Petrópolis:

> *que, primeiramente, foi presa em Contagem (MG), no dia 8 ou 9 de dezembro de 1972, e que, depois de torturada por alguns dias, não sabendo precisar quantos, DOPS de Belo Horizonte, foi levada , de helicóptero, a um quartel no Rio de Janeiro; daí foi conduzida por uma viatura até uma casa de dois andares, branca, localizada em uma estrada que levava à Petrópolis; durante o trajeto, apesar de estar com os olhos vendados, a depoente pode retirar o capuz de forma sutil e se localizar, quando pode perceber que a estavam levando em direção à Petrópolis e, posteriormente, que estava entrando em um sobrado branco; que, ao adentrar na residência, foi dirigida a um sótão; que durante o período que ficou na casa não ficou de olhos vendados; que quanto as responsáveis por sua prisão, não sabe precisar, só sabe informar que eram pertencentes a órgãos oficiais das forças armadas; que, no entanto, pode afirmar que durante a sua prisão havia, entre os torturadores, agentes do Cenimar e também quadros extra-exército (...) que não sabe indicar o local ou endereço desta casa; que sabe informar que ficou presa nessa casa em um cubículo escuro (sem janelas) o qual eles denominava de "geladeira", onde ouvia sons graves e agudos semelhantes, àqueles que posteriormente ouviu quando fez exame de audiometria, pois durante os interrogatórios teve os tímpanos perfurados: (...) que não pode afirmar que a casa da foto seja a que esteve presa, mas também não exclui a hipótese que permaneceu presa na casa em torno de quatro dias, e que foi torturada no local tanto física quanto psicologicamente[16]."*

15. Depoimento na Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar, Juiz de Fota (MG) , no dia 13/07/1972, encontrado no BNM Digit@al Volume I Tomo I pasta 054 pp. 435/438.

As fotos apresentadas e, a princípio, não reconhecidas eram da casa da Rua Arthur Barbosa, 50 (antigo 668), a já mencionada Casa da Morte.

O depoimento do ex-delegado do DOPS/ES, Cláudio Guerra, também alimenta a hipótese da existência de outro centro de prisão e tortura em Petrópolis. Guerra afirma que a Casa da Morte teria funcionado até 1974, apesar dos documentos que mostram a residência ocupada por Silvana Principe Ayres da Motta e sua família a partir do final do mês de agosto ou início do mês de setembro de 1973. Uma explicação plausível para estas diferenças de datas seria a existência de um segundo centro de tortura na cidade imperial, muito embora o delegado capixaba insista em dizer que foi na casa da Rua Arthur Barbosa que recolheu corpos de militantes. Trata-se de mais um mistério com relação aos "aparelhos clandestinos" usados pelos militares durante a ditadura militar.

Desapropriação da Casa da Morte e Criação de um Memorial

Após a pressão dos movimentos sociais, em agosto de 2012, a Prefeitura da cidade de Petrópolis editou um decreto [17] declarando, como de utilidade pública, o imóvel conhecido como a Casa da Morte. Neste ato, determinou que a Casa fosse desapropriada. Em 2013, o decreto foi reeditado e incluiu também o imóvel vizinho, pois na época ambos pertenciam ao mesmo lote em que funcionou o centro clandestino.

16. ICP nº 1.30.007.000166/2012-13, Procuradoria da República de Petrópolis, gabinete Dra. Vanessa Seguezzi, termo de declarações de Jussara Martins Albernaz, em 15/05/2014, à procuradora da República em Vitória (ES) Elisandra de Oliveira Olímpio.
17. Decreto Municipal nº 966 de 23 de agosto de 2012.

Em dezembro de 2012 foi realizado um ato em Petrópolis pela desapropriação da Casa, com a participação de diversos movimentos sociais e ex-presos políticos. Entretanto, até o fechamento deste relatório a desapropriação não havia sido efetivada, com a alegação dos governos federal, estadual e municipal de falta de recursos públicos.



Ato em dezembro de 2012 pela desapropriação da Casa da Morte
Crédito: Comitê Petrópolis em Luta

Em 23 de julho de 2014, foi aprovada a Lei municipal n° 7.207, que instituía a Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis. Como desdobramento da criação da lei e diante da sua não regulamentação, foi criado, em 18 de abril de 2015, o grupo "Pró-Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis", com o objetivo de, além de regulamentar a Comissão Municipal conforme os critérios legais, fomentar o debate sobre a ditadura na cidade.

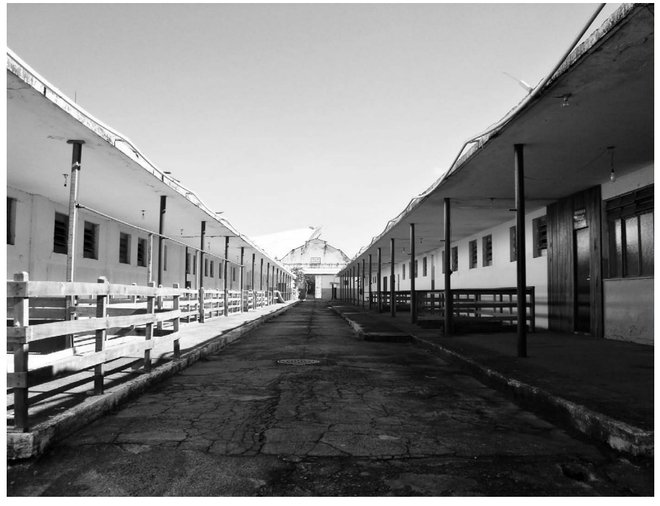
4. 1° BATALHÃO DE INFANTARIA BLINDADA DO EXÉRCITO (BIB)[1]



Localização: Rua Prefeito João Chiesse Filho, Centro, Barra Mansa, RJ

Erguido em 1950 para garantir a segurança no Vale do Paraíba, no Sul Fluminense, área estratégica com a criação, em Volta Redonda, da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), o 1° Batalhão de Infantaria Blindada do Exército (1° BIB), na vizinha Barra Mansa, implantou na região um clima de perseguição, prisões e tortura após o golpe militar de 1964. Seu comando associou-se a diretores da CSN na derrubada do governo de João Goulart e perseguiu não só empregados da estatal mas também cidadãos comuns, militantes políticos, líderes sindicais, leigos e religiosos engajados nos movimentos sociais da Igreja Católica, a partir da posse do bispo dom Waldyr Calheiros, em dezembro de 1966.

Mais de uma centena de empregados da CSN foi demitida. Junto com outros presos, ficaram incomunicáveis por longos períodos e submetidos a vários tipos de constrangimentos, quando não a torturas físicas. Quase 300 pessoas, em dois inquéritos policiais militares (IPMS), foram investigadas e denunciadas. Por falta de provas concretas, praticamentetodos foram absolvidos.



Antigo Batalhão de Infantaria Blindada do Exército, em Barra Mansa, serviu como centro de tortura e detenções de 1964 a 1973 e onde se estruturou a repressão militar para a região Sul Fluminense
Foto: Alejandra Estevez

Em 1966, já ministro do Superior Tribunal Militar (STM), o general Olympio Mourão Filho[2] – o primeiro a movimentar as tropas em abril de 64 – desabafou ao conceder *habeas corpus* a favor de três operários da CSN demitidos, presos e processados como subversivos: "Não arrisquei meu pescoço na revolução para que injustiças que acabei de relatar fossem cometidas"[3].

Decisões do STM, libertando aos poucos os presos encarcerados no quartel, não mudaram as arbitrariedades praticadas pelo comando do 1º BIB. Os desmandos continuaram e culminaram, em dezembro de 1971 e janeiro de 1972, com o assassinato por torturas de quatro de seus soldados, acusados de fumarem maconha: Geomar Ribeiro da Silva, Wanderlei de Oliveira, Juarez Monção Virote e Roberto Vicente da Silva. Há suspeitas de que as mortes teriam sido, na verdade, "queima de arquivo". De acordo com Geralsélia Ribeiro da Silva, seu irmão, Geomar, sabia de corpos "desaparecidos" pelos militares naquela região[4] .

Este foi o único caso nos vimte e um de ditadura em que o Exército admitiu – e puniu – as violações cometidas em um quartel. Como consequência, em 1972, mudaram o nome do 1º BIB para 22º Batalhão de Infantaria Motorizada (BIMtz), na tentativa de apagar a memória das violências praticadas.

O papel repressor do Batalhão fica claro na pesquisa "O 1° Batalhão de Infantaria Blindada do Exército e a repressão militar no Sul Fluminense", desenvolvido pelo Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) da Universidade Federal Fluminense, assim como no trabalho da Comissão Municipal da Verdade Dom Waldyr Calheiros, de Volta Redonda (CMVDWC-VR). Com este objetivo, a CEV-Rio organizou, em outubro de 2014, uma diligência ao antigo quartel[5].

Desde a década de 1950, os militares atuaram na repressão e no controle de segurança em Volta Redonda e nos municípios vizinhos. A relação orgânica da CSN com o Exército teve duas diretrizes: nomeação de militares de altas patentes (coronéis e generais) para diretoria e chefia da empresa e incorporação dos sargentos e oficiais do BIB ao quadro de inquilinos de casas da CSN, em Volta Redonda, cobrando-se aluguéis subsidiados, como consta do Relatório Final da Pesquisa no Centro de Documentação da CSN Arquivo Central - CEDOC[6].

Como denunciou Mario Soares Mendonça, defensor ad hoc da 3ª Auditoria Militar, dois nomes da diretoria da empresa se destacaram na repressão aos operários da CSN, quando o 1º BIB instaurou um IPM para investigar grevistas:

> *"Os indiciados no IPM da Companhia Siderúrgica Nacional estão sendo vítimas das injustiças e arbitrariedades do atual diretor industrial, engenheiro Mauro Mariano da Silva, que, juntamente com o coronel Ene Garcez dos Reis, chefe de segurança da CSN, eram pessoas de confiança do ex-presidente João Goulart e ligados ao sindicato[7]."*

Reforçando a denúncia, apresentou cópia da mensagem do cel. Ene, em 13 de março de 1964, liberando o ponto aos que fossem ao Comício da Central do Brasil. Havia trens gratuitos para o transporte. Para o advogado, foi uma incitação aos trabalhadores a participarem do comício, que serviu de pretexto para o golpe:

> *"Após a revolução, estes mesmos dirigentes mudaram de lado e começaram a apontar funcionários e operários em do-*

1. Texto em colaboração com o Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) da Universidade Federal Fluminense (UFF), campus de Volta Redonda e com o Núcleo de Direitos Humanos do Departamento de Direito da PUC-Rio autor da pesquisa "Políticas Públicas de Memória para o Estado do Rio de Janeiro: pesquisas e ferramentas para a não-repetição", também do Projeto Faperj/CEV-Rio e com a Comissão Municipal da Verdade Dom Waldyr Calheiros, de Volta Redonda (CMV-VR).

2. Olympio Mourão Filho foi o primeiro comandante de Batalhão a movimentar tropas de Juiz de Fora para a Guanabara, dando início ao golpe militar de abril de 1964.

3. "Empregados da CSN demitidos pelo AI-1 serão indenizados", Folha da Cidade, de Volta Redonda, 17/06/1987;

4. COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE D. WALDIR CALHEIROS. Relatório Parcial. Volta Redonda: 16 de maio de 2014. p. 6.

5. A diligência ocorreu em 07/10/2014 e contou com a participação de representantes da Comissão Nacional da Verdade, da Comissão Municipal da Verdade Dom Waldyr Calheiros (CMV-VR), de Volta Redonda, de pesquisadores da Universidade Federal Fluminense (UFF), e dos ex-presos políticos Edir Alves de Souza, Antônio Liberato Geremias e Lincoln Botelho.

6. Resultado do Projeto de Pesquisa da Comissão da Verdade Dom Waldyr Calheiros, de Volta Redonda nos Arquivos da CSN.

7. Correio da Manhã, edição de 12 de junho de 1965, pág. 7 – "STM nega estar com expediente de Peri".

cumentos reservados, secretos e lacrados, encaminhados ao encarregado do IPM general Luciano Salgado Campos, que chegou a arrolar mais de 200 indiciados, dos quais 77 foram denunciados pelo Ministério Público[8].”

Ao mesmo tempo, Mariano e o coronel Ene traçavam, com o comando do 1º BIB[9], um plano emergencial de funcionamento da estatal para a deposição do governo, que já se articulava.[10] Faziam o jogo duplo, à revelia do presidente, Almirante Lúcio Meira. Em 1º de abril, tropas do 1º BIB e da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), reprimiram três focos de resistência na CSN: na Rádio Siderúrgica Nacional, que transmitia discursos a favor da legalidade e da greve; no sindicato dos metalúrgicos de Volta Redonda, onde os filiados armaram trincheiras nas calçadas, e na usina, onde os trabalhadores deram início a uma paralisação.

Com o golpe, a direção da CSN e as forças militares lideradas pelo comando do 1º BIB, desencadearam um processo de prisões em massa. Anos depois, o então diretor industrial, referindo-se ao coronel Nilo de Queiróz, comandante do Batalhão, explicou:

> *“O chefe do BIB era um anticomunista ferrenho, uma coisa louca. Da linha dura do Exército. Nós até tivemos que segurá-lo um pouco para não fazer muitas barbaridades. A tendência dele era acabar com tudo e com todos. Tinha ódio de comunista. Demitimos muita gente. Todos eles entraram naquele inquérito, IPM. E todo mundo ligado ao sindicato foi preso[11].”*

A História registra nos primeiros meses após o golpe a prisão de 58 empregados da CSN. O primeiro, às 10h de 1º de abril, foi o presidente do sindicato dos metalúrgicos, João Alves dos Santos Lima Neto, dentro da usina. As detenções se sucederam até 11 de maio, quando José Machado Feitosa foi rendido. Pelos registros contabilizados, 77 empregados foram sumariamente demitidos. Com a abertura, a partir de abril de 2015, dos arquivos da CSN[12], a CMVDWC-VR identificou o documento “Relação dos demitidos pela Cia. Siderúrgica Nacional – CSN em consequência do Ato Institucional nº 1/64 (AI-1)”, que relaciona 113 funcionários. Com 11 aposentados pelo AI-1, sobe para 124 o total de servidores afastados.

Os Inquéritos Policiais Militares

Logo após 1964, o “Comando Supremo da Revolução”, como se autointitulavam os ministros militares autores do golpe, determinaram a abertura de Inquéritos Policiais Militares (IPM) em todo o país, para a investigação de atividades consideradas subversivas. Em 29 de abril, o major Mito Martins Ribeiro foi encarregado de investigar os envolvidos nas guarnições de Barra Mansa e Volta Redonda [13]. O IPM foi aberto em 1º de maio de 1964[14].

Paralelamente, como se constata por Boletins de Serviço da CSN[15], o novo presidente da estatal, general Pinto da Veiga, instalou uma Comissão de Inquérito, presidida pelo diretor comercial, cel. Arnaldo Claro São Thiago Filho, com a participação do cel. Sebastião Augusto de Carvalho e do advogado Luiz Rodrigues de Andrade.

O IPM-CSN nada provou contra os cerca de 200 indiciados, nem mesmo aqueles 58 que ficaram presos, muitos deles incomunicáveis por longo tempo. O Projeto Brasil Nunca Mais relaciona nove denúncias em juízo de desrespeitos aos direitos constitucionais dos cidadãos. Foram citados: Alcides Rodrigues Sabença; Brasil Lul Diogo; Dorvano Fabiano; Elias Bondarovsky; Idelfonso Jorge de Aquino e Silva; João Alves dos Santos Lima Neto; Joaquim Lourenço de Almeida; Juracy Vieira de Souza, e Oswaldo Carminatti[16].

O IPM-CSN e o IPM do Major Mito, que investigou a abertura de diretórios municipais do Partido Comunista Brasileiro (PCB), tramitaram paralelamente. O IPM-CSN começou com 58 prisões, chegou a contabilizar 200 investigados, mas no final foram 77 denunciados. Entre os acusados, quatro engenheiros, um dentista e um advogado, todos empregados da siderúrgica.

O IPM da “subversão”, presidido pelo Major Mito, atingiu profissionais de várias categorias: comerciantes, industriário, ferroviário, alfaiate, professor, sindicalistas, rodoviários. Foram 61 acusados, incluindo Luiz Carlos Prestes, secretário-geral do PCB, Leonel Brizola, ex-deputado, Maurício Grabois e Lincoln Cordeiro Oest. Nove empregados da siderúrgica foram indiciados nos dois inquéritos.

Perseguição aos católicos

A ida de dom Waldyr Calheiros para Volta Redonda, em dezembro de 1966, alterou as relações da Igreja com os militares. Ao contrário de seu antecessor, dom Altivo Pacheco Ribeiro (1963/65), dom Waldyr, simbolicamente ordenado bispo em 1º de maio de 1964, chegou à diocese influenciado pelas renovações na Igreja, provocadas pelo Concílio Vaticano II, no ano anterior.

O primeiro atrito com o comando do 1º BIB foi em março de 1967 quando recusou-se a celebrar a missa pelo 3º aniversário da “Revolução de 1964”, expressão de uso militar. O confronto maior surgiu na madrugada de 6 de novembro, com a prisão de quatro militantes da Juventude Diocesana Católica (Judica)[17] pela Polícia do Exército[18].

Natanael José da Silva (presidente) e Jorge Gonzaga (diretor esportivo), juntos com o diácono Guy Michel Camille Thibault, de origem francesa, e o seminarista Carlos Rosa utilizaram a Kombi da diocese para distribuírem panfletos em Barra Mansa. A partir do rastro dos papéis, a viatura da PE interceptou-os.

8. Correio da Manhã, edição de 12/06/1965, p. 7.
9. O comando do Batalhão no período pré-golpe e nos anos da ditadura foi dividido pelos oficiais: cel. Nilo de Queiroz (06/06/1963 a 25/02/1966); cel. Danilo Darcy de Sáda Cunha e Mello (25/02/1966 a 31/08/1967); cel. Armênio Pereira Gonçalves (31/08/1967 a 18/01/1970); ten. Cel. Ariosvaldo Tavares Gomes da Silva (18/01/1970 a 03/02/1972); ten. cel. João Cássio Martins de Souza Santos (03/02/1972 a 20/09/1972); Em 20/09/1972, o 1°BIB transformou-se em 22°BIMtz, comandado pelo ten. cel. João Cássio Martins de Souza Santos.
10. Boletim de Serviço n° 71, da Companhia Siderúrgica Nacional, de 16/04/1964. Acervo de Genival Luís da Silva. O material encontra-se sob os cuidados de pesquisadores da Comissão Municipal da Verdade Dom Waldyr Calheiros, da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que trabalham na construção do Centro de Memória de Volta Redonda.
11. PIMENTA, Solange Maria.” A Estratégia de Gestão: fabricando aço e construindo homens. O caso da Companhia Siderúrgica Nacional”. Dissertação de Mestrado, UFMG - 1989. pg. 267.
12. O acesso aos arquivos da CSN foi autorizado após longa negociação, em um acordo assinado pelo ex-presidente da CEV-Rio, Waldih Damous; o presidente da Comissão Dom Waldyr Calheiros, Alex Martins, e o diretor institucional da empresa, Luiz Paulo Barreto, em 12/02/2015, junto ao procurador da República em Volta Redonda, Júlio José de Araújo Jr. que intermediou a negociação. O grupo de pesquisadores voluntários foi coordenado por Edgard Domingos Aparecida Tonolli Bedê, da CMDWC/VR.
13. Projeto Brasil Nunca Mais digital , volume 2 Pasta 116, pág. 43.
14. Projeto Brasil Nunca Mais digital , volume 2 Pasta 116, pág. 41.
15. Boletim de Serviço n° 84/64, da Companhia Siderúrgica Nacional, de 16/04/1964. Acervo pessoal de Genival Luís da Silva. O material encontra-se sob os cuidados de pesquisadores da Comissão Municipal da Verdade, da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que estão trabalhando na construção do Centro de Memória de Volta Redonda.
16. No Projeto Brasil Nunca Mais BNM digit@l Rel. Brasil - Tomo V, Volume I p.: 216, 516, 759, 828, Tomo V, Volume II p.: 203, 321, 371, 714; Tomo V, Volume III, pág. 402. O nome de José Olimar da Costa aparece no TOMO V, Vol.I, p. 47 entre os que denunciaram maus tratos, mas não foi especificada a denúncia que fez.
17. A Judica, criada por dom Waldyr, agregava os movimentos de jovens católicos existentes na região desde os anos 1950: Juventude Operária Católica (JOC), Associação Católica Juvenil (ACAJ), Comunidade Jovens Cristãos (CJC), Juventude Agrária Católica (JAC), Grupo Jovem Cristão (GJC), entre outros. Padre Barreto foi designado mentor espiritual do movimento.
18. Da patrulha da PE que interceptou os jovens participavam o Segundo Sargento José de Oliveira Sampaio (comandante), e os solados Argeu Alves da Costa e Alécio Ribeiro Neves (motorista). Esses militares foram as testemunhas do IPM (Relatório Parcial da CMVWC-VR, de maio 2014).



Último depoimento público dado por dom Waldyr Calheiros antes de sua morte, para as equipes das comissões Nacional, Estadual e Municipal da Verdade. Da esquerda para direita: Waldyr Calheiros, Nadine Borges, membro da Comissão da Verdade do Rio, e Alex Martins, presidente da Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda
Crédito: Acervo Comissão Nacional da Verdade/Thiago Vilela

O panfleto, – considerado "incitação à população contra as autoridades constituídas e contra as Forças Armadas"[19], - criticava o atrelamento do governo autoritário ao imperialismo norte-americano e a situação em que viviam os trabalhadores "massacrados, sem salários, sem direitos, forçados a leis desumanas e ao alto custo de vida". Denunciava ainda a repressão aos estudantes, à Igreja e a entrega da educação nacional e das terras no interior do país aos interesses estadunidenses, o que foi considerado pelos militares "incitação à população". Segundo o relato de Jorge Gonzaga:

> *"Colocaram a gente no camburão. (...) Eu comecei a falar de futebol com o Natanael e o cara me deu uma coronhada no peito assim 'você tá achando que isso aqui é brincadeira? Isso é sério!'(...) Eles queriam incriminar a Igreja, principalmente D. Waldyr. Tanto é que me perguntaram quais são os padres e bispos progressistas[20]."*

Os dois episódios mexeram com a própria hierarquia da Igreja Católica, que viveu um dilema: ao mesmo tempo em que defendia a autonomia da instituição e o respeito ao bispo, alguns setores defendiam manter bom relacionamento com os militares.

19. Conforme relatório do Coronel Moacyr Pereira, encarregado do IPM – Projeto Brasil Nunca Mais, Tomo 7 pasta 645, pág. 607.

20. Depoimento de Jorge Gonzaga à CMVWC-VR, em 24/03/2014, p. 11.

No dia 14 de novembro, dom Waldyr publicou no *Jornal do Brasil* a carta que ficou conhecida como "Os sete pecados capitais"[21]. O documento foi representativo da intervenção de padres e bispos nas questões políticas. Fazendo um contraponto, dizia-se preocupado com questões diretamente relacionadas à vida dos trabalhadores – reajuste salarial, as desigualdades salariais dentro da estatal, os problemas psíquicos que operários estavam tendo, entre outros – enquanto o comandante do 1º BIB, coronel Armênio Pereira, preocupava-se em caçar subversivos.

Lida nas missas e distribuídas aos fiéis, a carta foi usada como prova da subversão do bispo nos três IPMs abertos para investigá-lo. Em novembro de 1968, em um primeiro julgamento, houve a condenação de Guy Thibault – que foi transformada em extradição para a França – e a de Carlos Rosa, a oito meses de reclusão. Embora absolvidos em 1968, Natanael e Jorge Gonzaga foram surpreendidos com nova prisão em maio de 1969. Levados à Base Aérea do Galeão e depois para o depósito da Aeronáutica, ficaram presos por nove e dez meses, respectivamente. Sem que soubessem, o Ministério Público recorreu da sentença e os dois foram condenados na 2ª Instância.

Na Semana Santa de 1968, na Igreja de Santa Cecília, os padres, com o apoio do bispo, promoveram uma encenação em que representavam um diálogo entre o Verbo e a Morte, no qual esta questionava Cristo quanto à importância de seu sacrifício diante da persistência de todos os problemas sociais. Em dezembro, na comemoração do 20º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, houve a encenação da peça "Zé do Forno", com fortes críticas às condições de trabalho na CSN e ao regime militar, que incluiu no fundo musical a canção censurada de Geraldo Vandré, "Pra não dizer que não falei de flores".

Tais atos levaram o Exército a prender, em janeiro de 1969, os diocesanos Antônio Carlos Santini e Waldyr Amaral Bedê, por participação nas atividades da diocese. No dia 14 de janeiro, dom Waldyr solicitou audiência ao Coronel Armênio. Na presença de dois padres, declarou-se preso em solidariedade aos paroquianos. Surpreendeu o coronel que convocou autoridades do município e a imprensa. dom Waldyr só deixou o quartel às 21h30. Santini foi solto na mesma noite, mas Bedê ficou preso por envolvimento com "atividades sindicais e políticas".

Com o AI-5 (13/12/1968) novas prisões ocorreram. No dia 14 de dezembro, o Exército prendeu o sindicalista Genival Luís da Silva, membro do PCBR. Durante a noite era retirado da solitária "para ser torturado em um pavilhão isolado dos demais"[22]. Dom Waldyr, ao saber das torturas ao operário, redigiu uma carta-denúncia assinada também por 16 padres. Foi aberto o chamado "IPM das Torturas". Os depoimentos foram públicos, na Câmara dos Vereadores de Barra Mansa. Em correspondência aos demais bispos[23], dom Waldyr relatou que entre as 80 pessoas ouvidas, estavam ex-presos detidos no 1° BIB.

Em 1970 persistiram as perseguições e os alvos foram líderes da Ação Popular (AP) e da Aliança Libertadora Nacional (ALN). Um ofício do SBNI ao 1º BIB vinculava os jovens da Juventude Operária

21. O 1º Batalhão de Infantaria Blindada do Exército e a repressão militar no Sul Fluminense. Universidade Federal Fluminense (UFF).

22. COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE D. WALDIR CALHEIROS. Relatório Parcial. Volta Redonda: 16 de maio de 2014. p. 15.
23. Arquivo da Cúria Diocesana de Barra do Piraí/Volta Redonda - Carta de Dom Waldyr Calheiros aos bispos, de 17/08/1969.

Católica (JOC) à ALN[24]. Em 2 de novembro, ao distribuir panfletos ao lado de Hélio Botelho e João Cândido, padre Natanael de Moraes Campos, assistente religioso da JOC, teve seu carro perseguido pela polícia, sofreu um acidente e fraturou a clavícula. Quatro dias depois, engessado, foi levado preso para o 1º BIB. Também foi preso, em Volta Redonda, o padre Arnaldo Alberti Werlang. Foi mais um IPM (65/70) em que indiciaram dom Waldir. Do 1º BIB, em carta manuscrita ao bispo, Padre Natanael narrou:

“*em 18 de dezembro, após retirar o gesso (...) fui imediatamente transferido para um quarto sem janela, nem água potável para lavar-me, permanecendo neste ambiente abafado e de muito calor, até 7/1/1971. Na noite de 3 para 4 de janeiro de 1971 fui levado sem camisa para um recinto fechado, depósito de armas do Quartel, onde encontrei um conhecido meu (Edir) que estava nu, com ferimentos em várias partes do corpo, recebendo choques elétricos e pancadas. Imediatamente ligaram-me a ele por fios elétricos em um dedo de cada uma de minhas mãos, acionando uma maquininha que dava seguidos choques em mim e no outro, simultaneamente. Os choques, conforme a intensidade, nos jogava ao chão, recebendo logo outro para nos levantarmos (...) um (sargento Isaaque) controlava a maquina elétrica, outros dois (cabo Alberto e sargento Pires) nos davam socos no estômago e ouvidos, enquanto outro (capitão Tenório) exigia que aprovasse ser eu socialista marxista. Sendo um sacerdote, organizaram a seguir uma “procissão” onde o meu companheiro que estava nu e eu sem camisa, saímos pelo pátio do quartel, ligados um ao outro por algemas e fios elétricos acompanhávamos um sargento (Pires) que com a máquina elétrica nos dava choques enquanto um cabo (Alberto) cantava a música “J. Cristo eu estou aqui”.*[25]

A CMVWC-VR identificou 36 vítimas de torturas entre os testemunhos que ouviu. Relacionou a prática de 12 tipos de torturas. Os choques foram os mais utilizados, atingindo 29 das 36 vítimas. Alguns presos relataram queimaduras, palmatória, pau de arara, afogamento e simulação de fuzilamento como outras técnicas de torturas. A pocilga, local de criação dos porcos, também foi usada. O preso era obrigado a permanecer junto aos porcos.

Exército reconhece tortura e assassinatos

Em dezembro de 1971, a violência atingiu 15 recrutas do próprio batalhão, acusados do consumo e tráfico de maconha no quartel. As prisões começaram com o traficante Expedito Botelho Luiz, detido pela Polícia Civil e levado para o 1° BIB. Seu irmão, o soldado Botelho, foi preso em 26 de dezembro. Enquanto Expedito empreendia uma suspeita fuga, seu irmão, sob tortura, identificou os supostos usuários da droga e, dois dias depois, os soldados Senhorinho, Getúlio e Ferreira também foram presos. Nos dias 30 e 31 de dezembro ocorreram as prisões dos recrutas Alves, Peri, Amorim, Gonzaga e Geomar. Já Wanderlei, Monção, Vicente e Soares foram detidos nos dias 11 e 12 de janeiro.

Geomar Ribeiro da Silva, preso em 31 de dezembro, foi torturado como os demais. Visitado pela irmã Geralsélia Ribeiro da Silva, em 02 de janeiro, garantiu que não fazia uso da droga, o que é confirmado pelos recrutas sobreviventes. Dias depois, a família foi intimada a recolher seu cadáver. Sinais de violência eram visíveis: “unhas perfuradas, pulsos com os ossos aparecendo, dedos queimados com a pele caindo, hematomas nos rins (...), a face com marca de violência, os braços descarnados”.[26] Um relato de dom Waldyr sobre o caso foi levado por dom Ivo Lorscheider, secretário-geral da CNBB, ao General Muricy, chefe de Estado-Maior do III Exército.

Geralsélia, na CMVWC-VR, declarou suspeitar que a morte do irmão foi queima de arquivo. Como motorista, ele mostrava-se decepcionado com o Exército e chegou a falar em “desova” de cadáveres vindos de outros estados. Sua morte, no dia 13, foi a primeira revelada. Foi enterrado em 14 de janeiro.

Em 12 de janeiro, Wanderlei de Oliveira e Juarez Monção Virote não resistiram às torturas. Roberto Vicente da Silva, bastante ferido, foi para o HCE, na Guanabara. Faleceu em 25 de janeiro. Os restos mortais de Wanderlei e Monção apareceram dias depois. O primeiro, decapitado e com as mãos amputadas, próximo à represa São João Marcos. Sua cabeça e mãos estavam dez quilômetros à frente. Monção foi inicialmente largado às margens da estrada que liga Rio Claro a Angra dos Reis. Depois, levaram o cadáver para a estrada de Bananal, embeberam-no em gasolina e atearam fogo. Os que sobreviveram, também sofreram lesões nas torturas. Desta vez, o Exército não teve como desmentir a denúncia de dom Waldyr.

Foi a única vez durante a ditadura que os militares reconheceram a prática de torturas em um quartel. No dia 17 de março de 1973, o Conselho Especial de Justiça da 2ª Auditoria do Exército, em sessão secreta, condenou os envolvidos direta e indiretamente: o tenente-coronel Gladstone Pernassetti Teixeira, subcomandante, que respondia pelo quartel; o capitão Dálgio Miranda Niebus, que comandava a equipe; e ainda, o 2°-tenente R/2 Paulo Reinaud Miranda da Silva; os 3°- sargentos Ivã Etel de Oliveira, Rubens Martins de Sousa e Sidnei Guedes; os cabos Celso Gomes de Freitas Filho e José Augusto Cruz; e os policiais civis Nélson Ribeiro de Moura e Iranides Ferreira. As penas totalizaram 473 anos de prisão, além da expulsão do Exército.

A maior punição foi imposta ao capitão Dálgio Reinaud Miranda da Silva, condenado a 84 anos; o tenente-coronel Gladstone Pernassetti pegou sete anos. No julgamento, foram incriminados o comandante, coronel Ariosvaldo Tavares Gomes da Silva e o 1° tenente médico Eurico Augusto Lopes. O capitão Niebus recorreu ao STM e viu os 84 anos de condenação reduzidos para 26 anos, dos quais cumpriu 11. O tenente-coronel Gladstone também se beneficiou da redução da pena e cumpriu apenas 10 meses de prisão.

24. Ofício n° 160 – E2 do Ministério do Exército, I Exército, Divisão Blindada, AC_ACE_23018_70.
25. Arquivo Cúria Diocesana. Carta do padre Natanael Campos. CD-ROM 3, Documentos 005 a 007. In: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Relatório do Projeto de Pesquisa “O 1° Batalhão de In-fantaria Blindada do Exército e a repressão militar no Sul Fluminense”. Rio de Janeiro, 2015. p. 65.
26. Carta de dom Waldyr a dom Ivo Lorscheider, de 24/01/1972. Pesquisa: O 1º Batalhão de Infantaria Blindada do Exército e a repressão militar no Sul Fluminense. Universidade Federal Fluminense (UFF).

5. 1ª COMPANHIA DE POLÍCIA DO EXÉRCITO DA VILA MILITAR



Localização: Av. Duque de Caxias, Bairro de Deodoro, Zona Oeste, Rio de Janeiro

Localizada entre os bairros de Deodoro e Realengo, a Vila Militar foi construída no começo do século XX para abrigar uma ampla estrutura de treinamento do Exército. Maior concentração militar da América Latina, ela abrange quartéis, residências, museus, escolas de formação, batalhões policiais, hospital e estabelecimentos comerciais. Em seu interior, localizava-se a 1ª Companhia de Polícia do Exército (PE)[1], onde, durante a ditadura de 1964, militantes políticos foram presos, torturados e mortos.

Enquanto parte da estrutura repressiva montada pelo Estado ditatorial, em 8 de outubro de 1969, a 1ª Companhia de PE transformou-se em palco para uma aula expositiva sobre técnicas de interrogatório e tortura. Ministrada pelo capitão Ailton Guimarães Jorge[2] (hoje conhecido como capitão Guimarães, banqueiro do jogo do bicho), da seção de informações, a aula foi destinada a uma plateia formada por cerca de 100 militares, entre oficiais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Dez presos políticos foram utilizados como cobaias das diferentes modalidades de tortura ensinadas, entre as quais: pau-de-arara, choques elétricos, palmatória, latas abertas (onde o preso era obrigado a se apoiar descalço) e pedaços de ferro roliço (utilizados para esmagar os dedos dos presos). Em documento coletivo, elaborado em dezembro daquele ano e posteriormente apresentado à Justiça Militar, alguns dos presos denunciaram as torturas sofridas durante o episódio:

> *"A hora da instrução, cerca de 16 horas, os presos Maurício de Paiva, Ângelo Pezzuti, Murilo Pinto, Pedro Paulo Bretas, Afonso Celso Lana, Nilo Sérgio, Júlio Antônio, Irany Campos, um ex-PM da GB e um outro preso conhecido como Zezinho foram levados para as proximidades das salas onde estava se realizando a reunião. Em seguida, fizeram-nos entrar na sala, tirar as roupas e, enquanto o tenente Haylton projetava "slides" explicando a forma de tortura, suas características e efeitos, os sargentos Andrade Oliveira, Rossoni e Rangel, juntamente com os cabos Mendonça Pouoreli e o soldado Marcolino torturavam os presos frente aos cem militares, numa demonstração ao vivo de vários métodos de tortura empregados. Maurício recebeu choques, Bretas teve o dedo comprimido pelos ferrinhos, Murilo teve que subir nas latinhas de bordas cortantes, Zezinho foi pendurado no pau-de-arara, o ex-PM foi espancado com a palmatória enquanto Nilo Sérgio deveria ficar segurando pesos com os braços abertos, equilibrando-se numa perna só[3]."*

Outro acontecimento que merece destaque foi a prisão, em novembro de 1969, de três militantes ligados à organização VAR-Palmares – Francisco Celso Calmon, Maria Luiza Melo Marinho de Albuquerque e Aretuza Rabelo Garibaldi – efetuada pelo agente do CIE, Paulo Malhães. Os três foram levados para a PE da Vila Militar, onde foram torturados e mantidos ilegalmente presos. Em testemunho público prestado à CEV-Rio e à CNV, Calmon relatou:

> *"Levei choques nas mãos e nos pés, levei muitos chutes nos rins, nos dois lados, foram buscar o pau de arara e, para minha felicidade, um outro companheiro que estava lá no pau de arara, parece que tinha quebrado o pau de arara e eu me safei do pau de arara. Havia muita ameaça de estuprar a minha companheira [Maria Luiza], a minha namorada, na minha frente. Isso nos dois batalhões, no batalhão e na companhia. Havia ameaça, também, de colocar a minha mãe nua na minha frente. Passavam várias vezes medindo a minha altura e dando a entender que estavam cavando uma cova, era um tipo de intimidação[4]."*

Chama ainda mais atenção nesse caso a prisão de Maria Luiza, à época com 16 anos. Mesmo sendo adolescente, Maria Luiza permaneceu detida por cerca de 40 dias no Campo de Instrução de Gericinó[5], de onde era encaminhada à Vila Militar para interrogatório. A prisão ilegal foi judicialmente corroborada. O Capitão Celso Lauria, encarregado do IPM que investigava a atuação dos militantes, havia requisitado ao juiz de menores (denominação utilizada à época), Alyrio Cavalliere, a prorrogação da prisão da jovem. O juiz deferiu o pedido, determinando que "continue a dita menor à disposição das autoridades militares, onde se encontra, até que se ultime o aludido inquérito"[6]. Em testemunho escrito, entregue à CNV, Maria Luiza conta que:

> *"Nós três fomos conduzidos juntos para o DOI-CODI no Batalhão do Exército na Rua Barão de Mesquita na Tijuca onde ficamos por alguns dias até sermos levados para a Vila Militar onde fiquei em torno de 40 dias.(…) apesar da fragilidade que aparentava como qualquer adolescente de 16 anos não fui poupada da brutalidade de uma tortura insana física e emocional, como se aqueles seres animalescos e doentios, muito distante de serem humanos e racionais estivessem diante de alguém altamente perigosa e que pudesse apesar da pouca idade fornecer informações fundamentais para suas "investigações"[7]."*

Esse fato evidencia que a repressão não poupou sequer adolescentes, tendo contado com a colaboração do Poder Judiciário para praticar violações de direitos humanos.

> *"Além das sistemáticas prisões e torturas, sabe-se que ao menos três militantes políticos foram assassinados no interior da 1ª Companhia da PE da Vila Militar. Severino Viana Colou, um dos fundadores do Comando de Libertação Nacional (Colina), foi morto após ter sido torturado, no dia 24 de maio de 1969, na cela nº 3 do pavilhão-presídio da Companhia. A versão oficial, divulgada pelos órgãos de informação, sustentava que o militante havia cometido suicídio no interior da cela. A falsa versão foi desconstruída pelo núcleo pericial da CNV que identificou inconsistência no laudo de perícia do local, produzido à época, e concluiu que a morte de Severino ocorreu "por homicídio por estrangulamento, ou por outra causa porventura omitida pela análise médico-legal" [8]. Outro caso ali ocorrido foi o de Lourenço Camelo de Mesquita, filiado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), morto no dia 30 de julho de 1977 no interior da cela nº 1 do pavilhão-presídio. A versão*

1. Em novembro de 2012, a 1ª Companhia de Polícia do Exército da Vila Militar foi transformada em 11º Batalhão de Polícia do Exército (11o BPE), subordinado à 1ª Divisão de Exército. (Ver: Portaria do Comandante do Exército nº 874, de 11 de outubro de 2012)
2. Ailton Guimarães Jorge foi identificado pelos ex-presos Sérgio Menezes de Macedo, Nilo Sérgio Macedo, Maurício Paiva como o "instrutor" da aula de tortura. Jornal do Brasil, 07/10/1989, 23/11/1985 e 04/11/1986.
3. Arquivo Brasil: Nunca Mais Digital: Pasta BNM_042. p.153, 154.
4. Arquivo CNV, 00092.000570/2014-21. Testemunho de Francisco Celso Calmon para a CNV e a CEV-Rio, prestado em audiência pública realizada em 24/01/2014.
5. Outras mulheres, perseguidas políticas, também ficaram presas nesse local.
6. Arquivo Brasil Nunca Mais Digital. Pasta BNM_030. p.111.
7. Arquivo CNV, 00092.003150/2014-05: Testemunho de Maria Luiza Melo Marinho de Albuquerque, de 4 de novembro de 2014, entregue à CNV por Francisco Celso Calmon, através de e-mail datado de 5/11/2014.
8. Arquivo CNV. 00092.002224/2014- 88. Laudo Pericial Indireto produzido em decorrência da morte de Severino Viana Colou.

oficial da época, que atribuía a causa da morte ao suposto suicídio da vítima, também foi desconstruída pela CNV, cuja equipe de perícia concluiu que "1. não houve enforcamento e, por consequência, não houve suicídio; 2. Lourenço Camelo de Mesquita foi vítima de homicídio provavelmente no interior de instalação militar(…)[9]."

O caso que alcançou maior repercussão foi, contudo, o de Chael Charles Schreier, estudante de medicina assassinado em 22 de novembro de 1969, após ter sido torturado no interior da 1ª Companhia de PE. Integrante da VAR-Palmares, Chael foi preso no dia 21 de novembro junto com outros dois militantes da mesma organização, Maria Auxiliadora Lara Barcellos e Antônio Roberto Espinosa. Os três foram levados para a PE da Vila Militar, onde foram submetidos a intensas sessões de tortura, que levaram à morte de Chael no dia seguinte. Jornais internacionais, como o *New York Times, Le Monde e The Times*, noticiaram o ocorrido, gerando constrangimento internacional ditaura.

A versão oficial para a morte de Chael, registrada pelo II Exército, dizia que os três militantes teriam sido feridos em confronto e que Chael, em estado grave, teria sido encaminhado ao HCE, vindo a falecer posteriormente em decorrência de um ataque cardíaco. Maria Auxiliadora e Espinosa, no entanto, desmentiram tal versão em depoimentos prestados à Auditoria Militar, denunciando as torturas sofridas pelos três e a consequente morte de Chael durante o interrogatório. Apontaram, em juízo, o nome dos torturadores e responsáveis pela sua morte: capitão João Luís, tenente Celso Lauria e capitão Ailton Guimarães[10].

9. Arquivo CNV. Análise Pericial dos elementos materiais produzidos em decorrência da morte de Lourenço Camelo de Mesquita.
10. BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. p. 110.

Durante audiência pública sobre a Vila Militar, realizada pela CNV em parceria com a CEV-Rio e com a Comissão Estadual Memória e Verdade Dom Helder Câmara, em janeiro de 2014, Espinosa esclareceu a atuação da PE da Vila Militar no momento da prisão dos militantes:

> *Nesse momento, aqui no Rio, eles estavam fazendo uma especialização por organizações, deve ter durado um, dois meses nessa experiência. E (…) a PE da Vila Militar era um lugar para onde eram levados os militantes da VAR-Palmares presos. Então, o DOPS prendeu, mas na mesma madrugada, nós fomos levados para a PE. A PE também prendia. Eu falo isso por ouvir dizer, porque eu passaria lá 29 dias. De todos que passaram por lá, provavelmente, eu era o que menos conheceu, conheceu menos bem, porque só foram 29 dias da solitária para a sala de tortura, da tortura para a solitária. Até hoje o tilintar de chaves no fundo de um corredor me incomoda, porque isso significa o que vem depois, está certo?[11]"*

Espinosa ainda narrou as torturas ali sofridas, indicando o nome dos agentes estatais responsáveis (capitão Aílton Joaquim, capitão Ailton Guimarães, capitão Celso Lauria e os sargentos Rossoni e Andrade):

> *Como eram duas as salas de tortura, e nós éramos três, eles colocavam um em cada sala para tomar sessões de choque, uma das salas tinha um pau de arara, para pendurar no pau de arara, e o outro ficava sentado, era bem do lado. Quem sentasse nessa cadeira ouvia os que estavam sendo torturados. Era uma maneira que eles utilizavam para aquele que estivesse esperando se autotorturasse, ficasse imaginando, ficasse configurando na sua cabeça o que aconteceria com ele. No momento em que eu fui colocado nesse banco, sempre algemado para trás, eu falei: "Bom, como é que eu posso me livrar dessa situação? Como é que eu posso amenizar isso?" Decidi, só tem uma forma de fazer isso, dormir. Então, eu encostei nessa coluna e disse: "Bom, é sua obrigação revolucionária, sua obrigação moral, dormir." E eu dormi. (…) Nós éramos três, eles estavam em 10 a 11, os torturadores, estavam ali dentro. O tenente Aílton, que era tenente Aílton Joaquim alguma coisa a mais; o capitão Guimarães, que já fazia a conexão entre a ditadura, entre a tirania vigente no Brasil e o crime organizado, o jogo do bicho e, depois, também, o tráfico de drogas, capitão Guimarães. O capitão Celso Lauria, que era o comandante da companhia e que coordenava esses eventos. Estavam na sala dois sargentos, o sargento Rossoni, sargento Andrade e mais um cabo, que eu não sei o nome, um soldado velho, um soldado engajado, que eu também não sei o nome, e esse cabo Mendonça[12]."*

11. Arquivo CNV, 00092.000570/2014-21. Testemunho de Antônio Roberto Espinosa para a CNV e a CEV-Rio, prestado em audiência pública realizada em 24/01/2014.

A passagem pela Vila Militar também marcou tragicamente o destino de Maria Auxiliadora. Após ser banida do país em 1971, a militante partiu para o exílio, primeiro no Chile e depois na Alemanha. Em razão dos traumas decorrentes da tortura, Maria Auxiliadora cometeu suicídio em 1976, atirando-se nos trilhos da estação de metrô *Charlottenburg*, em Berlim. Em um texto escrito antes de morrer, a jovem descreve o período em que o país vivia, ao qual denominou de "um tempo sem sorrisos":

> *Os senhores me perdoem, eu era criança e idealista. Hoje sou adulta e materialista, mas continuo sonhando. Dentro da minha represa. E não tem lei nesse mundo que vai impedir o boi de voar.*
> *Sou um boi marcado, uma velha <<terrorista>>. Fui aprendiz de feiticeiro, não sabia usar a varinha, deu merda. E feia. Pisei no calcanhar monstro, e ele virou sua pata sobre mim, cego e incontrolável. Fui uma das vítimas inumeráveis do machão crioulo, monstro verde-amarelo de pés imensos de barro. Foram intermináveis dias de Sodoma. Me pisaram, cuspiram, me despedaçaram em mil cacos. Me violentaram nos meus cantos mais íntimos.*
> *Foi um tempo sem sorrisos. Um tempo de esgares, de gritos sufocados, um grito no escuro[13]."*

12. Idem.

Em diligência realizada no dia 23 de janeiro de 2014, a CEV-Rio, em conjunto com a CNV, percorreu as instalações da 1ª Companhia da PE da Vila Militar, acompanhada de quatro ex-presos políticos: Antonio Roberto Espinosa, Amílcar Baiardi, Silvio Da-Rin e Francisco Celso Calmon Ferreira Silva. Apesar das transformações ocorridas no espaço, eles conseguiram identificar as celas (solitárias e coletivas) e o refeitório em que recebiam visitas de familiares e advogados. Da-Rin, detido em novembro de 1969, descreveu o pavilhão onde ocorriam as torturas:

> *Nós entrávamos na unidade, o carro passava pelo portão e imediatamente à direita ficava um pavilhão. Esse pavilhão era dividido em três partes. Uma parte mais administrativa, com salas onde eram praticadas torturas, e um corredor em frente a essas salas que terminava com um banheiro à direita. E nesse corredor haviam quatro celas. Uma primeira à direita, chamada X1 (xadrez um) e à esquerda dois, três e quatro, que eram bem mais amplas e coletivas. Fora desse pavilhão, imediatamente colado nesse pavilhão, dentro desse conjunto de casas, haviam quatro celas individuais solitárias, aquelas que no final tem um orifício, o "boi" para dejetos, para necessidades. Esse era o conjunto. Essa parte que eu disse administrativa, entre aspas, podia entrar por um lado ou pelo outro. E aí você tinha duas grandes salas. Uma que era de uso mais dos militares, com mesa e tal para tomada de depoimento e a outra sala era uma sala vazia, onde havia instrumentos de tortura: cavaletes, barras de ferro que era o famigerado pau-de-arara, máquinas de gerar correntes elétricas para choques*

13. CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (org.). Memórias do exílio, Brasil 1964-19??. 1ª Ed. Editora Arcadia, 1976, p. 315.

elétricos, palmatórias e outros instrumentos de suplício[14].”

A diligência ajudou a comprovar que a 1ª Companhia de PE da Vila Militar, originalmente criado para apurar crimes praticados por militares, teve suas funções inteiramente desviadas nos anos da ditadura, servindo de local para a prisão ilegal, tortura e assassinato de opositores do regime. Como conclui Sílvio Da-Rin,



CNV e CEV-Rio fazem diligência de reconhecimento na Vila Militar com a presença de ex-presos políticos
Foto: Acervo Comissão Nacional da Verdade/Thiago Vilela

“*Uma Companhia de Polícia do Exército certamente foi criada para apurar, investigar crimes, delitos, infrações praticadas por militares. Algumas delas que viriam a ser julgadas na Justiça Militar. Todo esse conjunto policial e judicial especializado foi inteiramente desviado das suas funções, na medida em que, unidades como a Polícia do Exército, várias outras unidades, não só no Exército, mas, também na Marinha e na Aeronáutica, foram desviadas de suas funções precípuas e orientadas a combater atividades de grupos políticos. Usando, então, dependências da União, dependências públicas. As armas, as fardas, tudo aquilo que era patrimônio da União, símbolos da República pra prender, reprimir, torturar, em alguns casos, matar brasileiros que estavam exercendo o direito, como disse o Espinosa aqui, legítimo de se rebelar, se insurgir contra uma tirania[15].”*

Durante a ditadura, outros espaços da Vila Militar foram utilizados para a prisão de militantes políticos que ali permaneceram enquanto aguardavam julgamento, como, por exemplo, o 1º Regimento de Infantaria Motorizado (1º BIMtz-Es) - Regimento Sampaio, a sede da Brigada de Infantaria Paraquedista do Exército, o Regimento de Cavalaria Mecanizada, o Regimento Floriano Peixoto, o Regimento de Obuses, o Regimento de Infantaria e a Companhia de Material Bélico.

14. Arquivo CNV. Vídeo Diligência Técnica Vila Militar realizada em 23/01/2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=aviyKDP7Si4

15. Arquivo CNV, 00092.000570/2014-21. Testemunho de Silvio Da-Rin para a CNV e a CEV-Rio, prestado em audiência pública realizada em 24/01/2014.

6. HOSPITAL CENTRAL DO EXÉRCITO

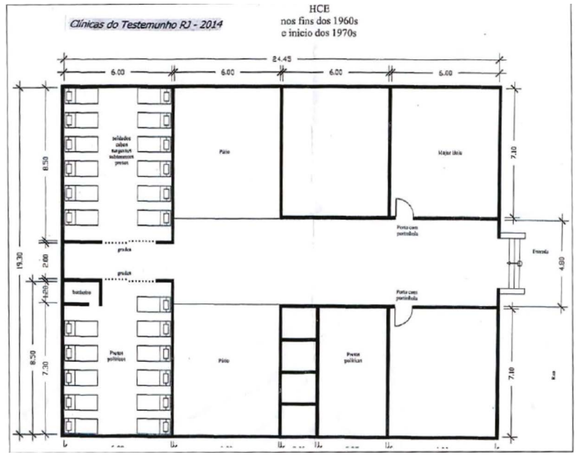


Localização: Rua Francisco Manoel, nº 126, Benfica, Rio de Janeiro, RJ

O Hospital Central do Exército (HCE) foi uma importante peça na estrutura repressiva montada pela ditadura militar no estado do Rio de Janeiro. À época, o espaço cumpriu duas funções principais: recuperar os presos políticos que haviam sido torturados em outros órgãos oficiais ou clandestinos, para que pudessem ser novamente submetidos a interrogatório; e forjar laudos periciais de vítimas mortas por agentes do Estado. O local encontra-se ainda associado à morte e ao desaparecimento forçado de militantes que faziam oposição à ditadura, dentre os quais destacam-se: Manoel Alves de Oliveira, que faleceu em 1964 no interior do HCE, após ser preso e torturado na Vila Militar; Raul Amaro Nin Ferreira, morto em 1971 após ser interrogado e torturado nas dependências do hospital; e Marilena Villas Boas, que faleceu em 1971 no interior do hospital após ter sido sequestrada e torturada por agentes da repressão.

Durante a ditadura militar, os militantes encaminhados para o HCE ficavam detidos em dependências específicas do hospital, como a enfermaria psiquiátrica e a 13ª enfermaria prisional, descrita no croqui em destaque, elaborado por um grupo de ex-presos políticos atendidos pelo Projeto Clínicas do Testemunho do Rio de Janeiro.

A decisão dos agentes da repressão de internar os presos políticos visava, em regra, garantir a recuperação física das vítimas para que, posteriormente, pudessem retornar para a tortura, bem como a possibilitar a continuidade das torturas psicológicas. Tal constatação se evidencia em uma série de testemunhos. O caso de Estrella Bohadana é um dos mais emblemáticos. Detida e torturada



Croqui da 13ª Enfermaria no HCE
Crédito: Mapa feito pelo grupo de ex-presos políticos atendido pelo projeto Clínicas do Testemunho do Rio de Janeiro (Comissão de Anistia/MJ)

no 1º Batalhão de Infantaria Blindada de Barra Mansa, e posteriormente levada ao DOI-CODI, onde foi submetida a violentas torturas que lhe causaram um aborto, Estrella foi encaminhada ao HCE, aonde

já chegou em estado de coma. Nas palavras da militante:

> *"O estado em que se voltava da tortura era, em geral, um estado muito, muito lamentável. Realmente se não fosse essa ida pro hospital (…) Eu cheguei lá, entrei em coma e perdi a noção de tudo. Quando voltei, eu já estava dentro de uma cela, dentro do hospital. E aí foi um período longo, sem poder andar, com muitas fragilidades físicas. Mas mesmo assim, os depoimentos continuam, lá dentro mesmo do Hospital, claro que sem tortura física, mas visivelmente com a tortura psicológica, emocional, quer dizer, com muitas ameaças. Você está presa no hospital e ser ameaçada "assim que sair do hospital, vamos te quebrar, vamos acontecer, vamos te sumir". Então, era um negócio muito violento, do ponto de vista emocional. Lá mesmo no HCE, tive contato com outros companheiros. Marcos Arruda, que estava na ala masculina, que também tinha sido barbaramente torturado. Ali, ninguém tinha sido menos que barbaramente torturado. E porque não suportou fisicamente, foi parar no hospital. O hospital não era garantia de nada. Eu, por exemplo, quando saí do hospital, voltei a ser torturada. Voltei para Barra Mansa e lá voltei a ser torturada, tudo de novo. Quer dizer, quando eu achava que a coisa já tinha parado. Porque realmente, o que podem querer de um preso depois de três meses de tortura? Não tem mais nada de informação pra dar. Existe o lado sádico, maquiavélico (…) De fato, era uma situação de absoluta desigualdade[1]."*

Marcos Arruda, em testemunho cedido à CEV-Rio, relatou ter sido transferido do HCE diretamente para o DOI-CODI, destacando que o hospital servia para "preparar" os militantes para novos interrogatórios:

> *"No DOI-CODI do Rio de Janeiro, a única pessoa que eu retenho o nome é o capitão Gomes Carneiro, que liderou o meu transporte do Hospital Central do Exército para o DOI-CODI, no dia 22 de dezembro de 1970. Eu passei no DOI-CODI três dias de terror, até o dia 25 de dezembro, dia de natal, sendo que a noite inteira do natal eu passei ouvindo gritos de torturados e esperando a minha vez de ser levado. Talvez eu tenha sido poupado porque eu tive uma convulsão. Eles pararam de me dar remédio durante três dias e aí me levaram de volta para o HCE. (…) O diretor do HCE na época era o general Galeno, o vice-diretor era o tenente-coronel Dr. Aquino e ainda havia os Drs. Oscar, Elias e Mota. O chefe da segurança foi o major Sadi, depois substituído pelo capitão Morais, que nos tratava excepcionalmente como seres humanos. O responsável pelo tratamento de presos e presas era o major Boia que preparava a gente pra voltar pra tortura quando tivesse melhorado[2]."*

Mas há evidências de que, além de espaço para a recuperação de presos políticos, o HCE era ele próprio palco de interrogatórios e tortura física. Foi o que recentemente se comprovou no caso de Raul Amaro Nin Ferreira, membro da rede de apoio ao MR-8, preso em 1º de agosto de 1971, levado para o DOPS e, posteriormente, para o DOI-CODI, onde foi interrogado sob tortura. Devido à violência sofrida, em 4 de agosto daquele ano, Raul foi levado ao HCE, onde faleceu cerca de uma semana depois. Investigação empreendida pelos familiares de Raul Amaro e pela CEV-Rio constatou que Raul passou por interrogatório nas dependências do hospital no dia 11 de agosto, sofrendo novas sessões de tortura[3].

Além da assistência e cooperação com a prática de prisão ilegal e tortura, o HCE desempenhou outra função central na estrutura da repressão: forjar laudos periciais de vítimas da repressão. Tal ação se dava, principalmente, por duas razões: para ocultar as verdadeiras causas da morte de militantes, assassinados por agentes do Estado; e para ocultar a sistemática prática de tortura contra opositores à ditadura. Para tanto, os médicos, na maioria dos casos, concediam declarações atestando a morte do indivíduo no interior do hospital, quando, na realidade, o mesmo já havia chegado morto em suas dependências; atribuíam falsas versões ao óbito das vítimas, alegando ter ocorrido "suicídio", "atropelamento" ou "morte em tiroteio", quando, de fato, as mesmas haviam sido assassinadas por agentes estatais; bem como omitiam, em seus laudos, dados sobre as lesões corporais que indicavam a ocorrência de tortura.



Fachada do Hospital Central do Exército
Foto: Acervo Comissão Nacional da Verdade/Fabrício Faria

Vale ressaltar, nesse sentido, o caso de Severino Viana Colou, morto em 1969, nas dependências da 1ª Companhia de Polícia do Exército, na Vila Militar de Deodoro, no Rio de Janeiro. O auto de autópsia, lavrado pelo serviço médico do HCE, reiterava a versão oficial de que Severino havia se suicidado no interior de sua cela. A equipe pericial da CNV conseguiu desconstruir dita versão e identificar as inconsistências do laudo, tendo concluído que Severino fora assassinado por agentes da repressão. De acordo com a CNV, sua morte ocorreu "por homicídio por estrangulamento, ou por outra causa porventura omitida pela análise médico-legal".

1. Testemunho de Estrella Bohadana. Projeto "Torre das Donzelas". Disponível em: http://www.torredasdonzelas.com.br/vozes-da-memoria-videos/estrella-dalva-bohadana/.

2. Acervo CEV-Rio Testemunho de Marcos Arruda no Testemunho da Verdade sobre o Papel das Igrejas durante a Ditadura, concedido à CEV-Rio e à CNV em setembro de 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=AfyfGMQ2TWM

3. O caso de Raul Amaro Nin Ferreira é abordado, de maneira aprofundada, no capítulo 13 deste Relatório.

Outro caso relevante é o de José Mendes de Sá Roriz, membro do Partido Comunista Brasileiro, que, segundo a CNV, foi morto sob tortura em 1973 no interior do DOI-CODI. Sua certidão de óbito declarava, contudo, que José Mendes havia morrido dentro do HCE e não definia a causa de sua morte, afirmando que a determinação desta dependeria "dos exames laboratoriais solicitados".

A história do HCE traz à tona uma importante discussão sobre a atuação de profissionais médicos durante a ditadura militar. Em vez de salvar vidas e atentar para a saúde dos enfermos, alguns destes profissionais foram cúmplices da prática de graves violações de direitos humanos. A participação de médicos em ato de tortura incluía a sua presença em interrogatórios a fim de supervisionar as ações e reanimar o indivíduo, ministrando-lhe tratamento antes, durante ou depois de ser torturado. O médico determinava se o preso poderia continuar sendo seviciado ou se era preciso diminuir o grau de violência a fim de que o torturado não perdesse a consciência. A participação dos médicos abarcava, ainda, a omissão de provas e a falsificação de relatórios, autópsias e certidões de óbito. Era frequente, nesse sentido, o acobertamento de sinais evidentes de sevícias e a ocultação da real causa mortis daqueles que foram assassinados. Havia, por fim, a ocultação de corpos. Os médicos legistas, comumente vinculados à Secretaria de Segurança Pública, contribuíram, em alguns casos, para o desaparecimento forçado de militantes. No Rio de Janeiro, pode-se identificar nomes de médicos que serviram aos propósitos do regime militar. São eles: Rubens Pedro Macuco Janini, Amílcar Lobo, Ricardo Agnese Fayad, Olympio Pereira da Silva[4].

4. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório/Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. Volume I, p. 877, 918, 923, 926.

Em 23 de setembro de 2014, a CNV e a CEV-Rio realizaram diligência no HCE a fim de buscar os prontuários médicos relativos ao período da ditadura militar e de identificar os locais para os quais os presos políticos eram levados no interior do hospital. Os prontuários não foram encontrados, tendo o Exército negado a sua existência. Apesar das alterações ocorridas no interior do espaço, principalmente em razão de obras realizadas a partir do final da década de oitenta, ex-presos políticos que acompanharam a diligência – Marcos Arruda, Ana Miranda e Paulo César Ribeiro – conseguiram reconhecer o prédio, onde provavelmente ficava situada a carceragem/enfermaria à época de suas prisões.



Prontuários Ocultados da Diligência de 23 de setembro de 2014
Foto: MPF

Posteriormente, em 14 de novembro de 2014, o Ministério Público Federal (MPF), com o apoio da Polícia Federal, cumpriu mandado de busca e apreensão no interior do HCE. Uma denúncia anônima, feita ao MPF, revelara que prontuários de presos políticos foram deliberadamente escondidos nas vésperas da diligência feita pelas comissões em setembro daquele ano, e estariam escondidos em um prédio anexo ao hospital. Durante a operação, foram encontrados, em uma sala trancada de um prédio adjacente, prontuários de 1940 a 1969 e de 1975 a 1983, além de sacos plásticos com fichas de pacientes atendidos durante a ditadura militar, ficando comprovado que o Exército havia, de fato, ocultado documentos relevantes. Foram ainda localizados, na mesma ocasião, dossiês com nome, foto e informações de membros e assessores das comissões que participaram da diligência.

No dia 09 de dezembro de 2014, a CEV-Rio realizou uma audiência pública para entregar os prontuários médicos de três militantes que ficaram internados no HCE no período de 1970 e 1971: Maria Dalva Bonet, Abigail Paranhos e Vera Silvia Magalhães. A documentação foi encontrada pela Comissão nos arquivos do ditador Médici, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Essa foi mais uma evidência de que os presidentes militares sempre estiveram cientes das torturas praticadas pelos agentes da repressão e de que os prontuários existem e estão sendo ocultados pelas Forças Armadas, em pleno período democrático.

A CEV-Rio promoveu em parceria com o projeto Clínicas do Testemunho do Rio de Janeiro (Comissão de Anistia/MJ), o Testemunho da Verdade sobre o HCE, em 30 de julho de 2015. Na ocasião, foram ouvidos testemunhos de ex-presos políticos – Ana Bursztyn Miranda, Antonio Rodrigues da Costa, Fátima Setúbal, Marcos Arruda e Paulo César Azevedo Ribeiro – que compartilharam suas experiências de quando estiveram internados no local, relatando o constrangimento sofrido, a medicalização intensiva utilizada e a negativa do hospital em entregar os prontuários médicos. Antônio Rodrigues da Costa, ex-paraquedista do Exército, internado nove meses no setor psiquiátrico do HCE, contou que:

> *"Ameaçavam me dar choques nos testículos se eu não tomasse os medicamentos que eles mandavam. No início eu tentei burlar os médicos, porque eu ficava muito dopado e, às vezes, dormia dois dias seguidos[5]."*

Convidado pela CEV-Rio, o procurador Sérgio Suiama relatou aos presentes que, devido a uma liminar concedida pelo Tribunal Regional Federal ao general reformado José Antonio Nogueira Belham, ex-comandante do DOI-CODI do Rio de Janeiro entre 1970 e 1971, o andamento da busca e apreensão no HCE foi suspenso. Embora o MPF tenha entrado com recurso, até hoje, familiares de mortos e desaparecidos, bem como ex-presos políticos, lutam para ter acesso aos seus prontuários médicos.

5. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Antonio Rodrigues da Costa no Testemunho da Verdade sobre o HCE em 30/07/2015.

7. BASE AÉREA DO GALEÃO



Localização: Estrada do Galeão, s/nº, Ilha do Governador, Rio de Janeiro, RJ

A Base Aérea do Galeão abrigou, a partir de 1970, a sede do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), órgão de informação instalado no âmbito do Ministério da Aeronáutica e que juntamente com o Centro de Informações do Exército (CIE) e o Centro de Informações da Marinha (Cenimar) constituiu as três mais temidas siglas do período. Em 1971, o CISA foi transferido para Brasília, mas manteve o Escalão Recuado do CISA (ReCisa) na cidade do Rio de Janeiro, uma vez que o foco da repressão estava voltado para o eixo Rio-São Paulo[1]. O complexo da Base Aérea foi utilizado, principalmente entre os anos de 1970 e 1979, como centro de tortura, desaparecimento forçado e morte de opositores da ditadura [2].

A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e a Comissão Nacional da Verdade registraram casos de militantes mortos ou desaparecidos nas dependências da Base Aérea do Galeão, entre os quais:

- Severino Elias de Mello, morto na Base Aérea em 30 de julho de 1965, após ter sido preso para suposta averiguação no âmbito de um Inquérito Policial Militar instaurado no Núcleo do Parque de Material Bélico da Aeronáutica;

- Eiraldo de Palha Freire, preso e torturado no interior da Base Aérea após participar de uma tentativa de sequestro de um avião, com o objetivo de trocar os passageiros por presos políticos. Faleceu no interior do Hospital da Aeronáutica do Galeão;

- José Gomes Teixeira, preso por agentes do CISA em 11 de junho de 1971 e levado para a Base Aérea do Galeão, onde foi torturado, com a finalidade de informar a localização de Carlos Lamarca, e posteriormente assassinado no dia 23 de junho do mesmo ano;

- Ivan Mota Dias, preso por agentes do CISA em Laranjeiras, no Rio de Janeiro, em 15 de maio de 1971, e levado para a Base Aérea do Galeão, permanecendo desaparecido até os dias de hoje;

- Stuart Edgar Angel Jones, sequestrado por agentes da repressão em 14 maio de 1971 e levado para a Base Aérea do Galeão, onde foi torturado e morto, permanecendo até hoje desconhecido o paradeiro de seu corpo.

Também fazem parte da memória do local casos de violações de direitos humanos perpetradas contra militares que, contrários ao golpe de Estado de 1964 ou considerados insubordinados, foram presos e torturados no seu interior. Segundo o Relatório Final da CNV [3], Adir Figueira, cabo da aeronáutica que trabalhava na Estação de Comunicação da Base Aérea do Galeão, em 1978, relatou ter sido preso em uma cela solitária e torturado com golpes de cassetete durante duas semanas por ter esbarrado no então Ministro da Aeronáutica, Joelmir Campos de Araripe Macedo, ao entrar com urgência na sala de tráfego militar. Adir ainda afirmou ter sido preso outras cinco vezes, acusado de colaborar com organizações de esquerda[4]. Já José Bezerra da Silva, cabo da aeronáutica durante o regime militar, serviu na Base entre 1971 e 1979 e relatou ter sido preso e torturado após opinar sobre as sessões de torturas contra presos políticos. Belmiro Demétrio, ex-militar cassado, afirmou, por sua vez, ter sido preso e torturado na Base Aérea por ter dito para seu comandante, durante uma partida de futebol, que nada tinha contra o presidente João Goulart.

Em razão da proximidade com o Aeroporto Internacional, a Base Aérea do Galeão cumpriu ainda papel estratégico para a prisão de militantes exilados e de estrangeiros que tentavam retornar para o seu país de origem ou entrar no Brasil. Em 1980, durante período de abertura política no Brasil, Horácio Domingo Campiglia e Mônica Susana Pinus de Binstock, ambos argentinos integrantes da organização político-militar argentina Montoneros, foram presos no dia 12 de março, após desembarcarem no Aeroporto do Galeão, durante uma escala de um vôo vindo do México. O casal foi sequestrado por oficiais argentinos do Batalhão 601, durante uma operação autorizada pelo Exército brasileiro e levados do Galeão para a prisão clandestina "El campito", no Campo de Mayo, na Argentina e desde então permanecem desaparecidos. Este caso é representativo do esquema de cooperação repressiva internacional que se estabeleceu entre os países do Cone-Sul ao longo da segunda metade do século XX e que se intensificou e se sistematizou durante as ditaduras militares da região, através da Operação Condor.

No período inicial da abertura política, o Galeão foi também palco de manifestações pela anistia e pela liberdade dos presos políticos e dos militantes exilados. Nos meses que se seguiram à aprovação da Lei da Anistia (Lei 6.683), em 28 de agosto 1979, o aeroporto do Galeão foi um dos principais locais por onde passaram os exilados políticos que retornaram ao Brasil. Familiares e amigos somaram-se às centenas de integrantes do movimento pró-anistia que encheram os saguões do aeroporto para a recepção daqueles que regressavam. Fernando Gabeira, Leonel Brizola, Miguel Arraes, Francisco Julião, Marcio Moreira Alves, Dulce Maia, Helena Salém e Luís Carlos Prestes, esse último recebido por milhares de pessoas, foram algumas das figuras públicas que puderam retornar do exílio no final da década de 1970.

No dia 30 de maio de 2014, a CEV-Rio acompanhou a diligência na Base Aérea do Galeão, realizada pela CNV. Cinco testemunhas, Jefferson Lopetegui de Alencar, Osório Cardim, Adir Figueira, Jório Gonçalves Dantas e José Bezerra da Silva, identificaram os locais onde eram efetuadas as prisões, os interrogatórios e as sessões de tortura.

De acordo com os relatos das testemunhas, os militantes políticos eram levados para salas ou

1. ISHAQ, Viven. FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Teresa E. A escrita da repressão e da subversão, 1964-1985. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012, p. 86.
2. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. Volume I. p. 753.
3. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. Volume I. p. 754.
4. Arquivo CNV, 00092.002084/2013-67. Testemunho de Adir Figueira para a CNV em 16/04/2013.

celas oficiais situadas no interior de três prédios do complexo da Base Aérea do Galeão: o prédio de custódia da Base Aérea, o prédio do antigo Pelotão de Investigação Criminal da Polícia da Aeronáutica e o prédio do comando da Base Aérea, onde funcionava o Setor de Investigação e Justiça. Segundo os testemunhos, havia também um conjunto de celas clandestinas subterrâneas destinadas aos presos políticos, onde era proibida a entrada de oficias que não fossem autorizados pelo CISA e pela Companhia de Polícia da Aeronáutica (PA). O acesso ao "presídio subterrâneo" do CISA era restringido por uma cancela, localizada no pátio anterior, onde ficava um guarda a paisana limitando a circulação dos oficiais. Os presos que por ali transitavam eram mantidos encapuzados para dificultar o reconhecimento do espaço. Em testemunho prestado a CNV, Adir Figueira esclarece:

Adir Figueira – Tinha uma prisão subterrânea para outro tipo de preso.
CNV - essa prisão subterrânea também ficava na base aérea do Galeão?
Adir Figueira – Também na base aérea do Galeão. (…)
CNV - E essa prisão subterrânea ficava onde?
Adir Figueira – É uma pergunta até complexa, porque informar exatamente o ponto dela lógico que eu sei, conheço muito bem, entendeu, eu acho que eu preferia levar uma comissão lá e mostrar: "É aqui, escava que é aqui".
CNV – Mas está soterrada?
Adir Figueira – Ela está soterrada.
CNV – Mas construíram alguma coisa em cima? (…)
Adir Figueira – Não, até a data de 2010 nada foi construída em cima dela.
CNV - Mas você viu essa prisão ou você ouviu falar?
Adir Figueira – Eu vi a prisão (…) Já estive na prisão. Ela fica sete metros de fundura com muitas celas dentro.
CNV - E ela era destinada a quem?
Adir Figueira – A presos políticos, tanto militar como civis.[5]"

De acordo com Adir Figueira e José Bezerra da Silva, o conjunto de celas foi parcialmente soterrado com 30 toneladas de concreto na década de 1980 e o que restou do local foi transformado em uma área de lazer chamada "Clube do Mickey" [6].

> *Diziam que enquanto estavam torturando os presos aqui dentro, a banda de música que ficava naquele prédio aqui do lado ficava tocando aqui. Quando a banda de música estava tocando, nós sabíamos que estava havendo sessão de tortura*[7]."

Apesar de comprovadas as graves violações de direitos humanos perpetradas no interior da Base Aérea do Galeão, a Aeronáutica insiste até hoje em negá-las, adotando um posicionamento comum às três Forças Armadas que se recusam a pedir perdão à sociedade brasileira pelos crimes do passado.

5. Arquivo CNV, 00092.002084/2013-67. Testemunho de Adir Figueira para a CNV em 16/04/2013.
6. Arquivo CNV. Vídeo da diligência da CNV à Base Aérea do Galeão. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6Hr9-0uGCpk
7. Arquivo CNV. Testemunho de José Bezerra da Silva concedido à CNV durante a diligência à Base Aérea do Galeão. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=6Hr9-0uGCpk

8. INSTITUTO PENAL CÂNDIDO MENDES (PRESÍDIO ILHA GRANDE)



Localização: Dois Rios, Ilha Grande, Angra dos Reis, RJ

Instalado na Ilha Grande (situada na baía da Ilha Grande, costa oeste do Estado do Rio de Janeiro), o Instituto Penal Cândido Mendes (IPCM) recebeu grande número de presos comuns e políticos durante a ditadura militar. Ao longo de seu funcionamento, o presídio tornou-se conhecido pelas torturas físicas e psicológicas e pelo tratamento degradante imposto aos internos por parte de agentes de segurança. Como forma de protesto, os presos divulgaram abaixo-assinados de denúncias publicados pela imprensa e fizeram diversas manifestações internas, entre elas duas grandes greves de fome, realizadas, respectivamente, em 1971, durante 17 dias, e em 1975, ao longo de 18 dias[1].

Com o golpe de 1964, e sobretudo após 1969, com a edição da Lei de Segurança Nacional, muitos dos presos políticos acusados de oposição ao regime militar foram enviados para o instituto, dividindo o espaço com os prisioneiros comuns. O térreo e o



Presídio de Ilha Grande Colônia Dois Rios
Crédito: Acervo Museu do Cárcere

1. VIANA, Gilney; CIPRIANO, Perly. Fome de liberdade:a luta dos presos políticos pela anistia. 2ª Ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009. pp. 41-45.

primeiro andar do edifício central eram destinados a esses presos, enquanto uma galeria no segundo andar era ocupada pelos presos políticos, em um regime mais fechado. A convivência entre os dois grupos gerou um processo de politização dos presos comuns, que passaram a ter contato com hábitos de organização, como a constituição de um fundo coletivo (uma despensa comum onde os alimentos trazidos aos presos pelos familiares eram guardados e depois partilhados entre todos) e de um colegiado (um pequeno grupo escolhido pelos presos para representá-los frente à administração do presídio)[2]. O início desse contato com presos políticos na Ilha Grande foi relatado por William da Silva Lima no livro *400 Contra Um: uma História do Comando Vermelho*, em que narra:

> *"Logo depois [da fuga da penitenciária Lemos de Brito em 26 de maio de 1969], os presos políticos que estavam no continente foram transferidos para uma galeria da Ilha Grande, isolados dos demais. Foi, para todos, um choque. Eu convivia diretamente com cerca de cinquenta deles, a maioria marinheiros, muito integrados à coletividade, hábeis no artesanato, nos esportes e nas artes. A transferência desses companheiros para a Ilha Grande modificou nossa rotina. Pouco podíamos fazer, mas fizemos, pelo menos simbolicamente: reorganizamos e levamos à vitória o 25 de Março, time de futebol que lembrava a data do levante que trouxera os marinheiros à prisão[3]."*

Ainda que, para aqueles considerados pela repressão como uma ameaça ao regime, a condição de preso político gerasse um caráter de oficialidade ao encarceramento, diminuindo assim os riscos de serem assassinados ou de se tornarem desaparecidos, a permanência no IPCM trazia condições de vida degradantes. Os testemunhos relatam as precárias condições da prisão, com edifícios em ruínas, falta de higiene nos cômodos e banheiros, falta d'água, além de celas superlotadas e úmidas. Os detentos doentes não contavam com qualquer atenção médica e ficavam em meio aos demais[4].

Destaca-se ainda a existência da cela conhecida como "surda", nome atribuído a uma espécie de solitária, onde os presos acusados de mau comportamento eram trancados e ficavam impossibilitados de frequentar os banhos de sol. Outras denúncias foram feitas pelo preso político Demístocles Batista ao médico Benjamin Albagli que, em 1970, solicitou uma visita ao estabelecimento penal de Ilha Grande a fim de verificar a real condição dos presos. Fez-se a solicitação à Secretaria de Justiça do antigo estado da Guanabara, em nome da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculada ao Ministério da Justiça. Recebida a autorização, Albagli constatou a situação altamente precária dos detentos e, a partir de então, passou a também ser perseguido pela repressão[5].

A situação precária levou os presos a protestarem diversas vezes com a realização de greves de fome. A primeira grande greve foi realizada em 1971 e visava a obtenção de alojamentos específicos para os presos políticos separados dos demais detentos, bem como melhores condições carcerárias. A segunda, por sua vez, teve início em 5 de maio de 1975, quando 33 presos políticos entraram em greve de fome, exigindo que fossem transferidos para outro estabelecimento penal situado no continente. Elaboraram ainda um abaixo assinado denunciando as péssimas condições do presídio. Entre os presos que assinaram o documento e participaram da greve, encontravam-se Zaqueu José Bento, Paulo Roberto Jabour, Alex Polari de Alverga, Manoel Henrique Ferreira, Carlos Alberto Sales, Fernando Palha Freire, Paulo Sergio Paranhos, Jorge Raimundo Jr. e Romulo Noronha de Albuquerque[6]. No manifesto, os presos afirmavam sobre a prisão:

> *"o aspecto mais grave deste isolamento liga-se ao fato de favorecer enormemente a prática de violências e arbitrariedades contra presos políticos e comuns. Ainda no início do mês passado, os jornais divulgaram a notícia do assassinato de dois internos deste presídio, vítimas dos espancamentos que sofreram nas mãos de guardas e policiais militares. A este relato poderíamos acrescentar incontáveis outros. Esta realidade particular, entendida dentro de uma situação mais ampla, isto é, das constantes violações dos direitos humanos dos presos políticos brasileiros, levou-nos a concluir que nossa permanência aqui significa a perspectiva de um aniquilamento lento, ou então, uma saída mais rápida, configurada em nosso massacre (…)[7]"*

A greve de fome estendeu-se até 22 de maio de 1975 e foi vitoriosa, resultando na transferência dos presos políticos para o Complexo Penitenciário da Frei Caneca, concluída no ano seguinte. Em audiência pública promovida pela CEV-Rio e pela CNV, em 2013, o marinheiro Joaquim Aurélio de Oliveira, preso em 1974 por participar de uma reunião no Sindicato dos Marinheiros e levado para o presídio em Ilha Grande, lembrou-se do episódio:

> *"Participei de uma greve de fome de 16 dias. Nossa luta era sair de lá da Ilha, porque nossas esposas não tinham como ir ver a gente. Elas se cotizavam, pegavam barcos frágeis para atravessar a baía, correndo risco de ficar à deriva. Com essa greve de fome eu quase morri, parecia aquelas pessoas do holocausto. Minha boca e garganta encheram de afta, eu não conseguia nem tomar o soro. Mas estou aqui para contar essa história[8]."*

No início dos anos 1980, com a abertura política, os jornais passaram a publicar matérias corroborando as denúncias de uso da tortura de maneira sistemática no instituto. É o caso do *Jornal do Brasil* que, em 17 de dezembro de 1981, trouxe à tona a declaração do então diretor do Departamento do Sistema Penitenciário (Desipe), Antonio Vicente, confirmando a existência de tortura no Presídio Cândido Mendes. Destacava a manchete: "Desipe admite que presos da Ilha foram torturados"[9].

Uma das formas de tortura denunciadas era aplicada aos presos que tentavam fugir e ficou conhecida como "pinguim". A denúncia partiu da promotora Nilda Maria Baptista, da Comarca de Angra dos Reis, tendo sido publicada pelo jornal *O Globo* em abril de 1982. Descrevia o tratamento dado a três presos que tentaram fugir do Instituto Penal e que, ao serem encontrados por policiais da instituição, foram amarrados em árvores, já exaustos da fuga, e colocados na "posição vertical, amarrados a pedaços de madeiras fincados ao chão". Outro pedaço de madeira atravessava as costas dos detentos "de modo que seus pés não tocassem o solo, ficando, em consequência, todo o peso do corpo sustentado pelos braços". A promotora ainda acrescentou que o tenente responsável pela tortura acionava a

2. MALAVOTA, Leandro Miranda. O início da falange vermelha. In: XXIII Simpósio Nacional de História. Anpuh-Londrina, 2005, p. 3.
3. LIMA, William da Silva. Quatrocentos contra um: uma história do Comando Vermelho. 2ª Ed. São Paulo: Labortexto Editorial, 2001. p.38-39.
4. PEREIRA, Vany Leston Pessione. Ilha Grande: a masmorra verde. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XII, n. 62, mar 2009.
5. Disponível em: http://www.documentosrevelados.com.br/depoimentos--torturas-denuncias-ditadura/medico-foi-perseguido-pela-ditadura-por-denunciar-torturas-aos-presos-da-ilha-grande/
6. Disponível em: http://arquivosdaditadura.com.br/documento/galeria/conjunto-documentos-sobre-situacao-preso-0
7. Disponível em: http://arquivosdaditadura.com.br/documento/galeria/conjunto-documentos-sobre-situacao-preso-0
8. ACERVO CEV-Rio. Testemunho de Joaquim Aurélio de Oliveira para a CEV-Rio em 12 de agosto de 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8PR5jGTrzcI
9. JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 17/12/1981, p. 14.

manivela de um aparelho que dava choque elétrico nos torturados[10].

Em março de 1983, o periódico *Última Hora* também publicou matéria de página inteira denunciando o tratamento recebido pelo detentos no presídio:

> *"Além de outras acusações, como falta de assistência médica ou jurídica, maus-tratos físicos, falta de qualquer tipo de diálogo com a direção, os detentos enumeram outros casos específicos: falta de respeito para com as visitas, colocação de maconha em determinados lugares para forjar flagrantes, incitamento à rebelião, instalação de presos rebeldes em celas onde há camas com estrados de ferro, propiciando a fabricação de estoques para que se matem entre si, humilhação sistemática para provocar rebeldia, esquecimento de detentos em celas surdas, negativa de alimentação[11]."*

Apenas em 1994 o presídio foi definitivamente desativado e implodido por decisão do então governador Leonel Brizola. Hoje, ainda é possível encontrar ruínas da construção que abrigou o IPCM. O local foi entregue pelo governo do Estado à Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), que mantém ali um ecomuseu, o Museu do Cárcere.

10. PEREIRA, Vany Leston Pessione. Ilha Grande: a masmorra verde. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XII, n. 62, mar 2009.
11. JORNAL ÚLTIMA HORA. Edição de 28/03/1983, p. 13.

9, COMPLEXO PENITENCIÁRIO FREI CANECA



(Localização: Rua Frei Caneca, no 463, Estácio, Rio de Janeiro, RJ)

O conjunto Penitenciário Frei Caneca é depositário de uma longa tradição de arbitrariedades e de lutas no sistema carcerário do Rio de Janeiro. Erguido em meados do século XIX, sob o Imperador D. Pedro II, na região do Catumbi, próximo ao Morro de São Carlos, foi incialmente usado para o encarceramento de negros, pobres e imigrantes. A partir do Estado Novo, o complexo passou a ser usado também como prisão política e tornou-se conhecido por ser o local de detenção de opositores do regime implantado por Getúlio Vargas, como Luis Carlos Prestes, Olga Benário, Nise da Silveira, Apolônio de Carvalho, Mario Lago e Graciliano Ramos. Durante a ditadura de 1964, abrigou militantes condenados pela Lei de Segurança Nacional.Neste período, foi palco de manifestações de protesto e greves de fome dos detidos, que reivindicavam uma anistia ampla e irrestrita.

A repressão desencadeada após o golpe de 1964 levou para a penitenciária Lemos de Brito integrantes de movimentos sociais, sindicalistas e militares rebelados. Entre eles, os participantes da revolta dos marinheiros, no Rio de Janeiro, e do levante dos sargentos da Base Aérea de Brasília. Três anos depois, foram incorporados mais trinta presos na Guerrilha de Caparaó (1966-1967), movimento armado de oposição à ditadura, formado por ex-militares cassados.

Em 1969, nasceu no interior do presídio o Movimento Armado Revolucionário (MAR), fruto do convívio entre militares rebeldes e presos comuns. Seis presos políticos (Avelino Capitani, Marcos Antônio da Silva Lima, Antônio José Duarte, Antônio Prestes Paula, Benedito Alves de Campos e José Adeildo Ramos) e três comuns (André Borges, Roberto Cietto e José Michel Godói) foram protagonistas, em 26 de maio de 1969, de uma espetacular fuga do presídio. Em liberdade, o grupo tentou organizar um foco de guerrilha na região da Serra do Mar, próximo a Angra dos Reis. Novamente presos, dois deles foram mortos. Roberto Cietto sob tortura, no 1º Batalhão de Polícia do Exército, e o marinheiro Marco Antônio da Silva Lima em confronto com militares da PE, em janeiro de 1970, no Rio de Janeiro.

A partir de 1975, o presidio da Frei Caneca passou a concentrar um grande número de militantes de organizações armadas, acusados de violar a Lei de Segurança Nacional (1969)[1]. Para lá também foram enviados os prisioneiros do Instituto Penal Cândido Mendes, na Ilha Grande. No total, cerca de 60 presos foram alojados em um refeitório

1. Por essa lei, ficava estabelecida a prisão perpétua e a pena de morte no Brasil e os condenados por crimes nela previstos, tivessem conotação política ou não, seguiam processo na Justiça Militar e cumpriam penas em presídios e celas comuns.

desativado da Penitenciária Milton Dias Moreira, apelidado ironicamente por eles de "Cinema Íris". O reconhecimento da condição de presos políticos e as conquistas resultantes foram decorrentes de lutas e de anos de resistência nos cárceres. Nas palavras de Gilney Viana e Perly Cipriano:

> *"A sobrevivência político-ideológica, essencial para os presos políticos, se tornava dramática. O simples mas fundamental reconhecimento de nossa condição de presos políticos nos custou anos e anos de resistência, de esforços, preocupação, lutas a cada dia, diante de cada guarda, policial, tribunal militar, comandante ou diretor de prisão. Muitas vezes tivemos que travar a luta em três frentes: pela sobrevivência física; pelo respeito aos mais elementares direitos da pessoa humana incluindo a luta contra as torturas e maus tratos de que eram vítimas os presos comuns; e pelo respeito aos direitos cidadãos, em especial à nossa condição de presos políticos.[2]"*

Foi no Complexo Frei Caneca que o movimento pela anistia atingiu maior visibilidade. Em 1977, os presos políticos da Penitenciária Milton Dias Moreira, em solidariedade às companheiras detidas no Presídio Feminino Talavera Bruce, em Bangu, aderiram à greve de fome promovida pelas presas para denunciar os maus tratos e reivindicar a transferência para uma ala especial do Complexo Frei Caneca.

Na luta pela anistia, durou 32 dias a greve de fome mais longa dos presos detidos no Complexo Frei Caneca[3]. Iniciada em 22 de julho de 1979, teve a adesão de presos em outros estados e contou com o apoio de várias entidades (como a OAB e a CNBB), e de artistas e intelectuais[4]. Alcançou ampla repercussão na imprensa nacional e internacional. O objetivo era pressionar a aprovação de uma Lei de Anistia ampla, geral e irrestrita, contrária à proposta de anistia parcial, apresentada pelo governo. De acordo com Gilney Viana e Perly Cipriano, presos no Complexo Frei Caneca, a anistia era um assunto central naquele momento e envolvia:

> *"todo o processo de prisões arbitrárias, torturas, processos e julgamentos viciados, entraves políticos da parte da Justiça Militar para nossa soltura, os longos anos de cárcere em condições muitas vezes degradantes e desrespeitosas aos direitos humanos e de cidadãos, e especialmente de presos políticos, os casos dos companheiros assassinados nas câmaras de tortura e a responsabilidade das autoridades do regime sobre tudo isso. Pretendíamos fazer ver que a questão Anistia não se resumia à simples votação do projeto, mas compreendia todo o processo político pelo qual a sociedade questionava o regime militar e almejava sua substituição por um regime democrático[5]."*

A greve de fome acabou no dia 22 agosto de 1979, com a aprovação pelo Congresso Nacional da Lei de Anistia. A lei aprovada excluía os presos políticos considerados responsáveis por atentados terroristas e assassinatos e criava a figura do "crime conexo", uma extensão da anistia aos agentes estatais perpetradores de graves violações de direitos humanos. Os presos envolvidos nos chamados "crimes de sangue" não foram libertados de imediato. Alguns foram obrigados a cumprir integralmente a condenação, enquanto outros tiveram suas penas diminuídas pela reforma da Lei de Segurança Nacional em 1978, que permitiu a progressão para o regime de liberdade condicional. Muitos, contudo, tiveram que aguardar a aprovação da Constituição Federal de 1988 para obterem a liberdade.

2. CIPRIANO, Perly, VIANA, Gilney A. Fome de liberdade: a luta dos presos políticos pela anistia. 2ª Ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009. p. 40.
3. Dentre os quais: Paulo Roberto Jabur, Gilney Viana, Carlos Alberto Sales, Jesus Parede Soto, Jorge Santos Odria, Jorge Raimundo Junior, Antônio Pereira Mattos, Perly Cipriano, Paulo Henrique Oliveira da Rocha Lins, Alex Polari, Nelson Rodrigues, Manoel Henrique Pereira, José Roberto Rezende, Helio da Silva e José André Borges.
4. Inclusive Gilberto Gil, Luís Melodia, Jorge Mautner, Chico Buarque, Milton Nascimento, Oscar Niemeyer, Darcy Ribeiro, Ziraldo e Antônio Houaiss.
5. CIPRIANO, Perly, VIANA, Gilney A. Fome de liberdade: a luta dos presos políticos pela anistia. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009. p. 66.



Darcy Ribeiro, Antônio Houaiss e Oscar Niemeyer conversam com os presos políticos Jorge Raymundo, Manoel Henrique Ferreira e Perly Cipriano na penitenciária.
Foto: Acervo Exposição Fotográfica "30 anos de luta pela anistia no Brasil" da Comissão de Anistia

Após a libertação dos presos políticos, o anexo da Penitenciária Milton Dias Moreira passou a concentrar os presos comuns condenados pela Lei de Segurança Nacional. William da Silva Lima, em seu livro "Quatrocentos contra um", descreve a situação do presídio em 1983:

> *"Estamos num anexo do presídio Milton Dias Moreira. Os presos políticos que aguardavam a anistia já foram. A nova direção do sistema insiste em nos manter isolados. Somos 34 presos e apenas uma certeza: tão cedo não sairemos daqui, pelo menos pelas vias legais. Há mais de 10 anos a maioria de nós roda como peão pelas cadeias do Rio de Janeiro. Fugir novamente, para não apodrecer – é o que resta[6]."*

Ao longo dos anos, o Complexo ficou conhecido pelas frequentes denúncias de tortura e pelas péssimas condições de alimentação, higiene e habitação dos detentos, situação agravada pela superlotação das celas. Em 2003, o governo estadual decidiu desativar o Complexo Frei Caneca. Três anos depois foram demolidas as penitenciárias Milton Dias Ferreira, Lemos de Brito e Romero Neto. O que restou do conjunto foi implodido no dia 13 de março de 2010, mantendo-se apenas o pórtico, tombado pela prefeitura do Rio de Janeiro em 2006. O terreno deu lugar a um projeto de moradia popular.

6. LIMA, William da Silva. Quatrocentos contra um: Uma história do comando vermelho. 1ª Ed: Editora Vozes, 1991. p. 18.

10. INSTITUTO PENAL TALAVERA BRUCE



Localização: Estrada do Guandu do Sena, no 1902, Gericinó, Rio de Janeiro, RJ

A Penitenciária Talavera Bruce, parte do complexo de Gericinó (também conhecido como complexo penitenciário de Bangu) foi inaugurada no início da década de quarenta, tendo sido a primeira unidade prisional no estado do Rio de Janeiro destinada a abrigar somente mulheres. Durante a ditadura militar, militantes políticas acusadas de oposição ao regime – entre as quais Estrella Bohadana, Inês Etienne Romeu, Jesse Jane, Zenaide Machado de Oliveira, Maria Luiza Araújo, Dulce Pandolfi, Ieda Santos, Iná Meireles, Sandra Dias, Leila Abreu, Tania Fayal, Francisca Abigail Paranhos, Sônia Hinds, Norma Sá Pereira, Ziléa Resnik, Lúcia Murat, Emilia Silveira, Lilian Schalders e Dalva Leite de Castro – permaneceram ali detidas.

A penitenciária, que ocupa uma área de cerca de 17.000 m2, dos quais 8.000 m2 são edificados, possui um portão principal com grades de ferro e é cercada por muros de três a cinco metros de altura. As presas políticas, para lá encaminhadas a partir do início dos anos setenta, ficavam, em regra, detidas em um pavilhão exclusivo, separada das demais presas. O espaço contava com um pátio interno e se dividia em duas galerias. A primeira galeria era formada por celas de aproximadamente dois metros de comprimento por um de largura. A segunda galeria, por sua vez, permanecia sempre fechada por uma grade de ferro, próxima da qual se situavam o banheiro e o fogão, ambos de uso coletivo das internas.

As celas permaneciam abertas de manhã e eram fechadas durante a noite, cabendo às próprias presas políticas a limpeza do pavilhão. As militantes tinham direito a tomar banho de sol por uma hora diariamente e, nos sábados, podiam receber visitas por duas horas. Estes encontros eram, no entanto, marcados pela constante vigilância dos agentes de segurança, que costumavam deixar os familiares esperando por longas horas e que, não raro, estragavam objetos pessoais e alimentos que eram levados às presas, sob o argumento de que os estariam inspecionando. Como forma de retaliação às presas, quando grupos de esquerda realizavam ações contra o regime militar, as correspondências, os banhos de sol e as visitas eram suspensas pela direção do presídio[1].

De modo geral, as presas políticas encaminhadas ao Presídio Talavera Bruce já haviam passado por outros centros de prisão e tortura como, por exemplo, o DOPS/GB, o DOI-CODI/RJ ou o 1º BIB de Barra Mansa. Por conta disso, algumas militantes chegaram ao presídio bastante machucadas e ainda com marcas das sevícias a que haviam sido anteriormente submetidas. Apesar de não se ter notícia da realização de interrogatórios sob tortura, no interior da penitenciária, relatos de ex-presas políticas destacam as péssimas condições da prisão, com celas mínimas e insalubres, bem como a imposição de castigos (como a permanência em solitárias e em celas sujas, com animais em seu interior) e de isolamento forçado (na área destinada ao manicômio judicial). Jesse Jane, Estrella Bohadana e Dulce Pandolfi, respectivamente, resgatam, em suas narrativas, a memória do espaço:

> *Eu me encontrava no Presídio Talavera Bruce saindo do CISA, o Centro de Informação da Aeronáutica, após ter sido presa no dia 1º daquele mesmo ano. Aquele era um tempo difícil nas prisões, vivíamos sob muitas restrições. Quando cheguei a Bangu, bairro onde se localiza o presídio sobre o qual nos referimos aqui, o coletivo de presas políticas era composto por militantes de várias organizações, e eram em grande número. No princípio não me permitiram ir para o pavilhão onde estavam aquelas companheiras. Fui mantida em isolamento por muitos meses em um corredor onde ficavam presas comuns consideradas malucas, isto é, presas que haviam sido enquadradas no artigo 121 do Código Penal. No início de 1971, chegaram outras companheiras que também foram levadas para este mesmo lugar. Me refiro especificamente à Dulce Pandolfi, Estrella Bohadana, e outra companheira que ficou pouco tempo entre nós, que se chama, ou se chamava, Margarida, uma companheira da AP, se não me engano. Em meados de 1971, creio que foi em junho ou julho, fomos incorporadas ao coletivo (…)[2].”*

> *Depois desse período [no BIB de Barra Mansa], eu fui levada de volta pro Rio. Fiquei no DOPS fazendo depoimento dois ou três dias, com uma tortura já mais branda, porque eu também já tava toda quebrada. E fui mandada pro Presídio Talavera Bruce. Lá, eu cheguei toda enfaixada por causa das costelas que doíam muito. Tava com tudo quebrado, toda roxa. E ai já tinham presas companheiras no pavilhão de presas políticas. Não fui mandada para esse pavilhão porque elas iriam testemunhar o estado em que eu cheguei. E ai me colocaram na ala do presídio que era de doentes mentais. E lá eu fiquei. Encontrei a companheira Jesse Jane e Dulce Pandolfi. Cada uma numa cela isolada. E ali ficamos durante muito tempo, isoladas e privadas de contato com as outras companheiras. (…) Eu mesma cheguei a ficar de castigo por desobediência à direção do presídio, a ficar num negócio chamada surda, que é uma cela baixinha, cheia de bicho, e que você fica ali dentro sendo punido.[3]*

> *Eu acuso a diretora do Presídio Talavera Bruce em Bangu, no Rio de Janeiro, que me deixou durante seis meses sozinha, isolada, numa cela mínima, insalubre, chamada solitária. Em solitárias semelhantes estavam, naquele mesmo período, as presas políticas Estrela e Jessie Jane.[4]”*

História marcante do Presídio Talavera Bruce, que expõe as dificuldades enfrentadas pelas mulheres presas, foi a de Jesse Jane e sua filha, Leta. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), Jesse Jane foi capturada em julho de 1970 por agentes da repressão e levada para o DOI-CODI/RJ. Condenada pela Justiça Militar a dezoito anos de prisão, permaneceu presa no Talavera Bruce por nove anos. Nesse período, conseguiu autorização judicial para casar-se com seu companheiro, Colombo Vieira de

1. SANTOS, Rodrigo da Fonseca Vieira Justen dos. Memória e Informação: Ex-prisioneiras políticas e espaço prisional. - XII Encontro regional de História, Anpuh-Rj. 2006.

2. Acervo da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo - Rubens Paiva.. Transcrição da 49ª audiência pública (oitiva dos depoimentos sobre o caso Solange Gomes). 7 de junho de 2013. Disponível em: http://verdadeaberta.org/upload/003-transcricao-audiencia-publica.pdf

3. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Estrella Bohadana para a Comissão Municipal de Volta Redonda em 07/03/2013.

4. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Dulce Pandolfi para a CEV-Rio em 28/05/2013.

Souza, detido no Instituto Penal Cândido Mendes, em Ilha Grande. Em 1975, após conquistarem o direito à visita íntima, Jesse engravidou na prisão. Um mês antes do nascimento da filha, a militante foi transferida para o hospital penitenciário, permanecendo isolada em uma pequena cela. Frente à recusa dos hospitais militares de realizarem o parto, Jesse Jane, com a ajuda financeira de outros companheiros, foi encaminhada para uma clínica particular, onde foi mantida sob constante vigilância policial. Leta nasceu no dia 20 de setembro de 1975. Dois dias depois, mãe e filha voltaram para o presídio Talavera Bruce, onde permaneceram juntas por alguns meses. Tanto no hospital quanto no presídio, Jesse recebeu ameaças de militares que afirmavam que matariam sua filha, realizando o que eles chamavam de operação Jacarta (em referência à matança de comunistas realizada na Indonésia). Para que a filha não crescesse entre as grades do presídio, Jesse entregou Leta aos cuidados da família de seu companheiro. Nas palavras da ex-militante:

“*Leta permaneceu comigo somente nos primeiros meses de vida, quando a entreguei aos cuidados da família do Colombo. E aquele foi o momento mais dramático em toda a minha existência. Uma dor dilacerante, sem igual. Pela legislação penitenciária, Leta poderia permanecer no presídio até os 6 anos, na creche que existia à época, quando então teria que ser entregue à família ou a um juiz. Eu optei por tirá-la daquele ambiente entendendo que ela não deveria crescer entre aquelas grades e que deveria ter uma vida familiar normal entre os primos e desfrutar a sua infância como todas as crianças têm direito. (…) No dia 6 de fevereiro de 1979 fomos soltos e, na saída da prisão, lá estava ela. Linda, no colo das avós – minha mãe, rompendo com as proibições que a impediam de voltar ao país, resolveu que naquele momento estaria ali – e, ao longo da ponte que liga o Rio a Niterói, cidade em que residimos até hoje, ela ia nos mostrando o barco, a lua, como se estivesse entendendo tudo o que ocorria. Ficou acordada a noite inteira e, na manhã seguinte, pegou o pai pela mão e foi apresentá-lo aos gatos da casa.*[5]”

Como forma de resistência e de denúncia das situações humilhantes e desrespeitosas a que eram submetidas, as presas políticas realizaram greves de fome no interior do presídio. Entre os



Com o presidente da Empresa de Obras Públicas, Jesus Vieira (E), o Secretário Hugo de Matos visitou as obras de reforma do pavilhão de presas políticas no presídio de Bangu

Estado rejeita reivindicação e presas políticas mantêm greve

Jornais abordam a greve de fome das presas políticas em 1977
Crédito: Jornal do Brasil, 08 de novembro de 1977

anos de 1970 e 1972, foram feitas duas greves, cuja principal reivindicação era a melhoria das condições da alimentação oferecida às detentas. Em 1977, a estratégia seria novamente utilizada, dessa vez em prol da transferência das militantes para uma ala especial do Complexo Frei Caneca, onde se encontravam outros presos políticos. Essa última greve contou com a adesão de presos políticos dos presídios Milton Dias Moreira (no Complexo Frei Caneca), Esmeraldino Bandeira (em Bangu) e Lemos de Brito (Salvador, BA), mas, apesar do amplo apoio, a reivindicação não foi atendida.[6]

Com a aprovação da Lei de Anistia, em 1979, o presídio Talavera Bruce deixou de abrigar presas políticas. A libertação das militantes, apesar de representar uma importante vitória na luta contra a ditadura, não alterou o cotidiano de violações de direitos humanos no interior do presídio. Como bem destacado pela ex-presa política Estrella Bohadana, aquele espaço era para as presas comuns o que o centro de tortura era para as presas políticas.

“*Realmente, na prisão, a pior coisa é quando você perde a noção do tempo e do espaço. São dois elementos fundamentais para você se manter minimamente lúcida. E isso eles tiram. A luz fica eternamente acesa, então você não sabe se é dia ou se é noite. E a quantidade de medicamentos é absurda. (...) O que pra nós, presas políticas, acontecia nos cetros de tortura, pra presa comum, acontece dentro do próprio presídio. A tortura se dá ali dentro. (…) Nós, presas políticas, já estávamos sob a guarda dos advogados. Quando você chega no presídio, dificilmente podem desaparecer com você. Mas a presa comum, não. Tudo se passa ali. Ali é um centro de tortura também. Não é só tortura pelas péssimas condições, pela quantidade de gente. Mas no caso do pavilhão de doentes mentais, pela quantidade de medicamento que se recebe, que é uma coisa de louco. Nós conseguíamos burlar isso, colocando remédio aqui, fingindo que tomava e não tomava. Mas as presas comuns, não. Pelo menos uma se suicidou e nós sabíamos que ela ia se suicidar. Chegamos a avisar pra guarda e eles diziam “não, é porque vocês não entendem nada do presídio, todas dizem que vão se suicidar”. Até o dia em que ela se suicidou realmente.*[7]”

A violação dos direitos das mulheres presas ainda é ponto central a ser enfrentado no âmbito do sistema carcerário do estado do Rio de Janeiro. De acordo com dados do Departamento Penitenciário do Ministério da Justiça/DEPEN, entre 2007 e 2011, houve expressivo aumento da população carcerária feminina do estado, passando de 1.463 para 1.908 detentas. O Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à tortura do Rio de Janeiro apontou, em seu relatório do ano de 2012, a omissão do Estado na garantia dos direitos fundamentais das mulheres submetidas à medidas de restrição de liberdade, evidenciando as continuidades de um passado que se atualiza constante em nosso presente:

“*No encarceramento feminino há uma histórica omissão dos poderes públicos, manifesta na completa ausência de quaisquer políticas públicas que considerem a mulher encarcerada como sujeito de direitos inerentes à sua condição de pessoa humana e, muito particularmente, às suas especificidades advindas das questões de gênero. Isso porque há um conjunto de direitos das mulheres presas que são violados de modo acentuado pelo Estado, que vão desde a desatenção a direitos essenciais como à saúde e, em última análise, à vida, até aqueles implicados numa política garantidora de direitos sociais como a educação, o trabalho e a preservação de vínculos e relações familiares.*[8]”

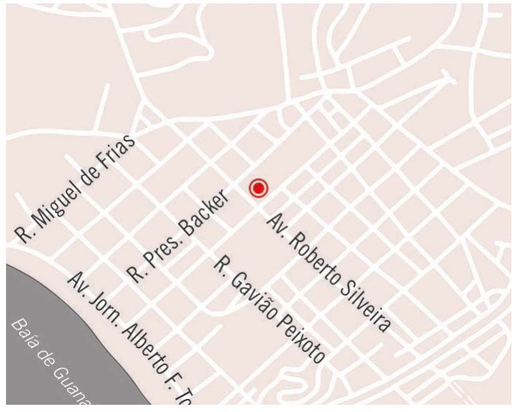
5. SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa / Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil. São Paulo: ALESP, 2014. p.158-159.

6. VIANA, Gilney; CIPRIANO, Perly. Fome de Liberdade: a luta dos presos políticos pela anistia. 2ª Ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

7. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Estrella Bohadana para a Comissão Municipal de Volta Redonda em 07/03/2013.

8. RIO DE JANEIRO (Estado). Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura. Relatório anual - 2012. Rio de Janeiro: ALERJ, 2012. Disponível em: http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2013/01/RELATÓRIO-ANUAL-MEPCT-RJ-2012.pdf

11. ESTÁDIO CAIO MARTINS



Localização: Rua Presidente Backer, s/n, Santa Rosa, Niterói, RJ

O complexo esportivo Caio Martins foi o primeiro estádio destinado à prisão em massa na América Latina. Logo nos primeiros dias após o golpe militar, pessoas acusadas de oposição ao regime foram presas arbitrariamente e levadas ao local. Embora coordenado pelas Forças Armadas, o estádio-presídio era também ligado ao DOPS/RJ e à Polícia Militar [1].

Localizado numa região de fácil acesso e próximo ao centro da cidade de Niterói, o complexo Caio Martins foi construído durante a ditadura de Getúlio Vargas. Inaugurado em 20 de julho de 1941, por desejo do então governador do estado Ernani do Amaral Peixoto, que objetivava realizar em Niterói os jogos do Campeonato Carioca, o estádio foi uma das subsedes da Copa do Mundo de Futebol de 1950 e o palco de importantes partidas de futebol enquanto concessão do clube Botafogo Futebol e Regatas.

Em abril de 1964, como resultado das primeiras decisões do regime golpista, o estádio Caio Martins recebeu presos realocados de outros centros de detenção, tendo em vista a lotação que as dependências do Exército e da Polícia experimentavam naquele momento. As prisões eram realizadas com o objetivo de neutralizar as possíveis resistências ao novo governo. O local abrigou presos políticos que ali ficaram sem qualquer garantia judicial ou explicação oficial acerca do motivo de seu encarceramento. Muitos, que já haviam passado por outros locais de detenção, foram mantidos no estádio-prisão enquanto os agentes de segurança deliberavam sobre seu destino e davam andamento a seus inquéritos policiais. Foram ilegalmente detidos operários navais, metalúrgicos, advogados, médicos e camponeses de diversos municípios do estado do Rio de Janeiro.

Em investigações realizadas pela Comissão da Verdade em Niterói (CVN) no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), foi localizada documentação produzida à época da ditadura pelos órgãos da repressão que pode comprovar a prisão de, pelo menos, 339 pessoas no Caio Martins. Não obstante, os testemunhos prestados à CVN por ex-presos políticos apontam um número superior a mil[2].

Segundo os dados levantados, os presos foram alojados nas arquibancadas de concreto. Havia uma distinção de acordo com o nível de escolaridade de modo que aqueles que possuíam ensino superior podiam ficar no espaço originalmente destinado ao vestiário dos atletas.

Os depoimentos prestados à CEV-Rio e à CVN demonstram que os presos que por ali passaram sofreram torturas psicológicas e tratamento degradante. Nas palavras de Benedito Joaquim dos Santos, ex-presidente do Sindicato dos operários navais de Niterói em abril de 1964:

> *"O exército coloca para nós, para cada preso, um soldado com fuzil e baioneta (…) nós não podíamos fechar o banheiro, nós tínhamos que ocupar o vaso sanitário de porta aberta, com o soldado com fuzil apontado para a nossa cabeça.[3]"*

José Soares Gonçalves, que foi levado do Centro de Armamento da Marinha (CAM) para o estádio-presídio no mesmo período afirmou sobre as condições em que se encontravam os presos no local:

> *Era uma peneira, época de chuva não tinha um canto que não chovesse (…) a gente ficava ali (…) a comida vinha da polícia militar. Quando chegava aqueles panelão de carne seca ou bucho, já tava tudo qualhado de banha em cima. Era aquilo que a gente comia.[4]"*

O jornal *Última Hora*, denunciando a sucessão de detenções ilegais e arbitrárias, destacou que entre os presos estavam o deputado Francisco Alves, o ex-diretor do Plano Agrário Irênio Matos Pereira, o advogado Roberto Paiva Muniz, o médico Luiz Tubenchelack, do diretório do PSB, o marítimo Emilio Bonfante Demaria, além do jornalista Ezíquio Araújo. O jornal também divulgou o caso de Jairo Mendes, presidente do sindicato dos jornalistas do estado do Rio que, apesar de seu estado de saúde frágil, encontrava-se detido ilegalmente no ginásio[5]. O jornal denunciou ainda a prática de tortura no estádio-presídio. Os detentos Pedro Mayrink, ex-presidente do Sindicato dos Rodoviários de Niterói e São Gonçalo e o ex-deputado Afonso Celso Monteiro relataram terem sofrido diversas sevícias enquanto estiveram no estádio-presídio e revelaram que:

> *Além de encarcerados em solitárias, ambos são despertados alta madrugada com banhos de água gelada para serem interrogados. Depois do massacre dos estudantes da Universidade Rural, do modo mais hediondo possível, como duvidar de novas selvagerias policiais?"[6]."*

Em 19 de maio de 1964, o mesmo jornal publicou matéria divulgando a tomada de depoimentos que se sucedia no Caio Martins com a presença de 10 comissários e escrivães. Condenando as atitudes do governo, pressões populares fizeram com que o Secretário de Segurança, Major Paulo Biar, ordenasse a soltura daqueles que não possuíam nota de culpa formada[7]. Apesar dessa ordem, muitos continuaram detidos de maneira ilegal e sem garantias. Foi o caso de Geraldo Alcino de Moura, um operário cuja família passou necessidades financeiras por conta de sua detenção, chegando a solicitar doações através do jornal para que pudesse se alimentar[8]. Somente em 10 de junho de 1964 foi anunciada a desativação do presídio[9] e já no dia 20 desse mesmo mês[10] o estádio abrigou um concurso de Miss Estado do Rio de Janeiro[11].

Mesmo diante da existência de diversos testemunhos de ex-presos políticos, as Forças Armadas não reconheceram a utilização do estádio como centro de prisão em massa no período da ditadura. Contrariamente, restou comprovado tanto pela

1. COELHO, Maria José H.; ROTTA, Vera (org.). Caravanas da anistia: o Brasil pede perdão. Brasília: Ministério da Justiça, 2012, p. 258.

2. COMISSÃO DA VERDADE EM NITERÓI. Relatório Parcial de Pesquisas e Atividades.Niterói: CVN, 2014.

3. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Benedito Joaquim dos Santos no Testemunho da Verdade do Sindicato dos Operários Navais, realizado pela CEV-Rio em parceria com a Comissão da Verdade em Niterói, em 25/09/2013.

4. Acervo CEV-Rio. Testemunho de José Soares Gonçalves no Testemunho da Verdade do Sindicato dos Operários Navais, realizado pela CEV-Rio em parceria com a Comissão da Verdade em Niterói, em 25/09/2013.

5. Jornal Última Hora, Edição de - 23/05/1964.

6. Jornal Última Hora, Edição de - 06/06/1964, p. 03.

7. Jornal Última Hora, Edição de - 19/05/1964, p. 09.

8. Jornal Última Hora - 04/06/1964.

9. Diário Carioca - 10/06/1964, página 04.

10. Diário Carioca - 12/06/1964, página 06.

11. Jornal Última Hora - 12/06/1964.

Comissão da Verdade em Niterói quanto pela Comissão Nacional da Verdade (CNV)[12] que o estádio funcionou dentro da estrutura repressiva do Estado ditatorial[13]. São atualmente públicos documentos assinados pelo denominado Diretor do Presídio Caio Martins aos agentes do DOPS, encaminhando a este centro alguns dos presos do estádio.

O Caio Martins, após ter seu uso subvertido pelo aparato repressor em 1964, voltou a sediar eventos e campeonatos esportivos. A experiência de utilização de estádios de futebol como presídio ainda seria repetida em 1973, no Estádio Nacional, Chile, onde foram concentrados presos políticos que se opunham ao golpe militar. Recentemente, organizações da sociedade civil têm reivindicado que o Caio Martins seja transformado em centro de memória referente às violações ocorridas durante a ditadura militar. A mesma demanda já havia sido proposta por integrantes do Fórum dos Operários Navais, em outubro de 2010, durante a realização da 45a Caravana da Anistia pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, na Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF). O pedido foi corroborado em maio de 2012, no lançamento da Comissão da Verdade em Niterói. No mesmo ano, a Comissão Especial de Reparação do Estado do Rio de Janeiro também realizou no estádio uma cerimônia de reparação, reunindo mais de 120 pessoas para homenagear os perseguidos políticos que ali estiveram.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLICIA ~~MEMBER~~ SOCIAL
DELEGACIA DE POLICIA SOCIAL

Mem. Niterói, 19 de maio de 1.964

Sr. Capitão:

A fim de ser recolhido nesse presídio, na Seção Especial, encaminho-lhe o Professor JORGE SANDRA MENDES, que permanecerá à disposição desta Delegacia.

Saudações

Wilson da Silva Jardim
Delegado

Recebi em 19-5-64
Cap. Homero Barreto
Dir. do Pres.

Ilmo. Sr. Capitão HOMERO BARRETO
DD. Diretor do Presídio do Estadio Caio Martins

Memorando de 19 de maio de 1964 enviado pelo DOPS/RJ ao Diretor do Presídio do Estádio Caio Martins, Capitão Homero Barreto
Crédito: Relatório Parcial da Comissão da Verdade em Niterói



Ato na entrada do Estádio Caio Martins em maio de 2012
Foto: Niterói pela Memória, Verdade e Justiça

12. COMISSÃO DA VERDADE EM NITERÓI. Relatório Parcial de Pesquisas e Atividades.Niterói: CVN, 2014; BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Brasília: CNV, 2014, volume I, tomo I.
13. KNAUSS, Paulo; MAIA, Eric. Niterói, 1964 – Memórias da Prisão Esquecida. A Operação Limpeza e o cárcere político do Caio Martins. In Revista Acervo, Rio de Janeiro, v. 27 , n º 1, jan./jun. 2014. p. 99-120.

12. BASE NAVAL DA ILHA DAS FLORES



Localização: Avenida Paiva, s/n, Neves, São Gonçalo

Integrada ao Complexo Naval da Marinha, às margens da rodovia Niterói – Manilha, na altura do bairro de Neves, em São Gonçalo, a Base Naval da Ilha das Flores funcionou, entre 1969 e 1971, como um local de prisão e tortura mantido pela Marinha durante a ditadura. Nesse período passaram por lá cerca de 200 presos políticos. A parte reservada aos prisioneiros era cercada e guardada por cães policiais e marinheiros armados. Atualmente, o lugar é usado como uma base de Fuzileiros Navais e Tropa de Reforço.

A base naval começou a funcionar como um espaço de tortura em abril de 1969, sob o comando do Capitão de mar e guerra Clemente Monteiro Filho (1925-1977), apontado no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) como responsável por crimes cometidos durante a ditadura militar. Durante diligência realizada pela CNV e pela Comissão da Verdade do Rio (CEV-Rio), em 21 de outubro de 2014, o nome do então comandante Clemente foi lembrado pelos ex-presos, assim como o do médico Coutinho (José Lino Coutinho), responsável pela avaliação dos militantes nas sessões de tortura. O registro de Coutinho foi cassado pelo Cremerj em decorrência de sua atuação na Base Naval da Ilha das Flores, em 1969.

O procedimento de investigação foi instaurado em 1993 a pedido do Grupo Tortura Nunca Mais, do Rio de Janeiro, e julgado em 3 de março de 1999. Segundo o Cremerj, ficou demonstrada a colaboração do médico denunciado com os torturadores em pelo menos três maneiras: com a ocultação do delito, com a promoção de tortura psicológica e com a busca por diminuir a resistência voluntária e a capacidade de decidir dos torturados[1].

Dez ex-presos políticos e um ex-soldado do corpo de fuzileiros navais da Marinha reconheceram os locais de prisão e tortura na Base da Ilha das Flores durante diligência realizada pela CNV e pela CEV-Rio[2]. O grupo identificou as alas feminina e masculina da cadeia, que ocupavam o 2º andar do prédio, onde, atualmente, é o alojamento dos fuzileiros navais; o local de triagem, interrogatórios e tortura psicológica, onde hoje funciona o comando da base e a atual sala de ginástica, onde os presos recebiam as visitas nos finais de semana. Outro ponto destacado por eles foi a guarita, que fica em frente ao antigo presídio. De posto da sentinela, o lugar passou a ser utilizado para punição e isolamento

1. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. Volume 1, Capítulo 9, p. 356.
2. Participaram da diligência os ex-presos políticos Tânia Marins Roque, Umberto Trigueiros Lima, Martha Alvarez, Iná Meireles, Victor Hugo Klagsbrunn, Ziléa Reznick, Rosane Reznick, Luiz Carlos Souza, Jovanildo Savastano e Lincoln Penna, além do ex-soldado do corpo de fuzileiros navais da Marinha, Heleno Cruz. Participaram, pela CEV-Rio, Nadine Borges, Álvaro Caldas e Geraldo Cândido. Já pela CNV foram o coordenador Pedro Dallari, Maria Rita Kehl, Rosa Cardoso, José Carlos Dias e Paulo Sérgio Pinheiro e os peritos Roberto Niella e Saul Martins.

de presos. “Como a guarita era muito apertada e pequena, o preso não conseguia ficar em pé e não podia dormir”. Além disto, “os mosquitos não davam trégua”, disse Victor Hugo, com a concordância de Umberto Trigueiros[3].

A principal descoberta feita pelos ex-presos foi a casa localizada na Ponta dos Oitis, que funcionou como o centro de tortura do complexo. O ex-soldado do corpo de fuzileiros navais da Marinha, Heleno Cruz, que trabalhou na Ilha das Flores de junho de 1970 a junho de 1971, guiou a comitiva até lá.

A casa ainda existe, abandonada, ao lado de outra construção que foi demolida, e a Casa de Máquinas.

Heleno contou que, por três vezes, jogou no mar os instrumentos – martelo, pau-de-arara, torniquete – que eram usados para tortura. Segundo ele, não eram apenas os agentes lotados na ilha que cometiam essa prática:

> *“Vinham pessoas de fora para interrogar e torturar. As sessões eram conduzidas por oficiais de inteligência da Marinha, que contavam com a colaboração de servidores cedidos pela Polícia Federal e pelo DOPS do Rio. Os soldados daqui não tinham muita proximidade com os presos. Sempre fomos muito vigiados, mas havia um pequeno grupo que tentava ajudá-los. Levei bilhetes, embrulhados em balas, de uma cela para outra[4].”*



Casa na Ponta dos Oitis, Ilha das Flores, foi reconhecida como local de tortura em diligência realizada, no dia 21/10/2014, pela CNV e CEV-Rio junto com dez presos e um ex-fuzileiro naval que indicou o local
Foto: Fabio Cascardo

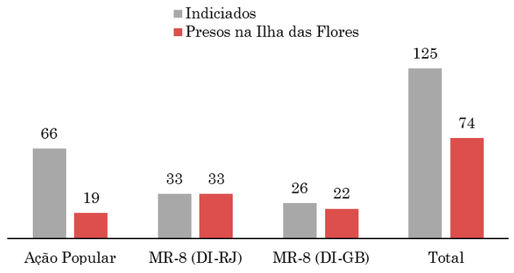
3. Arquivo CNV. Diligência realizada na Ilha das Flores em 21/10/2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vEwh7Rs1KRE

4. Acervo CEV-Rio. Depoimento de Heleno Cruz dado à CEV-Rio durante diligência realizada na Ilha das Flores em 21/10/2014.

Primeira mulher presa na Ilha das Flores, em 1969, Ziléa Reznik reconheceu a sala onde foi torturada na casa da Ponta dos Oitis, relatadando a nudez diante dos torturadores e as sevícias sexuais as quais foi submetida. “Os agentes formaram um círculo e me imprensaram, nua, contra a parede. E gritavam: ‘Você, tão branquinha, casada com um negro’ (seu marido Luiz Carlos também esteve preso na Ilha das Flores e acompanhou a diligência)”.[5]
Martha Alvarez, ex-presa política, integrante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), um grupo dissidente do PCB de Niterói, também passou pela Ilha das Flores. Foi presa em 9 de julho de 1969, na Praça Saens Pena, Tijuca/RJ, com mais dois companheiros. Tinha 20 anos. Foi levada primeiro para o Cenimar e depois para a Ilha das Flores. Em testemunho prestado à Comissão da Verdade em Niterói, lembrou as torturas sofridas no local:

> *“Colocaram uma mesa na sala onde eu estava e me mandaram escrever o nome de dez pessoas que eu considerasse importante. Toda vez que eu recusava, eles encostavam uma corneta no meu ouvido e tocavam. A sessão era acompanhada por um médico, que avaliava se eu suportava continuar. (…) Estavam sempre nas minhas sessões de tortura um agente tratado por Cláudio e outro que fazia o papel de bonzinho, tenente Sabóia, além do médico dr. Coutinho. Em algumas sessões compareceram o Comandante da Ilha, Capitão de Mar e Guerra Clemente José Monteiro Filho e o Imediato, Capitão de Fragata Jader. Levei socos, pontapés e apanhei bastante de palmatória - tive um braço quebrado em três lugares[6].”*

A Ilha das Flores concentrou a repressão aos militantes do MR-8. As investigações desdobraram-se em três Inquéritos Policiais Militares (IPM), sendo dois direcionados ao MR-8 e uma à Ação Popular.



Os primeiros presos da Ilha das Flores foram arrolados na Ação Penal 70/69, envolvendo os integrantes do MR-8. O comandante Clemente José Monteiro Filho foi o encarregado do inquérito e as investigações conduzidas pelo Cenimar. Parte dos militantes da organização foi presa no Paraná, onde se pretendia implantar um foco de guerrilha. No DOPS-PR e na sede da PF-PR os integrantes da frente de guerrilha sofreram as primeiras sessões de torturas, que continuariam após a transferência para a Ilha das Flores [7].

O centro de tortura da Ilha das Flores deixou de existir com a criação do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), entre o final de 1969 e o início de 1970. Somente em 1978 a Marinha se transferiu definitivamente para a Ilha das Flores[8].

5. Arquivo CNV. Diligência realizada na Ilha das Flores em 21/10/2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8NSFunW2YHo.
6. Acervo Comissão da Verdade em Niterói. Testemunho de Martha Alvarez em 25/02/2015.

7. COMISSÃO DA VERDADE EM NITERÓI. Relatório Parcial de Pesquisas e Atividades.Niterói: CVN, 2014.
8. SCELZA, Maria Fernanda Magalhães. Entre o controle e a resistência: o Presídio da Ilha das Flores como espaço de luta e afirmação de identidade de ex-prisioneiros políticos. XXIV Simpósio Nacional de História, 2007, p. 4.

13. DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DOPS/RJ



Localização: Avenida Ernani do Amaral Peixoto, 577, Centro, Niterói, RJ

Na Praça da República, centro da cidade de Niterói, o Palácio da Polícia – sede regional da Polícia Civil – abrigou o Departamento Autônomo de Ordem Política e Social do Estado do Rio de Janeiro (DOPS/RJ), órgão de polícia política criado através do Decreto n. 580, de 11 de outubro de 1938, com o objetivo de controlar e reprimir movimentos políticos e sociais contrários ao governo instituído. A atuação do Departamento intensificou-se durante a ditadura do Estado Novo e a ditadura militar de 1964.

Nos primeiros dias após o golpe de 1964, centenas de pessoas foram presas no então estado do Rio de Janeiro e levadas para a capital, Niterói, sendo distribuídas entre o DOPS/RJ, os batalhões da Polícia Militar, o Centro de Armamento da Marinha (CAM) e o Caio Martins. De acordo com o Relatório Parcial da Comissão da Verdade em Niterói, a cidade foi palco de ações repressivas nos primeiros momentos da ditadura. O Sindicato dos Operários Navais, um dos principais focos de articulação e luta política durante as décadas de 1950 e 1960, teve sua sede invadida e destruída no dia seguinte ao golpe.



Antigo DOPS/RJ, atual 76ª Delegacia Policial
Foto: Acervo NDH PUC-Rio

O ex-presidente do Sindicato dos Bancários em Niterói, Firmino Silveira Moura, preso no DOPS/RJ nas primeiras semanas após o golpe, afirmou:

> *"Uma situação horrível, preso dormindo em cima de folha de jornal porque não tínhamos nada, e era um xadrez que comportava no máximo umas dez pessoas, mas tinha trinta, quarenta... Então, houve momentos em que uns dormiam e outros ficavam em pé, porque não dava pra todo mundo dormir, e aquelas privadas cavadas no chão, acocorado. E começou a chegar um pessoal do interior, desses rurais, desses camponeses, chegaram com diarreia. Então, foi uma coisa horrorosa[1]."*

O depoimento de Emilio Bonfante Demaria corrobora as denúncias ao lembrar as circunstâncias de sua detenção nos primeiros dias de abril de 1964:

> *"Transportados para o DOPS de Niterói, somente aí fomos reconhecidos como líderes sindicais; Emílio Bonfante Demaria, capitão de longo curso; Nelson Pereira Mendonça, 1° comissário; Benedito Joaquim dos Santos e Álvaro Ventura da Costa Filho, operários navais, todos, porém, Conselheiros da Federação Nacional dos Marítimos, os dois últimos, além disso, respectivamente, Presidente do Sindicato dos Operários Navais do Rio de Janeiro e Delegado do IAPM, naquele Estado. (...) Presenciando a chegada de mais presos conduzidos sob espancamentos (...); nesse ambiente de terror, éramos qualificados, sendo aberta a janela da sala daquele sobrado e sugerido-nos verbal e frequentemente, que nos suicidássemos, atirando-nos por ela a exemplo de outros presos, para minorar os nossos sofrimentos e poupar-lhes o trabalho de fuzilamento.[2]"*

Ele rememorou ainda os seguintes fatos transcorridos no DOPS/RJ:

> *"Ao transitarmos pelo corredor, a caminho do xadrez, Nelson foi espancado a cassetete. Aí existiam, já, quase cem presos num local exíguo. Não havia onde dormir. Os degraus de uma escada de acesso ao sótão eram cedidos pelos demais aos companheiros mais idosos e cansados, para repousarem sentados. Dois desses companheiros, desesperados, atiraram-se dessa escada, tentando o suicídio. (...) À vista dos demais presos fomos espancados, exceto Nelson, a esta altura reconhecido irmão-maçom do dito sargento. Depois fomos recolhidos à cela nº 7, de onde eu fui retirado logo a seguir, para ser mais espancado, como de fato o fui, sob a alegação de que diante das minhas responsabilidades, merecia ser mais castigado corporalmente[3]."*

A atuação do DOPS/RJ, contudo, não se restringiu aos primeiros momentos após a instauração da ditadura militar. O Departamento funcionou ativamente na repressão organizada pelo regime ao realizar buscas, apreensões e prisões no estado do Rio de Janeiro. No seu prédio, além das condições insalubres, os presos foram submetidos a torturas psicológicas e a sucessivos interrogatórios que envolviam violência física. À medida que o regime avançava, o órgão continuou cooperando com outras esferas da repressão. Em depoimento prestado à Comissão da Verdade em Niterói, Rosalina Santa Cruz, detida em 1971, fez as seguintes afirmações sobre o tempo em que esteve presa no DOPS de Niterói:

> *"Foi nesse DOPS, aqui nessa cidade. Eu fui presa no Rio de Janeiro, do DOI-CODI do Rio eu fui trazida para aqui. Minha mãe não sabia, ninguém sabia onde eu estava sequestrada (...) atravessei a barca e desci aqui nessa cidade de Niterói (...) posso lhe contar que aqui nesse DOPS passei por coisas também muito sérias. Fui presa eu, o padre que aqui foi trazido, padre Jefferson da Conceição (...) começaram a nos bater aqui nesse DOPS de Niterói quando veio os militares do DOI-CODI porque tinham descoberto em nossa casa material que nos incriminava. Eles vieram aqui nesse DOPS e começaram a nos bater de forma absurda. (...) Foi nesse DOPS que aconteceu isso, o Sr. Delegado me chamou e me perguntou se eu estava grávida, (...) eu já tinha mais de 20 dias em tortura (...) neste dia, a equipe do DOI-CODI chegou aqui, no DOPS e me pendurou numa parede, algemou meu companheiro no mesmo quarto e me deram joelhadas na barriga até sangrar[4]."*

O DOPS/RJ foi extinto em 1975, em meio ao processo de abertura política conduzido pelo então presidente general Ernesto Geisel. Em 26 de janeiro 1983, o Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (INEPAC) tombou o prédio e todo o conjunto da Praça da República. Atualmente, o imóvel abriga a 76ª Delegacia de Polícia, a Delegacia de Atendimento à Mulher (DEAM) e a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA).

1. Entrevista concedida ao Laboratório de História Oral e Imagem do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, realizada em 06/04/2008.
2. Depoimento presente no livro "Torturas e torturados", de Marcio Moreira Alves).
3. Idem.
4. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Rosalina Santa Cruz para a Comissão da Verdade de Niterói em 26/03/2014.

14. FORTALEZA DE SANTA CRUZ



Localização: Estrada General Eurico Gaspar Dutra, s/n, Jurujuba, Niterói, RJ

Situada na entrada da Baía de Guanabara, entre os morros do Pico e do Macaco, a fortaleza de Santa Cruz serviu de presídio logo nos primeiros dias da implantação do regime militar, em abril de 1964. Recebeu políticos e militares cassados nos atos iniciais do governo. Posteriormente, no decorrer da ditadura, a fortaleza também serviu para o encarceramento de outros presos políticos e de prisioneiros comuns.

Ocupando um ponto estratégico na geografia fluminense, a fortificação foi construída na virada do século XVI para o século XVII. Pelo cálculo do governo português, tratava-se de garantir a defesa do porto da cidade do Rio de Janeiro. De fato, a fortaleza teve papel predominante no controle do Rio de Janeiro pelos portugueses, uma vez que oferecia proteção contra os ataques de estrangeiros durante os períodos da colônia e do império. Também se destacou no século XIX, tendo sido responsável por salvaguardar o escoamento pela baía dos metais preciosos oriundos de Minas Gerais. Da fortaleza saíram os ataques contra os navios que participavam da Revolta da Armada, em 1893, e contra o Forte de Copacabana e o encouraçado São Paulo, na Revolta Tenentista, em 1922. Em seu histórico como presídio, a fortaleza de mais de sete mil metros quadrados era conhecida pelas péssimas condições das masmorras que serviram de cárcere para os presos oriundos de batalhas navais. Por ela também passaram figuras eminentes como José Bonifácio, Euclides da Cunha e Bento Gonçalves.

No período da ditadura militar, a fortificação foi o destino de diversos militares e políticos cassados. Dentre eles, o então capitão Ivan Cavalcanti Proença, que foi preso inicialmente na Fortaleza de São João, de onde foi levado à Niterói:

> *"Preso, conduziram-me, escoltado ao Forte São João (Urca), onde uma lancha já me aguardava. Início de noite. Fui levado, pela baía, chuva e mar revolto, à Fortaleza Santa Cruz; o colega major com metralhadora, mas não apontada para mim. A lancha encostou numa espécie de barranco e, por uma trilha, subimos as alamedas. Fui conduzido a um alojamento e, nova surpresa: já estavam ali, presos, alguns oficiais amigos e outros que conheci ao longo do processo e movimentos de apoio às Reformas, a Jango e a Brizola[1]."*

Em situação semelhante, o coronel Kardec Lemme também foi levado para a fortaleza logo após o golpe. Seu filho, Luiz Carlos Teixeira Lemme, comentou sobre a prisão do pai, cujo nome constava na primeira lista de cassações divulgada pelo regime:

1. PROENÇA, Ivan Cavalcanti. O golpe militar e civil de 64: 40 anos depois. São Paulo: Oficina do Livro, 2004.



Visão interna da Fortaleza de Santa Cruz
Crédito: Acervo NDH PUC-Rio

"Essa fortaleza tem um lugar cavado na pedra. Então tem um lugar onde a água sobe e entra água na cela. Foi lá que ele foi interrogado"[2]. Kardec Lemme foi expulso do Exército pelo Ato Institucional nº 1 e durante o regime sofreu outras prisões, tendo passado pela Polícia do Exército na rua Barão de Mesquita, Rio de Janeiro, onde funcionava o DOI-CODI. Além de Lemme e Proença, estiveram presas nesses momentos iniciais figuras eminentes na política brasileira, como Miguel Arraes, transferido de Recife em 1965 e levado para o complexo militar em Niterói.

Após 1967, o local se institucionaliza como presídio do Exército, no qual há testemunhos da ocorrência de tortura. Em 1968, com a promulgação do Ato Institucional nº 5, o antropólogo Darcy Ribeiro foi levado para o presídio-fortaleza, onde ficou por volta de quatro meses, sendo então conduzido para o presídio da Ilha das Cobras, no qual completou nove meses de prisão. Entre 1969 e 1970, Umberto Trigueiros, ex-militante do grupo MR-8, também esteve na fortaleza:

2. REDE BRASIL ATUAL. Ditadura: adolescente sofreu nove dias de tortura por ter pai 'comuna safado'. Disponível em http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/03/ditadura-adolescente-sofreu-nove-dias-de-tortura-por-ter-pai-comuna-safado.

> *Houve uma época que me levaram para a Ilha das Flores, onde funcionava o Cenimar (Centro de Informações da Marinha). Lá, era tortura mesmo. E o sujeito ainda tinha que assistir à tortura dos outros. Aqui levei muita porrada, mas não foi como no Cenimar[3].”*

Já na década de 1970, os militares realizaram uma espécie de ‘laboratório’ com os presos da fortaleza. Tratava-se de tentar o que se chamou de ‘recuperação’ dos encarcerados, uma série de técnicas (por exemplo, a distribuição desigual de punições) para quebrar a coesão que formavam entre si, procurando diminuir ao máximo sua resistência física e psicológica [4]. Em 1974, para isso foram transferidos do presídio da Ilha Grande, para a fortaleza, os presos políticos Jarbas Marques, Rômulo Albuquerque, Otoni Fernandes, Paulo Henrique Oliveira da Rocha Lins, André Borges e Alípio de Freitas. Posteriormente, os presos políticos que se encontravam nos quartéis também sofreram transferência para as celas da fortificação. Alípio de Freitas relatou:

> *Fomos recebidos na Fortaleza, já encapuzados, pelo Tenente Q.O.A., Ivo e pelo Sargento Barbosa, obrigados a ficar nus. (...) Depois da revista, ainda encapuzados e sob ameaças absolutamente idiotas para quem já passara pelo DOI-CODI, fomos conduzidos à Cela B, que, entre outras coisas, já tinha sido um depósito de escravos. A Cela B, bem como a Cela A, que fica ao lado, é uma imensa caverna cavada em parte na rocha pura, com água escorrendo pelas paredes cheias de fungos e musgos, sem mais ventilação do que a que pode entrar pelo seu único portão, construído de grossas barras de ferro. Esse seria o lugar onde a 5ª Seção do I Exército tentaria a operação de recuperação[5].”*

Preso no mesmo período que Alípio, Rômulo Albuquerque destacou o histórico do local, relembrando a tortura sofrida pelos presos e a greve de fome que ele e seus companheiros fizeram como forma de protesto:

> *Saímos da mão da PM e ficamos nove meses sob a custódia do Exército brasileiro (...) Ali foi o lugar onde estiveram presos escravos, onde esteve Andresito Artigas, um herói do Paraguai, Giuseppe Garibaldi etc. Um lugar que foi usado no período colonial como masmorra, como centro de tortura. Tanto que na Fortaleza de Santa Cruz tinha um lugar que chamavam de ‘cova da onça’, por causa dos gritos dos torturados que pareciam com o urro de uma onça, onde eles faziam o serviço completo. (...) Foi nesta prisão histórica, (...) que nós fizemos uma greve de fome[6].”*

Com a distensão do regime, desativou-se o presídio político. No período de 1983 a 1987, a fortaleza sediou o 8º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado (8º GACosM), comandado pelo ex-presidente Ernesto Geisel. Este último foi homenageado em 1999 pela instalação, na unidade, do “Grupo Ernesto Geisel”. Com a construção de uma malha viária que facilitou o acesso à fortificação, a fortaleza de Santa Cruz se tornou um dos principais pontos turísticos da cidade de Niterói.

3. O GLOBO. Ex-preso político volta à Fortaleza de Santa Cruz 45 anos depois. Disponível em http://oglobo.globo.com/rio/bairros/ex-preso-politico-volta-fortaleza-de-santa-cruz-45-anos-depois-12023452#ixzz3WoYgW6e2
4. FARIA, Cátia. Revolucionários, bandidos e marginais: presos políticos e comuns sob a ditadura militar. Niterói: UFF, 2005. Dissertação de mestrado.
5. DE FREITAS, Alípio. Resistir é preciso: memória do tempo da morte civil do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Record, 1981.
6. TELES, Janaína de Almeida. As denúncias de torturas e torturadores a partir dos cárceres políticos brasileiros. In: Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares, v. 16, n. 1, 2014.

15. CENTRO DE ARMAMENTO DA MARINHA



Localização: Ponta d'Areia, Niterói, RJ

O Centro de Armamento da Marinha (CAM) foi um dos locais usados pelo governo militar, logo após o golpe de 1964, para prender e torturar opositores ao regime, sobretudo operários navais de Niterói ligados ao sindicato da categoria. A utilização desse centro pela repressão esteve diretamente relacionada ao funcionamento do primeiro estádio-prisão da América Latina, o Estádio Caio Martins, também localizado na cidade de Niterói. Dos 399 presos políticos cuja passagem pelo estádio foi comprovada, pelo menos 89 também estiveram encarcerados no CAM.

Durante a ditadura, os agentes de segurança que atuavam no local submetiam os presos políticos a torturas físicas e psicológicas, como, por exemplo, casos de simulação de fuzilamento[1]. Benedito Joaquim Barbosa, em testemunho à CEV-Rio e à Comissão da Verdade em Niterói (CVN), contou que esteve preso no CAM após passar pelo DOPS/RJ e antes de ser levado para o Presídio Frei Caneca. Sobre o centro, relatou que:

> *tivemos a cabeça afogada num tanque de lavar roupa cheio d'água e o pau comeu, né (…) Colocaram várias vezes cigarro aceso nas nádegas para que nós disséssemos onde se encontravam as armas do sindicato (…) Fomos espancados a ponto que quebraram meu queixo e minha camisa ficou totalmente molhada de sangue, né(…)[2]”*

Corroborando as acusações de tortura, José Gonçalves contou à CEV-Rio e à CVN as dificuldades enfrentadas por ele e por seus companheiros quando detidos no CAM:

> *Quando chegavam dois soldados na porta do salão, metiam o pé naquele panelão e a comida se espalhava pelo chão. Só cabeça de peixe... Era salve-se quem puder. Os companheiros, por solidariedade, davam um pedacinho pra um, um pedacinho pra outro (...). Pra fazer as necessidades fisiológicas era um buraco no chão, com uma metralhadora na frente e outra nas costas. Passamos humilhação e dificuldade.[3]”*

Em 07 de abril de 1964, o *Jornal do Brasil* noticiou que, de acordo com boletins expedidos pelo DOPS, o Centro de Armamento da Marinha recebeu pessoas consideradas como as mais perigosas para a nova ordem que se instaurava[4]. O local foi ainda o destino de mais de 100 pessoas ligadas, principalmente, ao Sindicato dos Operários Navais, segundo noticiado

1. COMISSÃO DA VERDADE EM NITERÓI. Relatório Parcial de Pesquisas e Atividades. Niterói: CVN, 2014. p. 42.
2. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Benedito Joaquim dos Santos no Testemunho da Verdade do Sindicato dos Operários Navais, realizado pela CEV-Rio em parceria com a Comissão da Verdade em Niterói, em 25/09/2013.
3. Acervo CEV-Rio. Testemunho de José Soares Gonçalves no Testemunho da Verdade do Sindicato dos Operários Navais, realizado pela CEV-Rio em parceria com a Comissão da Verdade em Niterói, em 25/09/2013.
4. Jornal Última Hora. Rio de Janeiro: 07 abr. 1964, p. 06.



Centro de Armamento da Marinha
Foto: Acervo de Diretoria de Hidrografia e Navegação

pelo mesmo jornal no dia 25 de maio de 1964[5]. Entre os militares presos por ordem do regime golpista, encontravam-se os almirantes Candido de Aragão e Washington Frazão Braga, respectivamente ex-comandante e ex-subcomandante do corpo de fuzileiros navais, além dos capitães de Mar e Fragata Paulo da Silveira Werneck e René Mangarinos Torres e dos tenentes José Atinos e Glauco Prado Lima[6].

O CAM recebeu ainda o ex-governador do estado do Rio de Janeiro, Badger da Silveira, preso por fuzileiros navais e posteriormente transferido para a Escola Naval por interferência do secretário Heleno Nunes, além de diversos cidadãos acusados de participação nos "Grupos de Onze"[7]. Em 06 de agosto de 1964, o jornal *Última Hora* denunciava as condições em que os presos instalados no CAM se encontravam:

> *"O Sr Dilson Aragão declarou a UH que o tratamento dispensado pelas autoridades navais a seu pai, durante os 124 dias de prisão, foi péssimo. A cela em que está recolhido, no Centro de Armamento da Marinha (...) é de uma umidade doentia, ainda mais para um homem com mais de 50 anos, como o Almirante Aragão. A comida também é da pior qualidade, 'simplesmente intragável', como classificou Dilson. O Almirante Candido Aragão foi preso no dia 4 de abril ficando detido inicialmente na Fortaleza de Lajes, onde permaneceu cerca de dois meses, impedido de receber qualquer visita de seus familiares. Depois, passou três dias no navio Princesa Leopoldina, período em que foi submetido a seguidos interrogatórios. Finalmente, foi transferido para o Cento de Armamento da Marinha, onde aguarda o momento de sua libertação[8]."*

Em decorrência das péssimas condições em que se encontrava e da falta de acesso a tratamento médico digno, o almirante Candido Aragão passou por uma cirurgia para tentar recuperar a visão, um ano após a sua detenção ilegal na Fortaleza das Lajes e no Centro de Armamento da Marinha[9]. O jornal *Última Hora* realizou nova denúncia em 14 de outubro de 1964 acerca das condições a que suboficiais e sargentos da Armada eram submetidos no CAM e no presídio de Ilha das Cobras. No CAM, segundo consta em nota publicada, havia 50 militares reclusos que se encontravam:

> *"impedidos de ter acesso ao pátio e com permissão para banhos de sol apenas uma vez por mês. A permissão para visitas de parentes é dada segundo o arbítrio do diretor (...). Entre os prisioneiros, encontram-se o suboficial Sebastião Lopes de Almeida, o primeiro-sargento João Ibsen Vieira Alves, o segundo-sargento Aristóbulo Oliva Boaventura da Silva e o terceiro-sargento Otávio Batista de Medeiros, qualificados no último dia 5 na 1ª Auditoria, sob a acusação de fazerem parte da Associação de Suboficiais e Sargentos da Marinha, entidade com existência legal[10]."*

Em depoimento prestado em 2013 à Comissão Estadual da Verdade e à Comissão da Verdade em Niterói, o sindicalista Jayme Navas corroborou as denúncias de tortura feitas pelo jornal ainda em 1964. Lembrando-se de sua prisão realizada em junho daquele ano, afirmou:

> *"Os militares invadiram a minha casa e, como não me encontraram, levaram o meu irmão e meu pai como reféns. Eles só seriam soltos se eu me apresentasse no Centro de Armamento da Marinha. Foi o eu que fiz. Passei 68 dias naquele local sem direito a tomar banho e pegar sol[11]."*

À época dos fatos, o jornal *Correio da Manhã* também deu voz às denúncias, publicando em 21 de junho do mesmo ano o apelo das esposas de funcionários do Lóide Brasileiro que se encontravam detidos no presídio de Neves e no CAM, uma vez que estes últimos permaneciam incomunicáveis[12].

Já desativado como centro de prisão e tortura, o CAM foi extinto em 1978[13] e, em substituição, suas funções foram absorvidas pelo Centro de Mísseis e Armas Submarinas da Marinha (CMASM), localizado na Ilha do Engenho, no Rio de Janeiro. O prédio que abrigou o CAM, em Ponta d'Areia, é considerado patrimônio histórico-naval brasileiro. Nele funciona, atualmente, o Espaço da Memória Histórica da Diretoria de Hidrografia e Navegação, sem que as violações de direitos humanos cometidas naquele espaço sejam contadas como parte de sua história.

5. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro: 25 mai. 1964, p.05.
6. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro: 30 mai. 1964, p.05.
7. Jornal Ultima Hora. Rio de Janeiro: 18 de jul. 1964, p.03.
8. Jornal Última Hora. Rio de Janeiro: 06 ago. 1964, p.02.
9. Correio da Manhã. Rio de Janeiro: 10 jun. 1965, p.05.
10. Jornal Última Hora. Rio de Janeiro: 14 out. 1964, p.03.
11. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Jayme Navas no Testemunho da Verdade do Sindicato dos Operários Navais, realizado pela CEV-Rio em parceria com a Comissão da Verdade em Niterói, em 25 de setembro de 2013.
12. Jornal Correio da Manhã. Rio de Janeiro: 21 jun. 1965.
13. Decreto 82.615 de 8 de novembro de 1978.

16. NAVIOS-PRISÃO



Localização: Baía de Guanabara

Logo após o golpe de Estado de 1964, frente à superpopulação dos cárceres e à necessidade da obtenção rápida de espaços para receber os presos políticos, as Forças Armadas utilizaram navios militares e particulares como locais de prisão de opositores. A maioria dos presos era composta por militares, considerados insubordinados, ligados a atividades costeiras, em especial os pertencentes à Marinha e à Aeronáutica. Muitos deles haviam participado de movimentos insurgentes que precederam o golpe ou não apoiavam as decisões dos altos comandos militares. Havia também, dentre os presos, civis tidos como inimigos do regime recém instalado, principalmente líderes sindicais dos trabalhadores portuários e militantes de esquerda.

Segundo a Comissão Nacional da Verdade (CNV), os navios eram adaptados e transformados em centros de carceragem clandestina. Dividia-se o espaço em pequenas celas e utilizava-se alguns de seus compartimentos como celas solitárias ou métodos de punição (caldeiras, frigorífico, local para despejo de fezes). A transformação de navios em prisões foi motivada ainda pela necessidade de manter os acusados em isolamento, dificultando o acesso de familiares, dos advogados, da imprensa e garantindo que a população permanecesse afastada desses locais de reclusão[1] .

O atual presidente do Movimento Democrático pela Anistia e Cidadania (MODAC), Raimundo Porfírio Costa, contou à CNV que as embarcações não eram utilizadas somente como cárcere, mas também como local de triagem. Segundo seu relato, em 1964, quando ele era então cabo da Marinha, ficou encarregado de receber os presos no navio Bracuí. Lá, eles eram fichados e depois enviados ao navio Princesa Leopoldina. A Comissão não encontrou documentos que comprovassem o caso, mas em sua pesquisa no Livro do Navio, no Centro de Documentação Histórica da Marinha, faltavam as páginas referentes a março e abril de 1964.

Apesar das escassas informações, sabe-se que a ditadura utilizou-se, em seus primeiros anos, de uma frota de navios-prisão que fazia parte do aparato repressivo e funcionava oficialmente. Isto fica demonstrado pelo aviso estampado nas páginas do jornal *Correio da Manhã*, no dia 08 de abril de 1964, dado pelo almirante Zilmar Campos de Araripe Macedo aos membros dos iates clubes e clubes de regatas:

1. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. . Brasília: CNV, 2014. Volume 1, p. 823



Embarcação Princesa Leopoldina usada como presídio improvisado
Foto: Arquivo Nacional, Fundo Correio da Manhã

> *"O navio mercante 'Princesa Leopoldina', fundeado na Baía de Guanabara, a meia distância do alinhamento dos faroletes das Ilhas Laje e Vilegagnon, serve atualmente como navio-presídio. O acesso a esse navio está sujeito à fiscalização e depende de prévio assentimento das autoridades navais. Face à situação acima enunciada, a área de fundeio do referido navio (caracterizada por um círculo de 500 metros de raio em tôrno dêle) é considerada zona interditada, correndo o risco de ser hostilizada, com arma de fogo, qualquer embarcação que se aproxime.[2]"*

2. Correio da Manhã - 08/04/1964, p.12.

A embarcação Princesa Leopoldina pertenceu à Companhia Costeira de Navegação e foi tomada pela Marinha para o uso como presídio improvisado nos dias subsequentes ao 1o de abril de 1964. Entretanto, ela não foi a primeira. Conforme consta no jornal *Última Hora*[3], esta seria a terceira nau a exercer tal função, estando os navios Ary Parreiras e Raul Soares já completamente lotados (a capacidade do primeiro era de 1.000 presos), embora não se soubesse o local onde estariam estacionados.

Há poucas informações sobre as condições do navio-prisão Ary Parreira. Entretanto, as fontes são mais densas quanto aos usos da embarcação Raul Soares.

3. Última Hora - 09/04/1964, p.02 e 21.

Dois livros apresentam relatos de testemunhas que foram mantidas encarceradas em suas celas: Raul Soares – um navio tatuado em nós, no qual Lidia Maria de Melo conta a experiência de seu pai, e Navio Presídio – a outra face da revolução, escrito e lançado pelo jornalista Nelson Gatto no ano de 1965, sendo automaticamente censurado e apreendido pela polícia política. Em ambos os casos, os presos denunciam as torturas e condições degradantes. Todavia, os relatos fazem referência ao período em que o navio estava sob o comando do almirante Júlio Bierrenbach, em Santos. Segundo a CNV, o navio teria chegado em São Paulo no dia 24 de abril de 1964, tendo permanecido em águas cariocas, então, somente durante os primeiros dias da ditadura.

Os periódicos destacam ainda a condição de total reclusão dos presos. No dia 8 de maio de 1964, o jornal *Última Hora* noticia "Suspensa a incomunicabilidade: 17 oficiais já visitados por parentes"[4]. Ninguém, além de oficiais autorizados e presos, era permitido dentro das embarcações, e, por isso, as visitas dos familiares eram realizadas em terra, sendo os presos levados a um ponto de encontro no Forte de São João, na Urca. A imprensa não podia acompanhar esses eventos – apenas aos jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil* foi permitido o acesso –, mas os parentes relataram ao jornal *Última Hora* que não sabiam informar o motivo das prisões ou por quanto tempo durariam, afirmando que os detidos não haviam sido interrogados. Os encarcerados também não demonstravam interesse sobre os acontecimentos políticos ou o estado de seus companheiros presos, evitando falar sobre o tratamento que receberam ou a condições de higiene do local. O jornal conseguiu ainda obter de fonte não-oficial a informação de que haveriam 500 presos no navio Princesa Leopoldina, a maioria dos quais continuava em completa clausura. Posteriormente, outras "visitas" foram realizadas nos mesmos moldes.

Em maio de 1964, o jornal *Última Hora* anunciou também que existia uma previsão de o navio Leopoldina deixar de ser usado como prisão e voltar à Companhia Costeira. Por isso, os presos estavam sendo gradativamente transferidos para outros locais em terra:

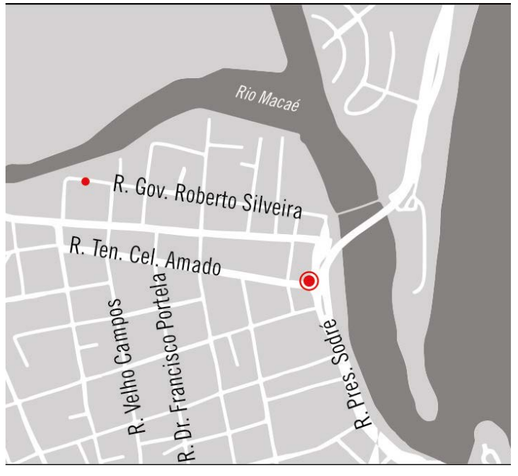
> *"Dos 150 militares presos [no navio], 60 já foram transferidos para terra, uns libertados definitivamente, alguns condicionalmente e outros transferidos para prisões em quartéis de Exército, como CPOR, Fortaleza de Laje e Forte Duque de Caxias[5]."*

A pesquisa realizada pela CNV registrou que estaria também em funcionamento o navio-prisão Custódio de Mello. Pertencente à Marinha, com armamentos e possibilidade de uso para transporte de tropas, ele foi transformado em navio-prisão entre abril de 1964[6] e janeiro de 1965, período em que teria permanecido atracado no cais leste da Ilha das Cobras, no Porto do Rio de Janeiro. Sua estrutura era de quinze camarotes convertidos em celas, em sua maioria para marinheiros, muitos vindo do navio Princesa Leopoldina.

4. Última Hora - 08/05/1964, p.03.

5. lltima hora – 08/05/1964, p.03.
6. Última Hora - 30/04/1964, p.02.

17. YPIRANGA FUTEBOL CLUBE



Localização: Rua Presidente Sodré, 22, Esquina com a Rua Tenente-Coronel Amado Centro, Macaé, RJ

A cidade de Macaé, município do Rio de Janeiro, ficou conhecida, nos anos sessenta do século passado, como "Moscouzinha", devido a concentração de ferroviários da Leopoldina que lá desenvolviam atividades políticas e sindicais. Com o golpe de Estado de 1964, três centros de prisão foram montados na cidade: a Delegacia de Polícia Civil, que atuava como uma extensão do DOPS, o Forte Marechal Hermes, do Exército, e o Ginásio do Ypiranga Futebol Clube, que passou a receber presos, a maioria ferroviários, por conta da lotação dos outros locais.

No contexto da ditadura, os sindicatos e demais organizações de luta trabalhista passaram a ser duramente reprimidos sob o argumento de associação à subversiva. Por conta da repressão, que se seguiu ao golpe, os agentes do Estado recorriam frequentemente a locais clandestinos de detenção, tais como estádios esportivos. Prisões em massa foram realizadas de forma ilegal e arbitrária, o que superava a capacidade das delegacias, quartéis e presídios. Superlotados e insalubres, os locais de detenção eram incompatíveis com o respeito a condições dignas de tratamento.

A cidade de Macaé, que possuía grande concentração de operários (sobretudo ferroviários) e de camponeses, sofreu os efeitos desta intervenção. O local escolhido para manter os presos políticos foi o ginásio do Clube Ypiranga, fundado em 1926. Além de ser utilizado para a prática de esportes, dispunha também de uma área social para a realização de bailes e festas de grande prestígio entre os moradores de Macaé. O local servia como uma prisão de triagem, de onde os presos eram enviados para prestar depoimento no Forte Marechal Hermes, na delegacia da Polícia Civil (atual posto da Polícia Federal), ou – dependendo da avaliação dos agentes da repressão – para outros centros de repressão na cidade do Rio de Janeiro.



Ginásio onde dormiam os presos políticos no Clube Ypiranga, atualmente degradado
Foto: Vitor Guimarães

Lauro Martins, presidente da Comissão Municipal da Verdade de Macaé, ex-preso do Ypiranga, participou da diligência realizada pelas Comissões Estadual e Municipal da Verdade, em setembro de 2014. Ferroviário e dirigente sindical, logo depois do golpe, Lauro foi preso e levado para a Delegacia da Polícia Civil, onde passou quatro dias. Depois, foi encaminhado ao Ypiranga, onde ficou mais de 40 dias. Relatou, em testemunho prestado à Comissão Municipal da Verdade de Macaé, a situação enfrentada pelos presos no interior do estádio, ao qual se refere como "campo de concentração":

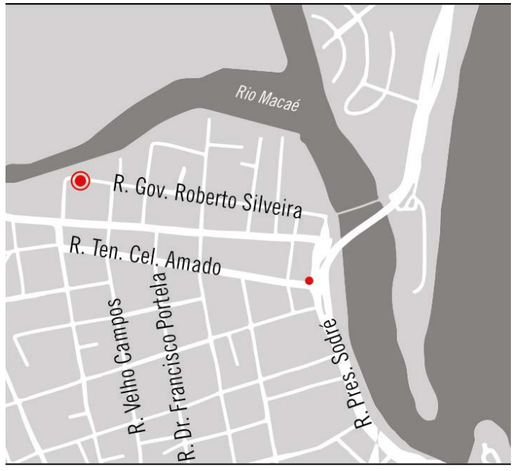
O Ypiranga era um clube social que se dispôs a receber os presos políticos. Na época o presidente do clube era Rômulo Lago Leite, que cedeu espaço para que o Ypiranga também se tornasse um campo de concentração de presos políticos. (…) Tinha um ginásio, que está em ruínas agora pois é um lugar amaldiçoado, éramos jogados ali ao relento, dormíamos no chão, nas marquises ou nos lugares onde ficavam os assistentes, não comíamos, não deixavam que a gente levasse colchões ou cobertores e passávamos frio, a privada era uma coisa horrível e o banho somente frio, nós que éramos mais jovens corríamos e pulávamos afim de conseguir tomar a ducha gelada, mas companheiros, já idosos, não conseguiam fazer isto e ficavam sem banho. Era horrível, horrível mesmo![1]

Uma das particularidades da repressão no Clube Ypiranga foi o uso da parte esportiva como local de prisão concomitantemente à realização de atividades na área social do clube, diferente do que ocorreu no Estádio Caio Martins, em Niterói. A realização de festas prosseguiu normalmente. Há relatos de que os frequentadores do espaço conheciam a situação dos presos[2].

Após o período da ditadura militar, o Clube Ypiranga entrou em decadência. Atualmente, o prédio encontra-se em estado precário de conservação. Organizações sociais de Macaé reivindicam a criação de um espaço cultural, esportivo e museológico no local. A desapropriação realizada pela prefeitura da cidade conseguiu evitar o leilão do imóvel, tornando possível a construção de um Centro Cultural.

1. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Lauro Martins para a Comissão Municipal de Macaé em 19/06/2014.
2. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. Volume 2, p. 74.

18. ANTIGA DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL DE MACAÉ



Localização: Rua Governador Roberto Silveira, no 247, Centro, Macaé, RJ

Imediatamente após o Golpe de Estado de 1º de abril de 1964, uma onda de prisões em massa tomou a cidade de Macaé. As pessoas detidas, principalmente trabalhadores ferroviários, camponeses e intelectuais, foram levadas para três centros de prisão: a Delegacia da Polícia Civil (hoje sede da Polícia Federal), que atuava como espécie de "pólo" do DOPS, o Forte Marechal Hermes, do Exército e o Ginásio do Ypiranga Futebol Clube. Em razão da superlotação das celas da Delegacia e do Forte, a sede do Clube passou a ser utilizada como carceragem provisória.

Lauro Martins, presidente da Comissão Municipal da Verdade de Macaé, ex-presos político, ferroviário, é um dos poucos sobreviventes daquele período. Lauro foi preso em maio de 1964 e levado para a Delegacia da Polícia Civil, onde passou cerca de 4 dias, e posteriormente foi encaminhado para o Clube Ypiranga, permanecendo ali por mais 40 dias. Ao relembrar os primeiros dias após o golpe na cidade, conta que:

"*Fomos presos. Foram uns 160 ferroviários e mais um grupo enorme de intelectuais. Após o golpe, imediatamente começaram as prisões. Os intelectuais foram os primeiros a serem presos pois tinham registros em partidos, a própria confissão deles era denúncias de outros, já que muitos deles estavam envolvidos em movimentos sem terra e sem teto. (…)*
As prisões começaram imediatamente, demorou um pouco mais para os ferroviários porque nós ainda estávamos de greve e eles esperavam que voltássemos ao trabalho para nos prender. Muitos voltaram e outros não, mas os que voltavam eram encaminhados para a cadeia, onde hoje é a delegacia da polícia federal. Ali eles nos colocavam em celas pérfidas misturados com os bandidos. Sofremos muito. Eles nos pegavam aos poucos pois ali não cabia todo mundo, aí faziam uma espécie de triagem por periculosidade que eles achavam que cada um tinha. Daí eles mandavam para o Rio, para presídios, que não sei quais são, ou nos mandavam para o Ypiranga[1]*."*

Em 26 de setembro de 2014, a CEV-Rio, em conjunto com a Comissão Municipal da Verdade de Macaé, realizou uma diligência no edifício da antiga Delegacia Civil da cidade. Na ocasião, Lauro Martins entrou no prédio pela primeira vez desde 1964. Segundo Lauro, a delegacia, à época da ditadura, possuía duas celas no segundo andar e uma subterrânea, conhecida como "cela pavorosa", um subsolo escuro, sem água, luz ou qualquer outro contato com o exterior além da porta de entrada. Essa sala era usada pelos agentes da repressão para punir os presos que não ofereciam respostas satisfatórias durante

1. Acervo CEV-Rio. Depoimento de Lauro Martins para a Comissão Municipal de Macaé em 19/06/2014.

os interrogatórios. Outra prática relatada por Lauro foram as simulações de fuzilamento, realizadas no terreno baldio ao lado da delegacia. Ele conta que alguns presos eram retirados durante à noite e, momentos depois, ouviam-se tiros. Eles não voltavam para a cela, gerando medo e terror entre os demais detidos[2].



Terreno baldio, que pertence à Delegacia de Polícia, onde ocorriam simulações de fuzilamento
Crédito: Vitor Guimarães

Atualmente, o local está muito descaracterizado em relação ao que era durante a ditadura. Apenas uma grade que separava a antiga carceragem e uma pequena cela debaixo da escada continuam iguais. A delegacia se tornou hoje um posto da Polícia Federal.

2. Acervo CEV-Rio. Relatório Diligência Delegacia da Polícia Federal Macaé. 26/09/2014.

19. INVERNADA DE OLARIA



Localização: Rua Paranapanema, 769, Olaria, Rio de Janeiro, RJ

Situada em um bairro da zona norte da cidade do Rio de Janeiro, a 2ª Subseção de Vigilância da Polícia, também denominada Invernada de Olaria, foi uma famosa delegacia que, nos anos 1960 e 1970, ficou conhecida pela violência policial. Por diversas vezes, a Invernada figurou como manchetes em jornais cariocas que denunciavam as torturas sofridas pelos presos no local.

A criação da Invernada tem suas raízes no final do século XIX e início do século XX. Na época, "Invernada de Olaria" era como se chamava o campo de boiada do "Matadouro da Penha", um abatedouro de bois. Já em meados do século XX, o local se transformou em um dos principais locais da repressão no estado do Rio de Janeiro, sendo inclusive apelidada de "Casa do Diabo".

No início da década de 1960, a Invernada realizou, com o aval do governador Carlos Lacerda, uma série de detenções políticas, principalmente de estudantes e líderes sindicais. Frente às denúncias realizadas pelos que nela foram presos, relatando as torturas sofridas, o jornal *Última Hora* publicou uma série de reportagens sobre algumas das violências ocorridas na delegacia, relacionando-as inclusive com a figura de Cecil Borer, um agente que desde 1932 atuava na polícia política e era ligado a grupos de extrema direita. O jornalista Amado Ribeiro afirmou, em 05 de outubro de 1961:

> *"A 'Invernada' de Borer tem tudo de um campo de concentração, inclusive cercas de arame farpado. O prédio, propriamente dito, onde estão situados os xadrezes, forma um bloco compacto, branco e azul com um teto de enorme laje, que, visto do alto, assemelha-se a uma 'casamata' inexpugnável[1]."*

Batista de Paula, também jornalista e preso nessa época, conta ao jornal sobre as condições do local:

> *"Não via nada, não sabia onde estava. (...) Sabia apenas que estava em uma prisão, um xadrez infecto, com as paredes pintadas de um negro denso e opaco. (...) Somente pela madrugada, quando ouvi latidos e uivos de cães, pude constatar que me encontrava recolhido na "Invernada" de Olaria, ao lado do canil mantido pela Polícia Militar, na Rua Paranapanema[2]."*

Em 13 de dezembro de 1962, ocorreu a prisão do advogado das Ligas Camponesas Clodomir Santos de Moraes, junto à sua companheira Celia Lima e ao motorista José Francisco da Silva. Acusados de carregarem armas em seu carro, os três foram levados à Invernada de Olaria, onde sofreram

1. Jornal Última Hora. Edição de 05/10/1961. p. 07.
2. Idem.

diversas torturas. Somado a esse caso, foi divulgada na impressa a denúncia de que a polícia estaria sistematicamente assassinando moradores de rua e desovando seus corpos no Rio da Guarda.

Frente a tais acusações, criou-se, em 1963, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que indiciou quinze detetives para apurar a veracidade das declarações prestadas. Durante a CPI, Clodomir, Célia e Francisco foram ouvidos e acareados com seus algozes. Confirmando as acusações contra os policiais, os três laudos do exame de corpo de delito atestaram a presença de lesões corporais causadas por ação contundente. O jornal *Correio da Manhã* acompanhou o caso e publicou, em 07 de novembro de 1964, um depoimento de Clodomir descrevendo o que passara na Invernada:

> *"Pouco mais tarde fui encaminhado para uma cela onde havia cerca de vinte pessoas (...). Como não morava no Rio eu não sabia bem o que se tratava, mas os companheiros de cela logo esclareceram: a Invernada era o local de assassinatos, espancamentos e torturas. Alguns exibiam as mãos inchadas de palmatória; um deles tinha o corpo todo cortado a gilete porque, não suportando as torturas, tentara se matar. (...) Aí começou o suplício: Felipão [detetive Felipe Mathias Altério] batia com a palmatória na sola dos pés e os outros, em todas as partes do corpo. Dali a pouco, um dos detetives, do tipo 'lombrosiano', passou a aplicar choques elétricos nos ouvidos. A dor era insuportável. Perdi os sentidos várias vezes, mas os policiais me obrigavam a recuperá-lo. (…)[3]"*

Com o golpe de 1964, a Invernada de Olaria continuou a ser destino de presos políticos. Logo nos primeiros dias do regime militar, ela se transformou em um dos principais locais de prisão, juntamente com o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), o presídio da Quinta da Boa Vista e o posto policial do Alto da Boa Vista, que funcionou como uma extensão da Invernada e era ligado ao Centro de Informações da Marinha (Cenimar). Ao longo da ditadura, a Invernada continuou chamando atenção pelo número de prisões, torturas e mortes no seu interior, o que passou, contudo, a ser progressivamente ocultado em função da censura e do endurecimento da repressão.

Um caso paradigmático foi a morte, em 10 de novembro 1972, da militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), Aurora Maria do Nascimento Furtado, a Lola. A atuação dos agentes da repressão chama atenção pela brutalidade cometida contra a militante. Aurora foi capturada por agentes da 2ª Subseção de Vigilância na região de Parada de Lucas e levada sob espancamentos para a Invernada de Olaria. Na delegacia, a militante sofreu diversas sessões de tortura e seu corpo foi entregue mutilado aos familiares. A advogada Eny Moreira, que acompanhou o caso, declarou à Comissão Nacional da Verdade:

> *"A última coisa que fizeram com ela foi apertar um torniquete que eles ironicamente chamavam de "Coroa de Cristo" (...). A Aurora tinha um pano branco cobrindo o corpo e muitas flores. (...) A gente ficou ali tentando tapar aquelas feridas para que o pai e a mãe da Aurora não vissem aquilo [4]."*

Denunciando as torturas sofridas por Aurora, Renato Tapajós, seu cunhado à época, testemunhou à Comissão da Verdade do Estado de São Paulo:

> *"Ela foi pendurada no pau de arara com o joelho destroçado pelo tiro que havia levado. Aplicaram-lhe choques, pancadas e finalmente a coroa de cristo, que é uma tira de metal com parafusos, colocada na testa e parte de trás do crânio. Essa tira aperta a cabeça até que os olhos saltem e danifique profundamente o cérebro. É uma tortura para matar, com um nível de dor inimaginável[5]."*

O laudo necroscópico de Aurora revelou 29 perfurações provocadas por tiros, além de cortes e queimaduras no corpo. Seu crânio apresentava uma perfuração de 2 cm que decorreu do uso do instrumento de tortura conhecido como "coroa de cristo". Tapajós ainda contestou a versão oficial, apresentada pelos órgãos da repressão à ocasião, segundo a qual a militante teria sido confundida com uma traficante de drogas e que por isso teria sido torturada pelos policiais da Invernada de Olaria: "Dizer que ela foi torturada por policiais comuns é tirar a responsabilidade dos membros do DOI-CODI e pelo que soubemos havia membros do serviço secreto da Aeronáutica na tortura de Lola".

A afirmação de Renato Tapajós, que associa o trabalho dos agentes da Invernada com outras esferas da repressão, já havia sido anunciada em 1964 pelo jornal *Correio da Manhã*. Na coluna "Doença e Cura", em 16 de setembro, ao criticar o governador Carlos Lacerda e acusá-lo de colocar parte de seu aparato policial à disposição do Cenimar, o jornal questionava-se: "Quem calou quando tanta gente era perseguida ou torturada? Quem autorizou as torturas no DOPS, na Invernada de Olaria, e a utilização dos seus agentes nos espancamentos do Cenimar?".

O prédio em que funcionava o centro de detenção e tortura retornou aos militares e hoje abriga o 16º Batalhão da Polícia Militar, que atua na região de Olaria, Penha, Penha Circular, Parada de Lucas, Vigário Geral, Jardim América, Brás de Pina e Cordovil. O aquartelamento é dividido com o Batalhão de Ações com Cães.

O Esquadrão da Morte: "Com a Invernada posso contar"

O jargão, proferido pelo então governador da Guanabara, Carlos Lacerda[6], demonstra a conivência do Estado com as ações dos grupos de extermínio, atuantes no Rio de Janeiro desde a década de 1950. A Invernada de Olaria, marcada pela violência policial, ficou também conhecida por ter em seu corpo de agentes policiais ligados ao grupo que ficaria conhecido como "Esquadrão da Morte", responsável por diversas execuções entre nos anos 1950 e 1970.

A criação do "Esquadrão da Morte" tem suas raízes em 1958, quando o general Amaury Kruel, então chefe da polícia no Rio, criou um grupo especial para combater a "criminalidade". Cedendo às pressões de comerciantes da região da Invernada de Olaria, assustados com a onda de assaltos que acometia a localidade, foi formado o Serviço de Diligências Especiais (SDE). Esse grupo possuía livre atuação na cidade, podendo empregar, com a certeza de impunidade, métodos violentos para conter e punir pessoas acusadas de crimes comuns.

Na década de 1960 as funções do SDE foram pulverizadas para outros departamentos, entre eles a Invernada de Olaria. Outra divisão que recebeu parte das incumbências do SDE foi a Delegacia de Vigilância, sob o comando do detetive Milton Le Cocq,

3. Jornal Correio da Manhã. Edição de 07/11/1964. p. 03.

4. Depoimento de Eny Moreira à Comissão Nacional da Verdade, em 11/12/2012. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=BRp9FrTA9k4

5. Depoimento de Renato Tapajós à Comissão Estadual da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva", em 10/04/2013. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=rGmujBbTNpk

6. Jornal Correio da Manhã, Edição de 07 de novembro de 1964. p. 3

o Gringo, já conhecido pela violência empregada em suas ações[7]. Durante uma operação policial, em 1964, Le Cocq foi morto por Manoel Moreira (conhecido como "Cara de Cavalo"), perseguido pelo detetive a pedido de um contraventor, insatisfeito com a extorsão que Cara de Cavalo realizava em troca de proteção. Visando vingar a sua morte, foi criada a "Scuderie Le Cocq", formada por agentes de segurança que perseguiram Manoel e o assassinaram com mais de cinquenta tiros. A Scuderie continuou atuando, realizando a perseguição e a execução de pessoas acusadas de crimes comuns, ficando conhecida como sinônimo do Esquadrão da Morte. Isto porque o grupo se utilizava da sigla "E.M."– que remetia ao Esquadrão Motorizado da antiga Polícia Especial, criada durante o governo Vargas para efetuar a repressão policial, ao qual Le Cocq pertencera – e adotava a caveira com duas tíbias cruzadas como símbolo.

Em 1969, com a publicação do Decreto 667 pelo então presidente Costa e Silva, ocorreu a reorganização das polícias em âmbito estadual. Com o discurso de manutenção da segurança interna e da ordem pública, o patrulhamento das ruas passou a ser responsabilidade das Polícias Militares. É nesse contexto que alguns membros da Scuderie Le Cocq foram chamados, pelo então Secretário de Segurança Pública, Luis França, para formar um grupo de elite da polícia civil, os "Doze Homens de Ouro" [8], que atuou no Rio de Janeiro com liberdade para torturar e executar aqueles que eram tidos como "socialmente indesejáveis".

Atuando como um verdadeiro Esquadrão da Morte e voltando-se principalmente para as populações de baixa renda, esses grupos de extermínio, formados por policiais, delegados e investigadores das polícias civil e militar, contavam com o apoio do Estado e a certeza da impunidade. Durante as décadas de 1960 e 1970, eles se disseminaram para vários estados do país, como São Paulo, Espírito Santo, Alagoas e Ceará, mantiveram relações corruptas com traficantes de drogas e contraventores e atuaram junto à repressão política.

As execuções praticadas pelo Esquadrão da Morte – normalmente anunciadas para a imprensa por um de seus membros, conhecido como"Rosa Vermelha"[9]– podiam ser identificadas pelas marcas de tortura no corpo da vítima e pelas numerosas perfurações por armas de fogo de diversos calibres, contendo, por vezes, a imagem da caveira como característica marcante. Em regra, os corpos eram encontrados com as mãos amarradas para trás e com um fio enrolado no pescoço. Pesquisas realizadas pela CEV-Rio nos arquivos do Instituto Médico Legal encontraram numerosos laudos cadavéricos contendo essas descrições, o que indica a extensão da atuação dos grupos de extermínio no estado do Rio de Janeiro.

Com claro desvirtuamento de suas funções, os policiais envolvidos na atuação desses grupos contaram com a conivência do Estado e de parte da sociedade civil. A permanência e a expansão do Esquadrão da Morte revelam a estratégia de controle social por meio da violência, empregada contra a população pobre. O Estado ditatorial, com o discurso de manutenção da ordem interna, foi não apenas cúmplice como também responsável pela atuação dos grupos de extermínio durante a ditadura militar. Em um cenário de acirramento da repressão e utilizando-se da coerção e do abuso de suas funções, os policiais envolvidos nos crimes de tortura e execução, na enorme maioria das vezes, não foram investigados ou punidos por seus crimes. A falta de vontade política para identificar e responsabilizar os autores das execuções fica clara na fala do então membro "porta-voz" do Esquadrão da Morte, conhecido como Rosa Vermelha, que, ao comunicar os mortos da semana ao jornal *Última Hora*, afirmou:

> *"A distância entre a Justiça e a polícia nem sempre permite um combate mais eficaz ao crime e aos criminosos. Assim, só nos resta falar a mesma linguagem deles: a lei do cão. Sempre que contarmos com o apoio do Secretário de Segurança que queira ver a cidade livre do crime, nós trabalharemos. Foi assim na época do General Kruel, do Coronel Borges e está sendo agora com o General França Esperamos que o distinto povo da Guanabara compreenda nossa intenção [10]."*

A lógica de uma cultura policial violenta e autoritária, aprofundada no período ditatorial, produz efeitos no presente, permitindo a manutenção do grave quadro de desrespeito aos direitos humanos e de repetição das violações perpetradas pelas polícias principalmente contra a população pobre, negra e de áreas marginalizadas.

Parede pichada com o símbolo do Esquadrão da Morte. Maio de 1965
Foto: Arquivo Nacional, Fundo: Correio da Manhã
BR_RJANRIO_PH_0_FOT_01078_012

7. LEITÃO, Alexandre. Os Primeiros Esquadrões. Disponível em http://www.rhbn.com.br/secao/artigos/os-primeiros-esquadroes
8. LEITÃO, Alexandre. Faca na Caveira. Disponível em http://www.rhbn.com.br/secao/artigos/faca-na-caveira
9. O codinome de Rosa Vermelha pode-se prender à explicação dada via telefone à redação de um jornal em que ele afirmava: Sinto um prazer quase sexual ao ver balas perfurando os corpos dos criminosos e o sangue brotando como uma rosa vermelha da terra. (Ver Revista Veja, de 29 de julho de 1970, p.31)
10. Revista Veja, de 29 de julho de 1970, p.31

20. CASA DE SÃO CONRADO

Localização: desconhecida, São Conrado, Rio de Janeiro, RJ

A casa de São Conrado era um imóvel usado pelo Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) como mais um centro clandestino de prisão e tortura no começo da década de 1970, no qual também atuavam equipes do DOPS de São Paulo, comandadas pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury. Sua existência foi denunciada por Ottoni Guimarães Fernandes Júnior, na 1ª Auditoria da Aeronáutica do Rio, em 1974[1], no seguinte depoimento:

1474	Ottoni Guimarães Fernandes Júnior			
PROF.	estudante		IDADE	24
LOCAL	RJ. Casa em S. Conrado.		ANO	1970
APELAÇÃO	40.801	VOL. 1º	PÁG. 213,v,214	DCLXXIX
PARTE	auto de qualificação e interrogatório - Auditoria.			

(...)que o interrogado foi preso no Estado da Guanabara, em 21 de agosto de 1970, ãs 22,30 hs., na Rua Marques de Valença 124; que alguns dias antes de sua prisão, conforme documento existente nos autos, o Delegado Sérgio Fleury, do Departamento de Ordem Política e Social de S. Paulo, esteve na Delegacia de Roubos e Furtos da Guanabara com a finalidade de adotar providências no sentido de ser efetivada prisão do interrogado; que está consignado, no documento que existia contra o interrogado, uma acusação de haver tomado parte em (ileg.)a estabelecimento de crédito; que a prisão do interrogado foi efetuada pelo Delegado Sérgio Fleury, chefiando cerca de 20 a 30 policiais e agentes da CENIMAR; que o interrogado foi preso e colocado numa viatura civil, dirigida por um cidadão de nome José Carlos Trappe, vulgo "Trailler", e conduzido para uma casa particular, situada em São Conrado; que o interrogado foi retirado do veículo algemado, com os olhos vendados e os pés também amarrados; que o interrogado foi carregado e notou que estava descendo uma escada (ileg.) com cerca de quarenta degraus;que a casa em questão era de (ileg.) pavimentos, que na parte superior existia uma varanda, acrescentando o detalhe que a casa estava apoiada na parte traseira, no morro de pedra e o banheiro estava localizado na parte inferior, tendo como uma das paredes a própria pedra; que o interrogado esteve nessa casa dois dias e meio; que se tratava de uma residência de alto padrão, de estilo colonial e que, na ocasião, estava desabitada, pois, nem a luz e nem a água estavam ligados e que da varanda da casa podia divisar o Hotel Nacional; que, naquela casa freqüentavam permanentemente 15 ou 20 policiais, sob as ordens do Delegado Sérgio Fleury e do comandante Amorim do Valle, da Marinha; que, no estado em que se encontrava e, ja descrito, logo após a sua chegada à casa, o interrogado foi submetido a uma série de torturas; que o interrogado estava deitado no andar superior e os policiais iniciaram a tortura e espancamento através de pontapés, socos e o processo conhecido como telefone;

1. Arquivo Brasil Nunca Mais Digital, Tomo V, Vol. III p. 414

No depoimento, Ottoni Jr. revelou ter encontrado com o preso Eduardo Leite, o "Bacuri" na casa de São Conrado:

	Eduardo Leite			
PROF.			IDADE	
LOCAL	RJ (CASA EM S. CONRADO)		ANO	1970
APELAÇÃO	40.801	VOL. 1º	PÁG. 213,v,214	DCLXXIX
PARTE	Morte: declarações de Ottoni Guimarães F. Júnior.			

(...)que os policiais apresentaram para o interrogado, ainda quando se encontravam na casa de São Conrado, um cidadão de nome Eduardo Leite, cognominado Bacuri; que Bacuri também estava sendo torturado em outra dependência da casa;que, no instante em que apresentaram Bacuri ao interrogado, os policiais declararam que ele iria ser morto como, realmente, ocorreu no mês de novembro em São Paulo; (...)que o interrogado, da casa de São Conrado, foi conduzido ao primeiro Distrito Naval, em maca, pois o seu estado, bem como o de Bacuri, não permitia que eles se locomovessem livremente;(...)

Trechos do depoimento de Ottoni Guimarães Fernandes Júnior na 1ª Auditoria da Aeronáutica
Crédito: Projeto Brasil Nunca Mais Digital

Antes de falecer, em dezembro de 2012, Ottoni repetiu o mesmo depoimento à Comissão Nacional da Verdade (CNV):

> *Me botaram em um carro, me vendaram, me botaram um capuz. [...] Aí eles me levaram. Na época, eu achei estranho, porque mesmo encapuzado eu percebia que a gente estava indo para o sul e eu imaginava que eu ia ou para a Barão de Mesquita, que era o centro de tortura do DOI-CODI do Rio de Janeiro, ou para o Galeão, que era outro centro de tortura, ou para o Cenimar, que era no 1º Distrito Naval na praça Mauá. Eu estava indo pelo cheiro do mar, pelo barulho da onda, eu estava indo para o sul. Como militante eu tinha que conhecer a cidade como a palma da mão. Aí, depois passou uma estrada de terra, eu imaginei que podia estar indo para o Alto da Boa Vista, mas sabia que era para o sul e estranhei muito isso. Aí eles pararam em um pátio de cascalho, os policiais me agarraram pelo braço, descemos uma escada, uns degraus de pedra, entramos em uma sala de madeira que dava acesso por sua vez a uma sala com piso de madeira, eu vou contar esse detalhe porque depois tem como identificar a casa. Então eu percebi claramente, primeiro, eu passei um patamar, devia ser uma ligação entre essa parte onde estava a escada e a casa, a casa era mais sólida, mas você percebia que o piso era de madeira. Eles me jogaram no chão, começaram a me torturar, já no chão desse quarto, no nível da entrada[2].*"

Também o ex-agente da repressão Marival Chaves confirmou a passagem de Bacuri por aquele centro clandestino:

> *Tem outro que o Fleury usou. (...) Bacuri, ele esteve nesse cárcere no Rio de Janeiro, ele morreu em São Paulo, no DOPS, chegou lá todo arrebentado, não é? (...) Ele esteve nesse cárcere no Rio de Janeiro[3].*"

Com poucos testemunhos sobre a casa, sua localização permanece desconhecida. Mas, pelos depoimentos de Ottoni Jr. sabe-se que por ali circularam cerca de 20 agentes da repressão, inclusive um médico que dava assistência para que os presos pudessem continuar sendo torturados. Além de Fleury, ele denunciou a presença do comandante da Marinha, Armando Amorim do Valle[4], do motorista conhecido como Trailler, que no depoimento à CNV citou como Luís Carlos, mas na lista de torturadores preparada por presos políticos está identificado como João Carlos Tralli[5]. Por fim, no depoimento à CNV, ele relacionou ainda o agente da Polícia Federal, lotado em São Paulo, Ademar Oliveira[6], também da equipe de Fleury.

2. Testemunho de Ottoni Fernandes em Audiência Pública da Comissão Nacional da Verdade com a Comissão Estadual da Verdade de-São Paulo sobre os casos de Luiz Eurico Tejera Lisboa e Eduardo Leite, em 12/11/2012. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=F3lSNhNAlJo
3. Arquivo CNV. 00092.000664/2013-10. Depoimento de Marival Chaves à CNV em 21/11/2012.
4. Armando Amorim do Valle, Capitão de Fragata; servia no CENIMAR (1970-1973); atuou na Casa de São Conrado, local secreto de torturas no RJ (1970), conforme Lista de Torturadores da Ditadura Preparada pelos Presos Políticos 1970-1980, disponível em: http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2014/12/torturadorespdf.pdf
5. João Carlos Tralli, Investigador da PF; desde 1969 estava no DEOPS-SP; conhecido como Trailler; era do Esquadrão da Morte; atuou no DEIC-SP em 1982; foi exonerado da Polícia (1984), conforme Lista de Torturadores da Ditadura Preparada pelos Presos Políticos 1970-1980, disponível em: http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2014/12/torturadorespdf.pdf
6. Ademar Augusto de Oliveira, Investigador da PF; lotado no DEIC-SP; em 1968 era do Esquadrão da Morte; conhecido com Fininho, conforme Lista de Torturadores da Ditadura Preparada pelos Presos Políticos 1970-1980, disponível em: http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2014/12/torturadorespdf.pdf.

21. SÍTIO NÃO-IDENTIFICADO DE SÃO JOÃO DO MERITI

Localização: Km 69 da Via Dutra, próximo a Vassouras

No km 69 da BR-116, próximo a Vassouras, no dia 8 de novembro de 1968, a cena era de um corriqueiro acidente em estradas brasileiras. No Boletim de Ocorrência na delegacia de polícia do município registrou-se que:

> *"foi dado ciência à Polícia às 20 horas de 8/11/68. Três policias se dirigiram ao local constatando que na altura do km 69 da BR-116, o VW 349884-SP dirigido por seu proprietário João Antônio dos Santos Abi-Eçab, tendo como passageira sua esposa Catarina Helena Xavier Pereira (nome de solteira), havia colidido com a traseira do caminhão de marca De Soto, placa 431152-RJ, dirigido por Geraldo Dias da Silva, que não foi encontrado. O casal de ocupantes do VW faleceu no local. Após os exames de praxe, os cadáveres foram encaminhados ao necrotério local[1]."*

Na imprensa[2], o acidente só foi noticiado dez dias depois, a partir das informações divulgadas pela polícia de São Paulo. Especulavam com o fato de nos destroços do carro terem sido encontradas uma metralhadora e uma pistola. Com isto, tentavam envolver o casal no assassinato do capitão do Exército dos Estados Unidos, Charles Rodney Chandler, ocorrido dias antes em São Paulo, em 12 de outubro. Também pretenderam responsabilizar os jovens pelo assalto a um carro forte do Instituto de Previdência do Estado da Guanabara (IPEG) ocorrido na manhã do mesmo dia do acidente.

Na verdade, nem o acidente foi tão corriqueiro como se imaginava, tampouco o jovem casal de estudantes da Universidade de São Paulo e militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN) estava envolvido nos crimes que lhe foram imputados.

Na madrugada do dia do acidente, o casal deixou o Hotel Canadá, em Copacabana, onde se hospedara em suposta lua de mel desde o dia 4 de novembro. Oficialmente, o delegado do DOPS da Guanabara, Manoel Villarinho, recebeu este informe apenas no dia 19, onze dias após o acidente, através do policial Darcy Schettino Rocha[3]. Curiosamente, na véspera deste informe, isto é, na edição do dia 18, o *Diário da Noite*, de São Paulo, noticiava a passagem do casal pelo hotel, com base em informações repassadas pelo policial paulista Angelino Moliterno, que chefiava uma equipe no Rio, provavelmente atrás dos jovens.

Mesmo para mais um corriqueiro acidente de carro, o comportamento da polícia local foi estranho, como lembrou, 37 anos depois, o advogado Belisário Santos Jr. ao analisar na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) o procedimento administrativo que concedeu ao casal o status de mortos políticos: "Não há registro de perícia de local ou dos veículos, apenas da metralhadora encontrada. Os documentos oficiais afirmam a tese do acidente – o carro em que viajavam colidiu com a traseira de um caminhão, na BR-116, às 19h35"[4].

Na audiência pública em que a Comissão estadual da Verdade Rubens Paiva (SP) analisou simultaneamente a morte do casal Catarina Helena e João Antônio, foi ressaltado que:

> *"Suspeitas recaíram sobre o acidente desde o início (...) No jornal "Última Hora", de 22 de novembro de 1968, cuja manchete era 'Esta confusa história da metralhadora', o investigador de polícia da delegacia de Vassouras, Antônio Lanzzerotti, que foi ao local do acidente, afirmou à reportagem 'é impossível acontecer um desastre da forma como ocorreu no quilometro 69. É verdade que na Rio-Bahia sempre há uma batida ou outra, mas nunca em uma reta de quatro quilômetros, há suspeitas de que o casal vinha sendo seguido e mais tarde empurrado contra o caminhão. Eu acho que é bem provável que isso tenha ocorrido'. Na matéria consta também o depoimento de Júlio Hofgeker, que fazia o trabalho fotográfico para a polícia de Vassouras. Irritado, quando lhe proibiram de documentar o material das sacolas encontradas no carro[5]."*

Apesar destas contestações, a versão da morte acidental perdurou até abril de 2001, quando foi derrubada pelo trabalho do repórter Caco Barcelos, da TV Globo, que localizou o ex-soldado Valdemar Martins de Oliveira. Assim surgiu a notícia da existência de um centro clandestino de torturas no município de São João de Meriti.

O ex-soldado repetiu seu depoimento na audiência pública da Comissão Rubens Paiva (SP). Explicou que o casal começou a ser investigado pelo Exército após a morte do militar americano, por suspeitarem do envolvimento dos dois, o que jamais foi confirmado. Durante algum tempo, foram acompanhados de perto. No dia 8 de novembro, ele participou de um grupo de agentes da repressão, comandados por Freddie Perdigão, os quais, acompanhados de uma pessoa chamada Miro, foram à Vila Isabel, onde os dois jovens foram sequestrados. Depois os levaram até a estrada da Cascatinha, na Baixada Fluminense, quando começaram a espancá-los. Queriam informações sobre um tal professor. João Antônio foi com parte da equipe atrás do professor, enquanto Catarina foi para o sítio em São João do Meriti. Lá, os agentes da repressão colocaram-na em um pau de arara, levando-a novamente a ficar inconsciente. O mesmo aconteceu com João Antônio, ao chegar ao sítio. Ao fim deste segundo interrogatório, o comandante da operação conclui que o casal não tinha mais utilidade para o Exército. Atirou na cabeça de ambos. Ao contestar os assassinatos, Valdemar diz ter sido expulso do local. Na audiência, ele complementou:

> *"Para a gente fechar esse caso, após isso aqui, eu fiquei sabendo por meio de pessoas que estavam presentes que esse acidente entre aspas perto de Vassouras foi arranjado, foi vindo com o carro, feito o rastro de frenagem e foi dado ré com o caminhão, isso tudo ajeitado, tudo acertado (…)*
> *Porque as fotos, tinham fotos que deviam e devem estar em algum lugar com rastro de frenagem do fusca que vai até metade do caminhão, nunca vi uma coisa dessa, esse é um dos erros que os senhores constaram, creio eu.(…)*
> *Outra é a tal da metralhadora. Essa metralhadora, eu tenho aqui o laudo dela, essa metralhadora tem origem, tem número, série e tudo, é uma metralhadora Ina, calibre 45, tem origem em Brasília, é só seguir a numeração dessa metralhadora, saberá onde ela chegou e com que estava que com certeza não estava na mão desses jovens, porque quando eles foram presos eles não tinham nada, pelo menos que eu tenha visto eles chegarem com isso[6]."*

1. Procedimento administrativo Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) nº 090/02, em nome de Catarina Helena Abi-Eçab, relator Belisário Santos Jr. Dispoinível em: http://cemdp.sdh.gov.br/modules/desaparecidos/acervo/ficha/cid/196. Acessado em: 11 out. 2015.
2. O mistério da Via Dutra. Diário da Noite. São Paulo: 18 nov. 1968, p.19. Acidente traz pista à morte de Chandler. Correio da Manhã. Rio de Janeiro: 19 nov. 1968, p.10. Polícia Confidencial: Marighela é um dos integrantes da "Colina". Diário de Notícias. Rio de Janeiro: 20 nov. 1968, p.11.
3. Arquivo Brasil: Nunca Mais Digital: pasta 029, p.917.
4. Procedimento administrativo Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) nº 090/02, em nome de Catarina Helena Abi-Eçab, relator Belisário Santos Jr, citado acima.
5. Acervo CEV Rubens Paiva/SP. Memorial do casal Abi-Eçab, 42ª Audiência Pública, Plenário Tiradentes, 16/05/2013. Disponível em: http://verdadeaberta.org/relatorio/tomo-iii/downloads/III_Tomo_2013-Audiencias-Comissao-daVerdade-SP.pdf;
6. Acervo CEV Rubens Paiva/SP. Depoimento de Valdemar Martins de Oliveira, 42ª Audiência Pública, Plenário Tiradentes, 16/05/2013. Disponível em: http://verdadeaberta.org/relatorio/tomo-iii/downloads/III_Tomo_2013-Audiencias-Comissao-daVerdade-SP.pdf.

As certidões de óbito de João Antônio e Catarina Helena registravam como causa da morte “fratura de crânio com afundamento (acidente)”. Com autorização dos familiares de Catarina, Caco Barcelos promoveu a exumação do corpo da estudante. “Os laudos da exumação concluíram que a morte foi consequência de “traumatismo crânio-encefálico” causado por “ação vulnerante de projétil de arma de fogo”, indo contra a hipótese de acidente”[7], lembrou Belisário em seu voto na CEMDP.

O sítio de São João do Meriti foi um dos centros clandestinos utilizados pela ditadura militar. Teria permanecido ignorado não fosse o testemunho de Valdemar Martins. Ele e Caco Barcelos tentaram descobrir a localização da chácara. A busca não teve sucesso. Apesar da ausência de mais informações, em entrevista para a CEV-Rio, o coronel Paulo Malhães confirmou, de forma sucinta e monossilábica, sua existência e seu uso como local de tortura:

> *CEV-Rio - E aqui na Baixada, quem é que fez um aparelho? Se não me engano em São João de Meriti....*
> *CEV-Rio - Tinha isso, coronel? Um sítio aqui.? Disseram que tinha um sítio aqui? Um sítio aqui em São João, o senhor lembra disso?*
> *Malhães – Conheci….*[8]”

Até hoje, continua sendo um mistério a sua localização, bem como o seu proprietário.

7. Procedimento administrativo Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) nº 090/02, em nome de Catarina Helena Abi-Eça, relator Belisário Santos Jr, citado acima.
8. Acervo CEV-Rio. Depoimento de Paulo Malhães para a CEV-Rio em fevereiro e março de 2014.

Foto: Bruno Marins

PARTE V
AUTORIA DAS GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Foto: Bruno Marins

Capítulo 20 – AUTORES DAS GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS SEGUNDO A CEV-RIO

Comissões da Verdade devem contar a verdade íntegra e completa sobre os fatos, narrando-os circunstanciadamente e indicando os autores das graves violações de direitos humanos investigadas. Desde que as comissões da verdade começaram a ser constituídas, no início da década de 70, apenas três – a de El Salvador, a de Serra Leoa e a Comissão Nacional da Verdade do Brasil – nomearam os autores. No entanto, esta nomeação é uma das exigências contemporâneas para o pleno exercício do direito à verdade.

Atenta ao trabalho das comissões da verdade, a Organização das Nações Unidas (ONU), vem, por meio de seus órgãos, ditando normas e princípios para estabelecer o alcance do que se deve entender por verdade. Três documentos da ONU, desde o final do século passado, destacam-se no estabelecimento da exigência de identificação dos autores dos fatos que correspondem a graves violações de direitos humanos, como prisões ilegais e arbitrárias, tortura, desaparecimento forçado, execuções arbitrárias e extrajudiciais. São eles:

1) Os Princípios Joinet ou "Conjunto de princípios para a proteção e promoção de direitos humanos por meio de combate à impunidade" (1997)[1];

2) O "Conjunto atualizado de princípios para a proteção e promoção dos direitos humanos por meio da luta contra a impunidade" (2005), documento solicitado à Comissão de Direitos Humanos da ONU e elaborado pela jurista norte-americana Diane Orentilicher[2];

3) Os "Mecanismos legais para Estados saídos de conflitos: comissões da verdade" (2006), documento produzido pelo Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos[3].

Também a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), na sentença do caso Gomes Lund e outros (caso Araguaia) vs. Brasil[4], que julgou graves violações de direitos praticadas pelo Estado brasileiro durante a designada Guerrilha do Araguaia, impôs-lhe a obrigação de criar uma comissão da verdade e estabeleceu para esta comissão o dever de identificar os correspondentes autores, responsabilizando-os factualmente[5].

Atendendo a este conjunto de normas internacionais, à determinação da Corte Interamericana e se submetendo à Lei nº 12.528/2011, que a constituiu, a Comissão Nacional da Verdade brasileira (CNV), decidiu nomear os autores das graves violações de direitos identificados em suas investigações. A relação apresentada não é, entretanto, exaustiva, como observa a própria CNV:

> *"Para a identificação de autoria, a CNV procedeu com extrema cautela, buscando sempre fundamentá-la a partir de documentos, depoimentos de vítimas e testemunhos, inclusive de agentes públicos que participam de repressão. (...) O cuidado que marcou o tratamento dado pela CNV ao atendimento do objetivo legal de identificação de autoria gera a necessidade de registrar que a listagem deste capítulo certamente não é exaustiva, não incluindo nomes cujo envolvimento na prática de graves violações é conhecido, mas não se encontra comprovado pelos meios adotados pela CNV. Por fim, há situações em que os autores ainda não estão identificados, podendo sê-lo no futuro"[6]."*

Ao estabelecer a verdade sobre os fatos nesta dimensão crucial em seu Relatório Final (ainda que restritamente por não dispor de provas suficientes para nomeação mais ampla), a CNV obteve expressivo apoio e reconhecimento internacional. Em fevereiro de 2015, o *Transitional Justice Reserach Collaborative*, instituição constituída para avaliar o desempenho das comissões da verdade criadas no mundo nos últimos cinquenta anos, mediante avaliação de pesquisadores especializados, afirmou que a CNV realizou um trabalho exemplar na indicação de autores e na recomendação de seu julgamento[7].

A Comissão da Verdade do Rio ratifica os resultados a que chegou a CNV, não apenas por considerá-los pertinentes, mas também porque subsidiou sua produção relativamente aos casos do Rio de Janeiro. A CEV-Rio subscreve também a tipologia de autores das graves violações de direitos utilizada pela CNV, a qual ultrapassa a figura de seus executores diretos.

Como foi amplamente comprovado pelo trabalho da CNV e da CEV-Rio, a prática das graves violações desenvolveu-se de forma planejada e sistemática, constituindo um padrão de comportamento então adotado pelas Forças Armadas, a partir da decisão de seus próceres de utilizar estratégias e táticas da Guerra Revolucionária e da Doutrina de Segurança Nacional.

Ressalte-se que os antecedentes da Guerra da Argélia e da Guerra do Vietnã, a que se vinculava o engajamento no processo de guerra revolucionária e o uso da Doutrina de Segurança Nacional, no Brasil, deixaram muito clara para seus adeptos a opção pela prática de graves violações de direitos. Tornaram, também, muito nítida para a sociedade brasileira sua opção por desconsiderar a convenção de Genebra, as leis da guerra entre Estados civilizados e o reconhecimento de que qualquer pessoa merece respeito ao que se chama de dignidade humana.

Entre os anos sessenta e setenta e, especialmente, durante o governo Kennedy, a CIA divulgou no âmbito das Forças Armadas dos países alinhados com os Estados Unidos em relação à Guerra Fria suas "técnicas" de luta contra a "subversão comunista". Os militares brasileiros que desfecharam o golpe e impuseram a ditadura acolheram a ideia de que a América Latina e, em especial, o Brasil viviam o início de uma guerra não convencional, que os legitimava a praticar, em contrapartida, qualquer ilegalidade e tipo de violência. Ainda antes de 1964 programas de formação militar ministrados pela CIA foram desenvolvidos na América do Sul e no Brasil. Militares fizeram cursos em *Fort Bragg*, Carolina do Norte e *Fort Benning*, Georgia, nos Estados Unidos. Posteriormente, principalmente entre 1966 e 1976, membros de nossas Forças Armadas estudaram na Escola das Américas, no Panamá. Ao mesmo tempo, o Brasil criou, em Manaus, o seu centro de instrução nas técnicas da guerra revolucionária: o Centro de Instrução de Guerra (CIG). A partir de 1976 o CIG passou a ser uma escola de terrorismo de Estado. O site da Escola registra que ali foram treinados 400

1. Informe final elaborado por M. Joinet na aplicação da decisão 1996/119 da Subcomissão de Prevenção de Discriminação e Proteção de Minorias da Comissão de Direitos Humanos, ONU. Arquivo CNV, 00092.000101/2015-9.
2. Informe de Diane Oretlicher, especialista encarregada de atualizar o conjunto de princípios para a luta contra a impunidade. Arquivo CNV, 00092.000102/2015-38.
3. "Rule of law tools for post-conflict states: Truth commissions", do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Arquivo CNV, 00092.000106/2015-16.
4. Corte IDH. Caso Gomes Lund e Outros ("Guerrilha do Araguaia") vs. Brasil. Sentença de 24/11/2010. Arquivo CNV, 00092.000112/2015-73.
5. Idem.
6. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. Volume I. p. 843, § 3.
7. Justice Collaboration. Disponível em https://www.foreignaffairs.com/articles/south-america/2015-02-26/nothing-truth.

estrangeiros. Foram, entretanto, muitos mais, pois alguns países que utilizavam os serviços do Centro solicitaram reserva em relação aos alunos que ali fizeram cursos.

Não foram os agentes responsáveis por perpetrar diretamente as graves violações de direitos que deliberaram sobre o uso sistemático da tortura, sobre os desaparecimentos forçados – em alguns casos sequenciados – e sobre a posterior ocultação dos cadáveres. A prática das graves violações, envolveu toda a estrutura repressiva do Estado, tendo no vértice a Presidência da República, organizando-se em cadeias de comando, com a participação coordenada de agentes de diferentes níveis hierárquicos, implicando algumas vezes em cooperação entre distintos órgãos das Forças Armadas e das diferentes Polícias (Militar e Civil, Federal e Estaduais).

Tendo em vista esta ação planejada e sistemática dos perpetradores a CEV-Rio, ao endossar a tipologia de autores da CNV, reafirma a caracterização das seguintes espécies de responsabilidade: 1) político-institucional; 2) pelo controle e gestão de estruturas e procedimentos diretamente vinculados à ocorrência de graves violações; 3) mediante autoria direta de condutas que materializaram as graves violações.

A responsabilidade político-institucional identifica aqueles que conceberam, planejaram ou decidiram a adoção de políticas de perseguição e repressão às vítimas de graves violações. Encontram-se entre estes os Presidentes da República, os chefes do SNI, os Ministros das Forças Armadas e os Chefes dos Centros de Informações do Exército, Marinha e Aeronáutica.

A responsabilidade pelo controle de estruturas e pela gestão de procedimentos diz respeito aos agentes, que por ação ou omissão, permitiram que graves violações de direitos humanos fossem praticadas em unidades do Estado, sob sua administração. Chefes do DOI do I Exército, por exemplo, um dos principais locais de prisão, tortura e assassinato da ditadura, mesmo sem participar diretamente das práticas de tortura estão vinculados a esta espécie de autoria e respectiva responsabilidade.

A responsabilidade pela autoria direta das graves violações relaciona-se com a participação do conjunto de algozes indicados em depoimentos, ou acareações de vítimas, familiares, testemunhas, confissões dos próprios perpetradores, ou documentos, nas correspondentes práticas.

Entre as técnicas acolhidas e adotadas pelos militares brasileiros, sob a condução dos que ocupavam o topo das cadeias de comando, estava o uso sistemático da tortura, tanto física, como psicológica. Nas lições recebidas e utilizadas por esta elite militar dirigente incluíam-se, também, as prisões em massa, as execuções sumárias e o desaparecimento forçado. Deste modo não há como ignorar a responsabilidade dos mandantes e dos administradores dos aparelhos e dispositivos, onde eram praticadas as graves violações.

Uma das mais irrefutáveis provas da esponsabilidade e aprovação dos governantes e administradores relativamente à ação dos executores diretos das graves violações, foi a homenagem que se lhes fez mediante a concessão de Medalhas do Pacificador, em geral, com Palma. Esta medalha é uma condecoração que homenageia militares e civis, nacionais e estrangeiros, que hajam prestado relevantes serviços ao Exército Brasileiro. Durante a ditadura de 1964 a medalha, com a especial distinção da Palma, foi concedida a militares que serviram no Araguaia e aos principais torturadores do regime.

Autores Diretos: torturadores e seus cúmplices

É muito extensa a tipologia dos torturadores que se pode construir a partir dos depoimentos de vítimas, familiares, testemunhas e mesmo de suas confissões. A despeito de quase todos exibirem os clássicos traços da designada personalidade autoritária, isto é, avessa a concepções de maior igualdade entre os seres humanos, estes traços articulam-se de forma e em graus diferentes no comportamento de cada torturador. A razão fundamental, entretanto, para que tenham atuado como torturadores, não foi o seu autoritarismo e sadismo, compelindo-os à prática de "excessos", em situações extremas. Com independência do sadismo e perversidade dos agentes destas violações, eles agiram em nome do Estado brasileiro, buscando implementar, de forma sistemática, uma política de estado que visava aniquilar os opositores e difundir o terror e o medo na sociedade.

Quanto à tortura, o que a viabilizou em larga escala no Brasil, tornando-a o eixo do sistema de repressão da ditadura foi ela haver sido autorizada e ser estimulada pela cúpula do poder militar instalado à época, mediante a instrução e difusão reiterada de técnicas, cursos e distinções honrosas para os seus agentes mais destacados.

O sistema de repressão da ditadura de 64 excedeu, por certo, a prática da tortura. Ele se baseava na vigilância e policiamento político da sociedade, na censura, na espionagem feita por agentes infiltrados das Forças Armadas, pela atuação de aliados civis, por diplomatas e adidos culturais e militares, contemplados e colocados em lugares estratégicos da burocracia estatal. Contudo, a tortura como forma de aniquilamento físico e moral dos opositores, como modo de dominação e silenciamento da imensa massa de detidos foi o mecanismo fundamental e o aríete da nossa repressão.

Como salienta a pesquisadora Janaína de Almeida Teles: "No que tange à organização do Estado, não houve uma simples continuação ou repetição aumentada de práticas antes vigentes, mas uma reorganização do aparelho repressivo previamente instalado"[8]. E explicando a reorganização ocorrida recorda:

> *"As Forças Armadas coordenavam esse aparato e se envolveram efetivamente nele, assumindo o papel de polícia política e dedicando-se com ímpeto singular na história do país à tortura de presos políticos e à execução de operações de repressão à população. Não foi mais do mesmo, nem um monstro engendrado na sociedade, como um corpo estranho a ela, mas um Estado estruturado para disseminar a obediência, eliminando oposições e divergências[9]."*

É verdade que durante a escravidão a tortura foi amplamente utilizada como instrumento de controle e de dominação da força de trabalho escrava. Depois ela passou a ser um coadjuvante necessário na obtenção de confissões de crimes suspeitos ou efetivamente praticados por membros das classes sociais destituídas de recursos de poder.

8. ALMEIDA TELES, Janaína de. Ditadura e repressão no Brasil e na Argentina: paralelos e distinções. In: CALVEIRO, Pilar. Poder e Desaparecimento: os campos de concentração na Argentino. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 8.
9. Idem.

No Estado Novo a tortura foi largamente utilizada pela Polícia Política civil contra os opositores do regime. Até então, entretanto, o Estado Nacional não reorganizara seus poderes, visando privilegiar a sua concepção de segurança interna como um valor absoluto e tendo as Forças Armadas na posição de arauto do regime.

A partir de 1964, com base nesta ideia de segurança interna o Estado foi crescentemente aparelhado com instituições destinadas a recolher informações e produzir contrainformações para a manutenção da nova ordem política e econômica, bem como a reprimir e punir os opositores.

Como se mencionou anteriormente, os torturadores estavam não apenas autorizados a praticar a tortura, mas também adestrados ideológica e tecnicamente para realizá-la. Eles haviam sido, em níveis mais ou menos aprofundados, preparados para inibir aquilo que a reconhecida filósofa Hanna Arendt chamava "a piedade animal que afeta todos os homens normais na presença do sofrimento físico". Eles tinham ouvido, reiteradamente, que "comunistas" e "subversivos" eram agentes do terror, terroristas destruidores de instituições como a família e a pátria. Haviam sido convencidos de que opositores e insurgentes eram pragas sociais, seres nefastos, violadores dos bons costumes e da moral vigente.

Os torturadores engajavam-se, então, tal como aconteceu em outras ditaduras e regimes extremistas, numa campanha de desumanização ou despersonalização daqueles que consideravam o inimigo. O inimigo era o opositor político. A orientação, portanto, era vê-lo e tratá-lo como um verme, arrancar-lhe todas as informações úteis ao Estado de Segurança Nacional implantado, humilhá-lo, alquebrá-lo física e mentalmente, silenciá-lo ou neutralizá-lo. Tudo isto quando não lhe houvesse sido ditada uma sentença de morte.

Nesta campanha de desumanização havia a prévia formação teórica ou doutrinária dos torturadores e o exercício prático da formação adquirida. Os torturadores tratavam sistematicamente os presos com insultos humilhantes, expressões obscenas, "brincadeiras" lascivas, nudez forçada, abuso dos corpos, inclusive impondo-lhes posturas e exigências vexatórias. Relativamente às mulheres o manuseio e o abuso sexual eram mais explícitos, chegando muitas vezes à completa violação.

Paralelamente, se a violência sexista era uma conduta dos torturadores imposta a homens e mulheres, a violência sexual contra as mulheres questionava sua participação na luta contra o regime e sua insubmissão à hierarquia de gênero que lhes assinalava um engajamento exclusivo nas tarefas domésticas e familiares. A humilhação e tortura fundamentada nos atributos de gênero eram, portanto, uma norma no tratamento imposto às mulheres.

Por fim, a tortura, além de uma prática intersubjetiva, era uma cena construída para o conhecimento e compartilhamento coletivo dos detidos. A violência praticada pelos torturadores devia ser vista, escutada e temida por todos os presos que estivessem em determinado centro de tortura e/ou extermínio. Isto aconteceu generalizadamente.

As graves violações, especialmente os assassinatos, a tortura e os desaparecimentos forçados contaram também com um diferenciado conjunto de cúmplices, nas cidades e no campo, em cada local com suas especificidades. Além dos agentes policiais e militares, tiveram ainda papel fundamental na prática da tortura e no encobrimento das violações, médicos legistas, donos de cartório e policiais civis que atuaram junto a delegados. Estes profissionais serão relacionados na lista de autores. Na perseguição e repressão praticadas no âmbito da Operação Condor, de natureza internacional, destacaram-se diplomatas, cônsules e adidos, militares e culturais.

Malhães, o doutor Pablo

Há sempre um núcleo de verdade em todas as mentiras que se pretende fazer acreditadas. De fato, mentiras só são críveis se forem verossímeis. Paulo Malhães, coronel reformado do Centro de Informações do Exército (CIE), confirmou e aprofundou verdades causticantes sobre a forma de atuar dos que implementaram a política de segurança e informação da ditadura de 1964. Reiterou constatações acerca da responsabilidade pelas graves violações, afirmando que havia uma cadeia de comando, na qual os superiores planejavam e determinavam linhas de ação, bem como recebiam respostas às suas orientações, por diferentes meios. Alargou o conhecimento sobre a violência, a brutalidade, a crueldade e a sistematicidade das práticas de graves violações pelo regime de 64. Fez, assim, revelações cruciais para a sociedade brasileira e, em especial, para os seus segmentos jovens.

Malhães construiu, ao mesmo tempo, estratagemas diversionistas, cortinas de fumaça com o fim de desviar investigações de resultados próximos e significativos, de confundir e esconder peças deste complexo quebra-cabeça, que é a reconstrução do passado. Malhães contrainformou. Mentiu. "Plantou" informações em muitas estórias que divulgou.



Equipe da CEV-Rio esteve duas vezes com o coronel Paulo Malhães que, posteriormente, prestou depoimento à CNV
Foto: Acervo Comissão Nacional da Verdade/Marcelo Oliveira

Em entrevistas e declarações prestadas à Comissão da Verdade do Rio de Janeiro e à Comissão Nacional da Verdade[10] o veterano militar quis afirmar seu protagonismo intelectual em relação à mencionada política de segurança e informação, sua fidelidade aos ideais da antiga guerra revolucionária, sua competência na área da contrainformação, sua devoção às Forças Armadas e, particularmente, ao Exército, como instituições legitimadas a concentrar e exercer o monopólio da violência, no plano internacional e no interior da sociedade.

Quis também afirmar a ingenuidade e incompetência das Comissões da Verdade, das vítimas e dos ativistas de direitos humanos, que as impulsionaram na busca

10. Depoimento de Paulo Malhães à CNV em 25/03/2014. Arquivo CNV, 00092.000732/2014-21 e Acervo CEV-Rio. Depoimento de Paulo Malhães para a CEV--Rio.

pela verdade e na azáfama de obter resultados. Resumidamente quis dizer: vocês são em conjunto de idiotas!

Como o próprio Malhães revelou, antes do golpe de 1964, ele pertenceu ao Movimento Anticomunista (MAC), organização paramilitar de extrema direita que funcionou no país, na década de sessenta e durante a ditadura.

Malhães sempre revelou traços de personalidade associáveis ao que a literatura das ciências humanas, de natureza humanística, designou como "concepção fascista de vida". [11] Na personalidade de Malhães a maioria destes traços aparece de forma evidente: assim, o culto à ordem tradicional estabelecida, a submissão à autoridade e ao poder representantes desta ordem, a agressividade, a impiedade em relação à dimensão humana do "outro", a destrutividade.

No pré-64, tendo em vista sua vinculação com o MAC, Malhães já tinha um bom domínio das estratégicas aptas a produzir terror social. Depois do golpe, Malhães transitou pela 2ª Seção do Exército e pelo Destacamento de Operações de Informações (DOI), do I Exército (RJ), até ascender ao Centro de Informações do Exército (CIE). No trabalho do DOI, atuou, continuadamente, como autor de graves violações, em especial, como torturador.

Considerando as tarefas repressivas que lhe foram atribuídas, e que o faziam prestar serviços que não demandavam especialização profissional, Malhães continuou buscando vincular-se a atividades que lhe dessem maior projeção e reconhecimento entre seus pares. A propósito desta ascensão profissional Malhães pondera:

> *"O DOI (Destacamento de Informações de Operações) é o primeiro degrau. Você entra ali, voando. Aí, se brutaliza, passa a ser igual aos outros, mas depois vai raciocinando e se estruturando. Houve uma mudança da porrada para o choque. Você pode dizer: "Foi uma mudança ruim". Foi não. Não deixava trauma, não deixava marca, não deixava nada. Já foi uma evolução. Aí você vai caminhando, aprende de outros lugares também. De outros países, como é feita a coisa. Então, você se torna um outro personagem, um outro cara e, por causa disto, você é guindado a um órgão superior por ser um cara diferente e agir diferente. Tem muito mais amplitude, tem um universo muito maior, aí você se torna um expert em informações.[12]"*

Malhães, portanto, estava interessado nas técnicas de obter e produzir informação e contrainformação, como questões relacionadas à ampliação de seu poder e influência pessoais nas Forças Armadas. Ele queria ser um arquiteto da política de informação do regime, então vigente. Por isso afirma vaidosamente a respeito da sugestão de se criar na Aeronáutica um Centro de Informações semelhante ao CIE do Exército, a qual foi apresentada por ele e outros companheiros ao Brigadeiro Burnier:

> *"Levamos a ideia do CIE para o Burnier (brigadeiro João Paulo Burnier). Ele mostrou para o ministro (da Aeronáutica, Márcio de Souza Melo), que disse: Poxa que troço! Então funciona. Aí fundou o CISA (Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica). Tanto é que recebi a medalha de Mérito da Aeronáutica. Eu até me senti muito orgulhoso, foi o dia em que eu fiquei mais vaidoso[13]."*

Em todos os depoimentos ou entrevistas que concedeu, Malhães exibiu um permanente interesse em se apresentar como detentor de uma inteligência superior e como especialista em tarefas qualificadas. Quis sempre demonstrar que evoluíra da prática da tortura física para a tortura psicológica, pois esta seria, segundo ele, mais nobre e efetiva. Mesmo assim evidencia sua recorrência ao prazer e à prática da violência física, quando confessa no curso de seu depoimento: "Eu gosto de decapitar, mas é bandido aqui da Baixada"[14].

Utilizando a tortura psicológica, Malhães pôde testar e exercer sua pretensa superioridade mental sobre o opositor, o insurgente. Sem ter uma inteligência de tipo mais reflexivo ou formação acadêmica, ele estudara, obsessivamente, manuais de interrogatório coercitivo produzidos pela CIA, bem como suas adaptações latino-americanas. Posteriormente, teve conhecimento das técnicas psicológicas utilizadas pela CIA e, depois, pela Inglaterra e por Israel.

A partir da II Guerra Mundial a CIA desenvolvera experiências cognitivas extremadas para dominar a mente "do outro", como a cirurgia cerebral, o eletrochoque, a hipnose, o uso de drogas. Contudo, o mais importante e efetivo experimento para a dominação do psiquismo humano, no final do século XX, foi a privação sensorial, mais tarde utilizada pelos Estados Unidos na prisão de Guantánamo. Mediante sucessivas pesquisas a CIA descobriu que o confinamento e a privação de estímulos ambientais (da audição, visão, toque, olfato, sensação térmica, temperatura etc.) destruía a vontade das pessoas, induzindo-as a uma regressão e ao caos mental, vulnerabilizando-as, infantilizando-as.

No Brasil e, particularmente, no Rio de Janeiro a tortura psicológica foi utilizada com a tortura física. Vários insurgentes que passaram pelo DOI-CODI da Barão de Mesquita atestam este duplo uso (por exemplo, a conjugação da "geladeira" com os choques elétricos).

No DOI-CODI da Barão de Mesquita utilizou-se também a técnica psico-somática dos "sofrimentos autoinfligidos". Literalmente esta tortura consiste em provocar um sofrimento que advém de ações que se pratica ou se deixa de praticar, por uso da própria vontade. Neste caso sofrer a tortura dependia de uma suposta escolha da vítima. Como relata Lúcia Murat, em depoimento citado no presente Relatório, ela foi objeto desta experiência, numa sexista adaptação local. Lúcia enfrentaria, assim, a seguinte disjunção: ou deixar os algozes acariciar seus seios e seu corpo ou fazer um gesto de rejeição, que poderia provocar seu enforcamento.

Paulo Malhães participou de várias experiências que associavam tortura física e tortura psicológica. Os desaparecimentos forçados que conduziu como responsável ou como integrante de uma equipe, bem como o experimento da Casa da Morte de Petrópolis foram práticas e local privilegiado para este empreendimento complexo, que Malhães chamava de "coação psicológica" e do qual se orgulhava. Diz ele:

> *"Aprendi que um homem que apanha na cara não fala mais nada. Você dá uma bofetada e ele se tranca. Você passa a ser o maior ofensor dele e o maior inimigo dele. A rigidez é o*

11. Cf. conhecida pesquisa de Theodor Adorno de caráter interdisciplinar intitulada A Personalidade Autoritária. A pesquisa chamou a atenção para o fenômeno sociopsicológico que designou como "síndrome fascista", caracterizado pela identificação psicológica com os que têm poder, pelo preconceito étnico e racial, pela obsessão em relação à sexualidade, pela agressividade reprimida e pelo sadomasoquismo.

12. Acervo CEV-Rio. Depoimento de Paulo Malhães para a CEV-Rio. Os trechos do Depoimento de Malhães foram destacados pelo jornalista Chico Otávio em matéria para o Jornal O Globo de 21/03/2014.

13. Idem.
14. Idem.

volume de voz, apertar ele psicologicamente, sobre o que ele é, quais são as consequências (de sua prisão). Isto sim. Tudo isto é psicológico. Principalmente quando houve outros casos, né? Fulano foi preso e sumiu. Ele não é preso em uma unidade de militar, ele vai para um lugar completamente estranho, civil, vamos dizer assim, uma casa. Ninguém sabe que ele está lá. Não há registro. Tudo isto é coação psicológica[15].”

E ainda chamando a atenção para a insegurança, instalada pela tortura psicológica, em situação de desaparecimento forçado afirma:

“*Quando o cara entra no quartel, sabe que está seguro, que ninguém vai matá-lo. Quando você prende ele em uma casa, pensa: Por que me trouxeram para cá e não me levaram para o quartel? E a gente ameaçava com isto: Você já viu que você está preso, mas não está preso no quartel. Você está preso em uma casa. Daqui você pode ir para qualquer lugar. Aqui você não está inscrito em nada.[16]*”

Além da tortura psicológica e do desaparecimento forçado, questões em que se proclamava especialista e das quais deduzia a sua suposta superioridade intelectual sobre os companheiros de barbárie, Malhães declara-se um expert em cooptar militantes nas organizações de esquerda, “virá-los” e torná-los infiltrados. Explica:

“*Para virar alguém, tinha que destruir convicções sobre comunismo. Em geral no papo, quase todos os meus viravam. Claro que a gente dava sustos, e o susto era sempre a morte. A casa de Petrópolis era para isso. Uma casa de conveniência, como a gente chamava.[17]*”

No âmbito destas declarações Paulo Malhães fez muitas outras sobre questões em que lhe interessava exibir seu protagonismo, liderança e expertise, ou seja, tortura psicológica, desaparecimento e produção de infiltrados. Apesar de não ser um torturador e assassino arrependido, nem um delator de seus companheiros de armas e de barbárie, Malhães assumiu uma postura divergente em relação ao silêncio que as Forças Armadas se impuseram acerca das violações de direitos ocorridas na ditadura de 1964.

Diferentemente do coronel Ustra, que encarna a posição negacionista oficial de nossas Forças Armadas, afirmando que as mesmas reagiram defensivamente em 1964 para preservar, naquele momento, a democracia, e para viabilizar a sua atual robustez e, ainda, que militares jamais torturaram e assassinaram opositores, Paulo Malhães atuou neste cenário como o famoso General francês Paul Aussaresses. No ano 2000, Aussaresses concedera uma polêmica entrevista ao jornal Le Monde justificando a tortura na Guerra da Argélia. Em 2001, no livro Services Spéciaux: Algérie 1955–1957, amplia seu relato sobre as atrocidades praticadas, admitindo que a tortura podia ser usada como arma de combate.

Aos 76 anos, tal como Aussaresses aos 82, Malhães considerou que não podia morrer no anonimato, sem recordar os serviços que prestara ao Exército Brasileiro e sem caracterizar como virtude o uso irrestrito da violência que ele e seus companheiros haviam praticado.

Malhães tinha orgulho de ter usado esta violência e de fazê-lo crescentemente orientado por regras técnicas. Desdenhava daqueles “caras” que “exageravam naquilo que faziam, sem necessidade. Ficavam satisfeitos e sorridentes ao tirar sangue e dar porrada”[18]. Ele dizia se preocupar com a técnica, como se vê nas seguintes observações: “Não [jogar] com muita pedra. O peso [do saco] tem que ser proporcional ao peso do adversário, para que ele não afunde, nem suba... é um estudo de anatomia... você tem que abrir a barriga, quer queira, quer não. É o primeiro princípio”[19].

A despeito de sua ferocidade, o insidioso militar gostava de apresentar-se como um mestre e um mago no exercício da violência. Contudo, além de afirmar a sua capacidade de destruir, posta à serviço das Forças Armadas, Malhães precisava, também, afirmar sua inteligência na área da informação e da contrainformação. Por isso ele resolve prestar importante serviço às Forças Armadas e mais especificamente ao Exército: contrainformar sobre a questão dos desaparecimentos forçados e sobre a infiltração de insurgentes “virados”.

Com relação aos desaparecimentos forçados, Malhães adotou o caso Rubens Paiva como um ícone de sua capacidade de prestidigitação. Dialogando com jornalistas e entrevistadores, da grande mídia local e da CEV-Rio, sobre o lugar onde haviam sido descartados os restos mortais do ex-deputado, Malhães indicou a diferentes interlocutores, diferentes locais em que teria ocorrido a ocultação de seu cadáver.

Informou, assim, a um conjunto de jornalistas do jornal *O Globo*, em 14 de março de 2014, que o corpo de Rubens Paiva fora lançado ao mar. Posteriormente, em 21 de março 2014, confirmou a uma equipe da CEV-Rio, em depoimento com duração de 20 horas, que os restos mortais de Rubens Paiva foram jogados em um rio da região Serrana do Rio de Janeiro, próximo ao distrito de Itaipava. A propósito afirmou:

“*Enterrar, queimar, botar no ácido, que desaparece. Tudo isso passou pela minha cabeça. Mas as dificuldades encontradas para fazer isso, já eram outras: Então, disse: vamos resolver esse problema de modo que não deixe rastro. Aí surgiu essa ideia. Discutimos a ideia e achamos que era a ideia mais viável[20].*”

Passando do caso do Rubens Paiva para questões mais gerais, Malhães faz afirmações que contrariam as descobertas havidas sobre a ocultação de cadáver dos desaparecidos, que, na maioria dos casos analisados, corresponde à prática do enterramento, em especial, em cemitérios da periferia e em covas ou valas destinadas a indigentes. Diz então: “Jamais se enterra um cara que você matou. Se matar um cara não enterro. Há outra solução para mandar embora. Se jogar no rio, por exemplo, corre. Como ali, saindo de Petrópolis, onde tem uma porção de pontes, perto de Itaipava”[21].

Com esta afirmação, Malhães desestimulava a busca de restos mortais em cemitérios ou outros locais de enterramento, onde o cadáver é posto em sepultura ou diretamente sob a terra. Entretanto, além de descobertas expressivas em cemitérios como é o caso de Perus, São Paulo, muitos desaparecidos foram enterrados em vários Estados e, especificamente, no Rio de Janeiro, visando ocultar-se os seus cadáveres. Este é o caso de Felix Escobar e Joel Vasconcelos Santos, só para citar dois casos relacionados a descobertas recentes, divulgados no final do ano passado e início deste pela CNV.

15. Idem.
16. Idem.
17. Idem.
18. Idem.
19. Idem.
20. Idem.
21. Idem.

É certo que a experiência com enterramento gerou em várias oportunidades preocupações e constrangimentos para as Forças Armadas. Isto ocorreu, por exemplo, com militantes do PCdoB, que foram dizimados no Araguaia pelo Exército e enterrados em diferentes locais da região.

Malhães esteve envolvido na perseguição àqueles militantes, indo várias vezes à região para participar de sua "caçada". Depois, ali voltou a fim de participar das "operações de limpeza", desenvolvidas pelos militares para esconder as provas de seus crimes. Por meio destas operações os restos mortais dos militantes foram desenterrados, destroçados e levados para local inacessível, havendo sido, provavelmente, jogados em rios da região. Assim, na memória de Malhães enterrar cadáveres era uma estratégia de ocultação insegura, enquanto lançá-los em rios configurava uma solução mais satisfatória.

O recurso aos rios não foi, contudo, a única modalidade de ocultação usada pelos agentes da repressão, nem a utilizada na maioria dos casos, ou a recorrente para os crimes que alcançaram maior visibilidade frente à opinião pública. Ao superdimensionar a ocultação em rios e minimizar a utilização do enterramento Malhães pretendeu desestimular a continuação de buscas por parte dos familiares e de ativistas dos direitos humanos e, de modo geral, das lutas por memória, verdade e justiça.

O interesse de Malhães era desmoralizar os opositores e vítimas da ditadura de 1964 e, ao mesmo tempo, exaltar as Forças Armadas, em particular, o seu Exército - onde, como enfatizou, os generais eram leões e não ratos. Exaltar também a si próprio, tanto no uso da inteligência como na violência. Isto aparecerá de forma expressiva em sua fala sobre a "construção" dos infiltrados nas organizações de esquerda. Respondendo a CEV-Rio sobre o número destes infiltrados, diga-se, de militantes que haviam sido virados pela ação de agentes da repressão, e se ficaram incógnitos Malhães dirá: "Eu chamei eles, quando eu vi que ia terminar tudo, eu fui ao encontro de um por um (...). Era bastante. Você não vai acreditar. Trezentos mais ou menos. Do Brasil inteiro. Uns trinta ou quarenta de Petrópolis". [22]

Em sua ênfase sobre a "construção" de infiltrados Malhães procura, no entanto, confundir a opinião pública relativamente às diferentes categorias de informantes utilizadas pelos agentes repressivos. Houve, de fato, militantes convencidos a renegar as suas crenças e suas práticas, e a trabalhar para agentes da repressão. Foram poucos, pouquíssimos, segundo a identificação feita pelas próprias organizações de esquerda. Normalmente após sofrerem violentas torturas.

Quanto aos civis treinados nos organismos de inteligência e repressão para a infiltração, o monitoramento e a facilitação das prisões dos militantes de esquerda, personagens assimilados aos "cachorros", "informantes" ou "X9" da Polícia Civil, estes podem ter constituído, ao longo do país, o coletivo de 300 "infiltrados" a que Malhães se refere. Mas estes não são, de modo algum, "os virados", a partir dos quais Malhães tenta desacreditar os militantes de esquerda.

Ressalte-se, por fim, que Malhães e o grupo do CIE ao qual pertenceu, com os seus ascendentes hierárquicos, constituíram um dos núcleos do terrorismo de Estado, imposto a partir de 1964. Admitindo e gerenciando estes núcleos o Estado foi terrorista. Quando a ditadura adotou a política de distensão eles tentaram demonstrar a necessidade de se continuar o combate à esquerda, atribuindo, inclusive, aos opositores uma onda de terror, que eles próprios construíram. Tentaram organizar um golpe dentro do golpe. Não conseguiram.

Malhães afastou-se, então, das Forças Armadas e inverteu uma relação já constituída, desde antes de 1964, entre os militares golpistas e o crime organizado. A ditadura havia se imposto mediante múltiplas ações criminosas, entre as quais atos de terror praticados com o concurso de extremistas de direita. Mais adiante, utilizou a "banda podre"da Polícia Civil, cujo principal símbolo, mas não o único, foi Fleury, com a sua corte de criminosos associados, entre os quais o patronato do Jogo do Bicho. Com esta associação, onde o crime organizado funcionava subordinado às armas dos militares, os agentes da repressão multiplicaram as suas oportunidades de assassinar, sequestrar e ocultar cadáveres.

A distensão política e o isolamento do braço terrorista a que Malhães pertencia, conduziram-no a colocar a sua força de trabalho à disposição do crime organizado, aglutinado sob a legenda do Jogo do Bicho. Da articulação entre bicheiros e torturadores, antes, durante e depois da ditadura participaram muitos outros como o Capitão Guimarães, Freddie Perdigão, Ronald Batista de Leão, Marco Antônio Povoleri etc. Mas o grande amigo do poderoso Anísio Abrão, patrono da escola de samba Beija Flor, de Nilópolis, conhecido como o justiceiro da Baixada, que atuou a seu serviço e em seu interesse, foi Malhães.

Em 25 de abril de 2014, Paulo Malhães foi assassinado. A despeito das especulações acerca de uma "queima de arquivo" promovida por companheiros de farda, a autoridade policial caracterizou o crime como latrocínio (roubo seguido de morte). Curiosamente, um militar condenado em ação judicial como torturador, denunciado mais de uma vez como assassino, símbolo da negação que as Forças Armadas fazem dos crimes do passado, o Coronel Brilhante Ustra, divulgou o assassinato de Malhães em seu site, 31 minutos antes de sua divulgação pela mídia.

22. Idem.

Capítulo 21 - RELAÇÃO DE AUTORES DE GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Este capítulo reproduz os autores de graves violações de direitos humanos apontados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), que dizem respeito ao estado do Rio de Janeiro.

Na presente relação utiliza-se a mesma numeração e tipologia utilizadas pela CNV para a identificação de autores, conforme foi descrito no capítulo anterior. Nesse sentido, esta listagem está organizada da seguinte maneira:

- responsáveis pela instituição e manutenção de estruturas e procedimentos destinados à prática de graves violações de direitos humanos à nível nacional, portanto, abrangendo o estado do RJ (seção A);
- responsáveis pela gestão de estruturas e condução de procedimentos destinados à prática de graves violações de direitos humanos no estado do RJ (seção B);
- responsáveis pela autoria direta de condutas que ocasionaram graves violações de direitos humanos em locais situados no estado do RJ (seção C);
- responsáveis pela autoria direta de condutas que ocasionaram morte ou desaparecimento de pessoas nascidas no estado do RJ em outros estados(seção C)[1].

1. Também foram incluídos agentes envolvidos na Guerrilha do Araguaia, que terminou com o desaparecimento de pessoas nascidas no estado do Rio de Janeiro.

Alguns nomes se repetem em diferentes seções, pois se enquadram em mais de uma espécie de responsabilidade. Além disso, foram incluídos três autores em relação à lista da CNV: José Paulo Boneschi, José Ribamar Zamith e Magno Cantarino Mota.

SEÇÃO A) Responsabilidade político-institucional pela instituição e manutenção de estruturas e procedimentos destinados à prática de graves violações de direitos humanos

Presidentes da República

1) Humberto de Alencar Castello Branco

(1897-1967) Marechal de Exército. Presidente da República entre 15 de abril de 1964 e 15 de março de 1967, tendo criado em junho de 1964 o Serviço Nacional de Informações (SNI). Em 1963, assumiu a chefia do Estado-Maior do Exército (EME), posição que ocupava no momento do golpe militar de 1964.

2) Arthur da Costa e Silva

(indicado também na lista de ministros da Guerra/do Exército, nesta seção)

(1899-1969) Marechal de Exército. Presidente da República entre 15 de março de 1967 e 31 de agosto de 1969, editou em dezembro de 1968 o ato institucional nº5 (AI-5). Quando da deflagração do golpe militar, assumiu o cargo de ministro do Exército, que exerceu entre abril de 1964 e junho de 1966.

3) Aurélio de Lyra Tavares

(membro da junta militar, indicado também na lista de ministros da Guerra/do Exército, nesta seção)

(1905-1998) General de Exército. Integrou a junta militar que governou o país entre 31 de agosto e 30 de outubro de 1969. Foi ministro do Exército de março de 1967 a outubro de 1969.

4) Augusto Hamann Rademaker Grunewald

(membro da junta militar, indicado também na lista de ministros da Marinha, nesta seção)

(1905-1985) Almirante de esquadra. Integrou a junta militar que governou o país entre 31 de agosto e 30 de outubro de 1969. Exerceu o cargo de ministro da Marinha em duas ocasiões: em abril de 1964 e de março de 1967 a outubro de 1969. Foi vice-presidente da República no governo do presidente Emilio Garrastazú Medici (1969-1974).

5) Márcio de Souza e Mello

(membro da junta militar, indicado também na lista de ministros da Aeronáutica, nesta seção)

(1906-1991) Marechal do ar. Integrou a junta militar que governou o país entre 31 de agosto e 30 de outubro de 1969. Foi ministro da Aeronáutica em duas ocasiões: de dezembro de 1964 a janeiro de 1965 e de março de 1967 a novembro de 1971.

6) Emilio Garrastazú Medici

(indicado também na lista de chefes do SNI, nesta seção)

(1905-1985) General de Exército. Presidente da República de 30 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974. Durante seu governo, houve a difusão do modelo da Operação Bandeirante (Oban) para todo o território nacional, com a criação dos Destacamentos de Operações de Informações – Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Foi chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) entre março de 1967 e abril de 1969.

7) Ernesto Beckmann Geisel

(1907-1996) General de Exército. Presidente da República de 15 de março de 1974 a 15 de março de 1979.

8) João Baptista de Oliveira Figueiredo

(indicado também na lista de chefes do SNI, nesta seção)

(1918-99) General de Exército. Presidente da República de 15 de março de 1979 a 15 de março de 1985. Foi chefe do gabinete militar durante todo o governo do presidente Emilio Garrastazú Medici, de outubro de 1969 a março de 1974, e dirigiu o Serviço Nacional de Informações (SNI) de março de 1974 a junho de 1978.

Ministros da Guerra/do Exército

(2) Arthur da Costa e Silva

(indicado também na lista de presidentes da República, nesta seção)

Exerceu o cargo de ministro da Guerra/do Exército após a deflagração do golpe militar, função que

ocupou até junho de 1966.

9) Adhemar de Queirós

(1899-1984) Marechal do Exército. Ministro do Exército de julho de 1966 a março de 1967.

(3) Aurélio de Lyra Tavares

(indicado também na lista de presidentes da República, nesta seção)

Exerceu o cargo de ministro do Exército de março de 1967 a outubro de 1969.

10) Orlando Beckmann Geisel

(1905-1979) General de Exército. Ministro do Exército de novembro de 1969 a março de 1974.

11) Vicente de Paulo Dale Coutinho

(1910-1974) General de Exército. Ministro do Exército de março a maio de 1974.

12) Sylvio Couto Coelho da Frota

(1910-1996) General de Exército. Ministro do Exército de maio de 1974 a outubro de 1977. Na condição de chefe do gabinete do ministro do Exército, em 1967, participou da criação do Centro de Informações do Exército (CIE). Comandou o I Exército de janeiro de 1972 a abril de 1974.

13) Fernando Belfort Bethlem

(1914-2001) General de Exército. Ministro do Exército de outubro de 1977 a março de 1979.

14) Walter Pires de Carvalho e Albuquerque

(1915-90) General de Exército. Ministro do Exército de março de 1979 a março de 1985.

Ministros da Marinha

(4) Augusto Hamann Rademaker Grunewald

(indicado também na lista de presidentes da República, nesta seção)

Exerceu o cargo de ministro da Marinha em duas ocasiões: em abril de 1964 e de março de 1967 a outubro de 1969.

15) Ernesto de Melo Batista

(1907-1985) Almirante de esquadra. Ministro da Marinha de abril de 1964 a janeiro de 1965.

16) Paulo Bosísio

(1900-1985) Almirante de esquadra. Ministro da Marinha de janeiro a dezembro de 1965.

17) Zilmar Campos de Araripe Macedo

(1908-2001) Almirante de esquadra. Ministro da Marinha de dezembro de 1965 a março de 1967.

18) Adalberto de Barros Nunes

(1905-1984) Almirante de esquadra. Ministro da Marinha de outubro de 1969 a março de 1974.

19) Geraldo Azevedo Henning

(1917-1995) Almirante de esquadra. Ministro da Marinha de março de 1974 a março de 1979.

20) Maximiano Eduardo da Silva Fonseca

(1919-98) Almirante de esquadra. Ministro da Marinha de março de 1979 a março de 1984.

21) Alfredo Karam

(1924-) Almirante de esquadra. Ministro da Marinha de março de 1984 a março de 1985.

Ministros da Aeronáutica

22) Francisco de Assis Corrêa de Mello

(1903-1971) Tenente-brigadeiro do ar. Ministro da Aeronáutica em abril de 1964. Exercera a mesma função de julho de 1957 a janeiro de 1961, no governo do presidente Juscelino Kubitschek.

23) Nelson Freire Lavenére Wanderley

(1909-1985) Tenente-brigadeiro do ar. Ministro da Aeronáutica de abril a dezembro de 1964.

(5) Márcio de Souza e Mello

(indicado também na lista de presidentes da República, nesta seção)

Exerceu o cargo de ministro da Aeronáutica em duas ocasiões: de dezembro de 1964 a janeiro de 1965 e de março de 1967 a novembro de 1971.

24) Eduardo Gomes

(1896-1981) Marechal do ar. Ministro da Aeronáutica de abril de 1965 a março de 1967.

25) Joelmir Campos de Araripe Macedo

(1909-1993) Tenente-brigadeiro do ar. Ministro da Aeronáutica de novembro de 1971 a março de 1979.

26) Délio Jardim de Mattos

(1916-1990) Tenente-brigadeiro do ar. Ministro da Aeronáutica de março de 1979 a março de 1985.

Chefes do Serviço Nacional de Informações (SNI)

27) Golbery do Couto e Silva

(1911-1987) Chefe do SNI de junho de 1964 a março de 1967. Exerceu a chefia do gabinete civil de 1974 a 1981, nos governos dos presidentes Ernesto Geisel e João Baptista de Oliveira Figueiredo.

(6) Emilio Garrastazú Medici

(indicado também na lista de presidentes da República, nesta seção)

Foi chefe do SNI entre março de 1967 e abril de 1969.

28) Carlos Alberto da Fontoura

(1912-1997) General de Brigada. Chefe do SNI de abril de 1969 a outubro de 1974, período em que as organizações de oposição ao regime militar foram severamente reprimidas. Foi chefe do Estado-Maior do III Exército de 1966 a 1969. Após deixar o SNI, foi nomeado embaixador brasileiro em Portugal, cargo que exerceu de 1974 a 1978.

(8) João Baptista de Oliveira Figueiredo

(indicado também na lista de presidentes da República, nesta seção)

Foi chefe do SNI de março de 1974 a junho de 1978.

29) Octávio Aguiar de Medeiros

(1922-2005) General de Brigada. Chefe do SNI de junho de 1978 a março de 1985. Em 1964, estando na secretaria-geral do Conselho de Segurança Nacional, serviu como adjunto do Serviço Federal de Informações e Contrainformações e integrou o grupo que criou o SNI. Quando dirigiu a Escola Nacional de Informações (ESNI), foi o responsável pelo treinamento de militares em métodos psicológicos de interrogatório.

Chefes do Centro de Informações do Exército (CIE)

30) Adyr Fiuza de Castro

(indicado também na Seção B)

(1920-2009) General de Brigada. Chefe do CIE em 1968 e 1969, tendo sido um dos responsáveis pela estruturação do órgão. Chefiou a Divisão de Informações do gabinete do ministro da Guerra, entre 1967 e 1969, e comandou o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército de 1972 a 1974.

31) Milton Tavares de Souza.

(1917-1981) General de Exército. Chefe do CIE de novembro de 1969 a março de 1974. À frente do CIE, participou como dirigente da Operação Marajoara, na fase final de extermínio da Guerrilha do Araguaia, quando houve o desaparecimento forçado e a ocultação dos cadáveres dos últimos membros das forças guerrilheiras e de camponeses que com eles tivessem tido algum tipo de contato.

32) Confúcio Danton de Paula Avelino

(1916-2000) General de Brigada. Chefe do CIE de março de 1974 a fevereiro de 1976, chefiou o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) do II Exército, em São Paulo, em 1970 e 1971, e o CODI do IV Exército, em Recife, em 1971 e 1972.

33) Antônio da Silva Campos

General de Divisão. Chefe do CIE de fevereiro de 1976 a outubro de 1977.

34) Edison Boscacci Guedes

(1923-2006) General de Exército. Chefe do CIE de outubro de 1977 a março de 1979. 35) Geraldo de Araújo Ferreira Braga (1922-) General de Divisão. Chefe do CIE de março de 1979 a novembro de 1981. Chefiou a agência central do SNI entre agosto de 1983 e novembro de 1985.

36) Mário Orlando Ribeiro Sampaio

(1924-) General de Divisão. Chefe do CIE entre novembro de 1981 e novembro de 1983. Chefiou a secretaria do SNI em dois períodos: de 1964 a 1968 e de 1973 a 1975.

37) Iris Lustosa de Oliveira

(1926-) General de Exército. Chefe do CIE de novembro de 1983 a março de 1985.

Chefes do Centro de Informações da Marinha (Cenimar)

38) Roberto Ferreira Teixeira de Freitas

(1917-2014) Contra-almirante. Chefe do Cenimar entre abril de 1964 e novembro de 1965 e entre junho de 1967 e abril de 1968.

39) Álvaro de Rezende Rocha

(1916-1997) Almirante de esquadra. Chefe do Cenimar de setembro de 1966 a fevereiro de 1967.

40) Fernando Pessoa da Rocha Paranhos

(1925-) Capitão de mar e guerra. Chefe do Cenimar de abril de 1968 a maio de 1971.

41) Joaquim Januário de Araújo Coutinho Netto

(1917-) Contra-almirante. Chefe do Cenimar de maio de 1971 a março de 1973.

42) Dilmar de Vasconcelos Rosa

(1923-) Contra-almirante. Chefe do Cenimar de agosto de 1974 a janeiro de 1975.

43) Carlos Eduardo Jordão Montenegro

(1925-1983) Ocupou interinamente a chefia do Cenimar em agosto de 1975, cargo que voltou a ocupar nos anos de 1977 e 1978.

44) Odilon Lima Cardoso

(1926-) Contra-almirante. Chefiou o Cenimar de dezembro de 1978 a fevereiro de 1979.

45) Renato de Miranda Monteiro

(1929-) Almirante de esquadra. Chefe do Cenimar de março de 1979 a fevereiro de 1980.

46) Luiz Augusto Paraguassu de Sá

(1930-2007) Contra-almirante. Chefe do Cenimar de fevereiro de 1980 a fevereiro de 1983.

47) Antônio Frederico Motta Arentz

(1934-) Contra-almirante. Chefe do Cenimar de fevereiro de 1983 a janeiro de 1984.

48) Sérgio Tavares Doherty

(1936-) Vice-almirante. Chefe do Cenimar de abril de 1984 a março de 1987.

Chefes do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA)

49) João Paulo Moreira Burnier

(indicado também na Seção B)

(1919-2000) Brigadeiro do ar. Chefe do CISA de julho de 1968 a março de 1970. Em 1968, seu nome esteve ligado ao Caso Para-Sar, plano arquitetado por militares de extrema-direita para desacreditar os opositores do regime militar, por meio da realização de atentados terroristas na cidade do Rio

de Janeiro. Em abril de 1970, assumiu o comando da 3a Zona Aérea, também no Rio de Janeiro, e em dezembro desse ano, em razão da repercussão das denúncias relativas à morte de Stuart Angel Jones na Base Aérea do Galeão, foi exonerado do cargo e transferido para a reserva remunerada.

50) Carlos Afonso Dellamora

(1920-2007) Tenente-brigadeiro do ar. Chefe do CISA de março de 1970 a dezembro de 1971.

51) Newton Vassalo da Silva

(1920-1981) Major-brigadeiro do ar. Chefe do CISA de dezembro 1971 a março de 1979.

52) Luís Felippe Carneiro de Lacerda Netto

(1925-2000) Tenente-brigadeiro do ar. Chefe do CISA de março de 1979 a agosto de 1982.

53) Dilson Lyra Branco Verçosa

(1930-2007). Major-brigadeiro do ar. Chefe do CISA de agosto de 1982 a fevereiro de 1985.

SEÇÃO B) Responsabilidade pela gestão de estruturas e condução de procedimentos destinados à prática de graves violações de direitos humanos no Estado do Rio de Janeiro

54) Adolpho Corrêa de Sá e Benevides

(1936-) Diplomata. Diretor da Divisão de Segurança e Informações (DSI) do Ministério das Relações Exteriores (MRE) de 1971 a 1980. Documentos diplomáticos do Chile revelam que, logo após o golpe militar ocorrido naquele país, em setembro de 1973, a DSI/MRE prestou cooperação à ditadura chilena na organização de mecanismo para monitoramento de exilados políticos no exterior. Ao mesmo tempo, a DSI/MRE forneceu ao governo militar chileno dados sobre numeroso grupo de brasileiros, banidos ou exilados, que acreditava estivessem no Chile. Ouvido pela CNV em abril de 2014, reconheceu que a DSI/MRE não processou os pedidos de salvo-conduto para brasileiros detidos no Estádio Nacional, em Santiago.

(30) Adyr Fiuza de Castro

(indicado também na Seção A)

(1920-2009) General de Brigada. Chefe do Centro de Informações do Exército (CIE) em 1968 e 1969, comandou o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) do I Exército em 1971 e 1972 e chefiou o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) de 1972 a 1974, período em que essa unidade militar teve envolvimento em casos de tortura, execução e desaparecimento forçado, sendo identificados como vítimas Umberto de Albuquerque Câmara Neto (1973) e Fernando de Santa Cruz Oliveira e Eduardo Collier Filho (1974).

57) Amaury Kruel

(1901-1996) General de Exército. Em 1957, assumiu a chefia do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), responsável pelo policiamento do antigo Distrito Federal. Durante sua gestão foi criada uma unidade especial de polícia, o Esquadrão Motorizado, cujas iniciais (EM) estão associadas ao "Esquadrão da Morte". Comandante do II Exército a partir de 1963, apoiou o golpe militar de 1964 e desencadeou grande número de detenções ilegais em organizações militares.

58) Antônio Bandeira

General de Exército. Comandante da 3a Brigada de Infantaria, com sede em Brasília, de dezembro de 1971 a abril de 1973. Nessa função, comandou as tropas do Exército empregadas na repressão à Guerrilha do Araguaia durante a Operação Papagaio, realizada em setembro e outubro de 1972. O ex-guerrilheiro Danilo Carneiro, em depoimento à CNV, afirmou que Antônio Bandeira participava pessoalmente das sessões de tortura realizadas no Pelotão de Investigações Criminais (PIC) de Brasília. Em maio de 1973 foi nomeado diretor-geral do Departamento de Polícia Federal (DPF) pelo presidente Emilio Garrastazú Medici. Em junho de 1979 foi acusado de comandar, com os generais Milton Tavares de Souza e José Luiz Coelho Netto, a chamada Operação Cristal, responsável por atentados terroristas ocorridos no início do governo do presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo.

59) Antônio Carlos da Silva Muricy

(1906-2000) General de Exército. Chefe do Estado-Maior do Exército em 1969 e 1970.

63) Armando Patrício

(1927-) General de Divisão. Chefe do Estado-Maior do I Exército de março a julho de 1981, período em que ocorreu o atentado do Riocentro, na cidade do Rio de Janeiro, em 30 de abril.

65) Ary Casaes Bezerra Cavalcanti

(1928-) Coronel-aviador. Comandante da Base Aérea de Santa Cruz de fevereiro de 1971 a junho de 1972, época do desaparecimento de Stuart Angel Jones (maio de 1971). Convocado pela CNV, alegou razões de saúde para não comparecer ao depoimento.

68) Aylton Siano Baeta

(1928-1992) Coronel-aviador. Comandante da Base Aérea do Galeão em 1980, à época em que ocorreu o sequestro e desaparecimento forçado dos cidadãos argentinos Mónica Susana Pinus de Binstock e Horacio Domingo Campiglia.

69) Bento José Bandeira de Mello

(1917-2005) General de Divisão. Chefe do Estado-Maior do I Exército de maio a agosto de 1971. Deixou a função para assumir a chefia do Estado-Maior do IV Exército, cargo que exerceu até agosto de 1972, quando voltou a chefiar o Estado-Maior do I Exército. Foi chefe do gabinete do ministro do Exército Sylvio Frota, de agosto de 1974 a outubro de 1977.

70) Breno Borges Fortes

(1908-1982) General de Exército. Comandante do III Exército de 1969 a 1972. Chefe do Estado-Maior do Exército em 1972 e 1973.

72) Carlos Alberto Cabral Ribeiro

(1915-1984) General de Exército. Comandante da 7a Região Militar em 1973, época do massacre da Chácara São Bento, no Recife. Chefe do Estado-

Maior do I Exército de abril de 1969 a janeiro de 1971.

74) Carlos Sergio Torres

(1930-1998) Tenente-coronel do Exército. Comandou a Operação Sucuri, realizada de maio a outubro de 1973 com o objetivo de obter informações sobre os guerrilheiros participantes na Guerrilha do Araguaia e sua "rede de apoio". Foi elemento de ligação entre as operações desencadeadas na região do Araguaia e o chefe do Centro de Informações do Exército (CIE), Milton Tavares de Souza. As informações levantadas durante a Operação Sucuri foram utilizadas na Operação Marajoara, desencadeada a partir de outubro de 1973, quando ao menos 49 guerrilheiros foram vítimas de desaparecimento forçado.

76) Cecil de Macedo Borer

(1913-2003). Delegado de polícia. Diretor do Departamento de Ordem Política e Social do então estado da Guanabara (DOPS/GB) em 1964, quando da prisão ilegal, no Rio de Janeiro, de nove funcionários da República Popular da China. Vinculado a grupos de extrema direita responsáveis, no início da década de 1980, por atentados a bomba, inclusive o do Riocentro.

77) Clemente José Monteiro Filho

(1925-1977) Capitão de mar e guerra. Comandou a unidade da Marinha localizada na ilha das Flores (RJ), de 1968 a 1970, período em que ocorreu de forma intensa a prática da tortura.

78) Cyro Guedes Etchegoyen

(1929-2012) Coronel do Exército. Chefe da seção de contrainformações do Centro de Informações do Exército (CIE) de 1971 a 1974. Segundo depoimento do coronel Paulo Malhães à CNV, Etchegoyen era a autoridade do CIE responsável pela Casa da Morte, em Petrópolis (RJ).

79) Darcy Jardim de Matos

(1918-) General de Brigada. Comandante da 8a Região Militar, com sede em Belém, de 11 de agosto de 1971 a 17 de janeiro de 1973. Atuante durante todas as fases repressivas da Guerrilha do Araguaia, e diretamente responsável pelas operações realizadas entre março e julho de 1972 e pela Operação Marajoara, iniciada em outubro de 1973, com o objetivo de exterminar os focos remanescentes de guerrilheiros e sua "rede de apoio", que seria composta por camponeses que com eles haviam tido algum tipo de contato.

80) Edmundo Drummond Bittencourt Herculano

(1912-) Vice-almirante. Foi comandante-geral do corpo de fuzileiros navais e comandante da força de fuzileiros da esquadra durante o período da atuação dessa unidade na Operação Papagaio, realizada contra a Guerrilha do Araguaia em setembro e outubro de 1972.

82) Eni de Oliveira Castro

Coronel do Exército. Comandante do 10o Batalhão de Caçadores em Goiânia (GO), atual 42º Batalhão de Infantaria motorizada. Participou da repressão à Guerrilha do Araguaia, tendo responsabilidade pela ocorrência de tortura e de execuções.

83) Ênio de Albuquerque Lacerda

(indicado também na Seção C)

(1929-1998). Foi comandante da 1a companhia de Polícia do Exército, na Vila Militar do Rio de Janeiro, de maio de 1968 a julho de 1971, período em que ocorreram na unidade os casos de morte sob tortura de Severino Viana Colou e Chael Charles Schreier. Serviu no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército de abril de 1972 a junho de 1974.

86) Fernando Ayres da Motta

Ex-comandante da companhia aérea Panair. Interventor em Petrópolis (RJ) em 1965 e 1966. No início da década de 1970, foi o intermediário, naquela cidade, da cessão de imóvel de propriedade de Mário e Madalena Lodders ao Centro de Informações do Exército (CIE), no qual funcionou a Casa da Morte. Segundo testemunho colhido pela CNV, frequentava o local, tendo conhecimento, portanto, de sua utilização como centro de tortura. De acordo com o mesmo testemunho, encontrou detido na Casa da Morte seu concunhado Aluízio Palhano Pedreira Ferreira, desaparecido desde maio de 1971.

88) Flávio de Marco

(1929-1981) Coronel do Exército. Serviu no Centro de Informações do Exército (CIE). Esteve presente, como observador, na reunião de fundação da Operação Condor, no Chile, em novembro de 1975, ao lado de Thaumaturgo Sotero Vaz. Participou ativamente das atividades de repressão à Guerrilha do Araguaia entre 1973 e 1974, atuando sob o codinome "Tio Caco" e chefiando a Casa Azul, centro clandestino de detenção e tortura localizado na antiga sede do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER, hoje Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT) em Marabá (PA). Na Casa Azul, estiveram detidos ilegalmente e foram torturados e executados guerrilheiros e camponeses. Foi um dos encarregados da chamada "Operação Limpeza", realizada em janeiro de 1975 na região da guerrilha, que se destinou à ocultação dos corpos dos guerrilheiros e camponeses executados e ao encobrimento dos vestígios da atuação das forças repressivas.

90) Francisco Demiurgo Santos Cardoso

(1930-) Coronel do Exército. Comandante do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército de setembro de 1971 a fevereiro de 1972, quando houve intensa atividade repressiva.

91) Francisco Homem de Carvalho

(1924-1990) Coronel do Exército. Serviu na agência do Serviço Nacional de Informações (SNI) no Rio de Janeiro, de setembro de 1964 a fevereiro de 1967. Comandou o 1o Batalhão de Polícia do Exército (BPE), no Rio de Janeiro, de março de 1971 a abril de 1974. Memorando oficial de março de 1983, do chefe do SNI para a agência central do órgão, indica a vincula- ção de Francisco Homem de Carvalho à Casa da Morte, em Petrópolis (RJ). Foi secretário de Segurança do estado do Rio de Janeiro (1967-1971).

92) Gastão Barbosa Fernandes

(1924-) Major do Exército. Diretor do Departamento

de Ordem Política e Social do então estado da Guanabara (DOPS/GB). Participou do acobertamento da causa da morte sob tortura de Raul Amaro Nin Ferreira, em 1971, quando se veiculou oficialmente a versão de que teria havido reação a ordem de prisão.

93) Gastão Batista de Carvalho

(1924-98) Tenente-coronel do Exército. Comandante do 2º Batalhão de Infantaria de Selva e comandante em campo de tropas empregadas na repressão à Guerrilha do Araguaia, entre março e maio de 1972.

94) Gentil Marcondes Filho

(1916-1983) General de Exército. Chefe do Estado-Maior do II Exército, em São Paulo, em 1974. Comandante do I Exército de 1979 a 1981, período em que ocorreu o atentado do Riocentro, no Rio de Janeiro, em 30 de abril de 1981. Faleceu em 1983.

96) Gilberto Airton Zenkner

(1934-) Coronel do Exército. Serviu no Centro de Informações do Exército (CIE), em Brasília, em 1974 e 1975. Atuou como coordenador-geral da Operação Sucuri, realizada na região do Araguaia entre maio e outubro de 1973, com o objetivo de levantar informações sobre os guerrilheiros atuantes na região e sua "rede de apoio". Nessa operação, foram levantadas informações que sustentaram a fase repressiva seguinte, a Operação Marajoara, responsável pelo extermínio final da guerrilha.

97) Gustavo Eugênio de Oliveira Borges

(1922-) Coronel-aviador. Secretário de Segurança do estado da Guanabara no governo Carlos Lacerda, responsável pela prisão ilegal dos membros de delegação da República Popular da China, em 3 de abril de 1964. Foi investigado por comissão parlamentar de inquérito da Assembleia Legislativa da Guanabara sobre tortura na Invernada de Olaria e sobre a morte por afogamento de mendigos no rio da Guarda. Convocado pela CNV em outubro de 2014, alegou razões de saúde para não prestar depoimento.

100) Hélio da Mata Resende

Tenente do Exército. Lotado na 5a companhia de guarda do Exército. Foi membro da equipe nº 1 de interrogatório, sediada em Marabá, durante a repressão à Guerrilha do Araguaia, entre março e maio de 1972.

101) Herculano Pedro de Simas Mayer

(1925-) Capitão de mar e guerra. Atuou como chefe da seção de operações da Força de Fuzileiros Navais durante a Operação Papagaio, realizada contra a Guerrilha do Araguaia em setembro e outubro de 1972.

102) Hugo de Andrade Abreu

(1916-1979) General de Divisão. Comandante da paraquedista e integrante do Centro de Informações do Exército (CIE). Comandou diretamente a tropa de paraquedistas enviada ao Araguaia durante a Operação Marajoara, iniciada em outubro de 1973. O objetivo dessa fase das operações, que se estendeu até o ano seguinte, era o extermínio dos guerrilheiros remanescentes na região. No período, pelo menos 49 pessoas foram vítimas de desaparecimento forçado.

103) Joalbo Rodrigues de Figueiredo Barbosa

(1918-) Secretário de Segurança Pública do estado da Bahia. Participou de operação no contexto das ações de perseguição a Carlos Lamarca, que, em 1971, levaram à morte de Iara Iavelberg.

104) João de Alvarenga Soutto Mayor

(1917-) General de Brigada. Exerceu a chefia do Estado-Maior do IV Exército de janeiro de 1971 a agosto de 1971. Ao deixar o cargo, assumiu a chefia do Estado-Maior do I Exército por cerca de um ano.

105) João Dutra de Castilho

(1907-1987) General de Exército. Chefe do Estado-Maior do IV Exército de setembro a novembro de 1964. Comandou a 1a Divisão de Infantaria da Vila Militar, do Rio de Janeiro, em 1969, época em que a unidade foi utilizada como centro para a prática de tortura e execução de presos políticos.

106) João Oswaldo Leivas Job

(1927-) Coronel do Exército. Agente da Divisão Central de Informações da Secretaria de Segurança do Rio Grande do Sul no início da década de 1970. Chefe do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército em 1974 e 1975. Secretário de Segurança Pública do estado do Rio Grande do Sul de 1979 a 1982. Teve participação no sequestro dos cidadãos uruguaios Universindo Rodríguez Díaz e Lilián Celiberti, em 1978.

(49) João Paulo Moreira Burnier

(indicado também na Seção A)

(1919-2000) Brigadeiro do ar. Comandou a 3a Zona Aérea de 1970 a 1971. No período, agentes da Aeronáutica, sob seu comando direto, destacaram-se pela participação em prisões ilegais, tortura, mortes e desaparecimentos forçados de opositores políticos da ditadura militar. Relatos de militares e de ex-presos políticos imputam ao brigadeiro Burnier a participação em tortura, assim como na ocultação do cadáver de Stuart Angel Jones.

107) João Pinto Pacca

(indicado também na Seção C)

(1919-) General de Brigada. Serviu no Centro de Informações do Exército (CIE), no Rio de Janeiro, de maio de 1968 a abril de 1969. Chefiou o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército de maio de 1971 a setembro de 1971, sucedendo o então major José Antônio Nogueira Belham.

109) Jonas Braga

(indicado também na Seção C)

Tenente do Exército. Chefe da agência do Distrito Federal do Centro de Informações do Exército (CIE) em 1972, durante as operações repressivas realizadas contra a Guerrilha do Araguaia, entre julho e setembro.

110) Jorge José de Carvalho

(1927-) Tenente-brigadeiro. Comandante da Base Aérea do Galeão no ano de 1971, quando Stuart

Angel Jones foi vítima de detenção ilegal, tortura e execução, tendo seu corpo desaparecido. Durante o comando de Carvalho, esteve em funcionamento presídio clandestino nas dependências da Base Aérea do Galeão, que serviu para detenção de presos políticos e realização de sessões de tortura.

111) Jorge José Marques Sobrinho

(1935-1990) Delegado da Polícia Civil. Diretor do Departamento de Ordem Política e Social do então estado da Guanabara (DOPS/GB) no início da década de 1970.

112) José Antônio Nogueira Belham

(1934-) General de Divisão. Chefe do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército de novembro de 1970 a maio de 1971, onde permaneceu como adido até setembro de 1971. Sob seu comando, o DOI-CODI teve responsabilidade por casos de detenção ilegal, tortura, execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver. Esteve no Centro de Informações do Exército (CIE), em Brasília, de abril de 1977 a novembro de 1981, período no qual chefiou a seção de operações. Serviu no SNI, em Brasília, de abril de 1984 a abril de 1987. Foi denunciado criminalmente pelo Ministério Público Federal em maio de 2014 pelo homicídio e ocultação de cadáver do ex-deputado Rubens Beyrodt Paiva. Convocado pela CNV, compareceu à audiência em setembro de 2014, mas optou por permanecer em silêncio.

113) José Ferreira da Silva

Tenente-coronel do Exército. Comandante do destacamento do Exército em Marabá e comandante de tropas na região do Araguaia, entre junho e julho de 1972.

114) José Luiz Coelho Netto

(1921-1986) General de Divisão. Subchefe do Centro de Informações do Exército (CIE) à época da criação e funcionamento da Casa da Morte, em Petrópolis (RJ) (1971-74) e um dos responsáveis por sua concepção, segundo depoimento prestado pelo coronel Paulo Malhães à CNV. Chefe do Estado-Maior do I Exército em 1979, e chefe de gabinete do ministro do Exército de 1981 a 1983.

115) José Ney Fernandes Antunes

(1926-) Tenente-coronel do Exército. Comandante do 1o Batalhão de Polícia do Exército (BPE), no Rio de Janeiro, entre novembro de 1968 e fevereiro de 1971.

(Acréscimo CEV-Rio) José Paulo Boneschi

Detetive do Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara (DOPS/GB). Participou da invasão à Federação Nacional dos Estivadores em 31 de março de 1964. É acusado de torturar presos nas instalações daquele departamento e do Destacamento de Operações Internas - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do Rio de Janeiro. Vítimas relacionadas: Dilson da Costa Aragão (1964), Marcio Moreira Alves (1964), Carlos Marighella (1964), Álvaro Caldas (1970).

(Acréscimo CEV-Rio) José Ribamar Zamith

Capitão Comandante da 1ª Companhia de Polícia do Exército. Participou de sessões de tortura nas instalações do Pelotão de Investigações Criminais (PIC), posteriormente Destacamento de Operações Internas - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do Rio de Janeiro. É também suspeito de ter participado do sequestro do bispo dom Adriano Hipólito, em 1976, e do atentado à bomba no Riocentro, em 1981. Vítimas relacionadas: Eduardo Quesada Rodrígues (1966), José Felix da Silva (1966), Virgílio José Cavalcanti (1966), Jorge Alves de Almeida Venâncio (1970), José Ruivo de Pereira e Souza (1970), Álvaro Caldas (1970).

117) Leônidas Pires Gonçalves

(1921-) General de Exército. Chefe do Estado-Maior do I Exército de 1974 a 1976, período em que foi responsável pela chefia do Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e por ações no âmbito da Operação Radar, contra o Partido Comunista Brasileiro (PCB), e do episódio conhecido como Massacre da Lapa, contra a cúpula dirigente do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

121) Marcus Antônio Brito de Fleury

(1936-2012) Capitão do Exército. Comandou a 2a seção do 10º Batalhão de Caçadores, em Goiânia (GO) (atual 42º Batalhão de Infantaria Motorizada). Foi superintendente regional do Departamento de Polícia Federal em Goiás. Entre dezembro de 1968 e abril de 1974, chefiou núcleo da agência de Goiânia do Serviço Nacional de Informações (SNI).

124) Newton Araújo de Oliveira e Cruz

(1924-) General de Divisão. Chefe da agência central do SNI à época do atentado no Riocentro, no Rio de Janeiro, em 1981, tendo sido denunciado pelo Ministério Público Federal em 2014, por sua participação no evento.

125) Nilton de Albuquerque Cerqueira

(indicado também na Seção C)

(1930-) Coronel de Exército. Chefiou a 2a seção (informações) do Estado-Maior da 6a Região Militar de 1971 a 1973, período no qual teve atuação na Operação Pajussara, desencadeada contra Carlos Lamarca no estado da Bahia, e, também, na região do Araguaia. As folhas de alterações relativas ao segundo semestre de 1973 indicam que, embora tenha permanecido como instrutor no Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil até o final do ano letivo de 1973, foi dispensado de todos os serviços relativos à sua função. A mesma documentação relata que esteve em viagem de instrução, no primeiro semestre de 1973, com o curso de instrução de dobragem, manutenção de paraquedas e suprimento pelo ar que se iniciou em julho de 1973, nos estados de Mato Grosso, Amazonas, Maranhão e Goiás. Relata em depoimento reproduzido no livro Mata! O major Curió e as guerrilhas no Araguaia (Leonencio Nossa, São Paulo: Companhia das Letras, 2012) que esteve em uma operação no Araguaia prevista para durar 90 dias, que acabou se estendendo por 180 dias, destinada a "caçar" guerrilheiros. Ainda de acordo com o livro, foram os agentes comandados por Cerqueira que desfecharam o ataque sobre a Comissão Militar da Guerrilha, em 25 de dezembro de 1973, no episódio que ficou conhecido como "Chafurdo de Natal". Em 1981, assumiu o comando da Polícia Militar fluminense e esteve envolvido com a preparação do atentado no Riocentro.

126) Olavo Vianna Moog

(1912-1989) General de Divisão. Comandante do 1o Batalhão de Polícia do Exército (BPE) em 1964 e 1965. Em 1971, assumiu o Comando Militar do Planalto e a 11ª Região Militar, onde permaneceu até 1974. No exercício dessa última função, esteve diretamente envolvido na repressão à Guerrilha do Araguaia, sendo o responsável pelo comando das operações realizadas entre julho e setembro de 1972 e, ainda, da Operação Papagaio, levada a cabo entre setembro e outubro de 1972. Nesse período, treze pessoas tornaram-se vítimas de desaparecimento forçado, das quais três já tiveram seus locais de sepultamento identificados.

132) Ruy Lisbôa Dourado

(1917-1986) Delegado da Polícia Civil do antigo estado da Guanabara. Em 1959-1960, quando o departamento político do MRE era chefiado pelo embaixador Pio Corrêa, participou de atividades de informação e contrainformação no Ministério das Relações Exteriores (MRE) e na Junta Coordenadora de Informações (JCI). Em abril de 1965, foi cedido ao MRE para servir na Embaixada do Brasil em Montevidéu, sempre sob a chefia de Pio Corrêa. No Uruguai, participou do monitoramento dos brasileiros exilados, como elo de ligação com a polícia local. Em 1966, de regresso ao Rio de Janeiro, foi autorizado a colaborar com o MRE no período em que o embaixador Pio Corrêa ocupou a secretaria-geral (1966-1967). Documentos do Centro de Informações do Exterior (Ciex) revelam que o delegado Ruy Dourado voltou ao Uruguai, quando do sequestro do diplomata brasileiro Aloysio Gomide (1970-1971), e esteve em missão no Chile, durante o governo do presidente Salvador Allende. Em 1979, como delegado distrital da Barra da Tijuca, conduziu o inquérito policial sobre a morte do embaixador José Jobim, corroborando a tese de suicídio. Suas conclusões foram posteriormente desfeitas em investigação do Ministério Público estadual, com a qualificação do caso como homicídio de autoria desconhecida.

134) Syzeno Ramos Sarmento

(1907-1983) General de Exército. Comandante do II Exército em 1967 e 1968, e do I Exército de 1968 a 1971. Durante sua gestão à frente do I Exército, criou o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e o Destacamento de Operações de Informações (DOI), que funcionaram de forma integrada, no sistema conhecido como DOI-CODI, difundido nacionalmente.

135) Uriburu Lobo da Cruz

(1931-) Capitão de mar e guerra. Vinculado ao Comando de Operações Navais – Divisão Anfíbia/GB. Atuou na força de fuzileiros de esquadra enviada à região do Araguaia para participação na Operação Papagaio, em 1972. Nessa operação, ocupou o posto de comandante do grupamento operativo, formado por 229 homens, sendo o responsável direto pelo comando da tropa.

136) Waldyr Coelho

(1928-1977) Coronel do Exército. Chefe da Operação Bandeirante (Oban), do I Exército, em 1969 e 1970.

137) Wilson Brandi Romão

(1930-) Coronel do Exército. Foi secretário de Segurança Pública do estado do Pará de maio de 1974 a março de 1975, período em que as Forças Armadas levaram a cabo a Operação Marajoara, no sudeste paraense. Durante a operação, pelo menos 49 guerrilheiros foram vítimas de desaparecimento forçado.

SEÇÃO C) Responsabilidade pela autoria direta de condutas que ocasionaram graves violações de direitos humanos em locais situados no estado do RJ

138) Abeylard de Queiroz Orsini

(1927-) Médico-legista do Instituto Médico-Legal do estado de São Paulo (IML/SP), teve seu registro profissional cassado pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) em 10 de abril de 2002, por violação da ética médica, fraude e conivência com a tortura, ao assinar laudos de presos políticos executados pela repressão. Convocado pela CNV em fevereiro de 2014 para prestar depoimento, não atendeu à convocação, deixando de apresentar justificativa formal. Vítimas relacionadas: Carlos Marighella (1969); Alceri Maria Gomes da Silva e Antônio dos Três Reis de Oliveira (1970); Devanir José de Carvalho, Luiz Eduardo da Rocha Merlino, Luiz Hirata, José Roberto Arantes de Almeida, Devanir José de Carvalho e Dimas Antônio Casemiro (1971); Hiroaki Torigoe, Iuri Xavier Pereira, Lauriberto José Reyes, Marcos Nonato da Fonseca, Alex de Paula Xavier Pereira, Gélson Reicher e Ana Maria Nacinovic Corrêa (1972); João Batista Franco Drumond e Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar (1976).

139) Abílio Correa de Souza

(1923-2001) Suboficial da Aeronáutica. Fez curso na Escola das Américas, no Panamá. Atuou no Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) de janeiro de 1969 (então Núcleo do Serviço de Informações da Aeronáutica, NSISA) a setembro de 1973, quando foi nomeado chefe do posto do Correio Aéreo Nacional em Buenos Aires. Segundo depoimentos de ex-presos políticos, foi o responsável pelo sequestro de Stuart Angel Jones e participou da tortura a que este foi submetido. Foi também identificada sua participação na tortura de Jefferson Cardim de Alencar Osório e seu filho Jefferson Lopetegui de Alencar Osório, na Base Aérea do Galeão, em dezembro de 1970 e janeiro de 1971. Vítimas relacionadas: Jefferson Cardim de Alencar Osório e Jefferson Lopetegui de Alencar Osório (1970-71); Stuart Angel Jones (1971).

141) Ailton Guimarães Jorge

(1941-) Ex-militar. Serviu na 1a companhia de Polícia do Exército da Vila Militar do Rio de Janeiro de novembro de 1966 a março de 1972. Esteve à disposição do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército de maio de 1972 a novembro de 1972. Pediu demissão do Exército em março de 1981, após ser condenado pela prática de contrabando. Foi preso em 1993 e 2007 por envolvimento com o jogo do bicho. Teve participação em casos de detenção ilegal, tortura e execução. Recebeu a Medalha do Pacificador com Palma em 1969. Convocado pela CNV em julho de 2014 para prestar depoimento, deixou de comparecer e, posteriormente, apresentou justificativa médica. Vítimas relacionadas: Antonio Roberto Espinosa, Chael Charles Schreier, Maria Auxiliadora Lara Barcellos, Eremias Delizoicov (1969); Alberto José Barros da Graça, Luiz Sérgio Dias, Jorge Leal

Gonçalves Pereira, Eduardo Collen Leite (1970).

142) Ailton Joaquim

(1942-2007) Capitão do Exército. Serviu no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército, no Rio de Janeiro. Acusado pela prática de tortura, execução e ocultação de cadáver, foi apontado como um dos mais violentos torturadores do DOI-CODI. Esteve também envolvido com a prática de contrabando quando serviu na Polícia do Exército do Rio de Janeiro. Recebeu a Medalha do Pacificador com Palma em 1970. Vítimas relacionadas: Chael Charles Schreier, Antonio Roberto Espinosa, Maria Auxiliadora Lara Barcellos e Vera Silvia Araújo Magalhães, Murilo Pinto da Silva, Ângelo Pezzuti da Silva, Maurício Vieira de Paiva (1969).

144) Alberto Octávio Conrado Avegno

(1927-2013) Agente do Centro de Informações do Exterior (Ciex), com o codinome "Altair", entre outros, atuou também como agente do Centro de Informações da Marinha (Cenimar). Teve participação em detenções ilegais e desaparecimentos forçados. Vítimas e casos relacionados: sequestro de Jefferson Cardim de Alencar Osório (1970); desaparecimentos forçados de Jean Henri Raya Ribard e Antonio Luciano Pregoni (1973); Joaquim Pires Cerveira e João Batista Rita (1973-1974); sequestro de Flávio Tavares (1977).

146) Alfredo Magalhães

(1913-1996) Capitão de mar e guerra. Serviu no Centro de Informações da Marinha (Cenimar) entre 1970 e 1971, onde atuou sob o codinome de "capitão Mike"; também era chamado de "Alemão". Participou de tortura na unidade da Marinha da Ilha das Flores, em Niterói. De acordo com relatos contidos no livro Tirando o capuz, de Álvaro Caldas, teria participado das torturas de Stuart Edgar Angel. Recebeu a Medalha do Pacificador em 1968. Vítimas relacionadas: Eunício Cavalcante e Stuart Edgar Angel (1971).

150) Amílcar Lobo Moreira da Silva[2]

(1939-1997) Médico do Exército. Designado em 1970 para atuar como médico no 1o Batalhão de Polícia do Exército (BPE), no Rio de Janeiro. Atuou no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército de 1970 a 1974, onde era conhecido como "doutor Carneiro". Em 1981, foi denunciado publicamente pela ex-prisioneira política Inês Etienne Romeu por ter atuado no centro clandestino de tortura e extermínio do Centro de Informações do Exército (CIE) conhecido como Casa da Morte, localizado em Petrópolis (RJ). Em 1986, o Conselho Regional de Medicina do estado do Rio de Janeiro cassou seu registro profissional. A decisão foi ratificada em 1989 pelo Conselho Federal de Medicina. Teve participação em casos de tortura, execução e ocultação de cadáver. É também suspeito de ser mandante do assassinato de Nilson Diogo, um ex-funcionário que movera ação trabalhista indenizatória. Dois meses antes de sua morte, Nilson havia denunciado ao delegado de polícia de Vassouras ter recebido ameaças de morte de Amílcar Lobo. O assassinato, praticado por dois desconhecidos, ocorreu em 17/06/1986, quando a ação estava em grau de recurso no tribunal. Vítimas relacionadas: Maria do Carmo Menezes (1970); Rubens Beyrodt Paiva e Paulo de Tarso Celestino da Silva (1971); Ísis Dias de Oliveira e Cecília Maria Bouças Coimbra (1972); José Roman, Thomaz Antônio da Silva Meirelles Neto, Luís Ignácio Maranhão Filho, Wilson Silva e David Capistrano da Costa (1974).

2. O texto foi alterado pela CEV-Rio em relação ao Relatório da Comissão Nacional da Verdade.

151) André Leite Pereira Filho

(1936-2003) Coronel do Exército. Chefe da seção de informações do 2o Batalhão de Polícia do Exército (BPE) em São Paulo no ano de 1970. Atuou no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército de fevereiro de 1971 a fevereiro de 1977. Serviu nos batalhões de infantaria de selva de Imperatriz (MA) e de Manaus, de 1977 a 1980. Esteve no Centro de Informações do Exército (CIE), em Brasília, de maio de 1980 a maio de 1985. Foi identificado como responsável pela Casa de Itapevi, centro clandestino de tortura e morte no estado de São Paulo. Segundo depoimento do ex-sargento Marival Chaves à CNV, Pereira Filho, enquanto servia no CIE, participou em julho de 1980 da chamada "Operação Limpeza" realizada com o objetivo de ocultar os restos mortais de MariaAugusta Thomaz e Márcio Beck Machado, mortos em Rio Verde (GO). Em 1981, segundo entrevista de Marival Chaves publicada na edição de 24 de março de 2004 da revista IstoÉ, Pereira Filho atuou nas "Operações Limpeza", realizadas no sudeste do Pará e no norte do atual estado de Tocantins, destinadas à ocultação dos corpos dos guerrilheiros e camponeses mortos por ocasião da Guerrilha do Araguaia, bem como ao encobrimento dos vestígios da atuação das forças repressivas. Recebeu a Medalha do Pacificador em 1963. Vítimas relacionadas: Luiz Eduardo da Rocha Merlino (1971); Luís Ignácio Maranhão Filho e João Massena Melo (Casa de Itapevi, 1974); Élson Costa, Hiram de Lima Pereira, Jayme Amorim de Miranda, Itair José Veloso, José Montenegro de Lima e Orlando da Silva Rosa Bonfim Júnior (1980); ocultação dos cadáveres de Maria Augusta Thomaz e Márcio Beck Machado (1980).

155) Antônio Fernando Hughes de Carvalho

(1942-2005) Serviu no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército, no Rio de Janeiro, em 1970 e 1971. Teve participação em casos de detenção ilegal, tortura, execução, desaparecimento forçado e ocultações de cadáver, entre eles o caso do ex-deputado Rubens Beyrodt Paiva, a quem teria torturado e executado pessoalmente. Atuou na Casa da Morte, em Petrópolis (RJ), de 1971 a 1974. Recebeu a Medalha do Pacificador em 1971. Vítimas e caso relacionados: Celso Gilberto de Oliveira (1970); Rubens Beyrodt Paiva, Maurício Guilherme da Silveira e Gerson Theodoro de Oliveira (1971); Casa da Morte de Petrópolis (RJ) (1971-74).

158) Antônio Waneir Pinheiro Lima

(1943-) Soldado do Exército. Atuou na Casa da Morte, em Petrópolis (RJ), com o codinome "Camarão". Teve participação em casos de detenção ilegal, tortura, execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver. Vítimas e caso relacionados: Inês Etienne Romeu, Antônio Joaquim de Souza Machado, Mariano Joaquim da Silva, Walter Ribeiro Novaes, Heleny Ferreira Telles Guariba, Carlos Alberto Soares de Freitas e Paulo de Tarso Celestino da Silva (1971); Massacre do Parque Nacional do Iguaçu, em que foram vítimas de desaparecimento

forçado Onofre Pinto, Daniel José de Carvalho, Joel José de Carvalho, José Lavecchia, Victor Carlos Ramos e Enrique Ernesto Ruggia (1974), Ana Rosa Kucinski (1974).

163) Armando Avólio Filho

(1945-) Coronel do Exército. Serviu no 1o batalhão de Polícia do Exército (BPE), no Rio de Janeiro, de janeiro de 1970 a dezembro de 1971, usando o codinome "Apolo". Teve participação na prática de tortura. Recebeu a Medalha do Pacificador com Palma em 1985. Vítimas relacionadas: Mário Alves de Souza Vieira, Cid Queiroz Benjamin e Álvaro Machado Caldas (1970).

165) Arthur de Britto Pereira

(1918-2002) Delegado de polícia. Serviu no Departamento de Ordem Política e Social do então estado da Guanabara (DOPS/GB). Teve participação em caso de tortura e execução. Vítimas relacionadas: Maria Regina Lobo Leite de Figueiredo, Antônio Marcos Pinto de Oliveira e Lígia Maria Salgado Nóbrega (1972).

168) Ary Pereira de Carvalho

(1927-2006) Coronel do Exército. Serviu na 1a Divisão de Infantaria da Vila Militar, no Rio de Janeiro, em 1969 e 1970. Encarregado da condução de inquéritos policiais militares (IPM) nos quais ocorreram interrogatórios violentos e mortes sob tortura. Teve participação em casos de tortura, execução e ocultação de cadáver. Esteve vinculado ao atentado ocorrido no Riocentro, no Rio de Janeiro, em 1981. Recebeu a Medalha do Pacificador em 1969. Vítimas relacionadas: Severino Viana Colou, Sebastião Gomes dos Santos, Eremias Delizoicov, Maria Auxiliador Lara Barcellos e Chael Charles Schreier (1969); Dulce Chaves Pandolfi, Carmela Pezzuti, Glória Maria Percinotto, Maria do Carmo Menezes, Alberto José Barros da Graça, Luiz Sérgio Dias, Jorge Leal Gonçalves Pereira, Marlene Paiva, Marcos Franco, Cecília Maria Bouças Coimbra, Arlete de Freitas, Abel Silva, Germana Figueiredo (1970).

169) Átila Rohrsetzer

(1931-) Coronel do Exército. Chefiou o serviço de informações do comando do III Exército desde sua criação, em 1967, até 1969. Em 1970 e 1971, chefiou a Divisão Central de Informações (DCI), órgão com funções equivalentes aos Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), que atuava em parceria com as áreas de segurança e informações do III Exército, sendo, porém, formalmente subordinado à Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio Grande do Sul. Organizou o DOI-CODI do III Exército em 1974 e 1975, sob a chefia do coronel João Oswaldo Leivas Job, primeiro chefe desse destacamento. Recebeu a Medalha do Pacificador com Palma em 1971. Foi um dos mentores do "Dopinha" – local clandestino de tortura instalado no centro de Porto Alegre. Em 1967 foi denunciado na comissão parlamentar de inquérito da Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul que investigou o "caso do sargento das mãos amarradas". Está na lista dos 13 agentes do Estado brasileiro citados pelo procurador Giancarlo Capaldo, responsáveis pelo desaparecimento forçado dos ítalo-argentinos Horacio Domingo Campiglia Pedamonti (1980), no Rio de Janeiro, e Lorenzo Ismael Viñas Gigli (1980), na fronteira de Paso de los Libres (Argentina) e Uruguaiana (Brasil). Teve participação em casos de sequestro, tortura e execução. Vítimas relacionadas: Vera Lígia Huebra Neto Saavreda Durão, Manoel Raimundo Soares (1966); Antônio Pinheiro Salles, João Carlos Bona Garcia e Gustavo Buarque Schiller (1970); Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez Díaz (1978); Horacio Domingo Campiglia Pedamonti e Lorenzo Ismael Viñas Gigli (1980).

178) Celso Lauria

(1936-) Coronel do Exército. Serviu no quartel-general do I Exército, onde esteve encarregado, a partir do segundo semestre de 1969, da condução de inquéritos policiais militares (IPM). Participou diretamente, em 1969 e 1970, de operações de repressão política a organizações políticas de oposição ao regime militar. Vinculou-se ao Centro de Informações do Exército (CIE), em Brasília, de julho a dezembro de 1974, período em que participou de ações de repressão política na região do Araguaia. Serviu no Serviço Nacional de Informações (SNI), em Brasília, de 1975 a 1978. Teve participação em casos de tortura e morte. Recebeu a Medalha do Pacificador em 1970. Vítimas relacionadas: Chael Charles Schreier, Antonio Roberto Espinosa e Maria Auxiliadora Lara Barcellos (1969).

(71) Carlos Alberto Brilhante Ustra

(1932-) Coronel do Exército. Comandou o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército entre setembro de 1970 e janeiro de 1974, período em que ocorreram ao menos 45 mortes e desaparecimentos forçados sob a responsabilidade dos agentes do DOI-CODI de São Paulo. Teve participação direta em casos de prisão detenção ilegal, tortura, execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver. Recebeu a Medalha do Pacificador com Palma em 1972. Vítimas relacionadas: José Idésio Brianezi e José Maria Ferreira de Araújo (1970); Eleonora Menicucci de Oliveira, Antônio Pinheiro Salles, Aylton Adalberto Mortati, Flávio Molina Carvalho, Joaquim Alencar de Seixas, José Milton Barbosa, José Roberto Arantes de Almeida, Luiz Almeida Araújo e Luiz Eduardo da Rocha Merlino (1971); Criméia Schmidt de Almeida, Danilo Carneiro, Gilberto Natalini, Iuri Xavier Pereira, Alex de Paula Xavier Pereira, Gélson Reicher, Ana Maria Nacinovic Corrêa, Lauriberto José Reyes, Hiroaki Torigoe, Marcos Nonato da Fonseca e Luiz Eurico Tejera Lisbôa (1972); Alexandre Vannucchi Leme, Arnaldo Cardoso Rocha, Edgard de Aquino Duarte, Luiz José da Cunha, Francisco Emmanuel Penteado, Ronaldo Mouth Queiroz, Cristina Moraes de Almeida, Helber José Gomes Goulart, José Carlos da Costa (1973).

179) Cláudio Antônio Guerra

(1940-) Delegado de polícia no estado do Espírito Santo. Serviu no DOPS desse estado. Teve participação em casos de execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver. Reconheceu essa atuação criminosa em três depoimentos que prestou à CNV, ocorridos em 25 de junho de 2012, 16 de agosto de 2013 e 23 de julho de 2014. Em agosto de 2014, participou da diligência da CNV na Usina Cambahyba, em região próxima à cidade de Campos dos Goytacases (RJ); a Usina foi identificada por Guerra como local onde, em 1973 e 1974, incinerou corpos de presos políticos levados da Casa da Morte, em Petrópolis (RJ). Vítimas relacionadas: Ronaldo Mouth Queiroz (1973); David Capistrano da Costa, João Massena Melo, Luiz Ignácio Maranhão Filho,

José Roman, Thomaz Antônio da Silva Meirelles Neto, Wilson Silva, Ana Rosa Kucinski e Joaquim Pires Cerveira (1974); Nestor Vera (1975).

(77) Clemente José Monteiro Filho

(indicado também na Seção B)

(1925-1977) Capitão de mar e guerra. Comandante da unidade da Marinha localizada na ilha das Flores (RJ), de 1968 a 1970, teve participação em casos de tortura, que autorizava e cuja execução acompanhava. Vítimas relacionadas: Luiz Carlos Souza, Martha Alvarez, Umberto Trigueiros Lima e Ziléa Reznik (1969 e 1970).

186) Dulene Aleixo Garcez dos Reis

(1942-) Capitão do Exército. Serviu no 1o Batalhão de Polícia do Exército (BPE), no Rio de Janeiro, a partir de novembro de 1969, tendo assumido, em abril e maio de 1970, o comando do Pelotão de Investigações Criminais (PIC). Teve participação em casos de detenção ilegal, tortura e desaparecimento forçado. Foi ouvido pela CNV em 2 de outubro de 2013, permanecendo em silêncio durante praticamente todo o depoimento. Recebeu a Medalha do Pacificador em 1988. Caso relacionado: Mário Alves de Souza Vieira (1970).

190) Edson Sá Rocha

(1941-) General de Brigada. Chefe de operações do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército em 1980 e no início de 1981. Denunciado pelo Ministério Público Federal por participação no atentado do Riocentro, no Rio de Janeiro, em 1981. Recebeu a Medalha do Pacificador com Palma em 1982. Caso relacionado: atentado no Riocentro (1981).

191) Eduardo Rodrigues Delegado de polícia.

Serviu no Departamento de Ordem Política e Social do então estado da Guanabara (DOPS/GB). Teve participação em casos de detenção ilegal, tortura e execução. Vítimas relacionadas: Raul Amaro Nin Ferreira e Carlos Eduardo Pires Fleury (1971).

192) Elias Freitas

(1926-2008) Médico-legista do Instituto Médico-Legal do estado do Rio de Janeiro (IML/ RJ). Teve participação em casos de emissão de laudo necroscópico fraudulento e de desaparecimento forçado. Vítimas relacionadas: Eremias Delizoicov, Geraldo Bernardo da Silva e Roberto Cietto (1969); Juarez Guimarães de Brito (1970); Carlos Eduardo Pires Fleury (1971); Aurora Maria Nascimento Furtado (1972); Solange Lourenço Gomes (1982).

(83) Ênio de Albuquerque Lacerda

(indicado também na Seção B)

(1929-1998) Tenente-coronel do Exército. Comandou a 1ª Companhia de Polícia do Exército, na Vila Militar do Rio de Janeiro, de maio de 1968 a julho de 1971, e serviu no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército de abril de 1972 a junho de 1974. Teve participação em casos de tortura e execução. Recebeu a Medalha do Pacificador com Palma em 1969. Vítimas relacionadas: Severino Viana Colou, Eremias Delizoicov, Chael Charles Schreier e Sebastião Gomes dos Santos (1969).

204) Félix Freire Dias

(1949-) Ex-cabo do Exército. Foi agente do Centro de Informações do Exército (CIE), com atuação no Rio de Janeiro e em Brasília, tendo também cumprido missões na região de Xambioá (PA), sob o comando do major do CIE José Brant Teixeira. Atuava na Casa de Petrópolis (RJ), um dos principais locais de tortura do país, onde era conhecido como “doutor Magro” ou “doutor Magno”. Segundo depoimentos de Marival Chaves à CNV, Dias teve participação em casos de execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver. Recebeu a Medalha do Pacificador com Palma em 1974. Convocado pela CNV, prestou depoimento, negando acusações. Vítima relacionada: David Capistrano.

205) Ferdinando Muniz de Farias

(1922-) Coronel-aviador. Ingressou no Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) em maio de 1969, tendo sido nomeado, em janeiro de 1971, chefe da Divisão de operações. Teve participação em casos de tortura, execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver. Recebeu a Medalha do Pacificador em 1971. Vítimas relacionadas: Eiraldo Palha Freire, Jessie Jane Vieira de Sousa, Colombo Vieira de Souza, Fernando Palha Freire e Jefferson Cardim de Alencar Osório (1970); Stuart Edgar Angel Jones e Alex Polari de Alverga (1971).

207) Floriano Aguilar Chagas

(1926-2012) General de Divisão. Foi adido do Exército na Embaixada do Brasil em Buenos Aires de 1973 a 1975, mantendo contato frequente com agentes argentinos e chilenos da área de informações. Recebeu a Medalha do Pacificador em 1965. Vítimas e caso relacionados: teve participação no sequestro de Joaquim Pires Cerveira e João Batista Rita, ocorrido em Buenos Aires em 5 de dezembro de 1973.

(90) Francisco Demiurgo Santos Cardoso

(indicado também na Seção B)

(1930-) Coronel do Exército. Comandou o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército de setembro de 1971 a fevereiro de 1972. Teve participação em casos de detenção ilegal, tortura, execução e desaparecimento forçado. Recebeu a Medalha do Pacificador em 1983. Vítimas relacionadas: Raul Amaro Nin Ferreira, Rubens Beyrodt Paiva e Hamilton Pereira Damasceno (1971); Ísis Dias de Oliveira e Paulo César Botelho Massa (1972).

209) Francisco Moacyr Meyer Fontenelle

(1929-1993) Coronel do Exército. Serviu no 1º Batalhão de Polícia do Exército (BPE), no Rio de Janeiro, sendo também conhecido à época como major Fontenelle. Seu nome consta na denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal como um dos responsáveis pelo sequestro, tortura e execução de Mário Alves de Souza Vieira (1970). Teve participação em outros casos de tortura. Recebeu a Medalha do Pacificador com Palma em 1971. Vítimas relacionadas: Vera Silvia Araújo Magalhães e Mário Alves de Souza Vieira (1970).

211) Freddie Perdigão Pereira

(1936-1996) Coronel do Exército. Serviu no Centro de Informações do Exército (CIE), vinculado aos gabinetes dos ministros do Exército Lyra Tavares e Orlando Geisel, de julho de 1968 a março de 1972. Sob o codinome "doutor Roberto", atuou no centro clandestino conhecido como Casa da Morte, em Petrópolis (RJ). Entre fevereiro de 1973 e janeiro de 1975, serviu no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército, em São Paulo, sob o comando de Carlos Alberto Brilhante Ustra e Audir Maciel. Esteve na agência do SNI no Rio de Janeiro de novembro de 1974 a fevereiro de 1977. Teve participação em casos de detenção ilegal, tortura, execu- ção, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver. Recebeu a Medalha do Pacificador com Palma em 1970. Vítimas e casos relacionados: Rubens Beyrodt Paiva, Walter Ribeiro Novaes, Heleny Ferreira Telles Guariba e Paulo de Tarso Celestino da Silva (1971); Joaquim Pires Cerveira (1973); Ana Rosa Kucinski e Wilson Silva (1974); Nestor Vera (1985); Zuzu Angel (1976); e atentado no Riocentro, no Rio de Janeiro (1981).

215) Graccho Guimarães Silveira

(1936-) Médico-legista do Instituto Médico-Legal do estado do Rio de Janeiro (IML/RJ). Teve participação em casos de emissão de laudos necroscópicos fraudulentos. Vítimas relacionadas: Célio Augusto Guedes (1972) e Lincoln Bicalho Roque (1973).

(98) Harry Shibata

(1927-) Médico-legista e diretor do Instituto Médico-Legal do estado de São Paulo (IML/SP). Em 1980, teve seu registro profissional cassado pelo Conselho Regional de Medicina de São Paulo, condenado pela emissão de atestados de óbito e laudos necroscópicos fraudulentos. Recebeu a Medalha do Pacificador em 1977. Vítimas relacionadas: Carlos Marighella (1969); Edson Neves Quaresma e Yoshitane Fujimori (1970); Luiz Hirata (1971); Luiz José da Cunha, Helber José Gomes Goulart, Emmanuel Bezerra dos Santos, Manoel Lisbôa de Moura, Sônia Maria de Moraes Angel Jones e Antônio Carlos Bicalho Lana (1973); José Ferreira de Almeida, Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho (1975); Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar, João Batista Franco Drumond e Neide Alves dos Santos (1976).

220) Hilário José Corralis

(1913-1982) Marceneiro e pequeno empresário, especialista em explosivos, ligado a oficiais do Exército e da Polícia Militar. Em maio de 1962, esteve envolvido na tentativa de atentado a bomba contra a Exposição Comercial Soviética no Pavilhão de São Cristovão, na cidade do Rio de Janeiro. Caso relacionado: participava do chamado Grupo Secreto, organização paramilitar de direita que desencadeou uma série de atos terroristas na tentativa de deter a abertura política. Teve participação no atentado do Riocentro, no Rio de Janeiro, tendo sido denunciado pelo Ministério Público Federal no ano de 2014.

224) Humberto Ribeiro Quintas

(1942-) Policial civil. Serviu no Departamento de Ordem Política e Social do Rio de Janeiro (DOPS/RJ) em 1970. Teve participação em casos de detenção ilegal e tortura. Vítimas relacionadas: Cecília Maria Bouças Coimbra e José Novaes (1970).

226) Hygino de Carvalho Hércules

(1939-) Médico-legista do Instituto Médico-Legal do estado do Rio de Janeiro (IML/RJ). Teve participação em caso de emissão de laudo necroscópico fraudulento. Vítima relacionada: Eremias Delizoicov (1969).

228) Isaac Abramovitc

(1936-2012) Médico-legista do Instituto Médico-Legal do estado de São Paulo (IML/SP). Teve participação em casos de emissão de laudos necroscópicos fraudulentos, tortura e ocultação de cadáver. Recebeu a Medalha do Pacificador em 1973. Vítimas relacionadas: Luiz Eduardo da Rocha Merlino e Antônio Sérgio de Mattos (1971); Iuri Xavier Pereira, Alex de Paula Xavier Pereira, Marcos Nonato da Fonseca, Ana Maria Nacinovic Corrêa, Alexander José Ibsen Voerões, Antonio Benetazzo, Gastone Lúcia de Carvalho Beltrão, Frederico Eduardo Mayr, Gélson Reicher, Hélcio Pereira Fortes, Hiroaki Torigoe, João Carlos Cavalcanti Reis, José Júlio de Araújo, Lauriberto José Reyes e Rui Osvaldo Aguiar Pfutzenreuter (1972); Ronaldo Mouth Queiroz, Arnaldo Cardoso Rocha, Carlos Nicolau Danielli, Francisco Emanoel Penteado e Francisco Seiko Okama (1973).

230) Jacy Ochsendorf e Souza

(1945-) Capitão do Exército. Serviu no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército, no Rio de Janeiro, e na Casa da Morte, em Petrópolis (RJ). Foi agente do Centro de Informações do Exército (CIE). Denunciado criminalmente pelo Ministério Público Federal em maio de 2014, acusado do homicídio e da ocultação do cadáver do ex-deputado Rubens Paiva, em 1971. Em depoimento à CNV, o ex-analista do CIE e do DOI Marival Chaves acusou Jacy Ochsendorf de ser o responsável em Brasília pelos agentes infiltrados entre os montoneros exilados no Brasil. Prestou depoimento à CNV em julho de 2014, negando-se a responder às perguntas. Vítima relacionada: Rubens Beyrodt Paiva (1971).

231) Jáder de Jesus Coutinho

(1932-2013) Capitão de mar e guerra. Foi subcomandante da unidade da Marinha na ilha das Flores (RJ), em 1969. Teve participação em casos de tortura, que autorizava e cuja execução acompanhava. Vítimas relacionadas: Luiz Carlos Souza, Martha Alvarez, Umberto Trigueiros Lima e Ziléa Reznik (1969).

232) Jayr Gonçalves da Motta

(1935-1982) Policial federal, atuou no Departamento de Ordem Política e Social do então estado da Guanabara (DOPS/GB) de 1966 ao início da década de 1970. Atuava também no Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) e tinha livre trânsito no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército, no Rio de Janeiro. Teve participação em casos de detenção ilegal e tortura. Vítimas relacionadas: Cecília Maria Bouças Coimbra, Marcos Franco, José Novaes e Marlene Paiva (1970); Alex Polari de Alverga (1971).

233) Jair Romeu

(1926-2000) Auxiliar de necropsia do Instituto Médico-Legal do estado de São Paulo (IML/SP). Teve participação em casos de emissão de laudo necroscópico fraudulento e de ocultação de cadáver. Vítimas relacionadas: Luiz Hirata, Gélson Reicher,

José Milton Barbosa e José Roberto Arantes de Almeida (1971); Iuri Xavier Pereira, Alex de Paula Xavier Pereira, Marcos Nonato da Fonseca e Ana Maria Nacinovic Corrêa (1972); Antônio Carlos Bicalho Lana (1973).

235) Jeovah Silva

Escrivão do DOPS-GB. Teve participação em caso de tortura no DOPS-GB e no Hospital

Central do Exército (HCE). Vítima relacionada: Raul Amaro Nin (1971).

238) João Câmara Gomes Carneiro

(1938-) Capitão do Exército. Serviu no 12o Regimento de Infantaria, em Belo Horizonte, em 1968, e no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército, no Rio de Janeiro, em 1970 e 1971. Teve participação em casos de tortura. Vítimas relacionadas: Cecília Maria Bouças Coimbra, Arlete de Freitas, Dulce Chaves Pandolfi, Marlene Paiva e Marcos Franco (1970).

242) João Guilherme Figueiredo

(1936-) Médico-legista do Instituto Médico-Legal do estado do Rio de Janeiro (IML/RJ). Teve participação em caso de emissão de certidão de óbito fraudulenta. Vítima relacionada: Aderval Alves Coqueiro (1971).

(107) João Pinto Pacca

(indicado também na Seção B)

(1919-) General de Brigada. Chefiou o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército de maio de 1971 a setembro de 1971. Teve participação em casos de tortura e execução. Vítima relacionada: Raul Amaro Nin Ferreira e José Raimundo da Costa (1971).

254) Jorge Nunes Amorim

(1932-) Médico-legista do Instituto Médico-Legal do estado do Rio de Janeiro (IML/RJ). Teve participação na emissão de laudo necroscópico fraudulento. Vítima relacionada: Antônio Carlos Nogueira Cabral (1972) e Lincoln Bicalho Roque (1973).

255) José Alves Assunção Menezes

(1914-1977) Médico-legista do Instituto Médico-Legal do estado do Rio de Janeiro (IML/ RJ). Teve participação em casos de emissão de laudos necroscópicos fraudulentos. Vítimas relacionadas: Fernando da Silva Lembo (1968); Eiraldo Palha Freire (1970); Gerson Theodoro de Oliveira e Maurício Guilherme da Silveira (1971).

256) José Anselmo dos Santos

(1942-) Marinheiro. Agente infiltrado em organizações de oposição ao regime militar, conhecido como "cabo Anselmo". Teve participação em casos de detenção ilegal, tortura, execução e desaparecimento forçado. Vítimas relacionadas: Luiz Almeida Araújo e José Raimundo da Costa (1971); Soledad Barrett Viedma, Pauline Reichstul, Jarbas Pereira Marques, José Manoel da Silva, Eudaldo Gomes, Evaldo Luiz Ferreira de Souza e Edgard de Aquino Duarte (1973).

260) José Brant Teixeira

(1934-) Tenente-coronel do Exército. Esteve vinculado ao Centro de Informações do Exército (CIE) de 1971 a 1979, quando passou a prestar serviços ao Serviço Nacional de Informações (SNI). Chefiou equipe do CIE que atuava na Casa da Morte, centro clandestino localizado em Petrópolis (RJ). Atuou na repressão da Guerrilha do Araguaia e participou da "Operação Limpeza" realizada em janeiro 1975, que se destinou à ocultação dos corpos dos guerrilheiros e camponeses executados e ao encobrimento dos vestígios da atuação das forças repressivas. Convocado pela CNV em setembro de 2014, alegou que só prestaria depoimento mediante autorização do comando do Exército, tendo a CNV solicitado ao Ministério da Defesa a adoção de providências com vistas à apuração de infração disciplinar. Recebeu a Medalha do Pacificador com Palma em 1971. Vítimas relacionadas: Carlos Alberto Soares de Freitas e Antônio Joaquim de Souza Machado (1971); David Capistrano da Costa e José Roman (1974).

270) José Guilherme Figueiredo

(1943-) Médico-legista do Instituto Médico-Legal do estado do Rio de Janeiro (IML/RJ). Teve participação em caso de emissão de laudo necroscópico fraudulento. Vítima relacionada: Roberto Cietto (1969).

272) José Lino Coutinho da França Netto

(1940-) Médico. Prestou serviço militar na unidade da Marinha na Ilha das Flores (RJ), em 1969 e 1970, atuando como tenente-médico. Teve participação em casos de tortura, acompanhando-a e colaborando com sua execução por meio da ocultação do delito, da promoção de tortura psicológica, buscando diminuir a resistência voluntária e a capacidade de decidir dos torturados e agindo junto aos presos políticos após as sessões de tortura física, já em suas celas, na tentativa de ganhar sua confiança e obter novas informações. Essas conclusões foram produzidas pelo Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj) e pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), em 1993 e 2000, respectivamente, em decisões que resultaram na cassação de seu registro profissional. Vítima relacionada: Tiago Andrade de Almeida (1969).

276) José Nei Fernandes Antunes

(1926-) Coronel do Exército. Comandante do 1o Batalhão de Polícia do Exército (BPE), no Rio de Janeiro, de 1969 a 1971, atuou junto ao Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército. Teve participação em caso de tortura e execução. Vítima relacionada: Roberto Cietto (1969).

278) José Pereira de Vasconcellos

(1934-) Inspetor de polícia. Serviu no Departamento de Ordem Política e Social do então estado da Guanabara (DOPS/GB), tendo exercido a chefia da Seção de Atividades Antidemocráticas, em 1963. Participação em torturas e execução. Vítima relacionada: Chael Charles Schreier (1969).

281) Júlio Saboya de Araújo Jorge

(1944-) Capitão de corveta. Serviu na unidade da Marinha da ilha das Flores (RJ), nos anos de 1969 e 1970. Teve participação em casos de tortura, cuja

execução acompanhava. Recebeu a Medalha do Pacificador em 2001. Vítimas relacionadas: Martha Alvarez e Ziléa Reznik (1969 e 1970).

283) Jurandyr Ochsendorf e Souza

(1939-) Capitão da reserva do Exército. Serviu no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército, atuando também na Casa da Morte, em Petrópolis (RJ). Foi agente do Centro de Informações do Exército (CIE). Denunciado criminalmente pelo Ministério Público Federal em maio de 2014, acusado do homicídio e da ocultação do cadáver do ex-deputado Rubens Beyrodt Paiva, em 1971. Prestou depoimento à CNV em julho de 2014, permanecendo em silêncio durante praticamente todo o depoimento. Recebeu a Medalha do Pacificador com Palma em 1972. Vítima relacionada: Rubens Beyrodt Paiva (1971).

287) Lício Augusto Ribeiro Maciel

(1930-) Tenente-coronel do Exército. Vinculado ao Centro de Informações do Exército (CIE), sob o codinome de "doutor Asdrúbal", atuou na região do Araguaia de abril de 1972 ao final de 1973, quando esteve diretamente envolvido na execução e no desaparecimento dos guerrilheiros André Grabois, Antônio Alfredo de Lima, Divino Ferreira de Souza, João Gualberto Calatrone e Lúcia Maria de Souza. Sobre André Grabois, Lício afirmou, em depoimento na Câmara dos Deputados, ter sido o autor direto dos disparos que resultaram em sua morte. Segundo documento militar, o então major fora ferido no rosto em outro evento, que resultaria na morte e desaparecimento de Lúcia Maria de Souza. Foi ainda denunciado pelo Ministério Público Federal pela privação da liberdade, mediante sequestro, de Divino Ferreira de Souza. Recebeu a Medalha do Pacificador com Palma em 1972. Vítimas relacionadas: Jeová Assis Gomes (1972); André Grabois, Antônio Alfredo de Lima, Divino Ferreira de Souza, João Gualberto Calatrone e Lúcia Maria de Souza (1973).

290) Lúcio Valle Barroso

(1933-) Coronel-aviador. Fez curso na Escola das Américas, no Panamá, de janeiro a abril de 1970. Serviu no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército, no Rio de Janeiro. Atuou como chefe de operações da 3a Zona Aérea, sob o comando do brigadeiro João Paulo Moreira Burnier. Foi denunciado por Alex Polari e outros ex-presos políticos como tendo participado da tortura que levou Stuart Angel à morte. Em depoimento à CNV, em junho de 2014, reconheceu ter sido o autor do disparo de arma de fogo que levou à morte de Eiraldo Palha Freire, em julho de 1970. Revelou também detalhes da execução de Luiz Antônio Santa Bárbara, no interior da Bahia, durante a Operação Pajussara. Vítimas relacionadas: Eiraldo Palha Freire, Jessie Jane Vieira de Sousa, Colombo Vieira de Souza e Fernando Palha Freire (1970); Stuart Edgar Angel Jones, José Campos Barreto, Otoniel Campos Barreto, Carlos Lamarca e Luiz Antônio Santa Bárbara (1971).

296) Luiz Mário Valle Correia Lima

(1945-) Coronel do Exército. Serviu no 1o Batalhão de Polícia do Exército (BPE), no Rio de Janeiro, em 1969 e 1970. Foi denunciado pelo Ministério Público Federal como um dos responsáveis pelo sequestro, tortura e execução do militante Mário Alves de Souza Vieira (1970). Teve participação em casos de detenção ilegal, tortura e desaparecimento forçado. Recebeu a Medalha do Pacificador com Palma em 1971. Foi ouvido pela CNV em 2 de outubro de 2013, permanecendo calado durante praticamente todo o depoimento. Vítima relacionada: Mário Alves de Souza Vieira (1970).

299) Luiz Timótheo de Lima

(1936-) Agente da Polícia Civil. Serviu no Departamento de Ordem Política e Social do Rio de Janeiro (DOPS/RJ). Teve participação em casos de detenção ilegal, tortura, execução e desaparecimento forçado. Foi denunciado pelo Ministério Público Federal pelo sequestro e tortura de Mário Alves de Souza Vieira. Recebeu a Medalha do Pacificador com Palma em 1971. Vítimas relacionadas: Mário Alves de Souza Vieira, Cecília Maria Bouças Coimbra, Marlene Paiva e Marcos Franco (1970).

(Acréscimo CEV-Rio) Magno Cantarino Motta (Agente Guarani)

Foi da turma de paraquedistas do Exército de 1968. Com a patente de Sargento, foi para a Seção de Operações de DOI, onde serviu com o sargento Guilherme do Rosário. Esteve envolvido nos atentados do Riocentro e da OAB. Neste último, foi o responsável pela entrega da carta bomba que matou Lyda Monteiro, então secretária da presidência da instituição.

300) Marco Antonio Povolleri

(1946-) Cabo do Exército. Serviu no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército. Teve participação em casos de tortura, execução e ocultação de cadáver. Recebeu a Medalha do Pacificador com Palma em 1969. Vítima relacionada: Eremias Delizoicov (1969).

303) Mario Borges

Policial civil. Foi chefe do serviço de buscas ostensivas do Departamento de Ordem Política e Social do então estado da Guanabara (DOPS/GB). Teve participação em casos de detenção ilegal e tortura. Vítimas relacionadas: Cecília Maria Bouças Coimbra e José Novaes (1970); Raul Amaro Nin Ferreira (1971).

313) Nelson Costa Policial civil. Serviu no Departamento de Ordem Política e Social do então estado da Guanabara (DOPS/GB). Teve participação em casos de execução. Vítimas relacionadas: Maria Regina Lobo Leite de Figueiredo, Antonio Marcos Pinto de Oliveira e Lígia Maria Salgado Nóbrega (1972).

(125) Nilton de Albuquerque Cerqueira

(indicado também na Seção B)

(1930-) Chefe da 2a Seção do Estado-Maior da 6a Região Militar, em 1971, quando chefiou a Operação Pajussara, sendo responsável pela perseguição e morte de Carlos Lamarca, Zequinha Barreto, Otoniel Barreto e Luiz Santa Bárbara, em Brotas de Macaúbas (BA). Na região do Araguaia, agentes comandados por Cerqueira desfecharam o ataque sobre a Comissão Militar da Guerrilha, em 25 de dezembro de 1973, no episódio que ficou conhecido como "Chafurdo de Natal", que resultou

na morte de Gilberto Olímpio Maria, Guilherme Gomes Lund, Líbero Giancarlo Castiglia, Maurício Grabois, Paulo Mendes Rodrigues e Paulo Roberto Pereira Marques. Assumiu o comando da Polícia Militar fluminense em 1981 e esteve envolvido com a preparação do atentado no Riocentro. Recebeu a Medalha do Pacificador com Palma em 1971. Vítimas relacionadas: Carlos Lamarca, José Campos Barreto, Otoniel Campos Barreto, Luiz Antônio Santa Bárbara e Iara Iavelberg (1971); Gilberto Olímpio Maria, Guilherme Gomes Lund, Líbero Giancarlo Castiglia, Maurício Grabois, Paulo Mendes Rodrigues e Paulo Roberto Pereira Marques (1973).

320) Olympio Pereira da Silva

(1922-1985) Médico-legista do Instituto Médico-Legal do estado do Rio de Janeiro (IML/ RJ). Teve participação em caso de emissão de laudo necroscópico fraudulento. Vítima relacionada: Antônio Carlos Nogueira Cabral (1972).

329) Paulo Malhães

(1938-2014) Coronel do Exército. Serviu no Centro de Informações do Exército (CIE). Com intensa participação em atividades de repressão, atuou nos estados do Rio de Janeiro – inclusive na Casa da Morte, em Petrópolis – do Rio Grande do Sul, do Paraná e do Mato Grosso, na região Nordeste e na região do Araguaia. De acordo com depoimento que prestou à CNV, esteve, também, em operações que contaram com a cooperação de s 920 agentes argentinos e chilenos. Teve participação em casos de detenção ilegal, tortura, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver. A importância de sua atuação para as ações de repressão política conduzidas pelo regime ditatorial encontra-se evidenciada em registros militares. Em abril de 1968, foi designado adjunto do CIE, recebendo elogio de seu superior no órgão, o então coronel Milton Tavares de Souza: "Por motivo de matrícula na EsAO [Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais], deixa hoje o gabinete o capitão Malhães, onde prestou serviços por mais de três anos, tendo se revelado um de seus auxiliares mais valiosos. Em todas as missões a ele confiadas, comprovou possuir espírito de decisão, iniciativa, honestidade de propósitos, eficiência e, principalmente, coragem, que por várias vezes implicou no risco de sua própria vida. Em várias situações críticas, revelou notável sangue-frio, arrojo, discernimento e bom senso. Graças ao seu desempenho, acumulou o capitão Malhães uma valiosa experiência que, inegavelmente, o torna um dos elementos mais capazes para o exercício de missões de informações. Grande parte dos êxitos obtidos no combate à corrupção, subversão e terrorismo, tiveram como causa preponderante a atuação eficiente e corajosa do capitão Malhães. Temos a certeza de que qualquer organização onde venha a servir, estará sempre conosco, lutando pelos ideais por ele defendidos com tanto amor, abnegação e patriotismo". Em 1974, após receber elogios do chefe do CIE no Rio de Janeiro, tenente-coronel Cyro Guedes Etchegoyen, e do coronel José Luiz Coelho Netto, pela coragem, desembaraço, iniciativa demonstrados na "luta contra o inimigo interno", recebeu a Medalha do Pacificador. Convocado pela CNV, prestou depoimento por ocasião de audiência pública sobre a Casa da Morte, de Petrópolis (RJ), em 25 de março de 2014. Foi assassinado em abril de 2014, tendo a Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro concluí- do pela ocorrência do crime de latrocínio (roubo seguido de morte). Recebeu a Medalha do Pacificador com Palma em 1974. Vítimas relacionadas: Isabel Fávero (1970); Rubens Beyrodt Paiva (1971); Victor Carlos Ramos, Daniel José de Carvalho, Enrique Ernesto Ruggia, Joel José de Carvalho, José Lavecchia e Onofre Pinto (1974).

335) Pérsio José Ribeiro Carneiro

(1939-) Médico-legista do Instituto Médico-Legal do estado de São Paulo (IML/SP). Teve participação em casos de emissão de laudo necroscópico fraudulento, tendo tido cassado seu registro profissional. Vítimas relacionadas: Hamilton Fernando Cunha (1969), Joaquim Alencar de Seixas (1971) e Neide Alves dos Santos (1976).

337) Raymundo Ronaldo Campos

(1935-) Coronel do Exército. Foi denunciado criminalmente pelo Ministério Público Federal em maio de 2014, por participação no homicídio e na ocultação do cadáver do ex-deputado Rubens Beyrodt Paiva, ocorridos em janeiro de 1971. Vítima relacionada: Rubens Beyrodt Paiva (1971).

339) Renato D'Andréa

(1931-) Delegado de polícia. Serviu no Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/ SP). Teve participação em casos de detenção ilegal. Recebeu a Medalha do Pacificador em 1973. Vítimas relacionadas: Iuri Xavier Pereira, Marcos Nonato da Fonseca, Alex de Paula Xavier Pereira e Ana Maria Nacinovic Corrêa (1972).

341) Ricardo Agnese Fayad

(1940-) Médico do Exército e general de Brigada. Esteve lotado no 1o batalhão de Polícia do Exército (BPE), no Rio de Janeiro, de 1970 a 1975. Teve participação em casos de tortura. Convocado três vezes pela CNV, prestou depoimento em setembro de 2014, tendo deixado de responder às perguntas formuladas. Vítimas relacionadas: Francisca Abigail B. Paranhos, Romulo Noronha de Albuquerque, Dulce Chaves Pandolfi, J. A. de Granville Ponce e Lúcia Murat (1970); Inês Etienne Romeu (1971); Luiz Roberto Tenório (1972).

342) Riscala Corbage

(1941-) Tenente-coronel da Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro. Com atuação em atividades de repressão política desde o final da década de 1960, esteve vinculado ao Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército nos primeiros anos da década de 1970. Em depoimento prestado em 2014 ao Ministério Público Federal, admitiu a prática generalizada da tortura no DOI -CODI, envolvendo centenas de presos políticos. Recebeu a Medalha do Pacificador em 1971. Vítimas relacionadas: Cecília Maria Bouças Coimbra, José Novaes, Germana Figueiredo, Carmela Pezzuti, Glória Maria Percinotto, Maria do Carmo Menezes, Alberto José Barros da Graça, Luiz Sérgio Dias, Jorge Leal Gonçalves Pereira, Eduardo Collen Leite, Arlete de Freitas, Abel Silva, Marlene Paiva, Marcos Franco e Dulce Chaves Pandolfi (1970); Lúcia Murat (1971).

346) Roberto Augusto de Mattos Duque Estrada

(1936-) Capitão do Exército. Serviu no 1º Batalhão de Polícia do Exército (BPE), no Rio de Janeiro, em 1969 e 1970. Teve participação em caso de detenção ilegal, tortura e desaparecimento forçado. Foi

convocado pela CNV para prestar depoimento em audiência sobre o caso Mário Alves, realizada em 14 de agosto de 2013, mas não compareceu, alegando já haver prestado depoimento ao Ministério Público Federal. Vítima relacionada: Mário Alves de Souza Vieira

347) Roberto Blanco dos Santos

(1940-) Médico-legista do Instituto Médico-Legal do estado do Rio de Janeiro (IML/ RJ). Teve participação em casos de emissão de laudo necroscópico fraudulento. Vítimas relacionadas: Fernando Augusto da Fonseca, Getulio de Oliveira Cabral, José Bartolomeu Rodrigues de Souza e José Silton Pinheiro (1972); Lourenço Camelo de Mesquita (1977); Merival Araújo (1973); Valdir Salles Saboia (1972), José Pinheiro Jobim (1979).

351) Ruben do Nascimento Paiva

(1913-1995) General do Exército. Diretor do Hospital Central do Exército (HCE) em 1971, concedeu autorização para o ingresso de agentes do Departamento de Ordem Política e Social do Rio de Janeiro (DOPS/RJ) no hospital, para interrogatório de Raul Amaro Nin Ferreira, que lá foi torturado. Vítima relacionada: Raul Amaro Nin Ferreira (1971).

352) Rubens Gomes Carneiro (1937-) Segundo-sargento do Exército. Atuou como agente de operações do Centro de Informações do Exército (CIE), lotado no gabinete do ministro do Exército entre 1970 e 1976. Identificado por Inês Etienne Romeu como o torturador que na Casa da Morte atuou sob o codinome de "Laecato". O coronel Paulo Malhães confirmou a participação de Rubens Gomes Carneiro no massacre do Parque Nacional do Iguaçu. Teve participação em casos de detenção ilegal, tortura, execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadá- ver. Recebeu a Medalha do Pacificador com Palma em 1970. Vítimas relacionadas: Paulo de Tarso Celestino da Silva (1971); Onofre Pinto, Daniel José de Carvalho, Joel José de Carvalho, José Lavecchia, Victor Carlos Ramos e Enrique Ernesto Ruggia (1974); ocultação dos cadáveres de Maria Augusta Thomaz e Márcio Beck Machado (1980).

353) Rubens Paim Sampaio

(1934-) Coronel do Exército. Oficial do gabinete do ministro do Exército a partir de agosto de 1970, exerceu a função de adjunto do Centro de Informações do Exército (CIE), até 1976. Identificado por Inês Etienne Romeu como o torturador que na Casa da Morte, em Petrópolis (RJ), atuou sob o codinome de "doutor Teixeira". Teve participa- ção em casos de tortura, execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver. Foi denunciado criminalmente pelo Ministério Público Federal em maio de 2014, acusado de participação no homicídio e na ocultação do cadáver do ex-deputado Rubens Beyrodt Paiva. Convocado pela CNV em duas oportunidades, não compareceu às oitivas; diante da inconsistência da justificativa apresentada, a CNV solicitou à Polícia Federal abertura de inquérito policial. Recebeu a Medalha do Pacificador em 1963. Vítimas relacionadas: Rubens Beyrodt Paiva, Paulo de Tarso Celestino da Silva, Walter Ribeiro Novaes (1971); Onofre Pinto, Daniel José de Carvalho, Joel José de Carvalho, José Lavecchia, Victor Carlos Ramos e Enrique Ernesto Ruggia (1974).

354) Rubens Pedro Macuco Janini

(1931-2009) Médico-legista do Instituto Médico-Legal do estado do Rio de Janeiro (IML/ RJ). Teve participação em casos de emissão de laudo necroscópico fraudulento. Vítimas relacionadas: Manoel Rodrigues Ferreira (1968); Severino Viana Colou (1969); Marilena Villas Boas Pinto (1971); Raul Amaro Nin Ferreira (1971); Luiz Ghilardini (1973).

357) Salim Raphael Balassiano

(1933-) Médico-legista do Instituto Médico-Legal do estado do Rio de Janeiro (IML/RJ). Teve participação em casos de emissão de laudo necroscópico fraudulento. Vítimas relacionadas: Aurora Maria Nascimento Furtado (1972) e Luiz Guilhardini (1973).

362) Sebastião Curió Rodrigues de Moura

(1938-) Coronel do Exército. Conhecido também como "Curió" ou "doutor Luchinni", esteve vinculado ao Centro de Informações do Exército (CIE). Serviu na região do Araguaia, onde esteve no comando de operações em que guerrilheiros do Araguaia foram capturados, conduzidos a centros clandestinos de tortura, executados e desapareceram. Participou da Operação Sucuri, em 1973, e comandou o posto de Marabá (PA) durante a Operação Marajoara, de outubro de 1973 até o final de 1974. Conforme sua folha de alterações, em 1974 foi elogiado pelo chefe da 2a seção e coordenação executiva do Centro de Operações de Defesa Interna/Comando Militar do Planalto (CODI/CMP), que registrou que Curió, "na árdua tarefa de combate à subversão, demonstrou não somente coragem e arrojo, como habilidade e imaginação na solução dos problemas com que se deparou". Foi denunciado pelo Ministério Público Federal no ano de 2012 por ter promovido, em 1974, a privação permanente da liberdade, mediante sequestro, de cinco pessoas: Antônio de Pádua Costa, Daniel Ribeiro Callado, Hélio Luiz Navarro de Magalhães, Maria Célia Corrêa e Telma Regina Cordeiro Corrêa. Em depoimento registrado no livro Mata! O major Curió e as guerrilhas no Araguaia (Nossa, Leonencio. São Paulo: Companhia das Letras, 2012), admite que participou do episódio da morte de Lúcia Maria de Souza, estando na companhia do tenente-coronel Carlos Sergio Torres, do tenente-coronel Pedro Luiz da Silva Osório, do tenente-coronel Léo Frederico Cinelli, do segundo-sargento José Conegundes do Nascimento, do subtenente João Pedro do Rego e, ainda, do major Lício Augusto Ribeiro Maciel, ferido no episódio. Ainda conforme registro na obra referida, reconhece que participou da prisão de Dinalva Oliveira Teixeira e Luiza Augusta Garlippe, em 1974, e o sargento João Santa Cruz Sacramento relata ter visto Curió embarcar com Dinaelza Santana Coqueiro em um helicóptero e que Curió teria participado de sua execução, bem como interrogado Suely Yumiko Kanayama na base da Bacaba (PA). Raimundo Nonato dos Santos, em depoimento ao Ministério Público Federal, em 2001, declarou que Nelson Lima Piauhy foi morto em uma operação comandada pelo então capitão Curió. Após ser convocado em três oportunidades pela CNV, apresentou atestado médico para justificar a impossibilidade de comparecimento, não tendo sido acolhida oferta da Comissão para coleta de depoimento domiciliar ou hospitalar. Recebeu a Medalha do Pacificador com Palma em 1973. Vítimas relacionadas: Antônio de Pádua Costa, Daniel Ribeiro Callado, Hélio Luiz Navarro de Magalhães, Maria Célia Corrêa, Telma Regina

Cordeiro Corrêa, Dinalva Oliveira Teixeira, Nelson Lima Piauhy Dourado, Luiza Augusta Garlippe, Dinaelza Santana Coqueiro, Oswaldo Orlando da Costa e Suely Yumiko Kanayama (1974).

366) Sérgio de Oliveira

Médico-legista do Instituto Médico-Legal do estado de São Paulo (IML/SP). Teve participação em caso de emissão de laudo necroscópico fraudulento. Caso relacionado: Joelson Crispim (1970).

371) Ubirajara Ribeiro de Souza

(1937-) Subtenente do Exército, oficial do gabinete do ministro do Exército, de 1970 a 1977. Segundo Inês Etienne Romeu, Ubirajara atuou na Casa da Morte, em Petrópolis (RJ). Teve participação em casos de tortura, execução e desaparecimento forçado. Convocado pela CNV em duas oportunidades, prestou depoimento em julho de 2014, tendo deixado de responder às perguntas formuladas. Recebeu a Medalha do Pacificador com Palma em 1972. Vítimas relacionadas: Carlos Alberto Soares de Freitas, Inês Etienne Romeu, Antônio Joaquim de Souza Machado e Paulo de Tarso Celestino da Silva (1971).

372) Valter da Costa Jacarandá

(1939-) Coronel aposentado do Corpo de Bombeiros. Atuou no 1o Batalhão de Polícia do Exército (BPE), no Rio de Janeiro, em 1970. Teve participação em casos de prisão ilegal, tortura e desaparecimento forçado. Foi ouvido pela CNV em agosto de 2013 e reconheceu a prática de tortura, sem mencionar casos específicos. Vítima relacionada: Mário Alves de Souza Vieira (1970).

375) Wilson Luiz Chaves Machado

(1947-) Coronel do Exército. Denunciado criminalmente pelo Ministério Público Federal em maio de 2014, por sua participação no atentado do Riocentro (1981). Convocado em três oportunidades pela CNV, prestou depoimento em julho de 2014, tendo optado por não responder às questões que foram formuladas. Recebeu a Medalha do Pacificador em 2001.

376) Ydyno Sardenberg Filho

(1931-) Coronel do Exército. Atuou na repressão à Guerrilha do Araguaia. Teve participação em caso de execução e desaparecimento forçado. Vítima relacionada: Luiz René Silveira e Silva (1974).



Foto: Bruno Marins

PARTE VI
O QUE RESTA DA DITADURA

Foto: Bruno Marins

Nenhuma sociedade que tenha experimentado períodos de extrema violência, como foi a Ditadura Militar de 1964, fica imune aos seus efeitos devastadores[1]. No caso brasileiro, tais efeitos foram ainda mais prolongados frente às lacunas e limites da Justiça de Transição. Fomos o último país do Cone-Sul a instituir uma Comissão da Verdade, não investigamos os crimes do passado e mantivemos, durante décadas, uma política oficial de esquecimento. As continuidades de nosso passado ditatorial revelam-se, hoje, em diferentes esferas: nas dificuldades enfrentadas por ex-presos e perseguidos políticos para superar as sequelas, físicas e psicológicas, causadas pela violência de Estado; no silenciamento imposto a milhares de pessoas atingidas pela repressão e que ainda temem contar suas histórias; na transmissão dos traumas entre gerações para os filhos e netos de militantes presos, mortos ou desaparecidos; e na repetição dos padrões de violação de direitos humanos nos tempos atuais.

A herança autoritária da ditadura perpetua-se não somente no corpo individualizado das milhares de pessoas perseguidas, presas e torturadas. Ela alcança as gerações mais jovens e atinge a sociedade brasileira como um todo, impondo, por um lado, a despolitização do espaço público com o consequente silenciamento das memórias das lutas sociais e, por outro lado, a manutenção de parte da estrutura repressiva do Estado ditatorial (legislativa, policial e judiciária). As sequelas da ditadura ficam ainda mais evidentes com a constatação de que grande parte da população desconhece o ocorrido no passado e com a crescente banalização das práticas violentas das forças policiais que continuam a ser empregadas contra os mais pobres. Não por acaso, as prisões arbitrárias, torturas, execuções sumárias e desaparecimentos forçados crescem exponencialmente no Brasil. Conhecer os efeitos da ditadura que ainda perduram é etapa necessária para conseguirmos, enfim, romper com nosso passado ditatorial recente.

1. VITAL BRASIL, Vera. Dano e reparação no contexto da Comissão da Verdade: a questão do testemunho. Trabalho apresentado na mesa "Os desafios da Comissão da Verdade do Brasil" no Seminário Internacional Comissão da Verdade e Justiça de Transição: perspectivas brasileiras. Junho, 2011.

Capítulo 22 - O LEGADO DO TRAUMA NAS GERAÇÕES QUE SE SEGUIRAM

Um dos aspectos menos conhecidos da ditadura militar diz respeito à forma como crianças e jovens foram afetados pelo terror de Estado. Muitos deles foram perseguidos e monitorados, cresceram dentro de prisões, presenciaram a detenção dos pais e assistiram a sessões de tortura[2]. Quando não diretamente atingidos pela violência de Estado, os filhos, netos ou irmãos mais novos de militantes políticos foram indiretamente afetados pela atmosfera de insegurança, medo, vigilância e terror que rondava suas vidas. As histórias dessas crianças ficaram, contudo, encobertas durante muitos anos e constituem, hoje, uma das formas de expressão das continuidades da ditadura no presente.

Depois de décadas de silenciamento forçado, novos canais de construção de narrativas sobre o passado começam a emergir em nosso país. No Rio de Janeiro, em dezembro de 2014, foi lançado o Grupo Filhos e Netos por Memória, Verdade e Justiça com o objetivo de debater os efeitos, nas gerações seguintes, da violência de Estado contra os opositores do regime militar. Em parceria com o Projeto Clínicas do Testemunho do RJ[3] e com a CEV-Rio, o Grupo realizou dois encontros que abordaram a temática da transgeracionalidade, isto é, da transmissão do trauma entre diferentes gerações: uma audiência pública intitulada *Efeitos Transgeracionais da Violência de Estado* e uma conversa pública sobre *Políticas Reparatórias para Filhos e Netos Afetados pela Violência de Estado*. Nas duas ocasiões foram ouvidos, ao todo, doze testemunhos de filhos, netos e sobrinhos de ex-militantes políticos[4]. As falas, apresentadas ao longo deste capítulo, trouxeram à tona uma série de memórias do exílio, das constantes mudanças de residência, do silêncio, da distância dos pais, da solidão e do desamparo, entre uma série de outros sentimentos e traumas vivenciados por crianças e jovens à época.

Vale esclarecer que o termo trauma indica a ocorrência de um evento violento, inesperado e arrebatador, incapaz de ser imediatamente compreendido no momento de sua experiência, mas que, posteriormente, retorna na forma de lembrança, pesadelo ou outros fenômenos. Pode ser caracterizado como uma "memória de um passado que não passa"[5]. Quando não elaboradas, as experiências traumáticas tendem a se atualizar na vida dos afetados e a se transferirem inconscientemente a seus descendentes.

2. Esse tema foi anteriormente abordado pela CNV no capítulo 10 de seu Relatório Final (BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. Volume I. p.426) e pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo (SÃO PAULO. Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo - Rubens Paiva. Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. São Paulo: ALESP, 2014).

3. O projeto Clínicas do Testemunho do RJ, da Comissão de Anistia do Ministério de Justiça, é desenvolvido pela Equipe Clínico-Política do Instituto Terapêutico do Rio de Janeiro.

4. Os testemunhos foram dados por: Marcia Curi Vaz Galvão (filha de Arakém Vaz de Galvão e de Gladys Celina Curi Bermudes); Alan Brigagão Santanna (neto de José Brigagão); Fábio da Rocha Dias Campos (filho de Lenita da Rocha Dias Campos e Sergio Emanuel Dias Campos); Dario Gularte (filho de Carlos Gularte); Leo Vieira Alves (neto de Mário Alves); Anita Verçosa Lins (filha de Amaro Lins); Heliana Castro Alves (filha de Margarida Portera Solero e Francisco Xavier Castro Alves); Lúcia Alves (filha de Mário Alves); Pedro Luis Moreira Lima (filho de Rui Moreira Lima); Flávio Serafini (filho de Carlos Alberto Serafini); Felipe Nin (sobrinho de Raul Amaro Nin Ferreira); Alba Brigagão (filha de José Brigagão).

5. SELIGMANN-SILVA. Narrar o trauma - A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. In: Psi.Cli., Rio de Janeiro, 2008. Vol.20, N.1. p. 65-82.

Os destinos do trauma dependem tanto dos recursos pessoais daquele que o viveu, como da forma através da qual a sociedade e o Estado o encaram. Se o dano é reconhecido por uma instância oficial, sua elaboração pelo indivíduo torna-se mais fácil. Mas se o Estado e a sociedade silenciam sobre a violência passada, acabam por legitimá-la e desmenti-la, tornando-a um corpo estranho que se naturaliza e se transmite para as gerações futuras. Nesse sentido, os efeitos da violência institucionalizada sobre filhos e netos de militantes presos, torturados, assassinados e desaparecidos adquire contornos peculiares, posto que o silenciamento, a negação e a impunidade que se seguiram a essa violações converteram-nos nos únicos depositários dos danos provocados aos seus entes queridos[6].

Nos testemunhos prestados à CEV-Rio, muitos deles relataram que, diante da omissão do Estado e enquanto depositários dos danos do passado, se sentem no dever de guardar e contar a história de suas famílias. Nas palavras de Lucinha Alves, filha do desaparecido político Mário Alves:

> *"Sendo filha única, depois que meu pai desapareceu ficou aquela coisa né. A luta da minha mãe muito doente. Ela tinha enfisema pulmonar. Ela faleceu de enfisema pulmonar. Pra mim, ela faleceu pelo longo pesar da perda do companheiro de luta dela. (…) Eu tenho que saber o que aconteceu com o meu pai. Minha mãe morreu, sobrei eu pra contar essa história[7]."*

Felipe Nin, sobrinho de Raul Amaro Nin Ferreira, integrante da rede de apoio do MR-8, assassinado

6. KOLKER, Tania. Tortura e Impunidade - Danos psicológicos e efeitos de subjetivação. In: BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Tortura. Coordenação Geral de Combate à Tortura (Org.). 1ª Ed. p. 170-195.

7. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Lucia Alves para a CEV-Rio. Conversa Pública "Políticas Reparatórias para Filhos e Netos de Afetados pela violência de Estado". 18/06/2015.

em 1971, também relatou o sentimento de dever, como familiar, de ir mais a fundo nas investigações do caso de seu tio, o que resultou na publicação do Relatório Raul Amaro Nin Ferreira, em 2014.

> *"Eu nasci em 86, num momento onde eles estavam reconstruindo a vida deles, a vida legal. Cresci ouvindo histórias, os apuros que passaram. Meu pai convivendo com essa memória e com essa dor do que aconteceu com o irmão dele e a sensação de que a qualquer momento poderia acontecer o mesmo com ele. (…) O que que isso tem a ver comigo e como eu fui trazendo isso pra minha trajetória? Eu sou militante de direitos humanos, sou arquiteto e trabalho mais voltado para a questão da moradia. Meu irmão se chama Raul, advogado, é defensor público agora. Nos vimos com a questão da Comissão da Verdade, com uma certa obrigação de ir mais a fundo nessa história do Raul Amaro. Em 2012, saiu uma foto do Raul no Jornal O Globo, uma foto que era inédita, ele preso no DOPS. A matéria ainda dizia assim: "foto inédita de Raul encontrado vivo no DOPS". A partir disso, a gente soube que teria mais informações sobre o caso dele e resolvemos nos debruçar sobre essa história e ir a fundo numa pesquisa, trazendo uma contribuição crítica pro processo da comissão da verdade que estava começando naquela altura[8]."*

Um elemento comum, abordado em quase todos os testemunhos, foi a dificuldade de se trabalhar com as memórias do passado. Acostumados a guardarem segredos e condicionados a esquecerem o que havia se passado com seus pais, os depoentes relataram a dificuldade de construírem as suas próprias narrativas. Nas palavras de Marcia Curi Vaz Galvão, filha do ex-preso político Arakém Vaz Galvão e da guerrilheira tupamaro, Gladys Celina Curi Bermudes:

> *"Escrever esse testemunho foi como dar um mergulho preciso e certeiro rumo à mais profunda escuridão, ao mais mudo silencio, ao mais angustiante dos medos. O medo de reencontrar aquela velha infância, onde o faz de conta era de verdade, onde o esconde-esconde nunca terminava e a cabra-cega vendada, desorientada sem rumo era eu, sempre. Como se transita no desconhecido? Como rememoramos um passado necessariamente perdido no mais profundo de todos os oceanos? Como se constrói um testemunho se, para construí-lo, é necessário respirar quilos de poeiras perdidas em décadas atrás[9]."*

Da mesma forma, Alba Brigagão, filha de José Brigagão, membro do Partido Comunista Brasileiro, relatou os obstáculos enfrentados para falar sobre sua própria história:

> *"Eu, sob o conselho de nossas terapeutas, não consegui descolar a minha vida desses fatos todos (…) pra falar com vocês de mim, Alba, como filha. O que eu consegui fazer foi um trajeto de um caminho percorrido por ele e paralelamente por mim, enquanto criança e depois adolescente e adulto jovem. Foram muitos anos de silêncio, de confusão. E, por isso mesmo, eu acho que é tão difícil pra todos nós falarmos com uma certa clareza[10]."*

Muitas dessas pessoas, jovens e crianças à época, presenciaram violações de direitos humanos contra seus parentes. Algumas foram diretamente afetadas pela perseguição do Estado a seus pais, sendo obrigados a se manterem na clandestinidade, seguirem para o exílio ou se mudarem constantemente de residência. Como relata Marcia Curi:

> *"Quando eu tinha um ano e três meses, os milicos entraram em minha casa, de repente, em plena madrugada, quebraram tudo enquanto procuravam não sei o quê. Soube que permitiram que minha mãe trocasse minha fralda, enquanto eu brincava com uma espingarda. Soube que depois desse dia minha mãe ficou por uma semana desaparecida. Soube que naquela madrugada, meu tio, Juan Carlos Curi, então com quatorze anos de idade, estava dormindo na nossa casa e foi com ele que fiquei após minha mãe ter sido levada. Soube que após uma semana minha mãe apareceu no quartel 11, ou talvez no quartel 13, na cidade de Montevideo, onde permaneceu presa por quatro anos.(…) Soube que após a soltura da minha mãe, ela teve que sair rapidamente do país, porque estava ameaçada de morte. Soube que, apesar dos apelos de minha tia, minha mãe decidiu que deveria levar a filha consigo para o exílio. Soube que fomos para a Argentina. Nunca entendi o que fomos fazer lá. Soube que da Argentina fomos imediatamente para Barcelona, onde vivemos por seis meses. (…) Soube que depois fomos pra Paris, França, onde moramos não sei quanto tempo. Depois fomos para Estocolmo, Suécia, onde moramos por um ano (…) Soube que depois voltamos para Paris, onde fui alfabetizada em francês. (…) Chegamos no Brasil em julho de 1979. (…) A partir daí, morando em Santa Teresa, começou uma grande confusão e eu me mudei mais em Santa Teresa do que eu me mudei pelo mundo, por causa de uma coisa chamada Operação Condor. Eu sei que eu devo ter morado em todas as ruas de Santa Teresa. Eu me lembro que quando eu fui alfabetizada em português, de novo, numa escola municipal chamada Escola Municipal Machado de Assis, em Santa Teresa, de repente eu nunca mais pude ir pra escola e eu fui morar num apartamento que eu sei que fica na Equitativa, um condomínio e eu não podia sair de dentro daquele apartamento. Eu devia ter uns 10, 11 anos[11]."*

Pedro Luís Moreira Lima contou ainda ter presenciado a prisão do pai, o tenente-brigadeiro Rui Moreira Lima. Em 1969, Pedro chegou a ser detido por agentes estatais para que entregasse o endereço do pai. Segundo seu relato:

> *"saí do trabalho, quando cinco homens me seguraram na porta de casa. "Onde está seu pai?". "Tá trabalhando". Me agarram e me levaram pra dentro de um carro. (…) Eu tinha conhecimento do que se passava na época, mas não podia imaginar que aquilo ia acontecer. Meu pai, um herói de guerra. É muito fácil eu falar do meu pai, contar a história dele, mas quando eu conto a minha história é barra pesada. Como se eu fosse anulado. "Que que eu faço?". Eram cinco homens dentro do carro. "Ele está na Presidente Vargas, 583, 12º andar". Aquilo pra mim foi uma porrada. Eu falei isso e nem resisti. Mas não sabia o que resistir. Não podia imaginar. Meu pai desce, quando meu pai me vê dentro do carro "seus filhos da puta, soltem o meu filho". Eram sargentos prendendo coronel. Isso quebra toda a hierarquia. Veio aquela voz do comando e me soltaram. "Onde vocês estão levando meu pai?". "Estamos levando seu pai para o DOI-CODI, pra Polícia do Exército". Meu pai ficou três dias em condições piores possíveis[12]."*

Eliana Castro Alves, filha dos ex-militantes Margarida Portera Solero e Francisco Xavier Castro Alves contou que seus dois irmãos, ainda muito pequenos, presenciaram a prisão de seus pais no ano de 1973, descrevendo-lhe, posteriormente, o pavor que sentiram na ocasião:

> *"O dia em que eles foram presos, eu não tinha nascido ainda. Meu irmãos estavam presentes. O meu irmão do meio tinha três meses – ele foi desmamado pela ditadura militar – e o meu irmão mais velho tinha cinco anos. Na casa, também tinha o irmão do meu irmão mais velho que tinha treze anos. Meu irmão de cinco anos lembra desse dia, apesar de ser muito novo. Ele me conta que ouviu um barulho muito grande, muitos gritos e uma correria muito grande. A sensação era de um pavor pra ele, que ele não consegue descrever. Mas ele*

8. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Felipe Nin para a CEV-Rio. Conversa Pública "Políticas Reparatórias para Filhos e Netos de Afetados pela violência de Estado". 18/06/2015.

9. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Marcia Curi. Audiência pública "Efeitos Transgeracionais da Violência de Estado". 05/12/2014.

10. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Alba Brigagão para a CEV-Rio. Conversa Pública "Políticas Reparatórias para Filhos e Netos de Afetados pela violência de Estado". 18/06/2015.

11. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Marcia Curi. Audiência pública "Efeitos Transgeracionais da Violência de Estado". 05/12/2014.

12. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Pedro Luís Moreira Lima para a CEV-Rio. Conversa Pública "Políticas Reparatórias para Filhos e Netos de Afetados pela violência de Estado". 18/06/2015.

ouvia os gritos da minha mãe o tempo todo dizendo "não leva eles", "não leva eles", "não leva eles". A maior preocupação era que a polícia levasse as crianças. Enfim, justamente quando a polícia estava levando meus pais, quando meus pais realmente foram sequestrados, os meus avós chegaram[13]*."*

No mesmo sentido, Anita Verçosa Lins, filha de Amaro Lins, membro das Ligas Camponesas do Rio de Janeiro, retratou, em seu testemunho, os obstáculos que lhe foram impostos em razão das constantes mudanças da família:

"*Nós vivemos em Engenheiro Pedreira, Pedra Lisa, Japerí, Itaguaí. Não tínhamos paradeiro. (…) Não ficávamos mais de três meses. Então, como estudar? Não tinha condição de nenhum dos quatro filhos saber o que era escola. Sem contar que as nossas casas muito simples – eram barracos que ele mesmo fazia – eram constantemente visitadas pelo Exército brasileiro. Nós não entendíamos porquê. Se meu pai era honesto, mesmo quando criança, a gente não entendia porque as Forças Armadas constantemente rodeavam as terras onde estava nossa família*[14]*."*

Os efeitos da violência de Estado sobre as vidas dessas pessoas foram inúmeros. A privação de contato com os pais, presos e torturados pelo Estado; o medo do abandono; a vigilância constante por parte dos órgãos da repressão; a perda de um ente querido, assassinado ou desaparecido nos centros de prisão e tortura; o silenciamento imposto pela sociedade, entre uma série de outras questões, produziram danos psicológicos, físicos, bem como aos projetos de vida daqueles jovens e crianças. O caso de Eliana Castro Alves é emblemático nesse sentido. Seu pai e sua mãe foram presos e torturados, lado a lado, no interior do DOI-CODI. Após ser solta, sua mãe desenvolveu um quadro depressivo profundo. Conforme relatou:

"*No meio dessa depressão profunda, eu nasci. (…) A maior lembrança que eu tenho, que eu tenho totalmente minha é de uma tristeza muito grande, uma falta de interação com a gente, um silêncio muito grande. Essa é a maior lembrança que eu realmente tenho dela. Eu não conseguia sair de perto dela, porque eu achava que se eu saísse de perto dela eu ia ficar mais triste. (…) Eu tive um atraso na fala, na linguagem muito grande. Eu só comecei a falar com quatro, cinco anos. Eu era uma menina muito fechada e não conseguia falar. E ai meu pai ficou extremamente preocupado com isso e fez a minha mãe ir atrás de médicos. Passei por uma bateria enorme de testes. (…) No final dessas baterias de testes todas, os médicos viraram pra minha mãe, um médico especial em São Paulo que era muito famoso– porque minha mãe rodou um monte de médicos – e ele virou pra ela e falou: "mas a senhora conversa com a sua filha, a senhora conversa com os seus filhos?". Foi aí que a minha mãe desmanchou. Ela estava em depressão profunda e ela percebeu que a depressão dela tinha impacto sobre os filhos dela. E foi assim que foi o diagnóstico do meu atraso na linguagem: por depressão materna. Os médicos me encaminharam pra uma psicoterapeuta pra poder fazer ludoterapia. A minha mãe conta que nas primeiras sessões de terapia, a terapeuta fez questão que a minha mãe estivesse presente na sala e que eu não falava nada, que eu nem brincava, que, na verdade, eu só pegava os brinquedos e colocava no colo da minha mãe, amontoando os brinquedos no colo dela. Na verdade, eu queria que ela interagisse comigo, queria que ela falasse, brincasse comigo. Depois desse período de terapia, eu comecei a desabrochar a minha fala, eu comecei a recuperar o meu atraso de linguagem e a vida foi caminhando*[15]*."*

13. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Eliana Castro Alves para a CEV-Rio. Conversa Pública "Políticas Reparatórias para Filhos e Netos de Afetados pela violência de Estado". 18/06/2015.
14. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Anita Verçosa Lins para a CEV-Rio. Conversa Pública "Políticas Reparatórias para Filhos e Netos de Afetados pela violência de Estado". 18/06/2015.
15. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Eliana Castro Alves para a CEV-Rio. Conversa Pública "Políticas Reparatórias para Filhos e Netos de Afetados pela violência de Estado". 18/06/2015.

Alan Brigagão, por sua vez, neto de José Brigagão, falou sobre os efeitos da constante vigilância imposta à sua família e do preconceito enfrentado em razão de seu sobrenome:

"*Eu cresci numa família politizada e traumatizada pela vigilância de um Estado repressivo. Nossa vida ficou marcada por falas dentro de casa. Falas que eram comuns pra mim e pro meu irmão: "olha, grampearam o telefone de novo", "será que os militares vão dar outro golpe?", "aquele rapaz que levava os meninos na escola desapareceu", "isso é mentira da Rede Globo", "cuidado com os vizinhos", "nós não arrumamos bons empregos por causa do sobrenome", "não fale do seu avô nas entrevistas" – porque minha mãe perdeu o emprego na Shell por ser filha do meu avô, minha tia também pagou um preço caro pela perseguição culminando com o fim do seu casamento e o retorno para o Brasil, porque na época morava nos Estados Unidos. Angustia, isolamento, desconfiança, paranóias e medo. Hoje eu percebo como nossa vida foi afetada por um sobrenome, por uma visível exclusão*[16]*."*

Fábio da Rocha Dias Campos, filho do ex-militante Sergio Emanuel Dias Campos, descreveu, ainda, o sentimento de frustração e de vazio constante, causado pela espera por seu pai, preso durante a ditadura.

"*Hoje em dia eu odeio a palavra esperança. (…) A simples ideia de esperar tomou em mim a força de um monstro aviltante que nos destrói em nosso maior bem, em nosso maior ativo, que é o tempo. Esse sim é o nosso rei, o nosso guia. (…) Odeio a esperança. (…) A esperança me fez muito mal. Com ela, eu me vi esperando muitos anos, uma possibilidade de transformação que não se fez nunca. As cartas de meu pai chegaram trazendo alegria, mas ele, de carne e osso, não vinha nunca. Me esqueci de quanto tempo passara*[17]*."*

Os testemunhos apresentados, cada um com suas peculiaridades, buscaram registrar em palavras, as experiências vivenciadas, no passado, por crianças e jovens, filhos ou netos de militantes políticos perseguidos, presos ou assassinados. Trata-se de um esforço necessariamente coletivo de superação das continuidades da ditadura militar em nosso presente. Por um lado, o testemunho torna pública a experiência até então confinada à esfera privada do indivíduo e, por outro lado, transforma todos nós, aqueles que escutamos ou lemos o relato, em testemunhas da história e co-responsáveis éticos pela superação do trauma. Ao narrar os horrores do passado, exigindo do Estado o reconhecimento dos crimes pretéritos e sua consequente reparação, a pessoa transita da posição de vítima para a de testemunha, construindo novos campos de sentido da experiência dolorosa vivenciada. A narrativa testemunhal pode, assim, ser compreendida como um ato de reparação simbólica, quando realizada diante de um órgão estatal que a reconheça. Ela é parte de uma ideia mais ampla de reparação integral que se insere no âmbito das políticas públicas por verdade, memória e justiça. Nas palavras de Leo Vieira Alves, neto de Mário Alves:

"*O testemunho tem um valor imenso para nós. Não é apenas um efeito terapêutico que ele traz, ainda mais quando o Estado nos ouve e isso é publicado para a sociedade que, por sua vez, vira também testemunha da história. Nossas demandas ao Estado são as da Justiça de Transição, nada além disso. (…) Nossas demandas são, por exemplo, criação dos centros de memória (…), a continuação da reparação terapêutica – de preferência com o aproveitamento da experiência do Clí-*

16. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Alan Brigagão. Audiência Pública "Efeitos Transgeracionais da Violência de Estado". 05/12/2014.
17. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Fabio Campos. Audiência Pública "Efeitos Transgeracionais da Violência de Estado". 05/12/2014.

nicas do Testemunho, que se torne uma política de saúde – a revisão da lei de anistia para julgar aqueles que praticaram crimes de lesa humanidade (…)[18].”

Enfim, a CEV-Rio entende que a construção do “nunca mais” e o consequente fortalecimento da democracia passa necessariamente pela possibilidade de construção de novas narrativas sobre o período ditatorial. Narrativas estas que têm a potência de transformar a dor privada em responsabilidade coletiva e de nos fazer pensar criticamente sobre os limites a serem superados de nossa Justiça de Transição. Trata-se de questionarmos sobre tudo aquilo que ainda resta da ditadura em nossa sociedade. O próximo capítulo abordará outro aspecto dessa mesma questão: as continuidades, na democracia, dos padrões de violações de direitos humanos perpetrados pelo Estado brasileiro.

Performance do Grupo Filhos e Netos por Memória, Verdade e Justiça, realizada durante audiência pública em 05/12/2014
Foto: Bruno Marins



18. Acervo CEV-Rio. Testemunho de Leo Vieira Alves. Audiência Pública “Efeitos Transgeracionais da Violência de Estado”. 05/12/2014.

Capítulo 23 - A REPETIÇÃO DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

A Comissão da Verdade do Rio foi instituída para investigar as graves violações de direitos humanos praticadas durante a ditadura militar. No entanto, a análise dos padrões de violações no presente tornou-se fundamental para que a Comissão pudesse recomendar ao Estado medidas efetivas de não-repetição de violações de direitos humanos (art. 4º, V, da Lei Estadual n.º 6.335/12).

Em um trabalho voltado para a construção da memória da injustiça passada observou-se que as atrocidades de outrora persistem com diferentes abordagens, mesmo após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Essa constatação contraria a noção generalizada de ruptura entre o passado e o presente, gerada como consequência de uma Justiça de Transição tardia e comedida.

A comparação com a transição democrática de outros países da região, como Argentina e Chile, evidencia que, no Brasil, esse movimento se deu de forma extremamente controlada. Na Argentina, quase não houve negociação entre o regime militar e o novo governo e no Chile, embora a elite civil tenha negociado com os militares, criou-se quase imediatamente a Comissão Nacional da Verdade e Reconciliação, dentre outras iniciativas visando à reparação dos atingidos. Enquanto isso, os primeiros governos democráticos brasileiros pouco enfrentaram os abusos da ditadura militar, contribuindo com a impunidade e o esquecimento.

Através de uma estrutura repressora e violenta, o Estado ditatorial empreendeu uma série de violações de direitos humanos com o intuito de silenciar pessoas e grupos que ameaçavam as sustentações do poder da ditadura e os interesses dos setores beneficiados pelo regime. Indivíduos e grupos sociais foram vítimas de perseguição, censura, tortura, prisões arbitrárias, execução, desaparecimento forçado, remoções, discriminação de gênero e de raça, entre outras violações.

Diante da repetição, no presente, desses padrões de violência institucional, a CEV-Rio estudou relatórios de órgãos e entidades de direitos humanos – do Estado ou da sociedade civil –que desenvolvem trabalho de monitoramento e denúncia de violações de direitos humanos no país, em especial no estado do Rio de Janeiro. Estes relatórios, produzidos entre 2012 e 2015, são contundentes em afirmar a permanência de tais violações, bem como em demonstrar que as suas vítimas possuem um perfil social específico: jovens, a maioria negros e pobres.

Mortes e Desaparecimento Forçado

No cenário internacional, o Brasil figura entre os mais violentos países do mundo. O Mapa da Violência 2015: mortes matadas por arma de fogo[1] mostra que 42.416 pessoas morreram em 2012 vítimas de armas de fogo no país, das quais 40.077 foram vítimas de homicídio. Segundo dados colhidos junto à Organização Mundial de Saúde (OMS), o Brasil é o 11º país com a pior taxa de mortalidade por arma de fogo. Já o Mapa da Violência 2015: Adolescentes de 16 e 17 anos no Brasil[2] aponta que, entre os 85 países analisados pela OMS, o Brasil ocupa o terceiro lugar quando analisada a taxa de homicídios de adolescentes de 15 a 19 anos, superado

1. WAISELFISZ, J.J. Mapa da Violência 2015: Mortes Matadas por Armas de Fogo. Brasília: FLACSO/UNESCO, 2015. p. 21.
2. WAISELFISZ, J.J. Mapa da Violência 2015: Adolescentes de 16 e 17 anos no Brasil. Brasília: FLACSO, 2015. p. 65.

apenas pelo México e El Salvador. Considerando esta faixa etária, o Rio de Janeiro possui a 11ª pior taxa dentre as demais unidades federativas do país, com 62,5 homicídios para cada 100 mil habitantes. A Campanha Jovem Negro Vivo, lançada em 2015, pela Anistia Internacional, destaca que dos 30.000 jovens assassinados todos os anos no país, 77% são negros[3]. Esta realidade está ligada a um cenário de violência institucional, no qual o Estado se faz protagonista de violações de direitos humanos, principalmente por meio de suas políticas de segurança e custódia de pessoas, que abarcam presídios e unidades de cumprimento de medida socioeducativa.

Nesta seara prevalece, em regra, uma perspectiva militarista, seja por parte do policiamento ostensivo realizado pelas Polícias Militares, seja pela maneira como se organizam e atuam as Polícias Civis, Guardas Municipais, Secretarias de Segurança e de Administração Penitenciária e pelo uso recorrente da Força Nacional em intervenções nos estados. A perspectiva militarizada da segurança pública tem como principal problema a compreensão da existência de um inimigo interno potencial, que se torna alvo do aparato bélico. Revela ainda uma dimensão seletiva que norteia o sistema penal, as políticas de segurança públicas e o Poder Judiciário. Vale destacar que, segundo uma pesquisa da Secretaria Nacional de Segurança Pública e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a maioria dos policiais brasileiros é favorável às reformas e modernização das polícias. A mais emblemática delas é a desmilitarização da Polícia Militar, apoiada por 77,2% dos 21.101 policiais consultados.

A estrutura e atuação autoritária e letal dos órgãos de segurança são hoje marcas do Brasil. No Rio de Janeiro não é diferente: um cenário de violência, inflamado pela guerra às drogas, que tem como foco principal a atuação do narcotráfico nas favelas. Pesquisa realizada pelo professor Michel Misse constatou que, entre 2001 e 2011, mais de 10 mil pessoas foram mortas em confronto com a polícia no estado do Rio de Janeiro[4]. Estes casos revelam ainda a utilização dos chamados autos de resistência como forma de garantir a impunidade desses policiais, demonstrando que a cultura da violência permeia órgãos como o Ministério Público e o Judiciário.

O Relatório Anual da Anistia Internacional (2014-2015) aponta que 424 pessoas foram mortas pela polícia durante operações no estado do Rio de Janeiro em 2013, sendo que em 2014 este número cresceu a uma taxa de 37%[5]. Casos de violência institucional são, infelizmente, rotineiros: em março de 2004, Cláudia Silva Ferreira foi baleada no Morro da Congonha e arrastada, presa à traseira da viatura policial, por 350 metros; no mês seguinte, Douglas Rafael da Silva Pereira foi assassinado no Pavão-Pavãozinho (os moradores reagiram e Edilson Silva dos Santos, que participava do protesto, foi morto pela polícia); em setembro de 2015, Eduardo Felipe Santos Victor, de dezessete anos, foi executado por policiais militares da Unidade de Polícia Pacificadora do Morro da Providência, mesmo tendo se rendido. O código beligerante, que pauta as ações das polícias, produz um grande número de vítimas entre suspeitos de crimes, agentes de segurança e pessoas presentes no local das ações.

3. Anistia Internacional. Disponível em https://anistia.org.br/campanhas/jovemnegrovivo/

4. MISSE, Michel (org.). Autos de Resistência: uma análise dos homicídios cometidos por policiais na cidade do Rio de Janeiro (2001-2011). Relatório Final de Pesquisa - Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflitos e Violência Urbana. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011. p. 4.
5. ANISTIA INTERNACIONAL. Informe Anual da Anistia Internacional (2014/2015): o estado dos direitos humanos no mundo. Rio de Janeiro: Anistia Internacional Brasil, 2015. p.73.

O Rio de Janeiro apresenta ainda índices alarmantes de pessoas desaparecidas, contabilizando 5.975 casos em 2012 e 5.822 em 2013. A quantidade de cadáveres (538 em 2012 e 502 em 2013) e ossadas (30 em 2012 e 48 em 2013) encontrada no estado pode ser associada à violência institucional e ao crime de desaparecimento forçado[6]. Em 2013, a delegacia que mais registrou casos desse tipo foi a de Campo Grande (RJ) na Zona Oeste, local conhecido pela atuação de milícias. Contraditoriamente, naquele ano os policiais desta área foram beneficiados com um bônus orçamentário oferecido pela Secretaria de Segurança em razão da queda das estatísticas de "letalidade violenta"[7]. Deve-se levar em conta que esses números estão aquém da realidade, posto que muitas famílias preferem não registrar o desaparecimento, com medo de sofrerem represálias.

Tortura

A prática da tortura é rechaçada pelos mais antigos e diversos tratados internacionais de direitos humanos, dos quais o Estado brasileiro é signatário. Assim, a Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (1966), a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (1969), a Convenção das Nações Unidas Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (1984), entre outros, garantiram uma definição cada vez mais precisa a respeito desta prática e sobre o compromisso dos Estados-parte em proteger a dignidade humana. Embora o Brasil seja signatário desses tratados e possua uma legislação interna que proíbe a prática da tortura, o país coleciona diversas denúncias, tendo sido internacionalmente responsabilizado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, nas sentenças do Caso Damião Ximenes Lopes versus Brasil em 2006 e no Caso Gomes Lund e Outros ("Guerrilha do Araguaia") versus Brasil em 2010.

Sabe-se que a tortura ocorre principalmente em espaços de privação de liberdade[8] como presídios, unidades de cumprimento de medida socioeducativa, delegacias, clínicas para usuários de drogas, manicômios, abrigos etc. Isto demonstra o caráter institucional da tortura e a inadimplência do Estado em prevenir e combater a mesma. No Rio de Janeiro, o crescimento da população prisional é preocupante. Segundo o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro:

> *"Entre dezembro de 2011 e setembro de 2014 o acréscimo é de 32,8%, saltando de 29.045 em dezembro de 2011 para 38.568 até setembro de 2014. Ao passo que o crescimento da população prisional nacional no mesmo período é de 10,2%, partindo de 514.582 em dezembro de 2011 para 567.000 em junho de 2014. Em outras palavras, o crescimento do número de encarcerados no Rio de Janeiro corresponde ao triplo da média brasileira[9]."*

O cenário de encarceramento em massa atinge todo o país. A população prisional brasileira alcança hoje o total de 715 mil presos[10], sendo numericamente inferior apenas à dos Estados Unidos e da China.

Chama atenção o fato de que, atualmente, 40% da população carcerária nacional cumpre prisão

6. RIO DE JANEIRO (Estado). Instituto de Segurança Pública. Balanço das Incidências Criminais e Administrativas no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ISP, 2013.
7. Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo. Disponível em http://apublica.org/2014/02/desaparecidos-esquecidos/

8. CONECTAS. Julgando a tortura: análise de jurisprudência nos tribunais de justiça no Brasil (2005-2010). São Paulo: Conectas, 2015. p. 46.
9. RIO DE JANEIRO (Estado). Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura. Megaeventos, Repressão e Privação de Liberdade – 2014. Rio de Janeiro: ALERJ, 2014. p. 43.
10. Idem. p. 46.

provisória à espera de julgamento. Quase metade dos presídios brasileiros abriga pessoas que ainda não foram condenadas, o que denota desrespeito sistemático ao princípio da presunção de inocência[11]. Em relatório recente, a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro alertou que apenas 1/3 dos presos provisórios recebem de fato sentença condenatória[12]. O uso da medida restritiva de liberdade vem se afirmando também como uma tendência para os adolescentes em conflito com a lei.

Este cenário se mostra propenso à prática da tortura, por se caracterizar como um crime de oportunidade, no qual prevalece a invisibilidade social da vítima, inserida em espaços de difícil acesso, e sua vulnerabilidade em relação ao agente público, que é muitas vezes o seu torturador[13]. Além disso, a ampliação do encarceramento nas últimas décadas tem como consequência imediata a superlotação dos presídios, situação que estabelece uma rotina degradante, que vem se perpetuando sem atitudes eficazes por parte do Sistema de Justiça. Recentemente, por exemplo, os custodiados no Presídio Ary Franco no Rio de Janeiro passaram por uma epidemia de tuberculose dentro da unidade, que dispõe de 968 vagas, mas abrigava 1.398 detentos. Ao invés de melhorar as condições do local, a solução foi transferir os presos para outra unidade, a Penitenciária Alfredo Tranjan, já superlotada e em condições precárias[14].

O enfrentamento à tortura está muito aquém dos compromissos firmados internacionalmente pelo Estado brasileiro, exigindo uma resposta concreta por parte do Poder Judiciário para preveni-la e combatê-la. Estudo da ONG Conectas e do Núcleo de Estudos da Violência da USP analisou decisões judiciais sobre tortura nos Tribunais de Justiça de todo o país e demonstrou que 61% dos formalmente acusados eram agentes públicos e 37% agentes privados. No entanto, quando analisadas as sentenças, os agentes privados tendem a ser condenados em 84% dos casos, enquanto os agentes públicos em 74%[15]. As sentenças em grau de recurso demonstram ainda mais claramente a cumplicidade com a prática da tortura por parte do Judiciário: quando o autor era agente público, houve uma tendência em converter as condenações em absolvições em 19% dos casos, enquanto que quando os autores eram agentes privados a conversão ocorreu apenas em 10% dos casos[16].

Muitas ocorrências de tortura acabam se tornando públicas por meio de denúncias de organizações da sociedade civil ou da imprensa: Amarildo de Souza, na Unidade de Polícia Pacificadora da Rocinha (julho/2013); João Mário Teixeira Francisco, na comunidade São José Operário[17] (março/2014); Mateus Alves dos Santos, no Morro do Sumaré[18] (junho/2014); e do recruta Paulo Aparecido Santos de Lima, no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar (novembro/2013)[19].

Vale destacar que, apenas no primeiro semestre de 2015, foram assassinados e torturados três jovens no Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Rio de Janeiro (DEGASE), sob a custódia do Estado. O nome dos jovens foi mantido em sigilo, mas sabe-se que dois casos ocorreram na unidade de internação Escola João Luiz Alves, na Ilha do Governador, e o outro, no Centro de Socioeducação Irmã Asunción de la Gándara Ustar, em Volta Redonda[20]. Chama atenção que todos os casos só chegaram ao conhecimento público porque as vítimas vieram a óbito.

Não resta dúvida que as reformas institucionais promovidas após a Constituição Federal de 1988 não foram capazes de enfrentar o legado autoritário ditatorial. A prática da tortura está presente em toda a história do país, mas foi ampliada no período da ditadura militar como um componente estrutural que visava provocar o terror e o silenciamento da sociedade. Nesse sentido, a responsabilização individual dos agentes estatais é insuficiente para erradicar tal prática. O que se observa é que a tortura e os maus tratos são procedimentos institucionalizados, adotados pelos órgãos de segurança, seja de polícia ou de encarceramento. Estes órgãos, parte da estrutura do Estado democrático, precisam passar por uma drástica mudança de paradigma, na qual a proteção dos direitos fundamentais se faça imprescindível em todos os contextos.

Criminalização das lutas sociais

O período de atuação da CEV-Rio foi marcado por intensas manifestações populares. No Rio, inicialmente motivadas por questões de mobilidade urbana, como o preço da tarifa de ônibus, milhares de pessoas saíram às ruas, a partir de junho de 2013. Os protestos desdobraram-se em outras pautas, incluindo melhores condições de saúde, educação e habitação, bem como a necessidade de maior participação popular nas tomadas de decisões e a crítica à violência policial.

Durante alguns meses, manifestantes, organizados ou não, ocupavam as ruas do Rio de Janeiro e dos municípios da região metropolitana e do interior do Estado. As Jornadas de Junho chegaram também às favelas. Um dos protestos aconteceu na Avenida Brasil, altura de Bonsucesso, no dia 24 de junho de 2013. Após a manifestação, na noite daquele dia, o Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) realizou uma megaoperação no Parque Maré, Nova Holanda e Parque União, favelas do Complexo da Maré, que acabou com dez mortos, entre eles, um adolescente de 16 anos. No dia 7 de julho, moradores e organizações de direitos humanos organizaram um grande ato, exigindo justiça em protesto à violência policial. O episódio evidenciou algo há muito tempo sabido: a violência de Estado volta-se com ainda mais força contra as populações das favelas cariocas, violando vidas e suprimindo a liberdade de expressão de seus moradores.

Nesse mesmo contexto, o Rio de Janeiro sediou alguns dos mais importantes projetos de um ciclo nacional de megaeventos: a Jornada Mundial da Juventude (2013), a Copa das Confederações (2013) e a Copa do Mundo (2014), além da preparação para os Jogos Olímpicos (2016). Cada uma dessas atividades mobilizou vultosos aportes públicos e privados na construção e compra de equipamentos esportivos, de transporte, bens imobiliários e aparato policial. Com este cenário, o que já vinha sendo experimentado

11. Idem. p. 62.
12. RIO DE JANEIRO (Estado). Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Relatório Anual da Comissão de Direitos Humanos de 2014. Rio de Janeiro: ALERJ, 2014. p. 56.
13. CONECTAS. Julgando a tortura: análise de jurisprudência nos tribunais de justiça no Brasil (2005-2010). São Paulo: Conectas, 2015. p. 30.
14. RIO DE JANEIRO (Estado). Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura. Megaeventos, Repressão e Privação de Liberdade – 2014. Rio de Janeiro: ALERJ, 2014. p. 36
15. CONECTAS. Julgando a tortura: análise de jurisprudência nos tribunais de justiça no Brasil (2005-2010). São Paulo: Conectas, 2015. p. 12.
16. Idem. p. 51 e 52.
17. http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/moradores-de-favela-no-rio-acusam-policiais-de-tortura-e-morte-de-jovem-27032014
18. http://apublica.org/2014/07/dois-meninos-e-uma-sentenca-de-morte/
19.http://extra.globo.com/casos-de-policia/delegado-conclui-que-houve-tortura-em-treino-da-pm-que-terminou-com-recruta-morto-maldade-gratuita-desnecessaria-11409808.html
20.http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-06-03/menor-infrator-e-morto-por-colegas-em-escola-do-degase-na-ilha-do-governador.html

em termos de arbitrariedade, criminalização e repressão, por aqueles que participavam de protestos e organizações políticas antes de 2013, se viu ampliado à massa de pessoas que, nas redes sociais e nas ruas, se mobilizaram em defesa de seus direitos. É importante destacar que, em todas as esferas da administração pública (União, Estados, Municípios e Distrito Federal) e nos Três Poderes, prevaleceu a resposta violenta e criminalizadora da luta social – salvo pontuais exceções.

Em regra, os protestos foram reprimidos sob uma orientação militar, sendo a polícia responsável por transformar as ruas do Rio de Janeiro em campo de batalha, atuando como se os manifestantes fossem inimigos da sociedade. O efetivo de policiais militares foi desproporcionalmente alto, contando com segmentos prontos para a repressão violenta, como a Tropa de Choque e a Cavalaria, que deveriam ser usados apenas quando houvesse grave ameaça à ordem pública[21]. Os policiais militares de diversos batalhões da cidade retiravam a identificação pessoal de seus uniformes para dificultar a responsabilização por seus atos, o que viola requisito legal do exercício da atividade policial[22]. A Polícia Militar se valeu ainda do uso indiscriminado de armamento menos-letal, como balas de borracha, spray de pimenta, bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral. Com frequência, estes artefatos foram usados para dispersão de manifestantes, o que ocorreu até mesmo dentro de ambientes fechados como a Casa de Saúde Pinheiro Machado em julho de 2013 e estações de metrô, em junho e setembro de 2013 e junho de 2014[23]. A Secretaria de Estado de Segurança teve que comprar, em junho de 2013, estoque emergencial de bombas de gás[24].

Muitos manifestantes, jornalistas[25] e transeuntes ficaram feridos, já que armamentos de gás não selecionam seu alvo. Em razão da inalação de gás lacrimogênio, utilizado durante o protesto de 20 de junho de 2013, o ator Fernando da Silva Cândido morreu após trinta dias de internação hospitalar. Em relatório publicado em 2014, a ONG Artigo 19 ressalta que:

> *"A inexistência de lei para o uso das forças policiais no contexto das manifestações sociais no Brasil é prejudicial para a liberdade de expressão, uma vez que gera uma margem de discricionariedade muito larga, abrindo caminho para que o Estado utilize seu poder de coação de forma desproporcional e arbitrária contra os manifestantes [26]."*

É importante destacar que a Polícia Militar recorreu ao uso de armas letais, variando a intensidade de sua adoção de acordo com o local da cidade onde os protestos aconteciam. À época, o comandante da Polícia Militar do Rio de Janeiro chegou a pedir a institucionalização do uso de armas letais em manifestações, o que viola as recomendações da ONU sobre o tema[27] ou mesmo a normativa nacional:

> *"O uso da força por agentes de segurança pública, segundo o Decreto Interministerial 4226/2010, deve ser regido pelos princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade, moderação e conveniência. Contudo, não faltam exemplos em que esses princípios não foram observados, como no caso do policial militar do Rio de Janeiro que publicou, no Facebook, uma foto sua enquanto segurava um cassetete quebrado e ironizava a violência contra os professores da rede municipal que protestavam naquele dia[28]."*

Além do uso excessivo da força, a Polícia Militar foi flagrada em diversas ocasiões infiltrando agentes à paisana entre os manifestantes. A estratégia promovida pelo serviço secreto da polícia, a P2, foi responsável por causar tumulto e prisões arbitrárias. Ao ocasionar propositalmente episódios violentos, o Serviço de Inteligência da Polícia Militar visava legitimar a ação dura da polícia nas ruas e deslegitimar os protestos perante a opinião pública. Isso ficou evidente quando um policial militar foi flagrado quebrando o vidro de uma viatura[29]. Além de conter violentamente os protestos, a Polícia Militar realizou inúmeras prisões arbitrárias de manifestantes. Segundo a ONG Artigo 19, pelo menos 2.608 pessoas foram detidas nos protestos em 2013 no país[30].

O procedimento investigativo adotado pelas forças policiais se deu em prejuízo de ativistas e movimentos sociais, os quais passaram a constar em bancos de dados dignos das polícias políticas, sem que houvesse autorização judicial para a busca e armazenamento dessas informações. Enquanto policiais militares capturavam vídeos e fotografias feitas pelos manifestantes, chegando a exigir senhas das redes sociais, a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) esquematizou um sistema de monitoramento de sites, como Facebook, Twitter, Whatsapp e Instagram[31]. O uso dessas redes sociais passou a constar dos inquéritos policiais, fundamentando acusações de associação criminosa e formação de quadrilha. Nesta fase de abertura de procedimentos investigatórios observou-se a reiterada acusação de crime de desacato, tipificação frequentemente usada por agentes do Estado para inibir críticas à sua atuação, o que é rechaçada pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos por violar a liberdade de expressão. Até mesmo a Lei de Segurança Nacional, aprovada durante a ditadura militar, foi utilizada[32], referendando a ideia de que as polícias encaram os manifestantes como seus opositores políticos.

A reação do Poder Legislativo à intensificação das lutas sociais demonstrou, em regra, uma predisposição para alternativas autoritárias. De forma minoritária, as comissões parlamentares de direitos humanos adotaram posicionamento em defesa dos manifestantes, denunciando as arbitrariedades cometidas pelo Estado, o que também foi verificado em mandatos de alguns deputados[33] e vereadores. No entanto, o que se viu, de maneira geral, foram sucessíveis projetos de lei visando a criminalização das organizações políticas e violando a liberdade de expressão e manifestação. Estes Projetos de Lei (PL) dispõem, por exemplo, do aumento da pena de dano ao patrimônio público (PL n.º 6307/2013) [34], a tipificação do crime de terrorismo (PL n.º 728/2011 e PL n.º 2016/2015), a tipificação do crime de desordem ou vandalismo com qualificadora para o caso de protestos (anteprojeto apresentado pelo Secretário de Estado de Segurança

21. ARTIGO 19. Protestos no Brasil – 2013. São Paulo: Artigo 19, 2014. p. 111.
22. Idem. p. 92.
23. Idem.
24. Idem. p. 105.
25. Cabe destacar a situação a que foram submetidos os jornalistas (trabalhadores da mídia corporativa ou da mídia independente) que cobriram as manifestações. Ao todo no país foram contabilizados dez jornalistas detidos e 117 agredidos e feridos. No Rio de Janeiro, durante a final da Copa do Mundo, em 13 de julho de 2014, foram agredidos 15 jornalistas, além de inúmeros casos de equipamentos quebrados por policiais.
26. ARTIGO 19. Protestos no Brasil – 2013. São Paulo: Artigo 19, 2014. p. 52.
27. RIO DE JANEIRO (Estado). Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura. Megaeventos, Repressão e Privação de Liberdade – 2014. Rio de Janeiro: ALERJ, 2014. p. 25.
28. ARTIGO 19. Protestos no Brasil – 2013. São Paulo: Artigo 19, 2014. p. 111.
29. Idem. p. 135.
30. Idem. p. 117.
31. Idem. p. 100.
32. Idem. p. 120.
33. Vide os Projetos de Lei nº 300/2013 e 6500/13, que proíbem o uso de balas de borracha em manifestações públicas e sobre o princípio da não violência no contexto de manifestações e reintegração de posse, respectivamente. Ver também: ARTIGO 19. Protestos no Brasil – 2013. São Paulo: Artigo 19, 2014. p. 66 e 120.
34. CONECTAS. Julgando a tortura: análise de jurisprudência nos tribunais de justiça no Brasil (2005-2010). São Paulo: Conectas, 2015. p. 56

do Rio de Janeiro)[35], a proibição do fechamento de vias públicas ou tipificação do crime de "atentado à segurança do transporte rodoviário" (PL n.º 5531/2013)[36] e proibição do uso de máscaras (Lei Estadual n.º 6528/13)[37].

O Poder Judiciário tampouco pode ser excluído do programa autoritário que cercou os manifestantes em 2013. Primeiramente, coube à magistratura banalizar as prisões cautelares, que se mostrou como mais uma ferramenta para a "contenção das lutas sociais"[38]. As decisões proferidas pelos magistrados careceram de padronização nos casos envolvendo protestos, sendo algumas nocivas ao direito de manifestação, configurando "atos de censura judicial"[39]. É preciso salientar o caso de Rafael Braga, único condenado, até o momento, em razão dos protestos. Morador do centro do Rio de Janeiro, Rafael foi condenado a cinco anos de prisão em razão de portar um frasco de desinfetante e outro de água sanitária. Embora a perícia judicial tenha concluído ser improvável a aptidão deste material para funcionar como um coquetel molotov, o juiz alegou que "o etanol, encontrado dentro de uma das garrafas, pode ser utilizado como combustível em incêndios, com capacidade para causar danos materiais, lesões corporais e o evento morte"[40]. Esta condenação reflete a atuação discriminatória dos órgãos de Justiça brasileiros: como a maioria da população carcerária brasileira, Rafael Braga é jovem, pobre e negro.

No contexto pós Jornadas de Junho, merece destaque a prisão de dois ativistas da Campanha Ocupa DOPS, em 29 de julho de 2014, no bairro da Lapa (RJ). Os jovens grafitavam um tapume, em frente ao antigo Prédio do DOPS/GB, cujo espaço pleiteiam transformar em um centro de memória e direitos humanos. Embora os militantes se valessem de um decreto municipal, que incentiva o grafite em tapumes de obras, os dois foram detidos por oito policiais e destratados enquanto prestavam depoimento. Quando estavam sendo liberados, o delegado ameaçou "criar um crime", se fosse necessário, para que os mesmos fossem presos.

Remoções forçadas

O Rio de Janeiro tem vivido um novo ciclo de remoções forçadas, que afetam especialmente a população de baixa renda e moradora de favelas localizadas em áreas de interesse do mercado imobiliário. Este processo de reorganização da cidade é orientado por políticas públicas que se valem de argumentos como a revitalização de territórios, afastamento de áreas de risco e reutilização de locais relacionados ao "Projeto Olímpico". As iniciais da Secretaria Municipal de Habitação (SMH), inscritas em spray nas casas a serem removidas, são hoje um símbolo da segregação urbana que vive a cidade do Rio de Janeiro. O número estimado de famílias removidas em razão desse processo chega a 4.772, totalizando 16.700 pessoas em 29 comunidades[41].

A falta de transparência dos dados oficiais sobre esta política habitacional dificulta a obtenção de uma dimensão verdadeira da quantidade de famílias removidas, havendo pesquisas que chegam ao número de 65 mil pessoas retiradas de suas casas[42]. Certo é que moradores do Centro, de Arroio Pavuna (Jacarepaguá), da Favela do Metrô (Maracanã), da Vila Autódromo (Barra da Tijuca), da Vila Harmonia (Recreio), dentre outros, viram-se obrigados a deixar o local e a região onde há décadas viviam. Majoritariamente, as remoções ocorreram em comunidades situadas em áreas próximas aos bairros mais valorizados do município ou a regiões de recente valorização. No processo de negociação dos imóveis, muitos moradores foram coagidos e não puderam participar das discussão sobre os projetos urbanísticos. As indenizações foram insuficientes, os reassentamentos se deram em lugares distantes e organizações comunitárias foram deslegitimadas[43]. Muitas vezes, a Prefeitura mudou a justificativa da remoção, como ocorreu nos casos da Favela do Metrô e da Vila Autódromo[44].

A equipe da CEV-Rio esteve na Vila Autódromo, em maio de 2015, para ouvir Altair Guimarães, uma das lideranças da comunidade, anteriormente removido da favela da Ilha dos Caiçaras no período da ditadura[45]. Ficou claro, durante a visita, o interesse do mercado imobiliário na área da comunidade. A Vila Autódromo, cuja luta é um símbolo da resistência às remoções, está localizada entre hotéis de luxo (já em construção) e a Lagoa de Jacarepaguá, na Zona Oeste da cidade.

Conforme demonstrado no capítulo 8, as remoções marcaram a história do Rio de Janeiro. Foram acentuadas nos anos sessenta por meio de uma violenta e sistemática tomada de territórios pelo mercado imobiliário. Repetindo práticas semelhantes àquelas empreendidas pela ditadura militar, o Estado continua violando o direito à moradia adequada de milhares de cidadãos.



Vila Autódromo: uma favela ameaçada pelas remoções forçadas. Como na ditadura, a especulação imobiliária age contra a cidadania
Foto: Lucas Pedretti

35. Idem. p. 68.
36. Idem. p. 59.
37. ARTIGO 19. Protestos no Brasil – 2013. São Paulo: Artigo 19, 2014. p. 120.
38. RIO DE JANEIRO (Estado). Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura. Megaeventos, Repressão e Privação de Liberdade – 2014. Rio de Janeiro: ALERJ, 2014. p. 57.
39. ARTIGO 19. Protestos no Brasil – 2013. São Paulo: Artigo 19, 2014. p. 82.
40. Idem. p. 78

41. COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Rio de Janeiro - Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro - junho de 2014. Rio de Janeiro: Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2014. p. 21.

42. AZEVEDO, Lena & FAULHABER, Lucas. SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro Olímpico. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.
43. COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Rio de Janeiro - Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro - junho de 2014. Rio de Janeiro: Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2014. p. 36 e 37.
44. Idem. p. 19.
45. Acervo CEV-Rio. Depoimento de Altair Guimarães para a CEV-Rio em 05/05/2015.

Capítulo 24 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

CONCLUSÕES

Ao longo de dois anos e oito meses de mandato, a Comissão da Verdade do Rio (CEV-Rio) trabalhou para esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura de 1964 no âmbito do estado do Rio de Janeiro. Em seu Relatório Final, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) apresentou quatro conclusões inquestionáveis acerca do período da ditadura de 1964: houve graves violações de direitos humanos; estas possuíram um caráter sistemático e generalizado; configurou-se claramente um quadro de crimes contra a humanidade e, por fim, estas violações persistem no presente[1]. Abaixo estão listadas as conclusões da CEV-Rio, a partir das quais a Comissão pôde cumprir a atribuição legal de apresentar recomendações ao Estado.

(1) O golpe de Estado de 1964 foi resultado de uma ação articulada entre setores das Forças Armadas e frações das classes dominantes.

Durante as décadas de ditadura que se seguiram, houve aqueles que se beneficiaram e aqueles que foram submetidos à violência do Estado. Isto porque o golpe representou a tomada do Estado por setores conservadores e reacionários da sociedade brasileira (militares, grandes grupos midiáticos, empresários reunidos em torno do complexo IPES/IBAD e parcela da Igreja) que implantaram um projeto elitista e antidemocrático, contrário aos interesses do país.

1. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório/Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. Volume I. pp. 962-923.

(2) O modelo de desenvolvimento implementado pela ditadura gerou consequências nefastas para as classes trabalhadoras, tanto no meio rural quanto no urbano.

Os setores populares, mobilizados no início da década de 1960 por reformas estruturais que ampliariam a democracia e os direitos, logo após o golpe de 1964 foram sufocados e suas demandas, reprimidas. O regime ditatorial aumentou a desigualdade social de forma acentuada. No Rio de Janeiro, uma das faces mais nefastas deste modelo foi a política urbana segregadora contra os mais pobres, que removeu mais de cem mil pessoas de favelas da cidade. No campo, também houve deslocamento forçado de camponeses e comunidades tradicionais em razão da construção de grandes empreendimentos, além de outros conflitos que deixaram dezenas de mortos e desaparecidos. A CEV-Rio comprovou a responsabilidade do Estado em 15 casos de execução e desaparecimento forçado de camponeses, incluindo seus nomes na lista de mortos e desaparecidos.

(3) Os atos de violência do regime também atingiram aqueles que não se adequavam à sua concepção moral conservadora.

A ditadura identificava quaisquer formas de comportamento diferentes da tradição conservadora, racista e moralista como desviantes e subversivas. Assim, o setor LGBT foi perseguido e sua luta por igualdade repimida. Da mesma forma, os valores morais sobre o lugar da mulher na sociedade manifestaram-se de forma mais intensa quando as militantes foram submetidas às violências sexuais e demais torturas que evidenciavam as diferenças e hierarquias de gênero embutidas nos padrões de dominação masculina. Além disso, como o mito da democracia racial era um importante elemento de sustentação ideológica do regime, a ditadura reprimiu fortemente as mobilizações negras e as lutas anti-racistas.

(4) A ditadura institucionalizou o Terror de Estado ao construir uma complexa estrutura para eliminar a oposição política, armada ou não, e as organizações de esquerda.

O golpe de 1964 inaugurou um período de extrema violência, em que agentes do Estado, agindo sob ordem direta dos presidentes-ditadores, foram responsáveis por graves violações de direitos humanos como prisões arbitrárias, torturas, execuções sumárias e desaparecimentos forçados. A CEV-Rio avançou na elucidação de diversos crimes, como na Chacina de Quitino, quando três militantes foram sumariamente executados e no caso do ex-deputado Rubens Paiva, morto sob tortura no DOI-CODI e até hoje desaparecido.

(5) As graves violações de direitos humanos ocorreram em estruturas oficiais do Estado, com o planejamento, autorização e conhecimento da cúpula militar e política do regime.

Diversas unidades militares e delegacias civis, bem como centros clandestinos mantidos pelas Forças Armadas, foram palco da violência ditatorial no estado do Rio de Janeiro. A CEV-Rio fez diligências a várias delas, permitindo que pela primeira vez ex-presos políticos adentrassem espaços como o DOPS e o DOI-CODI. A voz e a memória destes atingidos são comprovação inquestionável das violações ocorridas. A estrutura da repressão se espraiou por todo o estado, incluindo municípios como Petrópolis, Nova Friburgo, Barra Mansa, São Gonçalo, Niterói, Volta Redonda e Macaé.

(6) As forças de segurança foram remodeladas para servir à repressão e o Estado foi amplamente militarizado. O legado deixado pelo período de arbítrio continua visível e presente ainda hoje.

A perseguição aos militares que pensavam diferente, a subordinação das Polícias Militares ao Exército, a autorização do uso da violência e a legitimação das violações de direitos humanos contra um suposto inimigo interno por meio da Doutrina de Segurança Nacional foram responsáveis por fazer das próprias forças de segurança do Estado o principal vetor da violência e da barbárie na sociedade brasileira. O desmonte dos DOI-CODIs foi marcado por atos terroristas de extrema direita, como o caso da carta-bomba enviada à OAB que vitimou Lyda Monteiro, elucidado pela CEV-Rio. O fim da ditadura não gerou reformas institucionais suficientes que permitissem a superação deste cenário de violência, persistindo, no presente, o quadro de violações de direitos humanos.

RECOMENDAÇÕES

Um dos objetivos legais da CEV-Rio é "recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos" (artigo 4º, V da Lei 6.335/2012). As recomendações visam romper com o que ainda resta da ditadura no arcabouço legislativo, nos quadros institucionais, no aparelho judiciário e na violência cotidiana de nossa sociedade, bem como afastar as constantes tentativas de esquecimento ou de revisionismo do passado recente.

A formulação das recomendações, apresentadas neste capítulo, foi resultado de um amplo processo que reuniu movimentos sociais, militantes, ex-presos e perseguidos políticos, familiares, especialistas e acadêmicos. Foram realizadas cinco Plenárias de Recomendações, abertas à sociedade civil, com o objetivo de debater ações programáticas nos seguintes temas: abordagem da ditadura nos espaços de ensino; liberdade de expressão, liberdade de manifestação e democratização dos meios de comunicação; autos de resistência; desmilitarização da Justiça; e resoluções da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Gomes Lund e outros ("Araguaia") vs. Brasil. Também contribuíram para a construção das recomendações as Comissões da Verdade municipais, os sete projetos de pesquisa apoiados pela FAPERJ e os dez pesquisadores externos colaboradores, que subsidiaram os trabalhos da CEV-Rio.

As recomendações foram divididas em quatro eixos principais: medidas e reformas institucionais; reformas constitucionais e legislativas; políticas públicas de memória e de educação em direitos humanos; e medidas de seguimento das ações e recomendações da CEV-Rio. Respeitadas as competências constitucionais e legais, as ações e políticas propostas são destinadas aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Englobam, em regra, atribuições do poder público no âmbito do estado do Rio de Janeiro e de seus municípios e, por vezes, quando pertinente, no âmbito da União Federal. Por fim, destaca-se que a CEV-Rio endossa as 29 recomendações elencadas no Relatório da Comissão Nacional da Verdade.

A. Medidas e Reformas Institucionais

(1) Fazer pedido de perdão oficial, reconhecendo a responsabilidade institucional das Forças Armadas e das forças policiais pela prática de graves violações de direitos humanos (prisões ilegais, torturas, execuções, desaparecimentos forçados e ocultações de cadáveres) perpetradas durante a ditadura.

- Órgãos e instâncias competentes: Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

(2) Responsabilizar judicialmente – no âmbito administrativo, cível e criminal – os agentes estatais perpetradores de graves violações de direitos humanos, ocorridas durante a ditadura, afastando os dispositivos concessivos de anistia inscritos nos artigos da Lei 6.683, de 28 de agosto de 1979, e em outras disposições constitucionais e legais. Estas violações, por seu caráter sistemático e generalizado, são consideradas crimes contra a humanidade e, portanto, não são passíveis de anistia ou prescrição.

- Órgãos e instâncias competentes: Supremo Tribunal Federal, Tribunais e Juízes do Estado do Rio de Janeiro.

(3) Promover a reforma das Polícias do Estado do Rio de Janeiro

I. Alterar o conteúdo curricular das academias policiais e ampliar o período de formação dos agentes, priorizando a reestruturação das técnicas de treinamento (com foco em estratégias de mediação de conflitos) e a elaboração de uma formação democrática fundamentada na garantia de direitos e na defesa das liberdades;

II. Reformar o Estatuto das Polícias para garantir mais democracia interna para os servidores e acabar com a rigidez hierárquica e a disciplina opressora das corporações;

III. Regulamentar o uso da força, tanto no que se refere ao armamento letal quanto no caso de armamento menos letal, por agentes de segurança pública e proibir o uso de técnicas, equipamentos, armas e munições que provoquem risco injustificado;

IV. Proibir símbolos, cânticos, celebrações e expressões, utilizados nas atividades policiais, que incitem a violência ou práticas discriminatórias;

V. Implementar a gestão comunitária em todas as unidades de polícia (batalhões e delegacias), garantindo mecanismos de participação popular nas decisões que envolvam o planejamento da segurança dos bairros e comunidades;

VI. Exigir a identificação obrigatória dos policiais durante exercício de suas funções (ressalvados os casos excepcionais previstos na lei);

VII. Criar ouvidoria externa e corregedoria das polícias com independência funcional;

VIII. Implementar um plano unificado de carreira, a ser elaborado junto com as associações dos servidores da segurança pública, para garantir um salário digo a todos os policiais.

- Órgãos e instâncias competentes: Governo do Estado do Rio de Janeiro.

(4) Desvincular o instituto de medicina legal e os órgãos de perícia criminal da estrutura da Polícia Civil e da Secretaria de Segurança Pública, a fim de garantir independência e autonomia dos peritos na realização dos exames técnicos.

- Órgãos e instâncias competentes: Governo do Estado do Rio de Janeiro.

(5) Promover a reforma do sistema prisional

I. Romper com a lógica do encarceramento em massa, aplicando penas alternativas e instituindo a justiça restaurativa;

II. Rejeitar quaisquer propostas tendentes à privatização do sistema prisional;

III. Implementar audiência de custódia para garantir a apresentação pessoal do preso à autoridade judiciária em até 24 horas após o ato da prisão em flagrante, em consonância com o artigo 7º da Convenção Americana sobre Direitos Humanos;

IV. Adotar medidas que valorizem a educação e o trabalho dentro do sistema prisional;

V. Criar ouvidorias externas como instrumentos de fiscalização e controle social do sistema penitenciário e dos órgãos a ele relacionados;

VI. Promover a instalação de sistemas de acompanhamento (por meio de terminais eletrônicos de informação processual dos Tribunais de Justiça) no interior das unidades prisionais para garantir acesso dos presos às informações referentes aos seus processos;

VII. Garantir assistência médica efetiva à população carcerária, transferindo ao SUS a gestão da saúde do sistema prisional;

VIII. Assegurar tratamento digno às mulheres encarceradas, oferecendo instalações e equipamentos que levem em consideração as especificidades de gênero, garantindo condições dignas de saúde (com fornecimento de materiais higiênicos e absorventes) e de convivência familiar.

- Órgãos e instâncias competentes: Governo Federal e Governo do Estado do Rio de Janeiro.

(6) Estabelecer uma política de Estado permanente de atendimento psicossocial às vítimas e aos familiares de vítimas de violência institucional do passado e do presente, como forma de garantir a reparação integral.

I. Transformar o Projeto Clínicas do Testemunho, desenvolvido no âmbito da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, em uma política de Estado permanente que garanta o suporte psicossocial de ex-presos políticos e seus familiares, levando em conta os efeitos transgeracionais decorrentes da violência do Estado;

II. Promover a capacitação dos profissionais da saúde para a realização de atendimento aos afetados pela violência do Estado do passado e do presente.

- Órgãos e instâncias competentes: Governo Federal e Governo do Estado do Rio de Janeiro.

(7) Entregar aos ex-presos políticos, seus familiares ou representantes e ao Ministério Público Federal os prontuários médicos dos militantes internados no Hospital Central do Exército e em outras unidades militares de saúde, no período entre 1964 e 1988.

- Órgãos e instâncias competentes: Exército, Marinha e Aeronáutica.

(8) Retificar a anotação da causa de morte nas certidões de óbito de pessoas mortas em decorrência de graves violações de direitos humanos praticadas durante a ditadura militar, em conformidade com o disposto no artigo 3º da Lei 9.140/1995.

- Órgãos e instâncias competentes: Tribunais e Juízes do Estado do Rio de Janeiro e Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

(9) Criar um banco de dados estadual que armazene as impressões digitais de desaparecidos políticos do período ditatorial para a realização de comparação papiloscópica das mesmas com as informações constantes nas guias de reconhecimento de cadáveres da época.

- Órgãos e instâncias competentes: Governo do Estado do Rio de Janeiro.

(10) Cassar gratificações e honrarias concedidas a agentes públicos e particulares envolvidos na prática de graves violações de direitos humanos e afastar todos os servidores públicos comprovadamente envolvidos nas referidas violações.

- Órgãos e instâncias competentes: Governo Federal e Governo do Estado do Rio de Janeiro.

(11) Rever a cassação dos mandatos de parlamentares acusados de oposição ao regime militar e realizar a devolução simbólica de seus mandatos como medida de reparação.

- Órgãos e instâncias competentes: Congresso Nacional, Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Câmaras Municipais.

(12) Abrir os arquivos da ditadura, de modo a efetivar o direito à Memória e à Verdade.

I. Recolher, digitalizar e tornar públicos os acervos dos órgãos componentes do Sistema Nacional de Informações e Contra-informações (Sisni), do Sistema de Segurança Interna (Sissegin) (em especial dos DOI-CODI), das Forças Armadas (principalmente CIE, CISA e CENIMAR), das Polícias Militares e seus serviços secretos e dos institutos médicos legais;

II. Fortalecer, ampliar e aperfeiçoar o Centro de Referência Memórias Reveladas do Arquivo Nacional, criando uma plataforma única que permita acesso online a versões digitais dos documentos do período de 1964-1985;

III. Nos casos de documentos destruídos, apresentar os "Termos de Destruição", em conformidade com o artigo 72º do Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos (Decreto nº 79.099, de 06 de janeiro de 1977).

- Órgãos e instâncias competentes: Governo Federal, Exército, Marinha e Aeronáutica.

(13) Desenvolver, no âmbito estadual, uma política de arquivos, que abarque o recolhimento ao Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e a posterior gestão, organização, descrição, preservação (higienização, acondicionamento, climatização das áreas de depósito), digitalização e publicização dos acervos das Polícias Políticas, das Polícias Civil e Militar estaduais, dos Institutos de Medicina Legal e de outros órgãos relacionados à repressão exercida no período de 1946 a 1988 no Rio de Janeiro, garantindo recursos financeiros, materiais e humanos.

- Órgãos e instâncias competentes: Governo do Estado do Rio de Janeiro.

(14) Democratizar os meios de comunicações, estabelecendo um novo Marco Regulatório das Comunicações e implementando Conselhos de Comunicação, no nível federal, estadual e local, que assegurem o acesso aos meios de comunicação, a diversidade e o pluralismo de conteúdo, a liberdade de informação, a inclusão social e a promoção da cultura e da educação.

- Órgãos e instâncias competentes: Congresso Nacional, Governo Federal, Governo do Estado do Rio de Janeiro e Prefeituras.

(15) Combater a violência no campo no Estado do Rio de Janeiro.

I. Cumprir integralmente as diretrizes do Plano Nacional de Combate à Violência no Campo;

II. Cumprir integralmente as diretrizes do II Plano Nacional de Combate ao Trabalho Escravo;

III. Tornar obrigatória a oitiva do Ministério Público em casos de conflitos fundiários, assegurando o cumprimento do artigo 126, parágrafo único, da Constituição Federal de 1988, que prevê a ida do juiz ao local do litígio, sempre que necessário.

- Órgãos e instâncias competentes: Governo do Estado do Rio de Janeiro, Ministério Público estadual, Tribunais e Juízes do Estado do Rio de Janeiro.

(16) Implementar, no âmbito federal, política efetiva de reforma agrária para promover melhor distribuição da terra e atender aos princípios da justiça social e assegurar, no âmbito estadual, a destinação de recursos para incentivar a agricultura familiar, garantindo o direito à moradia digna e o acesso a saneamento básico nas áreas rurais.

- Órgãos e instâncias competentes: Governo Federal e Governo do Estado do Rio de Janeiro.

(17) Incluir na Constituição do Estado do Rio de Janeiro o reconhecimento do território, da organização social e dos costumes das populações camponesas, quilombolas, indígenas e demais povos e comunidades tradicionais do Rio de Janeiro, devendo o Estado assegurar as condições para a continuidade e reprodução de sua prática cultural, social e econômica tradicional, bem como a consulta prévia, informada e participativa quando da adoção de medidas legislativas ou administrativas que possam afetá-los diretamente (conforme a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho).

- Órgãos e instâncias competentes: Governo do Estado do Rio de Janeiro, Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

(18) Realizar a auditoria da dívida pública, no nível federal e estadual, considerando que o atual ciclo de endividamento brasileiro teve início na ditadura militar (entre 1964 e 1985, a dívida pública teve um crescimento de 3.000%, prejudicando a aplicação dos recursos públicos em áreas sociais) e que uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Congresso Nacional, realizada entre 2009 e 2010, identificou graves indícios de ilegalidade na dívida. A auditoria está prevista no Art. 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988, mas nunca foi realizada.

- Órgãos e instâncias competentes: Governo Federal e Governo do Estado do Rio de Janeiro.

B. Reformas Constitucionais[2] e Legislativas

(19) Desmilitarizar a polícia, promovendo a sua desvinculação das Forças Armadas;

- Órgãos e instâncias competentes: Congresso Nacional.

(20) Extinguir a Justiça Militar da União e dos Estados, determinando a competência da Justiça Comum para todo e qualquer cidadão.

- Órgãos e instâncias competentes: Congresso Nacional.

(21) Tipificar, no ordenamento jurídico brasileiro, o crime de desaparecimento forçado de pessoas, em conformidade com os preceitos do Direito Internacional dos Direitos Humanos.

- Órgãos e instâncias competentes: Congresso Nacional.

(22) Extinguir do ordenamento e da prática jurídicos brasileiros a qualificação "homicídio decorrente de atividade policial" (auto de resistência) utilizada nos registros de ocorrência e nos inquéritos, garantindo, contudo, um controle interno da polícia judiciária que quantifique os casos de homicídios que tenham policiais como suspeitos de autoria, a fim de produzir dados que orientem políticas de redução da letalidade policial.

- Órgãos e instâncias competentes: Congresso Nacional e Governo do Estado do Rio de Janeiro.

(23) Extinguir do ordenamento jurídico brasileiro o crime de desacato, em razão de sua incompatibilidade com o direito à liberdade de expressão, conforme já reconhecido pela normativa e jurisprudência internacionais.

- Órgãos e instâncias competentes: Congresso Nacional.

(24) Revogar os resquícios legislativos autoritários da ditadura militar que permanecem vigentes até hoje, como a Lei de Segurança Nacional (Lei 7.170 de 14 de dezembro de 1983), o Código Penal Militar (Decreto-lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969) e o Código Processual Penal Militar (Decreto-lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969), a fim de que sejam substituídos por legislação adequada à nova ordem constitucional e compatível com o Estado Democrático de Direito.

- Órgãos e instâncias competentes: Congresso Nacional.

(25) Alterar a Lei nº 9.140/95 que institui a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos para permitir a atualização dos dados sobre as vítimas fatais da ditadura militar, incorporando entre elas setores sociais até então negligenciados ou pouco contemplados pelos relatórios oficiais sobre os mortos e desaparecidos políticos, como as pessoas em situação de rua, os presidiários, os camponeses, os operários, os indígenas e outros grupos oprimidos por questões étnicas, religiosas e de gênero.

- Órgãos e instâncias competentes: Congresso Nacional.

(26) Suprimir referências discriminatórias a lésbicas, gays, bissexuais e transexuais na legislação brasileira, como aquela constante no artigo 235 do Código Penal Militar de 1969, segundo o qual configura crime "praticar, ou permitir o militar que com ele se pratique ato libidinoso, homossexual ou não, em lugar sujeito à administração militar".

- Órgãos e instâncias competentes: Congresso Nacional, Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e Câmaras Municipais.

C. Políticas públicas de memória e de educação em direitos humanos

(27) Criar Espaços de Memória e memoriais em locais que serviram, no período da ditadura militar, como centro de prisão e tortura no estado do Rio de Janeiro, levando em consideração a diversidade social, racial, de gênero e dos segmentos LGBT.

2. Destaca-se que, em casos de reformas constitucionais, apesar da competência ser do Congresso Nacional, o Governador do Estado do Rio de Janeiro pode apresentar Propostas de Emenda Constitucional.

I. Destinar, por meio de lei específica, orçamento público para o processo de construção, implementação e manutenção de um Centro de Memória sobre a violência de Estado, a resistência e os direitos humanos no edifício sede do antigo DOPS/GB.

II. Garantir a conclusão da desapropriação do imóvel onde funcionou o centro clandestino de prisão, tortura e morte, conhecido como Casa da Morte de Petrópolis, para a criação de um centro de memória no local;

III. Criar espaços de memória em diferentes municípios do Estado, como, por exemplo, no prédio do 1º Batalhão de Infantaria Blindada do Exército, em Barra Mansa.

IV. Construir memoriais para preservar a história de luta dos militantes presos, torturados e mortos pela ditadura, no DOI-CODI (Rio de Janeiro), no Ginásio Caio Martins (Niterói), no Ginásio Ypiranga Futebol Clube (Macaé), na Base Naval da Ilha das Flores (Niterói) e na antiga sede do Supremo Tribunal Militar (Rio de Janeiro), entre outros locais.

- Órgãos e instâncias competentes: Governo do Estado do Rio de Janeiro, Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Prefeituras, Câmaras Municipais.

(28) Mapear e alterar a denominação de logradouros (ruas, pontes, viadutos e praças) e instituições públicas estaduais e municipais (escolas, hospitais e outros prédios públicos) que homenageiam agentes estatais ou privados vinculados à prática de graves violações de direitos humanos, garantindo a participação e deliberação da população local, bem como um processo de renomeação que leve em consideração expressões de diversidade cultural, racial, social e de gênero.

- Órgãos e instâncias competentes: Governo do Estado do Rio de Janeiro, Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Prefeituras e Câmaras Municipais.

(29) Revogar o dispositivo da lei ordinária estadual nº4.762/2008 que impede a mudança da denominação de logradouros, cujos nomes tenham sido oficialmente reconhecidos por um período de tempo superior a 20 anos, posto que tal determinação legal permite a perpetuação de homenagens a torturadores do regime militar.

- Órgãos e instâncias competentes: Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

(30) Sinalizar, por meio de placas com material de alta durabilidade, lugares que evoquem a memória da resistência ou da repressão exercida nos anos da ditadura militar, apontando, por exemplo, ruas em que militantes foram sequestrados e mortos, bem como espaços onde foram realizados manifestações políticas e artísticas.

- Órgãos e instâncias competentes: Governo do Estado do Rio de Janeiro, Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Prefeituras e Câmaras Municipais.

(31) Instituir o dia 28 de março – dia da morte do estudante secundarista Edson Luís no ano de 1968 – como data simbólica para a realização de atividades voltadas para a promoção da democracia e dos direitos humanos nas redes estadual e municipais de ensino do Rio de Janeiro, fomentando o debate sobre a repressão contra os estudantes e as formas de resistência criadas pelos jovens durante o período ditatorial.

- Órgãos e instâncias competentes: Governo do Estado do Rio de Janeiro, Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Prefeituras e Câmaras Municipais.

(32) Reformular os Currículos Mínimos e as orientações curriculares municipais, a fim de garantir a inclusão do debate sobre a ditadura militar e seu legado nas redes estadual e municipal de ensino do Rio de Janeiro.

- Órgãos e instâncias competentes: Governo do Estado do Rio de Janeiro, Prefeituras e Câmaras Municipais.

(33) Divulgar o Relatório da CEV-Rio nas escolas das redes estadual e municipais de ensino, bem como nas bibliotecas públicas do Estado.

- Órgãos e instâncias competentes: Governo do Estado do Rio de Janeiro e Prefeituras.

(34) Criar uma linha de financiamento no âmbito da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) com editais periódicos específicos para apoio a pesquisas na área de Direitos Humanos e Justiça de Transição, a exemplo do edital FAPERJ N° 38/2013, criado para subsidiar os trabalhos da CEV-Rio, com a garantia do oferecimento de bolsas de pesquisa e flexibilidade de rubricas, de forma a atender às especificidades das áreas de ciências humanas e sociais.

- Órgãos e instâncias competentes: Governo do Estado do Rio de Janeiro.

(35) Reformular os critérios de avaliação de livros didáticos estabelecidos pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), visando ampliar o debate sobre o golpe de 1964, a ditadura militar e o seu legado, levando em consideração as violações de direitos humanos cometidas pelo Estado brasileiro e a multiplicidade de indivíduos e grupos sociais atingidos pela repressão.

- Órgãos e instâncias competentes: Governo Federal.

(36) Promover cursos de formação inicial e continuada sobre a história e a memória do passado recente brasileiro para os professores das redes estadual e municipais de ensino, a fim de fomentar o debate sobre a temática nas salas de aula e possibilitar a produção de conhecimento no âmbito da educação em direitos humanos.

- Órgãos e instâncias competentes: Governo do Estado do Rio de Janeiro e Prefeituras.

D. Medidas de seguimento das ações e recomendações da CEV-Rio

(37) Criar um órgão permanente, interinstitucional, multidisciplinar e aberto à sociedade civil, com atribuição de dar seguimento às ações e recomendações da CEV-Rio, especialmente no que se refere às investigações das graves violações de direitos humanos e a formulação e implementação de políticas de memória e de reparação.

- Órgãos e instâncias competentes: Governo do Estado do Rio de Janeiro e Assembleia Legis-

lativa do Estado do Rio de Janeiro.

(38) Promover a alteração do texto da Lei estadual nº 3.744/2001 que instituiu a Comissão Especial de Reparação do Estado do Rio de Janeiro.

I. Reabrir o prazo para a apresentação de novos pedidos de reparação econômica simbólica;

II. Permitir a reparação moral e material, individual e coletiva (quando pertinente) de setores sociais até então negligenciados ou pouco contemplados pela Justiça de Transição, como os camponeses, os indígenas e outros grupos oprimidos por questões étnicas, religiosas e de gênero.

- Órgãos e instâncias competentes: Governo do Estado do Rio de Janeiro, Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

(39) Apoiar a instituição e funcionamento de órgãos de proteção e promoção de direitos humanos, dotados de orçamento próprio, estrutura material e recursos humanos suficientes para exercerem, em âmbito nacional e estadual, a concepção, implementação, desenvolvimento e acompanhamento de políticas de direitos humanos, no âmbito da Justiça de Transição, com vistas a consolidar a democracia no Brasil.

- Órgãos e instâncias competentes: Governo Federal, Governo do Estado do Rio de Janeiro e Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

(40) Instaurar uma Comissão da Verdade, em âmbito estadual, que investigue as graves violações de direitos humanos praticadas na democracia, relacionando a violência institucional do presente com nosso passado ditatorial.

- Órgãos e instâncias competentes: Governo do Estado do Rio de Janeiro e Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.



Foto: Bruno Marins

da Faculdade de Medicina/UFRJ e tomou
em todos os movimentos subversivos ant
pós 1964.

3.3 - RUBENS BEYRODT PAIVA

- Ex-deputado pelo ex-PTB paulista;
- Cassado, pela Revolução de 64, por subvers
- É prontuariado na ARJ/SNI sob o nº 24.388.

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DÊSTE DOCUMENTO. (Art 62 - Dec. n.º 60.417/67. Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos).



SECRETARIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL
E DIREITOS HUMANOS

COMISSÃO DA VERDADE DO RIO

Apoio:

